

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Goa e as dobras da história literária em língua portuguesa: *o como e o porquê*

Daniela Spina

Orientadores: Prof. Doutor Everton Vasconcelos Machado
Prof. Doutor Roberto Vecchi

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Estudos de Literatura e de Cultura,
na especialidade de Estudos Comparatistas

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Goa e as dobras da história literária em língua portuguesa: *o como e o porquê*

Daniela Spina

Orientadores: Prof. Doutor Everton Vasconcelos Machado
Prof. Doutor Roberto Vecchi

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Estudos de Literatura e de Cultura,
na especialidade de Estudos Comparatistas

Júri:

Presidente: Doutora Maria Cristina de Castro Maia de Sousa Pimentel, Professora Catedrática e Directora da Área de Literaturas, Artes e Culturas, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor Helder Garmes, Professor Associado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil;
- Doutor Paulo Melo e Castro, Professor Auxiliar School of Modern Languages and Cultures, Hispanic Studies Department, University of Glasgow, Escócia;
- Doutora Sandra Maria Calvino Ataíde Lobo, Investigadora Integrada Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor Everton Vasconcelos Machado, Professor Auxiliar Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, orientador;
- Doutora Helena Etelvina de Lemos Carvalhão Buescu, Professora Catedrática Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor Santiago Pérez Isasi, Investigador Integrado Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Trabalho financiado por fundos nacionais através da Universidade de Lisboa no âmbito do programa de Bolsas de apoio a doutoramento 2015 e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no âmbito do programa de Bolsas de Doutoramento 2016 (SFRH/BD/118375/2016)

Agradecimentos

Depois de muito esforço e dedicação investidos na compilação desta tese, a página dos agradecimentos revela-se a mais difícil de escrever, prevalecendo, neste momento, o medo de estar a esquecer alguém de importante. Uma tese nunca é uma obra individual, sendo que a ajuda e o apoio de quem nos rodeia é, sem sombra de dúvida, a ferramenta de trabalho mais valiosa que há. Nesse sentido, gostava, em primeiro lugar, de agradecer à minha família, à minha mãe Antonietta, ao meu pai Angelo e à minha irmã Alessandra, por terem confiado em mim, por me terem apoiado sem hesitações e, finalmente, por terem *aguentado* com paciência as peregrinações dos últimos doze anos.

Agradeço às entidades financiadoras que apoiaram o desenvolvimento da minha investigação, designadamente, a Universidade de Lisboa, por me ter concedido uma bolsa de apoio ao doutoramento, em 2016, e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, por me ter atribuído uma bolsa de doutoramento, desde 2017 até hoje, que me permitiu realizar o trabalho com tranquilidade e em condições de elevado profissionalismo.

Agradeço aos meus orientadores, o Prof. Doutor Everton V. Machado por me ter recebido em Lisboa e ter acreditado neste projeto desde o início, por me ter ajudado nos momentos de incerteza e por confiar nas minhas capacidades críticas; o Prof. Doutor Roberto Vecchi pela presença constante no meu percurso académico, por doze anos feitos agora, e por ter aceitado continuar acompanhar-me também nesta nova fase. Espero que esta tese corresponda às expectativas de ambos.

Agradeço à minha instituição de acolhimento, o Centro de Estudos Comparatistas, da Faculdade de Letras, nomeadamente, o corpo docente do programa em Estudos Comparatistas, as funcionárias do secretariado, e os colegas e as colegas com que foi possível confrontar-me e construir um diálogo harmonioso. De maneira particular, queria agradecer à equipa do projeto de investigação «ORION – Orientalismo Português» que me recebeu, destacando Duarte Drumond Braga, Catarina Nunes de Almeida, Marta Pacheco Pinto e, mais uma vez, Everton V. Machado.

Agradeço aos colegas e às colegas do projeto «Pensando Goa» da Universidade de São Paulo, pela gentileza com que me deixaram partilhar com eles e elas as minhas dúvidas, pela generosidade intelectual, pelo seu trabalho constante e dedicado. Quero especialmente agradecer a Viviane de Souza Madeira, Adelaide Vieira Machado, Cielo G. Festino, Cibele Aldrovandi e Helder Garmes, também pelos momentos de alegre convívio em Goa e por me terem *adotado* no seu grupo, aliviando o peso dos dias longe de casa.

Agradeço ao «Grupo internacional de estudos sobre a imprensa periódica colonial do império português», com ênfase na pessoa de Sandra Ataíde Lobo, por ter aberto novas pistas de investigação e por me ter inspirado em muitas fases do trabalho. Agradeço-lhe muito por ter partilhado comigo muito dos materiais do seu arquivo pessoal, pela disponibilidade e paciência com que me ajudou a esclarecer dúvidas e problematizar questões fulcrais para a minha tese.

Agradeço todo o pessoal das bibliotecas e dos arquivos onde realizei a minha pesquisa, com destaque para as bibliotecárias e os bibliotecários de «Krishnadas Shama State Central Library» de Pangim, «Xavier Centre for Historical Research» de Porvorim e «Nehru Memorial Library» de Deli. Agradeço também Delfim Correia da Silva do Instituto Camões de Goa, por me ter proporcionado adequadas condições, e apoio institucional, durante a minha estadia em Goa, em 2018 e 2019.

Esta tese teria sido *inimaginável* sem o carinho da minha família lisboeta. A minha mais profunda gratidão vai, em ordem alfabética, para Axel, Bicão, Iva, Lia, Mota, Nito, Rafeiro, Roseiro, Sara e Thea, que muito me suportaram e, há anos, vêm aguentando os meus delírios diários, sem nunca demandar algo em troca, como qualquer relação de amizade deveria ser. Fundamental foi o carinho, *a distância*, dos amigos e das amigas de Bolonha também, sobretudo de Jaya, Veronica, Federico, Antonia, Paolo, Ivan, Michele (via Palermo), Raffaella e Silvia.

Além disso, há pessoas que merecem agradecimentos particulares. A minha amiga Lorena, com quem mudei para Lisboa em 2015, a qual me apoiou na fase inicial desta aventura e continua presente na minha vida. Agradeço ao Antonio pela cumplicidade e a paciência amorosa com que me acompanhou durante os últimos meses de trabalho. Patricia de la Ville, por me ter «indicado o caminho». Julia e Laura de Barcelona, por estarem sempre presentes e disponíveis, apesar da distância. Lea, por ser Lea! Laura e Eduardo, pela amizade e pela paciência que tiveram em fazer a revisão gramatical do presente trabalho. A minha amiga e colega Elisa pela amizade, pelo carinho e por ter partilhado, ela comigo e eu com ela, as inquietudes que só outra doutoranda pode entender. Agradeço a Satya e Sangay, a minha família indiana, por me ter recebido calorosamente em Deli, e com os quais espero continuar uma duradoura amizade. O meu cunhado Francesco pelo carinho e pela discrição com que se interessou pelo meu trabalho.

Finalmente, agradeço a Vimala Devi por me ter recebido na sua casa, no agosto de 2018, ter permitido entrevistá-la e, sobretudo, por ter partilhado comigo, atenciosamente, as suas memórias goesas.

Resumo

A presente tese tem como objetivo principal fazer uma análise crítica da historiografia da literatura goesa escrita em língua portuguesa, composta por textos publicados entre a segunda metade do século XIX e a segunda metade do século XX (1864-1999). Em primeiro lugar, comparo três obras que se configuram como os maiores repositórios historiográficos de informações sobre essa literatura, a que dedico bem três capítulos. Estas são, designadamente: *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de Vicente de Bragança Cunha (1926), *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* de Filinto Cristo Dias (1963), *A literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971). Pretendo estudar os seus parâmetros de edificação, a voz autoral e o seu discurso, os critérios de seleção – inclusivos ou de exclusão – de autores, obras e géneros literários, por meio dos conceitos de *narratividade* e *abrangência*, e quando for possível, a finalidade dessas obras, bem como o tipo de público a quem se direcionam. Além disso, não será negligenciada a relação dessas obras com algumas problemáticas genuinamente goesas, como a questão da identidade cultural e a residualidade da língua portuguesa em Goa.

Estas três obras são, ulteriormente, postas em relação com outros textos, de natureza secundária, que também se interessaram pela sistematização da literatura indo-portuguesa, ou goesa de língua portuguesa, e que servem para reconstruir uma genealogia da historiografia literária de Goa e estudar as ligações entre um texto e outro, olhando para as possíveis influências ou divergências.

O aparato teórico de referência é o da teoria da história literária e da literatura comparada, sendo que os primeiros capítulos são dedicados ao debate sobre a crise e a reforma da história literária, enquanto âmbito de estudo, mantendo sempre constante a relação com o caso goês.

Palavras-chave: história da literatura; historiografia literária; história literária de Goa; literatura indo-portuguesa; literatura goesa de língua portuguesa; narratividade e abrangência; sistematização; genealogia.

Abstract

The main goal of this thesis is to make a critical analysis of the historiography of Goan literature written in Portuguese. The latter is composed of texts published between the second half of the 19th century and the second half of the 20th century (1864-1999). Three chapters are dedicated to the comparison of three works that are considered the largest historiographic repositories of information on this literature. These are *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* by Vicente de Bragança Cunha (1926), *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* by Filinto Cristo Dias (1963), *A literatura indo-portuguesa* by Vimala Devi and Manuel de Seabra (1971). Taking these books into analysis, I study how the authorial voice and its discourse are articulated and, through the concepts of *narrativity* and *comprehensiveness*, which selection criteria were used to include or exclude authors, works and literary genres, as well as the type of public to which they are aimed. Besides, I consider the relationship between these works and some genuinely Goan issues, such as Goan cultural identity and the residuality of the Portuguese language in Goa.

Apart from these three main works, I also take into account other texts which have had an impact on the systematization of Indo-Portuguese literature (or Goan literature in Portuguese language) and that allow us to reconstruct a genealogy of literary historiography of Goa and study the links between one text and another, looking for possible influences or divergences.

The theoretical apparatus of reference is that of the theory of literary history and comparative literature. In the light of that, the first two chapters are dedicated to the debate on the crisis and the reform of literary history, as a field of study, always maintaining a special focus to the Goan case.

Key-words: history of literature; literary historiography; Goan literary history; Indo-Portuguese literature; Goan literature in Portuguese language; narrativity and comprehensiveness; systematization; genealogy.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
Goa em português e a história literária	
1. Um desafio historiográfico	16
2. <i>Narratividade e abrangência</i> à margem da história literária	21
2.1 «Duas palavras sobre o progresso literário em Goa» de Jacinto Caetano Barreto Miranda (1864)	24
2.2 <i>Principais poetas goanos</i> de Joseph Furtado (1927)	28
2.3 <i>História da literatura de Goa</i> do Centro Regional de Chinchinim (1934)	31
2.4 <i>India in Portuguese literature</i> de Ethel M. Pope (1937)	34
2.5 <i>Literatura goesa: apontamentos bio-bibliográficos para a sua história</i> (1967) e o <i>Dicionário de literatura goesa</i> (1997-2013) de Aleixo Manuel da Costa	36
2.6 <i>Goan literature in Portuguese language</i> de Lourdino A. Rodrigues (1976)	37
2.7 «Literatura indo-portuguesa contemporânea: antecedentes e percurso» de Orlando da Costa (1999)	39
3. Uma trajetória descontínua para a literatura de Goa em português	42
CAPÍTULO II	
Modelos de história literária no século XX: entre <i>revivals</i> e comparatismos	
1. A história literária e a <i>história</i>	46
2. Crise, reforma e revisão	55
3. Dois olhares sobre o modelo narrativo e nacional: David Perkins (1992) e Linda Hutcheon (2002)	62
4. Uma proposta renovadora: a história literária comparada e o uso do conceito de cultura literária	68
5. Da história literária comparada às histórias literárias em comparação: o contexto das literaturas de língua portuguesa	75
6. A história da literatura indiana de língua inglesa: algumas de <i>muitas</i> perspectivas teóricas	80

CAPÍTULO III

Literatura indo-portuguesa: figuras e factos de Vicente de Bragança Cunha

1. Um livro esquecido	85
2. Uma <i>pré-história literária</i> espalhada pelas páginas de um jornal	87
3. O pensamento político de Vicente de Bragança Cunha	88
4. «Literatura indo-portuguesa» vs <i>Literatura indo-portuguesa</i>	96
4.1 Moniz Barreto e a exemplaridade de um intelectual indo-português	100
4.2 A poesia indianista	103
4.3 A carência de uma historiografia indo-portuguesa e o problema das castas	109
4.4 A imprensa periódica e (ainda) o problema da historiografia	114
4.5 Os indo-portugueses da Índia inglesa e o legado português	118
5. A literatura indo-portuguesa: uma interpretação teleológica da comunidade católica de Goa?	124

CAPÍTULO IV

Esboço da história da literatura indo-portuguesa de Filinto Cristo Dias

1. História de um arquivo «descolorido»	131
2. A reedição do <i>Esboço</i> no cenário cultural da pós-independência goesa	134
3. A crítica literária na «Secção literária» do <i>Diário de Goa</i> (1954-1958)	137
3.1 Um problema caracterizante: o desconhecimento da literatura de Goa no estrangeiro	140
3.2 «Raridade do romance na literatura indo-portuguesa»: a <i>presença</i> de um género literário <i>ausente</i>	142
4. O conceito de história literária indo-portuguesa e os parâmetros de inclusão e exclusão no <i>Esboço</i>	145
5. A periodização e os géneros literários	148
5.1 Período inicial: a Igreja católica às origens da literatura indo-portuguesa	149
5.2 Segundo período: o restabelecimento da imprensa em Goa e o seu impacto na produção periódica e literária local	152
5.3 Terceiro período: o surgimento de uma «nova literatura em língua portuguesa»	158
5.3.1 A poesia resenhada no terceiro período	161
5.3.2 Outros géneros literários: história, jornalismo e ensaísmo	165
5.3.3 O capítulo XIV: Mons. Sebastião Rodolfo Dalgado e o romance <i>Jacob & Dulce</i> de Francisco João da Costa	171

6. O <i>Esboço</i> : uma história literária criticamente constituída	172
----------------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO V

A literatura indo-portuguesa de Vimala Devi e Manuel de Seabra

1. O pano de fundo da obra: uma história literária lusotropicalista?	182
2. O prelúdio: o volume <i>Goa, Damão e Dio</i> da <i>Antologia da terra portuguesa</i>	185
3. A investigação e o Prémio Abílio Lopes do Rego	188
4. A assunção dos problemas metodológicos: «o método sociologista» e a aceção «literatura indo-portuguesa»	190
5. O impacto da Igreja católica na «formação psicológica do povo goês»	196
6. A estrutura da obra	200
6.1 As origens da literatura indo-portuguesa e o problema do castismo	200
6.2 A reintrodução da imprensa e as publicações periódicas literárias do século XIX	207
6.3 Cunha Rivara, Tomás Ribeiro e Moniz Barreto	209
6.4 Do romance à literatura de viagens: os sinais de uma história literária abrangente	217
6.5 «E é tudo de romance goês»	217
6.6 O conto e o teatro	223
6.7 O ensaio, a crítica literária e o jornalismo	227
6.8 Aquilo que <i>fica de fora</i>	233
6.9 A historiografia do século XX	236
6.10 A poesia do século XX	238
7. Uma história complexa para uma literatura complexa	243

CONCLUSÕES

1. Comparando histórias	252
2. Literatura indo-portuguesa: um nome, três ideias de literatura	257
3. O que fazer com estas obras?	259
4. Navegando no caos: as muitas maneiras de escrever a história literária de Goa	260

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	264
--------------------------------	-----

PÁGINAS WEB, BASE DE DADOS ONLINE	278
------------------------------------------	-----

E BIBLIOTECAS DIGITAIS CONSULTADAS

ANEXO - «Uma vida de um certo lirismo»: entrevista com Vimala Devi	279
---------------------------------------------------------------------------	-----

«The history of Indo-Portuguese literature is still to be written.
Perhaps, the history of Indo-Portuguese literature is still to be made.

Nothing has been told because nothing has been done.

The “story of our literature” is therefore likely to sound very much
like the story of an angler».

(Armando Menezes, «Indo-Portuguese literature»,

O Anglo-lusitano, 7 de julho de 1934)

«A cultura intelectual do nosso paiz assinalou-se de forma admirável.

Urge, portanto, que todos eles sejam registados no livro
que sirva de documento e argumento irrefutável da nossa capacidade
e que seja, ao mesmo tempo, o arauto que espalhará eloquentemente

o que somos».

(Comissão de Propaganda do Centro Regional de Chinchinim,

«Inquérito», *O Anglo-lusitano*, 20 de outubro de 1934)

Introdução

O presente trabalho é o resultado de uma investigação iniciada em fevereiro de 2015, no âmbito do programa de doutoramento em Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa. No seu estado inicial, o projeto tinha como objeto de estudo dois textos que se enquadravam no contexto da história da literatura de Goa de língua portuguesa, nomeadamente, os livros *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* do padre Filinto Cristo Dias, de 1963, e *A literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra, de 1971. A ideia de trabalhar com a historiografia da literatura indo-portuguesa, ou goesa de língua portuguesa, não surgiu da exigência de escolher um objeto de pesquisa para a mera continuação da minha carreira académica, mas foi uma consequência natural de um projeto mais antigo, iniciado na Universidade de Bolonha, no âmbito do mestrado em Literaturas Modernas, Comparadas e Pós-coloniais (2011-2014), cuja dissertação final tinha como tópico a historiografia literária indo-portuguesa encarada enquanto *problema*. Embora haja menos de uma década a separar ontem de hoje, naquela altura, o material disponível sobre o assunto estava limitado a poucos textos críticos, obras literárias de difícil acesso – sobretudo a partir de Itália – e um par de livros de história da literatura. Viajar para Goa, naquela época, significou muito, não só pela experiência em si da viagem, mas sobretudo por constatar que havia muito mais a ser pesquisado e que, com muita probabilidade, a dissertação de mestrado teria sido o primeiro passo de um longo caminho. Hoje em dia, quem se aproxima da literatura de Goa de língua portuguesa, pode contar com uma rede consolidada de investigadores e com ferramentas de pesquisa que tornam o trabalho definitivamente mais fluido do que há uma década atrás. De facto, a compreensão da historiografia literária indo-portuguesa enquanto *problema* procedeu das dificuldades em encontrar textos que abordassem a literatura em questão de maneira objetiva e exaustiva. Na minha leitura ingénua das obras que se tornaram, posteriormente, o *corpus* ativo da presente tese de doutoramento, julgava tudo muito contaminado por uma visão *muito portuguesa* do assunto; porém, o leitor desta tese se dará conta de que tal convicção não teve longa vida.

A consultação de um livro de história literária é um passo fundamental a dar, o primeiro talvez, para quem quiser conhecer uma literatura e fazer uma primeira reconhecimento de tudo aquilo que foi escrito à sua volta. Nesta tese, o passo é dado na direção contrária. Depois ter alcançado uma certa confiança com a literatura em causa, acontece que são os próprios livros de história literária a se tornarem objetos de estudo. À luz disso, o objetivo principal desta tese é realizar uma análise comparativa de três obras que se colocam, em medida maior ou menor, na vertente historiográfica do âmbito dos estudos sobre a literatura de Goa de língua portuguesa. As obras de interesse são *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de Vicente de Bragança Cunha, de 1926, *Esboço da*

história da literatura indo-portuguesa de Filinto Cristo Dias, de 1963, e *A literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra de 1971. Com esta análise, pretendo averiguar as ideias que edificaram esses exemplos de histórias literárias, entender *o como e o porquê* da sua existência. De maneira específica, pretendo estudar:

- a ideia de literatura indo-portuguesa que os autores perfilam, a partir da observação da tipologia textual das obras que incluem nos próprios livros e da identidade cultural dos escritores considerados;
- estudar a estrutura física dos três livros, nomeadamente, a organização dos vários capítulos que os compõem, procurando verificar se há presença de elementos procedentes de modelos específicos de história literária;
- averiguar o nível de crítica literária reproduzido nos discursos dos quatro autores;
- enquadrar as três obras no cenário político e cultural do seu tempo e fazer, quando for apropriado, uma ligação com as problemáticas que animaram os debates da época;
- identificar o envolvimento pessoal dos quatro autores nas suas obras e a eventual adesão a determinados discursos epistemológicos e políticos, ou o alinhamento a uma certa mentalidade da época;
- ler as três obras no interior do contexto mais amplo da produção textual dos quatro autores e fazer, eventualmente, uma ligação com o resto das suas publicações;
- apreciar o êxito e a receção das três obras, e ver se e em que medida estas influenciaram os estudos publicados posteriormente ou, dito de outra forma, delinear uma genealogia da historiografia da literatura goesa escrita em português.

Aquilo que impulsionou o empreendimento desta investigação, da qual esta tese representa o resultado final, foi a vontade de participar no debate atual sobre a escrita, ou rescrita, da história da literatura de Goa de língua portuguesa, acreditando que fosse necessário estudar a fundo a natureza das *antigas* obras de história literária, antes de proceder à sua reforma. A motivação reside, principalmente, na exigência de entender a fundo como a história da literatura foi concebida durante um período proficuamente ativo para a produção literária de língua portuguesa em Goa, e, em segundo lugar, ver até que ponto a ideia de história literária que se depreende dessas obras desenvolve uma função mimética, exclusivamente, da comunidade de pertença dos historiadores literários em causa. Nesse sentido, o enquadramento desta tese na teoria da história literária foi fundamental para agrupar instrumentos críticos para realizar a leitura dessas obras, e para perceber em que medida os problemas da história e da historiografia literária de Goa podem ser agenciados como problemas gerais da história literária.

Ulteriormente, como objetivo secundário desta tese, pondero a possibilidade de colocar a história da literatura de Goa no debate mais alargado sobre a renovação epistemológica da história literária, enquanto área de estudo. Nesse sentido, não é minha intenção fazer uma proposta final para um novo modelo historiográfico para a literatura de Goa, mas sim demonstrar como o estudo das antigas obras de história literária seja uma etapa indispensável para poder avançar com novas ideias em relação a este assunto, sendo preciso conhecer as peculiaridades positivas e negativas dessas obras, para podermos criticá-las, desconstruí-las e rejeitá-las ou, contrariamente, para podermos aproveitar dos seus intuitos embrionários.

Para conseguir alcançar esses objetivos, foi pensada uma tese com uma estrutura organizada em cinco capítulos, dois de alcance mais teórico e três de carácter mais analítico, cada um dedicado a uma obra dos *corpus* ativo.

O primeiro capítulo, «Goa *em português* e a história literária», pode ser considerado um capítulo misto, no sentido de que junta uma abordagem aos textos e uma abordagem teórica. Na primeira secção deste capítulo, é apresentado o problema central que esta tese tenciona discutir, oferecendo, em jeito de *estado da arte*, um quadro resumido da questão historiográfica no âmbito literário goês de língua portuguesa. De acordo com um dos objetivos anteriormente referido, nomeadamente, o de traçar uma genealogia da historiografia da literatura goesa de língua portuguesa, na segunda secção, abordo também uma série de textos que, pelas motivações que serão ilustradas a seu tempo, defino enquanto *à margem* da história literária. Tais textos vão me permitir entrar nos problemas principais que concernem a historiografia da literatura goesa em português, sendo que são representativos de um tratamento da matéria literária que muitos autores partilharam. Na terceira secção, volto a colocar algumas questões peculiares relativamente ao meu objeto de estudo.

No segundo capítulo, «Modelos de história literária no século XX: entre *revivals* e comparatismos», abordo algumas das propostas de renovação dos modelos historiográficos avançadas no século XX. Na primeira e na segunda secção, menciono as principais linhas teóricas que atravessaram o debate à volta da plausibilidade epistemológica da história literária, da relação desta com a história, da sua crise e da sua reforma. As contribuições teóricas que refiro nesse momento específico provêm tanto de fontes originais, quanto de estudos de outros investigadores, nossos contemporâneos, que já aprofundaram o estudo de tal debate. Essa parte foi importante para refletir nos principais pontos críticos que são atribuídos à história literária, e para entender que essas mesmas reflexões podiam ser alargadas ao âmbito goês e, por isso, aplicadas para a análise das três obras centrais do presente trabalho. Depois de um género de introdução à revisão epistemológica da história literária, na terceira secção comparo duas visões sobre o modelo nacional – de David Perkins (1992) e Linda Hutcheon (2002) – e sobre a sua persistência, ainda hoje difícil de desarraigá-la. Aqui o

modelo nacional não é tido necessariamente como história de uma literatura nacional, mas sim como modelo capaz de suportar o processo de afirmação de qualquer literatura que tenha um valor representativo para uma comunidade. Na quarta secção, presto uma atenção particular para o âmbito da história literária comparada, entendida como proposta que supera os problemas subjacentes ao modelo nacional de história literária. Na quinta e na sexta secção, apreciei dois casos específicos que se relacionam com o caso goês, nomeadamente, a historiografia das literaturas de língua portuguesa e da literatura indiana de língua inglesa, acolhendo a sugestão de outros investigadores, devidamente citados no capítulo em questão, de repensarmos a literatura goesa de língua portuguesa em diálogo com essas duas áreas. Se bem que pela leitura do índice desse capítulo o nome de Goa não aparece, a literatura goesa em português, a sua história e a sua historiografia aparecem em quase todas as secções, sendo que a discussão teórica é sempre, de alguma forma, redirecionada para o assunto principal desta tese.

Nos últimos três capítulos, analiso os três livros que são o cerne do meu estudo, enquanto no capítulo de conclusão procedo a uma comparação sumária deles. Os três livros foram estudados seguindo o mesmo método, ou seja, fazendo a análise do discurso das partes mais críticas e menos descritivas, colocando-as, porém, no contexto político e cultural da época. Contudo, em cada capítulo foi prestada atenção a todas as peculiaridades de cada obra, sendo que as diferenças presentes entre a estrutura das secções de um capítulo e doutro derivam desse cuidado. O terceiro capítulo sobre a obra de Vicente de Bragança Cunha, *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* (1926), consta de cinco secções. Neste capítulo, justifico o facto de querer incluir este livro na minha tese, apesar de não ser propriamente um livro de história literária. De facto, a obra em questão foi adicionada posteriormente no meu projeto de investigação, tendo tomado consciência da sua importância somente quando o projeto se encontrava numa fase mais avançada. Deixando as devidas explicações para o capítulo dedicado, neste detenho-me brevemente na atividade jornalística de Vicente de Bragança Cunha e comparo o seu livro com a rubrica «Literatura indo-portuguesa», por ele publicada no jornal *A India Portuguesa*, em 1919, da qual procedem os cinco capítulos da sua obra. Diversamente dos capítulos destinados às outras duas obras, este contém uma secção sobre o pensamento político do autor, manifestando-se, este, de forma bastante clara no livro. Por outro lado, um aspecto que este capítulo partilha com os outros é a presença de uma secção final de reflexão geral sobre a obra.

O capítulo reservado para o *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* do padre Filinto Cristo Dias (1963) consta de sete secções. Depois de ter introduzido essa história literária, antecipando algumas das suas particularidades, contextualizo a sua publicação no cenário da pós-independência goesa, e relaciono os conteúdos do livro e as ideias do padre de Chinchinim com a sua

produção ensaística anterior e posterior a 1963 – sobretudo a da «Secção literária» do *Diário de Goa* (1954-1958) – sempre à volta da literatura indo-portuguesa. A análise do livro debruça-se na estrutura da obra e nos parâmetros de confeção da história literária, sobretudo no conceito que o padre Cunha para a história da literatura indo-portuguesa e na sua periodização. Tal como o capítulo anterior, também este apresenta uma secção conclusiva em que são tecidas críticas à obra em geral, começando a delinear-se uma primeira comparação com os antecessores do padre.

Ao livro *A literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971) é dedicada a parte mais extensa da tese. Apesar de ter tentado distribuir o espaço de maneira equilibrada, dada as notáveis dimensões da obra, foi necessário estender o seu estudo a mais páginas. O capítulo consta de sete secções e é introduzido pelo enquadramento da obra na época da sua publicação; a seguir, na segunda e terceira secção tracei uma espécie de genealogia dessa história literária, falando, de maneira geral, do trabalho de investigação que os autores empreenderam, baseando-me, sobretudo, na entrevista à escritora Vimala Devi, que se encontra como anexo na parte final desta tese. A partir da quarta secção do quinto capítulo, entrei na leitura pormenorizada do livro, começando a abordar os problemas metodológicos confessados pelos dois autores, bem como questões conceituais, para depois avançar com a observação da estrutura da obra e a periodização. Na parte final, além das reflexões gerais do costume, comparo alguns problemas que a leitura da obra de Devi e Seabra levanta com os aspectos mais críticos dos livros de Vicente de Bragança Cunha e Filinto Cristo Dias.

As conclusões da tese têm uma função de epílogo, proporcionando, ainda, a ocasião para desenvolver um momento comparativo e de reflexão para o futuro, voltando, agora, a reiterar que o objetivo desta tese não é escrever uma nova história da literatura indo-portuguesa, mas sim contribuir ao debate em curso. À luz disso, é preciso fazer um ulterior esclarecimento. Este trabalho abrange apenas a história e a historiografia que concerne a literatura de Goa que foi escrita em língua portuguesa. Nesse sentido, cabe-me dizer que estou consciente da existência de *outras* literaturas goesas, que se exprimiram tanto em marata quanto em concani, bem como em língua inglesa. A história e a historiografia dessas literaturas, com pena minha, não me compete. Devo, infelizmente, deixar a tarefa de revisar os livros sobre as histórias das outras literaturas de Goa para quem detenha a fluência linguística e os conhecimentos apropriados. Contudo, destaco, aqui e ao longo desta tese, a importância de repensarmos todas essas literaturas, e as suas histórias, em conjunto.

Finalmente, no decorrer desta tese, a análise do *corpus* ativo será realizada em diálogo com outros documentos da mais heterogénea natureza, tais como artigos de jornais e de revistas culturais publicados em Goa e em Portugal, ainda em plena presença portuguesa na Índia. Muitas vezes, estes textos apresentam contribuições para o estudo da literatura de Goa em português desde uma ótica

mais polêmica, abordando as problemáticas da literatura como problemáticas imanentes à toda a sociedade goesa, e agenciando-as como falhas da autoridade colonial.

Terminando esta introdução, é forçoso dizer que, sendo esta tese o resultado de um longo trabalho de investigação, muito do material reflexivo aqui exposto é originário de textos de minha autoria, entre os quais artigos e comunicações de conferências. Quando for o caso, estes são citados em nota de rodapé e, com as referências completas, na bibliografia final. Esta última consta, exclusivamente, dos trabalhos que foram consultados pessoalmente, tendo sido excluídos aqueles citados por terceiros.

Goa em português e a história literária

1. Um desafio historiográfico

Na nota prefacial da sua história literária *A literatura indo-portuguesa*, de 1971, Vimala Devi e Manuel de Seabra antecipam um problema que se torna um verdadeiro tópico ao longo do livro, ou seja, as dificuldades com que depararam ao «estabelecer uma perspectiva histórica da literatura indo-portuguesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 5). Tendo empreendido um trabalho de pesquisa bibliográfica desde o zero, eles referem-se, em diferentes momentos do texto, às problemáticas experienciadas na primeira pessoa, relativas não apenas ao levantamento bibliográfico de fonte dispersas e, por vezes, de rara acessibilidade, mas também à própria organização da obra e ao método certo para abordar e analisar os documentos resenhados. De maneira geral, denunciam os problemas que comportava o tratamento de um conjunto de textos tão disseminado e tão amorfo como a literatura de Goa, um campo ainda muito pouco explorado naquela altura. Tentam encontrar, portanto, uma explicação para o facto de terem sido poucos os que se aventuraram na *sistematização* da literatura de Goa, bem como no seu estudo crítico.

Com efeito, na parte do livro dedicada à crítica literária, Devi e Seabra falam de *sistematização* da literatura indo-portuguesa para informar o leitor sobre um *corpus* de textos que tinha como objetivo ordenar e categorizar essa produção literária ou inaugurar a crítica literária em Goa. O verbo *sistematizar* e o substantivo *sistematização* são amplamente operados ao longo do capítulo em questão. Fala-se de «sistematizar conceitos literários» (DEVI & SEABRA, 1971: 247) para uma série de artigos de crítica literária publicados por Júlio Gonçalves na revista literária *Ilustração Goana* entre 1864 e 1866;¹ «sistematizar uma literatura virgem de crítica» (DEVI & SEABRA, 1971: 247) para o artigo seminal de Jacinto Caetano Barreto Miranda «Duas palavras sobre o progresso literário em Goa», de 1864; «tentativa de sistematização da história literária de Goa» (DEVI & SEABRA, 1971: 248) no caso do primeiro livro sobre literatura de Goa, *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de Vicente de Bragança Cunha, de 1926; «tentativa de estudo sistemático da literatura indo-portuguesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 248) para descrever *Esboço da*

¹ No caso de Júlio Gonçalves, Devi e Seabra especificam que se trata de ensaios de crítica literária que tinham como objeto de interesse as literaturas europeias. Apesar de não concernirem a literatura produzida em Goa, os artigos de Júlio Gonçalves são importantes para documentar o início de um interesse dos goeses pela crítica literária e a literatura criativa com qualidades estéticas a serem apreciadas.

história da literatura indo-portuguesa de Filinto Cristo Dias, o qual, publicado entre 1957 e 1963, foi o primeiro texto a apresentar-se como história literária da comunidade católica de Goa.

Contudo, o referente associado à palavra *sistematização* muda conforme o contexto em que essa palavra é enunciada no livro, bem como os nomes derivados da palavra *sistema*. Por exemplo, citando alguns excertos da obra, na secção sobre o ensaio, Devi e Seabra declaram a dificuldade encontrada em determinar os limites entre o ensaio descritivo e o ensaio historiográfico, uma «dificuldade básica de *sistemática*» (DEVI & SEABRA, 1971: 237). Eles afirmam que «entre os escritores goeses nunca houve, bem definida, uma consciência de géneros literários como na Europa. Por isso, é algumas vezes exploratória a *sistemática* adoptada» (DEVI & SEABRA, 1971:237). Nesse caso, com *sistemática* entendem um método para classificar os textos em categorias literárias, que seja válido para colmatar uma lacuna deixada pelos próprios escritores – nesse caso ensaístas –, impossibilitados de aderir a um ou a outro género literário por falta de instrumentos críticos. Outro exemplo de contexto em que eles empregam a palavra *sistematização* é no capítulo sobre a poesia do século XX. Introduzindo a poesia lírica dos indianistas,² Devi e Seabra escrevem: «o estudioso da história literária de Goa que procure uma *sistematização* da atitude mental do goês não pode deixar de deparar com duas tendências, nitidamente distintas, de posição cultural» (DEVI & SEABRA, 1971: 310). A *sistematização* refere-se, aqui, a um discernimento da identidade cultural goesa, indiana e, simultaneamente, católica, do qual o historiador literário não pode prescindir; de facto, não será por acaso se os dois autores fazem confluír esse dilema identitário no problema do método, assumindo o método sociologista como o único a ser compatível com o estudo da literatura indo-portuguesa. *Sistematizar* é, no exemplo do estudo da poesia indianista, tornar claro, simplificar sem desvalorizar.

Hoje em dia, podemos contar com numerosos trabalhos sobre a literatura de Goa de língua portuguesa, estando o interesse para essa vertente do mundo literário goês em contínuo crescimento. É de 2019, o livro de Paul Melo e Castro *Colonial and post-colonial Goan literature in Portuguese: woven palms*, um volume que junta ensaios académicos de autoria de diferentes pesquisadores de procedência internacional, muitos dos quais ligados ao projeto temático da Universidade de São Paulo, *Pensando Goa* – hoje uma referência imprescindível no âmbito académico dos estudos, literários e não, sobre Goa. Em 2017, sempre no contexto do mesmo projeto de investigação, foi

² *Poesia indianista* é a expressão com que, convencionalmente, nos referimos à poesia produzida por goeses e descendentes, em Goa e em Portugal, entre o fim da década do século XIX e o início do século XX, e que teve como marca distintiva a celebração do imaginário mítico hindu e do repertório literário védico. Escrita por poetas de religião católica, foram muitos os estudiosos que realizaram trabalhos críticos sobre a poesia indianista. Para aprofundamentos, veja-se: «Indianismos na poesia brasileira e goesa: os casos de Gonçalves Dias e Paulino Dias» de Duarte Braga e Helder Garmes (2016), «A poesia goesa de língua portuguesa no contexto das literaturas em português» de Helder Garmes (2016).

publicado *A house of many mansions: Goan literature in Portuguese*, organizado por Cielo G. Festino e ainda Paul Melo e Castro. Em 2015, mais uma vez, Melo e Castro publica a antologia de contos *Lengthening shadows: an anthology of Goan short stories translated from Portuguese*; enquanto são de 2012 os livros *Oriente e Ocidente na literatura goesa* de Eufemiano de Jesús Miranda e *Literatura goesa em português nos séculos XIX e XX: perspectivas pós-coloniais e revisão crítica* de Joana Passos. Paralelamente à publicação desses livros, foram e, ainda vêm sendo, publicados artigos em revistas acadêmicas e culturais, às vezes inteiros dossiês temáticos sobre a literatura de Goa em português, ao mesmo tempo que seminários e colóquios de cunho internacional e interdisciplinar acontecem anualmente em diferentes partes do mundo. À luz disso, poderíamos identificar todas essas contribuições acadêmicas como novas *tentativas de sistematização* da literatura de Goa em português? Se sim, quantas delas podem ser enquadradas no âmbito epistemológico da história literária?

Repensando no significado do verbo *sistematizar*, na sua aceção de compilar, de organizar em forma de sistema, de abordar de acordo com um critério, um método ou os ditames de uma teoria, podemos afirmar que sim, os exemplos acima citados são, sem dúvida, *tentativas de sistematização*.³ Eles partilham o desejo de arrumar e compreender, com diferentes ferramentas teóricas e metodológicas, a literatura de Goa que foi escrita em português. Contudo, relativamente à segunda pergunta, esses textos não chegam a poder ser considerados enquanto textos de história literária porque não manifestam, nas suas intenções, o anseio de se configurar enquanto tais.⁴ Baseados no estudo crítico das obras, na problematização das dinâmicas políticas, sociais e culturais que caracterizaram o contexto histórico colonial em que a literatura indo-portuguesa foi produzida, na tradução de textos literários para o inglês – língua que agiliza a circulação e a recepção dessa literatura no mundo e, sobretudo, na Goa do século XXI –, os trabalhos mais atuais distanciam-se de uma perspectiva historiográfica para a recuperação do *corpus* literário goês de língua portuguesa, privilegiando outras formas de *sistematizar* essa literatura.

Esse aspecto leva a questionar se é a história literária um género caído em desuso, um género que se tornou obsoleto devido às incisivas críticas que recebeu durante o século XX, as quais refutavam a sua plausibilidade epistemológica, ou se é a história da literatura de Goa em português, ou indo-portuguesa, a não ser passível de um processo de reavaliação e reescrita. No presente trabalho, o exercício crítico que será empreendido para tentar encontrar uma solução a esse desafio historiográfico é o estudo de três obras do passado que são convencionalmente consideradas as três

³ No segundo capítulo, veremos como no caso das literaturas de língua portuguesa, a ideia de sistema formulada por Antonio Candido na *Formação da literatura brasileira* (1959) será incisivo na edificação das historiografias destas.

⁴ Uma exceção pode ser representada pelo livro de Joana Passos, a qual coloca a questão das origens, da periodização e do cânone.

principais contribuições sobre a história da literatura de Goa em língua portuguesa. Estes são: *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de Vicente de Bragança Cunha, de 1926, *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* do padre Filinto Cristo Dias, de 1963, e *A literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra, de 1971.

Contemplar estas histórias literárias como objeto de estudo comporta que estas sejam consideradas enquanto fontes ativas e autónomas, e não simples textos de referência. O discurso dos seus autores é considerado consciente e autorizado, e a análise do discurso revela-se a estratégia mais eficaz para o estudo da autoridade autoral legível nessas obras, na medida em que permite averiguar as eventuais correspondências entre o plano semântico e o plano estrutural – portanto, entre a enunciação do autor e a estrutura do livro. De acordo com Carlos Manuel Ferreira da Cunha (2002), investigador português que dedicou grande parte da sua carreira académica à teoria da história literária:

Uma história da história literária deve dar conta da sua existência enquanto formação discursiva (com os seus objectos, conceitos, modalidades enunciativas e opções estratégicas), na sua articulação com outros discursos, e enquanto prática discursiva, ou seja, como instituição social – a escola como regime e processo de apropriação social, de «normalização» –, com os seus procedimentos externos de controlo discursivo (da selecção dos sujeitos falantes no discurso pedagógico à constituição discursiva da «vontade de verdade») e a sua função social, enquanto capital simbólico e cultural das comunidades nacionais, de que dependem o estatuto e valor do discurso literário. (CUNHA, 2002: 28)

Se bem que a análise de Cunha interesse a história da história literária geral – tanto como texto, quanto como género e disciplina –, acredito que quanto referido na citação extraída do seu livro possa ser aplicado também ao estudo de casos particulares. Nesse sentido, no caso do estudo do *corpus* desta tese, a análise do discurso permite reconhecer:

- a posição do autor em relação ao próprio objeto de estudo, a qual pode ser interna, auto-inclusiva ou, contrariamente, distante ou externa, a qual pode ser sinal de alguma pretensão de objetividade científica e documental;
- o registo de escrita, se narrativo, descritivo, crítico ou, até, polémico;
- a presença explícita e/ou implícita de discursos oficiais ou epistemológicos, como, por exemplo, o lusotropicalismo no livro de Devi e Seabra – presença explícita de um discurso oficial –, ou o orientalismo nos livros de Bragança Cunha e Dias – presença implícita de uma epistemologia, mediante a citação de textos.

Além disso, o exame da historiografia literária essencial indo-portuguesa ajuda a despertar a atenção para uma série de questões que podem causar aflição em quem tenta, ainda hoje, estudar e *sistematizar* essa literatura. Trata-se de questões não meramente de alcance teórico, mas também metodológico, tendo em conta de que muitos dos problemas levantados pelos primeiros historiadores literários de Goa nunca foram solucionados, continuando ainda muito atuais. Entre esses problemas, destacam-se:

- a preocupação com o momento de fundação ou origem da literatura;
- o esforço de traçar uma narrativa linear da evolução da literatura em causa;
- o problema da representatividade identitária ou comunitária da literatura;
- a observância, explícita ou implícita, dos princípios de inclusão e exclusão. Sobre esse último ponto, é preciso referir que o uso de critérios inclusivos e exclusivos concerne diferentes âmbitos. Por exemplo, pode interessar questões muito básicas como a presença de autores portugueses num *corpus* literário goês; a ausência de um género literário, como o romance, ou a legitimidade da presença de outros, como o jornalismo; até abranger assuntos mais complexos, como a inclusão ou exclusão dos autores hindus e de uma produção literária goesa em língua marata; a abordagem positiva ou negativa de uma determinada época, com avaliação de todos os seus problemas caracterizantes.

Simultaneamente à análise do discurso, será importante contextualizar este estudo no âmbito da teoria da história literária. É necessário apresentar um quadro conciso e explicativo das principais tendências que orientaram e definiram o debate nos últimos dois séculos. Contudo, o ato de reconstruir o estado da disciplina não deverá assumir um simples valor de pano de fundo, mas deve ser carregado de valor heurístico, na medida que se tentará conectá-lo com os problemas e as peculiaridades da história e da historiografia literária de Goa, esclarecendo que a revisão da produção científica em causa não pretenderá ser exaustiva, mas tencionará proporcionar linhas-guia para atingir o pleno entendimento do objeto de estudo.

Como última especificação, cabe dizer que ao lado das três obras de Vicente de Bragança Cunha, Filinto Cristo Dias, Vimala Devi e Manuel de Seabra se encontram uma série de textos que serão definidos, neste trabalho, enquanto *à margem* da história literária. Refiro-me a alguns documentos que, embora não apresentem todos a forma de livro, não tenham sido concebidos como textos de história literária e não sejam muito conhecidos, participam, potencialmente, da construção de um espaço historiográfico para a literatura de Goa em português. Textos como «Duas palavras sobre o progresso literário em Goa» de Jacinto Caetano Barreto Miranda (1864), *Principais poetas goanos* de Joseph Furtado (1927), *India in Portuguese literature* de Ethel Pope (1937), *Goan literature in Portuguese language* de Lourdino A. Rodrigues (1976), *Dicionário de literatura goesa*

de Aleixo Manuel da Costa (1997; 2013) e «A literatura indo-portuguesa contemporânea: antecedentes e percurso» de Orlando da Costa (1999), se bem que aprofundem aspectos diferentes e desde diversas perspetivas, partilham o anseio de dar a conhecer a produção literária em português de Goa, como também outras características dos três textos principais. Por isso, serão brevemente resenhados no presente capítulo.

2. Narratividade e abrangência à *margem* da história literária

Com *estar à margem*, entendo tanto o lugar secundário que foram ocupando esses textos nos estudos sobre a literatura de Goa, quanto a própria relação fronteiriça com a história literária. Também a um livro como *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de Vicente de Bragança Cunha de 1926 poderá ser contestado o facto de se considerar um texto de história literária. Não só pela própria natureza dos textos que o compõem, mas também pelo próprio facto de o autor se interessar, sobretudo, em assuntos de interesse cultural e político da vida goesa. Outro factor que pode fazer recuar no afirmar que se trate da primeira história literária de Goa é a aparente descontinuidade dos eventos e dos tópicos abordados, devido, provavelmente, ao facto de o livro ser uma recopilação de artigos publicados anteriormente na rubrica «Literatura indo-portuguesa» do jornal *A India Portuguesa*, em 1919, na época em que o diretor era o próprio autor.

Contudo, sendo as histórias literárias geralmente consideradas enquanto *narrativas*, é preciso discutir os múltiplos termos em que a *narratividade* se pode manifestar, ao mesmo tempo que a inclusão de referências não propriamente literárias pode acontecer também nas histórias literárias com um entendimento esteticista e monumental da literatura. Sem entrar, desde o imediato, na problemática do modelo narrativo de história literária – a qual será enfrentada no segundo capítulo desta tese –, cabe aqui citar Hans Harder (2010) na introdução ao livro *Literature and nationalist ideology: writing histories of modern Indian languages*:

Compared with other narratives, however, the narrativity of literary histories does not seem to be as constitutive and fundamental. This becomes evident when we look at its prehistory: the precursors of literary histories (in South Asia and elsewhere) are sometimes not narratives themselves, but versified lists, charts, tables, catalogues, review articles, etc. These are modes of presentation with a limited or even absent level of narrativity, but with functions not alien to those of narrative literary historiography. If storytelling is the main predecessor for narrative genres such as the novel or short story, for literary histories it is stocktaking and orienting devices such as maps, directories, inventories, manuals and the like; and arguably more than in other areas of writing, the functionality inherent in these devices is inherited by literary history and becomes one of the major yardsticks to measure their quality and success.

Needless to say, this stocktaking is not at all outside the normative and evaluative dimension of literary historiography, but rather a constituent and integral part of that dimension. Selectivity as a necessary part of the work of a literary historiographer comes in at this very basic level. The practice of literary historiography involves first of all a choice of such works as are to be taken into account. (HARDER, 2010: 4-5)

Abandonando a ideia de que a *narratividade* esteja vinculada unicamente a um registo de escrita, na citação de Harder percebe-se que a *narratividade* pode ser discernida olhando mais simplesmente para os critérios de inclusão e exclusão aplicados pelo historiador literário e, por isso, pode ser identificada também em textos que não se apresentam enquanto livros de história da literatura. Observando as ausências e as presenças é compreensível qual a história que o autor quer encenar, quem são os seus atores, quais os factos e as finalidades. Para proporcionar um exemplo no contexto da história literária de Goa, o livro de Vicente de Bragança Cunha e o artigo de Jacinto Caetano Barreto Miranda, «Duas palavras sobre o progresso literário em Goa», concernem um *corpus* de textos produzidos por expoentes das elites católicas de Goa, ou por portugueses que escreveram sobre Goa, abrangendo não só experiências literárias de escrita criativa,⁵ mas sobretudo publicações periódicas, como jornais e revistas não literárias, textos religiosos e trabalhos de investigação historiográfica. Apesar de eles não construírem uma proposta tangível para inscrever a produção literária de Goa dentro de um conceito ou de um projeto historiográfico, Bragança Cunha e Barreto Miranda lançam uma ideia de *abrangência* que será acolhida por Filinto Cristo Dias e por Devi e Seabra. Tal *abrangência* transformar-se-á, nas obras que se seguirão, de facto, em *narratividade*, sendo que já estes últimos partilharão uma preocupação com a determinação das origens, da periodização e das perspetivas para o futuro em relação ao momento em que escrevem. Em poucas palavras, tentam construir uma narrativa linear graças à própria inclusão de textos pertencentes a diferentes géneros e áreas.

Relativamente à *abrangência*, a reflexão de Hans Harder continua a ser proveitosa para o nosso caso. Para o investigador alemão, é plausível que a história literária produzida na Índia, nos seus primórdios, tenha recorrido a referências não procedentes da esfera do «literary proper» (HARDER, 2010: 4), especialmente nos casos em que esta teve de se confrontar com a singularidade de obras peculiares. Citando Harder:

Even literary histories with a strong *l'art pour l'art* orientation could, arguably, not possibly avoid this grounding in, and occasional touch-down on, the base of non-literary surrounding systems of reference, for the

⁵ No caso do artigo de Jacinto Caetano Barreto Miranda, não há presença de literatura criativa, nem de crítica literária.

mere celebration of some singularity of literary composition *per se* would not lend itself to the idea of history. Singularity does not yield the taxonomies needed to structure an account of successions and developments, which is the minimal requirement of any narrative literary history. Literary historiography, then, is a go-between, mediating between a certain literary realm or production and different extra-literary spheres. As such it has multiple binds in both a methodological and a teleological sense: its referent is literature alright, but its *telos* is the location of literature in other frameworks we will still have to discuss. (HARDER, 2010: 4)

O primeiro exemplo que Harder proporciona para ilustrar o tratamento da singularidade é o do autor Akshay Kumar Datta, autor de obras de cunho científico – sobretudo físico e geográfico – e, ao mesmo tempo, personalidade importante da história literária bengali, por ter sido um dos protagonistas da Renascença Bengali do século XIX; o segundo exemplo é o da prosa política moderna, resenhada nas histórias literárias até a Partição (1947) e sucessivamente delegada à história e às ciências políticas; o último exemplo é o *Jñāneśvarī*, o comentário em língua marata ao *Bhagavadgītā*, antigamente uma das obras mais valorizadas da história literária marata, agora deixada aos estudos religiosos – assim como o género do comentário em geral. Harder demonstra, portanto, que: «the criteria that determine what literature proper is, and whether a text is part of literature or not, are arbitrary and dependent on changing and historical axioms» (HARDER, 2010: 6). É evidente que no caso da história da literatura de Goa, a singularidade, assim como é entendida nos exemplos ilustrados por Hans Harder, não se reduz apenas a poucos casos de obras ou personagens, mas à produção literária indo-portuguesa quase na sua totalidade. À luz disso e da importância das *stocktaking sources* sublinhadas por Harder, podemos considerar os trabalhos de Jacinto Caetano Barreto Miranda e Vicente de Bragança Cunha como as sementes de uma historiografia literária de Goa em língua portuguesa e, por essa mesma razão, acredito que possam ser estudados com a mesma metodologia com que se abordam outras obras posteriores, assumidamente, de história literária.

Também Carlos Manuel Ferreira da Cunha, no seu livro *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX* (2002), escreve que «a evolução do conceito de literatura faz com que as histórias da literatura do passado retratem sobretudo o que no seu tempo era considerado literatura» (CUNHA, 2002: 28). Ainda no mesmo livro, Cunha lembra a diferença entre *história literária* e *história da literatura* proposta por Désiré Nisard, em *Histoire de la littérature française* (1844–1861): «A primeira teria como objecto a literatura na sua acepção mais vasta, a “vida literária” da nação, consistindo no inventário de tudo o que se escreveu, publicou e leu, e do respectivo contexto histórico e político-institucional». Enquanto a segunda, «estudaria a literatura no sentido restrito, implicando uma selecção dos textos com base em critérios estéticos ou morais,

religiosos e políticos, evoluindo de uma maneira geral entre a história das formas, das ideias e das mentalidades» (CUNHA, 2002: 37). Com o passar do tempo, essa distinção foi alterada, assumindo novas significações. Por exemplo, citando a partir do livro de Cunha (2002), Teófilo Braga resignificava a diversidade das duas expressões, alegando que a *história da literatura* concerne o «complexo das criações sentimentaes e intellectuaes» (1875 *apud* CUNHA, 2002: 38) com que um povo manifesta a sua identidade nacional; porém, se a *história da literatura* inclui também obras de cunho científico, esta se torna numa *história literária*. Mais tarde, nalguns casos, como o de Adolfo Coelho no seu *Curso de litteratura nacional* (1881 *apud* CUNHA, 2002: 39), com o termo *história literária* será identificada uma disciplina que faz parte das ciências filológicas. Contudo, a distinção entre *história da literatura* e *história literária*, quando colocada em relação com a questão da *abrangência* e da inclusão das fontes não propriamente literárias, faz refletir sobre o facto de que essa inquietude epistemológica é uma problemática de base da historiografia literária.⁶

2.1 «Duas palavras sobre o progresso literário em Goa» de Jacinto Caetano Barreto Miranda (1864)

O artigo «Duas palavras sobre o progresso literário em Goa»⁷ foi publicado em 1864 na *Revista contemporanea de Portugal e Brazil*, uma revista lisboeta de cunho cultural e literário, nascida a partir da experiência da *Ilustração luso-brasileira* e que se inspirava no universalismo da *Revue des deux mondes*.⁸ O autor do artigo, Jacinto Caetano Barreto Miranda (1842-1879), é um jovem advogado da elite brãmene de Margão, conhecido do público sobretudo por ter publicado os três volumes *Quadros historicos de Goa: tentativa historica* (1863-1865) e o panfleto *O que fomos e o que somos* (1866), objeto, este último, de uma agitada polémica entre os jornais *O Ultramar* e *A*

⁶ Referindo mais uma vez o livro de Ferreira da Cunha sobre a construção das práticas discursivas na história literária portuguesa, o investigador reporta o caso de textos como a *Bibliotheca lusitana* de João Franco Barreto (1662-1665), a *Biblioteca lusitana* de Diogo Barbosa de Machado (1741-1759), o *Diccionario bibliographico portuguez* de Inocêncio F. da Silva (1858-70), continuado por Brito Aranha, e os trabalhos histórico-literários da Academia Real das Ciências de Lisboa – como *Memórias da literatura portuguesa* de 1792 –, contextualizando estas obras num «âmbito proto-histórico», uma fase considerada como «preparatória» e, por isso, indispensável, sucessivamente, para a história literária moderna (CUNHA, 2002: 33).

⁷As ideias contidas nesta secção foram apresentadas previamente no congresso internacional *Política e cultura na imprensa periódica colonial* em maio de 2017, num *paper* que será publicado em língua inglesa. Agradeço muito à Doutora Sandra Ataíde Lobo pelas valiosas sugestões que me deu ao ler a primeira versão do texto em questão, das quais muitas se refletem também ao longo da presente tese, sobretudo nesta secção e no capítulo dedicado a Vicente de Bragança Cunha.

⁸ De acordo com a ficha técnica da *Revista contemporânea de Portugal e Brazil* compilada por Pedro Teixeira Mesquita, a revista foi publicada em Lisboa entre o dia 1 de abril de 1859 e o dia 31 de março de 1865, tendo havido uma interrupção de um ano a partir de abril de 1863. A publicação foi fundada por Ernesto Biester – diretor da revista até o seu fim –, António Xavier de Brederode e José Maria de Andrade Ferreira, contando também com a colaboração de autores como Camilo Castelo Branco, Manuel Pinheiro Chagas, Teófilo Braga, Tomás Ribeiro, Gonçalves Dias, Machado de Assis e Inocêncio da Silva.

India Portuguesa.⁹

Além das pretensões universalistas da revista, a participação do jovem e *periférico* intelectual Barreto Miranda pode ser enquadrada no cenário de ressurgimento cultural que se verificou em Goa, depois da chegada das ideias liberais trazidas pelas lutas constitucionais portuguesas (1820-1822), a reintrodução da imprensa sob o selo nacional (1822) e a fundação da primeira tipografia particular goesa, em Margão, pela iniciativa do brâmane Bernardo Francisco da Costa (1859).

«Duas palavras sobre o progresso literário em Goa», além de ser o primeiro texto a fazer uma reconstrução histórica do tímido universo literário goês de língua portuguesa, realça muito bem as mudanças radicais que o regresso da imprensa aportou em Goa, mas, sobretudo, exalta a iniciativa dos poucos que se aventuraram em fundar tipografias fora do monopólio da Imprensa Nacional. Por exemplo, a iniciativa de Bernardo Francisco da Costa, fundador da tipografia do jornal *O Ultramar*, por ele dirigido – e sucessivamente órgão do Partido Ultramarino –, é elogiada por Jacinto Caetano Barreto Miranda.¹⁰ Este chama a atenção para o facto de Bernardo Francisco da Costa se ter formado na metrópole, em plena Revolução liberal – tendo sido também deputado às Cortes, enquanto representante de Damão e Diu, pelo Partido Regenerador (1853-1858) – e que, estando preparado para empreender as mudanças necessárias ao progresso, «calculou que um dos fundamentos do progresso do paiz era a introdução da imprensa, e voltando á patria não descansou sem que visse montada uma typographia» (MIRANDA, 1864: 589). Da mesma maneira, Barreto Miranda atesta que os primeiros jornais editados por goeses saíram na Índia Britânica, especialmente em Bombaim, como *O Pregoeiro da liberdade* (1838-1846) e *A Abelha de Bombaim*

⁹ O panfleto *O que fomos e o que somos: narrativa histórica e política, carta ao seu amigo Senhor Joaquim dos Remédios Monteiro*, publicado em 1866, foi duramente criticado pelo jornal *A India Portuguesa*, por pintar o goês, identificado no texto como o *canarim*, enquanto indivíduo naturalmente inclinado ao servilismo, devido aos diferentes domínios estrangeiros a que foi subjugado – principalmente árabe e português. Barreto Miranda especifica no panfleto que, longe de ser um ataque aos portugueses, a sua intenção era uma crítica ao espírito de acomodação em que o *canarim* foi criado e a que foi acostumado durante o colonialismo. De maneira particular, ele queixa-se da obsessão do *canarim* para a manutenção de cargos oligárquicos, a *empregomania*, a despeito de outros tipos de trabalho que pudessem ajudar no desenvolvimento económico do país e privilegiando o caminho do conforto e da corrupção. Além disso, Barreto Miranda acusa a elite chardó de ter transformado os conflitos de castas em conflitos políticos, criando divisões no interior do Partido Popular. O panfleto de Barreto Miranda, além de ser objeto de polémicas entre os jornais *O Ultramar* e *A India Portuguesa*, recebeu uma resposta por outro panfleto, escrito por um *canarim* – provavelmente o chardó José Inácio de Lóiola, então diretor de *A India Portuguesa* – e intitulado *Refutação do folheto «O que fomos e o que somos» ou antes Desagravo a honra do Paiz*. Para ler mais sobre essa polémica remete-se para a tese de doutoramento, *O desassossego goês: cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto colonial*, de Sandra Lobo (2013).

¹⁰ No artigo de Barreto Miranda, a fundação de *O Ultramar* é considerada o grande evento, sendo o jornal descrito como um verdadeiro laboratório onde se formarão muitos intelectuais goeses no exercício das letras: «*O Ultramar* foi a pedra de toque, onde se aquilítavam o gosto e a tendencia de muitos nossos patricios, que agora não temem escrever longos artigos, e entrar em posição avançada nas pugnas do jornalismo, sustentando impavidos a discussão e as refregas da luta. *O Ultramar* foi o patriarcho dos jornaes de Gôa que sucessivamente se fundaram em novas typographias, e devem-lhe todos o nascimento que não teriam, se superados os obstaculos não fosse aberto o caminho, por onde pudessem passar novas typographias e vir a lume quantos jornaes quizessem. *O Ultramar* foi o templo, e pelo seu adito saíram os escriptores, que provando as suas forças no jornalismo, foram provadas na tentativa das obras de diversos intuitos. *O Ultramar* foi o forum, em cuja imprensa vieram os nossos talentos já encanecidos pedir publicidade ás suas obras, que ficavam no olvido por causa das difficuldades da impressão» (MIRANDA, 1864: 590).

(1848-1861), entre outros (MIRANDA, 1864: 587). Isto faz pensar na profunda incidência que a experiência de muitos intelectuais goeses no estrangeiro teve na construção da modernidade em Goa. Tanto o livro de Rochelle Pinto *Between empires* (2007), quanto a tese de doutoramento de Sandra Lobo, *O desassossego goês* (2013), prestam atenção a este aspecto. Lobo, por exemplo, sublinha como os goeses emigrados para o estrangeiro, sobretudo aqueles que o fizeram por motivações ligadas ao estudo, contribuíam não apenas para a sua ascensão social e da sua família, mas também para aquela da sua própria casta (LOBO, 2013: 40). Rochelle Pinto chama a atenção para o facto de as elites católicas goesas terem um maior privilégio de mobilidade no interior do império português, atingindo cargos institucionais, aos quais os oriundos de outras colónias não tinham acesso, e contribuindo, por isso, para implementar a autopercepção das elites católicas goesas não enquanto indígenas, mas sim como cidadãos europeus, participantes ativos da Revolução liberal em andamento (PINTO, 2007: 15-16). Nesse sentido, o emprego da imprensa periódica foi fulcral, sendo que a irrupção da produção jornalística deveu-se, de maneira particular, à necessidade de deixar fluir a circulação de ideias e a troca de opiniões, tanto internamente à própria Goa, quanto entre as comunidades indo-portuguesas instaladas na Índia Britânica, entre Bombaim e Calcutá, e, também, entre uma colónia portuguesa e outra. Portanto, estas podem ser consideradas como as razões sumárias porque o dito contexto cultural possibilitou a um jovem goês, como Barreto Miranda, publicar na metrópole a partir de uma posição periférica.¹¹

O artigo, assinado em Margão no dia 20 de dezembro de 1864, desenvolve-se à volta da ideia de progresso literário, apreciando a produção literária de diferentes momentos da história de Goa sob o domínio português.¹² O texto pode ser considerado o primeiro a tentar reconstruir o percurso da literatura em Goa a partir das suas origens, contemplando, também, uma distinção entre as manifestações incipientes deste progresso – como a fundação de colégios e seminários pela Igreja católica, e o início de uma literacia de língua portuguesa com finalidades evangelizadoras – e uma produção textual original. Sendo o artigo destinado, em primeiro lugar, a um público-leitor português, é provável que Barreto Miranda tenha ambicionado demonstrar que também os goeses

¹¹ Além disso, sempre citando do trabalho de Sandra Lobo (2013), deve ser adicionado que, entre as outras contribuições que Bernardo Francisco da Costa deu para incrementar a qualidade da produção cultural em Goa, houve o patrocínio da revista *Ilustração goana* de Júlio Gonçalves (1864-1866) – da qual o próprio Barreto Miranda participava –, considerada um veículo importantíssimo para a expressão da juventude católica goesa – sobretudo brãmãne – da época.

¹² O artigo foi também reproduzido pelo jornal *O Ultramar*, nos nº 331 e 332 de 1865, e comentado em *A Índia Portuguesa* por A. A. de Magalhães, na edição do dia 6 de junho de 1866. No seguimento da polémica à volta do panfleto *O que fomos e o que somos*, Magalhães põe em dúvida a autoria de Jacinto Caetano Barreto Miranda, insinuando que o verdadeiro autor fosse o próprio Bernardo Francisco da Costa. As mesmas acusações tinham sido feitas no caso da autoria do panfleto, e baseiam-se no facto de Barreto Miranda ter expressado palavras de agradecimento em relação à obra portuguesa na Índia no artigo de 1864, enquanto no folheto de 1866 o colonialismo tinha sido elencado como uma das causas pelo qual o goês – o *canarim* – teria desenvolvido um espírito de subserviência. Essa mudança de opinião, aos olhos de Magalhães, era a prova do facto de que um dos dois textos era, na realidade, de autoria do deputado Costa.

eram capazes de produzir uma literatura própria que necessitava de reconhecimento também a nível mundial e, sobretudo, que tinha atingido um estado de maturidade no que se refere à sua relação com a metrópole. Citando a partir do artigo, o objetivo do seu autor era o seguinte:

Os intuitos que presidem á confecção do presente bosquejo litterario de Gôa, não nos deixam acompanhar as phases por que passou o nosso desenvolvimento intellectual, e limitam o empenho a historiar sómente, como e quando a nossa educação litteraria pôde chamar os filhos da India a escreverem e darem á estampa os seus pensamentos. (MIRANDA, 1864: 584)

Com base nisto, vale a pena olhar para a estrutura e os conteúdos principais do artigo. Barreto Miranda abre com uma apologia à chegada dos portugueses à Índia, celebrando a aliança entre os portugueses e os neófitos goeses – «os mais denodados cruzados da santa crença» (MIRANDA, 1864: 583) – na luta contra a dominação islâmica, e o encontro entre a civilização europeia e a indiana, uma civilização, esta última, já *per se* iluminada. A criação de seminários e colégios, «escólas destinadas á cultura intellectual dos povos» (MIRANDA, 1864: 584), é a pedra fundamental para a construção do caminho rumo ao progresso literário, enquanto os sacerdotes são «promotores da emancipação moral do paiz, que deveu ao seu zelo e entusiasmo a iniciativa que tão valente se mostrou para exaltar os povos à altura dos destinos, que lhes estavam reservados» (MIRANDA, 1864: 584). Barreto Miranda exalta, dessa forma, as instituições religiosas por serem as primeiras verdadeiras instituições literárias do país e define a produção textual catequética em língua vernácula, datável no século XVII, como «as primeiras publicações litterarias» (MIRANDA, 1864: 584). As suas observações serão pioneiras ao estabelecer uma perspetiva historiográfica da literatura de Goa. O autor do artigo, de facto, foi o primeiro a definir as obras *Aureola dos indios e nobiliarchia bracmane* do jesuíta brâmane António João de Frias, de 1702, e *Promptuario das definições indicas*, de 1713, do jesuíta chardó Leonardo Pais, como «marcos que assignalam a actividade intellectual das gerações preteritas» (MIRANDA, 1864: 585), uma ideia que será amplamente aceite e partilhada pelos posteriores historiadores literários, como Filinto Cristo Dias, Vimala Devi e Manuel de Seabra, e não só.

Em linhas gerais, o corte temporal que Barreto Miranda propõe até o século XIX será reproduzido noutras histórias literárias. Porém, este artigo ganha um interesse particular porque a descrição do estado da literatura em Goa, na época que será definida como «a idade de ouro da literatura indo-portuguesa» (DIAS, 1963: 29), é feita a partir do próprio momento em que tudo acontece. Em 1821 foi retomada a atividade de impressão em Goa, com a publicação da *Gazeta de*

Goa a partir do dezembro do mesmo ano; em 1937 foi instalada a Imprensa Nacional; em 1859 é fundada a primeira tipografia particular pela mão de Bernardo Francisco da Costa; o movimento jornalístico toma corpo, tornando-se «o alimento de primeira necessidade no paiz, impossivel de ser substituido por outro» (MIRANDA, 1864: 590); é incrementada a produção de publicações periódicas e, conseqüentemente, o número de leitores cresce exponencialmente. Como lembra o próprio autor, o próprio progresso científico auxilia o avanço do progresso literário:

Eram necessárias fontes onde podessem beber a pureza do estylo. Felizmente os barcos de vapor navegando pelo Mediterraneo e Mar Vermelho tendo encurtado as distancias que separavam a metropole da India, o gosto radicado a cultura das letras e a urgencia de ter ao lado mestres que regrasssem os nossos escriptores, trouxeram varios livros da Europa, convidaram os periodicos de Lisboa, e levaram muitos dos que aspiravam á gloria de escriptores, a ter trato com as obras escolhidas. (MIRANDA, 1864: 586)

A proximidade vivencial do autor com os acontecimentos em desenvolvimento faz com que não haja, no artigo, um ponto de chegada, mas sim o elogio de algumas figuras a ele contemporâneas – como os autores de trabalhos historiográficos Filipe Nery Xavier e Miguel Vicente de Abreu, e de Bernardo Francisco da Costa – e uma esperançosa abertura para o futuro. De facto, se o artigo começava com uma espécie de *agradecimento* aos portugueses, no final consta uma advertência endereçada aos irmãos da metrópole, querendo, efetivamente, demonstrar que o caminho para o progresso tinha sido já empreendido pelos goeses:

Do progresso litterario, que se nota em Gôa, e do futuro brilhante que está por vir, a gloria cabe á mãe-patria, que nos ensinou tudo quanto sabemos, e repartiu comnosco irmamente todos os seus foros e immunidades, e por isso confiadamente esperamos, que não ha de haver irmão nenhum da metropole, que lendo estas mal traçadas linhas não folgue ao saber, que a terra dos Albuquerque e dos Castros tresentos e cincoenta annos depois da conquista caminha para o progresso, filho da civilisação, lançada em boa hora pelos antigos portuguezes, e fecundada pelos seus generosos sucessores. Honra-se a metropole honrando-se as colonias. Honram-se as colonias honrando a metropole. (MIRANDA, 1864: 593)

2.2 Principais poetas goanos de Joseph Furtado (1927)

Principais poetas goanos (um estudo crítico) é um ensaio crítico de 1927 publicado pela Tipografia Rangel, de autoria de Joseph Furtado. O ensaio, apesar de constar de apenas 26 páginas, pode ser citado entre os textos de crítica literária mais criteriosos que foram publicados em Goa antes

de 1961. Talvez porque o autor do texto é ele próprio um poeta e, por isso, um autorizado conhecedor da matéria, o ensaio é caracterizado por uma linguagem áspera e franca, que traz à tona méritos e defeitos de estilo de um grupo de poetas goeses, nomeadamente Mariano Gracias, Floriano Barreto, Nascimento Mendonça, Paulino Dias e, por fim, o próprio autor do ensaio. Joseph Furtado (1872-1947) foi um poeta goês que desenvolveu a maioria da sua obra em língua inglesa, tendo vivido sobretudo em Bombaim. Entre as suas principais obras de poesias em língua inglesa, lembramos *A Goan fiddler*, publicado em 1926 na Índia e em 1927 em Inglaterra, *The Desterrado* publicado na Inglaterra em 1929, *Songs in exile* de 1938 e *Selected poems* de 1942.¹³ Enquanto a sua escassa produção poética em língua portuguesa pode ser apreciada na segunda parte do ensaio *Principais poetas goanos*, sob o título de «Primeiros Versos» (FURTADO, 1927: 19-26).

Decidi incluir o ensaio de Joseph Furtado na seleção dos textos *à margem* da história literária, não por este adotar uma perspetiva historiográfica, mas sim por ser um dos primeiros estudos exclusivamente dedicados à poesia goesa em português, e que constitui, efetivamente, uma *tentativa de sistematização* de um objeto literário específico (DEVI & SEABRA, 1971). Furtado reprovava, de uma forma polémica, que os poetas resenhados não se tenham interessado pelas temáticas de inspiração local, que tenham desperdiçado o próprio talento com outros assuntos indianos e, ainda, que não tenham explorado formas líricas diferentes daquela do soneto e da quadra. A ordem de exposição dos poetas é aleatória, como atestam as próprias palavras de Furtado: «A ordem que vou seguir na escolha dos nossos poetas não é alfabética, nem cronológica, nem conforme o merecimento de cada autor; é arbitrária» (FURTADO, 1927: 7). Também poderíamos voltar a citar «a sistematização da atitude mental do goês» a que faziam referência Devi e Seabra, dado que Joseph Furtado quer avaliar nos poetas o seu grau de reflexão identitária na cultura local, transposta para o plano da expressão lírica. Com base nalguns versos do seu poema «O reneiro», ele questiona:

Nunca viste o reneiro,/Sem calça nem casaco,/Ao subir o coqueiro/Agil como um macaco?/Que canta
madrigaes/(Feliz cantor!)/E faz dos palmeiraes/Jardins d'amor?

Sim, viste muitas vezes, mas sem reparar de que êle era uma figura tão interessante entre nós. E quais são os
nossos poetas que tenham reparado nêle ou em tais aspectos da nossa vida, ou nos encantos naturais da nossa
terra? Bem poucos. (FURTADO, 1927: 6)

¹³ Furtado é também autor de um romance de língua inglesa intitulado *Golden Goa*, publicado em 1938.

De facto, além das observações sobre o estilo, Furtado põe ênfase nos aspetos que reconhecem a presença de uma certa *goanidade*¹⁴ nesses poetas, manifestando, ao mesmo tempo, uma certa segurança na expressão de pareceres negativos, como por exemplo no caso de Mariano Gracias, sobre o qual, apesar de ele sentir admiração, chega a confessar a incompreensibilidade e a mediocridade de alguns dos seus versos:

Vejo-me agora numa séria dificuldade. Entre os ingleses um livro de versos é um desafio ao público, e é rigorosamente criticado. Assim não sucede, porém, entre os portugueses, que, com sua natural generosidade, sempre tratam o poeta com a máxima consideração, por mais medíocre que êle seja; o que é bastante prejudicial ao próprio autor. Louvado como é desde o princípio da sua carreira, êle nunca chega a aperfeiçoar-se. Se não fosse assim, o sr. Gracias não teria êstes versos no seu último, undécimo livro, em que êle compara uma mulher com a Margarida de Fausto e Nossa Senhora, e combina «o esplendor de uma aurora» com «a candura da açucena». [...] ¹⁵ E «um rosto terno um olhar de inferno» é para mim incompreensível. (FURTADO, 1927: 7-8)

Furtado não é mais gentil com o resto dos poetas abordados. De Floriano Barreto escreve que se tivesse vivido mais tempo, com certeza teria desenvolvido melhor o seu talento de prosador do que o de poeta, considerando os seus sonetos «mal feitos» (FURTADO, 1927: 12). Também Paulino Dias, definido como «o maior génio literário de Goa» (FURTADO, 1927: 16), não é poupado às rígidas críticas de Furtado:

É muito interessante e de rara qualidade êste poemeto, «Vishnual»; mas enquanto os poemas «O Amor» e «A Lyra da Sciencia», tanto louvados pela imprensa, eu os acho simples retórica e não poesia; sim, belos, vigorosos discursos em verso por um mestre da arte, e nada mais. «Então», pergunta o leitor, «o que é poesia?». Ninguém sabe: poesia é indefinível, poesia sente-se, não se explica. Contudo aos que têm parte natural nesta arte divina, ou aos iniciados nela, a diferença entre poesia verdadeira e poesia falsa ou artificial é positiva como entre mel e fel. Aos outros é um enigma, às vezes ainda aos que fazem versos. (FURTADO, 1927: 16)

Para terminar o seu ensaio crítico, e demonstrar que existe um amplo leque de temáticas *goanas* à disposição da inspiração dos poetas de Goa – bem como outras formas mais modernas de composição poética –, Joseph Furtado anexa uma amostra da sua principiante produção lírica em

¹⁴ Termo não utilizado diretamente pelo autor do ensaio.

¹⁵ Os versos citados de Mariano Gracias são os seguintes: «Tal como a Beatriz de Dante/Ou de Fausto a Margarida,/É gentil, alta, elegante,/ Cheia de graça...e de vida.//Tem o esplendor de uma aurora/E a candura da açucena,/Faz lembrar Nossa Senhora,/Nossa Senhora em pequena.//Morena de rosto terno,/De negro olhar cintilante,/Tens nos olhos um inferno/Mais profundo que o de Dante!» (*apud* FURTADO, 1927: 8).

português. Ele chega à conclusão de que «Nenhum dos nossos poetas tem sido *goano* nas suas composições poéticas. Paulino Dias e Nascimento Mendonça foram mais *indios* que *goanos*» (FURTADO, 1927: 19). Aliás, no início do ensaio, Furtado ilustra como exemplo da vantagem de escrever sobre «cousas de Goa» (FURTADO, 1927: 19), o caso da poeta indiana Sarojini Naidu, a qual, de acordo com o poeta goês, teria atingido o sucesso só quando começou a privilegiar temáticas indianas, deixando o lirismo dos «sentimentos convencionaes na Inglaterra» (FURTADO, 1927: 6).¹⁶ De facto, conectando o início com o fim, Furtado acaba propagandeando a celebração das temáticas goesas como um facto de conveniência para os próprios poetas: «Escrevam os meus compatriotas, sinceramente e bem, de assuntos pátrios, e eu lhes asseguro uma reputação certa. Porque é que querem atravessar oceanos em busca de assuntos?» (FURTADO, 1927: 19). Fazendo, concisamente, uma proposta de compreensão do ensaio *Principais poetas goanos*, poderíamos concluir dizendo que este texto se fundamenta na perseguição de um ideal de poesia goesa, baseado na celebração de imagens e temáticas locais – quase ao limite do folclore –, as quais, na opinião de Furtado, deveriam ser representativas de uma poesia propriamente goesa. A exaltação das temáticas de inspiração local parece uma operação imprescindível também para a obtenção de um reconhecimento da produção literária goesa no nível internacional. Enfim, Furtado mostra a direção a ser empreendida, as coordenadas exatas para que a poesia goesa seja bem-sucedida.

2.3 História da literatura de Goa do Centro Regional de Chinchinim

História da literatura de Goa é uma história literária que nunca chegou a ser impressa. Nem sequer sabemos se chegou a ser estruturada em forma de livro ou rascunho. *História da literatura de Goa* foi uma iniciativa promovida, em 1934, pelo Centro Regional de Chinchinim, em Salsete, no sul de Goa, no contexto da atividade cultural e intelectual do dito Centro. A obra nunca foi compilada, sendo que não se encontra nenhuma informação sobre a sua publicação.¹⁷

O Centro Regional de Chinchinim foi fundado em 1927 por iniciativa do goês Cristovam Furtado, o qual tinha voltado, um ano antes, da experiência do associativismo moçambicano, com o entusiasmo de repetir o experimento na sua terra natal, a despeito da desconfiança e resistências dos

¹⁶ «A propósito, vou contar um episódio da vida da eminente poetiza Mrs. Sarojini Naidu, a quem o leitor deve conhecer como uma figura de destaque tanto na política como na literatura inglesa. Os seus primeiros versos, em medidas e sentimentos convencionaes na Inglaterra, embora perfeitos aliás, tendo sido submetidos ao parecer dum grande homem de letras, êste lhe disse, bruscamente, o que em síntese tem o seguinte significado: “Duma pessoa do seu talento e sensibilidade o que nós esperamos é uma revelação do coração da Índia, uma análise penetrante da paixão nativa, descrições das árvores, frutas e flores da sua pátria. Nós não precisamos destas servis imitações dos nossos poetas. Deite o embrulho dos seus versos no *waste-paper basket*”» (FURTADO, 1927: 6-7).

¹⁷ Agradeço às investigadoras Adelaide Vieira Machado e Sandra Ataíde Lobo por terem partilhado comigo os artigos de jornais que deram conhecimento dessa iniciativa, bem como as informações disponíveis sobre o Centro Regional de Chinchinim.

seus conterrâneos.¹⁸ Sem entrar nos pormenores da história do Centro, limito-me a referir que a principal finalidade deste e do jornal a ele afiliado – *O Regional*, publicado a partir de 1934 – era criar um espírito de comunidade ao nível regional, baseado no apoio mútuo e na valorização das produções culturais locais.¹⁹ Nesse sentido, a forma de organização que agilizava a criação de tal espírito era a própria associação, sendo que um dos objetivos que o Centro se propunha, entre muitos outros, era sensibilizar outras realidades locais na abertura de associações, centros sociais, bibliotecas, grémios e outras formas de organização de carácter não institucional e, sobretudo, não vinculadas a algum partido político ou ideologia específica, sem, contudo, renunciar o confronto de problemas de natureza política. Em 1935, Cristovam Furtado, o fundador do Centro, chegou a lançar a ideia de um Congresso Regional,²⁰ o qual, com muita probabilidade, nunca foi realizado, enquanto, no mesmo ano, Amadeu Prazeres da Costa, então diretor da Comissão de propaganda do Centro, propôs a formação de uma federação de associações goesas.²¹

A História da literatura de Goa foi proposta numa reunião da Direção do Centro junto com a Comissão de propaganda, no dia 29 de julho de 1934. Foi aprovado:

Organizar e publicar a «História da Literatura de Goa» compreendendo não sómente obras puramente literárias mas a literatura científica, o jornalismo, a oratória profana e sagrada, enfim, um «Livro de Ouro» onde estejam arquivadas as actividades dos filhos ilustres de Goa em todos os ramos do saber humano. («Centro regional de Chinchinim», *O Anglo-lusitano*, 18 de agosto de 1934)²²

O Centro Regional de Chinchinim possuía já uma biblioteca, mas pretendia abrir também uma livraria, onde constassem obras de autoria exclusivamente goesa. Na edição do dia 20 de outubro de 1934 do jornal editado pela comunidade goesa em Bombaim, *O Anglo-lusitano*, foi publicado um inquérito para o levantamento de materiais literários para a compilação da história

¹⁸ Um artigo publicado no órgão do Centro, o jornal *O Regional*, no âmbito do 7º aniversário da associação, reconstrói, em linhas gerais, a história da sua fundação, a partir do retorno de Cristovam Furtado até à publicação do jornal. Esse artigo, publicado na edição do dia 17 de fevereiro de 1935, conta das dificuldades que Furtado teve no encontrar apoio nessa iniciativa em Chinchinim, lugar que já tinha visto fracassar a ideia de fundar uma biblioteca local por Loiola Furtado «que angariou fundos, comprou livros, elaborou o projecto de estatutos, ... mas a ideia lançada não foi infelizmente compreendida pelos homens de então. E lá pereceu no embrião a ideia duma Biblioteca» («Centro regional», *O Regional*, 17 de fevereiro de 1935).

¹⁹ Infelizmente, ainda não existem estudos que se dedicaram à história do Centro Regional de Chinchinim e dos seus dinamizadores. Contudo, na biblioteca central de Goa «Krishnada Shama», se pode consultar a coleção incompleta do jornal *O Regional* – anos 1934 e 1935 –, a qual permite acompanhar as atividades e as preocupações do Centro durante os anos de maior funcionamento, bem como reconstruir parcialmente a sua história.

²⁰ «Congresso regional», *O Regional*, 17 de fevereiro de 1935.

²¹ «A federação das associações», *O Regional*, 17 de fevereiro de 1935.

²² A notícia tinha sido referida, de forma sucinta, pelo jornal *O Anglo-lusitano*, já na edição do dia 23 de junho de 1934.

literária de Goa, o qual ilustrava as motivações que levava a Comissão de propaganda a promover tal iniciativa. Vale a pena citar uma parte do inquérito:

Tempos veem e vão. Palácios e cidades sepultam-se na poeira dos séculos. O que imortaliza uma nação é o esforço intelectual dos seus filhos, é a sua literatura.

Além disso, temos que nos CONHECER²³ a nós próprios, temos que conhecer os grandes homens da nossa terra, para que deles nos venha o impulso para prosseguir sempre para frente, o estímulo para continuar a sua obra. Já é tempo de pormos termo à idolatria do estrangeiro e olhar com mais carinho e com mais atenção aos homens que temos em casa.

Temos escritores e cientistas que na vida voaram nas asas de fama, conhecidos e admirados nos maiores centros intelectuais, mas agora, por desprezo, ignorados completamente e inteiramente esquecidos no seu próprio país.

Não haja duvida que Goa geográficamente é um país muito pequeno. Mas neste minúsculo território houve gigantes no pensamento cujos vôos alterosos ultrapassaram oceanos e continentes espalhando o produto do seu saber em diversos ramos de actividade.

A cultura intelectual do nosso paiz assinalou-se de forma admirável.

Urge, portanto, que todos eles sejam registados no livro que sirva de documento e argumento irrefutável da nossa capacidade e que seja, ao mesmo tempo, o arauto que espalhará eloquentemente: – *o que somos*.

E principalmente seja o guia aos estudiosos que, por falta de obra neste género, vivem involuntariamente estranhos á história do seu paiz.

A obra compreenderá não sómente trabalhos puramente literários, mas a literatura científica, o jornalismo, a oratória profana e sagrada e constará de breve notícia biografica dos escritores eminentes desta terra e critica da sua obra e de trechos selectos das suas produções publicadas e inéditas.

Depois de se coligirem todos os elementos, serão êstes rigorosamente apreciados por uma comissão composta de pessoas competentes. (Comissão de propaganda do Centro Regional de Chinchinim. «Inquérito», *O Anglo-lusitano*, 20 de outubro de 1934)

O inquérito segue com um pedido aos leitores, de envio dos materiais e de manifestação de conhecimento de alguma obra ou autor ilustre das suas aldeias, bem como uma prova que documente as suas informações. O texto do inquérito exprime o desejo de ter uma história literária intimamente goesa, que tenha tanto um valor celebrativo, quanto memorialístico e pedagógico. Além das motivações que impulsionaram a propaganda da iniciativa, é interessante notar, também nessa imaginada história literária, a *abrangência* dos géneros literários e textuais que querem ser investigados: «não sómente trabalhos puramente literários», indicando a consciência dos promotores relativamente à natureza da produção literária disponível em Goa.

²³ Letras capitais do texto original.

Apesar de estar já anunciado que a história literária teria incluído também informações biográficas e reproduções de excertos das obras, a curiosidade que fica por satisfazer é qual teria sido a sua estrutura e os seus critérios de seleção, caso o livro tivesse sido publicado? Quem teriam sido os seus compiladores e, sobretudo, qual teria sido o peso representado por estes na definição da *narratividade*? Em conclusão, mesmo que não tenha sido publicada, é caso para incluir essa história literária entre as *tentativas de sistematização* da literatura de Goa, dado que essa iniciativa é importante por dar conhecimento do grau de interesse dos goeses pela própria produção literária, e da vontade de iniciar um processo de consciencialização no que se refere às manifestações culturais locais. De facto, é de reparar que o inquérito publicado em *O Anglo-lusitano* sugere que havia um desconhecimento difuso sobre aquilo que se produzia em Goa no campo das letras, sendo que é interessante pensar na maneira como esses homens escolheram, precisamente, o formato da história literária para colmatar essa lacuna, reconhecendo, assim, o valor celebrativo e pedagógico desta.

2.4 *India in Portuguese literature* de Ethel Pope (1937)

Em 1937, Ethel M. Pope (1882-195?) publica um estudo sobre a influência da experiência colonial na Índia na literatura portuguesa, intitulado *India in Portuguese literature*. O livro, publicado pela Osmania University de Hyderabad e impresso pela Tipografia Rangel de Bastorá, é a tese de doutoramento de Ethel Pope, a qual afirma no prefácio que a inspiração para realizar a sua pesquisa chegou de um professor da University of Benares – hoje Varanasi, no Uttar Pradesh –, apaixonado pela cultura portuguesa. A autora é uma mulher canadiana, educada em Inglaterra e convertida ao Islão, tendo se mudado para a Índia em 1910, onde foi conhecida também pelo nome de Amina Pope (MINAULT, 1998: 223). Na Índia dedicou-se à educação feminina, tendo sido, primeiramente, diretora da Muslim Girls' School em Lucknow, em Uttar Pradesh, e depois da Nampalli Girls' High School in Hyderabad.

O livro é composto por uma introdução sobre a formação da literatura portuguesa e por quatro capítulos que percorrem, por meio de uma periodização cronológica, a história de um segmento da literatura portuguesa em que a Índia foi objeto de interesse.²⁴ O último capítulo, «The Romantic school and contemporary writers», contém uma secção dedicada à «Indo-Portuguese poetry» (POPE, 1937: 237-282), onde Pope analisa a poesia de uma seleção de poetas goeses e não só.²⁵ Relativamente aos excertos sobre Fernando Leal e Nascimento Mendonça, alguns dos

²⁴ Os quatro capítulos são: «The Classic epoch (1498-1580)», «The Gongoric school (1580-1706)», «The French or Arcadian school (1706-1826)» e «The Romantic school and contemporary writers - 1826 to the present day».

²⁵ Os poetas são: Tomás Ribeiro, Fernando Leal, Manoel Salvador Sanches Fernandes, R. B. Barreto Miranda, J. F. da P. Soares, Leandro Xavier Pereira, L. F. da Costa, José Joaquim Fragoso, Florência de Moraes, Mariano Gracias, Floriano Barreto, Paulino Dias, Nascimento Mendonça e Adolfo Costa.

comentários referidos a estes poetas são retirados do livro de Vicente de Bragança Cunha *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de 1926 – uma das obras do *corpus* ativo da presente tese –, simplesmente traduzidos do português para o inglês, sem reportar qualquer referência bibliográfica. O facto de Pope ter consultado o livro de Bragança Cunha pode indicar que esta obra era já conhecida nos ambientes académicos indianos daquela altura, sendo um dos poucos trabalhos disponíveis dedicados ao assunto. Contudo, esses extractos (POPE, 1937: 239; 267; CUNHA, 1926: 5; 7) são citados pelos próprios Vimala Devi e Manuel de Seabra na história literária *A literatura indo-portuguesa* de 1971 – outro dos meus principais objetos de estudo – sob a referência bibliográfica de Ethel Pope. Embora o livro de Vicente de Bragança Cunha seja indicado, no capítulo dedicado à crítica literária, como a segunda tentativa de sistematização da literatura indo-portuguesa (DEVI & SEABRA, 1971: 248-249), Devi e Seabra preferem citar a autora canadiana em vez do autor goês, provavelmente – minha hipótese – por ser um trabalho de cunho académico, e por isso mais digno de citação, ou simplesmente por não ter lido com a devida atenção ao trabalho de Bragança Cunha, talvez considerado um trabalho de carácter amadorista.

É importante reparar, também, que no prefácio do livro, além das motivações que a levaram a se interessar pelo assunto, a autora justifica a sua metodologia de estudo:

It is necessary to state clearly the lines on which I have proceeded in this study. By literature I do not mean only literary composition, whether in verse or prose, but I use the term in its widest conception: namely, the written expression of human thought. Whether this expression of thought in the works of the writers of different periods of Portuguese literature be in verse or in prose, whether about history, sociology, religion or language, the politics of the Indian States or their folklore, natural sciences or medicine, I have searched in those writing for the passages which speak about anything pertaining to India. Moreover literature is one of the forms of Art, and, in order to understand and analyse the art of a people as the comprehensive result of its active and emotional life, Taine teaches us: «Nous sommes obligés de considerer le peuple qui l'a faite, les moeurs qui la suggeraient et le milieu où elle est née». (POPE, 1937: XV)

Apesar de o livro não sistematizar a literatura indo-portuguesa, mas as representações da Índia na literatura portuguesa, Ethel Pope adota um critério de seleção considerando a literatura no seu sentido lato, da mesma forma que sucede noutros textos citados no presente trabalho, levando em conta, também, que muitas das figuras e das obras abordadas pela autora, mesmo sendo portuguesas, aparecem resenhadas também em histórias literárias de Goa.

Enfim, pode-se refletir sobre o facto de que a poesia indo-portuguesa tenha sido colocada no último capítulo «The Romantic school and contemporary writers – 1826 to the present day», junto

com a literatura médico-científica produzida no seio da Escola Médica de Goa.²⁶ Nesse sentido, a literatura indo-portuguesa, ainda que de maneira indireta, sofre de uma operação historiográfica, sendo contextualizada no interior de uma periodização pensada para a literatura portuguesa, conservando, contudo, um género de autonomia. Ao mesmo tempo, não se pode excluir a hipótese de a autora conceber a literatura indo-portuguesa como uma fase da literatura portuguesa ou, ainda melhor, uma fase final, onde é o próprio sujeito indo-português a representar si mesmo, considerando que aquilo que Pope procurava estudar eram as representações da Índia na literatura portuguesa. Também o facto de o livro ter sido impresso numa tipografia goesa – a Tipografia Rangel de Bastorá – não é de pouca importância. Ignora-se qual foi o processo certo de publicação da obra, mas é provável que a sua impressão em Goa tinha, entre outras motivações, o objetivo que a obra fosse divulgada entre os goeses ou, de modo mais alargado, entre um público que fosse conhecedor da cultura de língua portuguesa.

2.5 Literatura goesa: apontamentos bio-bibliográficos para a sua história (1967) e o Dicionário de literatura goesa (1997-2013) de Aleixo Manuel da Costa

Em 1967, o goês Aleixo Manuel da Costa, então conservador da Biblioteca Nacional de Goa, em Pangim, publica o livro *Literatura goesa: apontamentos bio-bibliográficos para a sua história*, sob o patrocínio da Agência Geral do Ultramar e com o apoio do Centro de estudos históricos ultramarinos. De acordo com Devi e Seabra (DEVI & SEABRA, 1971: 280), essa obra previa a publicação de nove volumes; no prefácio do primeiro volume, «A-E», é dito que sairão apenas oito; todavia, numa resenha publicada na revista *Harpa goesa* em 1970, fala-se de cerca de quatro ou cinco volumes («Literatura goesa: apontamentos para a sua história», *Harpa goesa*, 1970: 60). Nessa época, não se seguiu nenhum volume ao primeiro de 1967, enquanto Aleixo Manuel da Costa volta a publicar três volumes sob o título de *Dicionário de literatura goesa* em 1997, pelo Instituto Cultural de Macau, sendo que em 2013 é publicado mais um volume, A-Z, que complementa a edição de 1997, desta vez patrocinado pela Fundação Oriente e a livraria e editora goesa Broadway.

Tanto o volume A-E de 1967 quanto o *Dicionário* de 1997 e de 2013 têm um formato enciclopédico, organizados por ordem alfabética, incluindo grande parte dos representantes da produção textual goesa, bem como nomes de publicações periódicas e instituições. Trata-se de um trabalho que apresenta, mais uma vez, a literatura de uma forma abrangente. Porém, em dissonância com outros trabalhos, a abrangência alcança níveis extremos, pois o autor incluiu também nomes de goeses que foram «Homens de Foro e de Negócios» («Literatura goesa: apontamentos para a sua

²⁶ Nessa parte aparece o nome de Froilano de Melo, ao qual Pope dedica o seu livro.

história», *Harpa goesa*, 1970: 60). As palavras expressas pelo autor da resenha da obra, resumem melhor a intenção de Aleixo Manuel da Costa:

Não constitui por isso sua preocupação dominante, registar os nomes e actividades dos que pertenceram a elite intelectual do país mas apenas dos que pelo seu trabalho se impuseram de qualquer forma, dentro e fora de Goa e ainda nas terras de promessa, donde com suas mãos calosas regressaram um dia ao torrão natal que uma vez deixaram repetindo os versos do poeta António Feliciano de Castilho. («Literatura goesa: apontamentos para a sua história», *Harpa goesa*, 1970: 60)

Na opinião de Sandra Lobo (2016), Aleixo Manuel da Costa foi o primeiro a cunhar a expressão literatura *goesa*, incluindo autores e textos nas línguas portuguesa, inglesa e concani. Dessa forma, a historiadora faz notar como a não consideração do marata entre as línguas de referência, comportou uma consequente omissão dos autores hindus, os quais, junto às mulheres, são os grande excluídos da obra de Costa (LOBO, 2016: 48-49). Contudo, a obra assume um valor extremamente importante, ainda nos dias de hoje, sendo um compêndio que se revela um instrumento útil para trabalhos sobre Goa, tanto de natureza historiográfica, quanto genealógica ou literária.

2.6 Goan literature in Portuguese language de Lourdino A. Rodrigues (1976)

Goan literature in Portuguese language é o título de um ensaio de Lourdino A. Rodrigues, publicado como separata do *Boletim do Instituto Menezes Bragança* em 1976. O ensaio, de natureza bibliográfica, é uma reconstrução da história da literatura goesa em português – «the précis of the literary history of Goa in Portuguese language» (RODRIGUES, 1976: 21) –, feita de acordo com uma narrativa cronológica organizada em três períodos. A primeira parte refere-se ao período anterior à chegada dos portugueses à Índia e às escolas bramânicas; a segunda, aos primeiros três séculos de colonização portuguesa; a terceira, à época moderna. Esta última parte está dividida em géneros literários, nomeadamente, jornalismo, historiografia, poesia, ensaio, ficção – incluindo, esta última, o romance e o conto –, linguística e teatro.²⁷ Os autores presentes são goeses católicos e

²⁷ Sobre a época moderna, Rodrigues escreve: «The Modern Epoch of the Portuguese literature in Goa begins in the early XIX century, and by its end the literary culture attained the plenitude both in number and perfection of productions» (RODRIGUES, 1976: 5). A ideia de subdividir a época moderna em géneros literários tinha sido já praticada por Filinto Cristo Dias no seu *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* (1963).

descendentes, sendo que os únicos hindus referidos são Manohar Sardessai, B. B. Borkar, R. V. Pandit e Laxmanrao Sardessai, no campo da poesia.²⁸

Não se trata de um texto crítico, mas de uma lista de figuras e obras, contudo, bastante completa e pormenorizada. Provavelmente, o facto de as histórias literárias de Filinto Cristo Dias (1963) e de Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971) estarem já publicadas naquela altura ajudou bastante à compilação do trabalho de Rodrigues, que não oferece grandes novidades em relação aos seus predecessores – cujas obras são apontadas, com efeito, na bibliografia final do ensaio.²⁹

Lourdino A. Rodrigues duvidava de que a literatura em português pudesse voltar um dia a florescer em Goa, dado o processo de apagamento que a língua estava a sofrer e o desinteresse pela sua preservação por parte das instituições e dos próprios goeses:

Since printed or unprinted material and other relevant sources are available, the writing of the history of Indo-Portuguese literature is perfectly possible. A glance over the foregoing pages shows that the Portuguese literary culture of Goans achieved maturity and flourished for about a century, beginning from the first quarter of the XIX of the XX century, during which many scholars of Goa mastered the Portuguese language so well that they can compare with good writers of Portugal. Thereafter a sharp decadence was caused by the same above mentioned factors as in Portugal, and, since liberation of Goa, it is vanishing fast and facing possible extinction due to the ill-considered indifference of the inhabitants and the Government of this territory (RODRIGUES, 1976: 21-22).

Cultor da língua concani,³⁰ ele insistia na importância de reescrever a história da literatura indo-portuguesa por possuir um potencial valor didascálico para as gerações vindouras, bem como reiterava a indispensabilidade de dominar o português para compreender os textos que documentavam a própria história dos goeses: «The necessity will remain almost for ever because five century old records of all walks of Goan life, of inappreciable value, are written in Portuguese» (RODRIGUES, 1976: 22). À luz da opinião do autor, poderíamos depreender que a escolha de escrever o ensaio em inglês, ao invés do português, procedesse da vontade de alcançar e interessar o

²⁸ Manohar Sardessai, B. B. Borkar e R. V. Pandit são referidos como poetas de língua concani, enquanto no caso de Laxmanrao Sardessai não é especificado em que língua se expressou, sendo que é sabido que escreveu principalmente em marata, e também português e concani.

²⁹ Também é importante referir que Lourdino A. Rodrigues foi aluno do padre Filinto Cristo Dias, sendo que numa nota do artigo, o autor indica que parte do seu trabalho foi tomado por empréstimo do *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* (RODRIGUES, 1976: 16).

³⁰ Apesar de eu não dispor de alguma informação biográfica sobre este autor, parece-me apropriado assinalar mais um título de autoria de Lourdino A. Rodrigues, nomeadamente, «Glimpses of the Konkani language at the turn of the 16th C.», o qual foi publicado no nº 131 do *Boletim do Instituto Menezes Bragança* (RODRIGUES, 1982: 19-39) e que percorre a história da produção textual goesa em concani antes da chegada dos portugueses.

maior número possível de leitores – católicos ou não –, sendo que a preservação do português e a escrita da história literária de Goa era dever, e benefício, de todos os goeses. Lembra-se que o *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, a publicação que suportou a edição do ensaio de Rodrigues, depois de 1961 – ano da anexação de Goa pela União Indiana – passou a constar em artigos tanto em inglês, quanto em português. Por isso, duvida-se que a opção de escrever em inglês resultasse da exigência de se adaptar às tendências editoriais da época, sendo que ainda nessa altura encontramos várias publicações periódicas em língua portuguesa ou mistas (M. L. RODRIGUES, 2010).

2.7 «Literatura indo-portuguesa contemporânea: antecedentes e percursos» de Orlando da Costa (1999)

O texto da palestra de Orlando da Costa «Literatura indo-portuguesa contemporânea: antecedentes e percursos» (1999) propõe uma reflexão crítica sobre a literatura goesa em português do século XX, estabelecendo a obra do poeta Adeodato Barreto³¹ como baliza temporal para o início de uma fase contemporânea dessa literatura.³² Apresentado em Paris na conferência internacional *Vasco da Gama e a Índia* de 1998 e publicado no homónimo livro de atas de 1999, o texto constitui uma espécie de diagnóstico sobre o que significou, para os goeses, produzir uma literatura em português. A literatura indo-portuguesa, para Costa, «tem de ser entendida num nexos sustentado entre dois pesos residuais diferentes: o peso residual de uma ancestralidade e de um *ethos* oriental e outro peso residual de uma actualidade ocidental num processo de enxertia mais especificamente portuguesa» (COSTA, 1999: 243). Por isso, a fase contemporânea da literatura indo-portuguesa começa quando o peso residual da herança indiana passa a prevalecer sobre o peso da herança cultural portuguesa, designadamente, quando os escritores começam a olhar para a tradição literária indiana, à procura de inspiração.

Orlando da Costa não só quer periodizar a literatura indo-portuguesa, estabelecendo um *antes* e um *depois* da publicação póstuma de *O livro da vida* de Adeodato Barreto (1940), mas também encontra nas contingências da história, nomeadamente as contingências criadas pela dominação

³¹ Adeodato Barreto (1905-1937) foi, sem sombra de dúvida, uma das personalidades goesas que mais se destacou no campo da poesia em português, tendo sido o primeiro poeta goês a abandonar a forma do soneto e a privilegiar o verso livre. Baseado em Portugal a partir de 1922, fundou o Instituto Indiano em Coimbra, junto com Telo de Mascarenhas, e o jornal *Índia Nova*. Dedicou a sua breve vida à revitalização de uma consciência indiana entre os goeses católicos, tendo sido influenciado pelo pensamento nacionalista de Rabindranath Tagore, com o qual manteve correspondência, e pelas escritas dos orientistas franceses Silvain Lévi e Romain Rolland. Encontram-se publicados o ensaio *Civilização Hindu* (1935) e o livro póstumo de poesias *O livro da vida* (1940). Para aprofundamentos, veja-se: «Índia Nova. Nacionalismo e cosmopolitismo num jornal académico» (2009) e «O reencontro da Indianidade: o nacionalismo goês nos anos 20» (2013) de Sandra Lobo, «Romain Rolland et le Goa portugais: entre nationalisme et orientalisme» de Everton V. Machado (2016).

³² As ideias principais contidas nesta secção procedem de um texto de minha autoria, intitulado «Indianidade e indianização da criação literária num texto crítico de Orlando da Costa» (2019), publicado na revista *Vértice* num número comemorativo dos 90 anos do nascimento do autor goês, organizado por Everton Machado.

colonial, a própria razão de ser dessa literatura. De facto, o *encontro* entre culturas, celebrado por Vimala Devi e Manuel de Seabra na sua história literária de 1971, é no trabalho de Costa mais um *confronto*, não no sentido de conflito, mas de tomada de consciência ou, como no caso de Adeodato Barreto, de *confronto* da dificuldade de estar «empenhado numa cultura, chamemos-lhes *nativa*, face a uma outra cultura, chamemos-lhe *adoptiva*» (COSTA, 1999: 238).

A representação dessa tomada de consciência em literatura é denominada por Costa como *indianidade* e, com poucas exceções, *goanidade*. Sobre este conceito, ele escreve:

gostaria de esclarecer que não utilizo a expressão *indianidade*, há pouco referida, como uma categoria necessariamente em contraposição, mas como uma fase diferente, mais consciente e desejadamente aprofundada e sentida, relativamente àquilo que classificaria de *indianização* da criação literária anterior, que tendencialmente se exprimia segundo os moldes contextuais e formais da literatura clássica-romântica, que representavam o evangelho estético das letras portuguesas. (COSTA, 1999: 238-239)

A manifestação da *indianidade* poderá, assim, ser entendida como uma forma de emancipação dos parâmetros literários ditados pela metrópole – uma espécie de descolonização literária – que pautaria a periodização da história da literatura.³³ Por isso, os elementos presentes no título «antecedentes e percursos» informam-nos sobre o facto de Costa realizar uma sistematização da literatura indo-portuguesa regulada por categorias diacrónicas. Os antecedentes são os autores/fatores da *indianização* da criação literária, melhor representados pelos poetas indianistas que escreveram entre o fim do século XIX e XX; enquanto que com *percursos*, Orlando da Costa refere-se a como cada escritor goês e escritora goesa seguiu o caminho aberto por Adeodato Barreto ou, pelo contrário, se distanciou deste, tomando outras direções, mas nunca retrocedendo. Citando as próprias palavras do escritor, o seu objetivo é: «ver *de que falam* e *como falam* os nossos escritores, ou seja, que tipo de conceitos, reflexões ou sentimentos desvendam as suas criações e qual o emprego que fazem da língua portuguesa para os transmitir ao leitor, com que perspectivas e grau de originalidade se faz o seu *percurso* literário» (COSTA, 1999: 243).

O texto da palestra é composto por três partes: uma introdução que explica o tipo de contribuição crítica que o autor quer aportar ao debate à volta da literatura de Goa, uma segunda parte focada na poesia e uma parte conclusiva, mais reduzida, sobre a prosa ficcional goesa. Ao

³³ Orlando da Costa, no texto da palestra, distancia-se das balizas católicas privilegiadas por Filinto Cristo Dias no *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*, por exemplo, criticando-lhe não apenas a disparidade da duração dos períodos em que o padre reparte a história literária indo-portuguesa, mas também o facto de ter dado demasiada ênfase ao papel da Igreja na formação da cultura indo-portuguesa (COSTA, 1999: 241).

longo do texto, é reconhecida a figura de Adeodato Barreto como figura formadora exemplar e, sobretudo, como referência num processo de modernização da literatura goesa em português, tendo sido o primeiro a abandonar a forma do soneto. Na opinião de Costa, ele é «o nosso grande poeta», «um marco histórico», «o referencial obrigatório», «criador literário e divulgador responsável», «o fator da autonomização e da passagem para a modernidade do verso livre e da libertação temática, o semeador de uma certa “goanidade” ao mesmo tempo que encarnou a defesa de uma ampla universidade» (COSTA, 1999: 246). À luz disso, relacionando a língua com a manifestação da *goanidade*, poderíamos dizer que essa manifestação é cumprida quando o português é assumido como língua pessoal, dominável ao ponto de criar formas poéticas originais e não mera imitação.

Julgo que a imagem de autores que se formam de maneira autónoma – uma imagem de autoaprendizagem que sobressai do texto de Costa – possa ser uma espécie de leitura contrastante daquilo que foi o falhanço do poder colonial no âmbito da formação cultural e da educação estético-literária de escritores e leitores goeses. O atraso ou desatualização, como refere Costa, não dependeu apenas da posição geograficamente periférica de Goa, mas sobretudo de uma vontade de destinar «os talentos de Goa» (COSTA, 1999: 241) a um estado de isolamento. Isto é problematizado por Costa já no contexto do ensino da literatura na escola, partilhando a sua experiência de estudante de liceu, quando pôde tomar conhecimento da obra de apenas alguns autores do cânone clássico português, relegando o contacto com as realidades artísticas e literárias mais próximas do seu tempo à satisfação de uma curiosidade pessoal. Leia-se:

De salientar, com mágoa, que na década de 40 não eram conhecidos nos meios escolares de Goa nem Fernando Pessoa nem Mário de Sá de Carneiro, Teixeira de Pascoaes ou Miguel Torga, o Orpheu ou a *Presença*. Por mim falo, pois foi muito acidentalmente que li em Goa pela primeira vez Alves Redol e José Régio; de Ferreira de Castro, apenas *A Volta ao Mundo*. E só a chegar a Lisboa, em 1947, é que soube quem era Aquilino Ribeiro! O Império mostrava-se e estava de facto distraído, talvez mesmo desinteressado e certamente muito mais distante de Goa do que alguma vez já estivera. (COSTA, 1999: 241)

A palestra destaca-se, no meio de outros textos, por abordar apenas a literatura criativa e com relevância estética, talvez porque, na qualidade de poeta e romancista, as preocupações do seu autor concentravam-se só nessa vertente. Não é um texto de história literária, mas é, com certeza, um texto que adota uma perspetiva linear para contar a evolução de um segmento da literatura de Goa. Nesse sentido, a história desta literatura está estritamente vinculada à história da língua portuguesa em

Goa,³⁴ à transformação das relações dos goeses com esta – tanto no que concerne a sua aceitação e absorção, quanto a sua rejeição, sendo que, no texto de Costa, o ciclo se interrompe na década de 70 – e às circunstâncias políticas e sociais que interferiram, direta e indiretamente, na formação e no percurso da literatura indo-portuguesa, como o problema da educação, por exemplo.

3. Uma trajetória descontínua para a literatura de Goa em português

A amostra de textos *à margem* da história literária que foi apresentada acima tinha o propósito de juntar algumas ideias à volta da literatura em Goa que foram expostas em textos escritos, alguns dos quais pretendendo demonstrar como esta literatura evoluiu. Um caso diferente é o da história literária do Centro Regional de Chinchinim, que não chegou a ser transposta para o papel impresso. No entanto, embora a obra nunca tenha sido publicada, é importante considerar a existência dessa iniciativa, por representar uma inusual tentativa historiográfica originada por um intuito coletivo, e não individual. O inquérito publicado em *O Anglo-lusitano* (1934) demandava uma participação coletiva e o envolvimento da própria comunidade na indicação de obras que poderiam ter constituído o livro *História da literatura de Goa*. O facto de a proposta ter partido de um órgão associativo reforça ainda mais a percepção de que se tratou de algo completamente anómalo pela época.

Circunscrevendo o resto dos textos num único espaço, conseguimos constatar como, em níveis e formas distintas, estes partilham o intento de marcar uma trajetória para a literatura indo-portuguesa, seja do passado, seja para o futuro. O artigo de J. C. Barreto Miranda (1864) segue os rastros do progresso literário, voltando até as origens e deixando aberta a estrada para o futuro – um futuro, para a literatura de Goa em português, que ainda se perspectivava próspero naquela época. O ensaio de Joseph Furtado analisava uma pequena seleção da produção lírica dos principais poetas goeses, ilustrando qual era o caminho favorável a ser empreendido para que estes se pudessem afirmar. O livro de Ethel Pope situa uma parte da literatura goesa no percurso da literatura

³⁴ O português, embora tido no início da palestra como língua «estranha e hostil» (COSTA, 1999: 239), é reivindicado, ao longo do texto, como um valor cultural goês. A sua aquisição como valor cultural deu-se após ter passado por um processo de absorção bastante complexo e demorado. Valor que no texto nunca é considerado dádiva, mas que foi ganho à custa da renúncia de outros valores locais, como, por exemplo, a exploração da língua concani como língua literária. Orlando da Costa, «antes de passar de relance um olhar de comentário sobre aquilo que foi alguma da produção literária indo-portuguesa e quem foram os seus autores mais representativos, o que os caracterizou ou os diferenciou» (COSTA, 1999: 240), imagina as fases do processo de enxertia do português em Goa «como as três vertentes de uma pirâmide construída a partir do topo» (COSTA, 1999: 240), onde cada face corresponderia, respetivamente, aos conceitos de *fluência*, *confluência* e *influência*: «a da *fluência* do discurso, que relaciono com factores ou condicionamentos de natureza étnica, vinculados a tradições de escrita e fala totalmente diferentes; a da *confluência* dos valores intelectuais e sentimentais, da resistência à aproximação e substituição de todo um mundo de “códigos” e modos de comunicação; e a da *influência* de padrões estético-literários, a partir da cedência progressiva à hegemonização da “novidade” colonizadora, ao nível mais passivo do que criativo da imitação, sempre tendencialmente redutora das fontes e meios da originalidade» (COSTA, 1999: 240).

portuguesa *na Índia*, colocando-a na parte final. O resumo historiográfico de Lourdino A. Rodrigues reconstrói a história da literatura de Goa em português desde as origens – ou ainda antes das origens, dado que introduz o texto falando das escolas bramânicas – até à produção contemporânea ao autor, observando a evolução literária através de três períodos consecutivos. O texto da palestra de Orlando da Costa, abordando a literatura indo-portuguesa só na sua fase contemporânea – desde os finais do século XIX e a década de 70 do século XX –, percorre o percurso dos autores goeses que tomaram consciência das próprias potencialidades criativas, experimentando novas formas de escrever. Apesar de Costa fazer uma reflexão que concerne apenas a literatura indo-portuguesa de um período específico, ele desenha uma trajetória linear, identifica quem foram os precursores, qual o momento auge da expressão da *indianidade* e da *goanidade*, e indica onde essa experiência terminou.

Estas tentativas de indicar uma trajetória para a literatura de Goa em português apresentam sinais de uma narrativa reproduzida, em medida maior ou menor, nos três textos principais que serão analisados posteriormente (CUNHA, 1926; DIAS, 1963; DEVI & SEABRA, 1971). Se alinhássemos todas essas experiências *historiográficas* – tanto os textos *à margem* da história literária, quanto o *corpus* ativo desta tese –, poderíamos ver que há elementos que se configuram como constantes da descrição da história da literatura de Goa de língua portuguesa. Tais recorrências correspondem àqueles que foram definidos enquanto problemas da história literária no início deste capítulo,³⁵ nomeadamente: a preocupação com a determinação de um momento de fundação ou origem da literatura e com a construção linear da evolução desta; a realização de um programa ou um destino – um *telos*? – em direção ao qual a literatura, ou a comunidade que esta representa, se encaminharia; a observância explícita ou implícita de critérios de inclusão e exclusão, de acordo com a univocidade do desenho historiográfico que se pretende traçar.

Todavia, a história da literatura de Goa não é uma história contínua e linear; pelo contrário, é uma história que apresenta diferentes momentos de entorpecimento, que nos são relevados não apenas pelos períodos de ausência da imprensa, de censura – inquisitorial primeiro (1574-1615) e secular depois (1754-1821) – sobre a circulação de materiais literários, mas também pela escassa possibilidade que os escritores tiveram para se influenciarem reciprocamente, tanto em termos de géneros e estilos privilegiados, quanto em termos de temáticas exploradas.³⁶ A ausência, ou melhor, a exiguidade do romance na história da literatura de Goa é um exemplo gritante da sua descontinuidade e, de facto, voltará como um *leitmotiv* no presente trabalho, tendo recebido um cuidado especial por quem, goês ou não, se ocupou de literatura goesa em português. Paul Melo e

³⁵ Refiro-me à secção «Um desafio historiográfico», na qual estes problemas são definidos como preocupações ainda presentes de quem estuda hoje a literatura de Goa e que, na minha opinião, será proveitoso estudar mediante a análise do discurso dos autores das três principais histórias literárias de Goa.

³⁶ Uma exceção possa talvez ser representada pela poesia dos indianistas entre o fim do século XIX e o início de XX.

Castro (2009) e Cielo G. Festino (2016), por exemplo, apoiando-se em Mary Louis Pratt (1994), concordam que o género do conto tenha tido maior adesão em Goa, se comparado com o romance, por este se prestar melhor à representação das narrativas mais marginalizadas de uma comunidade e à afirmação de uma literatura em emergência, sobretudo no caso de literaturas formadas em contexto de dominação colonial, e se influenciadas pela tradição literária oral local.³⁷

Além da interpretação do problema dada pelos dois pesquisadores – a qual parece ser bastante plausível –, na literatura crítica goesa espalhada pela imprensa periódica, como será ilustrado posteriormente, encontram-se ulteriores e as mais variadas explicações para o facto de o romance ter tido pouco êxito em Goa. Uma história literária deveria dar conta dessas pequenas contribuições críticas, se bem que marginais, e interrogar-se sobre os buracos negros da literatura em causa. Ao mesmo tempo que descreve o percurso de progressão de uma literatura, uma história literária deveria colocar os porquês da sua regressão, das suas hesitações, dos seus falhanços e, eventualmente, do seu fim. Um fim diferente do *fim* determinado pelas interpretações teleológicas da história literária de matriz hegeliana que triunfou na primeira metade do século XIX.

Cunha (2002) lembra-nos como a *Fenomenologia do espírito* de Hegel, publicada em 1807, tinha tido um papel fundamental na elaboração de um protótipo de história literária – sobretudo no contexto do idealismo alemão – que exaltasse a literatura enquanto repositório do *espírito* da nação. De acordo com o investigador português:

Num primeiro momento, a *Fenomenologia do Espírito* (1807) de Hegel foi extremamente importante, abrindo definitivamente o caminho que conduzia ao conhecimento histórico do fenómeno literário ao resolver, com a noção de *Geist*, a antinomia entre a razão objectiva e a consciência subjectiva e ao encontrar, com o método dialéctico, um sistema para explicar a mudança e a evolução. No seu sistema, o fenómeno literário era uma das manifestações históricas da dialéctica do «espírito» ou «ideia» (ESCARPIT, 1958: 1771). Deste modo, como observa Eduardo Prado Coelho, «a mera sucessão dos factos aparece como que espiritualizada, na medida em que a sua reordenação obedece a uma ordem profunda invisível» (COELHO, 1987: 195; cf. 197). A Hegel se ficam a dever categorias e instrumentos que permitiram tornar inteligível o curso da história (e a sua delimitação periodológica), mediante um sistema dialéctico de antíteses ou polaridades (v.g., clássico vs. romântico). Ao mesmo tempo, a noção de *Geist* servia na perfeição o modelo herderiano e schlegeliano da literatura nacional, que assentava na ideia de que existe uma «individualidade nacional» que se manifesta tanto nos fenómenos históricos como nos literários. (CUNHA, 2002: 43)

³⁷ Ambos trabalhos de Paul Melo e Castro e Cielo G. Festino têm como objeto de reflexão o livro de contos *Monção* de Vimala Devi (1963), enquanto o texto de referência de Mary Louis Pratt é «The short story. The long and the short of it» (1994). Para aprofundamentos, leia-se «Vimala Devi's *Monção*. The last snapshots of colonial Goa» (CASTRO, 2009) e «*Monção* de Vimala Devi: contos de Goa à moda europeia» (FESTINO, 2016).

Como teremos possibilidade de averiguar no segundo capítulo desta tese, a delimitação periodológica e a determinação teleológica que caracterizaram a historiografia das literaturas nacionais na época acima mencionada – e que suportou a afirmação dos emergentes estados-nação no cenário europeu – continuaram a marcar presença, de uma forma repensada, também na escrita de algumas histórias literárias no século XX, sobretudo no contexto da historiografia das literaturas pós-coloniais (HUTCHEON, 2002). No caso da literatura de Goa em português, é evidente que o emprego de um modelo hegeliano de história literária, linear e evolucionista, como o de herança romântica – o mesmo raciocínio aplica-se também ao modelo de herança positivista – é incompatível com uma história marcada por narrativas intermitentes, momentos de interrupção e descontinuidades em gêneros e formas literárias. Nesse sentido, um dos desafios desta tese é localizar, onde existir essa possibilidade, indícios dos modelos de história literária concebidos na Europa do século XIX nas experiências historiográficas da literatura indo-portuguesa e, de maneira secundária e indireta, refletir sobre a exequibilidade de novos modelos para escrever a trajetória histórica descontínua da literatura de Goa em língua portuguesa.

II

Modelos de história literária no século XX: entre *revivals* e comparatismos

1. A história literária e a *história*

Na altura em que alguns dos textos abordados no primeiro capítulo foram escritos em Goa, na Europa já se tinha desencadeado a crítica a alguns dos fundamentos sobre os quais se regia a história literária no século XIX, de maneira particular, a determinação teleológica, a estrutura evolucionista, a função de mimese com respeito à história da nação e, conseqüentemente, a celebração do espírito nacional, «a ideia da individualidade nacional a caminho de si mesma» (JAUSS, 1994) representada mediante a história das obras literárias.³⁸ Com efeito, ao longo do século XX, a história literária sofreu de diferentes momentos de crise, que a converteram no bode expiatório das tendências axiológicas caracterizantes dos últimos dois séculos – também pelos «seus compromissos ideológicos com os Estados-nação europeus» (CUNHA, 2002: 28) –, tendo sido, por isso, objeto de análises que colocaram em causa a sua legitimidade epistemológica e a sua relação com a própria *história*.

Na opinião de Carlos Manuel Ferreira da Cunha, as tendências que têm norteadado mais a escrita das histórias literárias europeias foram, essencialmente, duas: uma tendência de matriz humanista e iluminista, e uma tendência histórico-romântica de origem hegeliana. Cunha escreve:

Numa primeira fase, a história literária de raiz humanista e iluminista desloca-se da esfera cosmopolita do «saber humano» para um espaço nacional, na medida em que se visa situar a cultura e o grau civilizacional de uma dada nação no âmbito do progresso intelectual e civilizacional da humanidade, para aferir o seu grau de atraso ou adiamento. Numa segunda fase, de matriz histórico-romântica, moldada pelos irmãos Schlegel, com base em Herder e na *Geistesgeschichte* hegeliana, a história literária subordina-se a uma filosofia da história centrada no desenvolvimento autónomo, independente e diverso dos vários «organismos nacionais», anulando

³⁸ A celebração da individualidade nacional foi considerada por Hans Robert Jauss, na década de 60, uma das principais causas da crise da história literária: «A história da literatura vem, em nossa época, se fazendo cada vez mais mal-afamada – e, aliás, não de forma imerecida. Nos últimos 150 anos, a história dessa venerável disciplina tem inequivocamente trilhado o caminho da decadência constante. Todos os seus feitos culminantes datam do século XIX. À época de Gervinus e Scherer, de De Sanctis e Lanson, escrever a história de uma literatura nacional era considerado o apogeu da carreira de um filólogo. Os patriarcas da história da literatura tinham como meta suprema apresentar, por intermédio da história das obras literárias, a ideia da individualidade nacional a caminho de si mesma. Hoje, essa aspiração suprema constitui já uma lembrança distante. Em nossa vida intelectual contemporânea, a história da literatura, em sua forma tradicional, vive tão-somente uma existência nada mais que miserável, tendo se preservado apenas na qualidade de uma exigência caduca do regulamento dos exames oficiais» (JAUSS, 1994: 5).

parcialmente a ideia iluminista do progresso uniforme da humanidade, regulado pelo princípio da perfectibilidade. (CUNHA, 2002: 29)

No entanto, Cunha admite que essas duas tendências – que ele chama «modelos» – não estiveram sempre claramente separadas, mas «sobrepõem-se e estabelecem continuidades entre si, convergindo particular no estudo e na fundamentação histórica das várias culturas nacionais» (CUNHA, 2002: 29).

Já em 1931, Walter Benjamin observava os problemas da história literária, considerando esta não só enquanto texto, mas também enquanto disciplina. Benjamin escrevia que quando «a história da literatura se encontra no meio de uma crise, esta crise não é mais do que sintoma parcelar de uma outra, muito mais geral» (BENJAMIN, 1982: 137),³⁹ caracterizando, assim, a história literária não como um simples campo disciplinar, mas como «um momento da história geral» (BENJAMIN, 1982: 137). Para o filósofo alemão, a problematicidade é algo que marca a história literária desde o seu concebimento, cujo estado teria sido relacionável com o estado em que vertia a cultura geral na sociedade alemã coeva, ou seja, um estado de crise.

No seu ensaio, Benjamin salienta que, depois da publicação da obra de Georg Gottfried Gervinus, *Geschichte der poetischen National-Literatur der Deutschen*,⁴⁰ em 1835, o rumo positivista empreendido pelos autores das histórias da literatura alemã afastou para sempre essa disciplina do campo da *história*, aproximando-a, porém, à ordem das ciências naturais. Na opinião de Cunha (2002), «a aproximação, com o positivismo, do método histórico aos métodos das ciências naturais foi decisiva para a legitimação científica da história literária» (CUNHA, 2002: 173). Porém, na opinião de Benjamin, a história literária tornou-se representativa de um método investigativo histórico-cultural – o da ciência da cultura – e de uma atitude museológica do historiador literário perante a *história* que privaria a disciplina em questão de qualquer credibilidade epistemológica. Esta última consiste, para Benjamin, na ideal missão didática da história literária que, acima de tudo, deveria se focar na relação do presente com o passado. Pelo contrário, o passado parece inquietar muito pouco as reflexões dos historiadores da literatura alemã, motivados, em medida maior, pelo

³⁹ O texto de Benjamin é «História da literatura ou ciência da literatura», e a edição portuguesa de referência é de 1982, reproduzida no livro recopilado por João Barrento *História literária: problemas e perspectivas*.

⁴⁰ A Gervinus costuma ser atribuída a primeira tentativa de politização da história literária na Europa. Sobre isso, Cunha escreve: «Gervinus (liberal) representa bem o modelo desta historiografia literária política, ao atribuir uma função política à história literária. Mais historiador do que especialista de literatura, Gervinus reconhece a função decisiva da literatura para a vida nacional, que, no seu entender, deveria servir para a formação da vontade política. Os pressupostos que norteiam o seu trabalho são praticamente os mesmos que orientaram os românticos: a ideia de que existe um espírito colectivo que se desenvolve e a assunção de que esse espírito se pode concretizar como um espírito nacional. Daí articular a literatura e a política, porque Gervinus considerava que ambas as esferas são expressões históricas do mesmo espírito» (CUNHA, 2002: 44).

«interesse técnico» que a literatura gera neles (BENJAMIN, 1982: 142). A resposta do filósofo alemão a esta crise reside, então, numa história materialista da literatura, «porque não se trata, realmente, de apresentar as obras escritas no contexto geral do seu tempo, mas sim de levar à apresentação, no tempo em que surgiram, do tempo que as reconhece – isto é, do nosso tempo» (BENJAMIN, 1982: 144). De facto, para efeito de contrariar a difusão de um modelo de história literária positivista, Benjamin volta a colocar a história literária no campo da *história*, em direção oposta, por exemplo, à crítica dos formalistas russos que, ainda que não rejeitassem o conceito de evolução em literatura, viam na história literária uma ameaça à autonomia da mesma; ou ainda, em direção oposta ao *New Criticism* que apostará na importância da textualidade, rejeitando qualquer significação cronológica e evolucionista da literatura.

Ainda, Carlos Manuel Ferreira da Cunha, no seu ensaio «A crise e o “retorno” da história literária» (2003), escrevia que «a longa crise que a história literária atravessou deveu-se em particular à crise do próprio conceito de história que a suportava, e à questionação da perspectiva da literatura como expressão da sociedade» (CUNHA, 2003:1). Essa deslocação da história literária do campo da *história* é causa e remédio do seu estado crítico, sendo que habilitou a operação de salvação da história literária, demonstrando que a sua existência não está necessariamente vinculada à representação da vontade do poder político e enfatizando a oportunidade da relação entre esta e a crítica textual. Por outro lado, fez com que ela se transformasse numa disciplina desnecessária, tendo sido a sua tarefa substituída por outras, como por exemplo a teoria da literatura. Desta forma, «se a valorização da história literária passa pela atenção privilegiada à forma e à substância do conteúdo, que permitem um acesso ao contexto, a sua desvalorização resulta do predomínio da atenção à forma e substância da expressão, ao texto literário propriamente dito» (CUNHA, 2003: 3).

Manuel Gusmão remete o questionamento crítico da história literária para a «recusa da historicidade da literatura, seja esta compreendida como um conjunto de obras ou um tipo de criação verbal, como um sistema semiótico e comunicacional específico, instituição cultural, texto ou escrita» (GUSMÃO, 2001: 181), sendo a história literária não um campo de estudos, mas uma maneira de problematizar a relação entre história e literatura, onde por história não se entende uma disciplina ou um modo narrativo, mas o mero «viver histórico» (GUSMÃO, 2001: 181). Embora Gusmão reconheça que a historicidade da literatura não é um problema que se esgote apenas no domínio da história literária, ele afirma que esta tem igualmente o dever de pensar em modelos que considerem os seus objetos de estudo enquanto objetos historiáveis; daí que o crítico português distingue quatro propostas de história literária que tentaram abordar o assunto e que na sua opinião não chegaram a ser modelos, nomeadamente: a história social da literatura ou história das instituições literárias; a proposta da teoria da receção de Hans Robert Jauss (1969) e a história

literária do leitor de Harald Weinrich (1967); o modelo formalista russo, do sistema da evolução do próprio sistema literário; por fim, o modelo do *New Historicism*, caracterizado por uma conceção textualista da *história*. Estas quatro propostas parecem partilhar, na opinião de Gusmão, uma tácita preocupação pela relação da história literária com a *história* ou da literatura com a sociedade. Contudo, se bem que não sejam indiferentes a essa problemática, elas não conseguem fugir de outro problema, designadamente, o da dimensão teleológica. Citando Siegfried J. Schmidt (1978) e Darío Villanueva (1994), os quais sustentam que a história literária teria mudado de rumo em favor da assim chamada *comunicação literária*, pondo em diálogo o autor e o seu contexto, com o texto e o seu leitor – tendência ínsita nas propostas acima elencadas –, Manuel Gusmão chama a atenção para o facto de que uma disposição narrativa como esta, em que todos os elementos historiáveis são alinhados e complementares entre si, pode complicar a superação de um entendimento evolucionista da história literária, privilegiando, enquanto momento de chegada, o presente do leitor e do investigador.

Quanto argumentado por Gusmão demonstra que o fundamento teleológico de um texto de história da literatura pode ser individuado também em aspectos que passam despercebidos numa primeira leitura do mesmo, como a primazia de um género literário sobre outro, a afirmação de uma particular linha teórica e metodológica de trabalho ou, entre outros, o tratamento especial reservado a uma época em detrimento de outra. De facto, também um entendimento autonomista da literatura como aquilo promovido pelos formalistas russos desvenda uma assunção evolucionista da história literária, como ilustra René Wellek em «O conceito de evolução na história literária» (1963). Wellek apontava, nesse ensaio, para os conceitos de evolução e progresso como eixos problemáticos à volta dos quais se desenvolveu a história literária no século XIX e no início do XX. A proposta dos formalistas não dispensa, com efeito, o conceito de evolução, assentando esta, todavia, numa mudança intercorrente entre um sistema literário e outro; porém, segundo René Wellek, os formalistas rejeitaram qualquer entendimento historicista do passado por terem vivido numa época revolucionária que rejeitava qualquer sacralização do passado (WELLEK, 1963: 51).

Também Robert Hans Jauss, o qual apontava para a escola formalista como uma das principais correntes antagónicas tanto à história literária positivista, quanto ao idealismo alemão da história do espírito da nação (JAUSS, 1994: 15), afirmava que os formalistas devolveram historicidade à literatura, no momento em que tomaram consciência da transitoriedade do conceito de sincronia, tendo reavaliado as vantagens de uma conceção diacrónica da série literária (JAUSS, 1994: 20). Contudo, ele questiona o facto de a escola formalista ter reduzido a relação entre literatura e *história* à mera função linguística ou verbal da obra literária, desconsiderando o nexos entre história literária e o processo da história geral.

Na sua crítica à história literária, Jauss demonstra estar à procura de novas metodologias para esse tipo de escrita historiográfica, em alternativa à ideia de uma história literária pensada para finalidades nacionalistas. Na sua opinião, «histórias nacionais somente podiam ser consideradas séries acabadas de acontecimentos na medida em que culminam politicamente na concretização da unificação nacional ou, literariamente, no apogeu de um modelo clássico nacional» (JAUSS, 1934: 9). À luz disso, ele deteta os primeiros sintomas da crise já na história literária de Georg Gottfried Gervinus, na qual a própria narração da história se apresenta como um dispositivo apto a unificar a literatura alemã sob um único paradigma nacional, constringendo a literatura a atuar como espelho de uma história votada à consagração da nação. Nessa operação, Gervinus foi influenciado, conforme a ideia de Jauss, pelo pensamento de Wilhelm von Humboldt (1821), pelo qual «o historiador da literatura somente se torna um historiador de fato quando, investigando seu objeto, encontra aquela idéia fundamental que atravessa a própria série de acontecimentos que ele tomou por assunto, neles manifestando-se e conectando-os aos acontecimentos do mundo» (JAUSS, 1994: 9).

Regressando a Wellek (1963), o conceito de evolução literária assenta-se, para ele, numa ideia aristotélica de evolução, sendo esta concebida como um movimento teleológico voltado para o atingimento de um objetivo específico no tempo (WELLEK, 1963: 43). Wellek evidencia, também, que o modelo evolucionista tenderia a remover a crítica das tarefas da história literária, encarando a literatura apenas como um encadeamento de eventos. Esse modelo, definido pelo crítico americano como *organológico*, demonstraria a tendência dos autores que o privilegiam a associarem, metaforicamente, a evolução literária ao decurso da vida orgânica, tendo essa inclinação começado nos meados do século XVIII «quando o desenvolvimento da especulação biológica e sociológica (em Vico, Buffon e Rousseau) estimulou esse modo de pensar a respeito de literatura» (WELLEK, 1963: 43) e tendo alcançado o seu apogeu nas histórias literárias de cunho positivista, para as quais Wellek dirige, principalmente, a sua crítica. Para ele, positivistas como Hyppolite Taine e Ferdinand Brunetière privilegiaram os conceitos de evolução e progresso nas suas histórias literárias, tendo Taine comparado autores e géneros «a fim de ilustrar a diferença entre precursores e sucessores» e acreditando Brunetière «na realidade dos géneros como se fossem espécies biológicas» (WELLEK, 1963: 47), dado que este último «põe constantemente em paralelo a história dos géneros e a história dos seres humanos» (1963: 48).

Na opinião de John Neubauer, em «Historiography of literary history» (2007), o *organicismo* é um traço peculiar da história literária do século XIX e seria um conceito não apenas com um sentido diacrónico de crescimento natural e cíclico, mas também com um sentido estrutural, referindo-se ao próprio entendimento orgânico da obra literária por parte dos historiadores da literatura: «it implies that the parts of a totality are “organically” interrelated, that all of them

manifest, though in various forms, the core or essence of that totality» (NEUBAUER, 2007: 128). Neubauer refere-se a uma teoria da epigénese na origem da história literária de cunho schlegeliana, pela qual cada ser vivente seria dotado de uma força desenvolvedora inata. Nesse sentido, toda literatura evolui a partir de dentro e por si própria, tendo sido as palestras sobre a arte dramática na Europa de August Wilhelm Schlegel de 1811 – *Vorlesungen über dramatische Kunst und Literatur* – um dos primeiros exemplos a aplicar a epigénese ao estudo da evolução literária, e sendo *Geschichte der alten und neuen Literatur*, do irmão Friedrich Schlegel, a primeira amostra de historicização da literatura que desloca esse conceito para o âmbito da nação, tornando a força orgânica da literatura na força política do espírito nacional:

For Schlegel, literature was not merely entertainment or a copy of the “real world” but also a political force. Schlegel’s introduction and his first lecture specified the task further. He wanted to convince the political leaders that literature was the essence [*Inbegriff*] of a nation’s intellectual life, though he acknowledged that scholars and writers had traditionally been isolated from the higher classes as well as from the rest of the nation. Divisions within the artistic-intellectual culture itself, and its separation from the people were the greatest obstacles in developing a general national culture, but, Schlegel claimed, the eighteenth century generated in Germany and the other European nations a revival of the “national spirit.” In practice this meant for him that literature ought to serve the state, and, more specifically, to glorify the national past. (NEUBAUER, 2007:130-131)

Cunha (2002: 45-46) sublinha como o organicismo foi, justamente, um dos fundamentos em que assentou a história literária da primeira metade do século XIX, mas, ao mesmo tempo, reconhece que este transitou do idealismo romântico diretamente para o positivismo, assegurando uma espécie de continuidade entre as duas fases: «Apesar das inegáveis diferenças entre a espiritualização romântica da história e a sua subordinação à Natureza, com o positivismo, nota-se ainda uma forte continuidade ideológica entre os dois movimentos em termos da história literária» (CUNHA, 2002: 46). O perfil ideal de literatura que se desprende nessa fase da história literária inaugurada pelos irmãos Schlegel é, portanto, esboçado por uma conceção organicista pela qual todos os autores e as suas obras seriam organicamente integrados numa mesma nação, e por isso, seus representantes. Posteriormente, a história literária positivista – sobretudo a de cunho francesa, como as obras de Hyppolite Taine, Ferdinand Brunètiere e Gustave Lanson – deslocará tal conceção organicista desde as conjunturas da nação para as conjunturas da raça (cf. CUNHA, 2002: 42-47; 327-347).

As lições contidas na obra *Geschichte der alten und neuen Literatur*, de Friedrich Schlegel (1815), concebida depois do fim do império napoleónico, foi o primeiro caso de história literária a

abraçar a ideia de literatura como expressão do *Volksgeist* herderiano e a dar ênfase à univocidade da relação entre língua da nação e literatura nacional. Ainda, na opinião de Cunha (2002): «o que há de revolucionário no pensamento de Johann Gottfried Herder é o facto de implicar uma integração social de todas as classes neste imaginário da “nação linguística” (alma e espírito do povo), que passa a instituir-se como factor de soberania e de legitimidade, abarcando o passado e os projectos de futuro. Deste modo, implicava uma inovadora democratização da cultura» (CUNHA, 2002: 86). Retomando quanto afirmado por Neubauer (2007), a partir de F. Schlegel, a história literária passou a perfilhar a ideia de que a literatura devia ser o espelho da identidade linguística e cultural da nação, sendo que através da história da evolução da língua era possível reconstruir também a história dos seus falantes.

Nesse sentido, a aplicação do pensamento filosófico de Herder por parte de F. Schlegel tornou o binómio *língua-nação* um dos pilares da história literária moderna, talvez o mais difícil de erradicar. Citando, mais uma vez, Hans Harder: «Language, literature and the nation is the triangle of categories that is at bottom of literary history; or, more precisely, literature is the object, language the principle for inclusion or exclusion, and the nation the more or less tacitly assumed “author” of both» (HARDER, 2010: 7). Harder acredita que a estrutura construída na base desse triângulo categorial mantém-se ainda hoje na organização dos textos historiográficos, onde as obras literárias são consideradas como capital simbólico das nações, sub-nações e, de um modo geral, de qualquer comunidade linguística:

The aspect of symbolic capital is not a necessary ingredient in literary historiography, but, historically speaking, one its primary triggers and *raison d'être*. This is due to the fact that a literature is normally attributed to a people and thus, conversely, becomes its attribute. In other words, this is an identificatory dimension to most literary histories; literature is perceived as a mirror of the society and the people from which it evolves and therefore represents that society. (HARDER, 2010: 8)

Trata-se da função mimética da literatura que Jauss (1967) reprovava à história literária e que, como veremos, se configura, ainda no século XX, como uma condição irrenunciável para muitos casos de escrita ou rescrita historiográfica (PERKINS, 1992; HUTCHEON, 2002). Além disso, deve ser considerado que a transformação da literatura em capital simbólico é auxiliado pela história literária mediante o seu processo de institucionalização, ou seja, por meio de operações estratégicas que fazem com que esta se torne um ponto de referência para o reforço da identidade cultural de uma

comunidade. Pense-se apenas na missão pedagógica da história literária – com a qual Walter Benjamin (1931) estava muito preocupado – e na sua, ainda atual, importância na educação escolar.

A partir destas últimas observações, podemos depreender que do modelo historiográfico baseado na relação triangular *língua-literatura-nação*, a conjuntura dos critérios de exclusividade, a legitimação a deixar fora aquilo que não é representativo da experiência da comunidade linguística, é o aspecto que perdurou mais tempo na história literária de matriz oitocentista, sendo que a necessidade de escrever histórias literárias que dessem conta do multilinguismo e plurilinguismo das realidades de referência – sejam nações, sejam outras entidades – surgirá apenas na segunda metade do século XX.

Está certo que o problema da história literária não pode ser meramente reduzido à representatividade do espírito nacional, peculiaridade dos modelos hegeliano e herderiano de historiografia literária, moldados para uma literatura que é considerada orgânica ao destino do seu povo. Porém, podemos identificar alguns elementos constantes desses modelos, que são reproduzidos também, com alguma frequência, em histórias literárias em que a representatividade não faz referência à expressão de uma identidade nacional, mas que, igualmente, são edificadas sobre a ideia de exclusividade.

De maneira mais generalizada, podemos afirmar que cada vez que surge a necessidade de descrever, contornar e «sistematizar uma literatura virgem de crítica» (DEVI & SEABRA, 1971: 247), em processo de legitimação e afirmação, ou ainda desprovida de uma própria historiografia, as primeiras tarefas que são presumivelmente cumpridas são a identificação das origens da literatura e a avaliação da possibilidade de repartir a sua história em períodos e gêneros literários. A partir dessas operações preliminares, são estabelecidos, assim, os princípios de inclusão e exclusão que determinam a própria essência da história literária. Michel Foucault (1984) afirma que, no território da *história*, a procura das origens corresponde a uma vontade de encontrar a pureza naquilo que está nas raízes e, com base nisso, excluir os elementos que não reproduzem ou não são representativos dessa autenticidade identitária:

Why does Nietzsche challenge the pursuit of the origin (*Ursprung*), at least on those occasions when he is truly a genealogist? First, because it is an attempt to capture the exact essence of things, their purest possibilities, and their carefully protected identities; because this search assumes the existence of immobile forms that precede the external world of accident and succession. This search is directed to «that which was already there», the image of a primordial truth fully adequate to its nature, and it necessitates the removal of every mask to ultimately disclose an original identity. (FOUCAULT, 1984: 78)

Na verdade, o que Foucault sustenta é que nos primórdios das histórias das coisas não se encontra a origem de uma identidade pura, porém, se encontra a dissensão e a disparidade (FOUCAULT, 1984: 79). Em *Nietzsche, a genealogia, a história* (1984), ele contrapõe a operação meramente historiográfica ao trabalho da genealogia, por esta última não rejeitar o pormenor e o imprevisto. O genealogista: «must be able to recognize the events of history, its jolts, its surprises, its unsteady victories, and unpalatable defeats – the basis of all beginnings, atavisms, and heredities» (FOUCAULT, 1984: 80). A partir da análise de *Zur Genealogie der Moral: Eine Streitschrift* de Friedrich Nietzsche (1887), Foucault discute como a genealogia prefere ir à descoberta da *Herkunft*, a procedência ou a estirpe, em vez da *Ursprung*, a origem, estando sobretudo interessada em descobrir os múltiplos inícios, onde é possível rastrear a formação de uma incoerência identitária. Nesse sentido:

Genealogy does not resemble the evolution of a species and does not map the destiny of a people. On the contrary, to follow the complex course of descent is to maintain passing events in their proper dispersion; it is to identify the accidents, the minute deviations – or conversely, the complete reversals – the errors, the false appraisals, and the faulty calculations that gave birth to those things that continue to exist and have value for us; it is to discover that truth or being does not lie at the root of what we know and what we are, but the exteriority of accidents. (FOUCAULT, 1984: 81)

Por outro lado, enquanto conceito operativo da genealogia, Foucault opõe à origem *Ursprung*, a emergência *Entstehung*. A emergência evita o perigo das teleologias, impedindo que seja atribuída uma finalidade unívoca à história. Ela evita que ao início corresponda um propósito que deva ser mantido no tempo, propondo a descontinuidade e a interrupção como chave de interpretação dos eventos. Nessa lógica, não há um único início com que coincide um único propósito, mas, de acordo com Foucault, há uma emergência criada pelo confronto de forças opostas e que acontece nos interstícios dos eventos:

As descent qualifies the strength or weakness of an instinct and its inscription on a body, emergence designates a place of confrontation, but not as a closed field offering the spectacle of a struggle among equals. Rather, as Nietzsche demonstrates in his analysis of good and evil, it is a «non-place», a pure distance, which indicates that adversaries do not belong to a common space. Consequently, no one is responsible for an emergence; no one can glory in it, since it always occurs in the interstice. (FOUCAULT, 1984: 84-85)

Ainda que a reflexão de Foucault não concirna a história da literatura, as considerações sobre a aplicação dos intuitos da genealogia na pesquisa historiográfica poderiam ser deslocadas para o contexto da historiografia literária, nas contingências de escrever, hoje, uma história literária que não reproduza os princípios sobre os quais se erguia no século XIX. Tratar-se-ia de uma obra que não entendesse a história da literatura como uma sucessão de factos dispostos numa linha contínua, que não fizesse da descontinuidade e da heterogeneidade uma mera falha da evolução literária ou um pretexto para aplicar critérios de exclusão, que não fosse determinada por projeções teleológicas e que, finalmente, não se reduzisse a ser o reflexo de uma identidade unívoca. Voltando a citar as palavras de Michel Foucault: «The purpose of history, guided by genealogy, is not to discover the roots of our identity, but to commit itself to its dissipation . It does not seek to define our unique threshold of emergence, the homeland to which metaphysicians promise a return; it seeks to make visible all of those discontinuities that cross us» (FOUCAULT, 1984: 95). No caso de uma história peculiar como a da literatura goesa – e aqui se entenda não só a de língua portuguesa –, a genealogia poderia, eventualmente, funcionar como uma espécie de reconhecimento das relações complexas que intercorrem entre as obras, de reavaliação dos períodos de inatividade literária – ou de silenciamento forçado, como no caso da literatura em concani – enquanto momentos para serem compreendidos e não rejeitados, de apreciação da dissonância das entidades que escrevem como oportunidade para repensar na heterogeneidade identitária e linguística que essa literatura representa.

2. Crise, reforma e revisão

Foram reconhecidas algumas das conformações principais que a história literária assumiu no século XIX, as quais se tornaram características próprias da historiografia das literaturas nacionais que se encontravam em processo de consagração, no contexto da reconfiguração das potências europeias depois da queda do império napoleónico. Temos rapidamente observado, por meio do trabalho de Carlos Manuel Ferreira da Cunha (2002), que com a virada positivista dos estudos literários se começava a encontrar – sobretudo em França – uma justificação científica que pudesse legitimar a história literária enquanto autêntica disciplina. Por outro lado, numa direção totalmente oposta, temos reportado que intelectuais como Walter Benjamin (1982), já na década de 30 do século XX, viam nessa *tecnicização* da história literária a motivação pela qual esta se afastava, cada vez mais, do âmbito da *história*, perdendo, dessa maneira, qualquer tipo de credibilidade epistemológica.

Ao longo do século XX – e de maneira mais intensa, a partir do período da segunda pós-guerra mundial –, as ideologias políticas sobre as quais a história literária se erguia começaram a falhar, abrindo espaço para o debate sobre a sua plausibilidade epistemológica e sobre a sua efetiva utilidade. Em primeiro lugar, aquilo que provocou transtorno na aceitação da presença de um valor

científico na história literária foi a sua implicação direta na celebração do espírito nacional e, de consequência, a sua relação com as ideologias nacionalistas. Em segundo lugar, foi o projeto teleológico intrínseco ao modelo nacional a incentivar a censura da história literária. A presença de um *telos*, a presença de um propósito finalístico pelo qual a literatura se desenvolveria de uma maneira linear e ininterrupta até uma meta apoteótica, fez com que a história literária fosse interpretada como um instrumento de afirmação de valores extra-literários. Portanto, encontramos principalmente duas tendências críticas: por um lado, houve uma interpretação dos valores na base da história literária como ameaça à autossuficiência da literatura – crítica levada à frente sobretudo pelos formalistas russos e pela escola americana do *New Criticism* –, e, por outro lado, uma crítica à perda das suas conotações de historicidade.

Proporcionando apenas alguns exemplos dessas tendências, o formalista russo Jurij Tynjanov (1971) afirmava que a história literária, para poder chegar a ser considerada uma ciência, devia afirmar a sua credibilidade através do estudo da evolução literária, devendo este avaliar, necessariamente, a literatura e a obra literária enquanto sistema, e analisar as mudanças intercorrentes entre um sistema literário e outro. Assim, a história literária será entendida como investigação da variabilidade literária. Por sua vez, Robert Hans Jauss contrapropunha à reformulação historiográfica dos formalistas, uma história literária fundamentada na teoria da recepção. O historiador literário, na sua opinião, deveria olhar não para a maneira com que o novo se impõe ao velho ou como as formas literárias avançam em direção a um género de estágio perfeito, mas olhando «para a profundidade temporal da experiência literária, dando a conhecer a distância variável entre o significado atual e o significado virtual de uma obra» (JAUSS, 1994: 45), isto é, olhar para a resistência com que uma nova obra é encarada pelos leitores – nível síncronico – e a influência que esta exercita nas práticas da vida diária – nível diacrónico. Esta abordagem pressupõe a transformação da experiência da leitura numa experiência social, fortalecendo o laço entre história literária e história, no entendimento que Manuel Gusmão tinha desta, ou seja, «o mero viver histórico» (GUSMÃO, 2001: 181).

Na opinião de Carlos M. Ferreira da Cunha (2004), «outra aporia da história literária decorrente da “resistência” da literatura a um método de estudo histórico consiste no facto de não existir necessariamente progresso histórico na literatura (e na arte em geral), pois o que vem depois não é necessariamente melhor» (CUNHA, 2004: 6). À luz da diversidade que houve e continua a haver entre as várias críticas, podemos refletir sobre o facto de que quando se fala de crise da história literária (WELEK, 1973; JAUSS, 1994; FRANCHETTI, 2002; CUNHA, 2004; LOURIDO, 2015) seria mais oportuno falar de *crises* no plural e acentuar a natureza polimorfa destas. De facto, a crítica endereçada à história literária tem mudado de feição conforme as tendências axiológicas do

momento em que a crise se produziu. Ao mesmo tempo, temos de considerar que a cada momento de crise seguiu-se, quase sempre, uma subsequente proposta de reforma; uma proposta teórica para renovar tanto a estrutura e os critérios de edificação, quanto o próprio método de investigação de literatura. Em poucas palavras, as crises da história literária seriam crises provocadas de maneira voluntária, sendo uma tentativa de testar a resistência ou, contrariamente, a adaptação da história literária às exigências e mudanças do tempo. David Perkins, na introdução do seu ensaio *Is literary history possible?* (1992), faz referência a como, ao longo do tempo, a história literária se tenha convertido num objeto maleável:

Assimilating ideas of Herder and the Schlegels, the discipline became intellectually profound. Its major modes have been Hegelian, naturalist, positivist, *geistesgeschichtlich*, Marxist, formalist, sociological and, paradoxically, postmodern. In variants, the theories of Darwin, Spengler, Wölfflin, Weber, Adorno, Foucault, Bloom, Geertz, and many others have been pressed into service. The genre includes works on the literature of nations, periods, traditions, schools, regions, social classes, political movements, ethnic groups, women, and gays, and these studies may foreground the genesis or production of texts, their effect on society or on subsequent literature, their reception, or all these moments synthetically. (PERKINS, 1992: 1)

Mas que tipo de crise seria a da história literária? Relativamente às várias significações que o conceito de crise pode encarnar, a de Reinhart Koselleck (2006) parece ser a mais apropriada para definir a crise da história literária:

Applied to history, «crisis», since 1780, has become an expression of a new sense of time which both indicated and intensified the end of an epoch. Perceptions of such epochal change can be measured by the increased use of crisis. But the concept remains as multi-layered and ambiguous as the emotions attached to it. Conceptualized as chronic, «crisis» can also indicate a state of greater or lesser permanence, as in a longer or shorter transition towards something better or worse or towards something altogether different. (KOSELLECK, 2006: 358)

Para Koselleck, o conceito de crise poderia ser avaliado tanto como necessidade de acabar com a mentalidade de uma época, quanto como um estado de transição em que se espera pelo melhoramento de uma condição. Transportado para o âmbito da crise da história literária, o conceito de crise, assim como Koselleck o aplica à história, poderia coincidir com essa vontade de quebrar o vínculo com a ideologia que a caracterizou na época do seu auge, para não ter que renunciar à sua efetiva realização. Com razão, o que mais se imputa à história literária é o facto de ser portadora de

ideias tendenciosas e superadas. Nesse caso, aplica-se bem o conceito de crise conceitualizado pelo filósofo alemão, o qual considera a crise como momento de transição, e não de colapso.

Helena C. Buescu, no seu ensaio «Literary history: are we still talking about?» – epílogo da obra *A revisionary history of Portuguese literature* (1999) –, propõe interpretar a história literária não enquanto um produto acabado, mas sim enquanto um processo de autoquestionamento contínuo:

I shall argue that literary history may be understood as a process or as a product and that seeing it one way or the other has definite consequences with respect to its scope and possibility. If seen as a product, according to the largely traditional view, then literary history basically corresponds to paradigm fixation, with effects on the incorporation and exclusion of “objects”, obviously in different degrees and levels. Literary history, in this perspective, would be the product, resulting in a stable and ideal complete discourse. However, if we consider literary history to be also a process of questioning itself, that is, if we mainly understand it as an epistemological activity, do we end with the same paradigm of completion? Do we have to relinquish the label of literary history for those objects which do not propose and see themselves as stable and homogeneous? (BUESCU, 1999: 209-210)

De maneira apropriada, a investigadora relaciona esta questão com o problema do cânone, sendo que, convencionalmente, a história literária trabalha com este, funcionando de acordo com critérios de exclusão que se apoiam numa ideia de pureza e de manutenção de um equilíbrio harmonioso entre as partes. Buescu afirma: «The ongoing debates about the canon and literary history make apparent, in short, that the understanding of these entities as final and stabilized products comes from a temptation (always there) to view knowledge as quantitative data accumulation, rather than from actual verification of stability and finality in those products» (BUESCU, 1999: 210).

O desafio lançado pela perguntas de Helena C. Buescu é de ter em conta, porque permite a discussão para repensar a história literária como um objeto aberto a diferentes possibilidades de reconfiguração. Emerge da reflexão de Buescu a própria questão do nome: deveríamos renunciar chamar de *histórias literárias* aquelas obras que recusam as categorias fixas da história literária tradicional, nomeadamente, a periodização, o modo narrativo, a estrutura linear e, em última instância, o cumprimento das regras impostas pelo cânone? Com certeza, a referência principal para a reflexão de Buescu procede do próprio livro em que o seu texto está inserido, *A revisionary history of Portuguese literature*, editado pela própria e por Miguel Tamen, em 1999. Nesta obra, a história literária é encarada pelo conceito de *revisão*, entendido como chave para cumprir a releitura historiográfica da literatura portuguesa e consertar as falhas ou os equívocos gerados pelas anteriores

experiências historiográficas. Nesse sentido, uma história literária *revisional* carrega, necessariamente, um valor epistemológico, assumindo, esta, não só a tarefa de rescrever a história, mas também de questionar o próprio método e abordagem com que realiza tal tarefa.⁴¹ Em suma, depreende-se que a operação de elaboração teórica deveria ser aquilo que marca a diferença relativamente às histórias literárias do passado.

No caso da literatura de Goa em língua portuguesa, em 2012, a investigadora portuguesa Joana Passos publicou *Literatura goesa em português nos séculos XIX e XX: perspectivas pós-coloniais e revisão crítica* (2012), um livro que se apresenta como uma história literária revisional:

Propõe-se ao leitor uma viagem estética e crítica por uma parte da vida literária de Goa, situando o nosso ponto de partida na instável encruzilhada entre influências indianas e ocidentais, sem se pretender legitimar fronteiras nem esconder tensões. Voltamos às fontes – aos textos e aos autores – para, a partir das linhas de estudo delineadas pela teoria pós-colonial, reconstituir um cânone de referência, acompanhado por um roteiro crítico que se oferece como possível história literária de Goa. Identificam-se portanto tendências dominantes na vida cultural da sociedade goesa ao longo de dois séculos vibrantes, os séculos XIX e XX, quando a proliferação da imprensa alargou os hábitos de leitura e de escrita a um muito maior número de intervenientes. (PASSOS, 2012: 12)

A proposta de história literária de Passos constitui uma novidade pelo que concerne a introdução do «cânone de referência». Como já visto, parcialmente, no primeiro capítulo, e como apreciaremos nos capítulos seguintes, as experiências historiográficas goesas anteriores cumpriam com critérios de inclusão e exclusão, sobretudo linguísticos e identitários, sem, contudo, os seus autores sentirem a exigência de falar de *cânone*. No caso do livro de Passos, a construção de um cânone interessa também a periodização e a questão da *abrangência*. De facto, Passos delimita a sua análise a simplesmente dois séculos e às manifestações literárias que podem ser consideradas como

⁴¹ Outro exemplo de história literária *revisional* é o livro multi-autoral *Brazil 2001: a revisionary history of Brazilian literature and culture* (2001), organizado por João César Castro da Rocha, o qual propõe uma revisão da história literária brasileira, abandonando a ideia única de literatura nacional: «This challenge was met through the reconstruction of different and sometimes opposing views of national identity. The illustrations distributed throughout the volume already evidence this diversity, which, due to its plurality, should discourage an essentialist approach to the question of national character. In other words, instead of embracing a predetermined conception, the collaborators were asked to develop reflections upon texts and contexts that helped to shape portraits of Brazil. If a prior act of seeing is not available in the writing of cultural history, its reconstruction has to begin accordingly with the tradition of telling the nation – after all, traditional cultural history has been but its narration. It is, however, worth calling the readers attention to the essayistic nature of those reflections, which are intended less to provide a final word on the subject than to entice the readers' imagination in order to prompt them to acquaint themselves with the work presented by our collaborators» (ROCHA, 2001: xxi-xxii). Na esteira desse livro, em 2014, o próprio Castro da Rocha organiza um número especial do jornal *Portuguese literary and cultural studies* – afiliado à University of Massachusetts –, intitulado «Literary histories in Portuguese», o qual debate algumas questões de teoria da história literária, tanto geral, quanto específicas do âmbito lusófono.

«arte escrita» – valorizando «o seu lado ficcional e criativo» (PASSOS, 2012: 32) –, deixando fora do cânone em questão, e conseqüentemente da história em apreciação, o resto da produção não «literary proper» (HARDER, 2010: 4).⁴² Roberto Vecchi (2008), embora no contexto de outro tipo de reflexão, ao introduzir o conceito de *poder* no âmbito da historiografia literária, questiona em que medida o cânone, na sua «função sacralizadora» (VECCHI, 2008: 120), pode revelar o poder na base da literatura, construindo, este, relações hierárquicas entre os vários géneros e sub-géneros literários. Nesse sentido, Vecchi escreve: «a literatura, como instituição, com a função sacralizadora que a demarca, é sempre aparentemente representação de um *apartheid*, de um domínio que exerce uma soberania exclusiva e excludente» (VECCHI, 2008: 121). Se bem que a crítica de Roberto Vecchi tenha como foco a representação da subalternidade na historiografia literária brasileira, numa leitura gramsciana via Subaltern Studies, a sua contribuição faz-nos refletir sobre a maneira como a aplicação de conceitos procedentes da crítica cultural, em lugar de aplicação exclusiva de conceitos oriundos da crítica literária, influi na caracterização ontológica do próprio objeto da história literária. Daí que, no caso da literatura de Goa em língua portuguesa, a imposição de um cânone literário, baseado apenas na apreciação estética, requer um cuidado especial, pelo risco de deixar de fora peças importantes da história literária.

Para Joana Passos, vinculadas ao problema do cânone encontram-se «questões de designação» (PASSOS, 2012: 26). Como argumentado pela pesquisadora da Universidade do Minho, «indo-portuguesa» indica uma aceção demasiado vinculada à dimensão histórica colonial de Goa, não fazendo justiça ao estatuto autónomo do qual a literatura goesa escrita em português tem privilegiado a partir do século XIX. Passos explica na introdução do livro:

Em primeiro lugar, creio que embora «literatura indo-portuguesa» seja uma designação corrente e estabelecida, preferia chamar à literatura de Goa dos séculos XIX e XX «literatura goesa», visto que se trata de uma literatura local, autónoma, constituindo um dos segmentos desta literatura poliglota. Os motivos desta preferência prendem-se sobretudo com uma demarcação cronológica e com uma intervenção corretiva em termos de perspetiva, pois estamos a falar de uma cultura própria e específica, a goesa, e não de uma mera ramificação de Portugal. Para além de questões de designação, a resposta à questão sobre a existência de uma literatura goesa depende do que entendemos por literatura, da existência de autores e, inevitavelmente, da publicação e circulação de textos. (PASSOS, 2012: 25-26)

⁴² Sobre a inclusão e exclusão, na história literária, dos textos não considerados propriamente enquanto literatura, remete-se para o primeiro capítulo desta tese, nomeadamente, para a secção «Narratividade e abrangência à margem da história literária».

Seguindo um percurso teórico orientado para os estudos pós-coloniais – inspirado, sobretudo na produção teórica das literaturas pós-coloniais de língua portuguesa (PASSOS, 2012: 16-17) –, há que ser dito que a justificação que Passos propõe para a mudança do nome tem como ulterior objetivo ilustrar o método de pesquisa e a estrutura do livro. Uma das motivações a que Passos recorre para argumentar a mudança é que *literatura indo-portuguesa* sublinharia a condição de dependência da literatura de Goa do sistema literário português. A investigadora entende a literatura indo-portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII como mero anexo do sistema literário português, não sendo representativa de uma cultura identitária goesa e sendo demasiado fragmentária e acidental para se erguer a sistema literário autónomo. Enquanto que a literatura goesa escrita em português, dos séculos XIX e XX, seria a genuína expressão de uma cultura local: «pelo contrário, uma literatura goesa em língua goesa distingue-se das suas raízes indo-portuguesas no momento em que essa sociedade se representa a si própria» (PASSOS, 2012: 29).

Para a investigadora, *literatura indo-portuguesa* remete para um referente não autenticamente goês, sendo apropriada para a literatura escrita por portugueses numa primeira fase de descobrimento e evangelização dos territórios coloniais da Índia (PASSOS, 2012: 28-29). Veremos como, na realidade, a aceção «indo-portuguesa» não poderá ser definida por limites cronológicos ou identitários fixos, mas será um referente identitário que continuará a ser usado para conotar uma específica comunidade católica de Goa, da qual muitos escritores faziam parte. Pensamos apenas na ocorrência de um escritor, com uma orientação política de esquerda e anticolonialista, como Orlando da Costa ainda falava em literatura indo-portuguesa em 1999, na palestra «Literatura indo-portuguesa contemporânea: antecedentes e percursos», sem carregar essa designação de conotações negativas.

Além disso, a periodização baseada também no descarte da literatura religiosa do *corpus* avaliado pela autora (PASSOS, 2012: 31-33) exclui os jesuítas goeses António João de Frias e Leonardo Pais, considerados por Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971) os primeiros representantes de uma literatura verdadeiramente goesa,⁴³ sendo que debateram, de um ponto de vista religioso, questões relativas à supremacia das castas chardó e brâmane, ou seja, problemas inerentes à sociedade goesa do século XVIII. Não serão estes, de toda forma, exemplos de obras «em que essa sociedade se representa a si própria» (PASSOS, 2012: 29)? Deixando para outro capítulo o debate sobre a peculiaridade das obras de Frias e Pais, essa reflexão sobre o livro *Literatura goesa em português nos séculos XIX e XX: perspetivas pós-coloniais e revisão crítica* faz-nos entender

⁴³ Veja-se o capítulo «O aparecimento de uma verdadeira expressão literária indo-portuguesa» da história literária de Devi e Seabra (1971: 113-130).

melhor a configuração da *revisão* realizada pela autora. De facto, Passos não só apresenta uma proposta concreta para uma nova história literária goesa, mas também define o âmbito teórico em que esta deveria acontecer e redefine os critérios de edificação historiográfica, marcando uma posição oposta à dos seus predecessores. Relacionando esta *revisão* com as perguntas colocadas anteriormente por Helena Buescu (1999), podemos afirmar que o livro de Passos é uma história literária que demonstra ter um valor epistemológico por si própria, não só pela qualidade da crítica das obras literárias resenhadas, mas por dedicar uma boa parte do livro ao questionamento da pertinência dos parâmetros adotados pela sua autora. Contudo, o trabalho de Joana Passos conserva algumas das problemáticas do modelo narrativo e nacional de história literária, como por exemplo, a excessiva preocupação com a periodização e a determinação das origens – um *Ursprung* goês? –, bem como a rigidez do cânone que a investigadora pretende teorizar.

3. Dois olhares sobre o modelo narrativo e nacional: David Perkins (1992) e Linda Hutcheon (2002)

A exigência de ultrapassar o modelo nacional não procede unicamente do receio de comprometer a validade epistemológica dos livros de história da literatura, mas procede, em medida maior, da vontade de superar o seu carácter limitativo e excludente, representativo de um valor parcial. De facto, como Miguel Tamen observa na sua já citada obra: «it can therefore be said that literary history, from its inception, and by definition, has been national, communitarian and cultural, as its main result was the formation of a specific, teachable knowledge of national cultural communities» (TAMEN, 1999: xix). Nesse seguimento, hoje em dia, por efeito das contribuições críticas de David Perkins (1992) e Linda Hutcheon (2002), quando se fala de modelo nacional, não estamos somente a discutir a nação e a literatura nacional, mas qualquer literatura a que seja atribuído um valor de representividade comunitária. Entre as diferenças que se podem notar entre o ponto de vista de um investigador e outro, a mais axiomática é o facto de Hutcheon interpretar o *revival*⁴⁴ do modelo nacional com uma chave de leitura positiva, enquanto Perkins, dez anos antes que Hutcheon, indicou como a persistência do modelo narrativo e nacional foi uma das motivações principais pela qual não era mais possível debater, de maneira objetiva, sobre a exequibilidade da escrita da história literária.

«Rethinking the national model» de Linda Hutcheon é o ensaio de abertura do livro *Rethinking literary history: a dialogue on theory*, um volume coletivo de cunho teórico, organizado pela mesma e por Mario J. Valdés em 2002, e que antecede os três volumes *Latin American literary*

⁴⁴ No presente capítulo, a ideia de *revival* da história literária foi inspirada pelo próprio livro de David Perkins (1992).

cultures: a comparative history de 2004, organizado pelo próprio Valdés e Djelal Kadir, e editado pela Oxford University Press no âmbito de um projeto mais amplo promovido pela ICLA.⁴⁵ No dito ensaio, Linda Hutcheon argumenta que a tendência para privilegiar o modelo nacional, também por parte daquelas literaturas que foram inicialmente excluídas desse mesmo modelo de história literária, procede da exigência de empoderar, legitimar e autorizar o discurso político que está por trás dessas literaturas. A contínua atração por esse modelo, de estrutura narrativa e marca teleológica, é sempre justificável, sempre para Hutcheon, pelo facto de estabelecer um momento exato de fundação da literatura, a origem, e a partir daí delinear o seu percurso de evolução utópico e linear. É por isso que esse modelo não é priorizado apenas pelas literaturas de novos espaços nacionais – como as literaturas pós-coloniais, por exemplo –, mas vem sendo privilegiado também por outras literaturas emergentes ou consideradas minoritárias, como as literaturas diaspóricas, a literatura de autoria feminina ou de agenciamento feminista, ou as literaturas representativas da comunidade LGBTQ. A escolha de recorrer ao modelo nacional configura-se como resultado das exigências de realização do programa político dessas comunidades, associando tal escolha a um certo tipo de intervencionismo. Nesse sentido, a conotação do *nacional* não se refere apenas a um contexto identitário ou geográfico, mas sobretudo ele denota uma maneira de pensar a literatura e a escrita da sua história: «Interestingly, the new literary histories often adopt the exact developmental, teleological narrative model used by nation-states: that is, they too assume an implicitly natural process at work which is shaped by purpose and design, wherein literature is directly related to the specific “end” or *telos* of cultural legitimation» (HUTCHEON, 2002: 5).

De modo adicional, Linda Hutcheon (2002: 14-24) não julga que o revivalismo do modelo nacional tenha conotações negativas ou nostálgicas, pelo contrário, ela acha que este pode ser interpretado como forma necessária para manter vivas as memórias coletivas, especialmente no caso de passados marcados pelo signo do trauma, como no caso das literaturas surgidas em contexto de dominação colonial:

Again, despite the dangers, the adoption of this model may signal neither historical-theoretical naiveté nor conservative nostalgia on the part of postcolonial literary historians. Instead, it may be a canny borrowing of the structural power of that earlier national(ist) narrative of a history of progress, but now used to new but equally political interventionist ends. At the risk of generalizing, perhaps it is worth noting that the conditions that

⁴⁵ *Latin American literary cultures: a comparative history* (2004), editado por Mario J. Valdés e Djelal Kadir, é uma história literária comparada, primeira de uma série publicadas pela ICLA – International Comparative Literature Association. Outras histórias literárias publicadas neste contexto são: *History of the literary cultures of East-Central Europe* (NEUBAUER & CORNIS-POPE, 2004-2010), *A comparative history of literatures in the Iberian Peninsula* (ASEGUINOLAZA, GONZÁLEZ & DOMÍNGUEZ, 2010; ASEGUINOLAZA, GONZÁLEZ & SAPEGA, 2016), e *Nordic literatures: a comparative history* (SONDRUP, SANDBERG, DUBOIS & RINGGAARD, 2017).

determine national identity may have not changed quite as much over the centuries as we would like to think. It may also be a question of using the most effective model to compete with the dominant one (HUTCHEON, 2002: 15)

Ao mesmo tempo, esse resgate positivo do modelo nacional, não impede à investigadora canadiana de esboçar os eventuais perigos que comporta a adoção do modelo em causa. Com razão, ela acredita que aplicando esse modelo às histórias das literaturas pós-coloniais, o principal risco que se corre é o de reduzir o valor dessas literaturas a um mero valor memorialista (HUTCHEON, 2002: 24-25). Em segundo lugar, esse modelo, baseado num concebimento totalizante das identidades culturais envolvidas, não consegue dar conta da heterogeneidade destas e da complexidade dos fenómenos que vieram caracterizar o passado e que tiveram repercussão no presente, como por exemplo fenómenos migratórios ou diaspóricos. Hutcheon escreve: «Any alternative to the obviously effective teleological model of the (national) literary history would have to be able to deal with this kind of cultural complexity without presuming to be global and all-embracing in itself» (HUTCHEON, 2002: 27).

Sobre a aplicação desse modelo às literaturas pós-coloniais, Walter Mignolo, o qual participa também do diálogo teórico proposto pelo livro onde o ensaio de Hutcheon é publicado, escreve: «when Linda Hutcheon reflects on the force and persistence of the national model, it should be remembered that the national model is a particular historical version of the colonial model» (MIGNOLO, 2002: 160). Na opinião de Mignolo, o modelo nacional de história literária, privilegiado por projetos historiográficos a partir de contextos periféricos e/ou coloniais, desenvolve-se num nível de representação muito parecido ao da metrópole. Por essa razão, ele atesta que o uso desse modelo consente falar da existência de uma espécie de *internal colonialism* reproduzido pela história literária, que permite a perpetuação de discurso de dominação e subalternização do colonizado. Noutras palavras, a história literária nacional, por ser um produto europeu do século XIX, não podia ser desassociada da sua conotação de epistemologia colonial.

No ensaio *Is literary history possible?*, de 1992, a visão de David Perkins concorda, parcialmente, com a de Hutcheon relativamente ao importante peso representado pelo engajamento político e ideológico dessas novas histórias literárias, as quais, nas intenções e na estrutura, não difeririam muito das histórias literárias do século XIX:

The movements for liberation of women, blacks, and gays produce literary histories for the same motives, essentially, that inspired the national and regional literary histories of the nineteenth century. These groups turn

to the past in search of identity, tradition, and selfunderstanding. Their histories do not usually stress discontinuity but the opposite. They find their own situation reflected in the past and partly explained by it, not (in their opinion) because they are projecting their situation on the past, but because the same situation of suppression or marginalization continues from the past into the present. To see it this way is part of their protest. (PERKINS, 1992: 10)

Para Perkins, essas histórias literárias conferem um reconhecimento cultural aos grupos sociais em questão: «They create a sense of continuity between past members of the group and present ones and, by describing a shared past, reinforce the sense of community in the present» (PERKINS, 1992: 181). Baseando-se no texto *Dos usos e desvantagens da história para a vida* de Nietzsche (1874), Perkins compara esse tipo de história literária, que visa à reconstrução da tradição do passado para legitimar e fortalecer o sentimento de pertença à comunidade no presente, com a *história do antiquário* criticada pelo filósofo alemão, sendo que o antiquário olha para a sua tradição com afeição e lealdade, exaltando-se também para os factos mais irrelevantes (PERKINS, 1992: 181-182). Por essa motivação, esse tipo de história literária não seria, finalmente, capaz de restituir uma ideia objetiva do passado.

Contrariamente a Linda Hutcheon, David Perkins não avalia positivamente esse *revival* do modelo nacional e narrativo, à luz do facto de que as histórias literárias que se inspiram nele podem sim reforçar a identidade comunitária e o compromisso político de quem as escreve, bem como de quem as lê, «but they would not be knowledge» (PERKINS, 1992: 16). De facto, a pergunta de Perkins, *é a história literária possível?*, não é um questionamento ontológico que mete em discussão a mera existência desta área de estudo e dos textos que se publicam no seu âmbito, mas é, mais uma vez, um questionamento epistemológico que interroga a possibilidade de escrever uma história literária «intellectually respectable» (PERKINS, 1992: 12). Por exemplo, na história literária narrativa, para Perkins, a caracterização teleológica manifesta-se sobretudo em termos imaginativos e emocionais:

Desires, conscious and unconscious, play their role in narrative literary history. That our conditions find satisfactions in writing (and reading) literary history is almost too obvious to be mentioned. The question is, how much do emotions shape the plot of its narratives? My point is not that desire should not play a role – a neutral, bloodless literary history, supposing this were possible, does not represent my ideal. If I have anything to advocate on the topic of desire, it is only common morality; that is, literary historians should be conscious of whatever or not these desires are ones they wish to gratify. (PERKINS, 1992: 31)

À luz disso, o problema central à crítica feita no ensaio é o velho problema da objetividade. É possível pensar numa história literária que consiga realizar as funções de explicar e representar,⁴⁶ sem reproduzir narrativas que sejam parciais e incompletas? «The question is how much incompleteness is acceptable» (PERKINS, 1992: 13), atesta Perkins, antes de propor uma incursão teórica no estudo de dois modelos de história literária: o narrativo, tradicionalmente associado às histórias das literaturas nacionais, e o modelo *enciclopédico*, aquilo que é considerado o arquétipo da história literária pós-moderna.

Perkins discute a aporia de a história literária não poder ser considerada *história* porque é um texto narrativo; porém, ao mesmo tempo, não pode ser considerada uma simples narração porque carrega valor crítico e historiográfico (PERKINS, 1992: 40). Além disso, a plausibilidade de uma descrição certa do passado é posta em discussão, para Perkins, pelo facto de que a maioria dos historiadores literários que optam pelo modelo narrativo aderem a uma estrutura narrativa que é artificial. Na história literária narrativa, o início e o fim estão coerentemente ligados pela trama, a qual se desenvolve consoante o atingimento de um fim decidido já a partida. Nesse sentido, o destino final da história transforma-se num critério de acordo com o qual determinar também as origens da literatura, fazendo com que tudo aquilo que acontece no meio seja representado em função destas, dado que são as próprias origens a terem o impacto maior na maneira com que o passado é interpretado. Em poucas palavras, na história literária narrativa, não há espaço para o imprevisto intermédio.⁴⁷

Por outro lado, a história literária representada pela *postmodern encyclopedia* revela uma série de vantagens aos olhos de David Perkins, o qual, contudo, não concede a sua aprovação nem a esse modelo. Começando pelo lado positivo, Perkins toma como exemplo as obras *Columbia literary history of the United States* (ELLIOTT, 1988) e *A new history of French literature* (HOLLIER, 1989), identificando as vantagens destas. Estas enciclopédias pós-modernas caracterizam-se por

⁴⁶ «Whatever else they have also hoped to accomplish, all literary historians have sought to represent the past and to explain it. To represent it is to tell how it was and to explain it is to state why – why literary works acquired the character they have and why the literary series evolved as it did» (PERKINS, 1992: 13).

⁴⁷ Perkins menciona também, como modelo de história literária narrativa, a história literária baseada na história conceptual, não tanto na *Begriffsgeschichte*, mas, em medida maior, na história das ideias: «Conceptual literary history is the mode that views the eighteenth century as the Age of Reason and displays eighteenth-century texts as particular moments of this idea. When literary histories cover more than one period, they may integrate each successive period under a different concept. These concepts might be quite unrelated to each other, as would be the case in literary histories that were strongly influenced by Foucault's theory that history jumps from one episteme to another. But usually the concepts organizing successive periods have a logical interconnection, as in the typical sequence, the Enlightenment (reason), romanticism (imagination and feeling), realism. The logical structure of the organizing concepts presents the succession of periods as not only historical, but also intelligible – as something that can be understood and explained. In other words, on the basis of the conceptual relationships, the historian elaborates a scheme of historical change as simple reaction, dialectical process, cyclic, alternation between poles, or whatever» (PERKINS, 1992: 49).

serem multi-autoral, oferecendo, no mesmo livro, pontos de vista diferentes sobre a literatura resenhada, chegando a serem, às vezes, contraditórios entre si. A maioria das vezes não seguem alguma periodização, mas apenas uma ordem cronológica convencional, que é o único fator de continuidade presente nesse tipo de história literária (PERKINS, 1992: 54).⁴⁸ A informação proporcionada é bastante heterogênea, podendo ser contextualizada em diferentes áreas de estudo: «works in encyclopedic form may mix biography, bibliography, intellectual history, social history, information about the reception of works, and criticism, moving from one to another with a flexibility that cannot easily be matched in narrative history» (PERKINS, 1992: 54). No entanto, na opinião de Perkins, a maior vantagem da enciclopédia pós-moderna consiste na forma da história, a qual, como ela é representada, não existe na vida real:

But the great advantage of encyclopedic form is its conspicuous difference from our notions of reality. When we read narrative history, we may be tempted to suppose that the form of the discourse represents a – or even the form in which events occurred in the past. But no one thinks the form of a past happening was encyclopedic, and the more encyclopedic the form – for example, the *Oxford Companion to English Literature*, with its entries arranged from A to Z – the less can we mistake it for the form of the past. (PERKINS, 1992: 54)

Parece que esta forma de escrever a história da literatura pode finalmente alcançar a objetividade pela qual Perkins tanto ansiava na introdução do ensaio. Contudo, ele admite que, nalguns casos, como o da obra organizada por Denis Hollier, *A new history of French literature* (1989), o nível de discussão teórica à volta dos problemas selecionados é tão erudito que leva a excluir, automaticamente, o leitor sem noções, pelo menos básica, de história literária francesa. O risco de escrever uma história literária enciclopédica consiste, por isso, em escrever uma história literária destinada a um público de especialistas. Por essa motivação, Perkins conclui que esse tipo de obra poderia ser um bom suplemento para uma história literária tradicional como a de Gustave Lanson *Histoire de la littérature française* de 1895 (PERKINS, 1992: 58). Por exemplo, seria inapropriada para ser usada com finalidades didáticas nas escolas. A este ponto, a posição de Perkins torna-se controversa, parecendo que, afinal, ele esteja a reconhecer a indispensabilidade do modelo narrativo de história literária e do seu insubstituível valor explicativo.

⁴⁸ Paulo Franchetti, em 2004, publica um artigo na *Revista Semeiar* em que critica o livro *Brazil 2001* – organizado por João César Castro da Rocha (2001) e já citado na nota 41 do presente capítulo –, definindo-o enquanto exemplo de enciclopédia pós-moderna. Franchetti sustenta que o livro *Brazil 2001* é revisional apenas na sua organização estrutural, a qual, se bem que multi-autoral, não consequencial e voluntariamente lacunar, deixa intacta a ideia da história literária de reproduzir «um quadro totalizante do passado» (FRANCHETTI, 2004: s.p.).

Também Ipshita Chanda (2010), no caso da historiografia das literaturas indianas vernáculas, não acredita que o modelo nacional seja um modelo compatível com um entendimento de história literária que tenha o *literário* como categoria fundamental: «What does the nation have to do with literature, and why should the writing of history of literature be in any way connected to the history of the nation at all?» (CHANDA, 2010: 118). A comparatista indiana acredita que o modelo do século XIX de história literária, com a sua específica ideologia, seja ainda o mais popular no subcontinente indiano, tendo acontecido apenas uma substituição das suas categorias fundamentais – reis, heróis, períodos e cidades – com categorias mais politicamente corretas – mulheres, subalternos, Dalit, migrantes ou sujeitos diaspóricos. Daí que, para Chanda, essas novas categorias permanecem estéreis tanto quanto o modelo baseado na história de apenas uma literatura escrita numa só língua: «because they merely reach out across prefixed boundaries to form new communities on the basis of some non-literary identifications that are then used to justify literary statements and conclusions» (CHANDA, 2010: 109). Por essa motivação, Ipshita Chanda insiste que para que uma narração possa ser considerada enquanto história literária deverá basear-se na categoria do *literário*, e não de outras categorias sócio-culturais (CHANDA, 2010: 104), sendo que para ela é o âmbito da literatura comparada o lugar adequado para que esse processo aconteça.

4. Uma proposta renovadora: a história literária comparada e o uso do conceito de *cultura literária*

A história literária comparada insere-se, potencialmente, nos casos de histórias literárias que David Perkins define enquanto enciclopédias pós-modernas. Renunciando a organizar a história como uma sequência evolutiva de factos e a estruturar a obra em períodos fixos, a história literária comparada contempla diferentes direções de desenvolvimento, repensando a imposição narrativa num registo coletivo de multi-autoria. Apesar disso, a história literária comparada diferencia-se dos exemplos examinados por Perkins, porque os sistemas literários em questão são, habitualmente, mais do que um, sendo as literaturas em comparação escritas em línguas diferentes. Aliás, nos mais recentes textos de história literária comparada, a própria literatura é substituída pelo conceito de *cultura literária*, justamente por ser este último um conceito mais abrangente e mais representativo da heterogeneidade das experiências envolvidas.

Na altura em que o seu projeto *Latin American literary cultures: a comparative history* (2004) se encontrava ainda numa fase exploratória e de teorização, Mario J. Valdés, num artigo intitulado «Postmodern literary history or reading history as a hypertext» (1999), afirmava que a história literária comparada:

can be described as a collaborative interdisciplinary study of the production and reception of the cultural imaginary in specific social contexts. Instead of writing a historical narrative of one canonic literature or national cinema in one language in one geographic area, comparative history of literary culture examines the imaginary as a process of cultural communication within one language area and between a number of them without attempting to minimize cultural diversity. (VALDÉS, 1999: 11)

Um dos pontos fulcrais do discurso de Valdés é a *receção*, entendida como instrumento para medir as relações entre os vários contextos culturais da América Latina, e interpretar a ligação entre passado e presente como um diálogo que transcende as categorias unívocas de literatura e nação, mas sim que abrange as de *cultura literária e região* (VALDÉS, 2002). Para ele, a atenção colocada na receção da literatura – ao invés do que na quantificação da sua produção e na repetição de temas, estilos e géneros – é aquilo de que uma história literária pós-moderna necessita: «Literary history can only be effective in our postmodern world if it is an ongoing search for understanding of our sense of the past which stands behind the texts we read in the present» (VALDÉS, 1999: 13).

Na opinião de Valdés, o modelo proposto pela história literária comparada não renuncia ao estilo narrativo, mas sendo o seu foco virado para um espaço transregional e uma abordagem transdisciplinar, ele consegue fugir de qualquer interpretação teleológica da história, sem associar o desenvolvimento da *cultura literária* a um único *telos*, graças à presença de múltiplos atores: «Narrativization in comparative literary history expresses direction and purpose and, consequently, maps out a quasi plot for the events, but because of the stratified paradigm, these proposals are advanced by drawing from the wealth of data offered in the social context and presented as interpretive versions» (VALDÉS, 1999: 17). Dessa forma, nesse modelo os factos literários são historicizados e narrados a partir da sua circulação e receção no presente, num determinado contexto geo-cultural, sendo a dimensão espacial mais importante do que a dimensão temporal e da periodização baseada em domínios fixos – os quais podem ser, entre outros, origens e afirmação da literatura, datas de publicações das obras, fortuna e declínio de um determinado género ou estilo etc. De facto, repare-se numa figura que Valdés utiliza no título do artigo: o hipertexto. Ler a história como hipertexto poderia significar imaginar a história literária como uma rede de textos que podem ser lidos sem respeitar uma ordem pré-estabelecida, cada um dos quais abre a uma infinita possibilidade de interpretações e desenvolvimentos, rompendo definitivamente com a narrativa linear do modelo tradicional.

De toda maneira, Mario J. Valdés não acredita que a história literária comparada possa ser um exemplo de historiografia objetiva. Pelo contrário, ele julga que cada história literária reproduz um

conhecimento do passado que é inevitavelmente parcial e influenciado pelo olhar do presente, mas que, contudo, a escrita da história literária é uma necessidade para a afirmação da cultura identitária de cada sociedade que produz literatura (VALDÉS, 1999: 13).

Para proporcionar um exemplo de história literária comparada mais próximo do objeto desta tese – ou pelo menos desde o ponto de vista da proximidade geográfica –, referirei do livro *Literary cultures in history: reconstructions from South Asia*, organizado por Sheldon Pollock e publicado em 2003. Como este último ilustra na introdução, esse livro multi-autorial foi elaborado para fazer frente à exigência de escrever uma história das literaturas de um espaço multilíngue, o subcontinente indiano, a qual escapasse da autoridade epistemológica do sânscrito. Na opinião de Pollock, a importância dada ao sânscrito e às línguas afiliadas a este – o pali e o prakrit –, em detrimento das outras línguas vernáculas, procede do facto de as primeiras histórias da literatura indiana terem sido escritas na Europa, no contexto epistemológico do orientalismo do século XIX.⁴⁹ Segundo ele, o rumo mudou só a partir de 1947, com a Partição de Índia e Paquistão, mas sobretudo, depois de 1954, com a fundação da Sahitya Akademi of India que devolveu importância às literaturas escritas noutras línguas vernáculas, enfatizando a unitariedade da literatura nacional sob uma única multitude linguística – «Indian literature is one though written in many languages»⁵⁰ (POLLOCK, 2002: 6). Atrás dessa mudança aparentemente democrática, Pollock encontra uma noção de literatura vinculada ao controlo do estado-nação, pela qual o escritor que produz numa determinada língua não teria conhecimento do trabalho dos seus colegas que escrevem noutras. Isto impede, assim, que se

⁴⁹ Hans Harder (2010), no texto já citado no primeiro capítulo, escreve que, no século XIX, os intelectuais coloniais da Índia Britânica lamentavam a ausência de uma literatura nacional indiana decente e, como consequência, a geração a seguir entusiasmou-se com o redescobrimto da literatura clássica sanscrita pelos orientistas europeus, recebida como o elemento que pudesse demonstrar a existência, também na Índia, do triângulo herderiano *literatura-língua-nação*. Contudo, a necessidade de trazer à tona material que pudesse ser considerado inteligível no presente, impulsionou a pesquisa também nos repertórios literários das línguas vernáculas, incentivando a procura de textos que pudessem demonstrar a efetividade dessa proveitosa relação triangular, e fazendo com que «the “golden triangle” of literary historiography triggered an unprecedented process of rediscovering, unchaining and realigning» (HARDER, 2010: 9), ou seja, que fosse aplicado também ao estudo das histórias das singulares literaturas vernáculas. Ulteriormente, Harder escreve: «On the whole, and despite cases like Grierson, de Tassy or the Ellis circle, this field of study was relatively left more to Indian scholars. These found themselves with the task, among so many others, of carving out a space for the modern language-literatures against the monumental importance and weight of Sanskrit literature. An obvious stance to be adopted, and with a lot of historical evidence to its credit, was to stress the “emancipatory” and “popular” element in these traditions» (HARDER, 2010: 16). Stuart Blackburn e Vasudha Dalmia, na introdução ao livro *India’s literary history: essays on the nineteenth century* (2004), escrevem que as dos orientistas não eram as únicas formas de história literária a circular no século XIX: «A modern literary-historical sensibility also emerged in other forms of writing over the course of the century: essays, novels, plays, history books, newspapers, magazines and pamphlets. Far more than derivative specimens of a new literary historical period, these prose forms also spread fresh thinking about literary history itself. Newspapers, journals and magazines printed claims and counterclaims about the glories of classical texts, as well as their inadequacies; they deplored the lack of original prose in the regional languages and called out for the creation of a modern literature» (BLACKBURN & DALMIA, 2004: 5).

⁵⁰ A frase «Indian literature is one though written in many languages» é original de Sarvepalli Radhakrishnan (Cfr. HARDER, 2010: 12).

venha construir uma consciência literária comunitária, tendo o estado o pleno arbítrio sobre aquilo que é apto a ser promovido e legitimado enquanto literatura nacional (POLLOCK, 2002: 10).

Pollock afirma, ainda, que o estado, exercitando o seu controlo sobre a produção literária nacional dessa forma, atua da mesma maneira que a história literária, ou seja, destinando um *espaço* exclusivo a uma dada literatura, sem questionar se é esta a determinar o *espaço* ou se é este a criar as condições para que seja produzida a literatura (POLLOCK, 2002: 10-11). Pelo contrário, «space – along with the important features of the social and political formations that mark themselves off in space — is a product of literary cultures as much as these cultures may in turn be reproduced by space» (POLLOCK, 2002: 27). Daí a exigência de postular uma nova história literária que confronte esse impasse herdeiro do nacionalismo europeu do século XIX, e que explore conceitos mais abrangentes, como, precisamente, o de *cultura literária*:

When I and the other contributors to this book began to contemplate the zone of freedom we entered when we escaped literary history for the history of literary culture, committing ourselves to taking South Asian people and their ideas seriously, and allowing for (potentially radical) South Asian difference, it was both liberating and unsettling. It was liberating because we now had the opportunity to pose a new set of questions to our materials; unsettling because the inquiry was, effectively, uncontainable and threatened to escape any organizing structure. Our first assessment of objectives showed both features well. Instead of starting from received notions of area-based or national or regional cultures, we knew we wanted to explore how boundaries have been continuously recreated. (POLLOCK, 2002: 14)

O que resultou do trabalho de Sheldon Pollock e dos seus co-autores foi um livro que pode contar com dezassete contribuições de autores diferentes, que se debruçaram sobre quinze culturas literárias,⁵¹ conseguindo organizar a obra de forma que fossem evitados o determinismo da estrutura narrativa, a teleologia do modelo nacional e as analogias biológicas (POLLOCK, 2002: 20). Para além da preferência do conceito de cultura literária, outra novidade consiste no concebimento do *espaço* enquanto comunidade literária ou comunidade sócio-textual, sendo essa inovação conceitual um substituto de referências mais rígidas, como nação ou região, e sendo mais proveitosa para o enquadramento dos diversificados contextos linguísticos.

Ipshita Chanda (2010) apresenta outro entendimento de como o comparatismo deveria se relacionar com a história literária, mantendo, contudo, a perspetiva multilinguística proposta por

⁵¹ O livro editado por Sheldon Pollock está organizado em cinco partes, nomeadamente, uma sobre as culturas literárias no espaço global – de língua sânscrita, persiana e inglesa –, uma parte sobre as culturas literárias do sul do subcontinente indiano, outra das regiões centrais, outra sobre as culturas literárias budistas, e uma última parte sobre as culturas literárias de língua urdu e hindi.

Sheldon Pollock. Chanda julga que se devem usar categorias e metodologias do âmbito dos estudos literários para a escrita da história literária, e que a abordagem comparatista da história literária deva concernir o estudo da receção dos géneros literários nos diferentes contextos culturais e linguísticos da Índia. Ela serve-se do exemplo do *carit*,⁵² um género literário presente já a partir da época pré-moderna e que acompanhou o desenvolvimento das línguas indianas modernas através de um território bastante vasto (CHANDA, 2010: 110). Através do mapeamento da presença desse género narrativo na Índia, Ipshita Chanda observa:

There can be many more examples of the differences and similarities between texts named *carit* to substantiate that writing a historical narrative of this genre is clearly a trans-cultural enterprise, spanning language, religion and of course time and region. The category that forms the starting point for historiography in this case is a literary category, that of genre, and the rules of genology, or study of genres, are adhered to, rewritten or broken in the process of exploring the *carit*'s fortunes across time and space and philosophical incarnations. This is the history of a genre, and its writing demands a methodology that is offered only by the discipline of literary studies. And here is the point that could not possibly be overemphasised: single language literary histories cannot, by definition, span the area that this or any other genre covers in time or space – they must be limited by the language of the text even though they may at times display inter-textual and comparatist sensibilities. (CHANDA, 2010: 111)

Além disso, Chanda pondera que esse tipo de mapeamento historiográfico, baseado em categorias literárias, permite, portanto, investigar a formação de um género literário dentro de sistemas literários não ocidentais e sem recorrer a ferramentas metodológicas importadas do estudo de outros casos, sendo que o *carit* substitui o romance enquanto precursor do género narrativo na Índia. Nesse sentido, a história literária comparada atende tanto o discurso historiográfico quanto o literário, sendo um compromisso epistemológico bastante plausível aos olhos da investigadora.

Em segundo lugar, Chanda apresenta outro exemplo em que a perspetiva comparatista oferece uma possibilidade para estudar os diferentes contextos literários vernáculos. Trata-se do surgimento do modernismo indiano, a partir da receção da literatura romântica pela mediação do poeta Rabindranath Tagore. Num primeiro momento, terá ocorrido a importação, para a Índia, de

⁵² O *carit* é um género narrativo parecido à biografia, diferenciando-se desta, contudo, pelo seu carácter parcialmente ou totalmente ficcional. Chanda escreve sobre o *carit*: «The *carit* may at times mutate and change name, but usually is known as such, telling of the life of the central character, regardless of whether he is historical (Ashvaghosha's *Buddhacarita* or Bana's *Harsacarita*), proto-historical (*Rām'carit'mānas* by Tulsidas, or *Krsnacarita* by Bankimchandra Chattopadhyay), or completely imaginary (*Daśakumāracarita*, by Dandin, *Damarucarit* by Trailokyanath Mukhopadhyay)» (CHANDA, 2010: 110). Para aprofundamentos sobre o *carit*, veja-se o livro de Ipshita Chanda *Tracing the charit as a genre: an exploration in comparative literature methodology* (2003).

textos literários, em inglês e não só, para a formação da juventude das elites indianas durante o Raj britânico. A partir daqui, houve uma difusão – e consequente receção – desses textos por meio da imprensa periódica, sobretudo no Bengala: «As the site of the first city of empire, Bengal possessed special facilities for imbibing the ideas and ideals that circulated in England – these were then disseminated through the periodicals, and one strand of a variety of responses to these western influences produced what Raymond Williams would term a structure of feeling, and this in turn produced a Rabindranath Tagore» (CHANDA, 2010: 117). A esse ponto, o impacto dessa literatura europeia nos leitores indianos fez com que se criasse um novo horizonte de expectativa – conceito promovido pela estética da receção de Hans R. Jauss na década de 60 – em que a combinação a vários níveis de elementos locais com elementos estrangeiros produziu um novo discurso literário (CHANDA, 2010: 117). Numa segunda fase, posterior a essa fase de receção da literatura romântica, a consagração de Tagore como poeta nacional e o outorgamento do prémio Nobel em 1913, aumentou o interesse pela sua produção lírica, tornando-se, para alguns, um modelo de inspiração e, para outros, um modelo a ser rejeitado. Esse fenómeno de receção e produção⁵³ ocorreu, justamente, em diferentes contextos linguísticos na Índia; por isso, o estudo da história desse processo não pode não acontecer senão numa perspectiva comparatista e aplicando categorias literárias.

Uma excelente e inclusiva análise da tendência da história literária a constituir-se enquanto disciplina comparativa tem sido feita, mais uma vez, por Carlos Manuel Ferreira da Cunha, quem no seu ensaio *A(s) geografia(s) da literatura* (2011) cumpriu uma distinção entre uma história literária comparada particular, baseada em modelos transnacionais e transregionais, e outra global, concebida no âmbito teórico da literatura mundo. Na opinião de Cunha, essa tendência derivava da necessidade de «desterritorializar» (CUNHA, 2011: 45) a literatura do plano nacional para a sua «reterritorialização» noutros territórios (CUNHA, 2011: 45). O investigador acreditava que «a adopção de um modelo de história literária nacional em países pós-coloniais equivale à aplicação de um modelo colonial à história da cultura e literatura desses novos Estados-nação, impedindo o reconhecimento de valores culturais próprios» (CUNHA, 2011: 45-46). Nesse sentido, Cunha retoma a proposta de Walter Mignolo para uma descolonização da história literária, baseada no questionamento da diferença colonial (MIGNOLO, 2002: 183-184) e na escrita de múltiplas histórias literárias locais ou, ainda melhor, de múltiplas histórias de *culturas literárias*, designando estas como «um trabalho interactivo de factores sociolinguísticos que tornam possível a comunicação e circulação de imagens, histórias e crenças» (CUNHA, 2011: 48).

⁵³ Ipshita Chanda para conceitualizar esse caso de receção e produção, utiliza dois termos cunhados por Sisir Kumar Das in «The idea of literary history» (2004), «the prophane (early assimilation) and metaphane (later assimilation)» (CHANDA, 2010: 118).

Pelo que interessa o contexto goês, uma proposta para falarmos de culturas literárias de Goa veio da historiadora Sandra Lobo, a qual sustenta que «a história intelectual será beneficiada por uma aceção abrangente do conceito de cultura literária que atenda à relação entre a escrita e a leitura e recupere a perspectiva transdisciplinar da ideia de literatura de cariz humanista» (LOBO, 2016: 55). Com isso, Lobo propõe que tal perspectiva transdisciplinar seja tomada em consideração por realçar também o carácter político e social da formação intelectual dos goeses e por não negligenciar a dimensão multilíngue em que esse processo formativo aconteceu, sendo importante perceber o facto de diferentes culturas literárias terem co-existido no mesmo *espaço* e no mesmo lapso de tempo, permitindo que a circulação e a troca de ideias acontecesse em perímetros alargados. Avaliando a contribuição de Sandra Lobo e aplicando-o a uma hipotética proposta de história das culturas literárias goesas, o resultado seria uma história que desse conta não apenas das singulares produções literárias nas quatro línguas que vieram marcar a formação cultural dos goeses – nomeadamente, o concani, o marata, o português e o inglês –, mas sobretudo dos seus cruzamentos e das influências recíprocas, fazendo emergir à superfície o problema da instabilidade dos limites que contornam e definem os espaços de circulação e receção. Também Paul Melo e Castro, na introdução ao seu livro *Colonial and post-colonial Goan literature in Portuguese: woven palms* (2019), e ainda que o foco do seu trabalho seja a literatura goesa em português, «the ultimate approach to Goan writing must be comparativist, albeit a comparativism challenging any traditional notion of the field as juxtaposing national traditions» (CASTRO, 2019: 5).

Lembramos da «zone of freedom» que viam Sheldon Pollock e os seus colaboradores ao substituírem o conceito de literatura por aquilo de *cultura literária* (POLLOCK, 2002: 14). De facto, dado que *cultura literária* parece ser um conceito que se ajusta melhor num entendimento espacial da história da literatura, seria proveitoso refletir sobre a exequibilidade de aplicação desse conceito e do modelo de história literária comparada ao caso de Goa. Em primeiro lugar, porque o uso do conceito de *cultura literária* não reproduz o registo autorreferencial do discurso literário e avalia a *abrangência* da tipologia das manifestações literárias que caracterizaram, e, às vezes, problematizaram a escrita da história literária de Goa.⁵⁴ Em segundo lugar, porque a aplicação do conceito de *cultura literária* é índice de uma atenção especial para a dimensão do particular, dado que o uso desse conceito não negligencia as peculiaridades da conformação de cada contexto literário, constituindo, também, uma oportunidade para superar o modelo oitocentista da história literária unívoca – apesar da dispersão epistemológica a que pode levar a utilização desse conceito no estudo de uma área muito ampla, como por exemplo, o subcontinente indiano.

⁵⁴ Sobre esta questão, remete-se para a segunda secção do primeiro capítulo desta tese.

5. Da história literária comparada às histórias literárias em comparação: o contexto das literaturas de língua portuguesa

A história literária comparada, e a sua predileção para o *espaço* e a *cultura literária*, faculta instrumentos para abandonar o modelo nacional. Uma das vantagens apresentadas por essa proposta renovadora é o facto de poder pensar numa história literária que abarca literaturas escritas em diferentes línguas, podendo, dessa forma, evitar reproduzir-se o modelo herderiano de história literária, que associava a literatura à expressão de uma nação que falava uma língua única. Contudo, uma história literária comparada poderia, eventualmente, estudar os percursos de literaturas procedentes de diferentes contextos geográficos e socio-culturais, mas que se expressam na mesma língua, como o caso das literaturas dos países de língua oficial portuguesa.

Ainda que no contexto dos estudos das literaturas de língua portuguesa podemos contar com numerosas investigações de intuito comparatista, não podemos registar obras que se definem como histórias comparadas das literaturas de língua portuguesa. Porém, o debate à volta da escrita das histórias literárias nacionais bebeu da perspetiva comparatista, principalmente no que concerne as literaturas brasileira e dos países africanos (BASTO, 2006; FALCONI, 2013; FERREIRA, 1980; LEITE, 2008; MARTINHO, 2004; MATA, 2008; MENDONÇA, 1989; MORAES, 2010; RIBEIRO, 2008).

Num artigo sobre a receção académica das literaturas africanas de língua portuguesa, no Portugal da década de 80, Jessica Falconi evidencia como a escrita da história destas tinha sido influenciada pelo conceito reivindicativo de cultura nacional de Franz Fanon (1968), conforme uma periodização que pauta as fases da produção cultural e artística dos intelectuais colonizados (FALCONI, 2014: 2- 4). Essa periodização estende-se ao longo de três fases: uma de assimilação da cultura do colonizador, uma de recuperação da cultura pré-colonial e, enfim, uma de tomada de consciência, em que se delineam os traços de uma literatura militante, nacional e nacionalista. Comparando as propostas de Alfredo Margarido (1985) e Manuel Ferreira (1989), não descuidando das discrepâncias ideológicas existentes entre os dois – sobretudo no que concerne os critérios de inclusão e exclusão –, Jessica Falconi nota que em ambas «a história literária tem tendência a coincidir, *grosso modo*, com a trajetória da libertação» (FALCONI, 2014: 5), fundamentando as suas observações na crítica ao modelo narrativo de história literária feita por David Perkins (1992). Falconi recupera de Perkins o problema do herói e da subjetividade protagonista da história literária narrativa, o risco de identificar nas tramas dessas histórias um herói que cumpre um caminho em 2direção a um fim simbolizado pela sua vitória, pela derrota da subjetividade antagonista ou pela afirmação e declínio do próprio herói. A investigadora italiana identifica na nação o herói dos

projetos historiográficos elaborados para as literaturas africanas de língua portuguesa – notando, contudo, a diferença representada pelo caso de Ana Mafalda Leite (1985), a qual «pretende apontar para a necessidade de se fundamentar o conceito de moçambicanidade literária a partir de uma negociação entre paradigmas epistemológicos distintos, tendo em conta também a multiplicidade de matrizes da cultura moçambicana» (FALCONI, 2013: 12). Embora ela reconheça o carácter seminal do aporte teórico que as contribuições de Manuel Ferreira e Alfredo Margarido trouxeram, Falconi propõe repensar a historiografia das literaturas africanas de língua portuguesa à luz dos estudos pós-coloniais e transoceânicos, enquanto fornecedores de ferramentas para superar «a visão excessivamente linear e sequencial dos contextos e das dinâmicas históricas, sociais e culturais em que se enquadram os fenómenos literários» (FALCONI, 2014: 8) representada por essas tendências que se manifestaram nos anos 80. Também Joana Passos, além da proposta avançada na sua história literária (2012) de aproximar o estudo da literatura goesa em português aos estudos das outras literaturas lusófonas, pondera a possibilidade de incluir essa literatura nos estudos do Oceano Índico, «na medida em que, pela palavra escrita, os autores goeses foram documentando essas ligações entre diversas costas, onde a iniciativa privada e as prioridades na vida dos povos da região ia além do guião escrito pelas políticas coloniais» (PASSOS, 2018: 60).

A propósito da periodização da literatura moçambicana, Maria Benedita Basto (2006) questiona a periodização proposta pelo artigo «The role of poetry in the Mozambican revolution» (1969),⁵⁵ a qual baseia-se também na periodização fanoniana citada por Falconi (2014), apresentando, apesar disso, um cânone estético que não privilegia o valor de representação nacional da produção lírica em questão, mas sim a sua capacidade de se internacionalizar, ou seja, a capacidade de estar em linha com outras representações literárias de lutas que acontecem pelo mundo fora, numa perspetiva internacionalista. Para Fátima Mendonça, que escreveu na década de 80 como Ferreira e Margarido, o desenvolvimento cronológico da literatura moçambicana era algo que ainda não tinha sido suficientemente estudado «de dentro» (MENDONÇA, 1989: 33), feita exceção para dois trabalhos que, na periodização, olhavam para o ano da libertação nacional como a linha de chegada da literatura em causa (KNOPFLI, 1974; MENDES, 1980). Mendonça destaca, dessa forma, a unívoca relação entre história da literatura e história da nação para o caso moçambicano.

Finalmente, Ana Mafalda Leite (2008) aproveita o modelo da *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido (1981),⁵⁶ e as suas categorias distintivas de «manifestações literárias» e «sistema literário», este último construído à volta de uma relação triangular entre autor, obra e

⁵⁵ «The role of poetry in the Mozambican revolution» é um artigo de autoria ignota, publicado pelo comité executivo da FREILIMO e publicado nos jornais *Mozambique Revolution* em 1969 e *Lotus/Afro-Asian Writings* em 1971.

⁵⁶ A primeira edição da *Formação* de Antonio Candido é de 1957.

público. Para Leite, estariam incluídas no grupo das manifestações literárias todas as produções relativas ao período anterior à independência, compreendido entre os séculos XVIII e XIX; pelo contrário, os textos publicados e circulantes a partir do século XX assumiram, cada vez mais, forma de sistema literário em proximidade da independência, permitindo à literatura moçambicana que «se configure plenamente como sistema, constituindo-se a crítica, o terceiro elemento do triângulo “autor-obra-público”, em interação dinâmica com os outros dois, como vértice essencial para a fundamentação de uma especificidade literária» (LEITE, 2008: 73).

No caso angolano, Margarida Calafate Ribeiro (2008), problematizando o estabelecimento de um momento de origem para a literatura angolana, acolhe a proposta do escritor Luandino Vieira (2008) de construir um cânone inclusivo para esta, a partir do preenchimento de «buracos negros» (VIEIRA, 2008: 33) relativos ao impasse sobre a inclusão ou a exclusão dos «escritores ditos coloniais» (VIEIRA, 2008: 33) do cânone angolano. De facto, para Luandino Vieira, a *História geral das guerras angolanas* de António de Oliveira de Cadornega (1680-1681) coloca-se como narrativa fundadora da história literária em causa, refletindo o que é teorizado por Inocência Mata (2008) sobre a relação dialética entre história e literatura em Angola, na qual a literatura funcionaria como «escrita da nação, embora não já numa perspectiva nacionalista» (MATA, 2008: 75) como nas décadas de 1960 e 70. Na esteira teórica das «epistemologias do Sul» (MENESES&SANTOS, 2009), Ribeiro sugere ainda, como Leite (2008), para olharmos para as reflexões sobre a história literária elaboradas na América Latina, e de maneira particular para o trabalho de Antonio Candido, considerado como o primeiro modelo de história literária que entrou em rota de colisão com os paradigmas europeus (RIBEIRO, 2008: 126). Com efeito, ao longo das últimas duas décadas, o modelo candidiano de história literária foi frequentemente elevado a paradigma para as literaturas africanas de língua portuguesa (CHAVES, 1999; LEITE, 2008; MORAES, 2010; RIBEIRO, 2008). Isso deve-se ao facto de a distinção entre «manifestações literárias» e «sistema literário», estabelecida por Candido, ser proveitosa para a reordenação de um conjunto de documentos de difícil classificação, sendo estes prévios ao surgimento de um verdadeiro sistema literário autónomo, onde os autores escrevem as suas obras, cientes de estarem a contribuir para a formação de uma consciência nacional no leitor (CANDIDO, 1981).

No caso da literatura de Goa em português, Helder Garmes e Paul Melo e Castro, num ensaio intitulado «A história da literatura goesa de língua portuguesa: uma questão de designação» (2014),⁵⁷ propõem mudar a designação *literatura indo-portuguesa* por *literatura goesa em língua*

⁵⁷ A primeira versão desse texto foi publicada no livro *Estudos comparados: teoria, crítica e metodologia*, organizado por Benjamin Abdala Junior (2014). O mesmo foi publicado, com poucas variações, em 2015, no livro editado por Maria Graciete Besse e Ernestine Carreira *Goa, d'un genre à l'autre* (GARMES, 2015: 131-142), e no livro organizado por

portuguesa, acolhendo a proposta já avançada por Joana Passos (2012), e pelo próprio Garmes (1999)⁵⁸:

Discutir a terminologia acerca da literatura produzida em Goa pode soar irrelevante aos olhos dos poucos críticos literários que se debruçaram sobre essa literatura. Todavia sabemos que a terminologia interfere no foco pelo qual se lê e se historiciza qualquer tradição literária e, diante desse pressuposto, faz-se necessário discutir a designação dada àquela tradição literária (consubstanciada nos arquivos públicos e nos acervos privados de Goa) e propor o que julgamos ser uma adequação maior entre sua designação e a realidade da qual emerge. (GARMES & CASTRO, 2014: 220)

Os dois investigadores acreditam que o uso da expressão *de língua portuguesa* colocaria a literatura goesa numa perspetiva histórica menos marcada pelo colonialismo. Pelo contrário, *literatura indo-portuguesa* «pode ainda guardar conotações colonialistas, quando utilizado para se referir a elementos culturais respeitantes à comunidade católica do território» (GARMES & CASTRO, 2014: 221).⁵⁹ Uma motivação, entre outras, que levou Helder Garmes e Paul Melo e Castro a sugerir a mudança de nome é também a maior possibilidade de poder inserir a literatura goesa no âmbito de estudo das literaturas de língua portuguesa e, de maneira específica, de esta poder ser abordada com o macrossistema das literaturas nacionais de língua portuguesa teorizado por Benjamin Abdala Junior (1989; 2013), o qual bebe, em grande medida, da reflexão de Antonio Candido. Eles acreditam que a aplicação dessa perspetiva comparatista possa tanto manter viva a literatura goesa no âmbito da crítica (GARMES & CASTRO, 2014: 234), quanto evitar que a história desta literatura seja percebida meramente «como um apêndice da história literária de Portugal» (GARMES & CASTRO, 2014: 222).⁶⁰

Paul Melo e Castro *Colonial and post-colonial Goan literature in Portuguese: woven palms*, em 2019, sob o título «The story of Goan literature in Portuguese: a question of terminology» (GARMES & CASTRO, 2019: 17-40).

⁵⁸ O trabalho de Helder Garmes é a sua tese de doutoramento defendida na Universidade de São Paulo em 1999, *A convenção formadora: uma contribuição para a história do periodismo literário nas colônias portuguesas*.

⁵⁹ «Já em trabalho de 1999, sobre a emergência dos meios literários nas colônias portuguesas no século XIX, Garmes rejeitava a designação “literatura indo-portuguesa”, tomada então como “literatura goesa de língua portuguesa”. Tal designação inspirava-se, em parte, no modo como Aleixo Manuel da Costa intitulou seu *Dicionário de Literatura Goesa*, saído em 1997, ainda que soubesse que a concepção de literatura ali presente era *lato sensu* e que nesse trabalho o autor se debruçava sobre escritos não só em português, mas também em inglês, concaním e marata. Naquela altura, já tinha conhecimento do trabalho de Vimala Devi e de Manuel de Seabra, *A Literatura Indo-Portuguesa*, de 1971, e tinha notícia do *Esboço da História da Literatura Indo-Portuguesa*, do padre Filinto Cristo Dias, de 1963, e de alguma bibliografia dispersa, tendo consciência de que a designação indo-portuguesa era a mais corrente. Ainda assim, preferiu adotar a designação de Aleixo Manuel da Costa para falar de literatura *stricto sensu*, incluindo aí a expressão “de língua portuguesa”, pois configurava-se como uma designação mais descritiva e, sobretudo, menos historicamente marcada pela perspectiva colonialista» (GARMES & CASTRO, 2012: 220).

⁶⁰ Um dos exemplos que Garmes e Castro proporcionam da tendência a ver a literatura goesa como um segmento da portuguesa é o artigo de Miguel Real, «O romance luso-indiano» (2012), no qual os autores portugueses são colocados

Acompanhando Antonio Candido e a sua distinção entre manifestações literárias e sistema literário no contexto da formação da literatura brasileira, os dois investigadores pensam a história da literatura goesa como «uma sequência histórica de “manifestações literárias”» (GARMES & CASTRO, 2014: 232) em diálogo com o cenário cultural e sócio-económico da metrópole, as quais, com o passar do tempo, chegaram a fazer sentido por si próprias, adquirindo, a partir do século XIX, um estatuto de autonomia. Contudo, diferentemente da proposta de Joana Passos (2012), Garmes e Castro não deixam de fora a produção literária dos séculos XVI, XVII e XVIII, pelo contrário, eles reconhecem a importância de estudar as manifestações literárias daquele lapso temporal no contexto de uma história literária de Goa. Prova disso é o próprio projeto *Pensando Goa* (2015-2020), fundado e coordenado por Helder Garmes,⁶¹ o qual não negligencia essa parte da história literária.⁶²

Relativamente à perspetiva comparatista de marca portuguesa, os dois investigadores escrevem:

Integrada e pensada dentro do universo das literaturas de língua portuguesa, a literatura goesa ganha maior expressão, já que deixa de ser uma produção ancilar à literatura da antiga metrópole e assume seu carácter específico. Todavia, mesmo aí ocupa um lugar marginal, por não ter o estatuto de literatura nacional e por se tratar de uma literatura que tem um *corpus* quase fechado, em vista do português já não ser falado em Goa e, pior, por ser qualificado como língua do colonizador, falada somente por uma elite católica, hoje vista como caduca e passadista. (GARMES & CASTRO, 2014: 230)

Se comparamos o caso da história literária goesa em português com aquelas mencionadas no início desta secção – angolana e moçambicana –, um dos primeiros aspectos problemáticos a chamar a nossa atenção é a dimensão nacional e, ainda mais notável, o papel que a língua portuguesa teve na configuração de uma literatura nacional – e nacionalista do ponto de vista da militância política.⁶³ A

no mesmo plano dos goeses, apresentando estes últimos «como simples emuladores da literatura portuguesa e europeia» (GARMES & CASTRO, 2014: 222, nota 3). Adiciona-se, a este texto, também obras como *India in Portuguese literature* de Ethel Pope (1937), a qual, como visto no primeiro capítulo desta tese, enquadrava a produção dos poetas indo-portugueses como um segmento da literatura portuguesa, e como *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de Vicente de Bragança Cunha (1926) em que, em muitas passagens do livro, a literatura de Goa é apresentada como uma *sucursal* da portuguesa.

⁶¹ Repare-se que o projeto *Pensando Goa* é apoiado pelo programa de Pós-Graduação de Literatura Portuguesa e de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, por isso, a perspetiva comparatista que orienta o projeto é garantida pelo próprio suporte institucional da casa que o hospeda.

⁶² Pode-se conferir tal informação no site do projeto: <http://goa.fllch.usp.br/linha-do-tempo-seculos-xvi-xvii-e-xviii>

⁶³ Há de ser referido também que o próprio macrossistema das literaturas nacionais de língua portuguesa proposto por Benjamin Abdala Junior (JUNIOR, 1989; 2013) parte da ideia da existência de uma rede de relações de solidariedade entre intelectuais que escreviam em português e que se opuseram, antes ao poder colonial, e depois contra a autoridade dos regimes hegemónicos dos diferentes contextos geográficos envolvidos, numa perspetiva política que hoje assume um valor anticapitalista e antiglobalista.

história do português em Goa carece dessas peculiaridades e, ainda, a sua literatura não é representativa, de maneira absoluta, do discurso em causa; por essa motivação, acredita-se que o enquadramento teórico dessa literatura no macrosistema das literaturas nacionais de língua portuguesa (JUNIOR, 1989; 2013) possa causar problemas metodológicos que não devem ser minorizados. Contudo, Garmes e Castro, se por um lado incentivam o estudo da literatura de Goa em português no dito meio de comparação, por outro, não descuidam o multilinguismo do contexto goês, «pois é evidente que houve um diálogo constante entre o que se escrevia em português, em concanim, em marata, em inglês etc. Recuperar esse complexo diálogo é fundamental para evidenciar-se o horizonte literário que, de fato, estava colocado para o escritor e o público leitor goês» (GARMES & CASTRO, 2014: 238).

Finalmente, o projeto *Pensando Goa* dará vida, com muita probabilidade, à primeira história literária comparada de Goa, cujo primeiro mérito se espera que seja – como se pode ler na página da apresentação do projeto⁶⁴ – o de devolver importância a tal produção literária, «valorizando a sua relação intrínseca com a história do cotidiano político, social e cultural de Goa» (GARMES & CASTRO, 2014: 248).

6. A história da literatura indiana de língua inglesa: algumas de *muitas* perspectivas teóricas

Entre as diferentes pistas de reflexão que o texto de Helder Garmes e Paul Melo e Castro oferece, há uma pista que ajuda a situar Goa no quadro maior das literaturas indianas, tanto nas vernáculas quanto de língua inglesa (GARMES & CASTRO, 2014: 234-238). Os investigadores do projeto *Pensando Goa* argumentam o seu discurso a partir do contestadíssimo ensaio de Salman Rushdie, a introdução ao livro *The Vintage book of Indian writing 1947-1997* (1997). Resumindo numa frase só os conteúdos deste ensaio, Rushdie afirma que a literatura dos autores indianos que escrevem em língua inglesa é a mais valiosa contribuição da Índia ao mundo da literatura, desclassificando, na opinião de Garmes e Castro, o resto das literaturas vernáculas indianas.⁶⁵ Eles escrevem: «Existe uma tendência a considerar essas literaturas como restritas aos falantes dessas línguas, restritas aos Estados de onde emergem ou a certas origens étnico-religiosas. O adjetivo “indiano” é pouco utilizado nesse contexto» (GARMES & CASTRO, 2014: 236). Esse desvio para as outras literaturas da Índia serve aos dois investigadores para justificar o facto de utilizar a expressão *literatura goesa de língua portuguesa*, ao invés de *literatura indiana de língua portuguesa*. Eles optam por *goesa* porque tal termo explica, de maneira mais coerente, o vínculo com

⁶⁴ Consulte-se a secção «Apresentação» na página <http://goa.fflch.usp.br/>.

⁶⁵ Garmes e Castro reportam a refutação de Leela Gandhi aos argumentos de Salman Rushdie, no artigo «Indo-Anglian Fiction: writing India, elite aesthetics, and the rise of the “Stephanian” novel» (1997). Para os conteúdos da refutação remete-se para o texto original de Gandhi ou o próprio texto de Garmes e Castro.

a identidade cultural da comunidade que produziu aquela literatura: «insistir em adjetivá-la como “goesa” e não como “indiana” tem em vista a valorização do contexto privilegiado em que se pretende pensá-la» (GARMES & CASTRO, 2014: 238); porém, ao mesmo tempo, acreditam que esta se possa considerar uma literatura indiana ao par do resto das literaturas de Goa de língua concani, marata, hindi e inglês.

No contexto da história literária indiana, o debate à volta da supremacia da literatura de língua inglesa, e de um género de subordinação das literaturas vernáculas a esta, é um debate de longa data. De facto, o texto voluntária ou involuntariamente provocatório de Salman Rushdie (1997) foi bastante criticado tanto dentro quanto fora da Índia. Não é interesse desta tese incluir o resto das literaturas da Índia entre os seus objetos de investigação; não se insere nos seus objetivos, nem sequer a autora possui as competências para tratar adequadamente do assunto. No entanto, acolhendo a pista de reflexão multilinguística proposta por Garmes e Castro – bem como a de Sandra Lobo (2016) –, julga-se que observar de maneira básica e indicativa, como esse debate foi encarado no âmbito da historiografia literária indiana, pode ser complementar ao presente estudo.

As críticas endereçadas ao posicionamento de Salman Rushdie tiveram diferentes arguentes, como Leela Gandhi (1997), Sheldon Pollock (1998) e Amit Chaudhuri (2001), entre outros. Os três concordam sobre o facto de que atrás dos argumentos do autor de *Midnight's Children* (1981) se esconde um discurso autorreferencial e, ao mesmo tempo, denunciam como esse tipo de discurso menospreza a literatura escrita nas línguas vernáculas,⁶⁶ as *bhashas* – apesar do título do livro em que o ensaio de Rushdie se insere citar a expressão *Indian writing*. Além disso, Amit Chaudhuri, ele também escritor indiano que privilegia a língua inglesa na sua escrita criativa, citado por Somdatta Mandal (2014) para fazer o contraponto com a opinião de Rushdie, sustenta que é impossível não tomar em consideração o facto de que o desenvolvimento da literatura indiana de língua inglesa tenha acontecido simultaneamente ao desenvolvimento das literaturas vernáculas, sendo que uma produção literária alimentou outra numa constante e lucrativa concorrência (*apud* MANDAL, 2014: 109-110). Dessa forma, o raciocínio de Chaudhuri é muito parecido ao que Ipshita Chanda (2010) fazia relativamente à receção da literatura romântica europeia pela mediação de Tagore.

Hans Harder afirma que, à luz do papel que a língua inglesa teve na história da Índia, a literatura escrita em inglês constitui um verdadeiro desafio para a historiografia literária indiana (HARDER, 2010: 323). Harder observa, por um lado, que o inglês não é uma língua indiana, mas sim uma língua estrangeira. Aliás, esta seria não apenas *uma* língua estrangeira, mas a própria língua

⁶⁶ Sheldon Pollock lamenta que a ascensão ao nível mundial da literatura indiana em inglês possa ser um dos sinais do fim do milénio da vernaculidade e da emergência de um novo cosmopolitismo, caracterizado, negativamente, pela globalização capitalista. Cfr. POLLOCK, Sheldon, «India in the vernacular millenium: literary culture and polity, 1000-1500» em *Daedalus*, vol. 127, n° 3, 1998, pp. 41-74.

do colonizador. Por outro lado, ele julga o inglês como a única língua que pode reivindicar o estatuto de «all-India language» (HARDER, 2010: 324), podendo até assumir, de alguma forma, o papel de língua nacional. Também Snehal Shingavi, estudioso do romance nacionalista e do nacionalismo literário indiano, declara que: «Novels⁶⁷ in English could do what none of the vernacular literatures could do, namely suture together a geographically and linguistically disparate readership in its identity as Indian, and therefore have to be preserved as part of the national heritage» (SHINGAVI, 2010: 354).

A pergunta problematizadora que Harder coloca é justamente como os historiadores literários interpretaram a relação entre esta literatura de língua inglesa e o constructo da nação: «how, to put it differently, do they inscribe this literature into the semantic complex that is India?» (HARDER, 2010: 335). De facto, a análise que Harder executa de diferentes obras de história literária é uma análise semântica, partindo do nome com que é identificada essa literatura – *Indo-Anglian literature*, *Anglo-Indian literature*, *Indian English literature*, *Indian writing in English* –, até chegar a averiguar, nas conclusões, de que maneira o conceito de *hybridity*, assim como é entendido por Homi K. Bhabha (1994), é aproveitado para justificar um género de naturalização do inglês como língua indiana.⁶⁸ Contudo, a maioria das histórias literárias e estudos críticos que Hans Harder analisa ou, simplesmente, menciona no seu ensaio contemplam a literatura indiana de língua inglesa como uma literatura que precisa ser estudada, e historicizada, de forma separada do resto das literaturas vernáculas, com exceção de poucos exemplos, como os dois volumes de *A history of Indian*

⁶⁷ O debate em questão concerne, principalmente, a prosa narrativa, e de maneira particular, o romance contemporâneo indiano, a partir da década de 30. Shingavi tem uma interessante visão sobre a receção do romance nacionalista e da sua inclusão na historiografia literária. Ele acredita que entre a década de 80 e 90, devido à perda de consensos do Congress Party, à ascensão dos movimentos separatistas e dos naxalitas nos ambientes universitários, houve uma releitura do romance nacionalista de língua inglesa que levou ao seu declínio e ao seu apagamento na história literária indiana de língua inglesa. Shingavi escreve: «But instead of reorganising the historiography of the Indian novel in English, the postcolonial, feminist, and minority readings of these same novels found vice where there had previously been virtue. The novels of the 1930s and 1940s tended to be seen as allied to a variant of Congress Party politics and the agendas of its leaders, principally Gandhi; the novels continued to be perceived as homogenising or flattening out the differences in the Indian nation in favour of a mythic or imagined national unity which could only be in the service of stamping out the rights and identities of minorities; the novels were seen as products of limited, chauvinistic, and elitist worldviews all of which were directly related to the novels' ideological proximity to nationalism» (SHINGAVI, 2010: 355).

⁶⁸ Cfr. HARDER, Hans, «Indian literature in English and the problem of naturalisation» (2010: 323-352). Um exemplo dessa tendência de considerar o uso da língua inglesa como fruto do hibridismo da literatura indiana, proporcionado por Harder, é o paradoxo construído por Amit Chaudhuri, no artigo «The East as a career» (2006), em que questiona a autenticidade do bengali literário, da mesma forma em que se deveria duvidar do inglês enquanto língua indiana: «In another article, Chaudhuri tries to dismantle the illusion of authenticity attached to Indian mother-tongue writing by questioning the author-audience-relation, claiming that a Bengali *bhadralok* author equally exoticises the peasant community he writes about for an urbanised public. These arguments have two sides to them. One is a sincere distrust in any facile kind of authenticity automatically bestowed on the basis of the choice of a literary medium, or, more generally, in the feasibility of any overarching authenticity as such. The other, however, appears to be an implicit strategy of declaring Bengali, in this case, equally inauthentic/unnatural, and, by his negation, present both English Indian and (at least certain types of) Bengali literature as partaking of a similar degree of inauthenticity – thereby, of course, and quite paradoxically, doing nothing else than reversely “authenticating” Indian writing in English» (HARDER, 2010: 351).

literature do comparatista Sisir Kumar Das (1991-1995).⁶⁹ Harder atesta que o primeiro estudioso a inserir a literatura indiana em inglês num âmbito diferente de investigação historiográfica foi Srinivasa Iyengar, autor de *Indo-Anglian literature* de 1943, *The Indian contribution to English literature* de 1945 e *Indian writing in English* de 1962. Iyengar tem uma consideração abrangente da literatura, em termos de géneros literários, dado que inclui também a prosa e a oratória política, e no sentido de entender «Indo-Anglian writing as part of both English and Indian literatures» (HARDER, 2010: 331). O único princípio de exclusão que ele aplica é o da procedência dos autores, a qual deve ser indiana.⁷⁰ Pelo contrário, algumas histórias literárias publicadas a partir de 2000, como *A history of Indian literature in English* de Arvind Krishna Mehrotra (2003) e *Literature & nation: Britain and India 1800 – 1900* de Richard Allen e Harish Trivedi (2000), voltam também a incluir autores que têm outros tipos de relação com o ambiente cultural indiano, como Rudyard Kipling e V. S. Naipaul. Por isso, avançam com um total restauro do cânone em questão e, além disso, optam pelo formato de livro multiautoral (ALLEN & TRIVEDI, 2000) e recusam o modelo narrativo linear, baseado no progresso teleológico da literatura (MEHROTRA, 2003).⁷¹

A procedência dos escritores enquanto critério de seleção do cânone e princípio de exclusão da história literária – tanto no sentido de procedência como lugar de nascimento, quanto de identidade cultural – é um problema que qualquer estudioso que se ocupa de literaturas surgidas em contextos de dominação colonial teve de confrontar. Também a única história da literatura em concani, compilada pelo poeta goês Manohar Rai Sardesai e publicada pela Sahitya Akademi em 2000, *A history of Konkani literature: from 1500 to 1992*,⁷² conta com nomes de autores portugueses e ingleses, sobretudo no que concerne o estudo filológico dessa produção literária. No caso da

⁶⁹ Stuart Blackburn e Vasudha Dalmia (2004) registam que o primeiro trabalho que compreendeu autores que escreviam em diferentes *bhasas* foi a antologia de poetas *Shivsingh Saroj* (1878), compilado por Shivsingh Semgar, inspetor de polícia da aldeia de Kantha, in Avadh, no atual Uttar Pradesh: «His anthology was motivated by the desire to fill what he saw as a gap in vernacular poetry (*bhasa kavya*), that is, historical information regarding the poets themselves. He had looked through Sanskrit, Arabic, Persian and English books, and collected information on 1000 poets, of which 836 were included in his anthology. In the Preface, he attempted to sketch the evolution of *bhasa kavya*, which began, inevitably, with a brief account of Sanskrit poetry, from which he considered it to be derived» (BLACKBURN & DALMIA, 2004: 4).

⁷⁰ A expressão que Hans Harder utiliza é «writer’s ethnic origin» (HARDER, 2010: 331), mas acredita-se que não seja a terminologia exata para descrever o princípio de exclusão utilizado por Iyengar.

⁷¹ A propósito da sua história literária, Arvind Mehrotra escreve: «Applied to Indian literature in English, which is made up of discrete units and has come about more through a process of accretion, words like “development” and “growth” are perhaps inappropriate. Few writers claim an “Indo-Anglian” descent, indeed most would not miss the opportunity to deny it. Since the literary pasts they have drawn on have invariably been multiple and other than their own, stretching from the earliest English poems to Günter Grass, the sense of belonging has never been very strong. For a literature whose development has been piecemeal and ragged, or like a fresh start each time, an encyclopaedic arrangement which eschews both continuity and closure has seemed appropriate» (*apud* HARDER, 2010: 349).

⁷² *A history of Konkani literature* não se debruça apenas sobre a literatura em concani produzida em Goa, mas também conta com duas secções sobre a literatura em concani no Karnataka e no Kerala. Sem pormenorizar, o livro de Manohar Rai Sardesai está organizado em dez capítulos, a saber, «The land, the people and the language», «The printing press», «Foreign influences», «Pre-Portuguese period», «Missionary period», «The age of scholars», «Konkani Renaissance», «Modern Konkani literature in Goa», «Konkani literature in Karnataka», «Konkani literature in Kerala».

literatura goesa em português, vimos como Joana Passos (2012), Helder Garmes e Paulo Melo e Castro (2014), entre outros, enfrentaram a questão numa perspectiva pós-colonial; contudo, como será possível averiguar sucessivamente, com a análise do *corpus* ativo desta tese, a procedência e a pertença à literatura goesa é um dilema que encararam também Filinto Cristo Dias (1963), Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971) na suas histórias literárias, cujas propostas de solução deixaram varias hipóteses em aberto.

III

Literatura indo-portuguesa: figuras e factos de Vicente de Bragança Cunha

1. Um livro esquecido

A obra *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de Vicente de Bragança Cunha (1926), como adiantado no primeiro capítulo do presente trabalho, não é uma história literária no sentido convencional do termo e, justamente, ao longo do livro, nunca é feita menção de estarmos perante uma história da literatura. Contudo, esta obra é o primeiro trabalho a problematizar a questão literária em Goa, a falar da existência de uma literatura indo-portuguesa, associar esta a um espaço identitário nacional, e a discutir sobre a maneira como essa literatura devia ser produzida e, sobretudo, feita circular. Achamos um antecedente – como também estudado no primeiro capítulo – no artigo «Duas palavras sobre o progresso literário em Goa» de 1864, de autoria de Jacinto Caetano Barreto Miranda. Porém, esse artigo abrange uma ideia de progresso literário vinculada à problematização da escassez da produção escrita e à incipiência das manifestações literárias no período pós-constitucional. O artigo de Barreto Miranda não apresenta qualquer tipo de abordagem particular às obras e aos seus autores, enquanto Bragança Cunha expressa a sua opinião sobre grande parte das *figuras* e dos *factos* que ele descobre.

Até hoje, os textos de história literária goesa foram estudados apenas na sua função de texto de consultação, como demonstram os casos dos livros de Filinto Cristo Dias (1963) e de Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971), pluricitados nos estudos atuais. O caso do livro de Vicente de Bragança Cunha, *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de 1926, destaca-se por não ser considerado uma referência no âmbito dos estudos literários, mas sim um texto que aborda a história da literatura de Goa a partir de uma problematização política e cultural, como outros investigadores já notaram (PINTO, 2007; GARMES, 2016; LOBO, 2016). O livro de Bragança Cunha é um texto que fala de literatura, uma literatura analisada desde um ponto de vista politizado, com um comprometimento intelectual do seu autor que, na altura da sua publicação, não tinha antecedentes em Goa. O ponto de vista subjetivo e o ardor com que o autor defende os seus argumentos estão entre os aspetos mais marcantes da obra, sendo o discurso do autor virado a promover a ideia da literatura indo-portuguesa como parte de uma literatura nacional portuguesa e, por consequência, suscitar nos leitores goeses um sentimento de pertença a e reflexão nessa própria literatura.

Os únicos trabalhos de maior amplitude que se debruçaram sobre esse intelectual, se bem que em linhas gerais, foram o livro de Rochelle Pinto *Between empires* (2007), e a tese de doutoramento de Sandra Lobo, *O desassossego goês* (2013), dois trabalhos dedicados ao estudo da formação política das elites goesas, na virada do século XIX para o XX – com um enfoque particular no papel da imprensa nesse processo, sobretudo no caso de Pinto – e que se enquadram no âmbito da história cultural. Estas duas contribuições colocam a atividade de Vicente de Bragança Cunha num contexto transnacional, em diálogo com outras realidades em fermentação política – como a da França, de Portugal e da vizinha Índia Britânica, entre outras. Na sua tese de doutoramento, Sandra Lobo dá ênfase ao contexto transnacional em que os intelectuais das elites se formaram, numa tentativa de edificar uma modernidade *goesa*, que se constituísse de valores criados a partir de um diálogo entre Ocidente e Oriente (LOBO, 2013: 22). O clima político da Revolução vintista e os efeitos da promulgação da Constituição exerceram sobre os goeses uma forte influência que os levou a discutir, a partir de uma posição protagonista, a própria identidade cultural. Os ventos de renovação que chegaram da metrópole impulsionaram os goeses a questionarem os processos históricos que permitiram o apagamento de valores e práticas culturais locais, a considerar a sua capacidade de autodeterminação política e, por fim, tomar consciência da exigência de escrever a sua própria história. De facto, o ano 1821, com o reinício da atividade de imprensa e publicação em Goa, poderá ter marcado o início dessa tomada de consciência, de tal forma que para alguns estudiosos a nós contemporâneos é nessa altura que devem ser datadas as origens de uma literatura goesa local e autónoma (PASSOS, 2012; CASTRO & GARMES, 2014).

A isto devem ser adicionadas as mudanças trazidas pelo início do regime republicano, em Portugal e nas colónias, a partir de 1910. Vale a pena prestar atenção ao contexto da Primeira República Portuguesa, sendo que proporciona elementos importantes para a compreensão do percurso de emancipação política e cultural dos goeses, o qual levou à criação das condições propícias para que se avançasse em direção à abertura do espaço público aos goeses hindus (Cfr. LOBO, 2013: 234-284).

À luz disso, faz sentido contemplar a figura de Vicente de Bragança Cunha e o seu trabalho nesse último enquadramento histórico, dado que *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* foi concebido nessa altura e publicado na íntegra em 1926. Apesar disso, não procederei com uma reconstrução desse período, remetendo para outras autoras que já o fizeram de maneira pormenorizada (PINTO, 2007; LOBO, 2013; 2016), fazendo referência a este contexto, na medida em que servirá para justificar algumas das abordagens de Bragança Cunha em relação à literatura indo-portuguesa, sendo que aquilo que decidi priorizar é o entendimento da ideia de literatura indo-portuguesa e as estratégias discursivas usadas para o sustentamento dessa ideia.

Optarei por considerar o livro de Bragança Cunha como uma *pré-história literária* – de acordo com o sustentado por Hans Harder (2010), citado no primeiro capítulo –, tendo em conta o valor seminal dessa obra para a historiografia literária de Goa em língua portuguesa. Conforme isso, as reflexões finais que surgirão do estudo dessa obra irão se apoiar na problematização da história literária que foi enfrentada nos dois primeiros capítulos desta tese.

Finalmente, cabe um esclarecimento sobre o porquê de não ter colocado o livro de Vicente de Bragança Cunha nos textos *à margem* da história literária, examinados no primeiro capítulo. A motivação é simples e está ao mesmo tempo relacionada com a complexidade dessa obra. *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* é um livro que nunca foi estudado na sua totalidade, e nunca lhe foi reconhecida significância, no campo dos estudos sobre Goa, até a publicação do livro de Rochelle Pinto (2007). É um livro complexo, cujo estudo não pode ser exaurido numa subsecção de um capítulo de tese. Julgo ser extremamente importante colocar esse livro no primeiro plano, dedicando-lhe um inteiro capítulo, por nos revelar um dos poucos testemunhos à volta da literatura de língua portuguesa em Goa durante o período republicano, tendo sido, também, o primeiro trabalho a preocupar-se com dar um nome a essa literatura, *indo-portuguesa*, significando, assim, a literatura pela sua carga identitária e comunitária.⁷³

2. Uma *pré-história literária* espalhada pelas páginas de um jornal

Literatura indo-portuguesa: figuras e factos de Vicente de Bragança Cunha foi publicado em 1926 em Bombaim, numa edição organizada pelo próprio autor. Bragança Cunha recolhe alguns dos seus artigos sobre a literatura da sua terra, publicados numa rubrica do semanal *A Índia Portuguesa*. A rubrica em questão era editada sob o nome de «Literatura indo-portuguesa», sendo composta por artigos assinados pelo próprio Vicente entre abril e junho de 1919, enquanto era diretor do jornal. A informação da origem dos materiais publicados no livro é revelada por Bragança Cunha no prólogo. Porém, ele não torna manifesta as datas exatas de publicação dos artigos em questão, limitando-se a dizer que os textos datam ao quadriénio em que ele dirigia o jornal (1919-1922). Por consequência, essas circunstâncias levaram-me a cumprir uma operação de desmontagem da obra, a partir da pesquisa no jornal dos artigos e da comparação destes com a edição unificada de 1926. De forma geral, os tópicos dos artigos não se distanciam dos conteúdos

⁷³ Essa afirmação apoia-se na investigação que foi realizada para a compilação da presente tese. De acordo com os materiais consultados no lapso temporal que decorre entre o artigo de Jacinto Caetano Barreto Miranda (1864) e o início da rubrica de Vicente de Bragança Cunha no periódico *A Índia Portuguesa* (1919), não foi possível levantar a expressão *literatura indo-portuguesa* em nenhum contexto de publicação. Agradeço à Doutora Sandra Ataíde Lobo por me ter chamado a atenção para este aspecto.

dos cinco capítulos que compõem o livro; contudo, houve uma reelaboração na ordem de compilação que atribui à obra final um sentido mais ordenado, sendo os vários factos narrados. Da mesma forma, também houve uma operação de *corta e cola* de alguns dos conteúdos e uma reestruturação da sintaxe do discurso.

A prévia publicação dos materiais nas páginas de *A Índia Portuguesa* leva a considerar enquanto destinatários da obra de Bragança Cunha tanto o goês comum leitor de jornais, quanto o goês leitor do livro e interessado em conhecer a literatura da sua terra. Imaginando esse dúplice tipo de leitor, podemos proceder a diferentes níveis de interpretação do texto. Por um lado, isto permite entender qual foi o papel da literatura na construção de um cenário cultural propriamente goês e, vice-versa, compreender melhor o papel da imprensa periódica enquanto privilegiado meio de fruição da literatura – tanto no nível da criação literária, quanto no nível da sua crítica. Por outro lado, faz-nos refletir sobre as motivações que levaram Vicente de Bragança Cunha a juntar e publicar, posteriormente, os artigos da rubrica «Literatura indo-portuguesa» sob forma de livro. Talvez esta poderá ter sido uma maneira de reforçar as ideias contidas nos artigos, e voltar a propô-las depois de muitos anos para um público diferente, nomeadamente, os goeses de Bombaim.

3. O pensamento político de Vicente de Bragança Cunha

A figura do chardó Vicente de Bragança Cunha pode ser abordada no plano transnacional, tendo ele cumprido o seu percurso formativo em Londres e tendo trabalhado como jornalista e professor de literatura portuguesa nessa cidade (1905-1914). Proferiu conferências sobre história literária portuguesa em Bombaim – onde se instalou em 1922, ficando até 1939 – e dirigiu durante quatro anos (1919-1922), em Orlim, um dos mais importantes periódicos goeses da época, dinamizando o debate político e cultural da sua terra. Foi, ainda, presidente da União Goana de Bombaim (1931-1933), instituição associativa que tutelava os interesses dos goeses residentes no estrangeiro, e a ele deve-se também a criação do Grémio Literário Mormugão, em 1921,⁷⁴ envolvendo-se, de maneira geral, na promoção da cultura de língua portuguesa entre as comunidades indo-portuguesas no restante território indiano.⁷⁵

De acordo com a reconstrução biográfica feita por Sandra Lobo (2013), Vicente de Bragança Cunha instalou-se em Inglaterra em 1905, onde, após ter terminado a formação académica na University of London, passou a lecionar um curso livre de literatura portuguesa, no âmbito de uma cátedra inaugurada em 1913 pelo então diretor do departamento de Modern Languages, o

⁷⁴ «Gremio Literario Mormugão», *A Índia Portuguesa*, 4 de fevereiro de 1921.

⁷⁵ Esses dados biográficos foram retirados da tese de Sandra Lobo (2013) e do necrológio do autor, «Mr. Vicente de Bragança Cunha», publicado no jornal *O Anglo-lusitano* no dia 6 de novembro de 1943, tendo ele falecido no dia 12 de outubro do mesmo ano.

medievalista francês Louis Brandin. Nessa altura, a sua presença no Reino Unido concretizou-se não apenas na difusão e promoção da cultura de língua portuguesa no âmbito académico, mas sobretudo no seu papel de informador – enquanto jornalista – da situação política portuguesa durante os anos da instauração da República em Portugal (1910-1913). Como documenta Lobo (2013: 192), a sua atividade de jornalismo em Londres concerniu, num primeiro momento, o trabalho como correspondente do jornal do pai Ligório *O Nacionalista*. De acordo com Lobo (2013: 174-176), *O Nacionalista* foi fundado, em 1904, por Ligório da Cunha e esteve afiliado ao Partido Nacionalista metropolitano fundado por Jacinto Cândido, em 1901. Segundo a historiadora: «é possível identificar no periódico a coexistência do conceito de nacionalismo proposto pelo partido metropolitano e do conceito de autonomia na óptica emancipadora do sujeito colonizado» (LOBO, 2013: 175), sendo o jornal muito sensível à atividade política agitada pelo Congresso Nacional Indiano, embora sem abdicar do conservadorismo católico. Num segundo momento, Bragança Cunha, que participou na imprensa local britânica, demonstrou uma postura bastante oscilante perante os acontecimentos republicanos, opondo ao entusiasmo inicial, uma desilusão, numa fase posterior, para a experiência liberal portuguesa.

Ainda que os textos de autoria de Vicente de Bragança Cunha que me interessa estudar são os que integram o livro *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos*, uma breve resenha de alguns seus artigos de carácter político ajudará a contextualizar o seu pensamento. De facto, o seu livro de 1926 destaca-se por conter uma manifesta carga política, sendo que as *figuras* e os *factos* literários contemplados são umas das chaves de leitura do contexto político e cultural coevo e instrumentos de reflexão sobre o passado. Em poucas palavras, esse livro constitui-se pelo apreço de um fluxo de textos literários, escritos e citáveis, os quais, desde há muitas décadas, vinham acompanhando o desenvolvimento da formação cultural dos goeses e que eram passíveis de ser usados como marco referencial para a problematização dos aspetos imanentes à sociedade da época.

Em linhas gerais, a figura de Vicente de Bragança Cunha delinea-se como um intelectual com formação literária e com um pensamento político bastante conservador, o qual não deixou de ser manifestado, em diferentes ocasiões, na sua identificação com a cultura de Portugal. Os sentimentos de Vicente em relação à nação portuguesa, que o levaram a considerar os indo-portugueses como parte dessa nação, distanciam-se, em grande medida, do nacionalismo de cunho marxista e anticolonialista do irmão Tristão de Bragança Cunha, o qual desenvolveu um papel importantíssimo na difusão das ideias de emancipação que levaram os goeses a empreender a luta

de libertação.⁷⁶ Essas divergências acentuaram-se devido, com muita probabilidade, mas não de maneira exclusiva, aos diferentes ambientes estrangeiros em que os dois intelectuais goeses se formaram, nomeadamente, Londres e Paris. Contudo, num segundo momento da sua vida coincidente com a promulgação do Acto Colonial (1930), Vicente de Bragança Cunha reavaliará as suas posições da juventude.

O que me interessa descobrir com a leitura da produção jornalística de Vicente de Bragança Cunha é a sua posição perante a política e cultura portuguesa, de maneira que seja possível fazer uma ponte entre o seu discurso político e o tratamento da matéria literária no livro *Literatura indo-portuguesa*.⁷⁷ Para esse efeito, tomarei sucintamente em consideração alguns artigos publicados nas revistas *The New Age* e *The Indo-Portuguese review*, respetivamente de Londres e Calcutá, deixando os artigos de interesse literário publicados em *A India Portuguesa* para a secção de análise da sua história literária. A desconstrução e a análise do discurso enunciado nesses artigos revela aspectos concludentes para a leitura da obra que realizarei a seguir.

O período a que os artigos publicados na revista *The New Age* remetem é o período posterior à implantação da República Portuguesa (1911-1914), enquanto os de *The Indo-Portuguese review* correspondem à década de 20, tendo sido estes publicados em concomitância com a compilação de *Literatura indo-portuguesa*, em 1926.⁷⁸

Vale a pena olhar para um artigo intitulado «Portugal», publicado na revista *The New Age*, no dia 5 de janeiro de 1911, e outro publicado sob o título «Republicanism in Portugal», do dia 2 de fevereiro de 1911, aos quais se seguiu uma forte polémica fomentada, sempre na mesma revista, pelo socialista Ernest Belfort Bax, a respeito das posições críticas e conservadoras do intelectual goês.⁷⁹ É possível observar os sinais de desconfiança em relação ao regime republicano a crescerem, de um artigo para o outro. Por exemplo, no artigo «Portugal», é realçada a natureza contraditória e impetuosa do povo português, oferecendo uma retrospectiva histórica na qual fundamentar as suas convicções, até chegar a afirmar a inadequação e impreparação desse povo para a realização do projeto republicano. Ele escreve:

⁷⁶ Para um estudo atualizado sobre a figura de Tristão de Bragança Cunha, veja-se o artigo de Sandra Lobo, «Educating opinion, invigorating intellectual links, promoting international solidarity: T. B. Cunha's anticolonial nationalism» (2018).

⁷⁷ A partir de agora, passarei a referir-me ao livro de 1926 com o título abreviado de *Literatura indo-portuguesa*, enquanto usarei a definição entre aspas «Literatura indo-portuguesa» para citar a rubrica do jornal *A India Portuguesa*.

⁷⁸ Deste período deve ser sinalizada também a participação de Vicente de Bragança Cunha na revista *The Calcutta review* da University of Calcutta e no jornal *O Anglo-lusitano* de Bombaim.

⁷⁹ A crítica de Ernesto Belfort Bax começa com um ataque à posição de condenação que Vicente de Bragança Cunha assume contra a lei que torna o divórcio legal («The Portuguese Republic», *The new age*, 23 de fevereiro de 1911, pp. 318-319).

The Portuguese is in truth a man of contradiction. Born in a climate where nature shoots forth into magnificence, and brought up in a climate which inflames the power of imagination, he is the prey of his emotions, which are as a rule the motive power of his mind. Herein lies the reason why the Portuguese does not know how to avoid one extreme without running into another.

This may be verified and confirmed by an inquiry into all the important periods of the Portuguese national life. What scenes of religious fervour, what revolutions, what paroxysms of rage and resentment are not involved in the details of this life! (CUNHA, 1911c: 219-220)

A partir daí, Bragança Cunha elenca uma série de acontecimentos históricos que provam essa irrequietude inata do português. Por exemplo, sobre o fervor religioso que animou as primeiras viagens além-mar, ele escreve que morreu junto com as grandes figuras que impulsionaram as empresas marítimas – ou seja, Henrique o Navegador, Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque –, tendo ressurgido apenas com o nascimento de D. Sebastião e o Sebastianismo. «But a movement without collective coherence or efficiency was bound to prove disastrous to the country; and the date of the battle of Alcacer-Kebir will always remain a day of mourning for Portugal» (CUNHA, 1911c: 220). Aos olhos de Bragança Cunha, essa incoerência, junto com o excesso de paixão ínsito no povo português, foi aquilo que o levou a aceitar a invasão francesa em 1807 – sem qualquer tipo de resistência, na opinião do autor – e que agilizou, por outro lado, o outorgamento da Carta Constitucional. Contudo, o constitucionalismo é julgado, no artigo, como o fruto de irreprimíveis paixões, ressentimentos particulares e contendas familiares. Tudo misturado com princípios políticos (CUNHA, 1911c: 220). Essa desconfiança do intelectual goês das consequências negativas que a promulgação das leis constitucionais tiveram no povo português será, em mais de uma ocasião, acentuada também no livro de 1926, onde essas repercussões serão aplicadas também ao espaço goês, no que concerne a explosão de «uma crise de agitação violenta» (CUNHA, 1926: 19), alimentada pelo surgimento de periódicos facciosos: «Os filhos da Índia conservavam-se até então, alheios a esse ódio político que dividia a colônia europeia animada de pequenas invejas» (CUNHA, 1926: 19). Observando o artigo de 1911, podemos notar que Bragança Cunha fala dos portugueses na terceira pessoa, sem nunca se incluir nesse sujeito. Porém, ao mesmo tempo, ele não se desvincula totalmente da sua história, assumindo um discurso que é enunciado a partir de dentro, como demonstra a parte inicial do artigo em que fala sobre o facto da imprensa inglesa ter uma possibilidade limitada de se expressar sobre o regime republicano, porque os jornalistas ingleses

não tinham familiaridade com as emoções dos portugueses.⁸⁰ Portanto, a legitimidade do seu ponto de vista não é apenas concedida porque ele é um estudioso de cultura portuguesa, mas sim por ele mesmo ser parte do seu objeto de reflexão, tal como a literatura indo-portuguesa é parte daquela portuguesa, como será concebido no livro de 1926.

Voltando ao seu parecer sobre a República, num primeiro momento, ele declara acreditar nas capacidades dos líderes republicanos para conduzirem o país à emancipação política, mas, logo a seguir, constata como, na realidade, o sucesso para a democracia reside nas mãos da opinião pública. Sendo Portugal composto, naquela altura, por uma alta percentagem de iletrados e, maioritariamente, por indivíduos sem uma opinião política formada ou, em última instância, por republicanos moderados que se deixavam influenciar pelas folhas dos jornais tendenciosos,⁸¹ o risco era, na opinião de Bragança Cunha, de deixar o comando da nação a uma classe dirigente incoerente, formadas por republicanos extremistas e por monárquicos traidores, suportados por um povo à mercê dos próprios sentimentos, incapaz de controlar os próprios governantes e, arriscando, assim, levar o país à ruína. A frase referida sobre a influência exercida pelos jornais republicanos mais radicais, «Their hysterics make the onlooker despair of a sane future for a people who have so little sense of proportion» (1911c: 220), provavelmente não concerne somente os posicionamentos ideológicos dos jornais políticos em questão, com pouco sentido de moderação, mas à própria conformação identitária portuguesa, predisposta às manifestações de excesso mais alarmantes.

Quase um mês depois da publicação desse artigo, Bragança Cunha volta a escrever, na mesma revista, sobre os desenvolvimentos dos primeiros quatro meses do regime republicano, confirmando os seus receios em relação à efetiva exequibilidade da nova forma de governo. O artigo em questão, intitulado «Republicanism in Portugal» e publicado no dia 2 de fevereiro de 1911,⁸² retoma a frase conclusiva do artigo anteriormente analisado: «It is as impossible for such a mass of incoherent units to reconstitute a stable State as for the dust or mud of Lisbon, to form itself into Jeronymos, that historical monument that calls up the soul of Portugal to those who now behold

⁸⁰ «Upon the story of the revolution it is not necessary to dwell here. Distinguished English journalists have written admirable articles on it. Their comments upon the Portuguese political events showed in most cases good sense and a considerable degree of knowledge. But however well acquainted the English critic may be with the facts of Portuguese history, he cannot possibly be intimate with its emotions. However acute his power of observation he cannot probe into the depths and analyse the character of a people that is no worse than the English, that may possibly be no better, but a people that is and will remain fundamentally different». (CUNHA, 1911c: 219).

⁸¹ «There is yet another ground of uneasiness which must needs have confronted those who have taken upon themselves the task of reconstructing the political institutions of the country. The men who to-day stand out from the ranks of the Republican party in pre-eminence, and are in power, belong to the moderate party; but they, notwithstanding the warnings of the “Lucta” (the Republican daily paper), have shown themselves liable to be swept forward by the pressure brought to bear upon them on every side by the extremist newspapers that are increasing every day. Their hysterics make the onlooker despair of a sane future for a people who have so little sense of proportion. These papers have their importance, of course, as straws that show how the wind is blowing» (CUNHA, 1911c: 220).

⁸² Na primeira página dessa edição de *The new age*, o artigo de Vicente de Bragança Cunha é indicado erroneamente, no índice, com o título «The Portuguese Republic».

only its corpse» (CUNHA, 1911a: 220; 1911b: 318). A ideia de corpo morto é a figura com que Bragança Cunha reforça a representação da catástrofe nacional, agora não mais um prenúncio, mas sim uma realidade. Lamentando a destituição da monarquia, acontecida com o auspício de instaurar um regime democrático e liberal, o jornalista goês denuncia as atitudes ditatoriais da classe dirigente, a qual ignora quais são as verdadeiras exigências do povo, subjugando este último às intrigas do partido: «In other words, the general welfare of the country has been sacrificed to fruitless bickerings» (1911b: 318). Em primeiro lugar, Bragança Cunha queixa-se das medidas anticlericais que o novo governo, defensor da tolerância religiosa, toma; entre estas ele dá ênfase à reforma da Universidade de Coimbra, onde se acabou com a faculdade de teologia, à mudança de nome de algumas ruas de Lisboa dedicada a figuras religiosas e, sobretudo, à instituição do divórcio, definida como medida preparada simplesmente para contrariar o espírito católico do país e em detrimento dos interesses morais da nação (1911b: 319). No livro *Literatura indo-portuguesa* de 1926, o intelectual goês definirá o anticlericalismo como uma das tendências culturais mais difundidas na metrópole e que se estava, de forma gradual, enraizando nas colónias indianas também. De facto, como veremos a seguir, falando de uma das *figuras* principais do século XIX, o goês Bernardo Francisco da Costa,⁸³ Bragança Cunha crítica os seus ataques à Igreja perpetrados no contexto do jornal por este fundado, *O Ultramar*, acusando-o de desconhecer as crónicas religiosas que documentam a história de Goa, consideradas como imprescindíveis para um profundo conhecimento da história local. Bragança Cunha descrevia, assim, a atitude do brâmane Costa «de se atribuir tudo o que ha de mau no indo-português a religião católica e aos jesuitas» (CUNHA, 1926: 20), como típica de todos os goeses que se formaram na metrópole.

Em segundo lugar, Bragança Cunha critica a atitude contraditória dos republicanos perante a liberdade de imprensa, os quais, ainda na época monárquica, tinham propagandeado o direito dos jornalistas de estarem livres de qualquer tipo de censura legal; enquanto que, de acordo com as fontes do intelectual goês, os representantes do novo governo tinham-se tornado protagonistas de um ato de censura contra o jornal *O Combate* de Braga, órgão do Partido Nacionalista, que tinha proferido palavras duras contra a República em defesa da Igreja e da moral católica.⁸⁴ Para Bragança Cunha, o nível de intolerância repressora manifestada pelo novo regime supera de longe a tirania monárquica. A partir desse artigo, as suas reflexões em prol de uma regresso ao regime monárquico intensificam-se, até se tornarem signos distintivos da sua intervenção na revista inglesa *The New Age*, que terminou em 1914. A polémica encetada pelo socialista Ernest Belfort Bax à

⁸³ Deste político goês falou-se no primeiro capítulo desta tese, na secção sobre o artigo de Jacinto Caetano Barreto Miranda. Por essa motivação, se remete para a secção 2.1 do primeiro capítulo.

⁸⁴ Para mais informações sobre este periódico em tempos republicanos, veja-se o ensaio de Zara Pinto Coelho «O 5 de Outubro de 1910 na imprensa da cidade de Braga» (2010).

volta das opiniões conservadoras de Bragança Cunha fez com que este último destacasse, ainda mais, as motivações que o levavam a defender a monarquia, agenciando, entre estas, o violento extremismo que levou o governo a elogiar os regicidas,⁸⁵ os privilégios da classe dirigente em detrimento da classe operária,⁸⁶ o risco de uma invasão estrangeira para pôr fim ao caos instalado pela República – e, conseqüentemente, o perigo de ataque à identidade nacional portuguesa⁸⁷ –, e enfim, a lei da amnistia para os crimes cometidos durante os motins republicanos de 1910.⁸⁸

Os outros artigos que irei abordar foram publicados entre 1919 e 1930 na publicação anual *The Indo-Portuguese review* da Indo-Portuguese Association. Como se lê no editorial do primeiro número de 1919 – porém, assinado em Calcutá em abril de 1917 – a revista tinha como propósitos «to champion the cause of Indo-Portuguese, to interpret the trend of their activities, to explore their rich past, to smooth away the rugged ends of prejudice, in fine, to stand for what the Sons of Goa rightly deserve and can in justice claim» (*The Indo-Portuguese review*, 1919: iv). Em poucas palavras, a revista – bem como a própria associação que a suportava – tinha como objetivo preservar o legado cultural português da comunidade goesa católica de Calcutá. Com isso, entendia-se representar a identidade cultural única – «truly unique» – dos emigrantes goeses na Índia Britânica, defendendo o seu direito a afirmar-se enquanto cidadãos diferentes.⁸⁹ Vicente de Bragança Cunha, o qual se encontrava entre Goa e Bombaim naquela altura, participou em quase todos os números da década de 20 – de 1919 até 1930, com exceção dos anos 1920, 1922 e 1924 –, sendo que a sua contribuição concerniu artigos de interesse historiográfico e político, tanto sobre Portugal quanto sobre a Índia Portuguesa. Sandra Lobo assinala em Calcutá, na mesma altura, a presença do irmão de Vicente, Plácido de Bragança Cunha, médico e promotor da cultura de língua portuguesa, o qual conseguiu que fosse instaurado na Universidade um curso de língua e literatura portuguesa em 1924 – aberto também a cidadãos portugueses –, do qual ele foi o primeiro docente (LOBO, 2014: 259).

No artigo publicado na edição de 1919, intitulado «Portuguese India: her political development», Vicente de Bragança Cunha ilustra a história da colonização da Índia Portuguesa,

⁸⁵ «Triumphant Republicanism», *The new age*, 16 de novembro de 1911, pp. 56-57.

⁸⁶ «The Portuguese Republic and the working classes», *The new age*, 15 de janeiro 1912, pp. 367-368.

⁸⁷ «Portugal and Her Fate», *The new age*, 27 de novembro de 1913, pp. 104-105.

⁸⁸ «The Portuguese Amnesty», *The new age*, 12 de março de 1914, pp. 584-585.

⁸⁹ No editorial, lê-se: «Born and bred in India, the Sons of Goa owe allegiance to Portugal. During the last four centuries by the closest association with the Portuguese, they have imbibed western ideas of culture, and civilization and have become one with the Portugues themselves in their ideals and national sentiments. [...] The emigrants who carry with them the spirit of their country are also alive to their responsibilities. They are, however, at a great disadvantage, because outside of Goa their civic rights are often ignored and even assailed while their social position misunderstood and reviled. Even in Calcutta and in other places appalling misrepresentations have gained ground regarding this Community» (*The Indo-Portuguese review*, 1919: iv).

ostentando uma grande admiração para os empreendimentos levados a cabo pelos portugueses, apreciando o seu génio político e a forma em que foram delineadas as políticas de administração colonial e, enfim, endurecendo as próprias opiniões quando chega o momento de comentar as lutas constitucionais e as consequências que estas tiveram no rumo da história goesa. Por um lado, ele explica como a concessão da Carta Constitucional significou uma abertura positiva do Parlamento aos indianos, dando-lhes o direito de terem representantes, como o caso do primeiro goês eleito às Cortes, Bernardo Peres da Silva, citado justamente por ele. Por outro lado, sublinha como essa sensação de liberdade experienciada durou pouco, dado que os goeses não conseguiram gerir a fração de poder ao qual tiveram acesso. Ele escreve:

Portuguese India had undoubtedly undergone a great change unexampled in her history. But it was immediate and temporary. The Parliament which was to give the Indians a share in ruling their own destinies utterly failed in its objects. The Indians mimicked the so-called Portuguese *Regeneradores* or Liberal-Conservatives and *Progressistas* or Democratic-Liberals. But intent on preserving privileges incompatible with either progress or morality, their parties degenerated into factions. The party system in Portuguese India culminated in the notorious system by which party leaders arranged with Governors “to sell” deputies to the Government in power. The scandalous events which happened in Goa in connexion with parliamentary elections which resulted in many deeds of violence, were a flagrant example of the positively criminal recklessness with which politicians in Portuguese India put their party claims above those of the country at large. (CUNHA, 1919a: 5)

As repercussões negativas dos eventos da história política portuguesa na vida das colónias indianas revelam-se objeto de preocupação para Vicente. Os acontecimentos gerados por influxo das ideias liberais e em reação ao regime monárquico são, para ele, motivo de grande decepção. De facto, mais tarde em 1927, tecendo um sumário de todas as etapas que marcaram a experiência republicana em Portugal, num artigo intitulado «Is Portugal turning over a new leaf?», Bragança Cunha reage contra a ditadura militar estabelecida em 1926, apontando esta como o último ato do autoritarismo republicano:

Obsessed by messianic dreams of Greater Portugal, the Republican Dictators, to-day in power, pretended to be animated by the *imperialistic* spirit. And they did not hesitate to exchange the loyal devotion of citizens, who are found grouped around the chivalrous standard of Portugal, for the antipathy of men who are not less endowed with force of mind and character to be *empire-builders*. The voice of Jacob and the hands of Esau may effect a successful imposture. But the imposture can not last forever. (CUNHA, 1927: 26)

Como veremos em *Literatura indo-portuguesa*, a denúncia dos efeitos colaterais do constitucionalismo e do republicanismo será bastante recorrente. A construção dessa ideia de colapso move-se à volta da imagem da tragédia, como melhor cita uma frase do intelectual goês num artigo de 1929: «The Portuguese tragedy – needless to say – has been the tragedy of Portuguese India as well» (CUNHA, 1929: 30).

4. «Literatura indo-portuguesa» vs *Literatura indo-portuguesa*

O livro *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos*, como foi já explicado, foi composto a partir de uma colagem de artigos anteriormente publicados no jornal *A India Portuguesa*, entre abril e junho de 1919, nomeadamente, na rubrica «Literatura indo-portuguesa». A edição unificada de 1926 apresenta-se como um livro constituído por um breve prólogo, «Duas palavras», cinco capítulos, uma recolha de resenhas críticas do livro de Bragança Cunha *Eight centuries of Portuguese monarchy* (1911d), publicadas na imprensa inglesa e, enfim, um apêndice.

Os capítulos seguem uma ordem numérica, contudo, não foi sempre fácil associar um tópico ou um género literário a um determinado capítulo. Os capítulos em que os seus conteúdos são explicitados logo no início são o primeiro, sobre a figura do crítico literário Moniz Barreto e o segundo, sobre a poesia indianista. O terceiro é uma compilação de textos críticos sobre a historiografia indo-portuguesa e o problema das castas. No quarto capítulo, onde se fala do jornalismo e da imprensa periódica, é também citado o nome e a obra de Francisco Luís Gomes. Apesar de Bragança Cunha não se debruçar muito na análise do romance deste, usa-o como pretexto para falar da história dos jesuitas na Índia. No quinto capítulo, fala-se do Abade Faria, da condição dos goeses na Índia britânica e, ainda, de historiografia. De toda forma, é preciso referir que a edição de 1926 apresenta uma tentativa de dispor os argumentos num modo mais linear e ponderado, permitindo que todos os tópicos dialoguem entre si sem provocar demasiado choque ao leitor.

É muito provável que seja esta a motivação pela qual a estrutura do livro não é fiel à ordem de publicação dos artigos no jornal de 1919. Deve ser dito, também, que o título *figuras e factos* transmite a ideia de descontinuidade entre os vários acontecimentos literários. Por isso, é ainda provável que Vicente de Bragança Cunha tenha tido a consciência de estar a lidar com manifestações desconectadas entre si. A prévia experiência na rubrica «Literatura indo-portuguesa» poderia ter sido parte dessa tomada de consciência de estar a trabalhar com uma literatura ainda

muito hesitante.⁹⁰ O seu forte interesse pela literatura poderia ser sinal de um reconhecimento do valor desta enquanto expressão máxima do génio de uma comunidade, como laço que liga os membros desta e, não por último, como meio da própria afirmação intelectual pessoal.

Para iniciar a análise, comparamos o prólogo e o primeiro capítulo da edição de 1926 com o artigo que inaugura a rubrica «Literatura indo-portuguesa», no dia 19 de abril de 1919. O prólogo de 1926 cita:

Tendo assumido a direção do semanario «A India Portuguesa», jornal que, ha sessenta anos se publica nesta terra, quizemos interessar os leitores de «A India portuguesa» por um pouco de literatura indo-portuguesa, apontando e concluindo sobre alguns factos literarios, sem contornos nem retoques. Tal foi a origem do presente trabalho. Os artigos que escrevemos, teem alguns defeitos. Não importa. Fizemos simplesmente, o que podiamos fazer. Que outro mais laborioso os complete, fazendo obra melhor. Assim devem ser vista as paginas que seguem. (CUNHA, 1926: III)

Nesse extrato, Bragança Cunha explica qual foi a finalidade com que escreveu os textos que compõem a obra, ou seja, comprometer-se com os leitores do seu jornal a relatar quais fossem as figuras e os factos literários da sua terra. A exigência foi, provavelmente, ditada pelo facto de as manifestações literárias locais estarem então quase desconhecidas aos olhos dos goeses. Com razão, o tímido debate literário que tomará forma entre a década de 40 e 70 enfatizará muito o desinteresse dos goeses pelas letras, agenciando o problema para dois níveis de entendimento: em primeiro lugar, para a elitização da literatura, compreendida como recreio destinado apenas as camadas sociais mais elevadas da sociedade goesa, nomeadamente, os católicos com acesso à educação e à aprendizagem da língua portuguesa; em segundo lugar, ao mimetismo dos goeses em relação à produção literária da metrópole, sentida como literatura própria e, por isso, suficiente. Em relação a este segundo ponto, o conceito de literatura indo-portuguesa de Vicente de Bragança Cunha, como justificarei posteriormente, tem a ver com essa necessidade de estabelecer um laço comum entre a literatura da metrópole com a da colónia, onde a segunda é complementar à primeira.

⁹⁰ Pensamos que na época em que é publicado o livro, Vicente estava preparando outra obra que ia ter como título *Portuguese literature* e que recolhia as aulas lecionadas na University of London entre 1913 e 1914. Essa informação não está todavia verificada, na medida em que não foi possível encontrar algum livro dele editado sob esse nome. A referência foi retirada dos dados de edição disponíveis na segunda página de *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de 1926.

Voltando ao prólogo de 1926, «apontando e concluindo» é o método com que Bragança Cunha se dedica à compilação dos seus textos, dando conhecimento e expressando a sua opinião sobre os diferentes factos, conciliando, dessa forma, o trabalho intelectual do crítico literário com a tarefa do jornalista. O livro é dedicado ao etnólogo e filólogo português José Leite de Vasconcelos, o qual teria conhecido Vicente de Bragança Cunha durante uma estadia em Londres, no verão de 1913. Essa informação é proporcionada pelo próprio Vicente, o qual se refere a esse encontro na quarta página de *Literatura indo-portuguesa*, citando uma parte do relato de viagem de Leite de Vasconcelos *De Campolide a Melrose* (1915), em que o académico português agradece a companhia do intelectual goês e elogia o seu trabalho como docente de literatura portuguesa na universidade.⁹¹ No primeiro número da rubrica «Literatura Indo-Portuguesa», Bragança Cunha já se tinha referido ao encontro com o filólogo português:

Aproveitando pois, do honroso convite que nos foi dirigido pelo ilustre Lente da Universidade de Lisboa sr. dr. Leite de Vasconcelos erudito Director da *Revista Lusitana*, citaremos os nomes que nos lembram na literatura da Índia Portuguesa e registaremos as impressões que nos acodem ao bico da pena, apontando e concluindo sobre alguns factos da literatura, sem contornos nem retoques. (CUNHA, 1919b)

Essa referência leva-me a especular que o «honroso convite» feito por Leite de Vasconcelos seja inerente à iniciativa de escrever sobre literatura de Goa. Apesar de ser apenas uma suposição, acredito que seja muito provável que Bragança Cunha tenha começado a rubrica sob sugestão do académico português, a qual poderia ser a mesma razão pela qual lhe dedica o livro de 1926.

O primeiro capítulo de *Literatura indo-portuguesa* e o primeiro artigo de «Literatura indo-portuguesa» têm como objeto de interesse a figura do crítico literário Moniz Barreto. Mas antes de analisar os textos em questão, é preciso dizer que o artigo-estreia do dia 19 de abril de 1919 consta de uma introdução importante, que contextualiza a rubrica toda. Algumas das partes que a compõem se encontram espalhadas pelo quinto capítulo da edição de 1926, enquanto outras foram completamente omitidas. Dessa maneira, lemos na parte que antecede a figura de Moniz Barreto:

⁹¹ Em nota, Vicente de Bragança Cunha escreve que no volume XVI da *Revista Lusitana*, dirigida por Leite de Vasconcelos, é possível encontrar o programa do seu curso de literatura portuguesa. Uma vez averiguada essa informação bibliográfica, foi possível descobrir que além das aulas em questão, Bragança Cunha proferiu cinco palestras abertas ao público geral. Na revista, a primeira palestra é anunciada para o dia 21 de janeiro de 1914. («Curso de literatura portuguesa na Universidade de Londres», *Revista Lusitana* XVI: 342-343).

Nenhum outro império porém, tão rico foi de modalidades étnicas e tão uno foi no sentimento afectivo da Pátria. Foi grande o concurso dos habitantes de Goa para a obra egualitária e tolerante de Albuquerque. Não há um só português que o desconheça – pelo menos nas suas linhas gerais – e repetir o que todos sabem seria fastidioso e impertinente. Irmãos por todas as afinidades históricas e sociais, os portugueses da Índia não perdem ensejo de estreitar êsse vínculo. Vai nisso o interesse comum e o religioso respeito de tradições gloriosas portuguesas. Assim,⁹² na literatura portuguesa encontra o português da Índia hoje, como sempre, lenitivo às suas máguas, alento para a suas lutas. E a literatura da Índia Portuguesa constitui um mero prolongamento da literatura da metropole. (CUNHA, 1919b)

Comparando o texto de 1919 e o do quinto capítulo de 1926, na terceira linha, a frase «não há um só português que o desconheça» é substituída por «não há um só indo-português que o desconheça» (CUNHA, 1926: 41), enquanto a expressão «os portugueses da Índia» da sexta linha é comutada por «os indo-portugueses» (CUNHA, 1926: 41). A escolha dessa permuta de palavras pode ser indício de uma sofisticação do posicionamento de Bragança Cunha, relativamente a debates que reclamavam o reconhecimento de uma cultura local que se afirmava enquanto representativa de uma identidade indo-portuguesa. Com efeito, a simples associação do nome indo-português à literatura local é significativa do discurso comunitário que essa história literária acarreta, sobretudo se pensamos que a ideia de literatura indo-portuguesa como «mero prolongamento da literatura da metropole» é omitida na edição de 1926, provavelmente por ser uma frase que reduz o valor da literatura em causa.

Encontramos a mesma inversão de expressões na parte inicial desse mesmo artigo que inaugura a rubrica «Literatura indo-portuguesa», numa referência ao médico, numismata e orientalista goês Gerson da Cunha, referência que no livro de 1926 está também presente no quinto capítulo, por meio de uma citação do orientalista italiano Angelo de Gubernatis, relativa a um trabalho inédito sobre literatura portuguesa na Índia. A menção a essa figura é um pretexto para falar da necessidade de os indo-portugueses participarem da escrita da história nacional, antes que algum estrangeiro o faça. Comparemos os dois trechos:

Era para desejar que um filho da Índia e português escrevesse essa obra da qual tanto carecemos, não abandonando a tarefa a outros a estrangeiros cujas apreciações pecam por vezes por falta de crítica justa. (CUNHA, 1919b)

⁹² A partir desse ponto, e até o fim da da citação, se trata de uma proposição ausente no livro de 1926.

É para desejar que os indo-portugueses no estrangeiro escrevam obras neste genero das quais tanto carecemos, não abandonando a tarefas a outros, a estranhos, cujas apreciações pecam por vezes por falta de critica justa. (CUNHA, 1926: 29)

Mais uma vez, na edição de 1926, «um filho da India e português» é substituído por «os indo-portugueses», invertendo, também, a palavra «estrangeiros» por «estranhos». Esse receio que outros, «estranhos» à cultura portuguesa e, por isso, não legitimados, possam escrever sobre a história e a literatura da sua terra pode ser reconduzido a diferentes factores. Em primeiro lugar, a uma estratégia discursiva de Bragança Cunha para autorizar o seu próprio estudo, da mesma forma como legitimava as suas opiniões sobre a República portuguesa na imprensa inglesa, por ele ser um português da Índia e conhecer a fundo o carácter inquieto do povo português. Em segundo lugar, Bragança Cunha poderá estar a reconhecer, nessa passagem do livro, a exigência de os indo-portugueses participarem da construção do discurso historiográfico nacional, num diálogo harmonioso entre indo-portugueses e portugueses da metrópole.

4.1 Moniz Barreto e a exemplaridade de um intelectual indo-português

Depois da referência à figura de Gerson da Cunha e o agradecimento a José de Leite de Vasconcelos, no artigo de 19 de abril de 1919 é esboçada a figura de Guilherme Moniz Barreto, ao qual é dedicado o primeiro capítulo da edição de 1926, e que resulta crucial para fundamentar o discurso à volta da literatura indo-portuguesa. A escolha dessa personagem como a primeira a ser bosquejada na resenha de *figuras e factos* é significativa do tipo de discurso que Bragança Cunha defende. Como já vimos, no artigo, ele prepara o terreno para introduzir a figura de Moniz Barreto. Este é apresentado como o intelectual que melhor encarna a dedicação que os indo-portugueses deveriam manifestar para com os estudos literários e, sobretudo, com a cultura da metrópole.

Dado que as definições de *goês* e *indo-português* sofreram várias significações ao longo do tempo, tanto nas suas interpretações, quanto nas suas aplicações, aqui deve ser cumprido uma precisão em relação ao facto de Moniz Barreto ser definido como sujeito portador de uma identidade indo-portuguesa, por Vicente de Bragança Cunha. Guilherme Joaquim de Moniz Barreto (1863-1896), considerado um dos iniciadores da crítica literária portuguesa de cunho positivista, nasceu em Goa numa família de luso-descendentes e emigrou para Portugal com apenas 16 anos de idade. No trabalho de Bragança Cunha, não é realizada alguma distinção identitária, enquanto Moniz Barreto, que provinha de uma família de luso-descendentes de origens minhotas ou açorianas (DEVI & SEABRA, 1971: 188), é descrito, de toda forma, como indo-português. No

livro, os goeses são os indo-portugueses ou «os filhos da Índia» (CUNHA, 1926:1), sejam eles luso-descendentes ou de origem indiana.⁹³

Não há diferença entre os conteúdos do capítulo do livro com aqueles do artigo sobre a figura de Moniz Barreto, por esse motivo o texto de referência será, por conveniência, o de 1926. As palavras que abrem o primeiro capítulo – e portanto as que nos introduzem ao livro inteiro – são significativas do peso político que é atribuído a essa figura: «Nunca se perderam as tradições portuguesas na Índia. Alguns filhos da Índia escreveram a língua portuguesa com justificada reputação de literatos, e estiveram em contacto com as primeiras figuras literárias de Portugal. Moniz Barreto foi um deles» (CUNHA, 1926:1). A frase «Nunca se perderam as tradições portuguesas na Índia» funciona como fio condutor de toda a obra, devido às contínuas asserções do autor que insiste na existência de um património deixado pelos portugueses em Goa, não apenas material, mas também imaterial, devido a um verdadeiro etos português ínsito nos goeses. Dito isto, o capítulo sobre Moniz Barreto é escolhido para abrir o livro, bem como o artigo é seleccionado para abrir a rubrica de 1919.

O crítico literário é o melhor representante da caracterização humana indo-portuguesa que Bragança Cunha idealiza. Aclamando a escolha de Moniz Barreto de se mudar para Portugal e prosseguir os seus estudos, ele demonstra que também os indo-portugueses possuem predisposição para a atividade intelectual. Com efeito, a viagem de Moniz Barreto e o abandono da sua terra natal não são apresentados de forma traumática, mas sim como uma circunstância histórica, não havendo em Goa ou, em geral, na Índia, o contexto cultural ideal para ele melhor desenvolver os seus estudos. Leia-se nos seguintes excertos:

Filho da Índia, onde se conceberam as mais profundas doutrinas filosóficas para serem divulgadas para o governo do mundo, e que as contingências da política colocaram numa subalternidade injusta, Moniz Barreto, conscio do seu valor, se julga no meio intelectual português com o direito de exigir que lh'o reconheçam. (CUNHA, 1926: 1)

A sua independencia de caracter ficou como um exemplo para o resgate de uma epoca, como a actual, em que os filhos da Índia – com que magoa o dizemos nós que tambem nascemos na Índia – deixam tão raramente de curvar-se até a espinha diante das botas que se enlameiam na lama do Terreiro do Paço. A ambição do indo-português que hoje vai a metropole, onde adopta servilmente a frase do Eça de que Lisboa é Paris vertido para calão, quasi se limita a obter um emprego publico! (CUNHA, 1926: 2)

⁹³ «Filho da Índia» e «filhos da Índia» são as expressões mais recorridas nesse capítulo para Bragança Cunha se referir aos indo-portugueses.

Nesses excertos é dado a entender que a viagem de Moniz Barreto foi necessária para a afirmação do seu percurso intelectual. O primeiro trecho mostra como o contexto colonial indiano não lhe pôde oferecer as condições adequadas para uma formação digna da sua inteligência – repare-se nas frases «as contingencias da politica colocaram [a Índia] numa subalternidade injusta» e «conscio do seu valor, se julga no meio intelectual português com o direito de exigir que lh’o reconheçam». O seu talento é um «exemplo para o resgate de uma epoca»: o «resgate» pode ser entendido como uma demonstração que também Goa consegue proporcionar grandes talentos à nação portuguesa. Moniz Barreto é exibido como exemplo para os indo-portugueses que migram para Portugal, encarnando um espírito independente e não apenas servil, e por isso, pode ser considerado como a figura que inaugura um género de modernidade indo-portuguesa.

Bragança Cunha procede, também, com uma descrição de Moniz Barreto em que sublima as suas características orientais: «conservava as suas características atávicas com maiores ou menores modificações» (CUNHA, 1926: 2), explicando, assim, «a sua independencia espiritual propria dum religioso budista de vestes amarelas e o craneo rapado, que proclama os editos do grande rei budista Asoka» (CUNHA, 1926: 2). Para o autor dessa história literária, o significante da definição hifenizada *indo-portuguesa* é intensificado pela condição de sujeito viajante de Moniz Barreto, a qual lhe permite assumir Goa e Portugal como terras de pertença identitária. Por exemplo, note-se que se Bragança Cunha exalta as feições orientais do crítico, ao mesmo tempo ele cita um excerto do estudo *Literatura portuguesa contemporanea*, em que Moniz Barreto se expressa na primeira pessoa do plural «nós», reivindicando a própria identidade portuguesa:

«A nossa indiferença pela literatura nacional,» escreve êle, «é completa e êste funesto esquecimento é igualado pela nossa ignorancia das literaturas estrangeiras, limitada a nossa curiosidade aos sucessos ruidosos e efemeros da livraria francesa. O nivel do pensamento filosofico é entre nós muito inferior... A maioria vive num materialismo rasteiro ou num positivismo exteriormente compreendido. A geração que se levanta abre-se pois, um vasto campo d’actividade e reforma. Neste campo largo é o terreno para a criação literária, e oportuna a intervenção do espirito critico.» (CUNHA, 1926: 2)

Quando se refere à literatura nacional, refere-se à portuguesa. «A nossa ignorância» é de «nós» portugueses. O pronome empregado por Moniz Barreto é sinal do seu reconhecimento na cultura portuguesa. Isso outorga-lhe, de alguma forma, o estatuto paradigmático e hifenizado de indo-português. À luz disso, pode-se entender que a figura de Moniz Barreto se apresenta como um

exemplo a ser seguido por todos os filhos da Índia, sendo que a sua função, nesse livro, é sobretudo política e o capítulo a ele dedicado atua como cola entre todos os capítulos, permitindo que o livro seja apresentado aos seus leitores, já desde o seu início, pela sua carga ideológica.

4.2 A poesia indianista

No segundo capítulo de *Literatura indo-portuguesa* é abordada a poesia indianista, bem como em geral a poesia produzida na Índia por portugueses ou, simplesmente, a poesia em que a Índia foi objeto de inspiração. Na rubrica «Literatura indo-portuguesa», essa parte do livro corresponde ao segundo número do dia 28 de abril de 1919. Em relação à rubrica, o livro de 1926 apresenta apenas duas diferenças: um excerto extra sobre a morte de Paulino Dias⁹⁴ – falecido em 1920 – e um excerto em falta sobre a poesia de Joaquim Filipe Soares.⁹⁵

A leitura desse capítulo é fundamental para perceber o posicionamento de Vicente de Bragança Cunha perante a literatura que está a criticar, sobretudo relativamente à carga identitária acarretada. Para o autor do livro, a literatura deve desempenhar uma função referencial para a identidade indo-portuguesa, a qual se configura como uma identidade em que os dois elementos adjetivais, indiano e português, estão ligados entre si. Daí, notamos a escassa menção, nesse capítulo – como, em linhas gerais, no resto do livro –, do nome Goa e das palavras derivadas deste – goês, goeses, goesa, goesas –, preferindo, o autor, alternar no capítulo em questão uma expressão como «poesia indo-portuguesa» com outra tal como «poesia portuguesa na Índia», comprovando, mediante a comutação das duas expressões, a relação indesejável dos elementos que constituem essa idealização identitária.

Essa manifestação lírica é retratada como um dos factos literários que melhor encena o elemento *oriental* da literatura indo-portuguesa. O termo *oriental* é usado, no segundo capítulo do livro, na sua conotação exotizada, como elemento excêntrico e singular, que, ainda que assumido como parte integrante dessa poesia, não deixa de ser indicativo de um discurso que atinge a mera dimensão representativa. Poderíamos apontar para um género de posicionamento orientalista de Vicente de Bragança Cunha, à luz da aplicação de dois dispositivos metodológicos com que Edward Said (2004) problematiza o Orientalismo no seu livro, ou seja, a localização estratégica e a

⁹⁴ «Talento de alta intuição artística, Paulino Dias sabia colorir com mestria as scenas que feriam a sua sensibilidade de artista. É vasta a sua obra inedita – *Nirvana*, (poema) *Suria Warta* (poesias) e *Jangal*, (prosas). A sua memoria será sempre abençoada com saudade por todos os seus compatriotas, porque o poeta amou o paiz que lhe foi berço. Ninguém o excedeu no amor da sua India. Era um bom, duma bondade simples, sem reservas e sem refolhos. A sua prematura morte foi pranteada por todos indistintamente, porque todos o tinham por bom» (CUNHA, 1926: 7).

⁹⁵ «Joaquim Filipe Soares o poeta delicado e impressionável é o autor das *Melopeias indianas* – publicação comemorativa do 4.º centenário dos descobrimentos do caminho marítimo da India e subsidiada pela Comissão Provincial do mesmo centenário. É uma interessante colecção onde o poeta reduz a versos – tão sentimentais e ingênuos – narrativas e lendas tradicionais no paiz» (CUNHA, 1919c).

formação estratégica.⁹⁶ O termo estratégia é usado, por Said, pensando num método para estudar as dificuldades sentidas por quem tentou abordar, estudar, teorizar e, enfim, representar o Oriente. A superação de tais dificuldades é dada por uma tomada de posição dos estudiosos perante o seu objeto de análise, que pode ser desvendada olhando para alguns recursos textuais, como a escolha do pronome falante, da estrutura do texto, a presença de tópicos e imagens recorrentes (SAID, 2004: 23). Por isso, a localização estratégica é, para Said, uma maneira de descrever a posição de um autor dentro de um texto, relativamente ao material sobre o Oriente que está a apreciar, enquanto que a formação estratégica seria um método para analisar as relações entre diferentes textos, ou grupos de textos, averiguando como estes assumem poder referencial, não apenas entre si, mas também na cultura geral. Nessa sequência, será importante aplicar tanto a localização estratégica quanto a formação estratégica no discurso de Bragança Cunha em relação à poesia indianista, para entender melhor a presença de uma certa exterioridade no interior, que possa ser compreendida, usando uma terminologia mais apropriada, como *orientalismo interno* – embora Said fale da autoridade orientalista nos termos de quem ocupa uma posição exógena em relação ao Oriente «tanto do ponto de vista existencial como moral» (SAID, 2004: 23). De facto, em última instância, tem de ser especificado que o facto de Bragança Cunha se considerar um sujeito indo-português lhe permite produzir discursos desde uma posição mais legítima, podendo expressar uma opinião consentida e autorizada, apoiando-se, contudo, numa literatura crítica não indiana.

O capítulo começa com um elogio a Tomás Ribeiro, fundador do Instituto Vasco da Gama de Pangim em 1871, designado como o mestre de uma inteira escola de poetas⁹⁷ que Bragança Cunha divide em duas tipologias: por um lado os poetas portugueses «que procuraram continuar na Índia o sentimento fidalgo da raça portuguesa» (CUNHA, 1926: 4), como Joaquim Mourão Garcez e Palha, José Pestana, Silva Campos e Tomás de Aquino Mourão, e por outro lado as figuras de Fernando Leal, Floriano Barreto, Paulino Dias, Nascimento Mendonça e Sanches Fernandes. Estes últimos foram todos poetas goeses que escreveram entre a última década do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX; todos animados por aquilo que Bragança Cunha chama de «sentimento indiano» (CUNHA, 1926: 5) e «sensibilidade indiana» (CUNHA, 1926: 7). É à volta desses poetas que o capítulo se desenvolve, deixando apenas uma página inicial para os portugueses que

⁹⁶ As ideias expostas nesta secção foram desenvolvidas, de maneira mais aprofundada, num ensaio de minha autoria, «Orientalismo (indo-)português: uma maneira de escrever a história da literatura de Goa em língua portuguesa», publicado no livro coletivo *De Oriente a Ocidente: estudos da Associação internacional de lusitanistas. Vol. 1 Sobre Orientalismos*, organizado por Cláudia Pazos Alonso, Vincenzo Russo, Roberto Vecchi e Carlos Ascenso André (2019). O ensaio está presente na bibliografia final deste trabalho.

⁹⁷ «Tomás Ribeiro fêz escola e dessa escola saíram muitos discipulos. Eram todos homens de talento e de estudo, alguns dos quais – Cristovão Pinto e Cristovão Aires – foram mais tarde a metropole. Foi grande, não ha duvida, o impulso que o autor do Dom Jayme, o canto moderno mais patriotico – deu as letras indo-portuguesas» (CUNHA, 1926: 4).

escolheram a paisagem natural e cultural indiana como tema e imagem recorrente nas suas obras. A frase de Tomás Ribeiro que Bragança Cunha escolhe como abertura, «A terra da Índia é terra para letras», faz referência tanto à Índia enquanto berço da literatura épica universal, como o *Ramaiana* e o *Mahabarata*, «as mais belas epopeias que anteciparam as de Homero» (CUNHA, 1926: 4), quanto à Índia enquanto fonte de inspiração para os poetas portugueses, descrevendo o caso de Camões – citando *Os Lusíadas* e as *Endechas a Bárbara Escrava* –, e o de Bocage – «o poeta que depois do autor do *Lusíadas*, é o nosso primeiro poeta popular» (CUNHA, 1926: 4).⁹⁸

Sucessivamente, Bragança Cunha dedica um pequeno parágrafo a um primeiro bloco de poetas portugueses, para depois se dedicar exclusivamente a um segundo grupo de poetas goeses. Vale a pena analisar as frases que introduzem os dois grupos, dado que carregam um significado muito importante para o entendimento global do capítulo. A primeira relativa ao primeiro grupo cita: «A poesia portuguesa teve cultores na Índia Portuguesa» (CUNHA, 1926: 4); enquanto a frase relativa ao segundo grupo proclama: «A poesia portuguesa na Índia teve robusta existência no sentimento indiano» (CUNHA, 1926: 5). «Portuguesa» não diz respeito apenas à língua de expressão dos poetas, mas alude a uma maneira de fazer poesia que envolve a ostentação de um etos português, predisposto ao cultivo das letras, à fascinação pelo desconhecido, e também sensível ao apelo das suas raízes. Com efeito, uma das primeiras imagens que se pode delinear no texto de Bragança Cunha é a Índia como berço da civilização e das mais remotas tradições, uma representação recorrente na literatura orientalista e, de forma mais particular, típica do pensamento difundido pela *Reinassance oriental* e pelo fomento do mito das origens indo-europeias – «toutes les civilisations puisent leur origine dans la civilisation indienne» (RABAULT-FEUERHAHN *apud* MACHADO, 2018: 109). Como exemplo da adesão de Bragança Cunha a esse discurso, leia-se a frase: «Nessa velha Índia epicamente gloriosa, onde tudo convida a contemplação pela grandeza das recordações» (CUNHA, 1926: 4). Nesse caso, as «recordações» são entendidas como memória universal, de uma civilização humana que teve início no Oriente. Uma ideia que a repetição da palavra «berço» comprova.

Aplicando a localização estratégica de Said, a poesia indianista é encarada, pelo intelectual goês, como o lado romântico e irracional da literatura indo-portuguesa, simbolizando a parte da herança indiana do indo-português. Para Bragança Cunha, aquilo que desperta interesse nessa poesia é o facto de esta ser uma manifestação literária que consegue transpor para a língua portuguesa, e para o registo lírico, o encontro entre os dois legados culturais, sendo importante chamar atenção para o facto de os poetas em questão serem católicos e não de religião hindu; portanto, a componente

⁹⁸ É para notar o uso de Bragança Cunha do adjetivo «nosso» para caracterizar a figura de Bocage, reivindicando a poesia portuguesa enquanto riqueza literária dos indo-portugueses também.

indiana é apenas literária, e não religiosa. Em relação à formação estratégica, a posição de Bragança Cunha perante a poesia indianista apoia-se num conjunto de textos críticos que ele cita, de outra autoria e contemporâneos à sua época, os quais confirmam o seu mesmo entendimento do acontecimento literário em questão. Para comprovar a sua posição, analisarei alguns comentários que o autor compõe sobre dois desses poetas, Fernando Leal e Sanches Fernandes. Sobre Fernando Leal, autor da coleção de poemas *Relâmpagos*, Bragança Cunha baseia as suas observações no pensamento do orientalista Max Müller, especialista na mitologia comparada, e Teófilo Braga. A tal propósito, ele escreve:

Nascido na Índia, onde facilmente se confundiram elementos tradicionais da civilização indiana com a portuguesa, Fernando Leal procurou a restauração dos ideais que outr'ora tanto enobreceram a Índia – berço duma literatura que representa a alguns respeitos o mais alto desenvolvimento espiritual das antigas raças humanas. Fernando Leal é, pois, um nome simpático nesta cruzada em que anda empenhada a inteligência moderna a procura da aproximação íntima dos povos ocidentais e orientais, que o sábio Max Müller acentuou num congresso de orientistas em Londres. Teófilo Braga numa notícia consagrada aos *Relâmpagos*, importante livro de versos de Fernando Leal, onde o poeta deu a direcção devida ao que a sua poderosa inspiração poética lhe ditava, escreveu: – “Fernando Leal nasceu na Índia Portuguesa e vê o mundo iriado por essa luz do seu berço oriental; os seus versos pintando com efeitos pitorescos os estados morais, procuram principalmente na luz o toque expressivo da imagem, tem uma sensualidade que não é sexual e uma ternura infantil que contrasta com os gritos de revoltado. A feição oriental é representada nos *Relâmpagos* por algumas composições características como a *Serenata indiana*, a *Queda do homem* e o *Rei de Benares* episódio encantador, liberrimamente parafraseado do *Mahabharata* em que o poeta atinge todas as delicadezas do sentimento indiano.” (CUNHA, 1926: 5)

A primeira fase desse excerto expõe a ideia de fusão entre as duas culturas e, sobretudo, o advérbio «facilmente» denota a espontaneidade com a qual isso aconteceu, comprovando a aptidão do português para deixar-se influenciar por culturas alheias. Além dessa referência à naturalidade, com que este encontro de culturas se deu, reforçada pela menção do indianista alemão Max Müller, no comentário acima transcrito podemos notar a repetição de expressões que descrevem a poesia de Fernando Leal não pela análise das formas líricas da sua obra, mas sim pela exaltação de elementos internos ao objeto poético procedentes de uma operação generalizadora do *oriental* e vinculadas a uma ideia imaginativa e superficial de Oriente, como por exemplo «[Fernando Leal] vê o mundo iriado por essa luz do seu berço oriental», «a feição oriental é representada», «o poeta atinge todas as delicadezas do sentimento indiano» (CUNHA, 1926: 5). O mesmo discurso é válido para a citação de um artigo de Maria Amália Vaz de Carvalho, que refere – ainda sobre a coleção

Relâmpagos – : «a inspiração india desdobra o luxo deslumbrante das suas imagens, a doçura misteriosa das lendas, a calma tristeza infinita das suas noites, a bondade inexgotável, imensa capaz de encher o mundo dos seus mitos e dos seus símbolos sagrados» (CUNHA, 1926: 5). Ainda que os comentários não sejam de autoria de Bragança Cunha, a reapropriação daquelas palavras, e a partilha dos significados que representam, proporciona-nos informações sobre a formação estratégica, sendo que nos diz respeito ao tipo de leituras que ele fez para a compilação dos seus textos – tanto do livro de 1926, quanto dos artigos de 1919 – e, sobretudo, respeito ao tipo discurso com o qual ele se identifica.

A frase «a restauração dos ideais qui outr’ora tanto enobreceram a Índia» (CUNHA, 1926: 5) pode ser interpretada como uma tentativa de representar a cultura védica com um valor meramente original, quase primitivo, sendo que o seu poder edificante se encontra limitado a uma época passada, a época das «antigas raças humanas», e representando, por isso, a parte *indiana* como uma cultura desprovida de valores modernos (CUNHA, 1926: 5). De facto, o lugar em que Bragança Cunha coloca Fernando Leal, no meio da «inteligente cruzada» referida por meio da *piscada de olho* ao indianista Max Müller, é sintomático da figura de ponte que o poeta cumpre não apenas entre Oriente e Ocidente, mas sobretudo entre passado e presente, por meio da escolha do português como língua de expressão dos seus sentimentos ancestrais. Num estudo sobre representação orientalista e poder na Índia Portuguesa, Everton V. Machado ilustra como no âmbito do orientalismo português, o «orientalista “amador”» (MACHADO, 2018: 124) Cândido de Figueiredo, em linha com o pensamento de Max Müller, escrevia «a poesia védica denuncia a infância da humanidade, e os alvares indecisos da intelligencia e do sentimento. É rude a fórmula, e as concepções quasi sempre absurdas ou pueris. Mas está allí a historia das primeiras crenças, e porventura da vida intellectual dos povos» (1873 *apud* MACHADO, 2018: 124). Relacionando a citação de Cândido de Figueiredo com o caso de Bragança Cunha, na obra deste último, a poesia indianista está associada a uma literatura expressa por «concepções quasi sempre absurdas ou pueris», sendo que o retorno ao primitivo, às origens, poderia ser pensado como uma tentativa de infantilização da matéria tratada por esses poetas indo-portugueses. Enquanto a língua em que essas formas líricas são expressadas representa a emancipação, o avanço em direção da modernidade.

É importante também assinalar a operação generalizadora que acontece ao substituir o adjetivo *indiano* por *oriental*, o que remete para uma representação sinedócica em que a diversidade das identidades culturais envolvidas no *tudo* Oriente, é reduzida à pequena esfera espacial da *parte* Índia. Encontramos essa mesma tendência generalizadora e carregada de exotismo, na descrição de quase todos os poetas dessa geração. Por exemplo, depois de ter igualado os versos de Floriano Barreto a um primoroso «trabalho de ourivesaria da Índia»

(CUNHA, 1926: 6) e ter comparado a poesia *Deusa de bronze* de Paulino Dias com a *Salammbô* de Gustave Flaubert (CUNHA, 1926: 7), Vicente de Bragança Cunha termina o segundo capítulo do livro escrevendo sobre o autor da coleção *A lyra da Índia*, Sanches Fernandes:

Foi no resurgimento ideal oriental que se inspirou o poeta Sanches Fernandes, que também procurou realizar a autonomia literária da Índia Portuguesa pela idealização de sentimentos indianos. Espírito culto e imaginação fecunda, mas preso de todos membros menos de um braço, Sanches Fernandes produziu trabalhos, embora perfeitos, onde procurou atar o fio partido das suas tradições do berço. *A Lyra da Índia*, *A sciencia de Dôr*, *Noites da Índia*, *As lyricas dum martir* são poematos que são uma documentação da sua inspiração poética e das influencias etnicas e politicas que actuaram sobre o infeliz poeta indiano. (CUNHA, 1926: 7-8)

Reparamos no uso de expressões como «idealização dos sentimentos indianos», «influência oriental» e, por fim, novamente a imagem do berço – «procurou atar o fio partido das suas tradições do berço». O ressurgimento do ideal oriental que Bragança Cunha cita pode ser uma referência à *renaissance oriental* que foi já citada, tendo o grupo de poetas encontrado inspiração na tradição literária védica, para a sua produção lírica. Nesse sentido, a ambição de Sanches Fernandes de «realizar a autonomia literária da Índia Portuguesa» poderia referir-se a esse mesmo contexto de ação, apesar de Bragança Cunha, ao longo da sua obra, não promove a ideia de autonomia para a literatura indo-portuguesa, mas, bem pelo contrário, encorajar que esta seja lida como um segmento da portuguesa. Assim, para Bragança Cunha, a reivindicação de uma autonomia literária indiana poderia ser lida ou como uma aspiração ditada pelas pulsões ancestrais desses poetas, uma espécie de delírio romântico, ou como uma prova do facto de que na origem de tudo, também da literatura europeia, esteja a literatura clássica indiana.

Finalmente, ele inicia a última parte do capítulo com a seguinte frase: «A influência oriental faz-se sentir sobre os indo-portugueses. Forças hereditarias de que eles não teem a plena consciência actuam neles. A idade vedica, a idade brâmanica, a idade budista, a época mussulmana aqui deixaram vestígios» (CUNHA, 1926: 8). Nesta proposição, a representação exotizada de Bragança Cunha interessa não apenas os poetas, mas, em geral, todos os indo-portugueses. A ideia de forças se aproveitarem destes – «eles não teem a plena consciência» –, a par de um espírito que possui um corpo contra a sua vontade, demonstra a forma mística e irracional mediante a qual é representada a parte indiana da literatura indo-portuguesa no livro. Esta configura-se como segmento ontológico do indo-português – incontrolável e, por isso, irrenunciável – e, ao mesmo tempo, como circunstância que pode ser aproveitada exclusivamente enquanto recurso literário.

4.3 A carência de uma historiografia indo-portuguesa e o problema das castas

O terceiro capítulo é bastante determinante para compreender a maneira como o pensamento político de Bragança Cunha influi no seu entendimento de história, sendo esta a parte do livro em que ele exprime as suas opiniões sobre duas questões importantes: a carência de uma historiografia em língua portuguesa sobre a Índia e o problema das castas. No jornal *A Índia Portuguesa*, o mesmo capítulo é publicado em três diferentes números da rubrica «Literatura Indo-Portuguesa», nomeadamente nas edições dos dias 10, 19 e 26 de maio de 1919.⁹⁹ Em relação à edição de 1926, não há omissão e nem adição de conteúdos, porém a ordem destes é muitas vezes recomposta, dando aos argumentos uma maior coerência. As problemáticas tratadas, a iniquidade da limitada historiografia indo-portuguesa e o *castismo*, estão ligadas entre si, sendo a segunda uma das causas da primeira.

Vicente de Bragança Cunha introduz o seu argumento com uma citação de David Lopes, em que elogia o trabalho historiográfico, objetivo e pontual, conduzido pelos ingleses sobre a própria Índia Portuguesa,¹⁰⁰ frente à escassez e a mediocridade da produção historiográfica em português. A seguir, o capítulo desenvolve-se à volta das explicações que o intelectual goês encontra para justificar tal falha, acusando essas narrativas de serem parciais. Em primeiro lugar, ele menciona a presumida ignorância dos portugueses sobre assuntos orientais, e, em segundo lugar, a tendenciosidade dos relatos das castas brâmane e chardó. De toda forma, as alegações referem-se, de maneira generalizada, a uma lacuna historiográfica *indo-portuguesa*. Ao longo do capítulo, Bragança Cunha, usando preferencialmente o pronome *nós*, as formas verbais a este associadas e os respetivos adjetivos, procede a uma operação de repartição das culpas entre os portugueses e os goeses, apresentando o problema enquanto penalizador tanto para a fama da metrópole quanto para a da colónia. Nessa crítica, é ainda exaltado o problema da língua, realçando a exigência de ter uma história escrita em português.

⁹⁹ O artigo do dia 26 de maio de 1919 apresenta, na sua parte final, os comentários sobre o sistema das castas presentes no terceiro capítulo da edição de 1926. Porém, a parte inicial é dedicada ao Abade Faria, resenhado por Bragança Cunha no quinto capítulo do seu livro.

¹⁰⁰ «“A historia do dominio português na Asia tem tido, nos ultimos anos, grande número de cultores entre os ingleses, especialmente nos territórios em que êles foram nossos herdeiros ou seja a Índia propriamente dita e Ceilão. É sabido que Danvers escreveu uma historia geral do dominio português na Índia, (*The Portuguese empire in India: its rise and decline*) e outro tanto fez Whiteaway. (*Rise of Portuguese power in India*) Nós não possuímos em português nenhuma obra acerca do mesmo assunto e sôbre esse plano”, escrevia David Lopes, em 1897, no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, publicando as *Cartas* de Rajas Sing, rei de Candia, aos holandeses. Efectivamente, é para lastimar que não tenhamos nada que se compare com os trabalhos históricos ingleses, que denotam um alto espirito de analise e de critica» (CUNHA, 1926: 9). Bragança Cunha adiciona aos exemplos de David Lopes, *The life of Prince Henry* (1868) de Richard Major, «Albuquerque» (1892) de H. Morse Stephens – na série *Rulers of India* –, *Vasco da Gama and his successors* (1910) de Kingsley Garland Jayne e o nome de Donald Fergusson, «autor de importantes monografias sobre os portugueses em Ceilão, escritas com grande imparcialidade» (CUNHA, 1926: 9).

A exemplaridade da historiografia inglesa, e a comparação com a portuguesa, serve para exaltar as imperfeições da segunda. Bragança Cunha elogia, também, o esforço dos ingleses para traduzir textos em persa e árabe, atestando que «só assim é possível entrar no conhecimento da história» (CUNHA, 1926: 9) e, portanto, reconhecendo a importância de usar não apenas fontes europeias. De facto, na segunda página, ele escreve que foram poucos os portugueses que se serviram, realmente, de documentos historiográficos – apesar da abundância bibliográfica disponível para poder compilar uma «história luso-indiana» (CUNHA, 1926: 10) –, tendo estes preferido permanecer fiéis à literatura dos cronistas do século XVI, baseada em lendas e fábulas.¹⁰¹ Em conclusão, os portugueses são acusados não apenas de se descuidar do assunto – ou seja, de não se interessarem pela escrita dessa história –, mas, sobretudo, de descredenciar as fontes literárias locais: «A verdade é que os portugueses não conheciam a literatura do paiz que haviam descoberto. Em assuntos da historia oriental é o português – custa dizê-lo mas diga-se porque é verdade – o mais atrasado da Europa» (CUNHA, 1926: 10).

A correlação entre a falta de uma adequada historiografia indo-portuguesa e o problema do castismo é feita por meio das figuras de Joaquim Heliodoro de Cunha Rivara (1809-1879) e de Filipe Nery Xavier (1801-1875) – se bem que a este último Bragança Cunha dedique um espaço menor. A escolha dessas duas personagens é, provavelmente, devida ao facto de estes terem dedicado parte dos seus estudos aos aspectos sociais e culturais da sociedade goesa e à construção de um ambiente intelectual em Goa (cfr. DEVI & SEABRA, 1971; LOBO, 2013). Portanto, Cunha Rivara e Filipe Nery caracterizam-se por serem o exemplo oposto da negligência historiográfica criticada por Bragança Cunha. No espaço reservado a estes autores, no capítulo, são introduzidas algumas das questões que ele comentará na parte relativa ao *castismo*, como por exemplo, a estrutura das antigas comunidades hindu e a organização da coeva sociedade indo-portuguesa.

Não analisarei os comentários que são tecidos sobre estas duas figuras, mas transcreverei apenas um breve excerto sobre Cunha Rivara, em que estão presentes pormenores interessantes para a observação do discurso de Vicente de Bragança Cunha:

No meio da triste inanição que atacou a sciencia historica entre nós, foram portanto, bem vindos os esforços de J.H. da Cunha Rivara, que com tanto zêlo procurou reunir materiais para a historia portuguesa no Oriente. Cunha Rivara aproveitando dos conhecimentos que possuia da arte paleografica, preservou da acção do tempo,

¹⁰¹ Nesse ponto, Bragança Cunha apoia a sua reflexão numa citação de José Caldas do livro *História de um Fogo Morto* (1904), a qual diz respeito a este assunto: «[os nossos escritores] O mais que fazem è vestir o *caso* a moderna, não curando saber se êle é invenção pessoal do cronista suspeito, ou se está deturpado por calculo em proveito das lendas cortezãs. Isto agravado pela insuficiência da cultura profissional, torna o estado da sciencia da Historia entre nós numa verdadeira vergonha» (*apud* CUNHA, 1926: 10).

muitos documentos que dizem respeito às coisas da Índia, publicando-os pela imprensa. Cunha Rivara foi o redactor do *Cronista de Tisuary* que tem hoje um digno sucessor no *Oriente Português* revista da comissão arqueologica da Índia Portuguesa. *O Cronista de Tisuary* abunda em informações para a história luso-indiana. (CUNHA, 1926: 10)

Com este excerto confirmam-se duas ideias que Vicente de Bragança Cunha exprime no início do capítulo. Em primeiro lugar, a ideia de que a falha historiográfica seja uma falha *indo-portuguesa*, cuja responsabilidade é partilhada pelas duas partes envolvidas e indicada pelo uso do pronome *nós* – «a triste inanição que atacou a sciencia historica entre nós». Em segundo lugar, a importância e a fiabilidade dos documentos indianos para a reconstrução de uma história indo-portuguesa – «muitos documentos que dizem respeito às coisas da Índia». Podemos notar, além disso, que como no caso da poesia indianista, a história em questão é definida como «história portuguesa no Oriente», ao mesmo tempo que é particularizada com a expressão «história luso-indiana».

As últimas três páginas do capítulo falam da repartição em castas da sociedade hindu, enquanto modelo organizativo reproduzido fielmente pela sociedade indo-portuguesa, e também reparam na interferência que a presença portuguesa teve nessas transformações sociais. A relação entre a sociedade castista e a colonização portuguesa é descrita por duas combinações binómicas que contrapõem valores negativos a valores positivos, nomeadamente, *bem e mal*, *decadência e progresso* e *hierarquia e igualdade*. Opondo estas combinações, Vicente de Bragança Cunha move-se num território intricado até chegar a falar das rivalidades entre as castas brâmane e chardó, tomando uma posição contra tais hostilidades. Ele inicia esta última parte do capítulo da seguinte forma:

A dominação portuguesa no Oriente foi um mal ou foi um bem. Não o sabemos; mas sabemos que foi uma necessidade. A verdade é que da dominação resultaram dois factos – a decadencia da sociedade indú e os progressos de organização na sociedade cristã. Mas não obstante, em Goa a tradição ancestral da hierarquia indú luta contra os principios democraticos de igualdade cristã. (CUNHA, 1926: 13)

O que é posto em contraposição é a ideia de um progresso necessário, indispensável para a evolução da sociedade goesa, e a ideia de tradição, um conjunto de valores irrenunciáveis para a permanência de papéis sociais, convenientes ao exercício do poder. Na realidade, a frase que

interroga os efeitos da «dominação portuguesa no Oriente» contém já uma resposta ao questionamento. Se o domínio colonial é assumido enquanto «necessidade», este é naturalmente julgado pela sua conotação positiva, ergo, por ser «um bem». A permanência da organização castista na sociedade católica é o travão que bloqueia o caminho dos indo-portugueses para o progresso. Está implícito o confronto entre Oriente e Ocidente, entre valores primitivos e valores modernos, sendo apropriado fazer uma ligação com o que Bragança Cunha escrevia em relação à poesia indianista: uma manifestação literária impregnada pela tradição imagética hindu, mas que se expressa com as formas modernas da língua portuguesa.

O verdadeiro progresso, pelo contrário, inicia quando aquilo que é considerado *inconveniente* é marcado, com consciência, como valor retrógrado. A partir dessa reflexão, a menção, nesse capítulo, de dois historiadores como Cunha Rivara e Nery Xavier e dos respetivos trabalhos sobre as comunidades de Goa encaixa-se numa propensão a representar a organização social hindu enquanto arcaica e obsoleta. Como escreve Everton Machado (2018), intelectuais que foram funcionários do governo colonial, como Cunha Rivara, Nery Xavier e outros goeses como Francisco Luís Gomes e Constâncio Roque da Costa, se interessaram pelas antigas *comunidades* de Goa, representando estas como exemplo da rudimentaridade da sociedade pré-portuguesa, «numa permanente subalternização do mundo hindu» (MACHADO, 2018: 117).

Isto reflete-se, também, nos argumentos que Bragança Cunha usa para construir a sua posição sobre o castismo. Ele escolhe dois textos de autoria alheia aos quais contrapõe a sua visão, que, por sua vez, é fundamentada em fontes literárias indo-portuguesas. O primeiro, a favor das castas, é uma citação de Auguste Comte – sem referências bibliográficas – que defende a ordem desse sistema como «demasiado preciosa para ser precipitadamente sacrificada a qualquer Moloch do progresso. Mais vale a ordem sem progresso, se é possível, do que o progresso sem ordem...» (*apud* CUNHA, 1926: 13). O segundo texto é uma extensa citação do estudo *Sistema das castas* do goês A. B. Bragança Pereira (1920), em que é criticada a interpretação pela qual a distinção das castas corresponderia a distinção das raças: «Dizia-se que as castas hierarquicamente dispostas representavam raças sobrepostas assentando as camadas vencedoras sobre as vencidas. A casta bramane – a casta suprema – era considerada raça ariana – a raça suprema, a raça triunfante. Estas teses não correspondem, porém, a realidade dos factos» (*apud* CUNHA, 1926: 14). Essa última citação não figura na rubrica «Literatura indo-portuguesa» de 1919, por esta ser anterior à data de publicação do estudo de Bragança Pereira, publicado só em 1920. Contudo, é interessante notar como Bragança Cunha sentiu a exigência de inserir outro texto mais recente para contrabalançar as posições de Comte e, a seguir, as suas.

Bragança Cunha escreve que os brâmanes «fizeram remontar até a divindade a origem dos seus privilégios» (CUNHA, 1926: 13), citando, a propósito, uma frase do código de Manú que fala da criação dos homens a partir do corpo de Brama (I, 51, 31) e que determina a supremacia brâmane, tendo estes nascidos pela boca do deus, «uma teoria que embora atraente, não tem por base fundamentos étnicos muito seguros» (CUNHA, 1926: 14). Se a citação de Auguste Comte serve para demonstrar que o *castismo* é o antípode do progresso, a citação de A. B. Bragança Pereira serve para corroborar, com fundamentos científicos a insustentabilidade da supremacia dos brâmanes. Bragança Cunha reconhece, dessa forma, a natureza social e política do problema do castismo no interior da sociedade indo-portuguesa. De facto, o uso de fontes literárias que remetem para o século XVIII, como os tratados jesuítas *Aureola dos índios e nobiliarchia bracmana* do padre brâmane António João de Frias (1702) e *Promptuario das definições indicas* do religioso chardó Leonardo Pais (1713), prova como o problema do *castismo* se encontra enraizado na identidade cultural indo-portuguesa. Bragança Cunha acusa os dois religiosos de se terem tornado ridículos no ato de alimentar o discurso castista para a produção de documentos historiográficos (CUNHA, 1926: 14). Dessa forma, ele aproveita para voltar ao problema da inadequação da historiografia indo-portuguesa, escrevendo:

Conhecemos na India, onde o egoísmo é absorvente, e ambição tudo converte em utilidade propria, escritores que se dizem catolicos e que sopram a vaidade castista como se sopra uma bexiga de pôrco.

Grandes barreiras separam as duas castas – bramane e chardó – e do lado dos índios de pouca nobreza principalmente, reinam preconceitos aos quais nada pode vencer. Pandits e ascetas formavam o corpo docente do bramanismo. O brâmane cristianizado de Goa, porém, astuto e sagaz nas operações mercantis, renunciou, ha muito, ao seu dominio espiritual. A classe chatria era privilegiada e os reis eram antes tirados dela. Mas a aristocracia chardó na nossa India não avulta pelos feitos marciais dos antepassados. E coisa curiosa, consideram-se nobilitadas em Goa as familias chardós e bramanes, que tiveram por membros sacerdotes da religião cristã! Raras são as familias que teem a sua arvore genealogica desde o primeiro convertido ao cristianismo que adoptou nomes europeus. (CUNHA, 1926: 15)

O perigo da tendenciosidade da literatura historiográfica indo-portuguesa, apresentado pela «vaidade castista», refere-se a um problema de representação em que cada casta tende a promover a sua versão da história, em função de um discurso celebrativo dos próprios mitos de fundação e, portanto, legitimador dos privilégios gozados. A desconfiança de Bragança Cunha assume uma dimensão maior no momento em que ele repara que as origens celebradas não dizem respeito apenas à tradição hindu, mas às próprias raízes católicas – «E coisa curiosa, consideram-se

nobilitadas em Goa as famílias chardós e bramanes, que tiveram por membros sacerdotes da religião cristã» –, sublinhando, dessa forma, a artificialidade de tais narrativas.¹⁰²

4.4 A imprensa periódica e (ainda) o problema da historiografia

O quarto capítulo de *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* começa abordando a imprensa periódica em Goa e acaba desviando o assunto para questões, mais uma vez, relacionadas com a historiografia. No capítulo em análise, a figura do deputado goês às Cortes, Bernardo Francisco da Costa, é realçada por ter sido a primeira pessoa a estabelecer uma tipografia particular em Goa, em Margão, e a fundar um jornal fora do domínio da Imprensa Nacional, *O Ultramar* (1859). Contudo, Vicente de Bragança Cunha não o poupa de críticas, ocupando com isso uma grande parte do capítulo. Na rubrica «Literatura indo-portuguesa», este capítulo está fragmentado pelas edições dos dias 3, 16 e 24 de junho de 1919, apresentando, igual a outros casos, variações na ordem e em pequenos pormenores textuais.

Em continuação do discurso sobre o *castismo* construído no terceiro capítulo, a personagem de Bernardo Francisco da Costa é utilizada para corroborar a facciosidade das fontes historiográficas de cunho brâmane, sendo interessante notar como Vicente de Bragança Cunha sustenta parte do seu raciocínio em textos literários, como por exemplo o romance *Os Brahmanes* de Francisco Luís Gomes (1866). O capítulo abre com uma citação de Amancio Gracias que elogia o trabalho historiográfico de Bernardo Francisco da Costa, «uma história do paiz vasada nos moldes das modernas histórias» (*apud* CUNHA, 1926: 17). Porém, antes de analisar o uso dessa figura na economia do capítulo, julgo importante focar a atenção no papel da imprensa periódica para o desenvolvimento de uma cultura literária indo-portuguesa na perspetiva de Bragança Cunha. Para tal efeito, citarei um excerto do capítulo em questão, em que o autor enfatiza a importância da imprensa, depois de ter apresentado Bernardo Francisco da Costa:

A comunicação do pensamento, a difusão das ideas é não só uma necessidade da evolução, é ainda um meio poderoso de activa-la. E é pelo jornal e pela revista, hoje mais que pelo livro, que a corrente unificadora das inteligencias e das vontades circula num meio social, escreviamos nós a proposito da necessidade e conveniencia que se sente na nossa India, duma revista de vulgarização sem pretensões a originalidade, adaptada aos leitores dos dois sexos. Assim poderiam muitos enriquecer e aumentar o nucleo de illustração do seu espirito, e alguns até livrar os seus cerebros de varias teias de aranha. E assim por uma lenta difusão de ideas sãs e conhecimentos uteis, julgavamos, se poderia banir do meio indiano essa politica que deu direito ao estadista

¹⁰² O terceiro capítulo fecha com uma referência à Inquisição e ao texto de Charles Dellon *Narração da Inquisição de Goa* (CUNHA, 1926: 15-16). Não sendo essa parte conectada com o resto do capítulo, decidi não analisá-la. A mesma referência encontra-se publicada na rubrica «Literatura indo-portuguesa», do dia 24 de junho de 1919.

inglês de nos classificar entre as nações moribundas, política que não tem ideal algum que a domine, que é apenas um capricho que chega até a invadir os cerebros cultos pervertendo-os, abandalhando-os. (CUNHA, 1926:17-18)

A imprensa periódica tem uma função privilegiada no processo da evolução literária em Goa. Nesse sentido, as páginas que seguem este excerto tentam ilustrar que a vontade de criar nos leitores indo-portugueses uma consciência literária é o que, para Bragança Cunha, deveria impulsionar a circulação de jornais e revistas. Da passagem do capítulo acima reproduzida, a frase «hoje mais que pelo livro» realça o mérito da imprensa periódica nesta missão e, sobretudo, a sua responsabilidade no suprimento da falta de uma imprensa do livro em Goa. A parte citada foi retirada, pelo próprio autor, do artigo «Outros tempos», publicado em *A Índia Portuguesa*, na edição do dia 23 de agosto de 1919. Nesse artigo, é discutida a importância da circulação de jornais de elevado teor científico e de alto conteúdo moral para o atingimento do progresso na Índia, evidenciando, ainda, o refinamento de gostos e a mudança de exigências do leitor indo-português.

Simultaneamente ao elogio das potencialidades formadoras da imprensa periódica, deve ser constatado que essas reflexões surgem do desconforto provado por Bragança Cunha relativamente à politização dos jornais. Em primeira instância, a crítica refere-se ao conflito entre os jornais *O Ultramar* e *A Índia Portuguesa*, respetivamente órgãos do Partido Ultramarino e do Partido Indiano.¹⁰³ Há que reparar que um dos factores que Bragança Cunha agencia como possíveis causas desse ressentimento político é a influência que as lutas constitucionais tiveram em Goa.¹⁰⁴ O autor assera que o constitucionalismo impulsionou o surgimento de jornais políticos que fomentaram hostilidades e ódio entre os filhos da Índia, até então ausentes. «A Carta Constitucional foi

¹⁰³ Como documentado por Sandra Lobo (2013), Vicente de Bragança Cunha, apesar da assunção diretiva de *A Índia Portuguesa*, não era um militante do Partido Indiano, simplesmente simpatizava com este. Numa nota de rodapé ao trecho acima reproduzido (CUNHA, 1926: 18-19), o autor reporta, como exemplo da vileza dessas rivalidades políticas, um ataque endereçado a ele próprio, pelo jornal *O Ultramar*, referente à sua inadequação como diretor do periódico rival. Para se resgatar de tal ataque, Bragança Cunha refere das aclamações recebidas por outras fontes goesas e não, como por exemplo o jornal *Times of India* de Bombaim, a *Gazeta das colónias* e uma carta escrita pela própria direção do Partido Indiano, a qual louva o trabalho levado à frente pelo diretor de *A Índia Portuguesa*. Bragança Cunha conclui a nota escrevendo: «As ideias que consoante as nossas convicções perfilhamos, eram ideias que dificilmente podiam prevalecer no nosso meio político. Vícios velhos são difíceis de arrancar. Eles lançaram tão fundas raízes no nosso organismo político que só com uma persistente companhia educativa se conseguirá diminuir e atenuar-lhe os efeitos» (CUNHA, 1926: 19).

¹⁰⁴ «Foi no acesso vivo das lutas constitucionais de 1820 em diante, que apareceram na Índia jornais exclusivamente políticos servindo-se do prelo oficial, jornais que mutuamente se hostilizaram com o máximo despejo e cruzeza. Aviltados com o epíteto de *malhados* ou constitucionalistas, alguns portugueses da metrópole, funcionários na Índia, chamavam *burros* ou miguelistas aos seus adversários políticos também funcionários europeus da classe civil e militar. Os filhos da Índia conservavam-se até então, alheios a esse ódio político que dividia a colónia europeia animada de pequenas invejas. Implantado, porém, o constitucionalismo na metrópole, começou para a Índia uma crise de agitação violenta. A implantação do constitucionalismo em Portugal teve na Índia, onde as obras dos filósofos enciclopedistas tinham livre curso, a sua natural repercussão» (CUNHA, 1926: 19).

outorgada por Dom Pedro IV que *constitucionalizou Portugal a força*¹⁰⁵ é o que ele escreve, desresponsabilizando o monarca das marcas negativas que tal evento acarretou e sublinhando, a seguir, «o seu genio politico, o seu sincero culto da liberdade». Na mesma medida que no período em que escrevia para a imprensa inglesa, as simpatias monárquicas e a desconfiança de Bragança Cunha para com o regime republicano manifestam-se. Nesse sentido, o discurso de Bragança Cunha é contraditório, porque, se por um lado condena as atitudes de ódio e aviltamento dos jornais políticos publicados em Goa, por outro foca a sua crítica apenas no jornal *O Ultramar*, histórico rival do jornal que ele dirige.

O constitucionalismo e, em geral, as ideias liberalistas foram aquilo que empurrou Bernardo Francisco da Costa a cultivar um espírito anticlerical, daí que é acusado de ter negligenciado as crônicas religiosas no estudo e na compilação dos seus trabalhos historiográficos sobre Goa. A propósito disso, no início e no fim do capítulo, Bragança Cunha escreve:

Bernardo Francisco da Costa, que foi deputado as Côrtes, em quatro legislaturas, nasceu sim na India, porém renasceu na atmosfera das chamadas idéas liberais de Portugal – idéas que se acham refutadas pela critica experimental e scientifica da actualidade. Dai a sua tendencia – tendencia que ainda hoje há entre alguns goeses educados na metropole – de se atribuir tudo o que ha de mau no indo-português a religião católica e aos jesuitas. (CUNHA, 1926: 20)

Bernardo Francisco da Costa teria, crêmos nós, escrito a historia de Goa com os mais profundos “sentimentos humanitários”. Duvidamos, porém, que ele estudasse devidamente as cronicas religiosas do paiz. Espirito revolucionario e filiado na maçonaria portuguesa,¹⁰⁶ a organização catolica na India – onde o povo ama as sumptuosas cerimonias de igreja – causara grande revolta no seu animo. (CUNHA, 1926: 25)

Nas páginas que intercorrem entre os dois excertos citados, são elencados uma série de textos que Bragança Cunha usa para argumentar sobre a importância das fontes bibliográficas de autoria religiosa, para a compilação de uma história indo-portuguesa. Quero salientar que o texto que Bragança Cunha escolhe para abrir essa resenha de textos, em prol do seu raciocínio, é *Os Brahmanes* de Francisco Luís Gomes, o primeiro romance escrito por um goês. Nesse romance, a obra missionária dos jesuítas na Índia e o modelo evangelizador de colonização portuguesa são

¹⁰⁵ Itálico do autor.

¹⁰⁶ Nesse mesmo ponto, o texto original é marcado por uma nota de rodapé que dá conhecimento ao leitor de uma controvérsia que houve entre o jornal *O Crente* do Monsenhor Francisco Xavier de Loiola e *O Ultramar*, à volta de uma série de artigos publicados por Bernardo Francisco da Costa sob a epígrafe «Fastos do fanatismo».

encomiados frente ao rebaixamento do modelo de colonização inglesa.¹⁰⁷ Para além dos conteúdos históricos que este romance proporciona, é importante reparar na particularidade de Bragança Cunha se servir de um *facto* literário, o romance de Gomes, para sustentar a sua tese, isto é, a incidência positiva da Igreja católica na formação do carácter do indo-português e a exigência de recorrer à bibliografia de cunho religioso para a escrita da história de Goa. Em última instância, disso poderia resultar, também, o aniquilamento do posicionamento político de Bernardo Francisco da Costa. Nesse sentido, esta *figura* não é questionada pela sua ação individual, mas pelas ideias progressistas que ela representa, tendo Costa já falecido nessa época.

O raciocínio de Bragança Cunha é construído à volta de um conjunto de *figuras e factos* que demonstram o empenho dos jesuítas em espalhar o evangelho, sem neutralizar as tradições hindu. Por isso, apropria-se de uma citação do romance de Francisco Luís Gomes para principiar o seu discurso:

«Os jesuítas eram felizes na propaganda da fé porque eram habeis», diz Francisco Luis Gomes nos *Brahamanes*, onde ele quis representar a alma indú tal qual a fizeram seculos da dominação inglesa. «Na India fizeram-se eles verdadeiros bramanes do cristianismo. Toleravam as festas do paganismo, mostravam analogias entre a religião de Cristo e a de Brama e transigiam a antiga crença até onde lhes era possível». (CUNHA, 1926: 20)

Com base nessa citação, o autor proporciona exemplos que testemunham a boa vontade dos jesuítas de respeitar, «até onde lhes era possível», as crenças hindu, demonstrando que o conúbio entre as duas culturas foi algo possível. Com efeito, o quadro mais detalhadamente descrito por Bragança Cunha é a presença dos jesuítas na corte do imperador mogol Akbar, o qual renunciou ao seu plano de invadir as possessões portuguesas na Índia por influência dos religiosos, sendo a referência exata dirigida ao jesuíta Bento de Góis. «Não podia portanto, a companhia de Jesus ser na India a causa de toda a nossa ruina moral e politica... Os jesuitas prestaram relevantissimos serviços a causa da civilização portuguesa na India» (CUNHA, 1926: 21), ele escreve, indicando o desenvolvimento da imprensa e das técnicas agrícolas como benefícios aportados pela companhia, a qual, por último, «pelos homens e dinheiro, mais contribuiu para o estudo da historia luso-indiana» (CUNHA, 1926: 21).

A defesa da obra dos jesuítas na Índia – «os mais abnegados vultos da história indo-

¹⁰⁷ Para um aprofundamento do romance de Francisco Luís Gomes, veja-se a edição crítica em língua francesa organizada por Everton V. Machado (2016), bem como a sua tese de doutoramento *Christianisme, castes et colonialisme dans le roman Les Brahmanes (1866) du Goannais Francisco Luis Gomes (1829-1869)* (Univ. de Paris-Sorbonne/Paris IV, 2008). Contudo, ao longo do presente trabalho, voltaremos em diferentes momentos a esse romance.

portuguesa» (CUNHA, 1926: 23) – e da influência positiva que estes tiveram na formação identitária dos indo-portugueses protraí-se para três páginas até o fim do capítulo, o qual é concluído com a repreensão de Bernardo Francisco da Costa por ter negligenciado a bibliografia historiográfica de autoria religiosa.¹⁰⁸ O capítulo inteiro constitui, dessa forma, uma solução à carência de uma historiografia indo-portuguesa. A solução passa por um lado pelo questionamento negativo das narrativas brâmanes, mediante a desmontagem da figura do diretor de *O Ultramar*, e por outro lado, pelo reconhecimento das fontes jesuítas como bibliografia historiográfica verídica, de confiança, por ser considerada imparcial. Essa presumida imparcialidade deve-se ao facto de os jesuítas não terem descuidado do património literário hindu – ou em geral da cultura autóctone – para a sua produção literária, porém adaptaram-no às exigências da própria obra de evangelização. Resumindo, em continuação do que foi sustentado por Bragança Cunha, no terceiro capítulo do seu livro, o uso da historiografia de cunho jesuíta habilitaria o estudo da história da formação identitária dos indo-portugueses e celebraria a componente católica da sociedade destes, depreciando, dessa forma, as fontes que oficializam a supremacia brãmene.

4.5 Os indo-portugueses da Índia inglesa e o legado português

O quinto e último capítulo de *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* constitui a única parte do livro que apresenta textos inéditos, que não foram publicados previamente na rubrica «Literatura indo-portuguesa». Exceções são: a secção do capítulo dedicada à figura do Abade Faria, publicada já no artigo do dia 26 de maio de 1919; o parágrafo que fala de Gerson da Cunha, o qual abria a rubrica no dia 19 de abril de 1919, a propósito dos goeses que se interessaram no estudo da literatura e da história indo-portuguesa. É interessante refletir sobre esta inversão na ordem de conteúdos, sendo que a escolha de trocar o início pelo fim poderia ser uma estratégia discursiva para concluir o livro com um incitamento a que novos estudos fossem empreendidos.

O capítulo está dividido em quatro partes,¹⁰⁹ concernindo quatro assuntos, nomeadamente, a presença de goeses na Índia inglesa e a sua relação com a cultura portuguesa, o Padroado português no Oriente e a obra de Sebastião Dalgado, o Abade Faria, e enfim, as políticas coloniais na Índia inglesa e o patriotismo dos indianos. Na análise do capítulo em questão, não prestarei atenção à parte dedicada ao Abade Faria, por ser muito descritiva e pouco analítica. Acredito que Vicente de

108 Nas três páginas em questão, Vicente de Bragança Cunha cita enquanto textos que foram indispensáveis para estudar o desenvolvimento e a história de Goa, *A arte palmarica*, *Compendio universal de todos os viso-reys, governadores, capitães gerais, capitães môres, capitães de naos, galeões, urcos e caravelas que partirão de Lisboa para a Índia Oriental... Ordenado e feito pelo padre Manuel Xavier da Companhia de Jesus*, *A Vida do padre José Vas* do orientalista Sebastião do Rego e as *Mitras lusitanas no Oriente* do religioso Casimiro Cristovão Nazaré.

109 O quinto é o único capítulo em que as divisões de conteúdos estão marcadas graficamente por asteriscos, talvez por serem tópicos sem evidente correlação e por as partes terem sido elaboradas em diferentes momentos.

Bragança Cunha tenha decidido mencionar o pai da hipnose por ter sido uma figura indo-portuguesa de destaque no panorama internacional, chegando a ser mencionado por Alexandre Dumas no romance *O Conde de Monte Cristo* (1844). O Abade Faria é, portanto, transformado em motivo de orgulho nacional, «uma das figuras mais interessantes da historia indo-portuguesa» (CUNHA, 1926: 35).

A primeira parte diz respeito à presença dos indo-portugueses na Índia inglesa, apresentada como consequência de uma crise económica que estava a afetar naquela altura Goa. É ilustrada a situação e as problemáticas a ela relacionadas:

Costrangidos a procurar em terra estranha – a cuja sombra se abrigam, a cuja sombra lhes é dado enriquecer também – o pão que a patria lhes nega, os filhos da India Portuguesa que emigram para a India Inglesa, podiam facilmente perder o amor da patria portuguesa. Mas tal não sucede. Na vizinha India eles honradamente ajudam a erguer o nome indo-português. Anglicizam-se rapidamente sem todavia perderem o amor da terra em que nasceram. É possível que tudo para eles acabou, que já aqui não teem que fazer. Mas eles orgulham-se de pertencer a uma nacionalidade como a nossa, que não tem no grande concerto europeu, mais que uma parte muito ligeira. Eles lá teem a sua igreja nacional, as suas associações literarias, os seus órgãos de imprensa, as suas festas religiosas, as suas comemorações festivas dos centenarios patrioticos.

Seria injustiça calar o desvanecimento que pessoalmente nos sensibiliza ao reconhecer a aceitação que teve, ha anos, em Bombaim o curso de literatura portuguesa que regemos na Universidade de Bombaim, e cujo programa era anunciado diariamente pelo *Times of India*, o acolhimento excepcional lá lhe foi feito, a simpatia que todos os indo-portugueses porfiavam em dispensar-lhe.

A indo-portugueses na India Inglesa, deve Portugal relevantes serviços, pois que disinteressadamente, e sem outro incentivo mais do que o patriotico desejo de salientar o esforço civilizador do antigo Portugal no Oriente, lhe consagram toda a sua inteligencia. (CUNHA, 1926: 26-29)

A repetição de palavras como *patria* e *patria portuguesa*, das palavras derivadas *patriotico*, *centenarios patrioticos*, *patriotico desejo*, e das palavras *nacionalidade* e *nacional*, é sintoma de uma preocupação com a preservação de uma identidade nacional específica. Aquilo que ele realça é a manutenção, num contexto culturalmente alheio à realidade de Goa, de hábitos e tradições goesas que, nesse caso, são identificadas enquanto expressões de uma pátria portuguesa. De facto, se comparamos a frase «os filhos da India Portuguesa que emigram para a India Inglesa, podiam facilmente perder o amor da patria portuguesa» com a outra «Anglicizam-se rapidamente sem todavia perderem o amor da terra em que nasceram», notamos como a expressão *patria portuguesa* é equiparada a Goa, a «terra em que nasceram». Nesse sentido, quando Bragança Cunha escreve «uma nacionalidade como a nossa» se refere a uma nacionalidade portuguesa em que a identidade cultural indo-portuguesa é considerada como apenas parte de uma identidade nacional maior. Por

essa motivação, é mencionada, logo a seguir, a figura de Gerson da Cunha, a qual abria a rubrica de 1919 por ser o exemplo perfeito do indo-português que, apesar de viver em Bombaim, cultivava e mantinha viva a sua dedicação à cultura portuguesa. E, igualmente no artigo do dia 19 de abril de 1919, Bragança Cunha alarma para a urgência dos indo-portugueses começarem a escrever sobre a história nacional, antes que algum estrangeiro, sem alguma legitimidade, os preceda nessa tarefa.¹¹⁰

Em relação à presença indo-portuguesa na Índia Britânica, como foi já mencionado, Bragança Cunha – que se estabeleceu em Bombaim depois ter deixado a direção de *A Índia Portuguesa*, em 1922 – tornou-se presidente da União Goana, armando uma grande defesa dos interesses dos goeses em Bombaim. De maneira particular, logo a seguir à proclamação do Acto Colonial, Bragança Cunha contestou o relatório do inquérito sobre as condições de vida, económicas e morais, dos goeses emigrados e residentes na Índia Britânica, da Comissão da emigração, solicitado pelo Governo da Índia Portuguesa em 1932, na pessoa do Governador-Geral João Carlos Craveiro Lopes. Os resultados do inquérito reduziam as causas de emigração goesa a razões económicas e psicológicas, atestando, ainda, que a maioria dos goeses residentes no território envolvido na investigação se consideravam sujeitos britânicos (CUNHA, 1932: 156).¹¹¹ Segundo o relatório, as razões económicas estavam pendentes do rápido crescimento demográfico num território demasiado limitado como Goa e da falta de recursos tecnológicos para a exploração da terra, devido a uma consideração errónea do trabalho agrícola, sentido, pelos goeses, enquanto trabalho humilde e servil e, por isso, não mais praticável.¹¹² A Comissão, aliás, sugeria que as condições de vida dos emigrados goeses em Bombaim devessem ser monitoradas pelas próprias autoridades portuguesas, limitando, dessa forma, o poder das instituições, formais e informais, que se tinham ocupado, até então, de cuidar dos interesses do emigrados, como a própria União Goana por exemplo, a qual manifestou toda a sua indignação contra a ditadura militar e, sobretudo, contra o Acto Colonial em mais de uma ocasião.¹¹³ Portanto, um quadro diferente daquele pintado por

110 Além de *Notes on the history and antiquities of Chaul and Bassein* de Gerson da Cunha (1876), na edição de 1926 Bragança Cunha cita *An historical and archeological sketch of the city of Goa* de José Nicolau de Fonseca (1878) e *The history of the Portuguese in Bengal* de J.J. Campos (1919), todas obras escritas por goeses residentes na Índia Inglesa (CUNHA, 1926: 29).

¹¹¹ Vicente de Bragança Cunha, então presidente da União Goana, criticou duramente tanto o teor do relatório, quanto a própria ação da Comissão da emigração, num artigo publicado em *The Calcutta review* em 1932, intitulado «Appearances and realities in Portuguese India» (CUNHA, 1932: 153-163).

¹¹² Bragança Cunha, no artigo publicado em *The Calcutta Review*, sustenta que a causa da decadência do sistema agricultor em Goa foi uma consequência das intromissões do estado português no funcionamento da vida das comunidades rurais: «As a matter of fact, the state interference, eventually delivered the unfortunate peasants into the hands of a rapacious village oligarchy. We should, therefore, have preferred an impartial account of the probable agricultural development under modern conditions, contrasted with the actual results of the efforts of old village folk» (CUNHA, 1932: 157).

¹¹³ É para destacar, entre os vários protestos, o comício organizado pela União Goana em Bombaim, no dia 30 de julho de 1933 que teve lugar no Instituto Luso-Indiano. O protesto, maiormente endereçado contra os artigos 2 e 32 do Acto Colonial, contou com a presença de centenas de emigrantes goeses. Para um detalhado relato do comício, leia-se no

Bragança Cunha no quinto capítulo da história literária de 1926, onde ele assegurava que os indo-portugueses da Índia Inglesa não abdicavam do seu amor incondicional à pátria portuguesa. Contudo, é preciso tomar em conta que entre o texto de 1926 e o de 1932 é introduzido o Acto Colonial, o qual age, de forma radical, tanto na opinião geral dos goeses no estrangeiro quanto na opinião particular de Vicente de Bragança Cunha.

Na segunda parte do capítulo, a partir da citação de um artigo publicado por Bragança Cunha no jornal *O Anglo-lusitano* em 1915,¹¹⁴ é introduzida a questão do Padroado português no Oriente e o seu campo de ação na Índia inglesa, naquela altura posto em causa pela intromissão da Propaganda Fide nas políticas religiosas do território indiano.¹¹⁵ O autor sustenta que se os indo-portugueses estabelecidos na Índia inglesa podem ainda beneficiar da ação do Padroado é porque os tribunais ingleses continuavam a deixar aos missionários portugueses a liberdade de agir (CUNHA, 1926: 30-31). Com isso, Bragança Cunha constrói uma defesa do Padroado por meio da figura do Mons. Sebastião Dalgado, famoso orientalista goês: «Houve, felizmente, missionarios do Padroado que devotadamente trouxeram empenhados os seus esforços em favor do resurgimento das melhores tradições portuguesas no Oriente. Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado foi um deles» (CUNHA, 1926: 31). Esta figura é usada tanto para provar a positividade da obra do Padroado em Goa, mediante a ilustração do trabalho do erudito religioso, quanto para frisar o facto de que houve indo-portugueses que cultivaram uma genuína dedicação à cultura portuguesa, movidos por sentimentos de patriotismo, sendo Mons. Dalgado descrito como «um dos indo-portugueses que melhor soube honrar no estrangeiro o nome português» (CUNHA, 1926: 35).

A descrição que Bragança Cunha compõe da figura e das obras de Sebastião Dalgado baseia-se em comentários críticos alheios, que ele tece num quadro bastante coeso. Os comentários em questão referem-se, principalmente, à obra *Influência do vocabulario português em línguas asiáticas*, como no caso das críticas de Gonçalves Viana (1913) e Amancio Gracias (1912; 1919). Porém, é importante indicar que a citação mais extensa, superior a uma página, é a do jesuíta suíço Ethelbert Blatter, professor de botânica e diretor do Colégio São Francisco Xavier, em Bombaim.¹¹⁶

jornal *O Anglo-lusitano*, os artigos «O Comício de protesto e a necessidade de continuar a luta» e «Mass meeting of Goans. Protest against the Colonial Act», os dois publicados na edição de 5 de agosto de 1933.

¹¹⁴ «Porque se hade deixar cair definitiva e tragicamente esta herança em mãos que não sejam nossas? Porque se não hade garantir a custo de tudo, o lugar que o esforço de nossos antepassados conquistou? Escreviamos nós em 1915, em artigo de fundo no *Anglo-lusitano*, discutindo a questão do Padroado Português no Oriente» (CUNHA, 1926: 30).

¹¹⁵ A propósito disso, ele cita uma carta de Dom Pedro V, escrita para o papa Pio IX, em novembro de 1856, que continha queixas relativas à intromissão da Propaganda Fide nos territórios abrangidos pelo controlo do Padroado português: «[a Propaganda Fide] só pode contentar-se com o aniquilamento de todo o efeito do padroado em qualquer parte que não esteja sujeita ao dominio temporal desta real corôa» (CUNHA, 1926: 31).

¹¹⁶ O parecer de Ethelbert Blatter será um verdadeiro cavalo de batalha dos defensores da língua portuguesa em Goa, depois de 1961. Cita-se como exemplo, entre outros, uma série de artigos publicados na revista goesa *O Globo* na edição de dezembro de 1968: «Parecer de E. Blatter, S.J.»; «Língua portuguesa»; «Em prol da língua portuguesa».

Na citação do padre jesuíta – o qual apoiou fortemente a proposta de Acacio Viegas, de introduzir a língua portuguesa em todos os níveis de ensino da Universidade de Bombaim –, o nome de Sebastião Dalgado é apenas citado no fim para justificar a argumentação sobre a importância da língua portuguesa não apenas na Índia, mas sim em todo o Oriente. Dado o vasto tamanho do excerto, transcreverei apenas as frases em que é mais enfatizado esse facto:

Nestes tempos em que, com justa razão, tem havido tantas campanhas victoriosas em prol das linguas vernaculas, é tão importante como interessante lembrar que o português é a unica lingua europeia que se tornou vernacula na India. É isso devido ao facto de que a política dos fundadores do imperio colonial português consistiu em promover a união dos europeus e dos nativos por meio do casamento, da comunidade de religião e da *comunidade de lingua*,¹¹⁷ ensinando o português aos indigenas e servindo-se dele como meio de comunicação com êles. Assim a lingua é aqui falada não apenas pela classe superior dos emigrados goeses, que se contam por alguns milhares na India Britanica, mas tambem, embora numa forma corrupta, pelos subditos britanicos, que são descendentes dos portugueses e dos que foram por eles convertidos, e que se encontram em muitas partes da Presidencia (de Bombaim) em Bengala e em Ceilão.

[...] Devido á politica a que acima nos referimos, e tambem ao facto de que os portugueses foram os primeiros no campo da colonização, a sua lingua tornou-se uma especie de lingua franca no Oriente, sendo um meio de comunicação entre os europeus de todos os paises e os nativos, como também entre os diversos centros orientais. Acrescente-se a isso a circunstancia de que, sendo os portugueses os primeiros a introduzir uma nova civilização no Oriente, os nomes dos novos objectos e ideias seriam tirados da sua lingua, e isso explica a permanência dessa lingua mesmo depois da queda do seu poder. Ainda existe o luso-asiatico, de que tem sido publicados especimes por Herr Schuchardt e Mgr. R. Dalgado. (BLATTER *apud* CUNHA, 1926: 33).

Os adjetivos *vernacula* e *franca* caracterizam o português enquanto língua privilegiada não apenas nas possessões portuguesas, mas, em geral em toda a Índia. O facto de Bragança Cunha ter escolhido citar uma figura estrangeira que fala a partir de Bombaim é indicativo de que estava a procurar, provavelmente, dar uma coesão ao capítulo, conectando esta secção com as outras dedicadas à presença goesa na Índia inglesa. Em segundo lugar, isto pode ser usado como documento que atesta, mais uma vez, que os indo-portugueses mantêm vivos os seus sentimentos patrióticos mediante o cultivo da língua portuguesa, também fora do espaço considerado enquanto espaço nacional.¹¹⁸

117 Itálico do texto original.

¹¹⁸ Nesse capítulo são também mencionadas, as palestras de literatura portuguesa que Bragança Cunha proferiu na Universidade de Bombaim, em 1915 (CUNHA, 1926: 28), erguendo-se, ele próprio, a figura indo-portuguesa exemplar no exercício de consagrar o legado cultural da metrópole.

Para concluir o quinto capítulo, o autor reflete, de maneira polémica, sobre as possibilidades de a Índia chegar a um estado de autonomia política, em benefício do progresso económico e cívico de todo o país: «A Índia sentiu que chegara o momento de realizar a nova ordem que daria a todos os povos cultos e civilizados, os direitos de *self-determination*» (CUNHA, 1926: 40). A reflexão é uma comparação entre o quadro político e económico dos territórios administrados pelos ingleses e da Índia Portuguesa, sendo esta a primeira vez em que Bragança Cunha considera a Índia como uma entidade única. Resumindo o conteúdo da polémica, Bragança Cunha evidencia como a diferença principal entre o estado da Índia Inglesa e as colónias portuguesas na Índia constava na formação dos respetivos representantes políticos. Enquanto o Congresso Nacional Indiano podia contar com um grupo de abnegados dirigentes educados nas universidades britânicas, Goa dispunha de alguns intelectuais «ocidentalizados» (CUNHA, 1926: 40) que não estavam à altura de dirigir o país, por se terem formado na pobreza intelectual da metrópole republicana. Além disso, Bragança Cunha pergunta-se qual seria o lugar da identidade indo-portuguesa num hipotético novo contexto de nacionalidades indianas: «A nossa Índia, rico patrimonio português mais rico é verdade de tradições que de proveito para a mãe patria, embora tivesse de ser levada na onda que revolve os 350 milhões da Península, deixaria de ser portuguesa pelos seus sentimentos? Pertence ao futuro decidir» (CUNHA, 1926: 41). A resposta que ele dá implicitamente no livro é a sugestão de uma maior inclusão de representantes indo-portugueses nas decisões políticas e administrativas da colónia. Isso não só permitiria um envolvimento direto e uma participação ativa dos oriundos nas questões que lhe tocam de perto, mas também garantiria a Portugal a devoção e a confiança dos indo-portugueses. «Vai nisso o interesse comum e o respeito de tradições portuguesas» (CUNHA, 1926: 40).

Em 1939, numa entrevista a Vicente de Bragança Cunha publicada no jornal *O Anglo-lusitano* de Bombaim, feita pouco antes do seu regresso final a Europa, o entrevistador «X» perguntava qual era a sua posição em relação à independência da Índia dos britânicos:

- Perante a Índia que luta pela independência, qual a atitude que julga razoável da nossa parte?
- Procurar integrarmo-nos na Grande Índia, reatando as tradições históricas que tiveram esplendor com Cadambas e teem oportunidade agora, na hora que decorre, no momento presente...
- Mas – lembro – temos a nossa cultura à parte, os nossos grandes homens, de fama internacional...
- Ilusões, ilusões! – retruca-me prontamente. E, numa confiança que será dolorosa, mas que exprime a verdade, confia-me:

- Lá fóra, na Europa, ao menos, ainda não se sabe se Gôa está no mapa geográfico. De homens e mesmo os “grandes homens” não se vêem, nem mesmo que se coloquem no pedestal da cultura a que tão enfaticamente, tantas vezes se refere...

- Portanto...

- Só a integração na Grande Índia é que nos póde pôr no mapa! – e mais não disse... (X., «Impressões sobre Goa, Portugal, Índia e Europa», *O Anglo-lusitano*, 15 de julho de 1939: 11)

Os acontecimentos políticos em Portugal e nas colónias, depois da proclamação da ditadura militar, em 1926 e, sobretudo, do Acto Colonial de 1930 e 1933, comportaram uma mudança radical na posição de Bragança Cunha, em relação à presença portuguesa na Índia e aos direitos políticos e cívicos dos indo-portugueses. Se bem que isso não esteja ainda manifesto no quinto capítulo, este abre espaço a outras possibilidades para entender a relação de Goa com a metrópole. A mudança das opiniões de Bragança Cunha não invalida a original interpretação das *figuras* e dos *factos* e da ideia de literatura que sobressai pela leitura do seu livro. Porém, é preciso reconhecer que o contexto de produção da obra influenciou, de maneira importante, a abordagem do seu autor às diferentes problemáticas enfrentadas.

5. A literatura indo-portuguesa: uma interpretação teleológica da comunidade católica de Goa?

Em 1927, na publicação *The Indo-Portuguese review*, de Calcutá, é divulgada uma resenha anónima de *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos*, reportada a seguir na íntegra:

This is a brochure published by Mr. Vicente de Bragança Cunha, late lecturer in Portuguese Literature in the University of London and author of *Eight Centuries of Portuguese Monarchy*. In the book under review the author succinctly surveys the works in literature of distinguished Goans from the time. Christianity was first taught in pagan Goa. Most of these literary men were the products of Portuguese culture and education and some idea may be gained through their works of the influence Portugal had exerted in shaping their character and revising their outlook of life. It is a sad commentary, however that this influence is no longer in the ascendant but is on the wane, as almost all the prominent families in Goa find the scope for exerting their abilities in their country's service too restricted and the Government of the country is mostly imbecile and primitive. These considerations have given rise to increased impetus for the depopulation of Goa and among the number of emigrants are found sons of Goan principal families who once whole heartedly identified themselves with the aspirations of the Portuguese. Now this book will be a keepsake and a memento of bygone days which will serve the purpose of reference for the rising generations of Goans, if they care to keep in touch with their past, as it contains the resume in what field of knowledge their distinguished men, most of whom are since dead, had

excelled. But will the patriotism of the present day Portuguese be gratified thereby for undoing the work of their heroic progenitors? («Literatura Indo-Portuguesa», *The Indo-Portuguese review*, 1927: 95-96)

Em poucas linhas, o autor dessa resenha resume as ideias principais que edificaram o livro de Vicente de Bragança Cunha. As *figuras* que são referidas pelo intelectual goês são, exclusivamente, homens que se formaram na cultura católica implantada pelos portugueses em Goa, não havendo lugar, no livro, para a expressão de qualquer outro tipo de identidade cultural. Apesar de nessa altura os intelectuais procedentes da comunidade hindu se terem já afirmado no espaço público, reapropriando-se de um espaço bastante importante na esfera cultural, a produção literária destes – como por exemplo, a atividade à volta da revista *Luz do Oriente* – é completamente omitida da obra de Bragança Cunha. Como teremos a oportunidade de averiguar, o aporte dos intelectuais hindus entrará na historiografia literária indo-portuguesa apenas com Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971).

De facto, o resenhista anónimo capta outro elemento importante que auxilia a compreensão do livro, ou seja, o facto deste ter sido publicado numa altura em que uma forte crise económica tinha afetado Goa, tendo levado muitos goeses das elites católicas a emigrarem para o estrangeiro, sobretudo para a Índia britânica. O resenhista escreve: «These considerations have given rise to increased impetus for the depopulation of Goa and among the number of emigrants are found sons of Goan principal families who once whole heartedly identified themselves with the aspirations of the Portuguese» («Literatura indo-portuguesa», *The Indo-Portuguese review*, 1927: 96), adicionando que o livro de Bragança Cunha se possa talvez tornar num memorial para as novas gerações, para estas se lembrarem dos grandes homens do passado, que se forjaram no espírito católico da cultura portuguesa. Reparando no facto de que o próprio livro de Vicente é publicado em 1926, a partir de Bombaim, pode-se pensar que uma das suas intenções, com a reedição dos artigos de 1919, era a de atingir a sensibilidade dos leitores goeses daquele meio. Essa hipótese pode ser reforçada pelo facto de grande parte dos conteúdos do último capítulo, que se debruça principalmente sobre os indo-portugueses residentes na Índia britânica, não ter sido publicada na rubrica de 1919, mas adicionada posteriormente.

Ainda que, no início deste capítulo, tenhamos dito que *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* não é uma história literária por, provavelmente, não ter sido concebida enquanto tal, acredita-se que o discurso de Vicente de Bragança Cunha reproduz muitas das ideias que caracterizaram a história das literaturas nacionais da Europa do século XIX. Ao mesmo tempo, julga-se que a intenção do autor tenha sido a de esboçar um quadro do estado da literatura em português em Goa,

que pudesse, por um lado, ser representativo de uma identidade católica indo-portuguesa e, por outro lado, demonstrar que tal literatura era parte da literatura portuguesa, conceituada, no livro, enquanto literatura nacional. Dessa maneira, a literatura indo-portuguesa é exibida como significante de uma história nacional construída sobre critérios de exclusividade, onde a literatura tem um valor mimético relativamente à comunidade que a produz.

Assentaremos a reflexão final à volta dessa obra sobre três argumentos, nomeadamente, a *narratividade e abrangência* da história literária discutidas nos primeiros capítulos (HARDER, 2010; CUNHA, 2002), a exclusividade da representação comunitária da literatura (PERKINS 1992; HUTCHEON, 2002), a interpretação teleológica da história dos atores em causa (JAUSS, 1994; FOUCAULT, 1984).

Em primeiro lugar, como já questionado noutra momento desta tese, Vicente de Bragança Cunha, junto com Jacinto Caetano Barreto Miranda (1894), são os primeiros intelectuais goeses que tentam traçar, em duas épocas diferentes, um quadro global da produção literária em Goa. Porém, é a Vicente que talvez devamos a primeira utilização registada da expressão *literatura indo-portuguesa*. Barreto Miranda tinha falado de «progresso literário em Goa», mas sem nunca falar de literatura goesa ou indo-portuguesa. Isto pode estar ligado também ao «honroso convite» que Bragança Cunha recebeu de José Leite de Vasconcelos, para escrever sobre a literatura da sua terra; daí que reconhecer e identificar a produção textual dos escritores goeses sob o nome de literatura indo-portuguesa, pode ter sido uma estratégia para elevar a um nível mais sofisticado o debate literário em Goa. Também o ato de definir essa produção literária com o nome indo-portuguesa poderia ser fruto da necessidade de determinar o nexo entre a literatura e os seus agentes, nesse caso, os exponentes da comunidade católica indo-portuguesa.

Continuando a comparar o livro de Bragança Cunha com o artigo de Barreto Miranda, os dois incluem na selecção literária textos procedentes de várias áreas do conhecimento: literatura religiosa, literatura de cunho científico, o género historiográfico, trabalhos de linguística e o jornalismo. Embora não haja, nos dois trabalhos, distinções em géneros literários, é possível afirmar que os dois intelectuais optaram por uma conceção abrangente de literatura, não se detendo apenas na literatura criativa. Contudo, Vicente de Bragança Cunha debruça-se largamente sobre a poesia lírica, lembrando ao leitor, dessa forma, o seu passado de estudante de literatura. De acordo com Hans Harder (2010), num excerto já citado no primeiro capítulo desta tese, o *corpus* sobre o qual opera a história literária é um compromisso entre o âmbito dos textos propriamente literários e outras esferas do conhecimento, sobretudo no que concerne as obras que se configuram enquanto *pré-histórias* das literaturas indianas. Relacionando isso com a obra de Vicente de Bragança Cunha, é possível que a sua *abrangência* tenha sido uma questão de conveniência, ou seja, uma condição

indispensável para constituir um *corpus* da literatura indo-portuguesa, outrora impossível de constituir com apenas a literatura de intuito criativo ou estético.

Apesar disso, não podemos negligenciar a possibilidade de que isso tenha sido uma escolha consciente, tendo ele pensando na natureza edificante dos textos que ele critica para caracterizar a identidade indo-portuguesa. Com efeito, com *factos* Bragança Cunha refere-se simultaneamente tanto às obras, às manifestações literárias que compõem a literatura indo-portuguesa, quanto à sua dimensão de acontecimento histórico, cuja leitura é capaz de influir no nível social da vida. A problemática do texto de Bragança Cunha consta na ocorrência de essa distinção entre facto literário e facto histórico, ou social, não ser sempre bem definida. Por exemplo, ao mesmo tempo que ele considera um romance como *Os Brahamanes* de Francisco Luís Gomes uma obra literária, este é considerado também um documento historiográfico por poder comprovar um aspeto imanente da sociedade coeva, isto é a assunção positiva da componente católica na base da caracterização identitária do indo-português.

Se por um lado, essa *pré-história literária* é abrangente no que concerne os géneros literários, o sentido de *narratividade* que se desprende dessa *abrangência* resulta ser bastante restritivo. O livro não apresenta nem uma periodização, nem uma linha narrativa linear. Aliás, como foi já referido, a ideia de *figuras e factos* sugere o aspecto fragmentário da literatura em causa. No entanto, existe uma *narratividade* dentro do livro, assim como a entendia Hans Harder (2010), ou seja, uma *narratividade* que pode ser lida nos critérios de selecção de obras e personalidades. No livro de Bragança Cunha, a narração concerne exclusivamente a comunidade católica de Goa. Todas as questões tratadas, as *figuras* e os *factos* estão interligadas entre si naquela que é a relação identitária indo-portuguesa. Começando pelo início, Moniz Barreto, o pai da crítica literária portuguesa, é escolhido como figura de abertura tanto da rubrica de 1919 quanto no livro de 1926. A sua posição inaugural, como temos apurado, realça a ambivalência da ideia de literatura nacional, abrangente, na opinião de Bragança Cunha, tanto a literatura indo-portuguesa quanto a da metrópole. Ele pode ser considerado o autor que abre a porta ao progresso, refletindo o comportamento de uma mentalidade moderna e a dedicação exemplar de um sujeito indo-português à pátria.

De maneira diferente, mas sempre em sintonia com o discurso que temos evidenciado para o caso de Moniz Barreto, a poesia indianista relaciona a preocupação com o atingimento do progresso e o problema das origens da história da literatura. A imagem do *berço*, pluriexplorada no segundo capítulo, vai de mão dada com a esperança de a Índia Portuguesa ter uma história documentada. No capítulo em questão, lemos na conclusão:

A história social e intelectual da Índia Portuguesa está por escrever, e antes que isso se faça, só se podem aceitar os factos. «Os acontecimentos da vida dos povos,» disse Thierry «são muitas vezes um enigma, cuja solução esquecida pelos filhos não se descobre senão no berço dos pais.» Esta reflexão do autor da *Histoire des Gaulois* é inteiramente aplicável a nossa Índia. (CUNHA, 1926: 8)

As ideias de *berço* e de *história* estão estritamente ligadas entre si. O *berço*, além de ser uma imagem que compreende o Oriente como o início da civilização humana, retrata o Oriente como sendo também a origem dessa literatura. A citação de Amédeé Thierry reforça a exigência, também para a Índia Portuguesa, de escrever uma história que integre a história nacional portuguesa, necessitante de fundamentar as suas raízes, determinar o destino do seu povo e, por fim, afirmar a identidade cultural deste. No caso da poesia indianista, o progresso e a modernidade são representados pelo uso que os poetas fazem do português. Talvez seja esta a razão pela qual é tão importante, para Bragança Cunha, falar de uma literatura que incluía os indo-portugueses nas narrativas de Portugal. Na sua opinião, a poesia indianista eclode no limiar dos séculos XIX e XX porque são procuradas as origens da cultura indo-portuguesa na civilização hindu, sendo a sua escrita em português efeito da modernização dos costumes indianos. A tal propósito, Rochelle Pinto, in *Between empires*, escreve:

Vicente de Bragança Cunha's work, *Literatura indo-portuguesa*, which was an implicit demand that Goan writers be incorporated into the emerging literary histories of Portugal, supplemented this claim by drawing on conceptions of Indian culture dominant among the Indian elite. On the strength of the political status of Goans as members of the Portuguese republic, and India's established cultural tradition which the Goan intelligentsia now claimed as its legacy, Bragança Cunha asked that Goans who wrote in Portuguese be given their due. (PINTO, 2007: 185)

A historiografia é considerada tendenciosa – excetuando aquela de autoria jesuíta – porque a Índia Portuguesa está ainda impregnada pelos maus hábitos transmitidos pelo *castismo* hindu. Com razão, ao analisar o terceiro e o quarto capítulo, vimos como o progresso seja diretamente proporcional à decadência dos valores da sociedade hindu e à afirmação dos valores católicos mediante a necessidade de uma nova historiografia que considere as fontes religiosas. Nesse sentido, a participação da construção do espaço nacional diz respeito apenas uma parte da sociedade goesa, não contemplando a diversidade dos atores envolvidos nesta última. Sempre de acordo com Pinto

(2007), o interesse de Bragança Cunha para a historiografia e a sua preocupação com o *castismo* indicaria «a representation of literature as the intellectual articulation of sub-nationalism within the Portuguese nation. This proved to be a dominant form of historicization, which examined intellectual production as a whole for symptoms of decay, or renewal» (PINTO, 2007: 188).

No quinto capítulo, os tópicos principais que Bragança Cunha explora são: o Padroado português no Oriente; a preservação das tradições portuguesas na Índia, como consequência da edificante ação do primeiro; a autonomia política da Índia Britânica. Além disso, nesse capítulo, Vicente de Bragança Cunha volta a dar ênfase na ideia de uma identidade nacional, por meio do exemplo dos goeses imigrados para a Índia Britânica que, apesar da contaminação efetuada pelo contexto cultural alheio e pela circulação das primeiras ideias anticoloniais, na sua opinião, faziam questão de manter viva a sua identidade portuguesa. Poderíamos dizer, que na integridade do livro, o quinto capítulo, diferentemente dos outros, é o que reflete sobre uma ideia de identidade indo-portuguesa com uma abordagem menos sentimentalista e mais racional, baseada na realidade dos tumultos políticos e sociais da época. A pergunta colocada, se num novo quadro político a Índia Portuguesa «deixaria de ser portuguesa pelos seus sentimentos?» (CUNHA, 1926: 41), é sintoma de uma preocupação com a manutenção da peculiaridade da identidade cultural da comunidade a que ele pertence.

O impacto positivo do Padroado na Índia é ostentado como prova da irrenunciabilidade dos princípios religiosos sobre os quais a sociedade indo-portuguesa se assenta. Contudo, apesar da defesa da dívida moral e cultural da Índia para com Portugal, é reconhecida a importância de os indo-portugueses participarem ativamente na construção do seu próprio rumo ao progresso. A parte conclusiva do capítulo, e portanto do livro, reflete sobre como o cenário republicano em Portugal – uma «crise económica de pobreza económica e de miséria mental» (CUNHA, 1926: 1942) – estava a minar cada possibilidade de a Índia Portuguesa se aproximar, em termos de consciência cívica e política, ao nível da Índia Inglesa.

Em conclusão, *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* é uma *pré-história literária* (HARDER, 2010) que lança as bases para posteriores projetos historiográficos mais exaustivos e ponderados. O livro reserva à literatura o papel de comprovar a formação ontológica dos indo-portugueses, entendidos como povo destinado a viver segundo os ditames da moral católica. Enquanto *telos* dessa *pré-história literária*, poderíamos identificar a afirmação dessa específica identidade cultural em detrimento de outras, em defesa não apenas do perigo de *indianização* da sociedade goesa, mas também da ameaça republicana e anticlerical, constituída, principalmente, pela abertura aos expoentes das elites hindu. Por último, o constructo da literatura indo-portuguesa enquanto parte de uma literatura nacional portuguesa pode servir a Bragança Cunha, por um lado,

para unificar e fortalecer o *corpus* de textos literários disponíveis e, por outro lado, para unificar e fortalecer o laço identitário dos goeses no interior da comunidade católica, tornando-os orgulhosos da própria literatura e consciencializando-os sobre a importância de continuar a escrever.

IV

Esboço da história da literatura indo-portuguesa de Filinto Cristo Dias

1. História de um arquivo «descolorido»

O *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* do padre Filinto Cristo Dias, na opinião de Vimala Devi e Manuel de Seabra, deve ser considerado «a primeira tentativa de estudo sistemático da literatura indo-portuguesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 249). Embora estes indiquem Jacinto Caetano Barreto Miranda e Vicente de Bragança Cunha como os primeiros a concretizarem essa vontade de sistematizar toda a produção escrita publicada em Goa e sobre Goa, por goeses e portugueses, eles identificam Filinto Cristo Dias como a primeira personalidade que empreendeu isso com uma abordagem mais consciente. Com razão, o *Esboço* é também o primeiro texto a trazer no título a expressão *história da literatura indo-portuguesa*, sendo o objetivo da obra narrar o processo de formação da literatura indo-portuguesa, entendido como parte complementar do processo de formação cultural dos goeses. A estrutura do livro é linearmente ordenada, com uma periodização balizada por datas de origem e períodos, cada um correspondente ao aparecimento de géneros literários específicos, sendo importante, ainda, mencionar a observância de critérios de inclusão. Todos esses elementos fazem com que o leitor da obra consiga rapidamente situar o livro no âmbito da história literária.

O livro não foi editado integralmente até 1963, quando foi publicado em Goa pela Tipografia Rangel. Anteriormente, o texto saiu em vários números do *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa* entre 1957 e 1963, publicação periódica da qual o padre participava também como membro da comissão editorial.¹¹⁹ Contudo, a estrutura da edição de 1963 levanta suspeitas de que o livro foi concebido como uma única obra, já desde o aparecimento do primeiro artigo do *Esboço* no *Boletim Eclesiástico*. O primeiro artigo, a «Nota preambular» publicada no n.º 6 do ano 1957 do *Boletim*, que passará a ser chamada, sucessivamente na edição unificada de 1963, «Advertência preambular», é a única parte alterada do livro, devido, muito provavelmente, às mudanças políticas acontecidas em Goa depois de 1961 – isto é, o início de um processo de erradicação da língua portuguesa e da cultura a ela associada, no seguimento do fim do regime colonial. Por esse motivo, acredito que a edição de 1963 não tenha sido uma recolha dos artigos espalhados pelo *Boletim*, mas sim, pelo

¹¹⁹ O *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa* foi uma revista religiosa mensal publicada entre 1942 e 1969, sendo esta a continuação da publicação semanal *A Voz de São Francisco*, publicada a partir de 1931.

contrário, que os artigos publicados entre 1957 e 1963 seriam o resultado de uma fragmentação de uma obra que teria sido imaginada como livro desde o início da sua formulação.

A leitura comparativa das duas notas introdutivas – a «Nota preambular» de 1957 e a «Advertência preambular» de 1963 – faz-nos entender os dois momentos que caracterizam o historial dessa história literária. Pensa-se que terá havido um primeiro momento de concebimento da ideia, de elaboração e escrita, e uma segunda fase em que a decisão de publicar a obra na íntegra seria atribuível à vontade de não deixar cair no esquecimento a história desse arquivo «descolorido» (DIAS, 1963: s.p.), estando o autor consciente dessa eventualidade. À luz disso, comparem-se as transcrições parciais dos textos das duas notas introdutivas:

Hoje que, mercê de circunstâncias especiais em que nos achamos, uma onda universal de simpatia e curiosidade envolve o nosso país; quando jornalistas e escritores de renome demandam a nossa terra e procuram, com possível objectividade e espírito compreensivo, estudá-la nos seus costumes, na sua cultura, nas suas paisagens, nos seus monumentos; quando poderosas rotativas dos grandes jornais de Europa e de América espalham com frequência, notícias respeitantes a Goa, não será nada intempestivo que poisemos por uns momentos a nossa atenção sobre um dos aspectos mais relevantes da nossa história, ou seja, sobre a evolução literária do nosso país desde que se implantou entre nós, a civilização latina. (DIAS, 1957: 233)¹²⁰

Conquanto não soprem hoje propícios os ventos aos que se dedicam ao cultivo das letras portuguesas nesta terra, abalançamos-nos a publicar este estudo em que, a traços largos, fica bosquejada a evolução literária do nosso país, desde que nele se implantou a civilização latina. [...] Para pormos contudo ombros a uma obra de tamanha magnitude faltou-nos força, lazeres (e presentemente ainda o necessário estímulo) e, por isso, tivemos de nos contentar sòmente com dar à estampa este desambicioso escorço. Fizemos desta arte o que entretanto podíamos e... *faciant meliora potentes*. Já que, mercê da lastimosa situação que tão brutalmente foi imposta à língua portuguesa neste país, nos vemos constringido a pôr de banda o propósito de publicar outro estudo acerca deste formoso idioma, que os nossos escritores de antanho e vários coevos têm cultivado com tão vivo affecto, queremos que o presente trabalho constitua um público e irrefragável testemunho do grande amor que votamos, desde os tenros anos a esta linguagem tão opulenta e de tão doce sonoridade e que transplantada para este “jardim tão pequenino e delicado”¹²¹ desabotoou em rica floração cujo arquivo, embora descolorido mas feito com plena ufanía, enche as páginas deste livro. (DIAS, 1963: s.p.)

Lendo os dois excertos, podemos apreender do primeiro uma sorte de justificação para se dedicar à sistematização da literatura de Goa, devido à necessidade de tornar pública ao mundo uma

¹²⁰ A partir desse ponto, não há diferenças de conteúdos entre a «Nota Preambular» de 1957 e a «Advertência Preambular» de 1963, sendo essa observação válida até a parte marcada pela grafia [...]. A parte em falta não foi transcrita de propósito, por ser objeto de análise noutra contexto do presente capítulo.

¹²¹ Citação do poema «Apoteose» de Adeodato Barreto, publicado póstumo em *O livro da vida* em 1940.

literatura quase desconhecida ou, no mínimo, nunca estudada até então. O autor refere, na «Nota Preambular» de 1957, três palavras-chaves que são cruciais para entender a fundo o seu projeto: história, evolução literária e civilização latina. A partir daqui, percebemos que a literatura por ele investigada se pode inscrever apenas no domínio da língua e da cultura implantada pelos portugueses, e que a ideia de história literária está condicionada por uma interpretação evolucionista dessa literatura, ficando claro, desde logo, o ponto de partida desse processo: «desde que se implantou entre nós, a civilização latina».

Além disso, comparando o primeiro trecho com a citação da «Advertência Preambular» de 1963, é possível notar uma mudança no discurso do autor. Se no primeiro trecho podia-se ler nas entrelinhas uma certa decisão de ação sustentada pela «onda universal de simpatia e curiosidade» pela cultura de Goa – repare-se sobretudo na frase «não será nada intempestivo» –, na transcrição do segundo trecho nota-se alguma hesitação e um certo receio em defender a justificabilidade dos próprios propósitos. «Abalançamos-nos» e «faltou-nos força, lazeres (e presentemente ainda o necessário estímulo)» são as frases que deixam entender as dificuldades de nadar contra a maré num período complexo para a cultura de língua portuguesa. Publicar uma história literária em tempos de crise – com toda a carga celebrativa e legitimadora que esse género textual pode acarretar – é um gesto atrevido para o padre. De facto, as várias leituras que foram feitas dessa obra, ao longo do tempo, geraram as mais diversificadas interpretações sobre a figura de Filinto, a qual foi por vezes associada às disposições do poder colonial. Por exemplo, na opinião de Helder Garmes, ainda que não haja fontes que provem o seguinte, o *Esboço* seria «muito provavelmente produzido sob a motivação do colonialismo salazarista» (GARMES, 2016: 137). Em contextos de produção cultural sob regimes autoritários, é comum que se assista à conformação, por parte de intelectuais, a um tipo de escrita que agrade às camadas do poder, como veremos ser também o caso também de Devi e Seabra e a sua abordagem lusotropicalista da literatura indo-portuguesa (DEVI & SEABRA, 1971: 11-19; 183). No caso de Filinto Cristo Dias, que era um funcionário da Igreja, sendo sacerdote e professor no Seminário da Nossa Senhora em Saligão, faz todo o sentido pensar que tenha aderido a um certo tipo de discurso celebrativo do legado português em Goa, para não ver barrado o caminho da sua atividade intelectual. Algumas ideias sustentadas pelo autor na obra podem remeter facilmente para essa hipótese, mas não constituem uma prova do facto que a inteira obra tenha sido impulsionada pelo salazarismo. Porém, acredito que a campanha de Filinto Cristo Dias em prol do português e da promoção da literatura indo-portuguesa não seja imputável a uma posição ideologicamente próxima do regime colonial, mas seria atribuível à sua tomada de consciência de que aniquilar a língua portuguesa, em todas as suas expressões, significaria acabar com uma parte importante do universo literário goês.

2. A reedição do *Esboço* no cenário cultural da pós-independência goesa

A republicação do *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*, em 1963, deve ser repensada no contexto maior da defesa da língua e da cultura literária em português em Goa, depois de 1961, que viu o surgimento de diferentes associações, instituições formais e publicações periódicas a estas associadas, nascidas com o propósito de salvaguardar esse segmento da cultura goesa, julgado irrenunciável para a sobrevivência de uma comunidade intelectual de identidade católica em Goa.

Conforme referido por Aleixo Manuel da Costa, no seu *Dicionário de literatura goesa* (2013), Manuel Filinto Cristo Dias (1904 – 1986) nasceu em Chinchinim, foi educado no Seminário de Rachol, onde começou a lecionar português a partir de 1922, prosseguindo o seu percurso didático no Seminário de Nossa Senhora em Saligão, onde ensinou literatura portuguesa (COSTA, 2013: 33-34). A maioria da sua produção escrita é composta por textos – prevalentemente ensaios – que se interessaram por questões linguísticas e literárias, onde são problematizadas as capacidades dos goeses de falarem e escreverem bem o português. Quase de maneira compulsiva, o padre questionava a necessidade que a língua portuguesa se mantivesse pura e isenta de *concanismos*, ou seja, livre da presença de rastros da língua concani. A atenção do padre concentrava-se sobretudo no registo escrito do português, sendo que a contaminação linguística provocada pelas interferências do concani, no registo da fala, podia travar o desenvolvimento de uma linguagem culta, no registo da escrita, e, conseqüentemente, de uma literatura erudita.

Em relação aos sentimentos dos goeses perante a cultura de língua portuguesa depois de 1961, podemos afirmar que não é possível proporcionar um quadro homogêneo do problema. É verdade que a tendência mais assumida foi a da lusofobia, agenciando o problema como efeito do estado de coerção ao qual o uso da língua concani foi vinculado até o século XIX. De acordo com Rosa Maria Perez, é de salientar que a censura exercida pelo regime colonial sobre qualquer manifestação escrita ou oral em concani teve efeitos negativos também para o desenvolvimento de uma própria tradição literária, em Goa, em língua portuguesa (PEREZ, 2012: 48). Também Everton Machado (2009), num estudo sobre Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara realça a preocupação do orientalista com a proibição do ensino do concani, vista como um impedimento à própria aprendizagem do português. Machado faz um contraponto com a situação na Índia Britânica:

Os britânicos, nas partes da Índia que governavam, sabiam-no muito bem: quando o parlamentar inglês Thomas Babington Macaulay, verdadeiro inimigo das línguas e costumes locais, recomenda em relatório de 1835 a

imposição do inglês a toda Índia – esperando fazer assim dos indianos ingleses pelos seus gostos, suas opiniões, suas idéias morais e concepções intelectuais –, o estudo das línguas nativas já havia sido amplamente promovido pela Companhia britânica das Índias orientais. Efetivamente, como explica em suas Memórias, Cunha Rivara desejava, com seus trabalhos, «encaminhar [os nativos] ao estudo methodico de sua lingua, porta unica por onde podem entrar a passo seguro no templo da sciencia, e comungar com as nações civilizadas». (MACHADO, 2009: 32-33)

Depois de 1961, em Goa, a completa erradicação do português não era uma possibilidade que detinha o consentimento unânime. Podemos encontrar as motivações que levaram muitos intelectuais goeses a intercederem em favor do português nas páginas de publicações como *O Globo*, *Harpa goesa* – associada ao Centro de Cultura Latina de Pangim –, a *Revista da Academia da língua e cultura portuguesa* e o próprio *Boletim do Instituto Menezes Bragança*.¹²² Os textos divulgados nessas publicações periódicas demonstram uma espécie de reivindicação do português enquanto língua goesa, alegando, os autores desses artigos, motivações que ultrapassam as meras implicações políticas, defendendo o português, sobretudo, na qualidade de língua literária ou veicular e, portanto, remetendo para implicações pragmáticas.

De forma a proporcionar um exemplo entre muitos outros, um artigo que vale a pena mencionar, publicado em 1968 na revista *O Globo*, é «Em prol da língua portuguesa» de Mariano José Dias.¹²³ O autor do artigo cumpre uma distinção entre o significado de rejeitar o passado de subjugação a que os goeses estiveram sujeitos durante a presença portuguesa em Goa, e rejeitar o legado cultural deixado pelo colonizador que acabou por fazer, inevitavelmente, parte da cultura do colonizado. Ele escreve: «Há que distinguir entre oposição a um sector específico da história portuguesa e uma fobia por tudo o que é português e que aqui em Goa andou por cerca de meio milhar de anos» (DIAS M., 1968: s.p.). Apesar de não sabermos se isso foi apenas uma estratégia discursiva, Mariano José Dias defendia que o uso da língua portuguesa pelos goeses não constituiria um impedimento ao desenvolvimento da língua concani, destacando, ainda, as vantagens práticas do uso do português, tanto em termos de língua didática e literária, quanto para fortalecer as relações de

¹²² Para um elenco exaustivo das revistas surgidas para defender a cultura de língua portuguesa em Goa, veja-se o artigo «The status of Portuguese language and some other cultural aspects in Goa» de Maria de Lourdes Rodrigues Bravo da Costa (2000).

¹²³ As ideias contidas nesta secção foram desenvolvidas, previamente, num ensaio de minha autoria, «Os goeses e a cultura de língua portuguesa depois de 1961: implicações literárias e identitárias» (2019), publicado em Macau, num volume coletivo organizado por Vera Borges e Maria Antónia Espadinha. Este ensaio consta na bibliografia final desta tese.

Goa com outros países de língua portuguesa, e explicando que este não ia gozar, de forma nenhuma, de qualquer *status* de língua superior face às outras línguas goesas.¹²⁴

Apesar dessa defesa apaixonada, a maioria dessas revistas que se engajaram na luta para a salvaguarda da língua portuguesa teve uma breve vida ou passou a integrar textos em inglês, algumas acabando, posteriormente, a ser publicada totalmente nessa língua. Foi cumprida, assim, uma profunda alteração dos propósitos que tinham justificado a própria razão de ser de tais publicações. A republicação do *Esboço* pode ser colocada nessas circunstâncias de incerteza cultural do cenário pós-independência, e o grau de compromisso do seu autor nessa operação de resgate da literatura goesa em português é bem visível na obra, a partir da já citada «Advertência preambular».

Filinto participou nessas publicações com ensaios de interesse cultural e de carácter filológico. Mas foi no *Boletim do Instituto Menezes Bragança* que mais publicou depois de 1961. O *Boletim*, órgão do Instituto Menezes Bragança, começou a incluir, sempre depois de 1961, também textos em inglês, escritos por goeses ou por autores procedentes de outras partes da União Indiana. Nesse sentido, no *Boletim* n.º 143 (1984) saiu um resumo do *Esboço* em língua inglesa intitulado «A short history of Indo-Portuguese literature» e assinado pelo padre, mas do qual ignoro a paternidade da tradução. Além dessa edição inglesa, os textos que Filinto publicou no *Boletim do Instituto Menezes Bragança* foram quatro, incluindo o glossário *Vocábulos portugueses de origem concani* (1976), editado em forma de separata, e três artigos: «Menezes Bragança, jornalista de mão-cheia» (1977), «Acerca da arte de ensinar» (1979) e «A Índia cantada n'Os Lusíadas» (1980).

Além da colaboração com a publicação periódica do Instituto Menezes Bragança, Filinto assinou também nessa altura os artigos «Peculiaridades dialectais do português de Goa» (1981) e «Em prol da língua portuguesa» (1982), publicados na *Revista da Académia da língua e cultura portuguesa*. Os tópicos que se alternam nessa produção ensaística vão desde a presença de *concanismos* na língua portuguesa e o não-aparecimento de um crioulo goês, à importância de preservar tanto a peculiaridade do português falado em Goa, quanto a sua própria existência, cada vez mais ameaçada pela preferência do inglês entre as camadas intelectuais. Trata-se de artigos de carácter técnico, etimológico e filológico, acompanhados por longas introduções que fazem referência ao contexto cultural goês.

¹²⁴ Para vigorizar as suas posições, Mariano José Dias anexa ao seu artigo o famoso parecer do jesuíta suíço Ethelbert Blatter – solicitado por Acácio Gabriel Viegas ao fim de autorizar o ensino do português na Universidade de Bombaim em 1920 –, já encontrado no livro de Vicente de Bragança Cunha de 1926, *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos*. Esse parecer defendia que o português fosse a única língua europeia vernácula na Índia; *status* adquirido graças às políticas de colonização portuguesa, que fizeram com que se instituisse uma verdadeira «comunidade de língua» entre portugueses e goeses, e também goeses que viviam na Índia Britânica.

3. A crítica literária na «Secção literária» do *Diário de Goa* (1954-1958)

Devi e Seabra referem que Filinto Cristo Dias, ao longo da década de 50, colaborou com diferentes publicações periódicas goesas como *A Vida*, *O Herald* e o *Diário de Goa*. Sobre a participação de Dias no *Diário de Goa*, os autores de *A literatura indo-portuguesa* indicam que o padre, sob o pseudónimo de Frei Manuel de Cristo,¹²⁵ dirigia uma página intitulada «Letras e língua» (DEVI & SEABRA, 1971: 248), onde eram debatidas questões linguísticas, relacionadas, principalmente, com o saber falar corretamente o português. Na realidade, «Letras e língua» era apenas o nome de uma rubrica da página «Secção literária», a qual foi publicada entre 1954 e 1958 e ampliada nos seus últimos dois anos de publicação, até ocupar três páginas. A primeira «Secção» é de 11 de maio de 1954, enquanto a rubrica «Letras & língua» começou a ser publicada só a partir do dia 4 de setembro de 1954 e findou no dia 9 de maio de 1958.

A experiência no *Diário de Goa* constitui uma espécie de estreia de Filinto Cristo Dias no âmbito da crítica literária, sendo que quanto problematizado à volta da literatura na «Secção literária» poderia ser considerado o projeto embrionário do *Esboço*, lembrando, ainda, que a história literária começa a ser publicada no *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa* já em 1957. Por isso, podemos especular sobre duas possibilidades. Na primeira defendo que a experiência no *Diário de Goa* foi uma espécie de ensaio geral – no sentido de treino, prática – para a redação da história literária, cuja escrita ia avançando simultaneamente com a colaboração no jornal goês. A segunda hipótese avalia a possibilidade pela qual a escrita do *Esboço* constitua uma solução para os vários «problemas literários» (*Diário de Goa*, 11 de maio de 1954) levantados durante a experiência na «Secção literária». Tendo em conta que a maioria dos problemas apresentados na rubrica concerniam o desinteresse dos goeses pelas letras, a sua inaptidão para o ofício literário e a ignorância do público leitor, tanto goês quanto estrangeiro, em relação ao que era produzido em Goa, é provável que a ideia do *Esboço* tenha nascido da exigência de escrever uma história literária que desmentisse essas críticas e queixas.

Em todo caso, a relação entre a «Secção literária» e o *Esboço* é muito evidente, pois o autor reproduz, na história literária, os mesmos tópicos e argumentos apresentados na rubrica, com maiores ou menores modificações. Por exemplo, o último parágrafo do *Esboço* dedicado ao romance de Francisco João da Costa de 1896, *Jacob e Dulce: scenas da vida indiana* (DIAS, 1963: 99), é uma réplica de um artigo publicado no *Diário de Goa* em 1956 e intitulado «Jacob e Dulce, Novela

¹²⁵ Na realidade, Frei Manuel Cristo não pode ser considerado exatamente um pseudónimo, sendo que Manuel era o primeiro nome do padre, como reportado por Aleixo Manuel da Costa no seu *Dicionário* (2013: 33-34).

Regional». ¹²⁶ Podemos notar, também, que as últimas vinte e duas páginas do *Esboço* são versões aprofundadas de diferentes artigos da «Secção literária». Exemplos disso são os capítulos sobre o jornalismo e sobre o ensaísmo – sobretudo no que concerne às introduções conceituais –, e o último capítulo sobre o filólogo Mons. Sebastião Rodolfo Dalgado, cujo original seria um artigo publicado num número da «Secção literária» de 1955, inteiramente dedicado à figura do orientalista goês, aquando do centenário do seu nascimento. ¹²⁷

Além da problematização da produção literária goesa, a «Secção literária» incluía também a crítica a obras da literatura portuguesa – sobretudo do século XIX – do qual Filinto Cristo Dias era estudioso e também professor. Frequentemente, a seleção dos textos analisados estava vinculada à mostra de exemplos de problemas linguísticos, sem constituir, contudo, uma regra. Podia tratar-se, também, de análises de poesias, contos ou trechos de romances, cujas significações envolviam conteúdos religiosos ou moralizadores. Enfim, a rubrica terminava sempre com um espaço dedicado à correspondência com os leitores que manifestavam dúvidas «em matéria de linguagem ou de estilística ou mesmo de história da Literatura» (*Diário de Goa*, 4 de setembro de 1954). Nos primeiros dois números, essa correspondência foi chamada «Fale português!», posteriormente «Concanismos», acabando por ser englobada na coluna «Letras & língua», mencionada por Devi e Seabra.

Em relação à literatura de Goa e ao suposto desinteresse dos goeses, notamos nos artigos da «Secção literária» o tom reprobatório do padre para com os escritores e leitores seus conterrâneos – assumindo, por vezes, posições paternalistas – e, simultaneamente, uma atitude de entusiasmo perante as novidades editoriais que se iam publicando em Goa, tecendo vivazes argumentações em defesa da literatura da sua terra. A apreciação do autor em relação ao seu objeto de estudo demonstra uma desmesurada admiração pela literatura, à qual é outorgado um valor didascálico e humano, às vezes ultrapassado por uma caracterização monumental, sentida como algo que prescinde de qualquer convenção científica ou social, como se lê nos artigos «A leitura dos clássicos», de 1954, e

¹²⁶ *Jacob e Dulce* é também uma obra literária a partir da qual, ao longo da «Secção literária», foram sendo retirados vários exemplos de uso errado do português falado em Goa, sendo que Francisco João da Costa enfatiza esse aspecto no seu romance, na representação caricatural das elites católicas locais. Contudo, depois de 1961, o mesmo romance será utilizado por Filinto Cristo Dias para comprovar a existência de uma variedade goesa do português, chegando a reivindicar até o seu uso literário, mediante a ilustração do romance em questão. De facto, o padre lamentava a não sucedida normatização de um português de Goa a par dos crioulos africanos de base portuguesa, facto que poderia ter garantido a sobrevivência dessa língua em território indiano. Veja-se, a exemplo disso, o artigo «Peculiaridades dialectais do português de Goa», publicado em 1981 na *Revista da Academia de língua e cultura portuguesa*.

¹²⁷ É possível encontrar, também, algum dos artigos previamente publicados na rubrica do *Diário de Goa* no próprio *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, como o caso do artigo de 1956 «O padre nos romances dos vossos dias», republicado, no *Boletim*, com o título «O sacerdote, personagem em romances contemporâneos», no mesmo ano (DIAS, 1956: 416-420). Este último apresenta-se com um excerto a mais em relação ao original, dedicado às figuras do padre Dantas do romance *Jacob e Dulce* de Francisco João da Costa (1896) e de frei Francisco do romance *Os Brâmanes* de Francisco Luís Gomes (1866), enquanto o resto dos exemplos literários são retirados da literatura portuguesa.

«As letras superiores às ciências?» de 1956. Ainda que não se trate de uma crítica literária num estado já maduro, a «Secção literária» do *Diário de Goa* é representativa do início do percurso de crítico literário que Filinto Cristo Dias empreendeu e coroou com a escrita do *Esboço*. A crítica literária é pensada enquanto estratégia para comprovar a existência de um meio literário em Goa e para prestar deferência aos seus representantes. Ao mesmo tempo, apresenta-se como oportunidade de autoafirmação, para o padre, na qualidade de cultor da literatura portuguesa e goesa, através de uma operação auto-inclusiva nesse universo literário.

Junto com o trabalho crítico, na experiência no *Diário de Goa*, Filinto Cristo Dias afirma a sua vocação didática e o seu comprometimento em legitimar a presença de uma literatura em Goa. O seu papel de professor não está limitado ao exercício do ensino nos seminários a que estava afiliado, expandindo-se à interpretação de um papel de educador num sentido mais lato, ou seja, de orientador de uma inteira comunidade, alertando-a sobre o potencial da própria expressão literária e sobre as necessidades de todos contribuírem para a sua consolidação. Assim sendo, na «Secção literária» é possível já identificar qual é a ideia de literatura que Filinto Cristo Dias cultivará no *Esboço*. Com uma epígrafe de Oscar Wilde – «A literatura sempre antecipa a vida. Ela não a copia, mas molda-a para o seu fim» –, era lançada a «Secção literária» em 1954, contando com a seguinte premissa:

A acção dum jornal moderno, como o *Diario de Goa* se empenha em sê-lo, não pode cingir se sòmente a pôr os seus leitores ao corrente das novidades mais ou menos importantes que ocorram por esse mundo fora ou pelo país dentro. Tão pouco pode limitar-se a exposições ou comentários dos acontecimentos que se registem na política internacional ou a ventilar questões que respeitem à administração pública ou ao bem estar da nossa terra.

Se nos tempos que lá se foram, um periódico a fim de se manter atraente, bastava que se contentasse com oferecer aos seus leitores notícia do que se passasse pelo mundo ou com sustentar de quando em quando debates violentos de carácter político, a incondicionada curiosidade intelectual do leitor dos nossos dias reclama que o jornal abraça, ao menos pela rama, todos os domínios do saber humano.

Em obediência, portanto, à concepção hodierna da Imprensa, importa que uma gazeta que não deseje condenar-se a uma existência fugaz como a das rosas do poeta Malherbe, se ocupe também *ex professo* embora de espaço a espaço, da *Cultura Literária* já dando aos leitores o ensejo de apreciar a beleza dos trechos selectos dos escritores portugueses, já agitando uma que outra vez, problemas literários, já discutindo questões de linguagem, já em fim registando nas suas colunas os grandes eventos que se dão no mundo das letras. (DIAS, 1954a)

Filinto Cristo Dias indicava, dessa forma, a literatura e, mais em geral, a cultura literária, como uma componente essencial «do saber humano». A realização de um debate literário é tida como uma necessidade, evidenciando – de uma maneira parecida à de Vicente de Bragança Cunha

num artigo de 1919¹²⁸ – uma implícita transformação das exigências do leitor moderno, ditada pelas circunstâncias da mudança dos tempos. Como veremos, o conceito de literatura indo-portuguesa proposto na história literária de 1963 apoia-se na ideia de cultura literária. Num trabalho de Sandra Lobo para repensarmos a literatura de Goa à luz do conceito de cultura literária, é afirmado que «o Padre Dias apontava uma ideia de cultura literária, construída na confluência do impacto nos escritores indo-portugueses do meio ambiente cultural local e das influências externas» (LOBO, 2016: 48). É evidente que, na leitura do *Esboço*, as influências externas remetem para a receção da literatura portuguesa em Goa e para o grau de descodificação e incorporação desta no processo de formação dos escritores goeses. Por isso, não estranha a atenção prestada por Filinto a assuntos concernentes à história literária portuguesa, ao longo da sua colaboração no *Diário de Goa*.

3.1 Um problema caracterizante: o desconhecimento da literatura de Goa no estrangeiro

Na «Secção literária», uma das preocupações mais repetidas é o desconhecimento da literatura de Goa no estrangeiro. Essa inquietude volta a aparecer em quase todos os artigos da rubrica, como um fio condutor que cruza quase todos os números do jornal. Por exemplo, no artigo «As letras em Goa» do dia 30 de junho de 1954 – um dos primeiros números da rubrica –, mencionando um desconhecido escritor metropolitano que exprimia os seus sentimentos de pena pelo insignificante engajamento dos goeses no campo das letras, o padre escrevia:

Faz poucos meses, um escritor metropolitano que viveu algum tempo nesta terra e se interessou com vivo carinho pela actividade cultural do nosso país, registava em tom amaguado, que Goa, sem embargo de ser reputada como centro de cultura lusíada no Oriente, contribuisse com escassa produção, no campo literário.

Por nossa vez, não hesitamos em subscrever o amargo reparo contanto que se limite sómente ao presente. De feito, mercê de factores que longo também delicado seria esmiuçar neste lugar, as Letras em Goa vegetam presentemente numa estagnação.

Talvez a um espírito superficial se afigure esta opinião pouco exacta à vista de abundância de periódicos que entre nós pululam. É certo que aumentou, nos nossos dias, o numero de jornais; mas doutro lado não se pode deixar de admitir que cresceu concomitantemente a onda de desmazêlo com que é tratada a língua na qual estas folhas vêm a lume.

Consola, todavia, verificar que nem sempre o goês, integrado na cultura portuguesa, fez pouco do idioma.

De posse de uma sólida formação humanística e lidando com quasi toda a literatura portuguesa e sobretudo com a clássica, os nossos escritores de antanho manejavam a língua de Vieira com tal domínio, apesar de não a terem aprendido desde a infância, que causavam espanto nos próprios meios cultos da metrópole.

¹²⁸ Vicente de Bragança Cunha, «Outros tempos» in *A India Portuguesa*, 23 de agosto de 1919.

De Julio Gonçalves, insigne professor e escritor do século passado, se lê que usava com tal pureza a língua que em Portugal era tido por esse facto como um reinol e não como um puro goês.

E quantos outros como ele souberam dominar a língua que aliás não chegaram a beber com o leite materno!

Extenso seria o rol que desejassemos fazer aqui dos publicistas goeses que se assinalaram nas Letras, quer no campo da investigação histórica, quer na Imprensa, quer na poesia. (DIAS, 1954b)

O desconhecido escritor metropolitano, mesmo não tendo a certeza absoluta, poderia tratar-se de Manuel Ferreira, o qual viveu em Goa entre 1948 e 1954, participando da página cultural de *O Herald* e de vários programas radiofónicos da Emissora de Goa, na tentativa de animar o debate literário no cenário cultural goês. É interessante notar como Filinto Cristo Dias, apesar de partilhar o lamento do escritor português, sente-se obrigado a cumprir um esclarecimento sobre o facto que tal observação podia ser aplicada apenas ao estado coevo das letras em Goa. De facto, como prova disso, ele cita Wolfgang da Silva e Floriano Barreto, dois autores que nasceram no século XIX e escreveram na virada do século XX. Essa apologia à literatura goesa do passado poderia ser índice da pobreza intelectual do meio cultural goês durante o regime salazarista. O salazarismo, como dirá Orlando da Costa já algumas décadas mais tarde, tinha relegado «os talentos de Goa» (COSTA, 1999: 241) a uma condição de isolamento absoluto, sendo essa vontade já perceptível olhando para os programas escolares do plano da educação nacional, impostos também aos goeses. Estes últimos, longe da metrópole, ficaram presos a um estado de atraso cultural, que lhes impediu de terem as condições idóneas para sofisticar a própria literatura e formar um sistema literário, queixa que é, aliás, presente num ensaio de Manuel Ferreira à volta da cultura e a literatura de expressão portuguesa de Goa (FERREIRA, 1959).¹²⁹

Fazendo a ponte com o *Esboço*, nessa história literária é, justamente, a literatura do século XIX a ser explorada de forma mais extensa. Olhando para a periodização, o século XIX, que abre o segundo período, é conceituado como «princípio de rica sementeira espiritual para a Índia Portuguesa» (DIAS, 1963: 7), sendo a fase em que se assistiu ao início da «actividade pròpriamente literária» (DIAS, 1963: 7), representada pela publicação dos almanaques e de diversos periódicos literários que, na opinião de Filinto Cristo Dias, contribuíram para o aperfeiçoamento da sensibilidade estética do goês. Por outro lado, é no terceiro período, «a idade de ouro da literatura indo-portuguesa» (DIAS, 1963: 29) – sempre datada no século XIX –, com a fundação do Instituto Vasco da Gama, por Tomás Ribeiro, em 1871, que se manifesta o «talento maleável» do goês (DIAS, 1963: 22), pronto para produzir uma literatura própria. De facto, como será aprofundado mais a

¹²⁹ O ensaio em questão é «A cultura em Goa e a literatura de expressão portuguesa», publicado na revista *Estudos Ultramarinos* em 1959.

frente, é só a partir do terceiro período que o crítico começa a localizar os géneros literários nos vários períodos, demonstrando a consciência com que os escritores aderiam a um género em vez de outro e justificando essa adesão com algum tipo de compromisso moral ou com alguma determinação etogénica dos autores. Nesse sentido, o século XIX representa o ponto de viragem para a consciencialização literária dos goeses. Ao mesmo tempo, contando com a dificuldade de recolher a literatura espalhada pela imprensa periódica e pelos poucos livros que eram esporadicamente publicados, é provável que o padre, na altura da redação do *Esboço* e da rubrica do *Diário de Goa*, tenha tido um acesso mais facilitado às fontes bibliográficas do século XIX e, por isso, tenha procedido à análise da produção literária daquele período, de forma mais profunda. Como consequência, «os nossos escritores de antanho» merecem, tanto na rubrica quanto na história literária, uma consideração e um tratamento diferentes. Também no artigo intitulado «A leitura dos clássicos», do dia 1 de agosto de 1954, Filinto justifica um tipo de escrita e de registo linguístico mais sofisticados nas obras dos autores goeses que escreveram no século XIX, por causa da educação recebida, que era baseada, sobretudo, na leitura dos clássicos:

Uma das causas por que só muito raramente desafinavam, no uso da língua portuguesa, os nossos escritores das gerações passadas, residia no cuidado e frequência com que liam os clássicos. Liam e assenhoreavam-se das formas mais apuradas e *neodismos* característicos que neles achavam.

Em nossos dias, porém, pelo que se observa, aos que se metem a escrever para o público, pouco se lhes dá dessas velharias e daí a enxurra dá de solecismos que inquinam o idioma. (DIAS, 1954c)

3.2 «Raridade do romance na literatura indo-portuguesa»: a presença de um género literário ausente

No *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*, entre os géneros literários resenhados, não encontramos o romance; porém, Filinto Cristo Dias dedica uma extensa parte do segundo capítulo – coincidente com o segundo período – ao romance *Os Brahamanes*, de Francisco Luís Gomes, e um pequeno trecho ao romance *Jacob e Dulce*, de Francisco João da Costa, no XIV e último capítulo.¹³⁰ Isso significa que, no *Esboço*, o romance está presente apenas na abordagem das duas obras citadas, mas é está ausente enquanto género literário localizável num período preciso.¹³¹

¹³⁰ Noutra ocasião, Filinto Cristo Dias descreverá *Jacob e Dulce* não enquanto romance, mas sim como novela. Veja-se a edição da «Secção literária» do *Diário de Goa* do dia 3 de junho de 1956, nomeadamente, o artigo «*Jacob e Dulce* – novela regional».

¹³¹ Como teremos a oportunidade de verificar, na história literária *A literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra, a ideia pela qual o romance não seria um género literário *indiano* é bastante explorada, sendo que essa

No penúltimo número da «Secção literária», do dia 9 de fevereiro de 1958, Frei Manuel de Cristo publica um artigo intitulado «Raridade do romance na literatura indo-portuguesa» (DIAS, 1958), sobre a ausência do romance na literatura indo-portuguesa. Nesse artigo, era referido que no âmbito de um concurso para a atribuição de um prémio literário, instituído pela Agência Geral do Ultramar – com muita probabilidade, o Concurso de Literatura Ultramarina –, um jornalista da metrópole estranhou a falta de propostas concernentes ao Oriente português. O padre reportava: «[o jornalista] Deplorava ainda que Goa, sem embargo do seu numeroso escol de escritores e intelectuais, não tivesse chegado a conquistar até aqui, pelo menos, na literatura de ficção nem um prémio e terminava por concluir pela manifesta inferioridade das produções de escritores goeses na novelística» (DIAS, 1958). Sucessivamente, embora o padre compreendesse as motivações que levaram o jornalista metropolitano a expressar tal opinião, o seu comentário denuncia as dificuldades com que os goeses se depararam ao escrever numa língua que lhes foi imposta, indicando, pelo contrário, as vantagens que teriam tido em se expressarem na própria língua materna. Filinto Cristo Dias, defendendo a exígua prosa ficcional da sua terra, escrevia:

Um lanço rápido de vista pela literatura luso indiana basta para apurar que entre tantos géneros cultivados pelos indo-portugueses, o romance é que tem tido pouca fortuna. Podemos até afirmar que, excepção feita de *Os Brâmanes*, de Francisco Luis Gomes não se descobre na nossa literatura um romance digno de este nome.

Parece nos que não é difícil explicar a razão do fenómeno que só à primeira vista, se afigura estranho.

Para se criar uma obra de arte como é a novela, o conto, o drama, requer-se da parte do autor uma notável dose de imaginação criadora, capacidade emotiva, ou seja, sensibilidade e o senso estético, dum lado; e doutro, um estilo próprio servido por uma opulência vocabular e fraseológica.

E o goês possui o que se chama temperamento artístico, não é feliz todavia na forma em que não tendo podido assenhorearse da língua, principalmente se sempre viveu nesta terra cujo idioma é diferente de português, não se acha capaz de desenvolver um conflito íntimo com a riqueza e simplicidade com que o faria um escritor da metrópole, que bebeu a língua com o leite materno.

Nós pertencemos àquela classe de “povos” que, no dizer do prof. Rodrigues Lapa «na sua obra *A política do idioma e as Universidades*, têm uma alma dilacerada e confusa: são aqueles que, pelos acasos da história, da história feita pelos grandes homens, são obrigados a falar duas línguas: uma, a verdadeira que se mamou dos seios maternos, a outra, que é imposta oficialmente pelo conquistador.»

Se uma obra de arte que se imponha pelo seu real valor, não sai da pena do goês, é porque ela não pode ser elaborada sómente, com o auxílio da gramática e do dicionário dessa língua, uma tal obra deve sair espontânea da alma e só podemos exprimir-nos espontaneamente no idioma que as nossas mães nos ensinaram. (DIAS, 1958)

afirmação será reapropriada por muitos outros críticos literários, goeses e não, que tentaram encontrar uma explicação a esse problema.

O contraste entre a língua portuguesa e o leite materno é uma imagem recorrente em muitos artigos do *Diário de Goa*, bem como em muitas páginas do *Esboço*, sendo empregado tanto com propósitos absolutórios, como no caso das imperfeições «da técnica do verso pauliniano» (DIAS, 1963: 47-48) perdoadas ao poeta Paulino Dias, quanto com propósitos elogiadores, como no seu encómio ao estilo narrativo de Francisco Luís Gomes no *Esboço*. A citação de Rodrigues Lapa é usada para tomar uma posição sobre a relação dos goeses com a língua portuguesa, contextualizando o problema no âmbito da dominação colonial. Isso surpreende porque, em toda a sua ensaística publicada até 1958 na imprensa periódica goesa, o padre nunca tinha expressado uma opinião aberta e objetiva sobre a condição culturalmente subalterna do goês, ao ponto de lhe reconhecer «uma alma dilacerada e confusa». Embora as palavras não sejam as dele, a partilha da citação permite aceder a outro nível de entendimento do seu discurso, sendo que Filinto Cristo Dias não condena a falta de adesão dos escritores goeses ao romance, mas a justifica mediante uma explicação baseada nas instâncias históricas em que a aproximação entre Goa e a língua portuguesa aconteceu.

Dois romances do século XIX, como *Os Brahamanes*, de Francisco Luís Gomes (1866), e *Jacob e Dulce* (1896), de Francisco João da Costa, pintam a sociedade indiana e indo-portuguesa como uma sociedade complexa. Em *Os Brahamanes*, ainda que a ação não decorra na Índia Portuguesa, o autor exalta o lado negativo da sociedade castista e o lado positivo da evangelização católica, enquanto em *Jacob e Dulce* são retratados os hábitos europeus que as personagens goesas querem, a todo custo, ganhar como próprios, das normas do bom costume social à maneira de falar *forçosamente portuguesa*,¹³² a ponto de Filinto se ter servido de muitos diálogos desse romance para ilustrar, na «Secção literária», alguns exemplos dos vícios do português de Goa. Notamos que esses dois romances são mencionados na história literária de Filinto Cristo Dias, mas não constituem um capítulo identificado com o seu género literário, contrariamente ao que acontece com a poesia, à qual o padre dedica a maior parte das páginas da sua obra. Dedicar ao romance um capítulo distinto – como farão posteriormente Devi e Seabra (1971), por exemplo – significaria confrontar as motivações porque o romance não se desenvolveu em Goa, questionando as origens desse estado de ânimo «dilacerado e confuso» do goês, devendo o padre adotar uma abordagem crítica, como aquela assumida na rubrica, e talvez não adequada ao registo celebrativo de uma história literária convencional.

¹³² Para um aprofundamento do contexto cultural retratado nesse romance e uma leitura das operações miméticas realizadas pelas suas personagens, veja-se o ensaio de Everton V. Machado «Os Paclé (Portugueses) em Narrativas Goesas de Língua Portuguesa ou o “Mimetismo Regrado”» (2017).

4. O conceito de história literária indo-portuguesa e os parâmetros de inclusão e exclusão no *Esboço*

Na «Nota preambular» de 1957 e na «Advertência preambular» da edição de 1963, o leitor encontra uma pequena explicação do que é o *Esboço* e do tipo de trabalho que este representa. Vale a pena referir o extrato em questão:

Infelizmente de quantos se têm aplicado até hoje ao estudo do nosso passado, nenhum se deu ao trabalho de apreciar o nosso movimento literário metódicamente, isto é, estudando através das vicissitudes da nossa cultura, as influências mesológicas e as que foram exercidas pelo meio exterior sobre os nossos escritores.

Enquanto não se leve a efeito tal empreendimento, pareceu-nos que poderíamos aventurar-nos a tentativas que valham como contributo mais ou menos prestadio para a obra de sistematização da História da Literatura indo-portuguesa.

Elaborado sob o influxo desse considerando, o presente trabalho não aspira a ser mais que uma sinopse quiçá incompleta de materiais dispersos que, pacientemente reunidos e joeirados, com critério científico poderiam oferecer abundante cabedal para se compor um minucioso estudo analítico da nossa evolução literária. (DIAS, 1963: s.p.)

Com uma estratégia discursiva próxima da *captatio benevolentie*, Filinto Cristo Dias explica em poucas linhas o que ele quis fazer com a redação da sua obra. Ele torna claro ser a primeira pessoa a intentar estudar o passado literário de Goa de uma forma metódica, ou seja, relacionando a literatura com o contexto de produção, tendo em conta as influências exercidas nos escritores pelo substrato cultural goês – o substrato hindu, como no caso da poesia indianista – e pela cultura vinda do estrangeiro – portuguesa ou, em geral, europeia. Contudo, o padre sugere ao leitor considerar o seu livro como apenas uma proposta, uma tentativa de reorganização de materiais literários dispersos que poderia constituir, eventualmente, uma base para a elaboração de um trabalho mais completo. Ele indica esse cobiçado projeto como «obra de sistematização da História da Literatura indo-portuguesa» – conceito que será também adotado por Devi e Seabra (1971) – e «estudo analítico da nossa evolução literária».

A consciência de estar a contribuir para a escrita da primeira história literária de Goa é, portanto, evidente logo a partir das primeiras páginas do *Esboço*. Depois de ter falado do contexto de literacia e educação na secção «Goa pre-lusitana» (DIAS, 1963: 1-2),¹³³ Dias delinea o «Conceito da

¹³³ Na breve secção «Goa pre-lusitana», Filinto Cristo Dias faz questão de referir o grau de desenvolvimento intelectual do goês antes da chegada dos portugueses. Contrariamente a outros territórios atingidos pela colonização europeia, a Índia não era uma terra de «florestas virgens» e «pobres tibros selvagens», mas sim a casa «de uma civilização completa» (DIAS, 1963: 1). Por isso, é possível que a intenção fosse a de provar que em Goa havia já um terreno intelectualmente

História da Literatura indo-portuguesa». Proporcionando essa definição, ele transmite ao leitor não apenas a sua ideia de história literária – «o registo e o estudo» –, mas também uma espécie de critério que estabelece quais são os escritores que integram essa história. Segundo esse critério de seleção, estes últimos seriam apenas os escritores goeses que dominaram a língua portuguesa. Lemos na definição:

A língua portuguesa remotamente aparentada com o nosso concani e com as outras línguas de procedência sanscítica e que já fora veículo duma notável floração literária em Portugal, vai-se agora espalhando no nosso país devido às escolas que se multiplicam e sobe a tal altura a assimilação do novo idioma por parte dum escol sempre crescente dos naturais que não tarda a desabrochar em apreciáveis produções de pensamento e de arte. Ora o registo e o estudo de todas estas criações pertence à História da Literatura Indo-Portuguesa, que poderá ser definida como *resenha e crítica de todas as obras, em prosa e verso, escritas pelos goeses que se serviram de português para a expressão das suas ideias e sentimentos*. (DIAS, 1963: 3-4)¹³⁴

A definição do conceito de «história literária indo-portuguesa» opera em diferentes níveis no texto. Em primeiro lugar, serve para deixar claro que o recurso à língua portuguesa é um requisito imprescindível para os escritores serem englobados nessa história; daí que as manifestações literárias¹³⁵ relativas ao contexto das escolas bramânicas e dos *xastris*¹³⁶ – referidas pelo padre na secção inicial do livro «Goa pre-lusitana» – não podem ser incluídas nesse conceito. Em segundo lugar, se repararmos na parte do excerto não destacada em itálico pelo autor, «Ora o registo e o estudo de todas estas criações pertence à História da Literatura indo-portuguesa», poderíamos interpretar a frase, e o uso do verbo *pertencer*, como uma tentativa de contextualização epistemológica do livro no âmbito da história literária e, também, de instituição de um novo interesse de estudos concernente à literatura de Goa. Isto pode ser o indício de uma ideia de *pertença* que se encontraria na base da obra de Filinto Cristo Dias, tanto no que concerne à afiliação do livro a um determinado campo

fértil para os portugueses poderem começar a sua obra de alfabetização, evangelização e educação literária numa língua não nativa.

¹³⁴ Itálico do autor.

¹³⁵ Neste contexto, a expressão «manifestações literárias» não deve ser entendida como referente a algum tipo de produção impressa ou textual, mas sim como referente à representação da literacia e do ensino e transmissão de saberes culturais, científicos e religiosos.

¹³⁶ Na definição dada por Filinto Cristo Dias os *xastris* eram «homens doutos que se votavam ao estudo profundo não só da religião mas também das ciências e nomeadamente da medicina que marcara na Índia avanço notável» (DIAS, 1963: 2), cujo nível de ensino correspondia ao ensino superior. Enquanto nas escolas bramânicas, equivalentes ao ensino primário, «além da matéria religiosa, ministrava-se aos jovens ensino elementar que abrangia noções de leitura e escrita, em alfabeto devanagárico e também as quatro operações de aritmética empregando-se, para efeito do aprendizado mais eficiente desta disciplina, a tabuada de multiplicação de inteiros e fracções incomparavelmente superior à tabuada de Pitágoras e graças à qual os meninos estavam à vontade para proceder a cálculos mentais com uma prontidão admirável» (DIAS, 1963: 2).

científico ou género textual, quanto no que diz respeito à relação que os escritores estabelecem com a língua portuguesa e com a literatura que produzem e representam. Rosa Maria Perez (2012) chama a atenção para o facto de que, embora Dias tenha sido professor de língua e literatura portuguesa num dos mais importantes seminários de Goa – o Seminário de Nossa Senhora em Saligão –, «o que sugere que o autor estaria estreitamente ligado ao regime colonial» (PEREZ, 2012: 47), é rastreável no *Esboço* um sentimento «de territorialidade e de pertença a uma terra “nacional”» (PEREZ, 2012: 48) não identificável com o Ultramar português, mas sim com a nação indiana. O que sugere a leitura do *Esboço*, na minha ótica, é a tentativa de estabelecer um laço de pertença da comunidade católica goesa à sua literatura, traçando uma trajetória historiográfica que demonstra a dedicação dos goeses ao estudo da língua portuguesa e à sua exploração nos estilos de escrita mais sofisticados.

O *corpus* selecionado por Dias está regulado por critérios de inclusão e exclusão. Os que maiormente chamam a atenção são dois parâmetros que já encontramos na obra de Vicente de Bragança Cunha. Um parâmetro de exclusão: Dias omite as personalidades hindus que escreveram tanto em português quanto noutras línguas vernáculas e cujos trabalhos naquela altura podiam ser já objetos de resenha – como por exemplo a produção literária do grupo de intelectuais hindus que participou na revista *Luz do Oriente*. Um parâmetro de inclusão: os textos abordados por Dias enquadram-se em diferentes domínios das letras que vão além da mera escrita criativa. Lemos, no conceito de história literária indo-portuguesa, o binómio «*ideias e sentimentos*». É provável que essas duas palavras remetam para a distinção entre tipologias de escrita: as *ideias*, representantes da literatura não marcada por algum sentido estético ou lírico, e os *sentimentos*, que indicam a literatura criativa, sobretudo a poesia lírica. O autor do *Esboço* não discute ou problematiza a inclusão do ensaio ou do texto historiográfico na história da literatura indo-portuguesa. A inclusão desse tipo de textos é normalizada no livro, também por meio da noção de cultura literária de que fará uso a seguir. Encontramos uma exceção no caso da inclusão do jornalismo, a qual é justificada, de maneira crítica, no capítulo dedicado justamente a esse género e que será analisado mais à frente.

Deve também que ser dito que, apesar de Dias falar das escritas dos «*goeses que se serviram de português para a expressão das suas ideias e sentimentos*» no seu «Conceito», na parte dedicada à historiografia do segundo período são mencionados Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda, Diogo do Couto e Cunha Rivara, «pela inteligente curiosidade com que se ocuparam nas suas obras de coisas indianas, têm direito à referência, embora sucinta, neste bosquejo» (DIAS, 1963: 18). Similarmente, acontece com o caso de Tomás Ribeiro ao qual são dedicadas duas secções do terceiro período. A este é reconhecido o mérito de ter sido um verdadeiro promotor da atividade cultural em Goa e uma figura inspiradora para uma geração inteira de poetas goeses – como já assinalava Bragança Cunha (1926) e assinalarão muitos outros. Estes pormenores informam-nos acerca da

labilidade dos critérios de inclusão e exclusão privilegiados por Dias. Não é a intenção deste trabalho julgar o que merece ser indexado, ou não, na literatura de Goa em português, mas é do meu interesse averiguar as motivações que levaram os autores das diferentes histórias literárias a cumprirem as suas escolhas inclusivas, compreendendo o sentido que se esconde por trás das contradições que as vezes tais escolhas podem aparentar. Nesse sentido, a *abrangência* de autores portugueses no livro de Filinto Cristo Dias realça, ainda maiormente, a importância do critério linguístico e – se bem que não seja explicitamente admitido – da representatividade da identidade católica.

Com base nestas observações iniciais, será importante averiguar como padre Filinto Cristo Dias coloca em prática a arrumação dos materiais recolhidos. Dado que foi enfatizada a importância dessa obra, por ser a primeira a avançar com uma proposta para pensar na existência de géneros literários na literatura indo-portuguesa, será importante, num segundo momento, ver como os géneros literários são explorados no interior do livro e se a exposição destes está associada a algum tipo de estrutura organizativa que vai além da mera periodização diacrónica, mas que pretende dar corpo ao conceito de história literária que o autor defende.

5. A periodização e os géneros literários

A edição do *Esboço* de 1963 está estruturada em três secções correspondentes às três fases em que a história da literatura indo-portuguesa está periodizada. Sobre essa periodização, Filinto Cristo Dias escreve:

A história da cultura literária de Goa lusitanizada poderá ser repartida em três períodos abrangendo o primeiro, todo o espaço de tempo que vai desde a criação das escolas paróquias em 1545 até o início da imprensa periódica com a publicação de *Gazeta de Goa*, em 22 de Dezembro de 1821; a segunda fase cobre a actividade literária que se estende até a criação do Instituto Vasco da Gama, em 1871, e o terceiro período vai desde 1871 até os nossos dias. (DIAS, 1963: 3)

Dias quis percorrer, da maneira mais exaustiva que lhe era possível, todo o percurso formativo da literatura indo-portuguesa, começando com a definição das origens. A formalização da data de nascimento e de uma periodização linear é importante para a dignificação da literatura, sendo que isso lhe permite ter a sua própria história, uma história escrita e impressa. É, além disso, fundamental reparar que Filinto Cristo Dias segue um discurso narrativo linear na sua história literária, distinguindo as personalidades mais incidentes – sejam estas goesas ou portuguesas – na preparação do terreno cultural, no qual a literatura indo-portuguesa se formou.

Para entender a fundo o esqueleto da periodização, vale a pena olhar para a estrutura global do livro. O capítulo que concerne o primeiro período, intitulado «Período inicial», é englobado na secção introdutiva em que se encontram as secções «Advertência preambular», «Goa pre-lusitana» e «Conceito da história da literatura indo-portuguesa» (DIAS, 1963: 1-6).

O «Segundo período» que compreende a produção literária nos cinquenta anos compreendidos entre 1821 e 1871 inclui os capítulos I e II, organizados da seguinte forma: um capítulo que consta das secções «A fisionomia mental de Goa no século XIX», «Almanaques – repositórios de primícias literárias do goês», «Periódicos literários», «Francisco Luís Gomes e “Os Brahamanes”»; outro capítulo com as secções «Bernardo Francisco da Costa e a imprensa independente», «José Inácio de Loiola», «Historiografia» (DIAS, 1963: 7-21).

A terceira parte, ou «Terceiro período», é composta pelos capítulos que vão desde o IV até ao XIV. No capítulo IV encontramos uma secção chamada «Conspecto geral de cultura na segunda metade do século XIX», e duas secções dedicadas a Tomás Ribeiro, uma sobre a sua obra e outra sobre a fundação do Instituto Vasco da Gama. Seis capítulos,¹³⁷ do V ao IX, debruçam-se sobre a poesia; o capítulo X contém uma brevíssima secção sobre poesia e uma mais extensa sobre a historiografia; o XI ainda sobre historiografia; o capítulo XII aborda o jornalismo; o XIII o ensaio; o último é dedicado à figura do Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, mas contém também um excerto sobre o romance *Jacob & Dulce* de Francisco João da Costa (DIAS, 1963: 22-99).

No final do livro, encontram-se também o «Índice da matéria», um completo «Índice antroponómico» e a lista das erratas. Logo, a partir da leitura do «Índice da matéria», é possível notar na repartição das páginas do livro que o terceiro período, o qual abrange os finais do séculos XIX e a primeira metade do século XX, é a parte mais extensa, e a poesia o género mais explorado. Dado que muitos dos capítulos são apenas listas de referências de nomes e obras organizadas por géneros literários, no estudo do *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* que proponho, será analisado apenas o discurso crítico do seu autor, sem negligenciar totalmente, porém, os conteúdos de tais listas e o significado da sua presença no livro.

5.1 Período inicial: a Igreja católica às origens da literatura indo-portuguesa

Como já temos vindo a apurar, segundo Filinto Cristo Dias, a literatura indo-portuguesa teria início em 1545, com a criação das escolas paroquiais, podendo ser determinado, a partir dessa data, um «período inicial» que termina com a retomada da atividade de impressão em 1821 e a fundação da *Gazeta de Goa*. Esta parte é relevante para entender que, embora no «Conceito» Filinto Cristo

¹³⁷ No «Índice da matéria», Filinto Cristo Dias chama os capítulos dedicados à poesia e à historiografia «série».

Dias se refira a obras «escritas» (DIAS, 1963: 3), a alfabetização e a aprendizagem da língua portuguesa fazem parte da história da literatura indo-portuguesa, como parte do processo de evangelização. Na globalidade do livro, temos de considerar a importância do conceito de *formação*, o qual está presente em todos os capítulos, de diferentes maneiras. De facto, não seria de excluir, como Devi e Seabra apontarão em 1971, que Dias tenha sido estimulado por intuítos pedagógicos na escrita da sua história literária, uma vez que exercitou a profissão docente durante toda a sua vida. Daí que se depreenda que, na sua ideia de história literária, o nascimento da literatura indo-portuguesa não seria datável com o aparecimento de um texto impresso, mas sim com o início da formação de uma literacia goesa em língua não vernácula.

O aporte da Igreja católica na história da literatura de Goa é irrefutável. Anteriormente, Jacinto Caetano Barreto Miranda, no já citado artigo «Duas palavras sobre o progresso literário em Goa» (1864), tinha indicado que as primeiras publicações literárias aparecidas em Goa no século XVII «versam sobre assumptos religiosos escriptos em lingua vernacula, para o conhecimento dos neophitos, que vinham purificar-se dos seus erros, na piscina catholica, sem terem o estudo da lingua portugueza» (MIRANDA, 1864: 584). Apesar da reconstrução historiográfica de Barreto Miranda não ter sido realizada na base de algum conceito manifesto de história literária, o seu artigo acompanha o progresso literário desde quando se podem datar os primeiros textos impressos em Goa – «como e quando a nossa educação litteraria pôde chamar os filhos da India a escreverem e darem á estampa os seus pensamentos» (MIRANDA, 1864: 584). No livro de Filinto Cristo Dias, é o próprio processo de educação católica que constitui os alicerces da história literária de Goa em português. Em relação a isso, não deve ser descurado o facto de ele ser sacerdote e docente numa instituição de ensino religioso, o Seminário da Nossa Senhora, em Saligão, o que o leva, presumivelmente, a ter consciência da intercessão favorável que a educação religiosa pode ter na formação literária dos indivíduos.¹³⁸

No período inicial da história da literatura indo-portuguesa, é colocada a fundação das escolas paroquiais para a instrução primária e dos colégios e seminários para a instrução secundária. Sobre os colégios Dias escreve:

A Instrução secundária e superior era ministrada nos colégios das ordens religiosas alguns dos quais eram centros de irradiação de cultura humanística. A língua portuguesa que se aprendia ao mesmo tempo que a latina,

¹³⁸ Para um aprofundamento de leitura sobre a educação em Goa sob o colonialismo em Goa, veja-se *The development of teacher education in Portuguese Goa (1841-1961)* de Ricardo Cabral (2009). Este livro contém uma bibliografia bastante rica sobre a história do ensino em Goa. Por isso, mesmo que o foco do autor seja sobre a educação dos formadores, vale a pena ler este trabalho pela completude dos recursos bibliográficos consultados pelo seu autor.

cursava-se em cinco ou seis anos, e, após esse estudo o jovem inscrevia-se como aluno de Filosofia e Teologia, cursos que se professavam em quase todos os colégios dos religiosos. (DIAS, 1963: 3)

As instituições religiosas listadas pelo padre são: o Seminário da Santa Fé, o primeiro estabelecimento educacional católico em absoluto «em que se criavam em letras e bons costumes meninos de vários países do Oriente a fim de que, chegando esses rapazes a formar-se sacerdotes, regressassem às suas pátrias e espalhassem o Evangelho entre os conterrâneos» (DIAS, 1963: 3); o Colégio de São Paulo, fundado pelo jesuítas com as receitas do Seminário de Santa Fé, e importante por ter sido a casa da primeira tipografia na Índia – construída em 1556 – em que foram impressos os primeiros textos em Goa; o Colégio de São Boaventura dos franciscanos; o Colégio de São Tomás de Aquino dos dominicanos; o Colégio de Populo dos agostinhos; e enfim, o colégio de Rachol, aberto pelos jesuítas em 1610 e que se tornará seminário depois da expulsão destes de Portugal por D. José I e o Marquês do Pombal (1759), também notável por ter tido, como o Colégio de São Paulo, o seu próprio selo, onde foi impresso o *Krista Purana* do padre Thomas Stephens, então diretor do colégio.

Tendo em conta a movimentada atividade desses centros religiosos, Dias escreve que, até a expulsão dos jesuítas, «não é de admirar que a cultura das letras constituísse património exclusivo do clero» (DIAS, 1963: 5). Contudo, ele lamenta, que no século XVIII, os goeses cujas obras podiam ser registadas eram circunscritos ao reduzido número de quatro sacerdotes: António João de Frias, Leonardo Pais, Jacome Gonsalves e Sebastião do Rego. Provavelmente, esses religiosos fizeram parte de uma das primeiras gerações de naturais de Goa que receberam uma educação completa em língua portuguesa, até ao ponto de desenvolverem a escrita de textos eruditos. Como Jacinto Caetano Barreto Miranda e Vicente de Bragança Cunha tinham expressado anteriormente, também Dias critica as posições castistas assumidas pelo jesuíta brâmane António João de Frias no tratado *Aureola dos indios e nobiliarchia bracmana* (1702), e pelo jesuíta chardó Leonardo Pais em *Promptuario das definições indicas* (1713): «Faz pena o verificar que estes dois eclesiásticos, tão inteligentes e cultos, tenham dissipado a riqueza do seu engenho, digno de melhor aplicação, em questões de lana caprina» (DIAS, 1963: 5-6).

Porém, ainda que Filinto tenha enfatizado a presença de tipografias e selos no interior desses centros religiosos de ensino, ele não problematiza o facto de as obras produzidas pelos quatro sacerdotes goeses não terem sido publicadas em Goa, mas sim em diferentes tipografias de Lisboa. Por isso, o leitor que não tem um conhecimento básico do quadro histórico e cultural de Goa durante o colonialismo – ou, mais simplesmente, ao longo dos primeiros dois séculos de ocupação e instalação portuguesa – pode chegar à conclusão de que os primeiros textos elaborados em

português, por goeses, foram também impressos em Goa, negligenciando, dessa forma, a forte relação de dependência cultural que a colónia tinha e manteve com a metrópole até a promulgação da Constituição, em 1821, que autorizou o reinício da atividade de impressão em Goa. Aliás, Devi e Seabra sustentam que na história da literatura de Goa, as obras editadas in loco, sendo uma minoria comparadas com aquelas que se publicavam no estrangeiro, não contribuíram para a formação de uma superestrutura cultural goesa. Dessa forma, eles justificam o facto de que muitos escritores mantiveram o hábito de publicar na metrópole inclusive em épocas de não-proibição em Goa (DEVI & SEABRA, 1971: 131–133).

5.2 Segundo período: o restabelecimento da imprensa em Goa e o seu impacto na produção periódica e literária local

O segundo capítulo do livro, que faz parte do segundo período de história literária indo-portuguesa, abre ainda com a questão da educação e do ensino da língua portuguesa, reportando as reformas realizadas no sistema escolar no século XIX. Fora do âmbito da educação eclesiástica, Filinto Cristo Dias refere a sofisticação dos programas de estudos do Liceu de Goa (1854-1961) – antes Liceu Central de Nova Goa e depois Liceu Nacional «Afonso de Albuquerque» –, a fundação da famosa Escola Médico-Cirúrgica de Goa e a reforma da Escola Matemática e Militar. Também o clero, querendo acompanhar essa onda de reformas educativas, agilizou mudanças nos programas de ensino nos seminários de Chorão e Rachol.¹³⁹

Na totalidade, o segundo período aborda as primeiras publicações periódicas literárias e culturais impressas em Goa, o romance *Os Brahamanes* de Francisco Luís Gomes, a fundação da imprensa privada e a publicação dos primeiros trabalhos historiográficos sobre a Índia Portuguesa. Numa visão geral dos dois capítulos que compõem o segundo período,¹⁴⁰ podemos constatar uma interrupção na linearidade narrativa que acompanha a exposição cronológica dos eventos. De facto, o padre introduz o aparecimento de revistas e folhetos literários sem aprofundar o contexto social e cultural em que essas publicações eclodiram. Por exemplo, Dias debruça-se sobre a *Ilustração Goana*, a mais importante revista literária publicada em Goa no século XIX, sem oferecer muitos detalhes.¹⁴¹ No *Esboço*, a *Ilustração Goana* é apresentada separadamente da secção em que é referido o surgimento das tipografias particulares, sendo o fluxo narrativo interrompido pela secção sobre *Os Brahamanes* de Francisco Luís Gomes. Apesar de se tratar de um pormenor relativo à

¹³⁹ A pequena introdução ao segundo período, em que são mencionadas as reformas escolares, leva o nome de «A fisionomia mental de Goa no século XIX» (DIAS, 1963: 7).

¹⁴⁰ Sobre a organização em capítulos e secções dos três períodos, volte-se a ler a secção 5 do presente capítulo.

¹⁴¹ A *Ilustração Goana* foi fundada em 1864 por Júlio Gonçalves, e foi a revista literária com maior atividade na época. Um estudo aprofundado dessa revista foi realizado por Ana Cristina Kerbauy, na sua tese de doutoramento *Ilustração Goana e Minerva Brasiliense: a sedimentação do romantismo em Goa e no Brasil* (2008).

organização estrutural do livro, é um pormenor que nos faz refletir sobre o contexto cultural de referência utilizado no livro. Dado que ele refere, na «Advertência preambular», estar interessado pelas «influências mesológicas», é preciso entender, ao longo da análise do livro, quais são os aspectos do contexto cultural que o padre privilegia e toma em consideração.

Voltando à lista de publicações periódicas preparada por Filinto Cristo Dias, nesta aparecem os *almanaques* «repositórios de primícias literárias do goês», de frequência anual, e algumas publicações de periodicidade mensal ou irregular, de temática puramente literária. Excetuando o caso da *Ilustração Goana*, todas eram impressas na tipografia da Imprensa Nacional que Dias refere ter sido reinstalada para a impressão da *Gazeta de Goa*. Sobre os almanaques, Dias escreve:

Nesses almanaques que eram dados à estampa de ano para ano, os novos que se sentissem com propensão às letras, faziam a sua estreia sob a direcção dos escritores mais experimentados.

As composições que ali se inseriam eram ora biografias de homens notáveis do país, ora pequeninos artigos ocupando-se do nosso rico folclore, ora registo de lendas e tradições relacionadas com factos históricos, ora crónicas de vulgarização científica. (DIAS, 1963: 8)¹⁴²

São citados o *Almanaque popular*, *Almanaque de lembranças*, *Almanaque literário*, *Almanaque recreativo*, *Almanaque do Cristianismo*, o *Almanaque para chorões* e ainda outra publicação anual, o *Calendário eclesiástico e litúrgico de Goa*, organizado pelo padre Casimiro Cristovam Nazaré entre 1867 e 1872. Entre as outras publicações periódicas de cunho literário, são listadas a *Biblioteca de Goa*, *O Enciclopédico* e *O Compilador*. Sobre este último, Dias escreve ter sido a revista que mais contribuiu para o progresso literário de Goa, «instilando no ânimo do goês instruído o mais vivo afecto às letras e aperfeiçoando-lhe simultaneamente o senso estético» (DIAS, 1963: 9), por meio da reprodução de artigos de crítica literária procedentes de outras revistas europeias.¹⁴³

À *Ilustração Goana* é dedicado um parágrafo maior «por causa de notável influência que exerceu sobre alguns talentos nascentes dessa época» (DIAS, 1963: 9). Contudo, nesse espaço reservado à revista de Júlio Gonçalves, não são disponibilizadas muitas informações, e também não é discutido ou criticado o conteúdo dos vários números, nem de maneira genérica. Apenas são

¹⁴² Devi e Seabra sustentam que, no século XIX, os *almanaques* agilizaram a circulação dos textos literários dentro da sociedade médio-burguesa de Goa, ainda não preparada para o consumo de revistas propriamente literárias, por ser «um objecto menos efémero e por isso de venda mais fácil, pois unia também aos textos literários festas religiosas, datas históricas e de sementeiras e outras informações que se supunha serem úteis» (DEVI & SEABRA, 1971: 147).

¹⁴³ Entre as outras revistas que Filinto Cristo Dias cita, encontramos *O Mosaico*, *Revista ilustrativa*, *O Vergel*, *O Recreio* e *Tirocínio literario*.

elencados os nomes dos participantes mais notos. A brevidade com que alguns dos tópicos são tratados talvez possa significar que Dias não conhecesse todas as obras de maneira direta – isto é por meio da experiência da leitura –, porém as referenciasse por conhecimento indireto, extraindo as informações de alguns trabalhos previamente publicados, como *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII: apontamentos histórico-bibliográficos* de Ismael Gracias (1880), *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa* (1923) de António Maria da Cunha, o próprio livro de Vicente de Bragança Cunha *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* (1926) ou o trabalho *India in Portuguese Literature* de Ethel Pope (1937).

A seguir, ele cita a revista de poesia *Harpa do Mandovi* e avança com a secção dedicada a Francisco Luís Gomes e ao seu romance *Os Brahamanes*, de 1866, «jóia de subido valor da literatura indo-portuguesa» (DIAS, 1963: 16). Ao romance são dedicadas sete páginas do *Esboço*, sendo que a maioria são gastas a resumir a trama narrativa que se desenvolve no norte da Índia, durante a administração colonial britânica. A introdução da personagem de Gomes e, em geral da sua obra, é retirada de um artigo previamente publicado na rubrica «Letras & Língua» da «Secção literária» do *Diário de Goa*, no dia 3 de janeiro de 1956, onde é também reproduzido um dos episódios fulcrais do romance, «A queda», quando o brâmane Magnod é arrastado e, portanto, tocado pelos *impuros* empregados sudras de Roberto. Na ótica do padre, *Os Brahamanes* é um romance importante não só por ter consagrado o nome de um autor goês no panorama literário europeu, mas também por carregar valores procedentes da moral católica. Tendo em conta disso, não surpreende que Dias se detenha maiormente na figura do Frei Francisco, apresentado como o herói do romance e ao qual tinha já dedicado um artigo.¹⁴⁴ Apreciamos algumas frases com que o autor descreve o romance:

Principiemos por observar que «*Os Brâmanes*» é um romance, de acentuada feição romântica, sem embargo de vir a lume precisamente no mesmo ano que a célebre *Questão Coimbrã* desencadeada para demolir os processos da escola Romântica e estabelecer o Realismo nas letras, tocava o auge.

A alma indiana, sonhadora e amorosa como era a de Francisco Luis Gomes, propendia instintivamente para o sentimentalismo romântico dentro de cujos moldes se acharia, como peixe na água. (DIAS, 1963: 11)

“*Os Brâmanes*” soam como um pregão de ampla ressonância com que a pena de Francisco Luis Gomes anuncia *urbi et obrbi* a mensagem dum são liberalismo, profundamente impregnado de princípios cristãos. (DIAS, 1963: 12)

¹⁴⁴ Refiro-me ao artigo «O sacerdote, personagem em romances contemporâneos» publicado no *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa* em 1956 (416-420).

«*Os Brâmanes*» é portanto um romance de tese. Através desta forma literária combate o autor a injustiça das distinções originadas do sistema social de divisão de castas ou raça.

A par da tese que acabámos de indicar, debatem-se também várias outras questões de perto ou de longe, relacionadas com ela, como por exemplo, a profissão das bailadeiras, a acção nociva do jogo, o direito do Padroado Português na Índia, a instituição snaguinária dos togues, etc. (DIAS, 1963: 12)

Como se notou no princípio deste trabalho, «*Os Brâmanes*» valem por um libelo contra o bramanismo, quer dizer, contra a tirania do aparceramento social de casta ou raça. Magnod é brâmane que se julga conspurcado se cai sobre ele a sombra do pária; Roberto também o é, quando recusa a mão de Helena ao filho de Magnod unicamente porque ele pertence a outra raça. A questão central que se agita, pois, através de *Os Brâmanes* é o conflito entre dois bramanismos: brâmanismo branco e bramanismo de côr. (DIAS, 1963: 16)

Dias contextualiza *Os Brahamanes* na tradição romântica do romance português, justificando a caracterização emotiva das personagens com a influência que essa escola literária teve em Francisco Luís Gomes. Os protagonistas do romance movem-se na trama por impulso de paixões instintivas, exceção feita ao padre agostinho Frei Francisco, que é motivado pelo amor cristão. Esta é a personagem – única personagem portuguesa do livro, vinda do Algarve, passando por Goa – que no *Esboço* é melhor descrita e que é apresentada como a figura-chave para resolver os conflitos gerados pelas distinções sociais e raciais denunciadas no romance. Com efeito, Filinto Cristo Dias descreve *Os Brahamanes* como romance de tese, interpretando o final feliz como uma demonstração do facto de a compaixão e o perdão professados pelo evangelho poderem vencer sobre as desigualdades, o ódio e a vingança. Esta tese posiciona-se evidentemente longe das interpretações pós-coloniais sobre o romance que foram avançadas por alguns estudiosos como Everton V. Machado (2008), Rochelle Pinto (2007; 2016) e Helder Garmes (2013). No artigo «Entre texto e contexto: a ambiguidade do romance *Os Brahamanes* (1866), de Francisco Luís Gomes», um estudo sobre a crítica do romance em questão, Helder Garmes faz uma comparação entre a abordagem de Machado e de Pinto, reportando que, na opinião de Machado, Francisco Luís Gomes seria um anticolonialista «lutando em seu livro contra os abusos perpetrados pelo colonizador, mas sem questionar quer a superioridade do Ocidente, quer a superioridade da raça branca, não obstante seu pertencimento à raça subserviente, ou precisamente por causa disso» (*apud* GARMES, 2016: 353). Por outro lado, Garmes nota que na crítica de Rochelle Pinto, a historiadora aponta para a presença, no romance, de elementos descritos com método etnográfico, género textual – junto com o historiográfico – mais familiar aos leitores das elites goesas. Na opinião de Pinto, *Os Brahamanes* «pode ser lido como um texto que empregou as estratégias de escrita etnográfica crítica antibramânica da Índia, endereçada a um círculo restrito de goeses» (*apud* GARMES, 2016: 356). É curioso notar como Filinto Cristo

Dias não interpreta o romance à luz de algum possível conflito de castas no interior da comunidade católica indo-portuguesa. Aliás, «o bramanismo branco e o bramanismo de côr» que ele cita é uma referência ao facto de os preconceitos sociais serem transversais, encontrando-se enraizados em qualquer indivíduo. Nenhuma alusão aos conflitos entre as castas católicas que, aliás, alcançaram o apogeu, dominando o espaço do debate público, exatamente durante a época em que Francisco Luís Gomes escrevia.

Além disso, Dias faz muita pouca reflexão crítica relativa ao estilo narrativo de Gomes, limitando-se a assertar que: «a narrativa hábilmente conduzida e cheia de sugestivas imagens assume frequentemente intensidade dramática» (DIAS, 1963: 16), elogiando o talento com que o escritor goês soube escrever em português, apesar de não ser a sua língua materna. Esta representa a primeira das muitas ocasiões, ao longo do livro, em que Dias fará questão de destacar que a língua portuguesa não era a língua nativa dos escritores resenhados, constituindo uma espécie de justificação das falhas presentes nas obras destes ou da imperfeição do estilo.

O segundo período conclui-se com a fundação da imprensa particular e as figuras de Bernardo Francisco da Costa e José Inácio de Loiola, e uma secção sobre historiografia. As secções sobre Costa e Loiola apresentam as respetivas personagens indicando apenas as informações biográficas e bibliográficas essenciais, fazendo uma alusão, não referenciada, ao conflito político ativo entre os dois. Sobre Bernardo Francisco da Costa, Dias escreve que em *O Ultramar*: «lidou como jornalista de pulso ora agitando problemas de interesse local ora ventilando com rara erudição questões de economia, de indústria e até de literatura ora batendo-se, em polémicas acaloradas, pelo seu ideário político» (DIAS, 1963: 17).¹⁴⁵ Enquanto sobre Loiola é referida a sua posição antagónica em relação ao adversário de *O Ultramar* – explicada como um mero conflito de divergências políticas –, descrevendo *A Índia Portuguesa* como «uma tribuna de potente ressonância em que [Loiola] manteve com galhardia polémicas, por vezes, demasiado ásperas em prol das suas ideias políticas» (DIAS, 1963: 18).¹⁴⁶ As secções sobre Bernardo Francisco da Costa e José Inácio de Loiola são um exemplo de como no *Esboço*, na maioria dos casos resenhados, a referência se limita a mencionar nomes e respetivas obras principais, sem alegar algum tipo de reportagem do contexto de produção. Por exemplo, de Bernardo Francisco da Costa, Dias reporta «o serviço de assinalada valia que lhe deve a cultura luso-indiana», indicando a abertura da primeira tipografia alternativa ao monopólio da Imprensa Nacional, mas sem aprofundar as verdadeiras mudanças culturais e sociais que esse evento comportou. Não foi só uma ampliação da plataforma de difusão de ideias, com a

¹⁴⁵ Uma informação interessante sobre Costa que Filinto proporciona é a fundação do Teatro Harmonia em Margão, no bairro Borda, onde se exibiram exclusivamente atores locais.

¹⁴⁶ Dias refere também dos dois a publicação do *Manual prático do agricultor indiano* de Bernardo Francisco da Costa (1872) e *Culturas indianas* de José Inácio de Loiola (1896).

impressão de novos jornais a funcionarem de suporte destas, mas também o início de um processo de consciencialização dos goeses sobre as suas possibilidades para produzir valores culturais próprios. Finalmente, um verdadeiro processo de consciencialização literária, por meio do aparecimento de um novo tipo de público leitor, mais ciente e exigente, como foi já apontado no capítulo desta tese sobre a obra de Jacinto Caetano Barreto Miranda e Vicente de Bragança Cunha.

Para concluir o terceiro capítulo, Filinto Cristo Dias insere uma secção sobre historiografia em que, como foi já problematizado, são citados diferentes historiadores portugueses, cuja inclusão coloca em discussão o próprio conceito de história literária proposto pelo autor. Esses nomes notos «estudaram com carinho o regime social e político, as religiões, as tradições, a psicologia, os costumes, a flora e a fauna da Índia e abriram, desta arte, caminho aos investigadores goeses» (DIAS, 1963: 18). Entre esses nomes, encontramos Gaspar Correia, Diogo do Couto, Fernão Lopes de Castanheda e Joaquim Heliodoro Cunha Rivara. Dos primeiros três são citadas as obras principais e a particularidade de estas retratarem o quadro histórico da chegada dos portugueses à Índia de maneira autêntica.¹⁴⁷ Todavia, a inclusão desses nomes não só acaba com os critérios seletivos, impostos pelo «Conceito», relativamente aos autores, mas também com a periodização proposta para a história literária, dado que o segundo período compreende um lapso temporal de cinquenta anos que vai desde 1821 até 1871. À luz disso, deveria-nos-mos perguntar o porquê da incorporação desses historiadores que viveram e escreveram entre os séculos XVI e XVII. A inclusão desses nomes poderia ser uma maneira de ilustrar qual foi a escola historiográfica que funcionou como modelo para o início de uma historiografia indo-portuguesa, o que faria sentido no caso da inclusão de uma personalidade aparecida posteriormente como Cunha Rivara, por exemplo. No início do *Esboço*, o leitor aprende que o intuito do autor é traçar o percurso da evolução literária desde o enraizamento da cultura latina em Goa. Por isso, no caso da inclusão da historiografia dos Descobrimentos, mais plausível seria a hipótese de ter resenhado Gaspar Correia, Diogo do Couto e Fernão Lopes de Castanheda por sentir a exigência de introduzir no livro nomes afirmados da literatura portuguesa, e fundamentar, dessa forma, as origens conceituadas da literatura indo-portuguesa.

Sobre Joaquim Heliodoro Cunha Rivara, Dias extrai de uma citação de Ismael Gracias a informação necessária para o preenchimento do perfil bio e bibliográfico do historiador português, ressaltando o seu papel de mecenas para uma geração de intelectuais goeses que se formou na altura da sua estadia em Goa (1855-1877). Tido como o seguidor, como por natureza, dos historiadores da

¹⁴⁷ De Gaspar Correia ele cita as *Lendas da Índia*, de Fernão Lopes de Castanheda a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* – da qual elogia a «independência com que aponta os erros dos seus compatriotas na Índia» (DIAS, 1963: 19) –, do Diogo do Couto as continuações das *Décadas da Ásia* de João de Barros.

época dos Descobrimentos, a Cunha Rivara é reconhecido o mérito de se ter interessado pela história da ação portuguesa no Oriente e, sobretudo, de ter promovido o estudo do concani entre os goeses, a um nível de pesquisa sensivelmente erudito.¹⁴⁸ Ao seu papel de formador por excelência é dedicada a maioria dos parágrafos da secção sobre o género historiográfico, relativo ao segundo período, sendo o nome de Cunha Rivara acompanhado por aqueles de Filipe Neri Xavier, Miguel Vicente de Abreu e Jacinto Caetano Barreto Miranda, aos quais Filinto Cristo Dias não concede muita atenção. Ele limita-se a listar as principais obras da produção historiográfica destes¹⁴⁹ e a indicar a afiliação emblemática ao exemplo de Cunha Rivara.

5.3 Terceiro período: o surgimento de uma «nova literatura em língua portuguesa»

No *Esboço*, cada período tem uma função específica para sustentar a estrutura geral do livro. Se o primeiro período é essencial por reconstruir o quadro das instituições de ensino religioso em Goa, enquanto ponto de partida do percurso de construção de uma literacia em português, e o segundo período é importante por introduzir – se bem que de maneira superficial – as figuras que atuaram nas principais mudanças no meio cultural goês no século XIX, o terceiro período é determinante porque nos mostra o principiar de uma vertente criativa e lírica na literatura indo-portuguesa. É, de facto, no terceiro período que a literatura começa a ser sistematizada por géneros literários, e o autor inicia a transcrição de excertos de obras, com o fim de analisar não só os conteúdos temáticos, mas também o estilo da escrita.

O IV capítulo do terceiro período abre com uma secção intitulada «Conspecto geral de cultura na segunda metade do século XIX». O segundo período foi introduzido com uma secção que alertava sobre a «fisionomia mental» do goês no início do século XIX, enquanto a secção que contextualiza o terceiro período faz já alusão a uma «cultura», suportada por um sistema de educação aperfeiçoado e uma rede de jornais a funcionarem como plataforma para a circulação de ideias. Vale a pena transcrever parcialmente a secção em questão:

¹⁴⁸ Sobre as obras publicadas por Cunha Rivara Dias escreve: «Da sua opulenta bibliografia que em grande parte se acha espalhada pelas revistas e jornais de Portugal e de Goa, relevaremos o *Arquivo Português-Oriental*, manancial precioso de documentos relativos ao domínio lusitano nas terras do Levante e a publicação periódica intitulada *O Cronista de Tissuari* que deu à estampa durante três anos, desde 1867 até 1869» (DIAS, 1963: 20). Além disso, ele reporta a publicação de um dicionário concani-português compilado por um missionário italiano (1868) e a *Grammatica da lingua concani* do padre Thomas Stephens (1857).

¹⁴⁹ Filinto Cristo Dias indica de Filipe Nery Xavier a fundação da revista *O gabinete literário das Fontainhas* e o livro *Bosquejo histórico das comunidades de Goa*; de autoria de Miguel Vicente de Abreu são mencionadas *Relação das alterações políticas de Goa* e *Resenha de alguns distintos naturais de Goa*, bem como a publicação das traduções do francês do *Bosquejo histórico de Goa do padre Cottineau* e da *Narração da Inquisição de Goa por Dellon*; enfim, de Jacinto Caetano Barreto Miranda cita *Memória descritiva da Vila de Margão* e os *Quadros históricos de Goa*, e a colaboração na *Ilustração Goana* e no *Arquivo pitoresco* do Porto.

A progressiva difusão da instrução pública, em consequência do estabelecimento do Liceu Nacional criado pela portaria de 9 de Novembro de 1854; da Escola Normal e dos Cursos de *Gramática portuguesa e latina e latinidade*, abertos em Margão, Mapuçá, Chinchinim, Saligão, Piedade e Neurá e que tão largo contributo deram não só para a formação humanística das gerações pretéritas; o notável incremento do ensino particular de português, latim, filosofia, e em alguns estabelecimentos, ainda de francês e inglês ministrado em vários colégios por mestres sabedores, recrutados, por via de regra, entre eclesiásticos; as acasas lutas políticas travadas nas colunas dos jornais, órgãos de dois partidos existentes; e vivo interesse com que a nossa mocidade acompanhava, através da Imprensa local, os debates literários que se desencadeavam na metrópole, mormente a célebre questão coimbrã, concorreram para criar clima propício à expansão da potencialidade intelectual do indo-português cujo talento maleável se achara já apto a produzir uma arte caracteristicamente sua: nova literatura em língua portuguesa. (DIAS, 1963: 22)

Poderíamos afirmar que o terceiro período distingue-se por contar com um cenário cultural que possibilita e sustenta a produção de uma literatura mais focada na representação estética. Dias define o talento das personalidades indo-portuguesas que escreviam nessa altura como *maleável*. Esta característica de maleabilidade, que eles revelam, é provavelmente uma referência ao facto de se deixarem influenciar pelos estímulos culturais que vinham de fora da Índia. Isto é representado tanto pela ação de figuras intelectuais portuguesas operantes em Goa no século XIX, como Cunha Rivara ou Tomás Ribeiro, quanto à maior possibilidade de mobilidade dos goeses proporcionada pelas reformas constitucionais, as quais asseguraram uma participação mais ativa dos goeses no debate político e cultural encenado na metrópole. Por outro lado, estando a poesia indianista incluída nesse período, a maleabilidade poderia aludir à tendência desses poetas a tirarem proveito da tradição literária hindu para a sua produção lírica, ou em mais em geral, poderia aludir ao atingimento de um nível de maturidade e sensibilidade estética que teria habilitado os poetas goeses a se abrirem, de maneira consciente, às mais variadas inspirações artísticas. De facto, a poesia é o género literário que ocupa mais espaço na parte do livro que concerne o terceiro período, seguido pelo género historiográfico, o jornalismo e o ensaísmo, assim como explicado pelo autor do *Esboço*:

A actividade literária deste período principalmente a que se regista após a criação do Instituto Vasco da Gama, acusa notável progresso a ponto de alguns escritores reputarem, pelo menos, a primeira etapa desta quadra como idade de ouro da literatura indo-portuguesa. Abrange principalmente três domínios: poesia, historiografia, jornalismo e ensaio. (DIAS, 1963: 29)

Apesar de não sabermos quem foram esses escritores que definiram o terceiro período como *idade de ouro*, é notável, mais uma vez, o facto de na época contemporânea alguns estudiosos da literatura de Goa, como Joana Passos (2012), Heldér Garmes e Paul Melo e Castro (2014), tenham defendido tal separação de períodos, indicando essa etapa como o início de uma literatura goesa em português, adulta e independente da produção cultural da metrópole e, no caso de Passos (2012), diferente da anterior literatura indo-portuguesa, tida como uma fase em que a produção literária é preeminentemente filtrada pelo olhar do colonizador. Contudo, a distinção efetuada por Filinto Cristo Dias, embora reconheça o valor genuinamente estético dessa terceira fase, não invalida a produção literária do passado, sendo esta igualmente parte de uma maior literatura indo-portuguesa, para qual goeses e portugueses contribuíram. Pelo contrário, para os críticos contemporâneos citados, os textos publicados antes do século XIX não seriam pensáveis enquanto expressão de uma literatura autenticamente goesa. Outra diferença é que essa nova fase para a literatura de Goa em português – ou indo-portuguesa no caso de Dias – começaria no *Esboço* com a fundação do Instituto Vasco da Gama, em 1871, por Tomás Ribeiro, enquanto para Passos, Garmes e Castro teria início já com a reintrodução da imprensa em 1822, a impressão e circulação das primeiras publicações periódicas literárias, a fundação dos primeiros grêmios literários e, claramente, com a publicação do primeiro romance escrito por um goês, *Os Brahamanes*, de Francisco Luís Gomes (1866) – obra essa, que em Goa foi publicada apenas em 1928. Cumprir uma leitura dessas diferenças entre velhas e novas perspectivas é importante tanto para compreender as ideias que foram concebidas à volta do caso da literatura de Goa, quanto – e sobretudo – para pensarmos em novas propostas de história literária que problematizem a plausibilidade dos conceitos em causa.

Voltando ao terceiro período no *Esboço*, à introdução sobre o estado geral da cultura em Goa sucedem duas secções sobre a figura e a ação de Tomás Ribeiro na Índia Portuguesa, nomeadamente, «Tomás Ribeiro e a sua obra» e «Tomás Ribeiro e o Instituto Vasco da Gama». Na primeira parte é apresentado o escritor português e são introduzidas as suas principais obras, entre as quais Filinto Cristo Dias ressalta as de inspiração goesa, nomeadamente, as *Jornadas*. Porém, como no caso de Cunha Rivara, a inclusão de Tomás Ribeiro na história literária indo-portuguesa é justificada não só por ter sido uma figura que conta com uma produção textual influenciada pela vivência em Goa, mas sobretudo pela importância da sua intervenção no meio cultural goês. Dias escreve:

Campeão indefesso do progresso da nossa terra, Tomás Ribeiro é credor do perene reconhecimento dos filhos da Índia em razão do mecenato que, tão generosamente, exerceu entre nós, estendendo a sua mão amiga e

protectora aos escritores goeses que, agrupando-se em torno do bardo de *D. Jaime*, se sentiram capazes de pisar com segurança as doces mas dificultosas sendas da Literatura. (DIAS, 1963: 25-26)

A segunda secção sobre o Instituto Vasco da Gama percorre as fases da história do Instituto, desde a sua inauguração, no dia 22 de novembro de 1871 até a sua reabertura em 1924, depois de ter sido dissolvido em 1875. Dias não tece comentários originais relativamente a essa instituição cultural e literária, proporcionando apenas dados que contextualizam a razão de ser do Instituto e o seu funcionamento durante os quatro anos de existência antes da saída de Tomás Ribeiro de Goa. Porém, é interessante notar como ele reforça o facto de o Instituto ter extinguido a atividade depois do abandono de Ribeiro, como se quisesse enfatizar a imprescindibilidade de figuras de referências fortes para manter as condições propícias para a evolução literária de Goa. De facto, Dias faz questão de lembrar que, também depois da sua reativação em 1924, pelo Governador Geral Jaime de Moraes, a atividade do Instituto nunca chegou a ser comparável com aquela experienciada durante a estadia de Tomás Ribeiro, e que depois da morte de outros «vultos encanecidos nos trabalhos literários» (DIAS, 1963: 28-29), como António Floriano de Noronha e Wolfgang da Silva, «principiou a declinar entrando no marasmo em que presentemente vai arrastando a existência» (DIAS, 1963: 29). Na edição desmembrada do *Esboço*, essa parte é publicada no nº 7 do ano 1958 do *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*. Na edição de referência do presente trabalho, de 1963, essa informação não é retificada, apesar de, nessa altura, o Instituto ter mudado já o nome para Instituto Menezes Bragança. Ainda nessa altura, o Instituto estava a experienciar uma grande movimentação, não só em defesa da cultura de língua portuguesa, mas também de promoção de cultura goesa, estando envolvidos na sua gestão notáveis individualidades da constelação intelectual hindu.

5.3.1 A poesia resenhada no terceiro período

A poesia abordada no terceiro período é organizada em seis capítulos, acompanhando a produção lírica publicada entre o fim do século XIX e, indicativamente, a década de 30 do século XX. Nessas séries estão incluídos poetas goeses, luso-descendentes e até portugueses, como o caso de Alberto Osório de Castro, resenhado pelas mesmas motivações que levaram Dias a incluir no *Esboço* os nomes de Cunha Rivara e Tomás Ribeiro, ou seja, por se ter dedicado ao refinamento do

meio cultural goês, oferecendo proteção literária a jovens escritores locais – como Nascimento Mendonça por exemplo.¹⁵⁰

Na observação desta secção, não será analisado singularmente cada poeta, mas será contemplado quais são os aspectos gerais da poesia indo-portuguesa que Filinto Cristo Dias privilegia para a sua crítica ou resenha. Por exemplo, ao lado das observações relativas ao estilo desses poetas, é evidente uma preocupação do autor do *Esboço* em colocar em evidência os conteúdos religiosos ou morais da seleção de poesias transcritas no livro. Isso é um aspecto mais perceptível sobretudo no que concerne a abordagem da poesia que definimos anteriormente como *indianista*, ou seja, a de Fernando Leal, Floriano Barreto, Nascimento Mendonça, Sanches Fernandes e Paulino Dias, os quais se inspiraram no repertório literário védico. De Fernando Leal, Filinto Cristo Dias escreve, por exemplo, que se deixou também inspirar pela literatura bíblica, traduzindo ou compondo a partir de zero poesias religiosas, como as contidas no *Livro da Fé* (1906).

Além desses poetas, são resenhados Tomás Mourão Garcez Palha – melhor conhecido como Barão de Combarjua –, Cristovam Aires, Mariano Gracias, Hipólito Meneses Rodrigues, Adeodato Barreto e o já citado Alberto Osório de Castro.¹⁵¹ Filinto Cristo Dias define a produção lírica indo-portuguesa como «uma poesia original em que o verso português serviu de instrumento à expressão de imagens e motivos indiáticos» (DIAS, 1963: 30). Olhando para a seleção dos textos, damos conta que os tópicos indiáticos a que Dias alude incluem, também, referências à paisagem natural de Goa, na esteira do exemplo propagado pela poesia de Tomás Ribeiro e em contradição com o que sustentava Joseph Furtado no seu ensaio *Principais poetas goanos* (1927), onde afirmava que os poetas de Goa teriam sido «mais índios que goanos» (FURTADO, 1927: 19), por não terem composto uma poesia inspirada em temas locais.

A abordagem que Dias propõe para a resenha da poesia indo-portuguesa compreende uma breve nota biobibliográfica sobre cada poeta, uma observação do estilo e uma elucidação sobre as temáticas exploradas, tanto na produção geral, quanto – de uma forma mais aprofundada – das poesias transcritas. De facto, grande parte dessa secção é ocupada pela própria transcrição das poesias, enquanto as observações sobre o estilo são rápidas e resumem-se aos tipos de verso e rima preferidos pelos poetas, juntos com um parecer do autor. No caso dos poetas de origem goesa, Dias

¹⁵⁰ As coleções de poesias de Alberto de Osório de Castro que Dias lista são *Exiladas* (1895), *A cinza dos mirtos* (1906) – publicada em Goa –, *Flores de coral* (1908) e *Sinal de sombra* (1923).

¹⁵¹ Dias conclui as séries sobre a poesia indo-portuguesa com um parágrafo sobre poetas menores, transcrito a seguir: «Neste grupo podemos arrolar J.J. Fragoso, Manuel Joaquim da Costa Campos, R.B. Barreto Miranda que deixou poemas intitulados *Velha Goa, Portugal na Índia*; João Filipe da Piedade Soares escreveu “*O Jovem Sardessai*”; “*Aos Mártires de Cuncolim, O Fantasma de Nrolá*”; Joaquim de Araujo Mascarenhas e Adolfo Costa cuja produção poética se encontra dispersa pela imprensa periódica de Goa» (DIAS, 1963: 68).

expressa-se atendendo ao problema do factor linguístico, justificando as eventuais falhas do estilo pelo facto de o português não ser a língua materna desses poetas. Para proporcionar um exemplo do tipo de ficha que Dias prepara para cada poeta, propõe-se a reprodução da parte dedicada a Floriano Barreto e que precede a transcrição dos poemas «A Bailadeira da Índia», «Velha Goa» e «Via Láctea»:

Floriano Barreto (1877-1905). Nascido em Margão finou-se no Porto na frescura da mocidade, apenas com 28 anos.

A pequena obra que deixou, consta dum volume, intitulado *Falenas*, feixe de peças que abrangem vários temas. Mais descritivo e verbalista do que lírico, Floriano Barreto sobressai todavia pela suavidade de rima embora a forma dos seus versos revista de quando em quando artificialismo e monotonia.

No poema que consagra à *Bailadeira da Índia* deplora, em inertes alexandrinos, a miserável condição em que a infeliz se arrasta. (DIAS, 1963: 45)

De maneira diferente, a Paulino Dias, Adeodato Barreto e Nascimento Mendonça são dedicadas as partes mais extensas, sendo que a este último, Dias concede um capítulo inteiro. A reflexão que o autor do *Esboço* tece sobre estes três poetas é mais aprofundada, destacando o papel inovador, ou de figura inspiradora, que representaram no cenário literário indo-português.

Paulino Dias é definido como «vate de primeira plana na poética indo-portuguesa» (DIAS, 1963: 47), influenciado por Victor Hugo e Guerra Junqueiro, cujo estro lírico, porém, «desabrochou plenamente quando, emancipando-se dos paradigmas estrangeiros, se deixou inspirar pela ambiência característica do seu país natal e pelo espírito e tradições da milenária civilização indiana» (DIAS, 1963: 47). Apoiando-se no parecer de Francisco Correia Afonso – e mais uma vez contrariamente a quanto defendido por Joseph Furtado (1927) – Filinto Cristo Dias exalta a atenção do poeta pela celebração da paisagem natural goesa, salientando, ao mesmo tempo, o sofisticado sentido estético maturado sob as leituras de textos literários europeus. Sobre a citação de Francisco Correia Afonso, é de reparar na presença de descrições estereotipadas das paisagens orientais celebradas por Paulino Dias, irrompendo as imagens do coqueiro, o lótus, dos pavões e das monções.

Como acontece com outros poetas, Filinto reconhece a Paulino imperfeições sintáticas devidas ao uso de uma língua não nativa: «Não se julgue, contudo, que a técnica do verso pauliniano se acha sempre isenta de imperfeições. Nem é de admirar tal suceda visto que a língua adoptada pelo poeta como meio de expressão das suas ideias e sentimentos não é a que ele bebeu dos seios maternos» (DIAS, 1961: 47). É interessante notar como esta última passagem remete para um

género de obediência aos critérios estabelecidos para o conceito de história da literatura indo-portuguesa, no início do livro, realçando como o uso do português enquanto língua literária seja reconduzível a uma escolha consciente dos escritores, a despeito das dificuldades de expressão que isso implicava.

Em relação aos conteúdos da obra de Paulino, Filinto propõe uma leitura moralizante da sua poesia, de acordo com quanto lemos na breve análise do poema «Vishnulal», onde um *rixí* vive o arrependimento de ter cometido violência contra o corpo de uma jovem:

Importa finalmente relevar que Paulino Dias nem sempre professou o princípio *de arte pela arte* que para muitos artistas vale por um manto de protecção para cobrir a exploração dum erotismo nauseabundo. De várias obras do poeta manam ensinamentos de sã moral como por exemplo sucede no *Vishnulal* que com o remorso do crime praticado, entrega-se a expiá-lo. (DIAS, 1963: 51)

Também no capítulo inteiramente dedicado a Nascimento Mendonça, é a lição moral – transmitida pela experiência do remorso e do arrependimento vivida pelos protagonistas dos factos cantados pelo poeta – a ser destacada por Filinto Cristo Dias, sobretudo nas poesias «A Morta» e a póstuma «Vatsalá», em que os respetivos protagonistas reconsideram a gravidade das suas ações, provocadas pela cedência à paixão e, conseqüentemente, ao pecado. Esta ênfase dada aos conteúdos morais da poesia indianista poderia ser considerada, por um lado, um interesse pessoal específico do padre, dada a sua vocação, mas também, por outro lado, poderia ser indício de um interesse em caracterizar a identidade católica desses poetas, os quais, apesar do fascínio que o repertório literário hindu exercitava sobre eles, não deixaram de fazer-se guiar pelos ensinamentos da moral cristã. Por último, deve ser sinalizado que Filinto Cristo Dias refere que Nascimento Mendonça publicou, sob o pseudónimo de Nitipal, na revista *Luz do Oriente*, fundada em 1907 por Panduranga Vaidya, na qual colaboraram indistintamente hindus e católicos de Goa, escrevendo tanto em marata quanto em português. A essa revista, cuja existência prova a participação ativa da comunidade hindu no processo de construção de um moderno circuito cultural em Goa, não é dedicado algum espaço ao longo do *Esboço* – assim como no livro de Vicente de Bragança Cunha.

Para concluir com a secção sobre poesia, os parágrafos que falam da figura e da obra de Adeodato Barreto são um conjunto de informações biográficas e de crítica ao estilo do autor de *Civilização Hindu* (1935) e *O livro da vida* (1940). Contrariamente às partes que concernem os outros poetas, no caso de Adeodato Barreto, Filinto Cristo Dias não permanece muito nos conteúdos da poesia, mas sim nas formas com que esta se expressa. Com efeito, Dias ressalta a novidade

representada pela adesão ao verso livre do poeta, o qual será o primeiro poeta goês a romper com a forma do soneto: «Adeodato Barreto não proscreve, portanto, os elementos formais da estese poética; mas só não se subordina à preceituação clássica e daí o ritmo desgarrado que seguem os versos do poeta» (DIAS, 1963: 62). O projeto de Adeodato Barreto de *devolver* a Índia aos goeses, graças ao trabalho de tradução e divulgação dos clássicos da filosofia hindu e da literatura sânscrita, conhecidos pela leitura dos orientalistas franceses como Romain Rolland e Sylvain Lévi (DIAS, 1963: 60),¹⁵² é interpretado pelo autor do *Esboço* como um afastamento dos valores cristãos e uma adesão total aos do «espiritualismo indiano». Dias escreve:

A sua extensa cultura industa bebida em fontes ocidentais mas alheias à ideologia cristã a contrastar com o deficiente conhecimento da filosofia perene ou antes, da filosofia do senso comum, na frase de Chesterton, levou o poeta a aderir ao espiritualismo indiano, todo repassado de panteísmo cujo dogma fundamental reside na identificação substancial do mundo com Deus. (DIAS, 1963: 63)

Como foi já realçado por muitos estudiosos, a adesão de Adeodato Barreto não se trata de uma conversão religiosa, mas sim de uma revelação cultural que se transforma num empenho cívico de convocar os goeses para as próprias origens, dissimuladas pelos quase quinhentos anos de jugo colonial. Apesar de a apreciação de Filinto poder ser questionável, é de notar que, no *Esboço*, este é o único poeta goês cujo interesse para a cultura védica é lido como algo mais do que um simples fascínio, mas sim como uma assunção consciente de um conjunto de valores que, embora ancestrais, resultavam ser novos aos olhos dos goeses. À luz disso, é preciso notar que Dias não rejeita ou crítica negativamente o poeta da «mente cem por cento oriental» (DIAS, 1963: 61), mas simplesmente consegue identificar essa profunda diferença entre ele e os outros, reconhecendo o sofisticado valor da sua produção lírica.

5.3.2 Outros géneros literários: história, jornalismo e ensaísmo

Adeodato Barreto é também mencionado no capítulo sobre a historiografia por causa do livro *Civilização Hindu*,¹⁵³ o qual é ilustrado na sua estrutura e, concisamente, nos seus conteúdos. Sobre a

¹⁵² Sobre a influência dos orientalistas franceses em Adeodato Barreto e na geração de jovens goeses da década de 20, no que diz respeito ao despertar de uma consciência *indiana*, veja-se o trabalho de Sandra Lobo «O reencontro da indianidade: o nacionalismo goês nos anos 20» (2013) e de Everton V. Machado «Romain Rolland et le Goa portugais: entre nationalisme et orientalisme» (2016).

¹⁵³ Sobre *Civilização Hindu*, Dias escreve: «A obra dividida em duas partes compreende os principais aspectos da História da Índia tais como as religiões que se formaram, as diferentes correntes filosóficas, todas caracterizadas por um grande espírito de reflexão e crítica, a arte que procura antes materializar a Ideia do que imitar a natureza, a literatura

historiografia indo-portuguesa, Filinto Cristo Dias parece aderir ao discurso de Vicente de Bragança Cunha sobre a falta de um *corpus* textual historiográfico concernente a Índia Portuguesa:

Os escritores que neste período se sentem atraídos pelo passado da nossa terra são numerosos. Uns se aplicam a investigações acerca da História da Igreja desde a implantação do domínio português; outros se limitam a estudar acontecimentos políticos de determinada época. Não se encontra todavia quem se tenha aventurado a realizar uma história completa e imparcial feita à luz de uma crítica sobre documentos autênticos embora haja resumos de história de cunho didáctico. (DIAS, 1963: 68).

Entendemos que Filinto não limitou o seu levantamento somente àqueles historiadores, ou autores de trabalhos historiográficos, que se ocuparam exclusivamente da história de Goa, porém, mais em geral, empenhou-se em inventariar qualquer autor que tivesse conseguido dar à imprensa o seu trabalho de pesquisa historiográfica, tendo como requisito de referência o facto de serem goeses, católicos e de se terem expressado em língua portuguesa. Da mesma maneira que na obra *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de Bragança Cunha, há dois aspectos que são especialmente postos em evidência: a tendenciosidade das perspectivas dos historiadores e a importância de recorrer às fontes religiosas, uma vez que a história da Igreja católica na Índia não podia ser discernida da história de Goa. Por exemplo, ao referenciar o historiador eclesiástico Casimiro Cristovam Nazaret e a sua obra *Mitras lusitanas no Oriente*, Filinto Cristo Dias aponta:

Desde que a Índia se integrou no domínio português, a história da Igreja se acha ligada ao passado político e social do país e por conseguinte torna-se patente que o estudioso que meter ombros a escrever a história completa de Goa, terá de compulsar a cada passo as “Mítras Lusitanas”; tal é a amplitude de dados que a obra oferece. (DIAS, 1963: 69)

De facto, na lista de autores de pesquisas historiográficas que Dias prepara, encontramos muitos nomes ligados a instituições católicas, como Filipe Neri Tomé Caetano do Rosário e Souza, Caetano Francisco de Sousa, Francisco Xavier Expectação Barreto, o mais conhecido padre Manuel José Gabriel Saldanha, Manuel José Feliciano Gustavo Couto, António Pedro Ciríaco Fernandes e

que, em geral, assenta na concretização dum ideal social, as ciências, fruto de especulação e pesquisa em todos os domínios de saber humano, as obras de Instrução e assistência social. A segunda parte de obra que concerne ao que o Autor denomina *Humanismo Hindu*, põe em relevo a feição universalista e compreensiva da civilização indu pouco compatível com as ideias de domínio e imperialismo e demonstra-a pelos testemunhos de tolerância religiosa e política exibidos pelos soberanos da Índia como Axoca, Harsha, Kaniskha» (DIAS, 1963: 76).

Valério Aleixo Cordeiro.¹⁵⁴ Na lista lemos nomes de religiosos nativos de Goa, cuja produção escrita não se restringia ao interesse pela história da colonização da sua terra, mas se alargava também aos assuntos de história das instituições religiosas católicas mais variadas, como a obra *Missionários jesuítas no Brasil, no tempo de Pombal* de António Pedro Ciríaco Fernandes ou as obras elencadas de Valério Aleixo Cordeiro.

No que diz respeito à produção historiográfica dos autores laicos, Dias elenca, igualmente, os nomes e as obras mais diferentes entre si, chamando a atenção para os casos em que o ponto de vista manifestado sobre algum assunto poderia ser objeto de tendenciosidade. Por exemplo, no caso de Frederico Diniz d’Ayala,¹⁵⁵ ele escreve:

Nasceu em Pangim, mas viveu quase toda a vida na metrópole.

Deixou “*Goa Antiga e Moderna*” em que não transparece a preocupação de transmitir à posteridade a verdade integral do nosso passado e chega mesmo a ser faccioso em alguns juízos que formula. Não podemos, no entanto, deixar de reconhecer que a obra foi escrita com arte e a língua que emprega, é português sem jaça. (DIAS, 1963: 71)

Comparativamente com a seleção dos autores religiosos, notamos que, no caso dos autores laicos, Dias menciona apenas as obras concernentes a história de Goa, cujos conteúdos, com poucas exceções, são ilustrados apenas em linhas gerais.¹⁵⁶ A lista dos autores laicos que publicaram textos historiográficos compreende António Anastásio Bruto da Costa, José António Ismael Gracias, Cristovam Aires, Frederico Diniz D’Ayala, Cristovam Pinto, Roque Correia Afonso, António Maria da Cunha, Aleixo Clemente Messias Gomes, Luís Menezes Bragança, José Benedito Gomes, António Bragança Pereira e Adeodato Barreto.¹⁵⁷ É de notar, também, que no género historiográfico

¹⁵⁴ Desses autores, Dias referencia as seguintes obras: *Notícia histórica e legislação da instrução primária, secundária e superior na Índia Portuguesa* de Filipe Neri Tomé Caetano do Rosário e Souza, *Instituições portuguesas de educação e instrução no Oriente* de Caetano Francisco de Sousa, *Quadros biográficos dos Padres ilustres de Goa* de Francisco Xavier Expectação Barreto, *História de Goa* do padre Saldanha, *O cosmógrafo Fernão Vaz Dourado fronteiro da Índia e a sua obra, O plano colonial de Afonso de Albuquerque, A obra dos capitães e missionários portugueses nas terras do Ultramar, A história da antiga Casa da Índia* de Manuel José Feliciano Gustavo Couto, *Missionários jesuítas no Brasil, no tempo de Pombal* de António Pedro Ciríaco Fernandes, *Vida do Beato Nuno Alvares Pereira, D. Marcos de Noronha (Vagos), D. Manuela Jardim de Castro, A venerável Madre Paula Frassinetti, fundadora do Instituto de S. Doroteia* de Valério Aleixo Cordeiro.

¹⁵⁵ Na opinião de Devi e Seabra, em *Goa antiga e moderna*, Frederico Diniz d’Ayala mostra-se partidário contra a casta brãmãne, «a quem culpa de todos os desaires dos descendentes» (DEVI & SEABRA, 1971: 239).

¹⁵⁶ Umas exceções a essa observação são constituídas pelas partes dedicadas a Frederico Diniz d’Ayala e Adeodato Barreto, as quais podem contar com comentários críticos do padre.

¹⁵⁷ As obras resenhadas de tais autores são: *As revoluções políticas da Índia Portuguesa do século XIX, Goa sob a dominação portuguesa* de Bruto da Costa, *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII, Vasco da Gama e o descobrimento da Índia, O Bispo de Halicarnasso, Uma dona Portuguesa na corte do Grão Mogol, Índia em 1623 e 1624 – Exceptos das memórias do viajante Pietro della Valle, Bocage na Índia* de Ismael Gracias, *História, orgânica e*

são incluídos também trabalhos antropológicos, etnográficos e de investigação cultural e filosófica – como *Civilização Hindu* de Adeodato Barreto, por exemplo –, sendo isso, sintoma de uma interpretação muito abrangente da noção de *historiografia*.

Relativamente ao jornalismo, como foi já anunciado no início do presente capítulo, é o único género literário cuja inclusão no *Esboço* é questionada pelo próprio Filinto Cristo Dias. Foi reiterado, ao longo deste trabalho, que o *Esboço* apresenta, tal como o livro de Vicente de Bragança Cunha, uma aceção inclusiva da literatura indo-portuguesa, que vai além da mera escrita criativa ou que merece o reconhecimento de um valor estético.

O excerto que introduz o capítulo sobre jornalismo cita:

Há quem se recuse a admitir o jornalismo como actividade literária que mereça registo em obras que se ocupam da história da literatura dum país. Tal atitude, porém, afigura-se nos que se filia num equívoco.

Se fôssemos a considerar como jornalismo tudo quanto vem a lume em gazetas que circulam por aí, e como jornalistas indivíduos que, sem embargo de não possuírem suficiente bagagem de cultura geral nem terem conhecimento exacto da língua em que escrevem, ousam contudo enegrecer peròdicamente o papel sòmente porque o acaso os meteu na posse do invento de Gutenberg, não hesitamos em convir plenamente com aquela opinião. Do mesmo modo que nem toda a prosa que apareça em letra de forma, pode ser denominada literária, assim também nem todos os que escrevem para os periódicos têm direito a intitular-se jornalistas.

Mas individualidades dotadas de inteligência lúcida e enriquecida de largo e profundo saber, conhecedoras dos homens e do meio em que viveram e manejando a língua portuguesa como se a tivessem bebido com o leite materno, houve-as nesta terra e lidaram com galhardia na imprensa periódica.

Não só tanto. Pode-se ainda verificar que vários destes escritores, depois de criarem Imprensa diária, fizeram dela uma como cátedra donde difundiram quer em artigos doutrinários quer em crónicas de acontecimentos ocorrentes, mas sempre redigidos em forma apurada, ensinamentos variados que contribuíram largamente, sobretudo durante o primeiro quartel deste século, para o progresso das letras neste país. (DIAS, 1963: 78)

política do Exército Português, História da Cavalaria Portuguesa, Para a história da Academia das Ciências de Cristovam Aires, Goa antiga e moderna de Frederico Diniz d' Ayala, *As gauncarias de Goa, Índia pré-histórica, Estudos da política portuguesa, Indígenas da Índia Portuguesa* de Cristovam Pinto, *A evolução do municipalismo na Índia Portuguesa* de Roque Correia Afonso, *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa, Subsídio para a história do Congresso Provincial* e *A Índia antiga e moderna* de António Maria da Cunha, *O reino de Chandrapur – Uma investigação arqueológica, Civilização dos sumeres na Índia* de Aleixo Clemente Messias Gomes, *A educação e o ensino na Índia Portuguesa* de Luís de Menezes Bragança, *Índia Portuguesa – Resenha histórica, sumária cultural política e social em volta do Instituto Vasco da Gama, Afonso Albuquerque* de Messias Gomes, *O sistema das castas, História religiosa de Goa, Etnografia da Índia Portuguesa* de Bragança Pereira, *Civilização Hindu* de Adeodato Barreto. Além desses nomes, encontramos uma menção, em forma de lista, de ulteriores nomes. «Aplicaram-se à investigação histórica e deixaram neste campo valiosos trabalhos os seguintes escritores que merecem ser citados» (DIAS, 1963: 76): Caetano Gonçalves, Júlio Gonçalves – a não ser confundido com o fundador da *Ilustração Goana* –, J.P. Santos Pereira, Roberto Bruto da Costa, António de Noronha, J.P. Peregrino da Costa, Maria Ermelinda dos Stuart Gomes, Raimundo Torres Dias, Ernesto Fernandes e, por último, Ricardo Micael Teles.

À luz destes comentários, compreendemos que, na perspectiva de Dias, o jornalismo é importante tanto na sua essência de género literário, sofisticado e independente, quanto na sua função de divulgação de ideias modernas. É importante também notar que Dias deixa claro que essa inclusão não pode indistintamente interessar todas as pessoas que escrevem nos jornais – os quais, na sua opinião, nem todos seriam dignos de ser chamados de jornalistas –, mas apenas aqueles que conseguiram desenvolver um estilo de escrita honesta e gramaticalmente correta. Por isso, o género jornalístico é entendido como um tipo de escrita literária, passível de crítica e de ser incluído em obras de história literária como o *Esboço*.¹⁵⁸

De facto, apesar do grande número de jornalistas com que a imprensa periódica goesa podia contar, a resenha de Dias não inclui uma quantidade excessiva de nomes, mas seriam «dignos de especial referência» os seguintes jornalistas, ou escritores que se dedicaram à escrita jornalística: Tomás de Aquino Mourão Garcez Palha – o Barão de Combarjua já citado enquanto poeta –, o Mons. Francisco Xavier de Loiola, Leopoldo Cipriano da Gama, Martinho de Meneses, António Maria da Cunha, Messias Gomes, José Maria da Costa Álvares – conhecido com o pseudónimo de A. Castro Alves –, Mons. João Francisco Excelso da Assunta Almeida, João Joaquim Roque Correia Afonso, Miguel de Loyola Furtado, Luís de Menezes Bragança, Sales da Veiga Coutinho, o deputado Constâncio Roque da Costa, A. A. Bruto da Costa, Brás Bruto da Costa, Roberto Bruto da Costa, Avertano de Loyola, Adolfo Costa, Albano Francisco Dias, Joaquim da Rosa, A. X. Gomes Pereira, Raimundo Torres Dias. Cita ainda as revistas *Oriente Português*, *Revista Moderna* e *Revista da Índia*, enquanto outras publicações periódicas são citadas contextualmente com as referências dos nomes que escreveram nelas, como *Jornal de notícias*, *A Imprensa*, *O Crente*, *A Convicção*, *Vida Nova*, *A Discussão*, *O Herald*, *Herald*, *O Ultramar*, *A Índia Portuguesa*, *O Nacionalista*, *O Debate*, *Pracasha*, *A Vida*, *Diário da noite*, *A Pátria* e *O Ariano*. Dada a evidente incompletude dessa lista de jornalistas, autores de textos jornalísticos e publicações periódicas, é provável que Dias tenha compilado a sua lista conforme o seu parecer sobre a literariedade da escrita produzida por esses nomes; bem como é evidente a presença, na lista, de religiosos e de nomes de revistas associadas a instituições religiosas ou de cunho religioso, como *O Crente*, *Vida Nova* e *A Vida*. Aos autores a que dedica parágrafos mais extensos, Filinto oferece comentários positivos, elogiando o

¹⁵⁸ Filinto Cristo Dias dá força à sua posição, relativamente ao jornalismo, por meio de uma citação de Alberto Marques Pereira, extraída de um artigo publicado em *O Herald* no dia 10 de outubro de 1909, em que era atribuído ao jornalismo o mérito de ter incidido profundamente no progresso das letras em Goa, sobretudo se comparado com outros tipos de escrita literária.

compromisso moral, a imparcialidade e o rigor linguístico, sendo que a Luís de Menezes Bragança são tecidos os comentários mais extensos.¹⁵⁹

O ensaio é o último género literário que Filinto Cristo Dias explora, uma vez que o último capítulo do *Esboço* é dedicado à figura do Mons. Sebastião Rodolfo Salgado e ao romance *Jacob & Dulce* de Francisco João da Costa. Na definição que Dias proporciona para o género em questão, ele defende:

Entre diferentes acepções que cabem ao vocábulo ensaio importa-nos reter neste lugar a que significa trabalho literário, ordinariamente em prosa, no qual o autor discorre, com maior ou menor fôlego, sobre um tema, sem todavia pretender esgotá-lo. É um género em que pertence o primado à inteligência embora não se dispense o exercício doutras faculdades do temperamento artístico. O que porém, caracteriza o ensaio, pròpriamente dito, é registo de conceitos pessoais do autor sobre a matéria que é objecto de estudo. (DIAS, 1963: 85)

Fazendo uma conexão entre essa definição e a seleção dos autores e as obras referidas, pode-se afirmar que há coerência entre a aceção dada pelo padre e os elementos dos textos realçados por este. Com efeito, Dias dá muita importância – além do uso correto do português – à defensividade das opiniões dos autores e à obstinação e harmonia com que estes argumentam os seus pontos de vista. Também no caso de um autor que ostenta posições anticlericais, como António Floriano de Noronha, autor dos ensaios *Os hindus de Goa e a República portuguesa* e *Em boa paz*, Filinto admite a coesão e a beleza do tipo de escrita exibidas nos seus textos, «o estilo límpido e frequentemente sugestivo e à linguagem espevitada com que soube escrever» (DIAS, 1963: 90).¹⁶⁰ Além de Noronha, os *ensaístas* que Dias cita são: António Xavier Heráclito Gomes, Guilherme Moniz Barreto – ao qual dedica quase três página –, Francisco António Wolfango da Silva, João Francisco Caetano José Lobo, João Baptista Amâncio Gracias, Propércia Correia Afonso e Figueiredo – a única mulher a aparecer no *Esboço* –, Francisco Correia Afonso, António de Miranda,

¹⁵⁹ A esse importantíssimo intelectual goês, Filinto Cristo Dias dedicará também o artigo «Menezes Bragança, jornalista de mão-cheia», publicado no nº 116 do *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, numa edição comemorativa (DIAS, 1977: XCIII-C).

¹⁶⁰ Sobre António Floriano de Noronha, Dias escreve: «Deixou-se morder pelo bicho do anticlericalismo, largamente difundido na época em que viveu e as obras, que publicou, tornam patente umas veladamente, outras sem reboço, esse espírito. Fortemente encerrado no reduto do seu sectarismo anti-religioso fechou sempre os olhos com obstinação à luz da Fé suplicando insistentemente e mesmo veementemente aos seus familiares que não deixassem abeirar da sua cama de moribundo nenhum sacerdote. Escreveu, além das obras de carácter jurídico, “*Os Indus de Goa e a República Portuguesa*” em que pretende demonstrar que a política de tolerância adoptada por Albuquerque foi desprezada neste país durante séculos tendo cabido ao regime republicano fazê-la reviver e seguir; “*Os Nossos Interiores*” em que se consignam sensatas observações concernentes ao asseio, mobilação e adorno dos nossos lares. Mas a obra que atraiu ao autor triste celebridade foi “*Em Boa Paz*” em que combate e mesmo achincha o cristianismo, religião professada por uma grande maioria dos seus conterrâneos» (DIAS, 1963: 89).

Froilano de Melo, Padre Manuel de Albuquerque, Soares Rebelo, Vicente de Bragança Cunha e Jaime Rangel. Dada a presença de Moniz Barreto, no capítulo sobre ensaísmo são também incluídos dois parágrafos sobre a crítica literária que reproduzem os conteúdos de um artigo publicado na «Secção literária» do *Diário de Goa*.

5.3.3 O capítulo XIV: Mons. Sebastião Rodolfo Dalgado e o romance *Jacob & Dulce de Francisco João da Costa*

Os conteúdos das secções do XIV e último capítulo do *Esboço* foram extraídas da «Secção literária», tal como no caso de Moniz Barreto. Deve ser notado, também, que este é o único capítulo do livro que não está associado a nenhum género literário ou período, talvez pelo facto de ter sido o último a ser publicado no *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa* no mês de agosto de 1963, na véspera da publicação da edição unificada, que se passou provavelmente no outubro do mesmo ano.¹⁶¹ Uma nota de rodapé sinalizada ao lado do nome de Dalgado, de facto, refere:

Seria notavelmente imperfeito este estudo se não nos ocupássemos aqui com algum desenvolvimento de Mons. Sebastião Rodolfo Dalgado, um dos mais categorizados expoentes da cultura luso-indiana. Como a recensão da sua obra literária não pode ser, a rigor, integrada, em qualquer das quatro secções em que agrupamos as produções deste período da história literária, tratamos dela aqui, à parte (DIAS, 1963: 91).

Contudo, não conhecemos as razões certas que levaram Dias a separar essa secção das outras, sendo possível que a sua inclusão teria sido inviável por causa de problemas tipográficos. Enquanto filólogo orientalista goês, Dalgado é com certeza uma fonte de inspiração para o padre. Num estudo intitulado *Vocábulos portugueses de origem concani*, publicado no *Boletim do Instituto Menezes Bragança* em 1976, Filinto descreve o *Glossário luso-asiático* de Dalgado como a obra que mais se debruçou sobre as relações fonéticas e semânticas entre o português e diferentes línguas asiáticas, sentindo-se o autor do *Esboço* «guiado principalmente por *magnus opus* que é o mencionado *Glossário*» e definindo o seu trabalho como «uma espécie de mini-glossário luso-concani» (DIAS, 1976: 6). A história da vida de Dalgado, junto com a história da publicação das suas obras principais,¹⁶² é narrada em tom solene, evidenciando os dotes extraordinários, quase transcendentais,

¹⁶¹ O artigo-capítulo foi publicado no nº 8 do ano XXII do *Boletim* (1963: 275-281), enquanto a «Advertência Preambular» da edição unificada leva a data do dia 7 de outubro de 1963. Não sabemos se o livro foi impresso exatamente no mês de outubro; mais provavelmente a data corresponderia ao fim da elaboração final.

¹⁶² As obras que Dias cita de Dalgado são: *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas*, o *Glossário luso-asiático*, *Dialecto indo-português de Goa*, *Dialecto indo-português de Damão*, *Dialecto indo-português de Negapatão*, *Rudimentos da língua sânscrita* e o póstumo *Florilégio dos provérbios concani*.

do filólogo, que se teriam manifestado tanto numa presumida superioridade intelectual, quanto numa atitude filantrópica sem precedentes, por meio do estudo das línguas vernáculas e o intuito de divulgar o português no subcontinente indiano. Em linhas gerais, poderíamos afirmar que, na detalhada descrição que Dias elabora sobre Dalgado, este é apresentado como o máximo expoente da cultura indo-portuguesa e, sobretudo, como exemplo de sábio goês que trabalhou «para glória de Portugal, para glória da Índia, para glória de Goa» (DIAS, 1963: 99), podendo ser agenciado como uma figura que representa, de maneira ambivalente e pacificadora, a metrópole e a colónia.

Esboço da história da literatura indo-portuguesa acaba com um breve espaço reservado ao romance de Francisco João da Costa, *Jacob & Dulce*, lembrando ao leitor que o romance, e em geral, o género narrativo, nunca triunfou em Goa.¹⁶³ Em comparação com o capítulo dedicado a Francisco Luís Gomes e a *Os Brahamanes*, o parágrafo sobre *Jacob & Dulce* – «novela vincadamente regional» (DIAS, 1963: 99) – não descreve a trama, mas sim o estilo de escrita do autor e a caracterização caricatural das personagens. Além disso, Filinto detém-se, embora brevemente, na personagem do padre Dantas, tio de Jacob, e na descrição do *procóndio* e doutros costumes goeses à volta do casamento.

6. O *Esboço*: uma história literária criticamente constituída

O *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* é, sem alguma dúvida, a primeira obra goesa a poder ser identificada enquanto livro de história literária. Nela encontramos as características essenciais do modelo narrativo e, também, da ideia herderiana de história literária, onde a relação entre o povo e a sua literatura é lida à luz da história da língua em que ele se exprime. Como vimos no segundo capítulo desta tese,¹⁶⁴ o conceito de *Volksgeist* concebido por Herder (1744), foi introduzido no âmbito da história literária por Friedrich Schlegel (1815), achando uma grande aprovação entre os historiadores literários que compilaram as histórias das literaturas nacionais europeias no século XIX. A ideia de nação linguística – revolucionária para a época, na opinião de F. Cunha (2002), por ultrapassar as distinções de classe e juntar o povo sob um único projeto identitário – transforma a caracterização ontológica da literatura, vista agora como apenas o reflexo da identidade linguística em causa. Como consequência, voltando a citar John Neubauer (2007), a história da evolução literária deverá contemplar, simultaneamente, a história da evolução da língua,

¹⁶³ Filinto Cristo Dias faz também referência a «uma meia dúzia de contos» de tal Joaquim Silva Coelho, de Margão (DIAS, 1963: 99). Não sabemos se o padre estava a se referir ao contista José Francisco da Silva Coelho, o qual, efetivamente, adotou um estilo de prosa parecido ao sarcasmo de Francisco João da Costa. De facto, Devi e Seabra, na história literária que analisaremos a seguir, retificam essa informação, dizendo que Dias se referia a José. Eles nem sequer citam o nome de tal Joaquim Silva Coelho, talvez dando por óbvio que se tratasse de uma distração do padre (DEVI & SEABRA, 1971: 220).

¹⁶⁴ Veja-se a secção I do capítulo II.

através da qual se podia recuperar e compilar também a história do povo que a fala. No caso do *Esboço*, será possível falar de comunidade linguística, em vez de nação, sendo que o papel que interpreta a língua portuguesa nessa história literária é central para a sua compreensão. De facto, a língua portuguesa é um elemento que é, ao mesmo tempo: um critério de exclusão, sendo que Filinto não resenha a literatura de Goa em língua marata, já citável na altura de publicação do livro; um critério de inclusão que permite englobar também os escritores metropolitanos; um critério de avaliação da habilidade dos escritores e, por isso, uma ferramenta para fazer crítica literária.

Nesse sentido, a literatura indo-portuguesa, assim como é descrita no *Esboço*, é mimética da identidade de uma comunidade que se expressa e, sobretudo, se representa em português. O nível de incidência do factor linguístico no êxito da história da literatura contada no *Esboço* é bastante profundo, e pode ser relevado, principalmente em dois aspectos. Em primeiro lugar, a importância da língua pode-se detetar no facto de o primeiro período da evolução literária começar com a fundação dos colégios católicos e, por isso, com o início do ensino da língua portuguesa em Goa e da formação de uma literacia em português – língua, «remotamente aparentada com o nosso concani e com as outras línguas de procedência sanscítica» (DIAS, 1963: 3-4). Em segundo lugar, na atenção que o padre Dias presta à competência linguística dos escritores, sendo uma componente primária para a sua análise. Aliás, temos visto como Filinto evidencia as vulnerabilidades formais da produção textual de alguns autores, justificando-as, contudo, pelo facto de o português não ter sido a língua que os goeses beberam do seio materno. Dessa forma, ele descreve o português enquanto língua adotiva, ao mesmo tempo que a utiliza para estabelecer os critérios de compilação da sua obra, e para forjar uma ideia de literatura indo-portuguesa bastante romântica,¹⁶⁵ em que os goeses «se serviram de português para a expressão das suas ideias e sentimentos» (DIAS, 1963: 3-4).

No segundo capítulo desta tese, concluímos com Foucault (1994), o qual via a procura do *Ursprung* como uma tentativa de traçar a pureza na essência original das coisas, e daí traçar o caminho de uma ideia que percorre todos os acontecimentos que caracterizam a história em causa. No caso da história literária de Filinto Cristo Dias, na origem da história da literatura indo-portuguesa encontra-se a formação religiosa e o ensino do português. Como afirmava Hans Robert Jauss, na época dos «patriarcas da história da literatura» (JAUSS, 1994: 5), os filólogos tinham como destino supremo da própria carreira individual escrever uma história literária. Para Filinto Cristo Dias, abnegado cultor da língua portuguesa, a escrita do *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* (1957-1963) poderia ter representado o coroamento de um percurso profissional

¹⁶⁵ Com *romântica* entenda-se *sentimental*, e não relativo ao romantismo.

dedicado ao estudo e ensino do português e à criação de uma consciência literária nos goeses, tanto nos leitores quanto nos escritores. A partir da citação de Hans Robert Jauss, onde ele atenta que o objetivo dos historiadores literários do século XIX era o de «apresentar, por intermédio da história das obras literárias, a ideia da individualidade nacional a caminho de si mesma» (JAUSS, 1994: 5), podemos atestar que se encontra no *Esboço* uma tentativa de representar a identidade católica no percurso da sua afirmação literária. À luz disso, lograríamos dizer com David Perkins (1992: 31) que também no *Esboço*, como no modelo narrativo criticado pelo estudioso americano, a carga teleológica se revela sobretudo no nível emocional e imaginativo. Como já referimos no segundo capítulo, «desires, conscious and unconscious, play their role in narrative literary history» (PERKINS, 1992: 31), e no caso da história literária de Filinto Cristo Dias – padre e professor de português – é evidente a expressão de uma afeição para a língua portuguesa e uma predileção para a literatura de cunho religioso, sendo quase uma obviedade reiterar, pela enésima vez, que o seu cânone de referência é formado apenas por escritores católicos. E é próprio nesse nível de expressão de ideias e sentimentos que uma história literária se torna uma referência para uma comunidade, criando um sentimento de continuidade entre passado e presente – a origem e o fim – e um sentido de pertença comunitário entre os vários membros (PERKINS, 1992: 181).

A narrativa periodizada do livro é engendrada na reconstrução do itinerário da produção escrita em Goa por individualidades católicas – não exclusivamente de origem goesa – com uma particular proficiência em português. O ponto de partida da evolução literária, como se lê no princípio da obra, é o início do processo de colonização portuguesa. Porém, a ideia de evolução literária que o autor refere é reproduzida, de forma separada, por cada género literário. Os três períodos em que está dividida a história correspondem, justamente, ao desenvolvimento de diferentes tipos de escrita literária que não se cruzam entre si, mas que progridem independentemente.

Um exemplo apropriado é o caso do jornalismo. Filinto defende a sua natureza literária, mas ao mesmo tempo negligencia o aporte dos diários e dos jornais para a circulação de textos literários de cunho criativo, sobretudo pelo que concerne o conto – género, aliás, ausente no *Esboço* – e a poesia. Por isso, não é defendido que a evolução do jornalismo habilitou, automaticamente, a evolução de outros géneros literários. Dada a sua experiência na «Secção literária» no *Diário de Goa*, é pouco provável que isso tenha sido fruto de um descuido. É mais acreditável que foi devido a uma vontade de estruturar a história da literatura indo-portuguesa de acordo com as singulares evoluções dos géneros literários, podendo ser a periodização cronológica geral apenas uma estratégia praticada pela exigência de encenar uma evolução da literatura unitária, equivalente ao percurso da afirmação intelectual dos goeses católicos.

A figura do padre de Chinchinim foi consagrada graças ao *Esboço*, o qual continua a ser uma citação pontual entre os estudiosos de literatura de Goa em português – ainda que em medida menor se comparado com *A literatura indo-portuguesa* de Devi e Seabra (1971) –, tendo outros estudiosos publicados trabalhos inspirados nessa obra. Entre estes, destacam-se pelo evidente valor dedicatório o ensaio «Goan literature in Portuguese language», de que já falamos no primeiro capítulo desta tese, e o estudo temático *Oriente e Ocidente na literatura goesa* (2012), cujos autores, respetivamente Lourdino A. Rodrigues e Eufemiano de Jesús Miranda, foram alunos do padre, ao qual agradecem nas suas introduções.

Devi e Seabra no prólogo de *A literatura indo-portuguesa* dizem que, em relação à compilação da sua história literária, «o livro de Filinto Cristo Dias chegou demasiado tarde» (DEVI & SEABRA, 1971: 5) para terem tido a oportunidade de estudá-lo aprofundadamente, se bem que os dois críticos façam contínuas referências ao *Esboço*, reportando a opinião do padre sobre diferentes tópicos, bem como as suas falhas. Nesta obra, o capítulo do livro em que é abordado o *Esboço*, bem como as tentativas de sistematização de Jacinto Caetano Barreto Miranda e Vicente de Bragança Cunha, é inserido num capítulo sobre crítica literária. Contudo, Devi e Seabra, no capítulo sobre a poesia do século XX, retificam a decisão de inserir esses autores nessa parte do livro, declarando, finalmente, que estes devem ser considerados mais historiadores literários do que críticos (DEVI & SEABRA, 1971: 327). Também o *Esboço*, classificado como a primeira obra a poder ser categorizada enquanto «estudo», e não enquanto mera «tentativa» (DEVI & SEABRA, 1971: 248-249), embora seja incluído na secção dedicada à crítica literária e seja reconhecido ao seu autor o mérito de ter agido num nível mais avançado de pesquisa, não chega a ser conceituado como exemplo de crítica. Isso diz muito acerca do entendimento de crítica literária aos olhos exigentes de Devi e Seabra e faz refletir sobre o próprio entendimento *fixo* das tarefas do historiador literário e do crítico literário. Parece que o compilador da história literária é uma figura que poderia abdicar de sensibilidade estética e capacidade analítica para a realização do seu trabalho. A tarefa do crítico literário, pelo contrário, na opinião de Devi e Seabra, era uma tarefa que ninguém teria sido capaz de levar a cabo em Goa, exceção feita ao super-preconizado Moniz Barreto (DEVI & SEABRA, 1971: 179-192), cujo campo de ação, porém, não era situado na Índia Portuguesa. Querendo refutar a opinião expressa por Devi e Seabra, é para colocar a questão se será apropriado atribuir a Filinto Cristo Dias o cumprimento de uma ou outra tarefa, ou se, excecionalmente, o *Esboço* poderá ser considerado um trabalho que conjuga crítica e história literária.

O compromisso de Filinto Cristo Dias para preservar o património literário de língua portuguesa e o seu engajamento religioso podem contrariar a objetividade crítica do seu texto.

Porém, sustento que o parecer de Devi e Seabra, segundo o qual a obra de Filinto Cristo Dias não poderia ser tida como exemplo de crítica literária, falta de alguma consistência, sobretudo por não conter nenhuma indicação sobre aquilo que deveria ser considerado como crítica. Contrariamente ao defendido pelos autores de *A literatura indo-portuguesa*, julgo que a crítica literária está presente no *Esboço* e que isso está estritamente relacionado com a ambição de Filinto se afirmar enquanto especialista da matéria e preservar uma literatura que se configura como parte substancialmente representativa dos processos culturais ocorridos em Goa desde o início da dominação colonial. A análise parcial que foi realizada do *Esboço* e do trabalho de Filinto na «Secção literária» do *Diário de Goa* – trabalho que desenvolveu paralelamente à sua atividade didática – pode solidificar essas especulações.

Quanto é defendido no artigo «Raridade do romance na literatura indo-portuguesa», por exemplo, demonstra exatamente o contrário de quanto asserido por Devi e Seabra, tendo o padre revelado as ferramentas analíticas e críticas que lhe permitiram avaliar tanto os problemas técnicos relacionados com a ausência desse género literário – o pleno domínio do português pelos goeses –, quanto os problemas que respeitam a condição identitária do goês – o domínio colonial. Poder-se-iam adicionar outras citações retiradas da «Secção literária» que desmontariam a tese de Devi e Seabra, como por exemplo, numerosos textos críticos à volta da poesia goesa e portuguesa e artigos como «Considerações em torno do conto», do dia 16 de dezembro de 1956, «O primeiro crítico em português» – sobre Moniz Barreto –, do dia 1 de dezembro de 1955, e «Crítica», do dia 12 de abril de 1955, entre outros. Sobretudo neste último, «Crítica», Filinto Cristo Dias demonstra plenamente ter noção da tarefa do crítico literário, do que consiste o seu trabalho, os seus compromentimentos e as qualidades e atitudes que lhe são exigidas:

A que nos interessa neste lugar é a crítica literária cuja função reside em analisar, desapassionadamente, produção literária seja ela um romance ou poema seja artigo ou crónica de jornal.

A crítica, graças às directrizes que oferece, habilita nos a apreciar, com segurança, a beleza que essas obras contêm ao mesmo tempo que nos põe de sobreaviso no tocante à admiração cega que, à primeira leitura, elas nos possam inspirar.

Além disso, à Crítica incumbe a missão de orientar a opinião pública. Quanta gente há de escassa cultura que todavia aspira, com sofreguidão, a enriquecer a bagagem de seus conhecimentos? A Crítica vem, pois, ajudar os estudiosos apontando a perfeição e os defeitos que se acham numa determinada obra a fim de que não tomem a nuvem por Juno.

Mas a Crítica tem de ser sempre compreensiva. Se lhe pertence pôr a nu, com desassombro e serenidade, os defeitos e as imperfeições de fundo ou forma dum trabalho, também não deve regatear aplauso quando haja lugar para tal.

A ignorância ou desprezo dessa norma de sã equilíbrio converte a crítica em feixe de louvaminhas ou acervo de objurgatórias. (*Diário de Goa*, 12 de abril de 1955)

É verdade que, na maioria das páginas do *Esboço*, Dias se limita a preencher listas de nomes e obras, reduzindo os comentários críticos a poucas linhas; porém, a presença de gêneros literários a cadenciar o ritmo narrativo do livro é sintoma de uma reflexão crítica consciente. A primeira frase do excerto copiado acima é um bom ponto de partida para estabelecer como Filinto desempenha a noção de crítica no *Esboço*, sendo que é importante notar como para ele «artigo ou crónica de jornal» são também tipologias textuais que fazem parte da produção literária e, por isso, podem ser objetos de crítica.

Esta perspetiva inclusiva habilita Filinto a usar o conceito de cultura literária, que tinha já empregado na «Secção literária». Não conhecemos, exatamente, como Filinto concebia terminologicamente esse conceito, mas através da leitura do *Esboço* se percebe de que maneira quis utilizá-lo. A problematização que ele propõe para a inclusão do jornalismo na sua história literária é uma das partes em que o espírito crítico do padre se manifesta mais, e essa parte proporciona também uma possível explicação do uso da expressão cultura literária. Na proposta teorizada por Sandra Lobo (2016), a cultura literária é apresentada como um conceito de carácter transdisciplinar que contorna, além da produção textual criativa e não, as próprias operações de leitura e de formação de leitores conscientes, adquirindo, ulteriormente, uma importância educativa. Nas próprias palavras da historiadora:

São estes referentes, obra e leitura, que têm marcado o conceito de cultura literária, o qual respeita tanto à consolidação de literaturas como de leitores específicos.

O conceito de cultura literária é, assim, abundantemente usado para referir tradições literárias nacionais concretas e o seu papel na consolidação das respetivas culturas. É igualmente usado para reportar à formação literária do leitor, ou seja, o que lê e o que deve ler. Nesta aceção frequentemente surge associada ao desiderato de aquisição de uma boa ou vasta cultura literária. Tem sido por isso objeto de particular atenção de educadores e pedagogos, pois sendo certo que a presente ideia de literatura a afastou dos objetivos que informam a constituição dos saberes científicos e a aquisição de uma cultura científica, a literatura, como escrita criativa, designadamente na configuração dos gostos, sentimentos e sensibilidade, valores humanos, sociais, culturais, políticos, identitários de sinal diverso, enfim na modelação de visões do mundo, bem como de crítica e conformação social. (LOBO, 2016: 53-54)

Como temos podido constatar, a inserção do jornalismo na história literária indo-portuguesa verifica-se sob uma reflexão do padre sobre a natureza do texto jornalístico enquanto escrita literária e, ao mesmo tempo, texto educativo, divulgador de «ensinamentos variados que contribuíram largamente, sobretudo durante o primeiro quartel deste século, para o progresso das letras neste país» (DIAS, 1963: 78). Que tenha sido de forma consciente ou não, a aplicação desse conceito age também na própria *abrangência* da história literária contada no *Esboço*. Nesse sentido, exceção feita à poesia lírica, a presença dos outros géneros literários contribui para a construção de uma história literária que se afasta da ideia romântica da literatura,¹⁶⁶ mas que se inspira, de toda forma, na imposição narrativa da história literária filha do século XIX.

Contudo, temos de especificar que a aplicação do conceito de cultura literária pelo padre Dias não corresponde ao uso proposto pela contemporânea história literária comparada.¹⁶⁷ Por exemplo, nos livros organizados por Sheldon Pollock (2003) e Mario J. Valdés e Djelal Kadir (2004), *literary culture* substitui, totalmente, *literature*, por ser entendido como conceito mais adequado para abordar a produção textual dos diferentes contextos regionais considerados, enquanto no livro de Filinto Cristo Dias os dois termos são usados simultaneamente, não sendo um o substituto do outro, mas sim dois termos com valores distintos.

Além disso, é importante assinalar que o debate sobre o apreço do jornalismo enquanto género literário não era algo novo em Goa, na altura em que Filinto escrevia. Na verdade, esse debate encontra-se espalhado em várias publicações periódicas dentro de Goa, bem como na Índia Britânica, em jornais dirigidos por goeses. Um valioso exemplo é o artigo «Indo-Portuguese literature» de Armando Menezes, publicado no jornal *O Anglo-lusitano* em 1934, no qual o poeta e contista goês, lamentando a carência de produção narrativa ficcional no meio literário de Goa, agenciava *a culpa* para o próprio género jornalístico dos cronistas, *acusado* de se ter desenvolvido ao ponto de ter inibido o surgimento de outros géneros de escrita narrativa. Dessa forma, Armando Menezes denunciava:

On the prose side, our best talent has been for a hundred years and is being still drained into journalism. The newspaper column is the Mecca of our lazy and impatient ambitions. Moreover, how much easier to get an article (or a series of them) accepted by an editor than to publish a book – and how much cheaper! One does not want to assume that a newspaper article is always easier to write than a book. But one can assume that the article is shorter – that it means less organisation, less discipline, less persistence and method, more casualty, more dependence on the interest of the hour. Is it a wonder, then, that the urge towards more permanent prose, if any,

¹⁶⁶ Por *romântica*, aqui, se entenda relativa ao romantismo.

¹⁶⁷ Veja-se a secção 4 do segundo capítulo desta tese.

should be dissolved and frittered away and the would-be Samsons of literature be bound (whether by Philistines or no) to the columns of journalism? The «writer» among us is, accordingly, synonymous not with author but with journalist.

In Europe, to-day, the distinction between journalism and literature cannot be strictly kept up, since so much creative work appears in newspapers while, on the other hand, so much «literature» has been invaded by journalism. The difference between the spirit of the one and the spirit of the other alone remains. It is not that journalism is ephemeral, literature permanent. The real difference is that journalism is critical (in the secondary sense) and didactic, while literature is creative and in the best sense of the word, aesthetic. (MENEZES, 1934)

O autor continua dizendo que, contudo, o texto jornalístico de expressão portuguesa em Goa nunca alcançou o *status* de escrita criativa, mas que o incipiente jornalismo em língua concani tinha todos os requisitos para adquirir também o valor estético da literatura, sendo esta a língua vernácula dos goeses. O raciocínio de Menezes vai na mesma direção que o raciocínio que Filinto Cristo Dias articulará em 1958, à volta da «raridade do romance na literatura indo-portuguesa», quando identificava o problema da ausência desse género literário no facto de o português não ser a língua materna dos goeses e que, por essa motivação, estes não tinham pleno acesso aos registos mais refinados da língua, exigidos pela composição ficcional em prosa. Da mesma forma, vinte e quatro anos antes, Menezes escrevia:

It is not surprising, however, that our creative literary work should come through Konkani. Not only because the soul of a people can be best expressed in the vernacular and no one can hope to be a great writer until he is identified (consciously or unconsciously, perhaps more unconsciously than consciously) with the soul of the people; but also because the prolonged effort to master a foreign tongue, whether Portuguese or English, and the diffidence or self-consciousness attending on such mastery, tend to atrophy all creative impulse, while enslaving us to foreign models and foreign ideals. There is, therefore, a gulf (daily narrowing, one hopes) between the intellectuals – fixed major stars surrounded by a nebula of a vague so-called intelligentsia – and the exponents of our yet crude and chaotic Konkani literature.

That this literature should be crude and chaotic is, I hasten to add, a sign of life. It is not even desirable that it should evolve too fast, perhaps aping foreign models, before it is internally organised and stabilized. That it shall slowly draw into itself foreign influences will be also a sign of life, for an organism must suck its growth out of the environment. But there is a difference between assimilation and surfeit. (MENEZES, 1934)

As vozes de Dias e Menezes parecem concordar tanto sobre o facto de considerar o jornalismo uma peça importante da literatura indo-portuguesa, quanto sobre as motivações pelas

quais o romance não foi explorado pelos escritores goeses.¹⁶⁸ Pelas mesmas motivações, Menezes acredita que um romance como *Jacob & Dulce* podia ser entendido, na sua inteireza, apenas por falantes de concani ou de português de Goa – a que se refere com o termo «Goan Portuguese dialect» –, e por isso, podia ser destinado apenas a um público leitor local, do qual até a maioria dos goeses estariam excluídos. Menezes não fala explicitamente de literatura nacional; contudo, ele fala que para um autor ser considerado um grande escritor, este deveria se identificar com a alma de um povo. De facto, no excerto do artigo acima reproduzido, percebe-se que Menezes alude ao concani como a única língua nativa dos goeses, remetendo para a ideia de literatura vernácula como a única literatura que podia ser conceituada enquanto autenticamente goesa.

Em direção oposta à de Armando Menezes, o que emerge pela leitura do *Esboço* é que o facto de o português não ser a língua materna dos goeses – aspecto a que o padre dá muitas vezes ênfase – não impede que possa ser a língua de expressão de uma literatura indo-portuguesa. Pelo contrário, no *Esboço*, a compreensão do mundo literário goês é feita através do entendimento da relação unívoca entre língua portuguesa e literatura indo-portuguesa. Muitas das obras que o padre resenha são avaliadas conforme o grau de destreza linguística dos seus autores, apreciando esse elemento como uma qualidade fundamental para julgar esses textos enquanto parte de uma literatura. É de notar, em diferentes ocasiões ao longo do livro, ainda que não concordasse com os conteúdos ou argumentações de várias obras, que Dias não se exime de elogiar o estilo de escrita dos próprios autores, deixando o leitor entender que o escrever bem em português é o que habilita um autor a ser considerado um escritor de textos literários, exatamente como no caso do jornalismo.

Por todas estas motivações, tecendo algumas considerações finais sobre a obra em geral, podemos dizer que mais do que uma ideia de literatura ou de história literária, o que sobressai da leitura do *Esboço* é uma ideia daquilo que deveria ser considerado enquanto *texto literário*. Além disso, podemos afirmar que também no *Esboço*, como no livro de Vicente de Bragança Cunha e no artigo de Jacinto de Caetano Barreto Miranda, a *abrangência* da história literária goesa é confirmada. Por essa razão, a inclusão da historiografia, do jornalismo e do ensaísmo na história literária indo-portuguesa é legitimada, em primeiro lugar, por esses géneros exigirem habilidades dissertativas não ordinárias e, em segundo lugar, por comprovar a aderência dos goeses católicos à escrita de língua portuguesa aos níveis mais eruditos. Não é sustentável pensar que Filinto Cristo Dias tenha incluído tais géneros só por falta de um *corpus* de literatura estético-criativa – ou digamos para preencher um

¹⁶⁸ Armando Menezes proporciona, também, uma explicação para o facto de a poesia em português e inglês ter funcionado em Goa, sugerindo que tal género lírico «does not require that subtlety of idiom or that realism of dialogue which would be the despair of any writer attempting a novel or a short story or even a drama dealing with Goan life in a foreign language. This may be the reason why there is better poetry written by Goans in Portuguese than any other form of creative literature» (MENEZES, 1934).

hiato. Muito provavelmente, isso deu-se graças a uma tomada de consciência, a uma reflexão, sobre a natureza desses textos literários e sobre a importância edificante e impactante que tiveram em Goa, sobretudo no que concerne o âmbito da formação moral e cultural dos goeses. Na formação da própria cultura literária.

Nesse sentido, o *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* do padre Filinto Cristo Dias é a primeira história literária crítica de Goa. Nessa obra, a crítica está presente por ter habilitado a operação seletiva, inclusiva ou exclusiva, de géneros, autores e obras que participam da construção da estrutura do livro e, por isso, da história da literatura em discussão.

A literatura indo-portuguesa de Vimala Devi e Manuel de Seabra

1. O pano de fundo da obra: uma história literária lusotropicalista?

A literatura indo-portuguesa é o mais completo repositório historiográfico da literatura goesa em português, tendo sido compilado por Vimala Devi e Manuel de Seabra entre 1960 e 1971 e financiado pela Junta das Investigações do Ultramar. Os seus autores, a contista e poeta goesa Vimala Devi¹⁶⁹ e o romancista e tradutor português Manuel de Seabra, unidos por um vínculo conjugal e profissional, puderam contar com o apoio de uma instituição do Estado português para a realização da sua obra, a qual se encarregou da receita da investigação, bem como da sua publicação. Em relação ao método sociologista utilizado pelos dois autores, não é segredo que eles recorreram às teses lusotropicalistas de Gilberto Freyre e à retórica assimilacionista do fim-de-império para falar da literatura indo-portuguesa enquanto exemplo da missão civilizadora lusitana no Oriente.

À luz disso, é importante ter em conta as circunstâncias históricas que precederam a publicação de *A literatura indo-portuguesa*: a revogação do Ato Colonial e as alterações da Constituição de 1951; as viagens a Goa de Gilberto Freyre e do geógrafo Orlando Ribeiro, acontecidas, respetivamente, em 1951 e 1956; a anexação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana em 1961 – que resultou no fim do Estado da Índia Portuguesa; o início da Guerra Colonial em África. Tendo em conta que a investigação começou ainda em 1960, o financiamento de um projeto de história literária de Goa por parte de um aparelho do estado terá sido considerado um gesto de afirmação dos direitos padroeiros de Portugal sobre os territórios do antigo Estado da Índia, mediante a recuperação de um arquivo literário e a decorrente apreciação do seu valor estético. Por outras palavras, poderia ter sido visto como uma ulterior tentativa de demonstrar a existência de um inquebrável vínculo identitário com a realidade goesa.

Algumas personalidades tinham apontado, naquela época, o desinteresse de Portugal pelo estado coevo da cultura de língua portuguesa em Goa. Um bom exemplo é o de Manuel Ferreira que, no artigo «A cultura em Goa e a literatura de expressão portuguesa», publicado na revista *Estudos*

¹⁶⁹ O verdadeiro nome da autora é Teresa da Piedade de Baptista Almeida, sendo Vimala Devi apenas um pseudónimo literário. De acordo com o testemunho da escritora, tinha sido o próprio Manuel de Seabra, na altura do lançamento da sua primeira recolha de poesias *Súria* – também esta financiada por um órgão do estado português, a Agência Geral do Ultramar em 1962 –, a sugerir a mudança de nome e a adoção de outro que pudesse incutir nos leitores a sensação de estarem a ler uma poesia vinda do Oriente, um nome mais próximo dos temas tratados no livro, assegurando à poeta, dessa forma, o êxito editorial. Veja-se a entrevista com a autora em anexo a esta tese.

Ultramarinos em 1959, encorajava as instituições portuguesas a investirem mais nos meios culturais goeses. O escritor português lamentava:

Deste ambiente precário é reflexo o magro recheio das livrarias, reduzidas a três, e apenas na capital, praticamente só uma se dedicando ao livro português. As modernas publicações chegam atrasadas e quantas delas não chegam mesmo. Muitos nem por essa falha dão porque se deixam ir ao sabor da modorra local. Já em 1953 dizíamos: «... julga-se que depois de Aquilino existe Ferreira de Castro e, depois de Tomás Ribeiro, que ali desempenhara as funções de Secretário Geral do Governo, – poetas não tornaram a nascer em Portugal. Isto com os de menos de trinta anos. Porque os de menos de trinta conhecem o nome de Aquilino pelas selectas e o de Ferreira de Castro por saberem ter ele estado em Goa, por sinal, em dias borrascosos de Monção».

É este ambiente que urge modificar a partir de uma série de medidas fundamentais, estruturadas na realidade autóctone, expurgadas de teoria impraticável, como tantas vezes acontece. Para já, deveria merecer mais atenção a execução do que fora decretado pelo ministro Sarmento Rodrigues, talvez em 1953, com vista à expansão do livro português no Ultramar, que é o mesmo que dizer da Cultura Portuguesa, sobre a qual pesa por vezes, nessas e noutras áreas, um desconhecimento e uma injustiça tamanha, mesmo entre estrangeiros cultos, mas incautos, como aquele que uma vez a Gilberto Freyre perguntava «se havia literatura na língua portuguesa: alguma tradição épica ou lírica; algum grande poeta; estilista; ensaístas literários».¹⁷⁰

Será toda uma obra de compreensão, de inteligência, devoção, a fazer por aí fora, pois assim o exige o prestígio da nossa língua e a dívida enorme que contraímos para com aqueles que se formaram na nossa cultura e dentro destes os que pela sua condição nata são os escritores do futuro, os homens que erguem uma Literatura, que é o mesmo que dizer a vivência, a perenidade de um povo ou de um grupo étnico, como quiserem. (FERREIRA, 1959: 158-159)

O que é posto em discussão é a autêntica «perenidade» de um povo, a incompletude de uma comunidade sem uma literatura. Antes de Ferreira, Orlando Ribeiro, no seu *Relatório ao Governo*, mantido confidencial até 1998, apelava a Salazar medidas urgentes para a revitalização da língua e cultura portuguesa em Goa, estando em causa a própria hegemonia portuguesa no território indiano.¹⁷¹ Descrita como «a *terra menos portuguesa* de todas as que vira até então» (RIBEIRO, 1998: 64), Goa constitui «uma grande decepção» (RIBEIRO, 1998: 65) aos olhos de Ribeiro, o qual constata que o uso da língua portuguesa é limitado ao mundo das camadas sociais mais prestigiadas, sendo, de forma geral, excluído da esfera da vida particular. O geógrafo português denuncia, aliás, a

¹⁷⁰ A citação de Gilberto Freyre é extraída do texto *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Ferreira e Freyre encontraram-se em Goa, em 1951, no contexto da *tour* do sociólogo brasileiro ao Ultramar português. Nessa mesma ocasião, Manuel Ferreira entrevistou Freyre, tendo sido a entrevista publicada no primeiro número do *Boletim da Emissora Portuguesa* em 1952 (Jan-Fev-Mar, 24-28).

¹⁷¹ «Porque, ou nós conservamos Goa e vale a pena tentar fazer dela uma terra mais portuguesa, ou, no dia em que a perdermos, se poderá invocar ainda este facto contra a legitimidade do nosso domínio» (RIBEIRO, 1998: 102).

cumplicidade do clero goês «na criação e manutenção de um sentimento *goês*» (RIBEIRO, 1998: 81), tendo este favorecido o uso do concani e obstaculado o uso do português, ao contrário de quanto acontecia, por exemplo, nas missões africanas.¹⁷²

Relativamente à ajuda financeira do governo ao ensino primário, Orlando Ribeiro nota a total ausência de suporte português na instrução infantil ocorrida nas escolas maratas – onde estudava a maioria das crianças hindus –, denunciando o facto de que a maioria dos professores chegavam da União Indiana, representando um perigo concreto para a propaganda anti-portuguesa, «pois a não poucos [a polícia] teve razões para deitar a mão» (RIBEIRO, 1998: 107). Por sua vez, no que concerne a instrução nas escolas católicas, Ribeiro aponta para um interessante aspecto a que, muito provavelmente, também o próprio Manuel Ferreira se referia, ou seja, o facto dos programas escolares estarem embebidos de «teoria impraticável» (FERREIRA, 1959: 159). Dessa forma, Ribeiro reprovava:

As escolas primárias oficiais, menos frequentadas do que as anteriores, seguem um deplorável método de ensino, imposto em grande parte pela sua «unicidade» oficial. Os livros únicos de leitura, que entre nós se destinam às crianças de fala portuguesa, são pedagogicamente inconvenientes para estes mocinhos que, ao entrar na escola, não sabem uma palavra da nossa língua. As suas histórias, as suas descrições, falam de um mundo que não lhes é familiar. Em vez do cajueiro ou da mangueira, árvores de fruto que crescem em toda a parte, a pereira e a cerejeira; em vez das chuvas diluvianas da monção, os encantos de uma Primavera que este clima não possui; em vez de gralhas, cujo grasnar acompanha sempre as moradas humanas, andorinhas que a maioria destes meninos nunca há-de ver. A geografia e a história são ensinadas com minúcias sem interesse, que seriam vantajosamente substituídas por um melhor conhecimento da terra e da história local. Como os professores são índios, e falam muitas vezes o concanim melhor que o português, todo o ensino científico é feito naquela língua; e os moços que vão para o liceu entendem, lêem e exprimem-se em português com grande dificuldade. Devia organizar-se um ensino adequado a gente de outra fala, com programa de centros de interesse regionais, e não o absurdo modelo metropolitano, que pasma ver *uniformemente* adoptado em todos os vastos, distantes e diversos territórios do Império. (RIBEIRO, 1998: 108-109).¹⁷³

Voltando ao livro de Vimala Devi e Manuel de Seabra, é possível entender que a publicação de uma história literária que encomiasse os resultados de quase quinhentos anos de presença

¹⁷² São numerosas as comparações, ao longo do relatório, do contexto goês com o das colónias africanas. Numa passagem particular, Ribeiro chega a sugerir investir em África o dinheiro inutilmente gasto na Índia, enfatizando o aspecto precário da presença portuguesa em Goa (RIBEIRO, 1998: 66).

¹⁷³ Numa nota do *Relatório*, a geógrafa e esposa de Ribeiro, Suzanne Daveau, que editou o livro em 1998, explica como o Estado Novo adotou, no ensino primário e secundário, «“livros únicos” que enalteciam as excelências do regime político vigente e os ensinamentos da doutrina cristã, utilizando exemplos tirados sobretudo da vida tradicional portuguesa e das glórias do passado» (RIBEIRO, 1998: 72, nota 11).

portuguesa na Índia pudesse ser algo útil ao regime. Embora isso, como se depreende da entrevista a Vimala Devi – em anexo, na presente tese –, a vontade de organizar o livro parte de uma iniciativa pessoal dos autores, os quais ganharam uma bolsa da Junta das Investigações do Ultramar, renovada por mais uma vez ao longo dos onze anos em que foi levado a cabo o trabalho.

O recurso ao lusotropicalismo é recorrente e ajustado a diferentes contextos, tanto como teoria, quanto como abordagem metodológica. Como será ilustrado no presente capítulo, o lusotropicalismo não se denota apenas quando ele é citado diretamente, como nos primeiros capítulos do livro, mas também quando é latente nos genuínos discursos literários, à volta dos géneros e das obras, e até na própria seleção de autores. É difícil estabelecer se a presença do lusotropicalismo deve-se a uma adesão dos autores a tal pensamento, se a uma exigência ditada pelo patrocínio de uma instituição do Estado ou se foi apenas uma simples tendência da época. Voltando a fazer referência à entrevista feita à co-autora do livro, esta reitera, de maneira resoluta, quanto corroborado em *A literatura indo-portuguesa* relativamente à interpretação do colonialismo português sustentada por Gilberto Freyre. Aliás, Vimala Devi dissocia o lusotropicalismo da política colonial de Salazar, fazendo questão de especificar, ainda, que o seu marido e colega Manuel de Seabra «foi sempre um homem de esquerda».¹⁷⁴

De qualquer forma, essa história literária e o volume antológico conjuntamente publicado constituem, ainda hoje, uma fonte bibliográfica insubstituível para o estudo da literatura de Goa produzida durante o domínio colonial. Mas não só isso. O estudo dessa obra, enquanto discurso e não enquanto simples referência bibliográfica, permite perceber melhor como, também no caso goês, a história literária se presta à representação dos discursos políticos dominantes.

2. O prelúdio: o volume *Goa, Damão e Dio da Antologia da terra portuguesa*

Antes de dar a lume *A literatura indo-portuguesa*, Manuel de Seabra já tinha integrado a coleção *Antologia da terra portuguesa*, em 1962, publicada pela Livraria Bertrand, por iniciativa de Luís Forjaz Trigueiros, então na administração da editora (BAUBETA, 2007: 147). O organizador das antologias sublinha, no primeiro volume dedicado ao Minho (1957), que a intenção do projeto era traçar um «plano de interpretação nacional» (TRIGUEIROS, 1957: xvi) que representasse a paisagem geográfica e humana portuguesa, tendo convidado para a redação dos vários volumes autores que tinham laços afetivos ou conhecimentos prévios, na qualidade de especialistas, sobre as literaturas em questão. À luz disso, não surpreende que Forjaz Trigueiros encarregasse Manuel de Seabra da escrita do volume *Goa, Damão e Dio*, cumprindo este tanto requisitos afetivos como

¹⁷⁴ Cfr. «Uma vida de um certo lirismo: entrevista com Vimala Devi», p. 286.

científicos. Em 1962, Seabra estava já casado com Vimala Devi, tendo os dois iniciado, nessa altura, as investigações para a compilação da sua história literária. Por isso, para levar avante essa tarefa, nada melhor do que o perfil biográfico de Seabra, o qual é descrito na capa do livro como «estudioso da História da vida e dos costumes portugueses no Oriente e especialmente na Índia» (1962: s.p.).

A coleção contava com 18 volumes antológicos, publicados entre 1957 e 1965, quatro dos quais foram sistematizados pelo próprio Forjaz Trigueiros.¹⁷⁵ No volume antológico *Goa, Damão e Dio*, Manuel de Seabra seleciona textos de autores goeses e portugueses, cumprindo um critério que reconhece aos portugueses uma identidade *oriental* e, vice-versa, aos goeses uma identidade autenticamente católica e portuguesa. Essa abordagem será continuada, e reforçada, em *A literatura indo-portuguesa* pela presença do lusotropicalismo; por esse motivo, acredita-se que a antologia *Goa, Damão e Dio* constitui uma espécie de projeto preparatório para a obra de 1971 ou, de forma mais geral, uma espécie de primeira arrumação de ideias sobre o assunto.

Numa nota final do livro, Seabra explica: «Procurei, dentro do possível, através dos autores antologados, apresentar uma panorâmica dos vários aspectos da vida e da terra da Índia Portuguesa», agradecendo, para tal efeito, a ajuda de Luís Forjaz Trigueiros, Amândio César – o curador do volume *Trás-Os-Montes e Alto Douro* – e a própria Vimala Devi (1962, s.p.). De facto, o pequeno livro é composto por uma série de textos de diferentes géneros literários, apresentados cronologicamente e que pretendem fornecer uma representação da experiência portuguesa na Índia, principalmente em Goa.

A antologia abre com o *Auto da Índia* de Gil Vicente e termina com a poesia de Vimala Devi, «Vénus drávidas», extraída do livro *Súria*, ainda inédito naquela época, passando, ainda, pela literatura dos Descobrimentos, por Camões, Frei Luís de Sousa, Leonardo Pais e António João de Frias, Bocage, Almeida Garrett, Fernando Pessoa e por autores goeses do século XX como Nascimento Mendonça, Paulino Dias, Adeodato Barreto e Orlando da Costa. É interessante notar como, no fim do livro, Manuel de Seabra se preocupa em assentar duas especificações. Primeiramente, aponta quem são os autores goeses que figuram na antologia.¹⁷⁶ Ele escreve: «Alguns dizem-no expressamente; da maioria, porém, o leitor não se aperceberá, dada a autenticidade e a

¹⁷⁵ Os volumes foram publicados da seguinte forma e ordem: *O Minho* (1957), *A Madeira* (1958), *Alto e Baixo Alentejo* (1958), *O Douro Litoral* (1959), *Trás-Os-Montes e Alto Douro* (1959), *O Ribatejo* (1960), *Beira Baixa* (1960), *O Porto* (1960), *Lisboa* (1960), *Beira Alta* (1961), *Angola* (1961), *Goa, Damão e Dio* (1962), *O Algarve* (1963), *Moçambique* (1963), *Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor* (1963), *Beira Litoral* (1964), *Os Açores* (1965), *Estremadura* (s.d.). Luís Forjaz Trigueiros sistematizou os volumes sobre o Minho e o Ultramar Português, exceção feita pelo volume sobre a Índia Portuguesa, deixado ao cuidado de Manuel de Seabra.

¹⁷⁶ Na opinião de Seabra, os autores goeses são: Fernão Lopes do Oriente, D. António Alvares da Cunha, Leonardo Pais, Francisco Luís Gomes, Jacinto Caetano Barreto Miranda, Cristovão Aires, Caetano Francisco Xavier Gracias, Amâncio Gracias, Alberto Xavier, Nascimento Mendonça, Froilano de Melo, Paulino Dias, A. Gonçalves Pereira, Adeodato Barreto, Orlando da Costa e Vimala Devi.

portugalidade da sua essência cultural e linguística» (SEABRA, 1962: s.p.). Os autores portugueses e goeses são contemplados através da mesma lente, que foca e engrandece a identidade católica de ambos. Com efeito, se averiguarmos os excertos dos autores goeses antologados por Seabra, verificamos que se tratam, na maioria dos casos, de textos referentes à observância de tradições católicas na Índia, como *Origens do cristianismo na Índia* de Amâncio Gracias, de 1903, uma poesia de Adeodato Barreto intitulada «Natal cristão», publicada postumamente em *O livro da vida*, em 1940, um artigo de Vimala Devi intitulado «Natal de Goa», publicado na revista *Panorama* em 1961, e um trecho do romance de Orlando da Costa *O signo da ira* (1961), a que Seabra dá o nome de «Procissão em Goa», entre outros exemplos.

Contudo, a parte mais emblemática do volume é a própria introdução assinada por Manuel de Seabra e escrita antes de dezembro de 1961, não aludindo à anexação de Goa, Damão e Diu, mas apenas à de Dadrá e Nagar-Aveli. De facto, a segunda especificação que ele assinala nas notas finais é que, apesar de o volume se encontrar já acabado «no momento em que ocorreu a trágica invasão do Estado da Índia», conseguiu inserir alguns textos de autores que documentaram esse facto, como por exemplo o artigo de Maria Ondina Braga «A última noite de Goa» (1962) e a poesia de Natércia Freire *India 1961* (1962) – curadora, esta última, do volume sobre o Ribatejo da mesma coleção. A Índia Portuguesa é configurada num quadro imaginativo idílico, constituindo-se como componente essencial da caracterização ontológica do português. Olhando para os termos com que vem sendo adjetivada, podemos dar-nos conta de que a Índia não é representada enquanto espaço singular, mas enquanto contentor de todas as inquietações que animaram o empreendimento colonial. Para exemplo disso, leiam-se algumas frases: «o sonho da Índia sempre viveu no coração e no sangue de Portugal» (SEABRA, 1962: 7); «a primeira Índia foi o fabuloso Al-Gharb» (SEABRA, 1962: 7); «depois, a Índia foi o mar» (SEABRA, 1962: 7); «a Miragem eterna que se agita em todos os peitos lusitanos» (SEABRA, 1962: 8); «a Índia fora encontrada» (SEABRA, 1962: 8); «ao sonho da Índia sacrificamos tudo» (SEABRA, 1962: 8); «o Estado Português da Índia é um caso ímpar – como o Brasil noutra aspecto – da presença lusa no Mundo»; «na Índia, aconteceu encontro» (SEABRA, 1962: 9); e, por fim, «A Índia lusa engloba, pois, inexoravelmente, todas as regiões onde Portugal continua presente em espírito, em cultura, em civilização» (SEABRA, 1962: 10).

Se por um lado Seabra afirma que a Índia é lusa e nela aconteceu o *encontro*, por outro escreve que «Portugal não é um país europeu» (SEABRA, 1962: 11), lembrando ao leitor que essa antologia é o fruto de «cinco séculos de portugalidade» (SEABRA, 1962: 11). O título original que Manuel de Seabra tinha pensado para o volume era *Como os nossos escritores viram o Oriente*, mas essa ideia teve de ser modificada, de forma a ir ao encontro das exigências editoriais. De facto, na coleção *Antologia da terra portuguesa*, o volume inerente às outras colónias asiáticas, Macau e

Timor, só foi publicado um ano depois, em 1963, no mesmo livro sobre Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe, ao cuidado do próprio Luís Forjaz Trigueiros. O ambicioso título originalmente proposto, *Como os nossos escritores viram o Oriente*, talvez pudesse não ter ilustrado os conteúdos da antologia, dado que o *Oriente*, como uma sinédoque, teria sido representado apenas por uma pequena *parte* no livro, ou seja, a Índia Portuguesa. Na realidade, julga-se que no livro organizado por Manuel de Seabra, a Índia, como é retratada na introdução e nos textos antologados, é já uma figura de linguagem, uma sinédoque que resume toda a retórica imperial e reflete a ideia da hiperidentidade portuguesa problematizada por Eduardo Lourenço (1999; 2014), ilustrada, justamente, pela seguinte citação de Seabra: «A Índia fora encontrada. O seu achamento cumpriu, daí em diante, o destino universal da Nação. Aí se definiram, se corporizaram, as virtudes imanentes no nosso povo, virtudes de tolerância, de compreensão, de amor» (SEABRA, 1962: 8).

3. A investigação e o Prémio Abílio Lopes do Rego

A investigação para a compilação da história literária *A literatura indo-portuguesa* começou em 1960, tendo o livro sido publicado quase 12 anos depois, no final de 1971. Vimala Devi e Manuel de Seabra nunca se deslocaram a Goa para pesquisar ou conhecer de perto o meio literário goês. As pesquisas tiveram principalmente lugar na Sociedade de Geografia e na British Library, em Londres, para onde o casal se mudou em 1963. A mudança para a capital do Reino Unido obrigou Vimala a viajar várias vezes para Portugal, para integrar as pesquisas, enquanto Manuel estava empenhado a trabalhar para a BBC. De facto, como se deduz pela entrevista anexada a este trabalho, essa fase londrina viu a Vimala ser a parte mais ativa do casal no desenvolvimento da obra, enquanto a Manuel teria cabido o papel de compilador da história literária. As únicas contribuições que chegaram diretamente da Índia foram as enviadas pelos autores ou seus familiares, que responderam ao apelo de Seabra publicado no *Diário de notícias de Lisboa*, em 1960, bem como aos contatos feitos privadamente por Vimala. Na nota prefacial do livro, destacam-se, desde logo, as dificuldades encontradas pelos autores no processo de investigação:

As pesquisas com um trabalho desta sorte em mente começaram em 1960 e, de facto, continuam ainda. Esta área de cultura encontrava-se totalmente por explorar, sendo pouco numerosos e superficiais os trabalhos de referência existentes. Foi preciso, pois, partir do nada e tentar, literalmente às cegas, estabelecer uma perspectiva histórica da literatura indo-portuguesa. Infelizmente, o livro do P.e Filinto Cristo Dias chegou demasiado tarde para nos auxiliar nessa tarefa básica, embora, de qualquer maneira, apresentasse grandes lacunas que interessava preencher. (DEVI & SEABRA, 1971: 5)

Em 2012, Paul Melo e Castro publicou no seu blog *Archive of Goan writing in Portuguese*, uma entrevista feita a Vimala Devi pelo jornal goês *A Vida*, em 1967¹⁷⁷ – no auge da fase de compilação do trabalho –, em que a autora conta que o projeto inicial previa, além da parte «histórico-crítica», também um dicionário biográfico e uma antologia. O formato final da obra, publicada em 1971, incluiu apenas um volume histórico-crítico e um volume antológico, provavelmente devido às dificuldades em aceder às informações biográficas de todos os autores levantados. À luz da magnitude da lista e da inacessibilidade de informações completas sobre os autores, Vimala declara que, até o momento em que se deu a entrevista, tinham conseguido cortar pelo menos cinquenta nomes. Na entrevista de 1967, é também mencionado o facto de eles terem alargado o olhar para outros fenómenos culturais que iam além da mera literatura criativa, como o mandó, os almanaques e a imprensa periódica: «Já vai ultrapassando os limites de uma simples história literária de Goa para se tornar praticamente uma história da cultura em Goa».¹⁷⁸

Em 1972, o casal recebeu o Prémio Abílio Lopes do Rego da Academia das Ciências de Lisboa, destinado a: «autor português de obra original, em língua portuguesa, sobre administração ultramarina, publicada no ano da abertura do concurso ou inédita».¹⁷⁹ Os prémios da Academia das Ciências não eram financiados nem pelo Estado, nem pelas receitas da instituição, mas sim pela iniciativa particular de benfeitores. Nesse caso, o Prémio Abílio Lopes do Rego foi instituído pela Academia em 1950, graças a um donativo de Lopes do Rego equivalente a um milhão de escudos, enquanto o valor do prémio era estabelecido a cada ano. Sobre o âmbito científico do concurso, lê-se no regulamento do prémio:

A expressão «administração ultramarina», deverá ser entendida em sentido lato, isto é, abrangendo:

- «a) qualquer tema da ciência de colonização ou qualquer problema concreto que diga directamente respeito à administração ultramarina portuguesa;
- b) qualquer estudo de ciências humanas de interesse directo e imediato para a administração ultramarina portuguesa». (Prémios da Academia. Regulamento especial do prémio «Abílio Lopes do Rego», artigo nº 2)

¹⁷⁷ «Vimala Devi- Uma História de Literatura Goesa (1967)», <http://archiveofgoanwritinginportuguese.blogspot.com/2012/01/vimala-devi-uma-historia-de-literatura.html>

¹⁷⁸ Apesar de Vimala Devi falar de «história da cultura em Goa» – devido à abrangência de autores, obras e tópicos tratados –, no livro, os autores referem-se ao próprio objeto de estudo enquanto história literária. Da mesma forma, eles referem-se ao seu próprio texto indicando-o como uma obra de história da literatura.

¹⁷⁹ Prémios da Academia. Regulamento especial do prémio «Abílio Lopes do Rego», artigo nº 2.

A *literatura indo-portuguesa* enquadra-se na segunda definição por ser um estudo de ciências humanas. A obra é uma história literária que atende realmente a um problema concreto, ou seja, como preservar o património literário e cultural da mais antiga possessão ultramarina, e que podia servir também como prova da diversidade do colonialismo português, ou, como escrito na nota prefacial do livro, que podia «servir de base à futuração da cultura luso-oriental» (DEVI & SEABRA, 1971: 5). Permanecendo no âmbito do «problema», na visão global da obra, são dois os problemas centrais que os autores expõem, um relativo à metodologia de pesquisa privilegiada e outro referente a algo que poderíamos definir como *o problema do cânone*. Os dois são originados na sequência da determinação das instâncias de excecionalidade em que a literatura indo-portuguesa se teria formado, sendo o lusotropicalismo a tese principal onde os dois autores fundamentam as suas observações. A pergunta que deve aqui ser colocada é se os dois problemas levantados por Devi e Seabra sobre a metodologia e o cânone podiam ser considerados, na década de 70, como problemas de administração ultramarina. Acredita-se que a resposta seja afirmativa, sendo que existe um evidente nexo entre a metodologia utilizada pelos dois críticos e o discurso político representado pela obra.

4. A assunção dos problemas metodológicos: «o método sociologista» e a aceção «literatura indo-portuguesa»

Em relação à metodologia utilizada, Devi e Seabra, em diferentes momentos do texto, insistem na importância de aplicar um método sociologista na sistematização da história da literatura indo-portuguesa. Já na primeira página do texto, na nota prefacial, lemos:

O método usado é mais sociologista do que seria talvez de desejar, mas não parece que fosse possível isolar da sua perspectiva cada um dos autores ou obras com um critério exclusivamente esteticista. Foi precisamente o contrário o que se pretende e temos consciência das muitas deficiências que o uso deste critério e a frequente generalização inevitavelmente causaram. Neste caso, porém, pareceu-nos a única via aconselhável. Resta esperar que aspectos particulares desta área de cultura venham a merecer outros estudos, e que este trabalho possa servir de base à futuração da cultura luso-oriental. (DEVI & SEABRA, 1971: 5)

É possível que a justificação do uso de um método que não fosse completamente familiar ao âmbito dos estudos literários proceda da exigência de justificar um *corpus* textual igualmente não correspondente aos critérios estéticos da literatura criativa. Efetivamente, Devi e Seabra, apesar de manifestarem uma abordagem crítica mais aprimorada do que aquela dos seus antecedentes,

perseguem o caminho aberto por estes últimos, compilando uma história literária de autores e obras pertencentes a diferentes domínios do conhecimento – motivação pela qual Vimala Devi falava de «história da cultura em Goa» na entrevista de 1967. E também, como será sustentado ao longo do livro, o método sociologista terá servido para enquadrar a produção literária em causa no contexto histórico e cultural goês durante a presença portuguesa, da mesma forma que Filinto Cristo Dias teve em consideração «as influências mesológicas e as que foram exercidas pelo meio exterior sobre os nossos escritores» (DIAS, 1963: s.p.).

No primeiro capítulo intitulado «Goa e os portugueses», Devi e Seabra, apoiando-se, em medida maior, no texto *O luso e o trópico* de Gilberto Freyre (1961), preocupam-se em descrever, de maneira detalhada, as práticas portuguesas da «política de integração inteiramente inédita na Europa do tempo» (DEVI & SEABRA, 1971: 12), a partir do qual foi formada a sociedade goesa. Entretanto, apesar da constante referência ao pensamento de Freyre, os autores não evitam falar do aspecto forçado e violento das conversões dos hindus ao cristianismo, da história da Inquisição em Goa, da repressão da língua concani e da resistência de fragmentos culturais hindus no interior de algum estrato da sociedade. O luso-tropicalismo é citado sobretudo quando se querem evidenciar os valores positivos da obra portuguesa, sendo que Devi e Seabra admitem, no início do capítulo: «Ignora-se, no entanto – e não parece que seja possível algum dia conhecer a verdade –, se esse espírito de missão se devia a um programa político preestabelecido, à idiosincrasia do próprio povo português, ou a uma simples necessidade estratégica» (DEVI & SEABRA, 1971: 12). Esta demonstração de dúvidas, relativas à natureza das políticas de colonização portuguesa na Índia, talvez possa ser interpretada como uma tática própria dos autores, para se distanciarem de um discurso outrora demasiado retórico. De facto, se se compara o registo da linguagem utilizada por Seabra na antologia de 1962 com o da história literária de 1971, podemos constatar que há profundas diferenças. Se na antologia a linguagem é retórica e cheia de alusões à presumida identidade oriental dos portugueses, bem representada pela frase «Portugal não é um país europeu», no livro de história literária, o raciocínio que leva a descrever o *encontro* é complexificado pela necessidade de atingir o registo do discurso científico. É, desde logo, sublinhado o facto de os portugueses terem tido a necessidade de formar «um Estado cristão como baluarte para a manutenção dos seus interesses no Oriente» (DEVI & SEABRA, 1971: 14), referindo, aliás, a conveniência da política dos casamentos de Afonso de Albuquerque – um ato virado à obtenção do «apoio condicional das populações locais» (DEVI & SEABRA, 1971: 13). Roberto Vecchi sublinha como a política dos casamentos de Afonso de Albuquerque, louvada por Gilberto Freyre na conferência de Goa de 1951, é uma das «“precoces” disposições biopolíticas» (VECCHI, 2010: 183) que permite que a singularidade de uma estratégia política seja apresentada como exemplaridade política de todo o império.

A manutenção do sistema das castas, encarado por Devi e Seabra como um dos aspectos mais peculiares e, ao mesmo tempo, ambíguos da presença portuguesa na Índia, é o que torna excepcional o colonialismo português, quando este é comparado tanto com os outros colonialismos europeus, quanto com as administrações dos restantes territórios do Ultramar português. Ainda, Roberto Vecchi escreve que «a força – linguística, simbólica, citacional – da idealização de uma possível civilização lusa, longe da norma dos outros colonialismos, reside no traço de ambiguidade declamatória que o plasma» (VECCHI, 2010: 184). Nesse sentido, a incorporação da estratificação social das castas é um exemplo de como o português, não apenas *dá*, mas também *recebe*, de como «o português adaptou e adaptou-se» (DEVI & SEABRA, 1971: 16). E é assim que a ideia do *milagre sociológico* de Gilberto Freyre é posta em prática. :

Mas – é a interrogação que pomos agora – qual o papel de todas essas realizações na formação de uma cultura goesa ou luso-indiana? Precisamente para o fim de definir a sua posição como cultura é que nos detivemos tão extensamente na análise de atitudes de civilização por parte dos Portugueses, que inevitavelmente – antes, pelo contrário, propositadamente – produziram uma integração de consequências imprevistas. No entanto, antes de analisar as consequências dessa integração, há que definir cultura, que definir civilização, mas não nas suas coordenadas teóricas e monumentais, que têm frustrado em *praxis* tantos historiadores. Porque o estudo das civilizações é mais do domínio da Sociologia que da História, a despeito de Arnold Toynbee. É na medida em que um povo se manifesta no seu quotidiano diferente dos outros povos – para além das similitudes que a mesma fase de evolução histórica lhes possa imprimir – que pode afirmar-se que tem uma cultura própria.

Até que ponto – é o problema que enfrentamos – o povo goês é culturalmente ele? Será o povo goês culturalmente indiano, português, ou luso-indiano, ou simplesmente goês?

Ao contemplar a paisagem humana e cultural de Goa, não pode o observador deixar de meditar no mistério de uma sociedade que, não sendo totalmente indiana, também não é totalmente portuguesa. É certo que essa sociedade se encontra dolorosamente dividida, não apenas em castas como em comunidades religiosas, mas o próprio hindu de Goa quão diferente se revela do hindu do resto da Índia, se não tanto nos seus costumes e tipo físico, já numa psicologia moldada por quase cinco séculos de contacto com o Ocidente ibérico, já no olhar baço, de carneiro mal morto – como dizia Ramalho Ortigão referindo-se aos judeus portugueses de Amsterdão – que se encontra com tanta frequência pelas ruas de Pangim, de Margão, de Mapuçá. (DEVI & SEABRA, 1971: 16-17)

Repare-se que, depois da frase «também não é totalmente portuguesa», Devi e Seabra colocam uma interessante nota sobre a possibilidade de estender as observações sobre as peculiaridades identitárias do goês até aos hindus: «A prova mais cabal foi a população de Goa ter rejeitado por 42300 votos a sua união com Mahârâshtra, nas eleições de Fevereiro de 1967. O

resultado deste referendo, em que muitos hindus votaram pela não-integração, talvez revele que o peculiarismo goês não é exclusivamente cristão» (DEVI & SEABRA, 1971: 37, nota 33). Como será aprofundado posteriormente, Devi e Seabra incluem também autores goeses hindus, sendo que as obras e os autores historicizados no livro são abordados com o propósito de definir, em primeiro lugar, o singular meio cultural em que estes se inscrevem e que representam. Por isso, uma primeira resposta ao problema de definir de que história literária se fala, consiste próprio no nome que é dada à literatura em análise, ou melhor, no uso que eles fazem desse nome. Usando o nome *indo-portuguesa*, Devi e Seabra superam o constrangimento causado pelo problema de determinar *qual a cultura? qual a civilização?* Isso permite-lhes tanto agradar à ideologia dominante da época, representada pela instituição que financiou o projeto, quanto enfrentar o segundo problema que caracteriza a sua história literária, o problema do cânone.

À luz disso, a segunda pergunta que eles colocam, algumas páginas depois, no capítulo «Os primeiros escritores goeses em língua portuguesa», é justamente: «Será lícito incluir europeus numa literatura goesa? [...] O problema é de difícil, senão impossível, solução e tudo depende do critério, da posição que for assumida perante a cultura das nações envolvidas» (DEVI & SEABRA, 1971: 103). De facto, a posição que Devi e Seabra assumem perante o seu objeto de estudo permite-lhes incluir, na sua obra, autores portugueses como Cunha Rivara e Tomás Ribeiro, resolver impasses identitários como o caso do luso-descendente Moniz Barreto e incluir até escritores e publicações hindus. Nesse sentido, a adoção do nome *indo-portuguesa*, por parte de Devi e Seabra, difere da maneira como foi aplicado, até então, por outros historiadores literários, como Vicente de Bragança Cunha ou Filinto Cristo Dias, atribuindo-lhe um significado completamente novo. Bragança Cunha não se atrevia a dar uma definição do que era registrável como literatura indo-portuguesa, mas incluiu na sua obra e nos seus artigos apenas autores católicos; enquanto Filinto Cristo Dias, ainda que falasse de escritores «goeses que se serviram de português para a expressão das suas ideias e sentimentos» (DIAS, 1963: 3), circunscreveu a sua resenha apenas a autores católicos.

No caso de Devi e Seabra, parece que a condição imprescindível para ser considerado um escritor indo-português não está relacionada com o escrever em português – sendo que eles se interessam também pela literatura em língua marata, se bem que superficialmente, e pelo mandó composto em concani –, mas sim ter tido alguma ligação com o meio cultural goês. Aliás, ao introduzir no primeiro capítulo o mandó, e ao tentar confirmar a influência portuguesa no surgimento desse género musical, Devi e Seabra indicam com precisão que: «Outro argumento em favor da origem portuguesa do mandó e o facto de ser só conhecido em terras que estiveram sob influência portuguesa. No Ceilão foi já totalmente esquecido. Mas em Damão e Dio ainda hoje há mandós com letra em português. Em Goa teria recuado perante o concanim, tornando-se assim uma canção

típicamente indo-portuguesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 21). Por isso, a componente linguística indiana, representada pela expressão da música em concani, legitima os autores a definir o mandó como um género indo-português, por conjugar origem portuguesa e língua vernácula.¹⁸⁰

É difícil determinar se com a aceção *indo-portuguesa* Devi e Seabra queriam referir-se também à identidade cultural dos atores em causa ou, de forma mais geral, apenas à sua literatura, sendo que, ao contrário de Vicente de Bragança Cunha que nunca utilizou, no seu livro, o termo *goês* e afins, eles empregam um ou outro termo como sinónimos, junto com o nome *luso-indiano*. Partindo do exposto, tecemos duas considerações: em primeiro lugar, que o uso da aceção indo-portuguesa se refira mais a um ambiente cultural, a um meio literário e, em geral, a um tipo de produção artística, do que a uma identidade cultural; em segundo lugar, não é possível afirmar com precisão se a inclusão de personalidades hindus procede de uma genuína vontade de registar toda a produção literária em português disponível em Goa, ou se é determinada pela exigência de demonstrar as instâncias do *milagre sociológico* goês, uma realidade onde supostamente católicos e hindus convivem e colaboram harmoniosamente,¹⁸¹ graças à maleabilidade demonstrada pelos portugueses durante o processo de colonização – ou *integração*, como é referido no livro. De qualquer forma, a aplicação de tal método sociologista resulta ser útil aos autores para a demonstração de ambas hipóteses.

Um bom exemplo da aplicação de tal método é a maneira como eles problematizam os temas abordados pelas letras do mandó. Devi e Seabra estranham como em 160 mandós analisados, apenas quatro se revelaram de teor político e social, sendo a grande maioria baseados em assuntos amorosos. Dada a profunda estratificação da sociedade goesa e a presença de um forte sistema latifundiário, os dois autores admiram como esse género não tenha dado voz aos conflitos religiosos, de castas e de desigualdade económica e social, perguntando-se, finalmente, se a distância de algumas décadas de 1961, as letras do mandó iam refletir as mudanças sociais trazidas pela anexação de Goa à União Indiana. Devi e Seabra interrogam-se:

É significativo o facto de o invasor indiano, em 1961, ter sido identificado, por certas camadas desprivilegiadas da população, com reivindicações sindicais sociais que Portugal não atendia. Foi um logro, pois, enquanto, em

¹⁸⁰ Sobre o mandó, Devi e Seabra escrevem: «Precisamente, o mandó é, das manifestações culturais do Goês, a que tem maiores probabilidades de vir a ser o grande testemunho da evolução histórica de uma sociedade tão híbrida quanto instável» (DEVI & SEABRA, 1971: 32).

¹⁸¹ «Toda a vida social goesa está permeada de dois mundos. Pode perguntar-se do qual dos dois tem preponderância, mas, pondo em confrontação a intensidade da crença cristã e o apelo telúrico e racial do *âryâvarna*, seria muito arriscado pretender uma resposta absoluta. O Goês é o goês, será talvez o mais honesto dos postulados. O Goês tem o seu mundo próprio. Critica por igual o Hindu (a quem os sacerdotes cristãos ainda hoje chamam *pagão*) e o Europeu, este principalmente pela sua licenciosidade. O Goês tem o seu tipo peculiar de sociedade, as suas canções, os seus sonhos» (DEVI & SEABRA, 1971: 20).

1961, Portugal se encontrava nas condições históricas para – se o quisesse fazer – forçar a estrutura económica de Goa a dar um salto brusco para as relações de produção de um país industrial moderno, a classe dominante na União Indiana é ainda precisamente o grande latifundiário semifeudal, cujo primeiro cuidado foi destruir as ilusórias esperanças do proletariado rural de Goa. Assim, em termos puramente sociais, com a anexação de Goa deu-se um retrocesso. Será curioso, dentro de três ou quatro dezenas de anos, fazer uma análise dos novos mandós aparecidos a partir de 1961. (DEVI & SEABRA, 1971: 32)

Com essas palavras, Devi e Seabra manifestam não apenas uma opinião sobre a anexação que agrada ao regime do governo português, mas também demonstram que uma análise do contexto social e político de Goa é requerida para a compreensão total dos fenómenos culturais, de que a literatura e a música fazem obviamente parte.

No capítulo XIII de *A literatura indo-portuguesa*, na parte dedicada à crítica literária –a que se fez já referência nos capítulos anteriores desta tese –, Devi e Seabra falando do ensaio «Duas palavras sobre o progresso literário em Goa» de Jacinto Caetano Barreto Miranda (1854), julgam que o intelectual de Margão foi o primeiro a ter tido a intuição de aplicar o método sociologista ao estudo da literatura indo-portuguesa. Na opinião dos dois autores, Barreto Miranda:

pretende apresentar uma panorâmica da actividade literária em Goa desde o início do século, após os vultos autenticamente goeses do século anterior. As suas análises são argutas, tentando chegar a uma visão acabada da perspectiva literária indo-portuguesa e o seu método é já o sociológico, que, apesar do seu unilateralismo, parece ser o único que permite sistematizar uma literatura virgem de crítica. Mas, além das suas lúcidas análises e por vezes brilhantes generalizações sociológicas, J. C. Barreto Miranda pouco mais encontra do que pretextos para elogios mal fundamentados, e sente então necessidade de ir directamente ao passado e por lá começar, tentar uma exegese que permitisse aos jovens literatos goeses uma tomada de consciência da sua tradição literária, condição essencial para se assumirem como seres humanos e como artistas. (DEVI & SEABRA, 1971: 247)

Dessa forma, Devi e Seabra encontram em Jacinto Caetano Barreto Miranda um precursor que, da mesma maneira que eles, data as origens da atividade literária em Goa com o início da conversão religiosa e o conseqüente processo de alfabetização dos goeses em língua portuguesa. No decorrer do livro, como haverá possibilidade de ser comprovado, serão muitos os momentos em que os autores apelarão ao método sociologista para justificar algumas escolhas de seleção, ilustrar melhor as instâncias de acontecimento de algumas manifestações literárias e do trabalho de determinados autores.

5. O impacto da Igreja católica na «formação psicológica do povo goês»

Depois do primeiro capítulo introdutivo «Goa e os portugueses», seguem três capítulos que ainda não se debruçam especificamente na literatura indo-portuguesa, mas que preparam o terreno para o início da narração da história literária, focando-se, mais uma vez, na descrição do contexto social em que se deu o processo de conversão religiosa dos autóctones e das consequências que este teve no substrato cultural goês. Os capítulos em questão são: «A língua», «Formação psicológica do povo Goês» e «A Igreja e o seu papel preponderante na formação de uma cultura goesa». Os três capítulos estão ligados entre si pelo evento da Inquisição, que é tida como o acontecimento histórico que mudou para sempre, não apenas a identidade cultural dos goeses, mas até a sua própria feição psicológica. Partindo da proibição da língua vernácula e queimação dos livros em concani, até a imposição da aprendizagem da língua portuguesa, Devi e Seabra acreditam que, por diferentes fatores, todos esses processos coercivos criaram no goês uma espécie de personalidade dupla, sendo que a responsabilidade da geração desse caos identitário não é atribuída às políticas de colonização portuguesa, mas sim aos excessos da Igreja católica: «não tardou que o ardor missionário começasse a produzir os excessos em que, com tanta frequência, o Cristianismo tem caído. Não interessam ao nosso objectivo as medidas de carácter civil tomadas pelos Portugueses, mas é da maior importância o facto de terem sido queimados todos os livros vernáculos» (DEVI & SEABRA, 1971: 40). A reconstrução que os autores fazem das várias fases da perseguição de hindus, católicos goeses recém-convertidos e cristãos-novos,¹⁸² demonstra como houve várias fases em que a rigidez dos decretos oscilava conforme a presença de uma ou outra autoridade governamental que atenuava o teor das medidas legislativas, insistindo, assim, na ideia de que o Reino tenha tido responsabilidades limitadas na atuação do tribunal inquisitorial.¹⁸³

Em linhas gerais, os três capítulos abordam os mesmos tópicos, apresentados em três diferentes fases da colonização. Os autores distinguem, essencialmente, três momentos datáveis entre

¹⁸² Devi e Seabra fazem questão de referir que a Inquisição não atingiu apenas os hindus recém convertidos, mas também os cristãos-novos – os judeus convertidos ao catolicismo –, os quais emigravam da Península Ibérica para a Índia Portuguesa à procura de novas alianças comerciais. Os autores, através de diferentes referências historiográficas, explicam como ter juntado a perseguição dos cristão-novos com aquela dos hindus e dos novos católicos goeses, beneficiou os portugueses: «Destruir o paganismo (hinduísmo) e perseguir o Judeu traria dois principais benefícios: a conversão do gentio e a destruição da concorrência comercial que os filhos de Israel faziam aos cristãos» (DEVI & SEABRA, 1971: 73).

¹⁸³ No capítulo «A Igreja e o seu papel preponderante na formação de uma cultura goesa», mais uma vez desresponsabilizando os portugueses dos efeitos devastadores da Inquisição na destruição da cultura da população autóctone, Devi e Seabra escrevem: «Seja como for, um território de elevada civilização viu-se súbitamente despojado da sua superestrutura cultural. Não há que disso lançar culpas sobre ninguém. Os Portugueses não foram piores – frequentemente foram até bastante melhores – do que os outros povos colonizadores da época. Se, por vezes, principalmente no sector religioso, os Portugueses eram tão intolerantes, isso deve-se menos ao carácter do povo luso do que ao papel assumido pela sua religião em certos momentos históricos, carácter que determinou também a feição preponderantemente política da empresa colonial portuguesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 89).

a chegada dos portugueses ao Malabar e a expulsão dos jesuítas, em que se viu encenar a censura do concani e de toda a sua produção textual, o estabelecimento de instituições de ensino de português e, finalmente, o regresso ao uso do concani na literatura catequética. Devi e Seabra assumem, perante a ação dos portugueses, uma posição às vezes justificativa, outrora reprobatória. Neste último caso, quando os autores tecem comentários negativos é porque julgam que a responsabilidade de tais ações não recai diretamente no arbítrio da administração colonial, mas sim nas escolhas dos funcionários que atuaram de maneira insensata.¹⁸⁴ É acompanhado o percurso legislativo que regulamentou, de maneira alternada, a proibição do concani e a sua adoção para uso didático, sendo que esse último uso leva Devi e Seabra a pensar que, num dado momento da história, uma literatura em concani tenha surgido – se bem que de cunho exclusivamente religioso. Na perspetiva dos autores, dado que o concani nunca beneficiou de um processo de sistematização, nunca se enraizou em Goa uma literatura escrita nessa língua.¹⁸⁵ Ulteriormente, eles reportam que, em época contemporânea, não tinha havido nenhum interesse do governo português em suportar as escolas de concani, sendo a atenção muito mais focada nas escolas onde era ministrado o ensino do marata, do urdu e do inglês.¹⁸⁶

Por outro lado, partilhando a mesma opinião que expressou Filinto Cristo Dias nos finais da sua carreira – como foi ilustrado no capítulo anterior –, o excesso de zelo no procurar a perfeição na fala do português, levou com que o português de Goa fosse estigmatizado, e conseqüentemente, os goeses viram reduzidas todas as possibilidades para que se criasse «uma literatura numa linguagem genuinamente goesa, com prejuízo da sua própria identidade cultural» (DEVI & SEABRA, 1971: 61). À luz dessa última frase, o mais óbvio seria afirmar que a ideia de literatura que Devi e Seabra conceituam tem uma relação que liga a identidade cultural à língua de expressão, mas a ideia de

¹⁸⁴ «A atitude dos Portugueses para com o concanim é, de facto, caso único na história da expansão portuguesa no Mundo, e, de certo, paradoxal, como pode ver-se pelo facto de, em 1548, o bispo D. Fr. João de Albuquerque andar ainda a coligir livros vernáculos para queimar, quando já em 1541, no assento que o Vedor da Fazenda Fernão Rodrigues de Castel Branco fez com os gãocares das Ilhas sobre a cessão dos bens dos pagodes à Igreja, figurava o seguinte artigo: “E havendo ahy pelo tempo em diante alguns clérigos sacerdotes naturaes desta terra, que sejam aptos para o sobredito, elles serão os capellães das ditas Ermidas, pera a gente da terra levar disso mais contentamento, e tomar delles com melhor vontade o ensino, assy por causa da *lingua*, como da natureza”. Isto prova apenas, em abono dos Portugueses, que a guerra de extermínio desencadeada contra o concanim não foi parte de um plano preestabelecido, mas produto de curteza de ideias de funcionários ou sacerdotes ignorantes» (DEVI & SEABRA, 1971: 44).

¹⁸⁵ Devi e Seabra falam apenas da existência de uma expressão literária popular em concani, florescida, entre o fim do século XIX e o início do século XX, numa colónia goesa em Bombaim (DEVI & SEABRA, 1971: 49).

¹⁸⁶ «A curteza de vistas tem sido de tal ordem que se chegou a apoiar a ensino das línguas estrangeiras, sem que o concanim merecesse a devida atenção. No ensino público, por exemplo, ministrava-se, em 1960, ensino misto português-marata em 4 estabelecimentos de ensino, e português-urdu em 12 escolas. Quanto a escolas particulares, em 1960 o Estado subsidiava 174 escolas em marata e apenas 47 em português. Até o número de escolas ministrando ensino em inglês, e subsidiadas pelo Governo, era superior aos das escolas em português, pois aquelas elevavam-se a 74, ao lado de 6 em urdu. E nem uma só escola em concanim, que é a língua da quase totalidade da população» (DEVI & SEABRA, 1971: 48).

identidade cultural a que eles se referem, ao longo da história literária, é evasiva, da mesma forma que, como temos visto, é a aceção *literatura indo-portuguesa*.

O capítulo sucessivo, «Formação psicológica do povo goês», aborda o desnorteamento identitário causado pela conversão religiosa e o impacto da Igreja católica na evolução do génio goês. Isso problematiza, ainda mais, o âmbito em que tal identidade cultural é inscritível, sendo que parte da análise que Devi e Seabra elaboram concerne tanto o goês católico quanto o goês hindu. Por exemplo, com o fervor religioso que caracterizaria o «*homo goanensis* do nosso tempo» (DEVI & SEABRA, 1971: 69) – efeito exponencial da ação intimidatória da Inquisição –, eles referem-se à maneira sentida de viver a religiosidade do goês católico. Contudo, a transformação da índole goesa, devida às repercussões da conversão forçada na sociedade dos séculos XVI e XVII, na opinião dos autores, teria abrangido também a psicologia do goês hindu:

O goês católico, na verdade, é fervoroso, e ao mesmo tempo exclusivista. Enquanto que o hindu e o islamita de Goa respeitam e até por vezes veneram figuras cristãs, o católico goês continua ainda hoje, em pleno século XX, a chamar infiel ao muçulmano e pagão ao hindu, o que pouco contribui para o estabelecimento de uma paz social. Por outro, a estrutura social de Goa, um semifeudalismo agravado com a existência de castas, faz do Goês (e aqui não nos referimos apenas ao católico) um egotista fora do seu grupo socio-religioso, e dentro do seu grupo socio-religioso fora do seu clã, e dentro do seu clã fora do seu agregado familiar. Na realidade, é o que se passa em muitas sociedades de tipo misto capitalista-feudal, com relações de produção híbridas,¹⁸⁷ mas trata-se também de um fenómeno psicológico e social que assume proporções alarmantes quando as novas relações de produção de feição capitalista destruíram apenas os deveres de suzerania, mas mantendo os direitos e apropriando-se deles, e que, no caso particular de Goa, é extremamente agravado por quase três séculos de rigor teológico e perseguições religiosas. (DEVI & SEABRA, 1971: 69-70)

No decorrer da obra, o *salto* do goês católico para o goês hindu, ou, ainda mais frequente, para o goês genérico, é muitas vezes impercetível ou não referido. Embora eles falem de «traumatismo psicológico» só no caso do católico goês «que tinha de fingir um fervor que é possível muitas vezes não sentisse para que ninguém se lembrasse de lançar dúvidas sobre a pureza da sua fé» (DEVI & SEABRA, 1971: 78), a generalização que às vezes Devi e Seabra cumprem habilita a compreensão da identidade cultural goesa como algo comum a católicos e hindus. Fica para averiguar, no estudo dessa história literária, como a *literatura indo-portuguesa* possa ser simultaneamente o reflexo das duas entidades envolvidas.

¹⁸⁷ Provavelmente, trata-se de uma gralha, sendo a palavra exata *híbridas*.

No quarto capítulo, «A Igreja e o seu papel preponderante na formação de uma cultura goesa» – o último dessa introdução quadripartida –, é enfatizado o papel da Igreja na «ressureição» (DEVI & SEABRA, 1971: 89) de uma superestrutura cultural¹⁸⁸ em Goa, depois da destruição de todo o património textual em concani. «Principalmente os jesuítas dedicaram-se a essa ressurreição com maior entusiasmo» (DEVI & SEABRA, 1971: 89). O emprego do termo *ressureição* é contraditório, porque na realidade não se tratou de recuperar um repertório literário perdido, mas de constituir do zero um novo repertório religioso, com propósitos didáticos, tanto em português como nas línguas vernáculas, como no caso do *Krista Purana* do jesuíta inglês Thomas Stephens, escrito em concani e marata, levado como exemplo pelos autores. Além disso, eles realçam a fundação dos colégios e das escolas paroquiais, importante não só do ponto de vista didático, mas também pela possibilidade de produção literária, uma vez que essas instituições hospedaram as primeiras tipografias em Goa, como, por exemplo, o Colégio de São Paulo. À luz do esforço da Igreja na criação de um circuito cultural em Goa – se bem que de cunho exclusivamente religioso e catequético –, Devi e Seabra chegam à seguinte conclusão:

Pode dizer-se que, na verdade, que a Igreja se penitenciou assim do erro que a cegueira da intolerância a fizera cometer ao mandar queimar os livros em concanim. O certo é que, depois disso, se o concanim sobreviveu literariamente, à Igreja, e principalmente aos jesuítas, o deve. Pode dizer-se que os primeiros escritores em concanim foram sacerdotes cristãos, e nunca é de mais salientar o êxito, junto das massas, que teve o Purâna, de Thomas Estevão. Alguns autores chegam mesmo a defender a tese de que a literatura em concanim foi originada pelos sacerdotes cristãos e que antes da chegada dos Portugueses a língua literária de Goa seria o marata. Esta tese é principalmente defendida pelo Prof. A. K. Priolkar no prefácio da recente reedição do clássico concanim *Sancto Antónichy Acharyã*, do padre António Saldanha.

Como vimos, as primeiras escolas foram fundadas em Cochim por Afonso de Albuquerque, com umas cartilhas que o rei lhe mandou. E, por carta régia de 1545, D. João III mandava que se fundassem escolas paroquiais em todas as aldeias da ilha de Goa onde houvesse cristãos, o que teve enormes influência na expansão da cultura lusitana, que, fundida com elementos culturais autóctones, viria a formar aquilo a que hoje chamaremos a cultura goesa. (DEVI & SEABRA, 1971: 92)

Por isso, na sua opinião, a nova cultura goesa seria em parte o produto da recuperação e reelaboração de algo preexistente à chegada dos portugueses – «elementos culturais autóctones» –, representada não apenas pelas línguas vernáculas, mas também pelas formas literárias, como o caso

¹⁸⁸ A expressão «superestrutura cultural», conceito procedente da filosofia marxista, é utilizada pelos próprios autores no livro (DEVI & SEABRA, 1971: 89).

do *Krista Purana* que retoma a forma dos puranas hindus. Por outro lado, essa cultura seria composta por toda a literatura religiosa em português produzida com finalidade didática, sendo que a expulsão dos jesuítas de todo o império português significou, para os autores, um declínio cultural que teve fim apenas com a reativação da impressão e publicação em Goa em 1821.

6. A estrutura da obra

A *literatura indo-portuguesa* consta de uma nota prefacial, uma página de agradecimentos, 16 capítulos, um capítulo conclusivo não numerado – «Perspectivas da língua portuguesa em Goa» – e o índice analítico. Relativamente aos conteúdos dos vários capítulos – e excetuando o prefácio e as conclusões –, deve ser dito que o livro é composto por quatro capítulos introdutórios – «Goa e os portugueses», «A língua», «Formação psicológica do povo goês» e «A igreja e o seu papel preponderante na formação de uma cultura goesa» –; dois capítulos sobre os precursores da literatura indo-portuguesa – «Os primeiros escritores goeses em língua portuguesa», «O aparecimento de uma verdadeira expressão literária indo-portuguesa» –; um capítulo sobre o contexto cultural goês do século XIX – «O ressurgimento cultural de Goa» –; três capítulos respetivamente sobre Cunha Rivara, Tomás Ribeiro e Moniz Barreto – «Cunha Rivara e a historiografia», «Tomás Ribeiro ou a poesia prestigiada», «Moniz Barreto» –; e seis capítulos organizados em géneros literários – «O romance», «Conto. Teatro», «Ensaio. Crítica literária. Jornalismo», «Religião. Linguística. Ciências auxiliares da história. Viagens», «Historiografia (Séc. XX)», «Poesia (Séc. XX)».

6.1 As origens da literatura indo-portuguesa e o problema do castismo

Os capítulos V e VI – respetivamente, «Os primeiros escritores goeses em língua portuguesa» e «O aparecimento de uma verdadeira expressão literária indo-portuguesa» – abrem a narração da história, colocando desde logo o problema das origens e do cânone. Em primeiro lugar – sobretudo no capítulo V –, é discutido qual o momento que deveria ser considerado como o início de uma literatura propriamente indo-portuguesa, ou explicando melhor, quais são as condições, em contexto de dominação colonial, que determinam o surgimento de uma cultura totalmente nova, a qual não se reflete integralmente nem na cultura do colonizador, nem na cultura preexistente, anterior ao processo de aniquilação dos valores locais. Em segundo lugar, são interrogados os parâmetros que deveriam estabelecer a pertença de um autor a uma determinada literatura e ao seu cânone. Principalmente, Vimala Devi e Manuel de Seabra marcam uma diferença entre os primeiros autores goeses e os autores que podem ser tidos como os pioneiros de uma literatura indo-portuguesa. De uma forma sumária, poderíamos destringer os dois conceitos – se é que de *conceitos* se tratam –, dizendo que a literatura indo-portuguesa se manifesta «no momento em que o autóctone começava,

embora restringido, a ocupar cargos de predomínio social» (DEVI & SEABRA, 1971: 103), agindo, dessa forma, no tecido social local, graças também a uma espécie de «intimidade psicológica» (DEVI & SEABRA, 1971: 103) encontrada com a língua portuguesa. O raciocínio construído por Devi e Seabra é bastante sofisticado, enquanto a este subjaz uma reflexão consciente sobre a produção cultural em contextos coloniais – tendo como exemplo a dominação espanhola na América Latina e a do Império Romano na Europa – e a substituição da cultura do colonizado pela do colonizador. Os dois autores especificam que no caso de Goa, essa permuta deu-se por meio de condições postuladas como estratégias políticas – como a política dos casamentos de Albuquerque –, e por essa motivação, como lembram numa nota, a destruição dos veículos culturais não coincidiu com a destruição da estrutura social hindu, a qual permaneceu intacta na sua organização em castas (DEVI & SEABRA, 1971: 110).¹⁸⁹

Estipuladas as instâncias em que uma nova literatura local em português pôde rebentar, ou seja, a partir do acesso dos autóctones às posições de poder – e nesse específico caso, aos cargos do clero –, a esse ponto Devi e Seabra perguntam-se se é legítima a inclusão de autores goeses por nascimento, e não por sangue – portanto filhos de europeus –, numa panorâmica da literatura goesa:

Deverá a classificação ser feita com base na temática da obra, na naturalidade do autor, ou na língua em que escreve? Panaït Istrati escreveu sobre a Roménia em francês. Poderá ser considerado um escritor francês? Mas Rudyard Kipling, que nasceu na Índia e sobre a Índia escreveu, nem por isso deixa de ser um escritor intrinsecamente inglês. No entanto, Wole Soyinka e Elechi Amadi, escrevendo embora em inglês, são correntemente considerados escritores nigerianos. O problema é de difícil, senão impossível, solução, e tudo depende do critério, da posição que for assumida perante a cultura das nações envolvidas. Apresentando, porém, exemplos mais chegados a nós, serão José Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Tomás António Gonzaga ou Sousa Caldas poetas brasileiros ou poetas portugueses de expressão americana? (DEVI & SEABRA, 1971: 103)

À luz disso, Devi e Seabra decidem classificar António Galvão como o primeiro autor goês de língua portuguesa. Autor da obra *Tratado que compôs o nobre e notavel capitão António Galvão, dos diversos e desuayrados caminhos*,¹⁹⁰ publicado em Lisboa em 1563, sobre ele, os autores do

¹⁸⁹ Devi e Seabra julgam também que a permanência do contacto com as culturas drávidas do sul da Índia e com as culturas arianas do norte fez com que não se verificasse em Goa um verdadeiro retrocesso cultural. Isso é demonstrado pela forte proximidade com a cultura literária marata que, conforme atestam os autores, levou algumas pessoas – não especificadas no livro – a considerar o marata uma das línguas literárias de Goa (DEVI & SEABRA, 1971: 102).

¹⁹⁰ O título completo da obra é *Tratado que compôs o nobre e notavel capitão António Galvão, dos diversos e desuayrados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especearia veyo da india ás nossas partes, e assi de todos os descobrimentos antigos e modernos, que são feitos ate a era de mil e quinhentos e cincoenta. Com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: e em que tempos e as suas alturas, obra certo muy notavel e copiosa.*

livro escrevem: «Na sua obra, António Galvão quis apresentar aos seus contemporâneos, deslumbrados de Oriente, o resumo histórico das relações do Ocidente com a Índia» (DEVI & SEABRA, 1971: 105), destacando, portanto, o interesse de Galvão em assuntos que tocam diretamente a relação entre portugueses e a Índia. Contudo, tanto no caso desse autor quanto no caso dos autores que seguem – designados enquanto primeiros escritores goeses em língua portuguesa –, Devi e Seabra preocupam-se com dilucidar as dúvidas relativas ao lugar de nascimento e a descendência familiar destes, admitindo as dificuldades encontradas na procura de informações verídicas. O levantamento bio-bibliográfico acerca desses autores apoia-se, quando não indicado diversamente, na *Biblioteca lusitana* de Diogo Barbosa Machado (1747) e no *Dicionário bibliográfico português* de Inocêncio Francisco da Silva (1859-1914), sendo que os dados sobre data e lugar de nascimento, na maioria dos casos, são desconhecidos.¹⁹¹ Eles escrevem: «Entre todos os autores até aqui referidos, nem de um só há certeza de ser indiano. Os mais prováveis são talvez Fernão Álvares do Oriente e o *Sacerdos Lusitanus Orientalis*,¹⁹² mas ainda assim as dúvidas persistem» (DEVI & SEABRA, 1971: 109). De facto, no caso de Fernão Álvares do Oriente, Devi e Seabra contam que D. Francisco Manuel de Melo se referia a ele como «“esse Indiático”, qualificativo jamais usado para António Galvão, filho de europeu» (DEVI & SEABRA, 1971: 106), motivação pela qual eles confiam que este fosse realmente «rãcicamente indiano» (DEVI & SEABRA, 1971: 106).

Depois de António Galvão, os autores resenhados são: Jorge de Lemos, Fernão Álvaro do Oriente, Baltasar da Costa, André Baião, Belchior de Figueiredo, Lourenço Pires, Manuel Jácome de Mesquita, Francisco da Costa, Adeodato da Trindade e Belchior da Silva. Vale a pena reparar naquilo que Devi e Seabra escrevem sobre este último. Missionário na Etiópia a partir de 1598 e compilador do *Catalogo dos Emperadores da Etiopia* (s.d.), Belchior da Silva é o único do qual Devi e Seabra detém a certeza de que se trata de um autor indiano, sendo este de casta brãmane. À luz dessa nota biográfica, Devi e Seabra chegam à conclusão de que foi necessário exatamente um século desde a chegada dos portugueses à Índia para que um autóctone, «esse novo homem indo-

¹⁹¹ Por exemplo, do próprio Galvão, Devi e Seabra escrevem: «António Galvão (?-1557) era filho de Duarte Galvão, que sucedeu a Fernão Lopes no cargo de Cronista. Não há certeza quanto à data e local do seu nascimento, e, embora no prefácio à edição da sua obra feita pela Hakluyt Society o vice-almirante Bethune afirme que Galvão nasceu em Lisboa em 1503, o facto é que quase todos os autores o consideram natural de Goa, filho ilegítimo de Duarte Galvão quando este esteve no Oriente como embaixador junto da rainha Helena da Etiópia. O visconde de Lagoa pretendeu refutar esta naturalidade por falta de provas, mas tanto Diogo Barbosa como Inocêncio são unânimes em considerá-lo nascido no Oriente» (DEVI & SEABRA, 1971: 104).

¹⁹² *D. O. M. Andraeas Bayanus – Sacerdos Lusitanus Orientalis* é o nome que André Baião pediu, no seu testamento, para ser gravado no seu epitáfio: «Quererá isto dizer que André Baião era, na realidade, indiano? Não o sabemos. Mas não deixa de ser impressionante o facto de se encontrar com frequência nas suas obras impressas a indicação de autoria como *ab Andrea Baiano, Asiatico Lusitano*» (DEVI & SEABRA, 1971: 108).

português» (DEVI & SEABRA, 1971: 109), conseguisse elevar-se a autor de obra original, embora se tenha tratado de um mero trabalho de compilação historiográfica.

Devi e Seabra, no capítulo VI intitulado «O aparecimento de uma verdadeira expressão literária indo-portuguesa», sustentam que as primeiras obras que podem ser consideradas realmente representantes de uma literatura indo-portuguesa – e, por isso, que inauguram o caminho de uma literatura completamente nova – são aquelas que carregam problemáticas e inquietações intrínsecas à nova sociedade luso-indiana, «um corpo social que, embora cristão, conservava quase todas as características da sociedade hindu» (DEVI & SEABRA, 1971: 114). Nesse sentido, quando no capítulo V «Os primeiros escritores goeses em língua portuguesa» escreviam que foi só depois de um século e meio que «surgiu pela primeira vez na história o Goês a querer enformar ele próprio a sua ideologia peculiar» (DEVI & SEABRA, 1971: 109), é provável que se referissem ao facto de as primeiras obras literárias publicadas por religiosos goeses debaterem a supremacia das castas brâmane e chardó, sendo que apenas a Igreja, enquanto «única classe detentora de cultura» (DEVI & SEABRA, 1971: 113), reunia todas as condições para iniciar uma produção literária. Devi e Seabra acreditam que a dedicação ao tema das castas tratava-se, por um lado, «de um problema de consciência» (DEVI & SEABRA, 1971: 115), derivado da preocupação dos religiosos para produzirem um discurso apto ao mantimento dos privilégios das próprias castas de pertença, num contexto de hegemonia católica; por outro lado, eles especulam que as posições castistas assumidas pelos religiosos brâmanes Francisco do Rego e António João de Frias, e pelo chardó Leonardo Pais – considerados os primeiros representantes goeses de uma literatura indo-portuguesa – são indicativas de uma necessidade de caracterizar a nova cultura com as marcas de uma ou outra casta, ou dito diversamente, concentrar o poder da produção cultural no domínio de uma única voz autorizada.¹⁹³

Os problemas abordados no *Tratado apologetico contra varias calumnias impostas pela malevolencia contra a sua nação bracmana* de Francisco do Rego (1686), na *Aureola dos Indios e nobiliarchia bracmana* de António João de Frias (1702) e no *Promptuário das definiçoens indicas de*

¹⁹³ Dessa época, e da mesma linha argumentativa, Devi e Seabra referenciam também *Relação defensiva dos filhos da India Oriental* de frei Miguel da Purificação (1640) e o *Sermão de Santa Cruz dos Milagres* de Sebastião do Rego (1745). Na sua opinião, o primeiro documentaria o descontentamento do clero goês contra os privilégios dos renóis, enquanto o segundo seria o primeiro texto literário produzido por um goês a defender e glorificar a missão dos portugueses no Oriente, sendo também considerado um texto de elevada qualidade literária pelos autores (DEVI & SEABRA, 1971: 117-119). Além dessas obras e desses autores, Devi e Seabra mencionam também nesse capítulo os seguintes autores goeses: Cosme da Guarda, frei Francisco da Apresentação, Diogo de Bragança, frei Francisco da Purificação, Mateus de Lacerda, Lucas de Lima, soror Maria da Ressureição, António Gil Preto, frei Faustino da Graça, frei Jorge da Conceição, padre Jácome Gonçalves e de frei Gaspar de S. Miguel. Sobre este último nome, Devi e Seabra disputam sobre a sua origem, especulando sobre a sua naturalidade goesa ou europeia, rejeitando qualquer possibilidade de este ser luso-descendente, devido ao facto de este ter escrito apenas em concani, língua que esta classe social depreciava (DEVI & SEABRA, 1971: 125).

Leonardo Pais (1713),¹⁹⁴ são definidos por Devi e Seabra como «problemas especificamente goeses» (DEVI & SEABRA, 1971: 116), enquanto as obras seriam «nada mais do que tentativas de justificação, à luz da teologia católica, dos fenómenos sociais da Índia, que continuavam a ser parte inerente do novo cristianismo indiático» (DEVI & SEABRA, 1971: 116). As observações gerais dos autores de *A literatura indo-portuguesa* sobre estas obras distinguem-se daquelas de Vicente de Bragança Cunha e Filinto Cristo Dias por não apresentarem críticas aos conteúdos argumentativos dos escritores – em discordância, estes, com os princípios da moral católica –, mas por racionalizar as posições castistas assumidas por eles, tendo em consideração a conjuntura social em que estas obras foram concebidas.¹⁹⁵

Posteriormente, e sobretudo no capítulo intitulado «O ressurgimento cultural de Goa», dedicado ao século XIX e às mudanças sociais e culturais trazidas pelo liberalismo – das quais já se falou amplamente nesta tese –, Devi e Seabra referem como o conflito entre as castas chardó e brâmane assumiu também uma cor política, à medida que o colonialismo português assumia conotações mais burocráticas. Ao mesmo tempo, eles explicam como o conflito foi também acentuado pelo antagonismo entre brâmanes, descendentes e portugueses,¹⁹⁶ explicando tais circunstâncias de antagonismo entre as elites a partir da Conjuração dos Pintos de 1787:

A evolução da sociedade goesa tem-se processado a partir de três tipos básicos de contradições: as contradições antagónicas entre descendentes e brâmanes católicos; as contradições antagónicas entre europeus e brâmanes católicos; e as contradições não-antagónicas entre descendentes e europeus. Insólitamente, porém, as únicas contradições que se resolveram antagónicamente foram estas últimas, pois os descendentes vieram a ser liquidados precisamente pelos europeus, acabando por prevalecer apenas as condições antagónicas entre brâmanes e europeus, que só a invasão de 1961 veio destruir.

A luta entre descendentes e brâmanes católicos durante muito tempo manteve-se indecisa, com vantagens nítidas para os descendentes, que, primeiro fizeram uso da Inquisição como arma de domínio político, e depois do Exército. A sufocada conspiração de 1787 – cujas cabeças eram todos brâmanes católicos – parece não ter passado de um pretexto para os descendentes liquidarem a *intelligentsia* brâmane, que começava, lentamente, a conquistar lugares de domínio social após as Instruções de Pombal. A dureza com que foi sufocada a suposta conspiração fez os brâmanes recuar, o que, por algumas décadas, deixou os descendentes a sós na arena política

¹⁹⁴ Devi e Seabra citam também um livro intitulado *Espada de David contra o Golias do Bramanismo pessimo inimigo de Jesu Christo, Deos, e Senhor nosso*, de autoria do chardó João da Cunha Jaques e sobre o qual duvidam até da sua própria publicação. Não tendo podido ler a obra, os autores hesitam em dizer que se trate de uma obra castista, mas que, de forma mais genérica, seria uma crítica ao bramanismo enquanto filosofia teológica hindu.

¹⁹⁵ Sobre a receção dessas obras nos meios goês e português, Devi e Seabra escrevem na nota 13 do capítulo: «Ignoramos em que medida estas obras causaram controvérsia na época, mas é muito natural que tivessem sido atacadas por cristãos reinóis, a quem essa estrutura castista devia desagradar sumamente» (DEVI & SEABRA, 1971: 127).

¹⁹⁶ Os portugueses são indicados como *europeus* no livro, opção pensada talvez por evitar o uso da expressão *reinóis*, de uso mais comum até o século XVIII.

com os reinóis, reavigorando-se um velho conflito que vinha já do século XVII e a que o liberalismo veio dar um carácter político. (DEVI & SEABRA, 1971: 134)

[...] Entretanto, após cerca de trinta anos no silêncio que os esquiteamentos de 1787 impuseram, animados pelas possibilidades oferecidas pelo liberalismo, os brâmanes voltam a surgir com uma nova força política que vem dar matriz diferente à luta que estava a travar-se apenas entre reinóis e descendentes. Os brâmanes jogaram a sua sorte, como era natural, com a dos reinóis e foram bons jogadores. Para começar, conseguiram eleger dois brâmanes deputados às cortes. (DEVI & SEABRA, 1971: 136)

Devi e Seabra oferecem uma descrição detalhada, passo a passo, dos principais acontecimentos que cruzaram a Índia Portuguesa no século XIX, a partir das consequências comportadas pela revolta de 1787, passando pela chegada das ideias liberais e por todo o processo político que levou à ascensão da elite brãmãne ao poder e à eleição de Bernardo Peres da Silva e Constâncio Roque da Costa, como deputados às Cortes, não se esquecendo, inclusivamente, de mencionar o debate político animado pelos jornais *O Ultramar* e *A Índia Portuguesa* entre o fim da década de 50 e a de 70 e a dissolução do Exército da Índia em 1871 – evento que, na leitura de Devi e Seabra, retirou todo o poder aos luso-descendentes, tendo estes acesso privilegiado à carreira militar, e que deixou «campo livre aos goeses indianos, que desde o início do século se agitavam em busca de uma expressão própria» (DEVI & SEABRA, 1971: 139).

Analisar a sùmula narrativa que Devi e Seabra fazem dos eventos que afetaram Goa no século XIX talvez seja inútil, ou de menor importância, para as finalidades desta tese. Contudo, a presença dessa narração no capítulo «O ressurgimento cultural de Goa» nos alerta sobre duas características de *A literatura indo-portuguesa*, as quais a distinguem de trabalhos anteriores, como o *Esboço* de Filinto Cristo Dias por exemplo. Em primeiro lugar, os espaços que os autores dedicam ao desenvolvimento dos factos históricos, no seu livro, indicam que o contexto histórico não é entendido apenas como pano de fundo, mas sim como instrumento para explicar e tornar mais claro ao leitor os processos e as transformações em que se deu a evolução literária em Goa. Quer seja metropolitano ou goês, o público-leitor para o qual essa história literária indo-portuguesa é pensada é um público-leitor incipiente, que sabe pouco ou nada das informações que lhe são proporcionadas no texto. Por essa motivação, Devi e Seabra entram em detalhes, disponibilizando também, nas notas de fim-de-capítulo, a maioria das fontes bibliográficas das quais bebem. Em segundo lugar, é preciso dizer que os conflitos políticos que caracterizaram parcialmente o século XIX, tanto entre brâmanes e chardós, quanto entre brâmanes, luso-descendentes e *europeus*, não são observados sob uma luz

negativa. Bem pelo contrário, o século XIX é julgado como um momento certamente conflituoso, mas ao mesmo tempo extremamente positivo, no qual as inquietações políticas prepararam também os goeses para receberem com entusiasmo os debates literários vindos da metrópole e, em consequência, intensificar a vontade de criar uma produção literária própria. Leia-se na seguinte citação:

O liberalismo foi acordar Goa do seu sono de séculos. As lutas políticas da Europa transferiram-se para a Índia, com a mesma paixão e a mesma violência, e foram despertar forças políticas até então imobilizadas ou inconscientes. Toda a turbulência da época, todo o fervilhar de ideias que a imprensa diária e as facilidades de comunicação trouxeram consigo, tiveram um impacto imprevisível em Goa. A Imprensa agitava-se em polémicas violentas que por vezes tomavam um carácter encarnadamente pessoal. Mas essa mesma Imprensa traz até ao público goês os debates literários da Metrópole, que eram acompanhados com grande interesse. A Questão Coimbrã, por exemplo, foi seguida com o maior entusiasmo.

Tudo isto concorria para criar um clima propício, como diz Filinto Cristo Dias, «à expansão da potencialidade intelectual do indo-português, cujo talento maleável se achava já apto a produzir uma arte caracteristicamente sua: nova literatura em língua portuguesa». (DEVI & SEABRA, 1971: 139)

Apesar de Devi e Seabra citarem Filinto Cristo Dias, o qual tinha definido o século XIX como a idade de ouro da literatura indo-portuguesa, lembramos que no *Esboço*, Filinto, enquanto homem de Igreja, não interpretava os conflitos entre as castas como algo potencialmente estimulante ou como problema peculiar da literatura indo-portuguesa – por exemplo, sobre António João de Frias e Leonardo Pais escrevia que desperdiçaram os seus intelectos «em questões de lã caprina» (DIAS, 1963: 6). Da mesma forma, Vicente de Bragança Cunha, em *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos*, talvez por ter sido publicado numa altura mais próxima a esse período, a menos de um século de distância, condenava os efeitos colaterais que as ideias liberais tinham arrastado até Goa, falando que os filhos da Índia eram «até então, alheios a esse ódio político (CUNHA, 1926: 19). Conforme ponderado pelos autores, nos excertos acima citados, depois de terem elencado uma rica série de revistas literárias e jornais publicados na culminação do despertar do século XIX, Devi e Seabra observam:

Ainda houve as *Repúblicas*, de Roque Bernardo Barreto Miranda, uma revista anual que apareceu em 1894, mas, na verdade, o grande entusiasmo que o liberalismo instilara na sociedade goesa a partir 1821 tinha desaparecido. Os descendentes estavam liquidados como força política e não ofereciam competição social; a luta

entre brâmanes e chardós tinha diminuído de ímpeto devido a se ter chegado a um certo equilíbrio entre essas duas castas; a sociedade goesa estava estagnada. (DEVI & SEABRA, 1971: 146)

À luz disso, os dois autores afirmam que só com o advento da república, em 1910, e a abertura aos hindus dos cargos mais elevados da burocracia é que houve uma nova onda de entusiasmo no campo das letras. Esta reflexão concerne não só o envolvimento dos hindus na produção de materiais literários, mas também uma espécie de crise de consciência no goês católico, na opinião dos autores, que o levou a questionar a sua identidade: «O Goês católico começou a ver na sua origem, no hinduísmo abandonado séculos antes, a fonte essencial da sua consciência e da sua personalidade. O regresso começou a surgir-lhe com a única via de identificação, de realização» (DEVI & SEABRA, 1971: 146). Daí que os exemplos que oferecem são a fundação, em 1906, da revista *Luz do Oriente* pelo goês hindu Ramachondra Panduronga Vaidya, da revista dirigida por Adolfo Costa e Paulino Dias, *A Revista da Índia*, publicada em 1913 e, por último, a fundação, em 1928 em Coimbra, do jornal *Índia Nova*, dirigido por Adeodato Barreto, Telo de Mascarenhas e José Teles. São proporcionados, portanto, exemplos de iniciativas procedentes tanto de personalidades goesas hindus quanto católicas. De facto, veremos como no último capítulo de *A literatura indo-portuguesa* sobre a poesia do século XX, a poesia indianista é considerada como expressão de tomada de consciência, nessa parte inicial do século.

6.2 A reintrodução da imprensa e as publicações periódicas literárias do século XIX

Em relação às novidades aportadas pelo liberalismo em Goa, com certeza a reintrodução da imprensa é o evento mais preconizado, sobretudo por ter possibilitado a difusão de textos literários produzidos em Goa entre os próprios goeses. Devi e Seabra lamentam que obras publicadas no século XVIII, como as de António João de Frias e Leonardo Pais, tendo sido publicadas em Lisboa, não tinham tido a oportunidade de serem debatidas em Goa e, portanto, de não terem influenciado o génio goês e contribuído na «correcta formação da superestrutura de Goa» (DEVI & SEABRA, 1971: 131). Os dois autores documentam que no total foram 109 os anos em que não houve imprensa em Goa e que, curiosamente, também em períodos de não-proibição o hábito de publicar na metrópole permaneceu ativo. Curiosamente, as mesmas observações são válidas para o romance de Francisco Luís Gomes, *Os Brahamanes* – que foi publicado em Goa apenas em 1928, mas cuja primeira edição foi publicada em Lisboa em 1866 – e para a literatura publicada durante o Estado Novo, como os romances *O signo da ira* de Orlando da Costa, de 1961, e *Bodki* de Agostinho Fernandes, de 1962, e o livro de contos *Monção* da própria Vimala Devi, de 1963. Eles perguntam:

«Mesmo levando em conta que *Bodki* e *Monção* foram publicados já depois da invasão, não indicará isto um desajustamento básico na sociedade goesa, cujo conformismo o escritor não se atrevia a desafiar? É uma pergunta que temos de deixar, pelo menos agora, sem resposta» (DEVI & SEABRA, 1971: 133). Na minha opinião, tal pergunta não encontra um sentido coerente com a problemática que Devi e Seabra exploram nessa parte do livro, sendo que os escritores citados não publicam em Goa provavelmente porque naquela altura já residiam em Portugal. Além disso, como escrevia Orlando da Costa no já citado texto de 1999, a decadência do meio cultural goês daquela época podia ser já captada olhando para os programas escolares do Liceu Albuquerque. Nesse sentido, poderíamos pensar que mais do que uma escolha ou hábito de publicar fora de Goa, tratava-se, em primeiro lugar, de uma exigência.

Voltando ao século XIX e as publicações periódicas surgidas depois da reativação da imprensa em 1821 e da fundação da tipografia de Bernardo Francisco da Costa, em 1859, Vimala Devi e Manuel de Seabra identificam um primeiro grupo que teve breve vida e de que fazem parte *A biblioteca de Goa* (1839), *O encyclopédico* (1841-1842), *O compilador* (1843-1847) e *O mosaico* (1848). Sobre estas revistas, escrevem que foram importantes para a divulgação de cultura, mas que careciam de produção original, sendo que os poucos textos criativos que vinham sendo publicados – maioritariamente poesias – eram de qualidade discutível, e muitos destes nem sequer eram assinados. Os autores agenciam, ainda, como motivação possível da imperfeição dessas primeiras publicações periódicas, o facto de não terem sido integradas por alguma personalidade afirmada no âmbito literário. Pelo contrário, há um segundo grupo de revistas, ao qual pertencem *O Gabinete literário das Fontainhas* dirigido por Filipe Nery Xavier (1846-1847), *Tirocínio literário* (1862-1863), *A Harmonia* (1862-1864), *O Recreio das damas* (1863), *Ilustração goana* de Júlio Gonçalves (1864-1866), *O Recreio* (1865-1866) e *Harpa do Mandovi* (1865), que já ressentiu a influência dos debates literários que aconteciam na Europa e que pôde contar com uma copiosa contribuição de poesias, contos e ensaios de autoria original. Dentro deste grupo, Devi e Seabra destacam sobretudo a *Ilustração Goana*, por ter sido «a mais influente, e mesmo a primeira que perdeu grande parte do carácter de divulgação que até então as revistas literárias assumiam» (DEVI & SEABRA, 1971: 143), mas também, no capítulo sucessivo «Cunha Rivara e a historiografia», escreverão sobre o *Gabinete literário das Fontainhas* que:

desempenhou um papel importantíssimo no despertar do gosto pelos estudos históricos em Goa e, de uma maneira geral, foi grande a sua contribuição para a estruturação cultural do Conção português. Pouca ficção publicava, concentrava-se principalmente na edição de documentos inéditos ou pouco conhecidos, de artigos

sobre a história portuguesa e indiana, atingindo um alto nível de rigor de investigação, e, acima de tudo, apresentando Goa como realidade histórica, com uma problemática própria, que a decadência ia fazendo esquecer. (DEVI & SEABRA, 1971: 153)

Na conclusão do capítulo «O ressurgimento cultural de Goa» são apresentados os almanaques, «publicações, geralmente anuais, que, além de publicarem as habituais informações meteorológicas e hagiológicas, foram em certos casos importantes repositórios das incipientes manifestações literárias da juventude goesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 147). Na opinião de Devi e Seabra, e como notou já Sandra Lobo na sua tese (LOBO, 2013: 103), o êxito dos almanaques deveu-se ao facto de abranger conteúdos que concerniam não apenas assuntos literários, mas também de interesse social, como «festas religiosas, datas históricas e de sementeiras» (DEVI & SEABRA, 1971: 147). Contrariamente ao que acontecia com as publicações de teor exclusivamente literário, que demandavam por um número maior de leitores, os almanaques atingiam definitivamente um público maior. Em adição aos listados por Filinto Cristo Dias no *Esboço*, Devi e Seabra citam o *Almanak de Goa*, o *Almanach da mocidade*, o *Almanach anual recreativo* e o *Almanach Valmiki*,¹⁹⁷ tendo encontrado apenas 18 dos 40 almanaques referenciados por Ismael Gracias em *A imprensa em Goa*.

6.3 Cunha Rivara, Tomás Ribeiro e Moniz Barreto

O mergulho no século XIX continua durante os capítulos VIII, IX e X, respetivamente dedicados a Cunha Rivara, Tomás Ribeiro e Moniz Barreto. Fazendo uma observação mais rigorosa, é preciso dizer que, nos capítulos «Cunha Rivara e a historiografia» e «Tomás Ribeiro ou a poesia prestigiada», a apresentação dessas personalidades portuguesas que se destacaram no panorama literário goês é, também, uma maneira de introduzir um género literário e os principais goeses que se distinguiram na sua exploração. Pelo contrário, e por motivações que poderemos constatar a seu tempo, o capítulo sobre Moniz Barreto não é um capítulo sobre a crítica literária – tendo este âmbito um espaço exclusivo noutra secção do texto –, mas sim uma secção do livro que se debruça inteiramente sobre este crítico literário, sendo este o único capítulo concebido dessa forma.

Diversamente do que acontece no *Esboço*, os nomes de autores que se distinguiram em diferente áreas da literatura, como, proporcionando apenas uns exemplos, Cristovam Aires que foi autor tanto de trabalhos historiográficos quanto de textos poéticos, ou Jacinto Caetano Barreto

¹⁹⁷ Devi e Seabra reportam, ulteriormente, os dados de edição de todos os almanques nas notas finais ao capítulo (DEVI & SEABRA, 1971: 150), e referem as personalidades mais importantes, ou notáveis, que escreveram neles (DEVI & SEABRA, 1971: 147-148).

Miranda, que Devi e Seabra mencionam no capítulo «Cunha Rivara e a historiografia», mas também na parte dedicada à crítica literária, são repetidos ao longo do livro de acordo com o aparecimento de um género literário ou outro.

No capítulo VII, Devi e Seabra tinham antecipado que, além do impacto positivo que o liberalismo teve em Goa, o século XIX tinha sido extremamente importante por causa de «duas visitas que iriam ter as mais imprevisíveis consequências na mentalidade goesa, e que constituiriam o impulso vital que os jovens literatos goeses necessitavam» (DEVI & SEABRA, 1971: 148), referindo-se, assim, a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e Tomás Ribeiro. De Cunha Rivara salientam a sua produção filológica em defesa do concani e o seu trabalho historiográfico.¹⁹⁸ Eles discutiram o facto de ele se ter engajado na revitalização do concani sem nunca ter dominado por completo essa língua, atestando que alguém chegou a asserir que o seu *Ensaio histórico da língua concany* (1857)¹⁹⁹ tratava-se, na realidade, de um ensaio historiográfico sobre o marata literário, não tendo tido o autor as competências para conseguir o reconhecimento da língua. Devi e Seabra não assumem uma posição sobre a legitimidade científica de Cunha Rivara relativamente ao estudo do concani, mas se limitam a dizer que «o ambiente à volta do concani sempre foi, de resto, muito estranho» (DEVI & SEABRA, 1971: 152), sem aprofundar o sentido de tal afirmação. Finalmente, os autores garantem que a contribuição maior de Cunha Rivara foi ter semeado em Goa o estímulo para que se emprendessem trabalhos historiográficos, «dando origem, imediatamente, a uma verdadeira escola de historiógrafos goeses» (DEVI & SEABRA, 1971: 153). Entre as personalidades que mais absorveram a influência positiva do secretário-geral, Devi e Seabra lembram Filipe Nery Xavier,²⁰⁰ Miguel Vicente de Abreu, Jacinto Caetano Barreto Miranda, José Nicolau da Fonseca, Gerson da Cunha, Ismael Gracias e António Anastásio Bruto da Costa. De maneira particular, de Filipe Nery Xavier escrevem que ele, a sua revista – o *Gabinete literário das Fontainhas* –, junto com Cunha Rivara, foram os principais responsáveis pelo surgimento de uma historiografia goesa; de José Nicolau da Fonseca e Gerson da Cunha que foram os primeiros «que deram à historiografia goesa o rigor dos métodos académicos que os escritores indo-portugueses, por diletantismo, com tanta frequência descuravam» (DEVI & SEABRA, 1971: 156); de Bruto da Costa, afirmam que *Goa*

¹⁹⁸ Os autores referenciam em nota os trabalhos de Cunha Rivara já citados por Filinto Cristo Dias no *Esboço*, nomeadamente, as reedições de *Grammatica da lingua concany* do padre Stephens (1857), *Grammatica da lingua concany no dialecto do norte composta por um missionário portuguez: e agora pela primeira vez dada à estampa* (1858), *Grammatica da lingua concani, escripta em portuguez por um missionario italiano e publicado por J. H. da Cunha Rivara* (1868).

¹⁹⁹ O *Ensaio histórico da língua concany* foi publicado em 1857 como anexo da reedição da *Grammatica da lingua concany* do padre Stephens.

²⁰⁰ De Filipe Nery Xavier, os autores especificam que embora na altura em que Cunha Rivara chegou, este era já adulto e com umas quantas obras publicadas – o *Bosquejo histórico das comunidades* foi publicado pelo próprio em 1855 –, o diretor do *Gabinete literário das Fontainhas* pôde certamente beneficiar da influência do intelectual português.

sob a dominação portuguesa e As revoluções políticas da Índia Portuguesa do século XIX foram «as primeiras tentativas para escrever uma história completa do Estado da Índia» (DEVI & SEABRA, 1971: 157). Fora dessa escola de discípulos de Cunha Rivara, são citados, a partir do *Esboço* do padre Dias e enquanto autores de trabalhos historiográficos, o padre Manuel José Gabriel de Saldanha, Filipe Nery Tomé Caetano do Rosário e Sousa, Caetano Francisco de Sousa, Casimiro Cristovão de Nazaré, Raimundo Agapito C. da Silva Torres e Dias, Inácio Caetano de Carvalho e Cristovão Aires.

Relativamente às diferenças com os precedentes Filinto Cristo Dias e Vicente de Bragança Cunha, Devi e Seabra não fazem nenhuma queixa sobre a falta de uma historiografia indo-portuguesa objetiva e de qualidade. Não lamentam a tendenciosidade dos textos historiográficos disponíveis; pelo contrário, elogiam os esforços dos primeiros homens que se dedicaram à atividade historiográfica. Com base nisso, no capítulo sucessivo, «Tomás Ribeiro ou a poesia prestigiada», eles escrevem que os almanaques e a própria historiografia foram os dois únicos legados do século XIX,²⁰¹ indicando o falhanço derivado do abandono do Instituto Vasco da Gama depois da volta de Tomás Ribeiro a Portugal e da ascensão de uma classe social, as *batcares*, caracterizada por um forte espírito mercantilista:

Pode dizer-se, na verdade, que – simultaneamente com a sua grande influência nas letras indo-portuguesas – a ida de Cunha Rivara e Tomás Ribeiro a Goa logo após a dissolução do Exército da Índia fora inaugurar precisamente essa metamorfose que o colonialismo português estava a sofrer, passando de militar a burocrático. E perante o nascimento dessa nova sociedade burocrática, a burguesia semifeudal, não podendo contar já apenas com a posse da terra para manter o domínio social, começou a lançar-se à conquista do domínio intelectual, através de profissões liberais e da burocracia. A sua mentalidade tacanha, criada ao redor do caril, no conforto do seu mundo pequeno e sem mistérios, invadiu toda a vida social de Goa. Não admira que o *Instituto Vasco da Gama* tivesse falhado. Tudo falhou no século XIX em Goa, excepto os almanaques e a historiografia. Nem uns nem outra levantariam problemas. (DEVI & SEABRA, 1971: 167)

²⁰¹ Apesar dessa opinião, Devi e Seabra concluem o capítulo «Cunha Rivara e a historiografia» expressando um juízo muito positivo sobre o século XIX, preanunciando a valiosa contribuição dos hindus que terá lugar no século a seguir: «Embora não nos tenha dado nenhum vulto com a importância de um Alexandre Herculano, o século XIX em Goa representou uma tomada de consciência e um acesorar de posições que, mesmo tardiamente – embora não tanto se levarmos em conta todas as circunstâncias históricas envolvidas – viriam a desencadear, no século seguinte, com a entrada na cena político-cultural da única força social que ainda não tinha dado o seu contributo – os Hindus –, a inexorabilidade do processo de estruturação da singularidade indo-portuguesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 160).

O capítulo sobre a presença de Tomás Ribeiro em Goa e sobre os primeiros poetas goeses é, provavelmente, um dos capítulos melhor estruturados do livro inteiro. Poderíamos optar por uma leitura desse capítulo que reparte o texto em três momentos: uma introdução à personagem de Tomás Ribeiro e à sua ação em Goa, uma breve incursão na história do Instituto Vasco da Gama e, finalmente, uma parte dedicada aos poetas que experienciaram a influência benéfica do secretário do governo português em Goa, sendo que nessa última parte Devi e Seabra atentam, pela primeira vez no livro, também um trabalho de crítica literária.

A descrição de Tomás Ribeiro, e da importância que teve a sua presença em Goa, difere das outras descrições anteriormente analisados, pois explica, de modo fundamentado, as instâncias sociais e culturais que permitiram ao poeta português agir de maneira tão penetrante no tecido intelectual goês. A explanação que Devi e Seabra fornecem é que tanto Ribeiro, quanto Cunha Rivara, chegaram a Goa na qualidade de secretários do governo, quer dizer, ocupando um cargo prestigioso no quadro da burocracia colonial. O prestígio procedente dessa função administrativa deu-lhes também crédito para as suas atividades literárias, daí que os autores definam a poesia dele enquanto *poesia prestigiada*. «Na sua qualidade de europeu, emularam-no; na sua qualidade de poeta, louvaminharam-no; na sua qualidade de secretário-geral do Governo, respeitaram-no. De tudo isto, nasceu um novo prestígio para o cultivo das letras em Goa, principalmente da poesia» (DEVI & SEABRA, 1971: 166). Noutras palavras, Devi e Seabra acreditam que Tomás Ribeiro *limpou* a imagem do poeta, redimindo a atividade poética, agora não mais estigmatizada e vista como uma futilidade, mas sim como uma qualidade que aumentava o prestígio social individual.

Em relação ao Instituto Vasco da Gama, Vimala Devi e Manuel de Seabra, tal como Filinto Cristo Dias, percorrem as diferentes fases da sua existência e atividade. Dias sustentava que o Instituto e o seu *Boletim* tivessem acabado pela incapacidade dos goeses em trabalhar sem a égide e o estímulo de personalidades fortes. De outra parte, Devi e Seabra inculcam a ascensão dos *batecares* ao poder:

Ao afirmar que «a terra da Índia é terra para letras», Tomás Ribeiro não se enganou. Mas esqueceu-se de que a Índia Portuguesa acabava na altura de atravessar uma das suas maiores crises históricas: a passagem do domínio social dos descendentes para a burguesia batecar, que traria para a vida social de Goa a sua mentalidade prática, adaptando-se rapidamente ao novo carácter que o colonialismo português tinha assumido na Índia. (DEVI & SEABRA, 1971: 167)

De facto, descrevem como falimentares as tentativas de reanimação do Instituto, acontecidas em 1878, 1897 e 1925 que o transformaram numa «instituição burocrática» (DEVI & SEABRA, 1971: 168). Contrariamente a Filinto, eles reportam que o Instituto continuou vivo e que passou a ser chamado de Instituto de Menezes Bragança depois de 1961, com a invasão.²⁰² Portanto, parece que mais do que a ausência de personalidades carismáticas em Goa, como agenciava Filinto, o fiasco da reabertura do Instituto em 1878 e 1897 deveu-se – como no caso de qualquer órgão cultural dependente de ou afiliado às instituições – à subida ao poder de uma nova classe social que negligenciava, na opinião dos dois autores, o cultivo das letras.

A poesia florescida na final do século XIX é, na opinião de Devi e Seabra, de qualidade discutível, sendo que a transformação do ofício poético numa atividade digna de atenção social – ou melhor, índice de prestígio social –, fez com que muitos intelectuais intentassem também a carreira poética.²⁰³ «Pode dizer-se talvez que se tratou dos primeiros passos na procura de uma expressão própria ou de uma atitude poética, pois só para finais do século começariam a surgir, se não poetas maiores, pelo menos poetas por direito próprio» (DEVI & SEABRA, 1971: 172), eles escrevem, sendo que os poetas que referem a seguir – Cristovão Aires, Moniz Barreto, Floriano Barreto e Fernando Leal, «os poetas goeses que ultrapassaram a fase de recitadores inspirados nas festas familiares e de versejadores de aniversários» (DEVI & SEABRA, 1971: 173) – partilharam a peculiaridade de ter vivido, composto e publicado em Portugal. No seu trabalho de críticos, Devi e Seabra são bastante rigorosos e objetivos, contradizendo ou concordando com os pareceres de quem, antes deles, escreveu sobre estes poetas, como Filinto Cristo Dias e Ethel Pope. Por exemplo, de Floriano Barreto e do seu livro de poesias *Phalenas* (1898), escrevem que é impregnado de romantismo e, citando Dias, «mais descritivo e verbalista do que lírico» (1963 *apud* DEVI & SEABRA, 1971: 174), mas não concordando com o padre de que se tratasse de lirismo monótono: «Parece-nos, pelo contrário, que é precisamente a naturalidade e a viveza dos versos de Floriano Barreto que o salvam do acacismo ultra-romântico de que não conseguiu libertar-se» (DEVI & SEABRA, 1971: 174). Sobre Fernando Leal, desmontam os juízos exprimidos por Gomes Leal e Teófilo Braga – juízos já reportados, aliás, por Vicente de Bragança Cunha (1926) e Ethel Pope (1937). Vale a pena olhar para o comentário que critica o juízo de Teófilo Braga:

²⁰² O próprio Manuel de Seabra era um membro correspondente do Instituto Menezes Bragança.

²⁰³ Devi e Seabra acreditam que foi essa a motivação para a fundação da revista *Harpa do Mandovi* (1865), uma revista dedicada exclusivamente a poesias. Eles escrevem ironicamente: «A carta de advogado e o curso da Escola Médica tinham de ser acompanhados por uns versos, para que as gazetas pudessem referir-se ao Sr. Dr. Fulano-de-Tal, *abalizado* advogado (advogado primeiro, claro!) e inspirado poeta! Não quer dizer, porém, que não houvesse vocações sinceras. Mas poucas. E de talento muito discutível» (DEVI & SEABRA, 1971: 169). Entre esses poetas de inferiores aptidões líricas, os autores mencionam o grupo de poetas que publicava no *Tirocínio literário* em Ribandar, liderado por Joaquim Mourão Garcês Palha, Manuel Joaquim da Costa Campos, diretor da revista *Mosaico*, Tomás de Aquino Mourão Garcês Palha, Joaquim Filipe Nery Soares Rebelo, José Joaquim de Carvalho e Leandro Xavier Pereira.

Embora seja natural que um europeu como Teófilo Braga se deixasse atrair pelo exotismo dos temas indianos que – talvez por isso mesmo – poucos poetas goeses deixaram de explorar, é quando Fernando Leal se encontra, como homem, perante si próprio e a sua problemática de estar no mundo, que a sua poesia atinge os momentos mais altos. Os seus poemas indianos parecem-nos quase folclore, onde o autor mal consegue insuflar uma vida muito artificial, que o tempo não perdoa. (DEVI & SEABRA, 1971: 176)

Este pequeno comentário crítico pode ser considerado como um passo em frente para o âmbito dos estudos sobre literatura indo-portuguesa daquela época, sendo que demonstra que um poeta como Fernando Leal não é avaliado pelo grau da sua *indianidade* ou pela aderência às temáticas de inspiração local, mas sim, pelo seu estro artístico. Além disso, é de reparar que Cristovão Aires, Fernando Leal e Floriano Barreto são estudados no capítulo concernente o século XIX, separadamente do outro grupo de poetas que são convencionalmente considerados *indianistas*, provando a atenção de Devi e Seabra tanto para a estrutura cronológica da sua história literária – a periodização – quanto para o contexto social e cultural em que cada escritor operou.

Na estrutura da obra, a personagem que segue Tomás Ribeiro e os poetas que sentiram a sua influência é Moniz Barreto, ao qual, de maneira totalmente excepcional, Devi e Seabra dedicam um capítulo inteiro de 13 páginas. As razões que explicam essa exceção podem encaminhar para várias hipóteses. Em primeiro lugar, o nome de Moniz Barreto, entre outras coisas, reconduz-nos à palestra de Gilberto Freyre em Goa de 1951, «Uma cultura moderna: a lusotropical», em que o sociólogo brasileiro condenava o crítico nascido em Goa por ter abandonado a sua terra natal, atraído pelo fascínio da Europa. Portanto, como primeira hipótese, poderíamos ousar dizer que Moniz Barreto é um ótimo pretexto para voltar a focar a atenção do leitor no lusotropicalismo. Em segundo lugar, Moniz Barreto, na história literária indo-portuguesa, é a primeira personalidade procedente de Goa que se consegue afirmar num meio literário internacional. Dessa forma, embora não se tenha interessado por assuntos indianos,²⁰⁴ Devi e Seabra celebram-no, dedicando-lhe o capítulo X do seu

²⁰⁴ No capítulo sobre o romance, Devi e Seabra quando expõem as razões pelas quais os goeses não conseguiram explorar esse género, citam Moniz Barreto como o caso do goês que muda para a metrópole, esquecendo da sua terra: «O goês, ou se virava decididamente para a cultura anglo-saxónica ou, vindo para a Metrópole, integrava-se totalmente na problemática da cultura portuguesa como que desprezando a sua terra de origem, quer de um modo simplesmente formal quer de pura criação artística. Moniz Barreto é talvez o exemplo mais flagrante» (DEVI & SEBARA, 1971: 195).

livro, sendo que muitas partes deste são extratos do prefácio de um livro organizado previamente por Manuel de Seabra em 1963, *Moniz Barreto*.²⁰⁵

Contrariamente ao que foi defendido por Gilberto Freyre na sua palestra à volta do grande erro que Moniz Barreto teria cometido ao abandonar Goa, a viagem do crítico é reabilitada, sendo avaliada de uma forma ambivalente. Há uma maneira negativa de olhar para a sua saída, sendo o seu abandono equiparado a uma verdadeira catástrofe e, ao mesmo tempo, há uma representação positiva do seu caso, sendo exibido como um intelectual de sucesso:

Moniz Barreto é um dos exemplos mais importantes das consequências dos fenómenos de assimilação cultural que temos vindo a estudar. Os escritores goeses, por não encontrarem no interior o necessário suporte social para a sua obra, na maior parte dos casos viraram-se decisivamente para a Metrópole, para evitar a frustração e em busca do ambiente e da tradição cultural traduzida em vivência humana, que lhes faltava na Índia, alheando-se catastróficamente das realidades sociais e psicológicas locais. Desse modo, ao contrário do que aconteceu no Brasil e em Cabo Verde, frustrou-se em grande parte a criação de uma literatura genuinamente goesa, que esteve ausente durante perto de três séculos e que só viria verdadeiramente a surgir em meados do século XIX ante as posições extremadas que os conflitos ideológicos criaram.²⁰⁶

Moniz Barreto foi para a Metrópole e aí, em contacto com o fermentar ideológico do positivismo e do naturalismo a que Taine, Kant, Hegel e Descartes tinham dado origem, racionalizou as suas concepções que fazem dele talvez o mais universal dos escritores portugueses e o mais europeu dos escritores goeses. (DEVI & SEABRA, 1971: 179)

A saída de Moniz Barreto de Goa é aqui carregada de catastrofismo, sendo que a decepção sentida por muitos goeses levou estes a emigrar para fora do país, fator que travou o desenvolvimento da literatura local. Porém, se o abandono de Moniz Barreto é considerado o trágico exemplo de uma ou mais gerações que deixaram a Índia para encontrarem outros estímulos intelectuais na Europa, este mesmo abandono é aproveitado para justificar, também, um inusual «hibridismo intelectual», típico dos indivíduos que pertencem «a tipos peculiares de civilização» (DEVI & SEABRA, 1971: 11) como a indo-portuguesa: «Moniz Barreto é um desses casos característicos de hibridismo intelectual, feito de Ocidente e Oriente, mescla psicológica e cultural grandemente proveitosa, que resultou da força da cultura portuguesa em contacto com outros povos

²⁰⁵ Uma versão desenvolvida das ideias que exponho aqui sobre Moniz Barreto podem ser encontradas num artigo de minha autoria, «Interpretar o abandono: a viagem de Moniz Barreto em duas histórias literárias de Goa» (2018), devidamente listado na bibliografia do presente trabalho.

²⁰⁶ É de notar que, nessa passagem, Devi e Seabra reforçam, mais uma vez, o facto de que os conflitos ideológicos e políticos surgidos com a chegada das ideias liberais auxiliaram, beneficentemente, a produção literária em Goa.

cultos e a que, em sentido mais lato, Gilberto Freyre chama luso-tropicalismo» (DEVI & SEABRA, 1971: 183).

Ao hibridismo racial e cultural é dado um sentido positivo da mesma forma que é dado no lusotropicalismo. Com esta postura, os dois autores, como apontam numa nota presente tanto no livro de Seabra de 1963, quanto no livro de 1971, especificam que ignoram se o crítico nascido em Goa tinha realmente sangue indiano, sendo filho de descendentes; contudo, não se escusam de o definir como um «espírito indiano», sendo os descendentes «psicologicamente goeses, isto é, possuem muito de indiano e de portugueses» (DEVI & SEABRA, 1971: 180). Emigrado para Portugal, o seu carácter indiano – que Seabra descreve como «tendência natural para o misticismo», «tendência mística» e «mentalidade oriental» (SEABRA, 1963: VIII–IX) – foi-se misturar com as tendências filosóficas positivistas que lhe permitiram abrir caminho ao seu método crítico-científico. Aliás, Devi e Seabra identificam nele um precursor do método de crítica sociológica privilegiado por eles na sua história literária: «Sendo psicológica e por isso científica, a crítica para Moniz Barreto é, inevitavelmente, sociológica, é a determinação das correspondências necessárias que ligam a evolução das sociedades com a evolução das literaturas» (DEVI & SEABRA, 1971: 182). Dessa maneira, Moniz Barreto transforma-se – como conclui o capítulo a ele dedicado – na «mais importante figura literária que Goa deu a Portugal» (DEVI & SEABRA, 1971: 187) e, por conseguinte, na prova que as teses lusotropicalistas são sustentáveis e aplicáveis ao caso goês, tal como as aplicam Devi e Seabra. A sua estadia em Paris, tanto acoimada por Freyre, nem sequer é mencionada; pelo contrário, a formação em Portugal tem incidência positiva no parecer que Vimala Devi e Manuel de Seabra dão a Moniz Barreto. Finalmente, é de dizer que eles voltam a dar a Moniz Barreto uma pertença identitária referente ao território de Goa, para que a sua figura possa ser utilizada na historicização da literatura indo-portuguesa. Em poucas palavras, afastam-se da opinião de Gilberto Freyre – que tinha definido Moniz Barreto como um «tristonho e passivo subeuropeu» (FREYRE, 1953: 143) – por meio das mesmas ferramentas argumentativas dele.

Nesse sentido, a inclusão do crítico na galeria de personagens e obras que compõem *A literatura indo-portuguesa* não se deve ao facto de ele ter nascido em Goa e de se ter servido da língua portuguesa para se expressar – critério privilegiado na história da literatura de Filinto Cristo Dias –, nem por se ter interessado por questões de literatura nacional – como pensava Vicente de Bragança Cunha –, mas se deve ao facto de ser representável como exemplo do hibridismo cultural indo-português. Na palestra de Gilberto Freyre, a viagem de Moniz Barreto para Europa é oposta à viagem dos portugueses ao Oriente. Em contrapartida, em Devi e Seabra, a viagem é, sim, a representação do insucesso de «uma literatura genuinamente goesa», mas é também proveitosa para afirmar exatamente o contrário, ou seja, o sucesso do projeto assimilacionista português.

6.4 Do romance à literatura de viagens: os sinais de uma história literária abrangente

A partir do capítulo XI da história literária *A literatura indo-portuguesa*, o livro é organizado por géneros literários, géneros textuais e áreas de conhecimento: romance, conto, teatro, ensaio, crítica literária, jornalismo, literatura religiosa, linguística, ciências auxiliares da história, literatura de viagens, historiografia e poesia do século XX. Pelo índice, pode-se entender que, como no *Esboço* de Filinto Cristo Dias, Devi e Seabra pensaram numa história literária abrangente, cujo entendimento de literatura incluísse também os géneros literários e textuais não caracterizados por marcas estéticas e finalidades recreativas. Porém, diversamente de Filinto Cristo Dias, eles não justificam a motivação dos critérios hiper-inclusivos; provavelmente, tal inadvertência ocorreu porque os capítulos introdutivos do livro já explicaram, de maneira por vezes repetitivas, as instâncias sociais e culturais que levaram a que a literatura em Goa fosse elaborada de uma certa maneira, que a distanciou da produção literária meramente criativa e recreativa. Dada a notável extensão do trabalho de Devi e Seabra, no presente trabalho, os capítulos inerentes a esses géneros literários e textuais não serão analisados na íntegra, sendo discutidas apenas as principais ideias que estruturam o discurso sobre cada género ou área, começando pelo romance.

6.5 «E é tudo de romance goês»

Igual que muitos outros goeses e portugueses que escreveram antes de Devi e Seabra (MENEZES, 1934; DIAS, 1958; FERREIRA, 1959), como foi previamente tratado, o problema do romance é abertamente enfrentado pelos autores, não apenas na perspectiva do romance goês em língua portuguesa, mas sim numa perspectiva que estende o problema a toda literatura da Índia. Entre as várias hipóteses que foram especuladas para encontrar uma explicação para a carência desse género, a de Devi e Seabra distingue-se por identificar a matriz do problema na organização social e económica da sociedade indiana. Eles escrevem: «O facto de, na Índia, a estrutura feudal se ter mantido até ao presente não criou as necessárias condições sociais para que, evoluindo a partir das histórias contadas oralmente, o romance pudesse surgir como forma de literatura popular» (DEVI & SEABRA, 1971: 193), tendo os indianos privilegiado formas de narração como o poema épico e o teatro. Os autores comparam o caso da literatura de Goa em português com a literatura marata, referindo que o primeiro romance escrito por um indiano, justamente em língua marata, *Yamuna Paryatan* de Baba Pudmanji, apareceu em 1857, apenas nove anos antes de *Os Brahmanes* de Francisco Luís Gomes (1866). A diferença é que, no âmbito da literatura marata, se deu uma

continuidade ao cultivo do romance,²⁰⁷ enquanto em Goa houve poucos casos isolados. Outra explicação dada por Devi e Seabra consiste no facto de que – mais uma vez – numa sociedade de tipo semifeudal como a goesa, a pequena burguesia tinha uma mentalidade demasiado fechada para valorizar e aceitar um novo género literário, tachado de «suspeito de trivialidade, de corruptor, de trazer “ideias”» (DEVI & SEABRA, 1971: 196) – motivação pela qual, numa nota de fim de capítulo, Devi e Seabra dizem que os géneros privilegiados pelas sociedades feudais costumam ser a poesia e as ciências auxiliares da história (DEVI & SEABRA, 1971: 212).²⁰⁸ De facto, como foi lembrado em diferentes ocasiões ao longo do presente trabalho, *Os Brahamanes* foi publicado pela primeira vez em Lisboa, e só depois, em 1928, foi reproposto para o público leitor goês. Isto, na opinião do casal de críticos, fez com que a obra não influísse, com a sua mensagem embebida de doutrina igualitarista, na psicologia do goês castista, tendo sido recebida em tempos tardios. A isto adiciona-se também que, mais do que uma influência psicológica ou uma sensibilização perante o problema das castas, a publicação de um romance em Goa em 1866, poderia ter aberto um precedente e ter influenciado outros escritores a seguir o exemplo de Francisco Luís Gomes de explorar o género do romance. Depois de *Os Brahamanes*, não houve continuidade da escrita do romance goês em língua portuguesa, escrevem Devi e Seabra. Contudo, tendo em conta o facto de o livro ter sido publicado em Goa muito tempo depois da sua primeira edição portuguesa, julgo que é inconcludente falar de continuidade, sendo que não possuímos nenhum texto que documente a receção do livro antes dessa data. Houve, sim, goeses que escreveram sobre o livro, e um exemplo é o próprio Vicente de Bragança Cunha que fala do livro já em 1919 na sua rubrica «Literatura indo-portuguesa», no jornal *A Índia Portuguesa*; porém, Bragança Cunha, além de estar radicado na Europa, em Londres, trabalhava também em contato próximo com o ambiente político e cultural de Portugal. Poderia se falar de continuidade, no caso de o romance ter sido publicado simultaneamente em Goa, mas isso não aconteceu.

Devi e Seabra definem como «digno continuador» de Francisco Luís Gomes (DEVI & SEABRA, 1971: 202), Leopoldo Dias, do qual citam o primeiro volume de *Os Maharatas*:

²⁰⁷ «Enquanto na mesma zona geográfica, no Concão de língua marata, os primeiros romances de Baba Pudmanji e D. M. Pitale tiveram continuadores como Khandekar, S. N. Pendse, Vibhawari Shirurkar, Madkholkar e outros, em Goa o aparecimento de romances foi sempre muito intermitente, perdendo-se assim uma tradição tão auspiciosamente iniciada com um dos livros mais progressivos que já se publicaram em português» (DEVI & SEABRA, 1971: 200).

²⁰⁸ Com ciências auxiliares da história, Devi e Seabra entendem a genealogia, a numismática, a arqueologia, a antropologia, a história económica, política e cultural, e a pesquisa bibliográfica, como se pode ver na secção dedicada do capítulo XIV.

paisagens indianas, publicado em 1894, em Betalbatim, pela Tipografia Luso-Oriental.²⁰⁹ Este romance consta de 14 pequenos episódios narrativos, alguns de tipo ficcional, outros de tipo histórico – repletos de incongruências históriográficas e anacronismos –, que têm como objeto a guerra entre maratas e portugueses. «Cada narrativa é aparentemente independente e tem título próprio. Mas isso não quer necessariamente dizer que se trate de contos», por essa afirmação, Devi e Seabra receiam defini-lo enquanto romance, mas acreditam que tenha sido importante por ter sido a primeira obra ficcional indo-portuguesa a desenvolver uma trama narrativa com ambientação em Goa²¹⁰ e por ser «um documento de crítica social muito mais directo e violento» (DEVI & SEABRA, 1971: 202). Contudo, não parece que esta obra tenha tido muito êxito em Goa, tendo-se tornado numa obra *rara* no século XX, ao ponto de Devi e Seabra não conseguirem um acesso direto a ela, mas se valeram da ajuda do escritor goês Alberto de Meneses Rodrigues, o qual enviou, a partir de Goa, o resumo de cada capítulo da obra, publicado, a seguir, na história literária (DEVI & SEABRA, 1971: 201-212; 213-215).

Um caso muito diferente de *Os Maharatas* de Leopoldo Dias foi o romance *Jacob & Dulce: cenas de vida indiana* de Gip, pseudónimo de Francisco João da Costa, que já encontramos resenhado na história literária de Filinto Cristo Dias. Gip começou a publicar o romance de forma fragmentada no jornal *O Ultramar*, sob o título *Notas a lápis* entre novembro de 1894 e junho de 1895 (LOBO, 2019: 61), e publicou a primeira versão unificada em 1896.²¹¹ Devi e Seabra referem do extraordinário êxito que o romance teve em Goa, deparando o entusiasmo com que foi recebido, ao mesmo tempo que provocou ressentimento entre a sociedade católica goesa: «A ferida causada por este livro no organismo social de Goa foi tão grande e tão funda que na segunda metade do século XX, mais de 70 anos depois da sua publicação, ainda há episódios de *Jacob & Dulce* que andam de boca em boca, passando por anedotas, e cuja origem só se conhece após a leitura do livro» (DEVI & SEABRA, 1971: 205).²¹² Os autores de *A literatura indo-portuguesa* não fazem uma análise do romance e das suas características formais, mas permanecem na análise do impacto social

²⁰⁹ Devi e Seabra atestam que o segundo volume nunca chegou a ser publicado, duvidando também da própria existência de um projeto que constasse de dois volumes, sendo que essa intuição procede do facto que a edição do livro de 1894 – a única, dado que não houve reimpressões – cita a indicação «vol. I» (DEVI & SEABRA, 1971: 200).

²¹⁰ Lembra-se que a ação narrativa de *Os Brahmanes* é ambientada na Índia inglesa, em Faizabad.

²¹¹ Sandra Lobo refere que a primeira versão unificada do romance foi uma tradução em concani, por mão de Aleixo Caetano José Francisco, que antecedeu de um ano a versão unificada em português (LOBO, 2019: 61). Devi e Seabra referem da existência de uma tradução em concani, mas não reportam esse dado.

²¹² Devi e Seabra reportam uma citação de Gip, extraída da carta que o autor escreve em resposta à resenha do Visconde de Taunay, publicada na *Revista Brasileira* (1897), em que declara que o seu único mérito tinha sido o de «ter tido a coragem de abrir as chagas que a corroíam, embora com mão brutal, desprezando o chauvinismo latino, para só dizer a verdade» (*apud* DEVI & SEABRA, 1971: 205). Na realidade, Devi e Seabra dizem que essa citação é de 1896, não referindo a fonte dela; enquanto a carta de João Francisco da Costa para o Visconde de Taunay seria datada ao dia 4 de agosto de 1897.

que teve esta obra. Há apenas um reparo à forma, relativamente à linguagem usada: «Ora é precisamente pelo uso que Francisco João da Costa teve a coragem de fazer do português falado em Goa, abandonando decididamente o lisboês rococó que os goeses procuravam (sem conseguir) imitar, que merece toda a nossa admiração e respeito, pois foi o primeiro que procurou dignificar a sua língua tentando dar-lhe status literário» (DEVI & SEABRA, 1971: 203).

Com base nesta observação, Devi e Seabra acreditam que *Jacob & Dulce* «foi também a primeira obra literária que fez uso extensivo do coloquial» (DEVI & SEABRA, 1971: 205). No capítulo desta tese sobre a história literária de Filinto Cristo Dias, foram mencionadas as contrastantes opiniões que o padre tinha relativamente à linguagem utilizada nesse romance. Num primeiro momento, ele considerava a linguagem de João Francisco da Costa como exemplo dos maus hábitos linguísticos dos goeses; depois de 1961, numa posição muito parecida à de Devi e Seabra, elogiava Gip por ter empregado uma linguagem que deveria ter sido melhor explorada pelos escritores goeses, com vista à criação de um crioulo de Goa,²¹³ sendo que o autor introduz também termos concani na sua obra. Atendendo aos estudos mais recentes (CASTRO, 2012; MACHADO, 2017; LOBO, 2019) e refletindo no sentido da carta que o autor escreveu ao Visconde de Taunay à volta do romance,²¹⁴ o português caricatural empregado por Gip tem como propósito fazer uma crítica sarcástica da própria sociedade a que ele pertence, uma sociedade obcecada pela observação dos bons costumes europeus e embebida em hipocrisia. Sandra Lobo (2019), comparando o romance de João Francisco da Costa com outros dos seus escritos, sustenta que o autor estava consciente da importância de saber dominar o português, tanto para conseguir ter o acesso à produção intelectual moderna que vinha da metrópole, quanto para uma possível carreira de trabalho no espaço do império português. Por isso, na opinião da historiadora, a intenção do autor poderia ser melhor descrita na seguinte maneira:

²¹³ Para os exemplos específicos sobre essa questão, veja-se no capítulo III as secções 3.2 «Raridade do romance na literatura indo-portuguesa: a *presença* de um género literário *ausente*» e 6 «O *Esboço*: uma história literária criticamente constituída».

²¹⁴ Da carta citada transcrevemos uma parte em que as intenções sarcásticas de João Francisco da Costa vêm à tona e desmontam a hipótese pela qual ele tentou prestigiar o português de Goa: «É certo que existem aqui senhoras e cavalheiros educados com muito exmêro e falando com extrema graça e correção, porventura melhor do que muitas senhoras que aparecem nesta província, mas infelizmente constituem uma insignificante minoria. Na maioria dos casos fala-se como deixo dito no *Jacob & Dulce*. Não criei tipo simpáticos, porque não escrevi propriamente um romance, como disse no prefácio do meu livro. Fiz um conto com o só fim de pintar tipos ridículos e usos e costumes ridículos. Não havia aí lugar pada idílios, e muito menos para a descrição da natureza que nada tem de ridículo. Para descrever as paisagens índias, não encontrará v. ex.^a que eu conheça um só escritor indo-português, com competência. Muitos tentarão isso, é certo, mas tal paisagem há-de sair uma paisagem minhota ou alentejana, porque os respectivos escritores irão saquear os romances de autores portugueses do reino, sobretudo a opulência dos escritos de Camilo. É esta uma moda velha neste país: para imitá-la não tenho tempo nem geito» (COSTA, 1897). Esta transcrição foi retirada da quarta reedição de *Jacob & Dulce*, publicada em Margão em 2017.

What GIP condemned was the failure to promote its correct use, and the intellectual self-development this would promote, given that modern knowledge, literature and transnational debates circulated within and between European languages. This neglect was a further indictment of the failed educational system provided by the Portuguese. Though his representation of a semi-illiterate elite is exaggerated, as Goa's print culture in this period testifies, *Jacob e Dulce* plays with effects of this deficient educational system, exposing the local habit of mixing Konkani and Portuguese and the Konkanimisms that creep into Portuguese or English. Ultimately, GIP depicts an elite incapable of sophisticated intellectual thought or a complex worldview due in part to linguistic incompetence. There is no defence of any hybrid third language, an insular creole that GIP would have found unacceptable. (LOBO, 2019: 78)

As novas leituras do romance, portanto, divergem daquelas de Dias, Devi e Seabra, uma vez que não interpretam a linguagem utilizada por GIP como uma tentativa de transformar o português de Goa numa língua literária. Os velhos historiadores literários quiseram, talvez, ver a escrita de GIP como uma prova do facto que os escritores de Goa se esforçaram de criar uma literatura local com características peculiares, cuja originalidade teria interessado também a forma e o estilo, além dos temas e ambientes retratados.

Os outros romancistas que Vimala Devi e Manuel de Seabra resenham são Taumaturgo Furtado,²¹⁵ Luiz da Providência,²¹⁶ José Frederico Ferreira Martins,²¹⁷ Orlando da Costa e Agostinho Fernandes.²¹⁸ Todavia, é apenas a estes dois últimos autores que Devi e Seabra dedicam mais espaço, provavelmente por ter encenado os seus romances em Goa.²¹⁹ *O signo da ira* de Orlando da Costa, publicado em 1961 e logo a seguir censurado pelo regime salazarista pelos seus conteúdos de crítica social e anticolonialista, é definido como «o romance neo-realista de Goa» (DEVI & SEABRA, 1971: 207).²²⁰ Contudo, o romance é descrito pelas qualidades negativas que o neorrealismo assumiu, na opinião de Devi e Seabra, na sua fase final, ou seja, as qualidades de um movimento

²¹⁵ De Taumaturgo Furtado são citados os romances *Doutor Olímpio* (1898) e *A renovação da Irenia* (1906), ambos publicados em Portugal.

²¹⁶ Na opinião de Devi e Seabra, este seria o pseudónimo de Constantino José de Brito, autor do romance *A neta do cozinheiro*, publicado em Lisboa em 1908.

²¹⁷ José Frederico Ferreira Martins é autor dos romances *O primeiro beijo* (1939), *Angrid* (1938), *A grande amorosa* (1938) e *Amores de Bocage na Índia* (1935).

²¹⁸ Para apreciar um panorama geral sobre o romance goês, veja-se o artigo de Helder Garmes «De *Os brâmanes* a *Bodki*: reflexões sobre o romance goês» (2017)

²¹⁹ «Fugindo, como os romances de Taumaturgo Furtado, à tradição que tinha começado a surgir em Goa, e sendo muito reduzido o seu valor literário, simples menção é bastante» (DEVI & SEABRA, 206).

²²⁰ Para aprofundamentos sobre o romance em questão, veja-se «Colonialismo e conflito cultural em *O signo da ira* de Orlando da Costa» de Helder Garmes (2014); «O arroz como metáfora em *O signo da ira* (1961), de Orlando da Costa» de Maria Lourdes Bravo da Costa Rodrigues (2019); a tese de mestrado de Maria Filomena de Brito Gomes *A literatura de Orlando da Costa: reflexões sobre uma trilogia em tempos de colonialismo* (2009); o livro de Eufemiano de Jesús Miranda, *Oriente e Ocidente na literatura goesa: realidade, ficção, história e imaginação* (2012).

literário culto e pequeno-burguês; ²²¹ definem assim o romance de Costa como «altamente poético e alegórico» (DEVI & SEABRA, 1971: 208).²²² Não há nenhum comentário sobre a trama de *O signo da ira*, nem sequer uma alusão aos seus conteúdos principais, havendo apenas uma menção do prémio Ricardo Malheiros, que Costa recebeu em 1962 pela Academia das Ciências de Lisboa. Os autores justificam esta omissão de referência numa nota no fim do capítulo em que escrevem: «Posto que *O signo da ira* teve grande divulgação devido ao prémio que lhe foi atribuído, escusamo-nos a resumi-lo» (DEVI & SEABRA, 1971: 215). Na realidade, essa ausência faz suspeitar que a trama não tenha sido resumida por causa da orientação anticolonialista e, mais em geral, antiautoritária do romance, dado que o colonialismo português não é o único poder a ser representado enquanto opressor – a representação da coerção do *batecar* sobre os *manducares* é a que mais predomina na economia do romance. Com base nisso, é possível que a renúncia dos autores a ilustrar a trama e as temáticas do romance esteja relacionada com o facto de que *A literatura indo-portuguesa* estava a ser financiada pela Junta das Investigações do Ultramar. Está claro que esta observação fica apenas no plano das hipóteses, se bem que seja uma explicação plausível.

Ao contrário do romance de Orlando da Costa, a trama de *Bodki* (1962) de Agostinho Fernandes é descrita nos pormenores,²²³ além do facto de o livro ser introduzido como o romance mais importante de Goa: «A intriga é aliciante, e *Bodki* é certamente um dos romances mais bem construídos da moderna literatura portuguesa, e um dos poucos romances portugueses com possibilidades de conseguir vasta audiência internacional por mérito próprio» (DEVI & SEABRA, 1971: 211). Depois ter elogiado o mérito de Agostinho Fernandes de ter elaborado uma boa trama, Devi e Seabra passam a tecer comentários sobre o estilo de escrita, que, apesar dos numerosos solilóquios – fluxos de consciência? – presentes no romance, este comunica «sensação de frescura, de fluidez» (DEVI & SEABRA, 1971: 211), embora o seu autor, sendo médico, não possuía

²²¹ «Além de o nível económico e cultural das massas não ser suficientemente elevado para poder compreender e aceitar as obras literárias neo-realistas, estas, dirigidas à média burguesia e ao pequeno intelectual, careciam das características que as poderiam tornar aceitáveis pelas massas. É que, por fim de superar determinadas restrições e insuficiências, os escritores neo-realistas criaram uma linguagem-código só compreendida por iniciados, e restringindo ainda mais fortemente o próprio público a que se dirigiam a um pequeno sector iniciado. Criou-se deste modo uma espécie de literatura de catecúmenos, dando origem a um falso estilo popular que cada vez se foi aproximando mais de um regionalismo folclórico intelectualizado, em que toda a ênfase era dada às palavras em prejuízo do conteúdo» (DEVI & SEABRA, 1971: 207).

²²² Devi e Seabra comentam que no romance de Orlando da Costa, *Podem chamar-me Euridice*, de 1964, o autor demonstra ter madurecido um estilo mais simples do que o estilo barroco que adotou no seu primeiro romance, *O signo da ira*.

²²³ Para uma leitura de aprofundamento sobre o romance *Bodki*, mais uma vez, o artigo de Helder Garmes «De *Os brâmanes* a *Bodki*: reflexões sobre o romance goês» (2017); o livro de Eufemiano Jesús de Miranda *Oriente e Ocidente na literatura goesa* (2012); o artigo «Science over Superstition? The Representation of the Social World of the Novas Conquistas in *Bodki* (1962) by Agostinho Fernandes» de Eufemiano Jesús de Miranda and Paul Melo e Castro (2019).

qualquer formação literária.²²⁴ Nesse sentido, é como se Devi e Seabra fizessem um contraponto com a figura de Orlando da Costa, descrito como um homem literato – quase fechado na sua torre de marfim –, cujo estilo seria demasiado erudito para chegar a um público leitor não culto, enquanto Agostinho Fernandes «é um escritor nato, que viveu e escreveu espontaneamente, longe de influências e de “literatos”» (DEVI & SEABRA, 1971: 211).

6.6 O conto e o teatro

Como repara Helder Garmes no artigo «Contribuição para uma história do conto de língua portuguesa em Goa» (2019), os autores de *A literatura indo-portuguesa* são os primeiros a fazerem um levantamento do género do conto nas suas investigações bibliográficas sobre a literatura de Goa, seguidos pelo goês Lourdino A. Rodrigues (1976), o qual inclui esta forma de narrativa breve na sua resenha, tendo podido já contar, na sua bibliografia, com o livro de Devi e Seabra.²²⁵ No capítulo desta tese sobre o *Esboço* de Filinto Cristo Dias, averiguámos que não há nenhum espaço reservado para o conto; porém, é feita menção de um artigo crítico do padre, «Considerações em torno do conto», que foi publicado na «Secção literária» do *Diário de Goa* do dia 16 de dezembro de 1956. Dias faz remontar a origem do conto à antiga narrativa oral da Grécia e da Índia,²²⁶ sugerindo que a redação de uma história do conto seria proveitosa para entender melhor a evolução desse género narrativo,²²⁷ o qual, na opinião do padre, não seria muito diferente do romance na sua estrutura – exposição, intriga e desenlace –, mas apenas na duração e no desenvolvimento narrativo. Aliás, o que ele sustenta é que o conto seria um género reservado aos escritores com talento, cuja habilidade consistiria na capacidade de sintetizar uma narrativa que é, usualmente, estendida pelas muitas páginas do romance. Além disso, Dias estava convencido de que o conto devia reproduzir situações do cotidiano e precisava de ser representativo de um determinado meio social, sendo a cor local um importante elemento caracterizador do género. Contrariamente ao que foi defendido por Filinto Cristo Dias, Vimala Devi e Manuel de Seabra introduzem o conto enquanto género moderno por

²²⁴ Devi e Seabra escrevem que Agostinho Fernandes «talvez não possua mesmo uma grande cultura literária» (DEVI & SEABRA, 1971: 211). Contudo, julga-se que a expressão *cultura literária* não se aplique ao contexto em que é utilizada, e que *formação literária* seja mais apropriado, dado que o que está em discussão é o próprio percurso formativo e profissional de Fernandes enquanto médico e não escritor.

²²⁵ Remete-se para o primeiro capítulo desta tese para ler sobre o ensaio de Lourdino A. Rodrigues «Goan literature of Portuguese language» (1976).

²²⁶ A natureza da afirmação de Dias é bastante genérica, não fazendo referências a nenhuma data, lugar ou obra específica.

²²⁷ «Se nos confirmarmos somente à literatura portuguesa, quanta diferença não se registrará não só nos pormenores mas também nas substância dessa espécie narrativa desde as ingénuas *História de proveito e exemplo* do quinhentista Trancos até os contos dos autores modernos; como Fialho de Almeida e Trindade Coelho?» (*Diário de Goa*, 16 de dezembro de 1956). Na realidade, o título exato da obra de Gonçalo Fernandes Trancoso é *Contos e história de proveito e exemplo* (1575) e, além disso, acredita-se que a ideia de uma historiografia do conto fosse circunscrita apenas ao mundo literário de língua portuguesa.

excelência, o qual, apesar de ter a sua origem na obra de escritores como Chaucer e Bocaccio, é «o género literário típico do nosso século» (DEVI & SEABRA, 1971: 218). Sobre o conto goês, eles escrevem que este género teve muito sucesso por ser compatível com a publicação periódica, num meio literário em que a editoria do livro não conseguiu implantar: «A ausência de um público numeroso e, por consequência, de editoriais, tornou o jornal praticamente o único *medium* para dar a público produções literárias. E o conto moderno é precisamente filho da publicação periódica. Mas, como a Europa, em Goa o conto manteve a sua majestade clássica»²²⁸ (DEVI & SEABRA, 1971: 218).

Os contistas resenhados são Júlio Gonçalves, Manuel Joaquim da Costa Campos, Cristovão Aires, Ana d’Ayala, José da Silva Coelho, Claudiana de Noronha Ataíde Lobo, Beatriz Ataíde Lobo, Paulino Dias,²²⁹ Alberto de Menezes Bragança, Ananta Rau Sar Dessai, Laxmanrao Sardessai, Vimala Devi, Epitácio Pais, Maria Elsa da Rocha, Augusto do Rosário Rodrigues e Walfrido Antão.²³⁰ Os contistas que Devi e Seabra analisam com mais atenção são Júlio Gonçalves, José da Silva Coelho, Alberto de Menezes Rodrigues, Laxmanrao Sardessai, Vimala Devi e Epitácio Pais, evidenciando as características principais que distinguem a prosa de um ou doutro contista. Em linhas gerais, aquilo que dizia Filinto Cristo Dias sobre a encenação do cotidiano no conto é partilhado, de maneira indireta, por Devi e Seabra. Os dois autores metem em evidência a marca goesa nos contos, pelas personagens e situações representadas, peculiares de um contexto social localizável em Goa, em diferentes épocas.

Devi e Seabra estabelecem como primeiro contista goês, Júlio Gonçalves, fundador da revista *Ilustração Goana* e autor de *Contos da minha terra* e *Aventuras de um simplicio*, contos publicados na dita revista entre 1864 e 1866. A prosa narrativa de Júlio Gonçalves e de José da Silva Coelho²³¹ são consideradas como «os alicerces de uma ficção autenticamente goesa que só bem entrado o

²²⁸ Devi e Seabra, numa passagem do capítulo anterior à citação transcrita, traçam a diferença que a evolução do conto teve na Europa e nos Estados Unidos. Enquanto nos Estados Unidos o conto teria tido um desenvolvimento formal próprio, evoluindo-se no género das *short-short*, na Europa «conservou muito do seu ar majestoso, sereno, escapando, em parte, às grandes sínteses e ao ritmo arreatador da vida moderna» (DEVI & SEABRA, 1971: 218), sendo que o conto goês seguiu o caminho do seu símil europeu.

²²⁹ Se bem que Paulino Dias seja melhor conhecido pela sua produção lírica, Vimala Devi e Manuel de Seabra citam a novela «A desditosa Laura!», publicada no semanário *A voz do povo*, em 1894. Adiciona-se a esta referência, a novela «O castigo da vaidade» publicada no *Divan literário* em 1894.

²³⁰ Para aprofundamentos sobre o conto goês, veja-se «Contribuição para uma história do conto de língua portuguesa em Goa» de Helder Garmes (2019), «*Monção* de Vimala Devi: contos de Goa à moda europeia» de Cielo G. Festino (2016), «As línguas e as imagens do deslocamento em contos goeses e macaenses de língua portuguesa (1951-1975)» de Duarte Braga (2015), «Dictatorship, liberation, transition in the short fiction of three Portuguese-language Goan writers: Alberto de Menezes Rodrigues, Ananta Rau Sar Dessai and Telo de Mascarenhas» de Paul Melo e Castro (2013), «Lirismo e conservadorismo na arena política: o conto “Shivá, brincando...” da escritora goesa Maria Elsa Da Rocha» de Paul Melo e Castro e Helder Garmes (2011), e os dois volumes da antologia de contos *Lengthening shadows: an anthology of Goan short stories translated from Portuguese*, organizado por Paul Melo e Castro (2016).

²³¹ Devi e Seabra citam apenas as *Lendas indianas*. Contudo, em 1979, o próprio Manuel de Seabra organizou e publicou a «Obra (quase) completa de José da Silva Coelho» no *Boletim do Instituto Menezes de Bragança* nº 124.

século XX teria verdadeiros continuadores» (DEVI & SEABRA, 1971: 219). José da Silva Coelho, autor de *Contos regionais*, *Lendas indianas* e *Malícias orientais*,²³² é, de facto, enquadrado como o seguidor de Francisco João da Costa, em relação ao tipo de crítica à sociedade que ele constrói:

Como *Gip*, José da Silva Coelho lançou-se ao ataque da flostriagem da média burguesia local que dava a César o que é de César e a César ainda o que é do Espírito. Ao contrário de *Gip*, que embora na forma de episódios periódicos na imprensa, se concentrou num casamento típico goês para definir caracteres e personagens. José da Silva Coelho enfrenta o «inimigo» sem qualquer enquadramento. Através de breves episódios, de fatias de vida rápidas, quase vignettes, cheias de ironia, dá-nos uma galeria completíssima da vida social de Goa. São aiás, intriguistas, abalizados advogados, batecares sovinas, médicos «idiossincráticos», ilustres professores (primários), funcionários e solicitadores, bombaístas, solteironas frustradas, toda uma vasta gama de tipos humanos, que surgem nos contos deste escritor retratados com uma ironia que não perdoa, por ser real. (DEVI & SEABRA, 1971: 221)

Também os contos de Vimala Devi, do médico e dramaturgo hindu Ananta Rau Sar Dessai e de Epitácio Pais são abordados pela fidelidade com que retratam os tipos humanos da sociedade goesa, particularizando a descrição do estilo adotado por cada um dos contistas. Por outro lado, a resenha que oferecem das obras de Alberto de Meneses Rodrigues e Laxmanrao Sardessai destaca-se por realçar o carácter idealista da prosa e pela empatia que os dois autores parecem manifestar pelas suas personagens. De Alberto de Menezes, Devi e Seabra escrevem que este se distingue, na literatura indo-portuguesa, por se identificar com a sociedade em que vive e que representa literariamente: «Trata-se de um escritor que leva todas as personagens a sério. O seu grande prejuízo é que estas são quase sem excepção extraídas às classes médias, com todas as ilusões que historicamente as caracterizam, e são, por isso, com demasiada frequência, ridículas, e o autor ama-as tais como são» (DEVI & SEABRA, 1971: 223). Do escritor de língua marata Laxmanrao Sardessai – o qual, junto com R. V. Pandit, é um dos poucos autores goeses que começaram a escrever em português só depois de 1961 –, Devi e Seabra afirmam que «revela-se um escritor de fortes preocupações morais dentro da tradição clássica indiana» (DEVI & SEABRA, 1971: 224).²³³

²³² É interessante reparar que Devi e Seabra contam do contacto que tiveram com o irmão de José, Mário da Silva Coelho, o qual refere que o irmão contista não conhecia o romance *Jacob & Dulce* de Francisco João da Costa. Apesar desta informação, os dois autores, sabendo que ele era primo co-irmão de *Gip*, suspeitam igualmente que ele tivesse já lido o romance na adolescência, tendo em conta a importância das relações familiares no meio goês (DEVI & SEABRA, 1971: 220).

²³³ Para o elenco das compilações de contos citados por Devi e Seabra, remete-se à obra original (DEVI & SEABRA, 1971: 217-229).

A Ananta Rau Sar Dessai é destinada, também, uma extensa parte da secção sobre o teatro, tendo sido, ele, contista, mas sobretudo autor de peças para o teatro radiofónico: «O sentido teatral de Ananta Rau Sar Dessai é aliciante, como aliciante é a maneira como consegue construir uma peça, criando um espantoso interesse teatral com os acontecimentos mais banais do dia-a-dia. Trata-se de uma das mais autênticas constituições de dramaturgo que já encontrámos e não é difícil prever como a sua personalidade poderia ter evoluído se tivesse à sua disposição as facilidades existentes na Europa» (DEVI & SEBARA, 1971: 231). Da mesma forma que acontece na narrativa dos seus contos, o teatro radiofónico de Ananta Rau Sar Dessai é caracterizado, acima de tudo, pelas personagens goesas, as quais interpretam sujeitos ordinários lutando contra as dificuldades da vida diária, mas também figuras como as *bailadeiras* dos templos hindu. Devi e Seabra reparam que o facto das peças do médico goês serem destinadas à transmissão radiofónica, permitiu-lhe desenvolver um estilo de escrita muito particular, breve e sintético, que se distingue sobretudo pelo humor, com recursos técnicos cujo uso faria sentido apenas naquele contexto de divulgação. De facto, Devi e Seabra escrevem que a falta de uma verdadeira cultura teatral à *européia*, em Goa, e a carência de lugares físicos designados para as representações teatrais,²³⁴ deixou a Ananta uma maior liberdade de expressão, dado que a representação das suas peças num cenário físico, com um público presencial e não virtual, como o do rádio, poderia ter mudado o seu estilo próprio e singular.²³⁵

De maneira geral, Devi e Seabra atestam que o teatro de origem indiana, em Goa, foi sempre associado à expressão cultural das classes sociais mais baixas, estando as elites desinteressadas. Contudo, Devi e Seabra falam do *nâtak* – género teatral popular e hindu, encenado na rua – como uma tradição bastante enraizada em Goa, e da sua evolução católica, o *tyâtr*, de expressão concani (DEVI & SEABRA, 1971: 229-230). Relativamente ao teatro de matriz europeia, eles escrevem que os nomes dos dramaturgos goeses são bastante reduzidos, entre os quais aparecem Francisco do Rego, Mateus de Lacerda, Inácio Custódio Coelho, Luís Napoleão de Ataíde, António José de Mártires e Sousa, Diogo José de Carvalho e Xavierito Coelho.²³⁶

²³⁴ Devi e Seabra citam apenas o Teatro Harmonia – citado também por Filinto Cristo Dias (1963: 17) –, fundado em Margão por Bernardo Francisco da Costa.

²³⁵ Como exemplo da peculiaridade do teatro de Ananta Rau Sar Dessai, Devi e Seabra citam a peça *Ferramicina* em que são proclamadas conferências médicas, interrompidas pelo protagonista moribundo, o qual se dirige diretamente ao público ouvinte (DEVI & SEABRA, 1971: 232).

²³⁶ Francisco do Rego e Mateus de Lacerda são considerados os primeiros dramaturgos de Goa, se bem que os dois autores da história literária tenham recolhido a informação sem proporcionar fontes bibliográficas ao leitor. De Inácio Custódio Coelho, citam as peças *Os dois irmãos doidos* (s.d.) *As duas meninas vizinhas* (1866); de Luís Napoleão de Ataíde, *A mulher do artista* (s.d.), *O filho do Mestre Jorge* (1901), *A viúva do comandante* (1901) e *Nobreza de alma* (1901); de António José Martires e Sousa fazem menção da peça *Viva o tio Regedor!* (1902); de Diogo José Carvalho, *Comédias Escolares* (1943) e, por fim, de Xavierito Coelho *A mulher moderna* (s.d.) e *Herança do tio Benjamin* (1968).

6.7 O ensaio, a crítica literária e o jornalismo

A partir do início do capítulo XIII de *A literatura indo-portuguesa*, pode-se entender que a escolha de juntar os três géneros literários, ensaio, crítica literária e jornalismo, num único capítulo deveu-se ao facto dos dois autores considerarem as linhas divisórias entre um e o outro bastante lábeis. Vimala Devi e Manuel de Seabra citam o seu predecessor Filinto Cristo Dias para os ajudar com a definição de *ensaio*;²³⁷ contudo, como foi já observado no primeiro capítulo da presente tese, relativamente à questão da sistematização e da sistemática, eles acreditam que a instabilidade de tais confins é um problema procedente da pouca sensibilidade de géneros literários dos escritores goeses (DEVI & SEABRA, 1971: 237).²³⁸ Na realidade, julga-se que esta observação não se ajusta muito ao contexto em causa, sendo que o ensaio é um género textual, cuja forma pode ser explorada em qualquer campo do saber. Tendo em conta o facto de Devi e Seabra terem optado por escrever uma história literária organizada, em parte, por géneros literários e áreas de conhecimento – discutiremos a seguir, os prós e os contras dessa escolha –, talvez não deveriam ter investido numa secção dedicada ao ensaio. De facto, a maioria das obras que analisam poderiam ter sido resenhadas noutras partes do livro, no contexto de outros géneros literários marcados por conotações distintivas próprias. Isto sugere que Devi e Seabra tenham, talvez, encontrado inspiração na estrutura do *Esboço* de Filinto Cristo Dias, o qual é, aliás, citado no início do capítulo. Dias, no seu livro, afirmava que o ensaio se distinguia de outros géneros textuais por apresentar o sustentamento das ideias pessoais de um autor sobre um assunto específico, e que a sua qualidade era avaliada de acordo com a capacidade do autor de argumentar e convencer o leitor.²³⁹ Com base nisso, o padre goês, de cada ensaio mencionado, apreciava esses aspectos, elencando, assim, obras que ele considerava relevantes pelo talento de arguição dos seus autores,²⁴⁰ enquanto Devi e Seabra se limitam a referir apenas a matéria das obras escolhidas.

São muitos os ensaístas elencados, entre os quais sobressai um discreto grupo de autores hindus que, de acordo com o que foi documentado por Devi e Seabra, escreveram em português, nomeadamente, Suriagy Ananda Rau, Rajarama Pundolika Sinai Quelecar, Keshav Bhembro, Vithal Sukhtankar, Mukund Quelecar, Anant V. Kamat, Ramchandra Naik e Meghasham Deshprabhu. Tendo em conta a grandeza do âmbito de aplicação deste género textual, os autores elencados são

²³⁷ Veja-se, no capítulo desta tese dedicado à obra de Filinto Cristo Dias, a secção 5.3.2.

²³⁸ «Por esta dificuldade base de sistemática, a fronteira entre ensaio, crítica literária, historiografia e religião (ensaio de tema religioso) é tão ténue que só é possível guiarmos-nos pelas práticas comuns de classificação, por vezes um pouco arbitrarias» (DEVI & SEABRA, 1971: 238).

²³⁹ É de reparar Devi e Seabra, falando da definição de ensaio dada por Filinto Cristo Dias, dizem que nesta «o carácter especulativo deste género literário não fica bem definido» (DEVI & SEABRA, 1971: 237). Pelo contrário, mesmo reconhecendo que a definição de Filinto não é exaustiva, os conteúdos do capítulo do *Esboço* dedicado ao ensaísmo, bem como as próprias reflexões do padre, põem em causa a crítica de Devi e Seabra.

²⁴⁰ Veja-se ainda a secção 5.3.2 do quarto capítulo desta tese.

dezenas. Contudo, há figuras literárias que foram, entre outras coisas, autores de ensaios, sobre os quais Devi e Seabra se detêm mais, como o grupo de intelectuais que se juntou à volta do jornal *Índia Nova* (1928-1929) e do Instituto Indiano de Coimbra, fundado em 1927. Além dos fundadores Adeodato Barreto, José Paulo Teles e Telo de Mascarenhas, Devi e Seabra escrevem que:

Colaboraram na *Índia Nova* praticamente todos os intelectuais goeses que se encontravam na Metrópole e alguns que viviam em Goa. Entre eles figuravam nomes como Santana Rodrigues, Santa Rita e Sousa, Mário da Silva Coelho, Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes, Luís Timóteo de Sousa, Luís Colaço e outros. Além de produções literárias em português, entre as quais avultam as de Adeodato Barreto e os poemas de Telo de Mascarenhas baseados em antigas lendas indianas, a *Índia Nova* pretendia também provocar um ressurgimento da literatura vernácula e nesse sentido publicou um apelo: «Aos nossos leitores que tenham a rara felicidade de saber escrever em concani, pedimos especialmente o favor de colaborarem nesta página que será consagrada exclusivamente à defesa e utilização culta dessa língua». A julgar pelos textos em concanim publicados, não devia ter sido grande a reacção, ou não tiveram tempo de ser publicados quaisquer textos recebidos, pois o jornal devia ao tempo levar uns bons três meses, ou mais, a chegar a Goa. (DEVI & SEABRA, 1971: 240)

Da produção literária oriunda da experiência do jornal *Índia Nova*, Devi e Seabra salientam o facto de terem sido as primeiras manifestações culturais a se identificarem com um discurso nacionalista, destacando, sobretudo, as figuras de Adeodato Barreto e Telo de Mascarenhas. Relativamente a Adeodato Barreto, as informações que são proporcionadas sobre o autor e o seu ensaio *Civilização hindu* não apresentam conteúdos diferentes daqueles comentados por Filinto Cristo Dias no *Esboço*, ou, dito de outra forma, não constituem um exemplo original de crítica. No entanto, Telo de Mascarenhas faz a sua primeira aparição na história literária de Goa. Telo de Mascarenhas foi poeta, ensaísta, tradutor e, além disso, um *freedom fighter*, tendo participado ativamente na propaganda para a libertação de Goa. Fundou, além do jornal *Índia Nova*, o Centro Nacionalista Hindu em Lisboa, em 1926, o Instituto Indiano na Faculdade de Letras de Coimbra, em 1927, e as Edições Oriente em Lisboa, em 1935. Durante o seu exílio em Bombaim (1950-1958), fundou, em 1950, o periódico político *Rêssurge Goa*. Voltou a Goa em 1959. Daqui seguiu para Portugal, onde foi preso em 1960 e condenado, em 1962, a uma pena de 24 anos, tendo sido amnistiado em 1970.²⁴¹ Até agora, não temos deixado espaço para as biografias dos autores, porém, no caso de Telo de Mascarenhas faz sentido apresentar estas informações biográficas básicas ao

²⁴¹ Informações gentilmente disponibilizadas pela Doutora Sandra Lobo. Adiciona-se que, em 1961, Telo de Mascarenhas durante a detenção em Portugal, na cadeia de Aljube em Lisboa, começou a escrever a novela *Sinfonia Goesa*, a qual foi publicada, em forma fragmentária, em 2019, pela iniciativa de Paul Melo e Castro, e o romance *Jogos Malabares* que ficou perdido.

leitor desta tese, sendo que a inclusão deste autor na história literária *A literatura indo-portuguesa* não é um facto a ser tomado com superficialidade.

À data de publicação da história literária de Vimala Devi e Manuel de Seabra, em 1971, Telo de Mascarenhas era já um homem livre; contudo, na altura da compilação e escrita do livro, ele encontrava-se ainda preso, e o seu firme engajamento na luta contra o colonialismo português, pela libertação de Goa, é um facto que poderia não ter agradado às cabeças do regime e, igualmente, à Junta das investigações do Ultramar que patrocinava o livro de Devi e Seabra. Isto faz-nos questionar se os compiladores só incluíram Mascarenhas na fase final do seu trabalho, aquando da libertação do poeta goês, ou se a reclusão deste não foi entendida como problema por parte de Devi e Seabra, sendo esta uma pista de reflexão, de forma a interrogarmos os critérios de compilação dessa história literária. Em consequência, perguntamos se esta pode ser também uma explicação para o facto de Filinto Cristo Dias não ter incluído o seu nome no *Esboço*, apesar do inegável peso de Telo de Mascarenhas na história, literária e não, de Goa.

De Telo de Mascarenhas, Devi e Seabra citam os ensaios *A mulher hindu* (1943), *Râma e Sitá* (1946), *Rabindranath Tagore e a sua mensagem espiritual* (1943), e além deste género, a tradução para o português da autobiografia de Gandhi *A história da minha vida* (1943), e o volume de contos e lendas *Kailâsha* (1937).²⁴² Outros ensaístas que eles citam, além dos já referidos, são: Bernardo Peres da Silva, José Gerson da Cunha, Frederico Diniz d' Ayala, Francisco Pedro de Sousa, António Floriano de Noronha, Francisco Correia Afonso, Propércia Correia Afonso de Figueiredo, António Miranda, Wolfango da Silva, Luís de Menezes Bragança, Tristão de Bragança Cunha, Druston Rodrigues e Alberto Xavier.²⁴³

Como foi já anunciado, a segunda parte do capítulo XIII tem como objeto de interesse a crítica literária, ocupando esta pouco menos do que 4 páginas. Em diálogo com a secção anterior, Vimala Devi e Manuel de Seabra escolhem, em jeito de abertura, os ensaios críticos de Júlio Gonçalves publicados na revista *Ilustração Goana*²⁴⁴ e o ensaio «Duas palavras sobre o progresso literário» de Jacinto de Caetano Barreto Miranda (1864),²⁴⁵ reportando também o título do texto da

²⁴² Telo de Mascarenhas, na qualidade de poeta, será citado por Devi e Seabra também no capítulo sobre a poesia do século XX (DEVI & SEABRA, 1971: 322).

²⁴³ Para consultar a lista exaustiva dos autores e respetivos ensaios, remete-se para o próprio capítulo XIII de *A literatura indo-portuguesa* (DEVI & SEABRA, 1971: 237-246).

²⁴⁴ Veja-se a nota 1 do primeiro capítulo desta tese.

²⁴⁵ Para a análise deste artigo remete-se para a secção 2.1 do primeiro capítulo desta tese, e para a opinião de Devi e Seabra sobre o mesmo, veja-se a secção 4 do presente capítulo, relativamente ao método sociologista utilizado por Barreto Miranda. Deste autor, Vimala Devi e Manuel de Seabra mencionam também um artigo sobre *O Sermão de Santa Cruz dos milagres* de Sebastião do Rego, publicado em *O Ultramar* no dia 14 de fevereiro de 1867, «em que [Barreto

palestra de Gerson da Cunha, *Memória sobre a literatura portuguesa em Goa*, que foi proferida ao IV Congresso Internacional dos Orientalistas de 1878, em Florença, e que nunca chegou a ser publicada (DEVI & SEABRA, 1948).²⁴⁶ Nesta secção, Devi e Seabra assinalam também os livros *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos*, de Vicente de Bragança Cunha, e *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*, de Filinto Cristo Dias, ambos principais objetos de estudo desta tese. Do livro de Bragança Cunha limitam os comentários ao referir que se tratou da «segunda tentativa de sistematização da história literária de Goa» (DEVI & SEABRA, 1971: 248) e que teve como base os artigos previamente publicado no jornal *A Índia Portuguesa*; enquanto do *Esboço*, apontam imperfeições e fragilidades da obra, estando, contudo, cientes do facto que Dias aceitou o desafio de escrever uma história literária, tendo somente a disposição uma bibliografia crítica de referência bastante limitada.²⁴⁷

Devi e Seabra apenas citam, enquanto trabalhos que se podem enquadrar no âmbito da crítica literária, *Esboço crítico do pometo «A Lyra da Ciência» e do poema inédito «Amor» do Dr. Paulino Dias* de João Joaquim de Oliveira Pegado (1902), o prefácio à obra póstuma de Paulino Dias *No país de Súria* (1935) por Francisco Correia Afonso, e *Fernando Leal, poeta e soldado* de Caetano Gonçalves (1942). Eles lamentam o facto de nunca ter havido uma crítica literária bem estruturada em Goa e que até as revistas e os jornais literários «nunca tiveram própria crítica literária» (DEVI & SEABRA, 1971: 249). A culpa, na sua opinião, era do facto de Goa ser um meio muito pequeno e, por isso, baseado em relações familiares e de amizade muito próximas, ao ponto de impedir que uma

Miranda] realça o valor literário e a plasticidade linguística dessa peça de oratória» (DEVI & SEABRA, 1971: 247), e o prefácio à segunda edição de *A vida do padre José Vaz* de Sebastião do Rego (1867).

²⁴⁶ Na realidade, como documenta Filipa Lowndes Vicente (2010), a comunicação de Gerson da Cunha no dito congresso tem como título «Materials for the history of Oriental studies amongst the Portuguese», não sendo esta um texto de crítica literária. De facto, sempre acompanhando a investigadora portuguesa, citamos: «Escrito e lido em inglês, o seu ensaio fazia parte de um projecto mais amplo concebido como uma “History of Oriental Studies among the Portuguese”. As actas do congresso, publicadas dois anos mais tarde, incluíam uma versão trabalhada e aumentada do texto lido no congresso, mas a enorme extensão do original submetido impediu que fosse publicado na íntegra. Um dos principais objectivos de Gerson da Cunha era o de escrever a história dos Portugueses na Índia, inscrevendo-a numa história, mais alargada, da Índia. Mais do que um projecto sonhado era um projecto muito concreto que já tinha editor e data de publicação, mas que acabou por nunca se concretizar. O seu livro vinha sendo anunciado na prestigiada *Oriental Series*, publicada em Londres pelo editor Nicholas Trübner, mas como o próprio Gerson da Cunha admitiu perante a Sociedade Asiática de Bombaim, em 1891, o seu projecto permanecia ainda um *desideratum*» (VICENTE, 2010: 27). Devi e Seabra não citam a fonte de onde retiraram tal informação; referem apenas, numa nota, que para esta comunicação Gerson da Cunha ganhou um prémio, cujo dinheiro lhe serviu para instituir outro prémio para o melhor estudo sobre as relações entre a Índia e a Itália (DEVI & SEABRA, 1971: 262). Comparando o livro de Devi e Seabra com os outros dois livros analisados nesta tese, reparamos que Gerson da Cunha não é citado em nenhum momento do *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* de Filinto Cristo Dias, porém Vicente de Bragança Cunha, que cita o orientalista Angelo De Gubernatis, acredita que Gerson da Cunha estivesse a trabalhar numa obra sobre a influência portuguesa no Oriente (CUNHA, 1926: 30), sendo para ele um bom exemplo dos goeses instalados no estrangeiro que, apesar dessa condição, continuavam a prestar homenagem à pátria. Vejam-se a secção 4 e 4.5 do terceiro capítulo desta tese.

²⁴⁷ Devi e Seabra, por exemplo, criticam Dias por não ter especificado o que realmente queria entender com o conceito da história da literatura indo-portuguesa, relativamente à origem dos autores goeses, acabando por incluir no seu livro também descendentes. Ao padre é reprobada também a negligência com que abordou os primeiros séculos da história em questão, quando se formou «uma tradição autenticamente goesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 248).

crítica honesta e objetiva pudesse surgir, sem que esta representasse uma ameaça ao manutenção de tais relações de conveniência social²⁴⁸ – tendo em conta que a constação de Devi e Seabra se refere a uma crítica direcionada à literatura produzida em Goa. Os dois autores, finalmente, excetuam os casos de Leopoldo da Rocha, Walfrido Antão e Evágrio Jorge, os quais, na sua opinião, se distinguiram pela qualidade mais elevada de crítica manifestada na imprensa periódica, não tendo tido, apesar de tudo, sucessores nessa exigente tarefa.²⁴⁹

Na última parte do capítulo em causa, dedicada ao jornalismo, contrariamente a quanto acreditavam Filinto Cristo Dias²⁵⁰ e Armando Menezes,²⁵¹ Devi e Seabra, ainda que reconheçam à imprensa periódica o mérito de ter suplantado a editoria do livro em Goa, e por isso, a sua importância literária, julgam que «o jornalismo é sempre demasiado apressado e superficial para que nele possa subsistir arte» (DEVI & SEABRA, 1971: 250) e, por esta motivação, «seria errado atribuir ao jornalismo – mesmo no caso particular de Goa – mais do que uma importância puramente sociológica e de suporte literário» (DEVI & SEABRA, 1971: 251). Numa das poucas resenhas de *A literatura indo-portuguesa* que foi publicada em Goa por Walfrido Antão, no jornal *O Heraldo* do dia 29 de outubro de 1972, um dos defeitos que o escritor goês encontrava na história literária, e sobretudo no volume antológico publicado em anexo, era o facto dos seus autores não terem dedicado espaço suficiente ao jornalismo. Walfrido Antão escrevia na sua rubrica «Crónicas após do exílio»:

Porém é no domínio do Jornalismo que o noto uma séria e grave lacuna, a quasi apressada e ligeira referência aos jornais de língua portuguesa entre os quais se conta “O Heraldo”. A justificação de Vimala Devi e Manuel de Seabra de que a maior parte das obras referenciadas na Antologia não se encontram à venda não se aplica a “O Heraldo” pois que os exemplares do jornal podem facilmente obter-se dirigindo um bilhete à Administração. Quanto ao seu valor literário falam bem alto os artigos doutrinários, polémicas e até pequenas jóias literárias que desde os tempos do seu fundador o saudoso Prof. Messias Gomes são glória e património comum duma Goa culta e que até hoje tirando raras excepções mantem um certo nível literário. Que me desculpe o leitor goês este gesto rebelde pois deve-se dar a César o que é de César... («Vozes tímidas ou bilhete ao Amadeu», *O Heraldo*, 29 de outubro de 1972)

²⁴⁸ «Em Goa só havia a nota de saída elogiosa – ou de caixão à cova, se se tratava de inimigo, irrespectivamente do valor literário da obra ou do escritor em questão. Tinham, porém, o bom senso de não chamarem “críticas” a essas notas de saída mas sim “revistas”, e criticar era “revistar”, usando um anglicismo muito característico. E hoje em dia a situação não é muito melhor» (DEVI & SEABRA, 1971: 250). Infelizmente, Devi e Seabra não proporcionam nenhum exemplo desse caso de «revistas», ficando a asserção bastante obscura.

²⁴⁹ Não estão presentes referências a textos de autoria destes nomes.

²⁵⁰ Veja-se, no quarto capítulo, a secção 5.3.2.

²⁵¹ Refiro-me ao artigo de Armando Menezes «Indo-Portuguese literature», comentado na secção 6 do quarto capítulo.

Devi e Seabra não querem «historiar criticamente o jornalismo em Goa» (DEVI & SEABRA, 1972: 251), também porque essa tarefa já tinha sido cumprida, de maneira exaustiva, por outros antes deles.²⁵² Se notarmos a rapidez com que eles *despacham* figuras como Luís de Menezes Bragança,²⁵³ Messias Gomes e Amadeu Prazeres da Costa – só para citar alguns nomes entre os mais conhecidos²⁵⁴ –, parece que Walfrido Antão estava certo. Apesar disso, Devi e Seabra dedicam a parte maior da secção sobre jornalismo à figura de Evágrio Jorge, o qual foi, como Telo de Mascarenhas, Laxmanrão Sardessai e Tristão de Bragança Cunha – todos nomes com que Devi e Seabra preenchem a sua história literária – um *freedom fighter*. De facto, apesar do *pecado que cometem* relativamente ao descuido que reservam ao jornalismo, Walfrido Antão *absolve* os autores de *A literatura indo-portuguesa*, entre outras válidas motivações, por terem tido «a coragem de levar até uma obra patrocinada pela Junta do Ministério do Ultramar nomes e carreiras literárias de nacionalistas sinceros como Laxmanrao Sardessai e Evágrio Jorge, assim provando que pretendiam conhecer o humus goês e sua expressão literária» («Vozes tímidas ou bilhete ao Amadeu», *O Herald*, 29 de outubro de 1972).²⁵⁵ De Evágrio Jorge, não é escondido o seu exílio em Bombaim – se bem que os autores não o descrevam enquanto tal – e afirma-se: «A sua actividade jornalística desenvolveu-se principalmente na defesa das suas convicções políticas e nesse sentido publicou uma série de folhetos, em Goa e em Bombaim, em português e concaním, sobre problemas cuja solução considerava de fundo interesse para a crise de identificação do *homo goanensis*» (DEVI & SEABRA, 1971: 257). É realçada também a sua atividade de crítica que interessou, principalmente, as literaturas goesa e portuguesa.²⁵⁶

²⁵² Em nota, eles mencionam: «Cf. *Boletim oficial do Estado da Índia*, nº 28, 1850; *Idem*, nº 88, 1850; «O jornalismo em Goa até 1858», in *O Ultramar*, 2-I e 27-II-1862; Ismael Gracias – *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Nova Goa, 1880; “Journalistic activities in Goa (1821-1855)”, in *The popular magazine*, Janeiro de 1922; António Maria da Cunha – “A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa”, in *Índia Portuguesa*. Nova Goa, 1923; A. M. da Costa – “The Catholic Press in India”, in *In the mission field*. Bombaim, 1925; Jaime Rangel – *A imprensa em Goa*. Bastorá, 1957» (DEVI & SEABRA, 1971: 262).

²⁵³ Dele escrevem apenas que «foi uma das figuras mais notáveis do jornalismo militante de Goa» (DEVI & SEABRA, 1971: 255) e, em geral, do jornalismo goês, e que a estima que os goeses tinham dele era tão consensual que depois da anexação de Goa pela União Indiana, em 1961, o antigo Instituto Vasco da Gama foi rebatizado com o nome Instituto Menezes Bragança. Também são citados os jornais em que escreveu – *O Nacionalista*, *O Debate* e *Pracasha* –, sem algum comentário crítico ou informativo.

²⁵⁴ Para a lista completa dos jornalistas remete-se para o texto original (DEVI & SEABRA, 1971: 250-263).

²⁵⁵ Sobre a questão levantada por Walfrido Antão voltaremos a debruçar-nos nas conclusões deste capítulo.

²⁵⁶ Devi e Seabra referem uma série de artigos em concani sobre a cultura indiana na literatura portuguesa, «Portuguez Soropotint Bharti Sanskrutai,» publicados no jornal *Divtti* de Margão, em 1968; uma série de artigos em inglês sob o título «Indian writers in Portuguese», sempre em 1968 – não é reportado o veículo de publicação –; a série de artigos «Portuguese writers in India», no *The Navhind Times*, de 1969; três artigos sobre Vimala Devi em *O Herald* e o posfácio da terceira edição de *Os Brahmanes*, em ocasião do centenário do falecimento de Francisco Luís Gomes, em 1969, onde «Evágrio Jorge ultrapassa a estatura do jornalista esclarecido para surgir como um ensaísta erudito com uma visão histórico-sociológica da crítica literária» (DEVI & SEABRA, 1971: 257). Ficamos com a dúvida de que os dois

6.8 Aquilo que *fica de fora*

O capítulo XIV de *A literatura indo-portuguesa* reúne campos de investigação, cuja produção textual não se ajusta a qualquer outro género literário anteriormente abordado nessa história literária. Esta ideia de que o capítulo XIV tenha juntado tudo aquilo que *fica de fora* é sugerida pela própria estrutura da obra. No dito capítulo, Vimala Devi e Manuel de Seabra juntam a escrita religiosa, as «ciências auxiliares da história» (DEVI & SEABRA, 1971: 265) e a literatura de viagem. Mais uma vez, os autores demonstram sensibilidade pela inclusão de géneros literários e textuais procedentes das áreas de conhecimento mais variadas, tendo consciência da importância que essas fontes bibliográficas têm para a reconstrução de uma história literária e cultural de Goa.

A literatura religiosa ocupa bastante espaço no capítulo, à luz do facto de que, como os próprios dois historiadores literários reparam nos primeiros capítulos da sua obra, a literatura produzida em Goa entre o século XVI e o século XVIII é maioritariamente de cunho religioso:

Essa literatura surgiu em Goa, onde a posição dos neoconvertos exigia que os problemas básicos do catolicismo fossem permanentemente reafirmados. Não esqueçamos que até ao século XX toda a literatura em concaním era de carácter religioso. E, em português, as primeiras obras que se publicaram em Goa foram o *Catecismo da doutrina christã*, de Xavier, o *Compêndio espiritual da vida christã* e a *Carta do povo de Israel*, de D. Gaspar Leão Pereira. (DEVI & SEABRA, 1971: 265)²⁵⁷

Como foi possível averiguar nos primeiros dois capítulos da presente tese, outros investigadores, como Lourdino A. Rodrigues (1976) e Joana Passos (2012), excluíram, por motivações de diferente ordem, a literatura religiosa da história literária de Goa, enquanto Filinto Cristo Dias atribuía a esta muita, e por vezes excessiva, importância, talvez por ele próprio ser um homem da Igreja. Contudo, Dias não reservou uma parte do *Esboço* para a literatura religiosa; bem pelo contrário, a inclui noutros capítulos, sobretudo naqueles sobre historiografia e ensaísmo.²⁵⁸ Alguns dos trabalhos de natureza religiosa mencionados por Devi e Seabra têm como objeto a

autores falaram mais de Evágrio Jorge do que de outros jornalistas, em troca da gentileza de ele ter escrito bem três artigos sobre a própria Vimala.

²⁵⁷ Devi e Seabra adicionam, também, o seguinte comentário: «Não admira, portanto, que surgisse em Goa a tradição de uma literatura de carácter apologético e prosélito que na Europa só existiu durante a baixa Idade Média» (DEVI & SEABRA, 1971: 265).

²⁵⁸ Veja-se a secção 5.3.2 do quarto capítulo desta tese.

história da Igreja em Goa;²⁵⁹ outros tratam de assuntos de ordem teológica genérica,²⁶⁰ não esquecendo de citar, também, *Em boa paz* de António Floriano de Noronha, obra que tanto foi criticado por Filinto,²⁶¹ e que se distingue das outras pelo seu carácter anticlerical.

Relativamente à linguística, Vimala Devi e Manuel de Seabra não incluem apenas autores que se debruçaram sobre questões do português, mas abarcaram também, e sobretudo, autores que se dedicaram ao estudo das línguas concani e marata, especialmente pelo que concerne o seu uso didático, pensando num público leitor de língua portuguesa. Essa secção, entre muitos autores goeses católicos,²⁶² compreende também dois autores hindus: Suriagy Ananda Rau – já citado na secção sobre o ensaio –, autor de *Grammatica da lingoa maratha explicada em lingoa portugueza* (1875) e do *Diccionario maratha-portuguez* (1879), e Vamona Naran Sinay Gantgar, autor do *Diccionario ilustrado maratha-português* (1909-1910). Devi e Seabra escrevem que, apesar do interesse dos portugueses na tradução de obras para o concani, este interesse nunca superou o mero propósito de evangelizar a população local. No entanto, a maioria dos trabalhos que eles referem na secção em questão são estudos dedicados ao ensino do concani e à conveniência, para os goeses, de estudar esta língua para saber lidar melhor com o português falado e escrito, como sustentava o próprio Cunha Rivara no século XIX. Finalmente, os autores de *A literatura indo-portuguesa* voltam a pôr em cima da mesa a questão de que nunca se formou um português de Goa, com traços linguísticos tipicamente locais, afirmando, mais uma vez, que só autores como Francisco João da Costa ou José da Silva Coelho²⁶³ tiveram a coragem de elevar o português falado em Goa ao nível da escrita literária, cometendo com muita probabilidade – e como foi já explicado anteriormente –,²⁶⁴ um erro crasso.

²⁵⁹ Por exemplo, Devi e Seabra citam, entre outras obras sobre a Igreja em Goa, *Os Santos martires de Cuncolim* (1894) de Filoteio Pereira de Andrade, *A fé triumphando na Índia Portuguesa* (1859) de Eufrosina Pais de Noronha, *Mitras lusitanas do Oriente* (1887-1924) do padre Casimiro Cristovão de Nazaré.

²⁶⁰ No total, os autores que Devi e Seabra citam são 16, a saber, Eufrosina Pais de Noronha, padre António Pereira, João Xavier de Sousa Trindade, Joaquim Filipe Vitorino Botelho, Filoteio Pereira de Andrade, Viriato António Caetano Brás Piedade de Albuquerque, António Xavier Heráclito Gomes, padre Casimiro Cristovão de Nazaré, padre Francisco Xavier Vaz, António Floriano de Noronha, João Francisco Caetano José Lobo, Valério Aleixo Cordeiro, padre Niceno de Figueredo, mons. Gregório Magno Antão, António Pedro Seráfico Misquita, o cónego Feliciano Coelho e também Leopoldo da Rocha. Para a lista das obras, remete-se para o texto original (DEVI & SEABRA, 1971: 265-270).

²⁶¹ Veja-se a secção 5.3.2 do quarto capítulo desta tese.

²⁶² Os autores católicos que publicaram no âmbito da linguística são Gerson da Cunha, André Paulo de Andrade, Sebastião Rodolfo Dalgado – sobre este autor, Devi e Seabra retomam quanto sustentado por Filinto Cristo Dias no *Esboço*, citando a suas própria palavras (DIAS, 1963: 98) –, José de Santa Rita e Sousa, padre Graciano Morais, Mariano Saldanha, Jaime Rangel, V. J. Janin Rangel, Martinho Faleiro, Manuel José Feliciano Gustavo Couto, José Maria da Costa Álvares – melhor conhecido como A. Castro Alves – e o próprio Filinto Cristo Dias. Para a lista das obras desses autores, veja-se DEVI & SEABRA, 1971: 270-275.

²⁶³ Devi e Seabra citam também Ananta Rau Sar Dessai e, «de um modo muito menos extensivo» (DEVI & SEABRA, 1971: 274), a própria Vimala Devi.

²⁶⁴ Veja-se, neste capítulo, na secção 6.5, a parte dedicada ao romance *Jacob & Dulce* de Francisco João da Costa.

Com «ciências auxiliares da história», Devi e Seabra referem-se a determinadas áreas de investigação que, apesar de não corresponderem à investigação historiográfica no stricto sensu, se circunscrevem, na opinião dos autores, em traços gerais, ao âmbito da história. Os autores falam de genealogia, numismática, arqueologia, etnologia, antropologia, história económica, política e militar, história da educação e, curiosamente, de história literária, sendo que citam também o livro de Aleixo Manuel da Costa, *Literatura Goesa: apontamentos bibliográficos para a sua história* (1967).²⁶⁵ Na realidade, não fica bem claro o critério com que eles usam para organizar as obras e os autores sob essas classificações de género literário ou textual. Por exemplo, eles incluem, nessa secção, Renato de Sá, diretor do «Centro de cultura latina» de Pangim e fundador da revista cultural *Harpa Goesa*, citando alguns dos seus textos que poderiam ter sido referidos noutros contextos, como na secção sobre crítica literária ou naquela sobre o ensaio.²⁶⁶ Aliás, esta observação aplica-se a quase todos os casos presentes na secção sobre as ciências auxiliares da história, sendo que a maioria dos casos citados são ensaios. Isto proporciona, mais uma vez, material para refletirmos, nas conclusões deste capítulo, sobre os critérios que Vimala Devi e Manuel de Seabra respeitaram na compilação da sua obra, e sobre, a conveniência de organizar a história literária de Goa por géneros literários.

Há que ser referido, também, que na galeria de nomes propostas por Devi e Seabra, aparece Jerónimo Quadros, o único autor de Diu que os dois autores levantam na sua pesquisa bibliográfica. «É o único natural de Dio que nos surge na literatura indo-portuguesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 278), escrevem, sendo que este o único momento do livro em que surge a hipótese de englobar a literatura de Diu – e eventualmente, de Damão – na literatura indo-portuguesa; enquanto, desde o princípio do livro, o contexto histórico e cultural de referência que vem sendo evocado é o goês.

Para a literatura de viagem, o último género desta secção, Devi e Seabra não gastam muitas palavras. Limitam-se a dizer que «como todos os géneros literários, a literatura de viagens só começou em Goa por meados do século XIX», oferecendo como prova dessa afirmação, a obra *Viagem de Goa a Bombaim* de Luís Miguel de Abreu – filho de Miguel Vicente de Abreu –, de 1875. A seguir, eles citam Aquino Furtado, que foi o único goês que se especializou em literatura de viagem, tendo publicado, em Bombaim, *An illustrated guide to Goa* (1922), e, no Rio de Janeiro, *Visões do Oriente* (1928), *Cidades Africanas* (1928) e *O Oriente e a Índia* (1929). São referidos

²⁶⁵ Veja-se, no primeiro capítulo da presente tese, a secção 2.5.

²⁶⁶ Os textos em questão são aquele recolhidos no volume *O Rio de Janeiro – capital espiritual do Brasil?* de 1965, nomeadamente, «Uma biblioteca goesa», «Cunha Rivara», «A língua portuguesa e as bibliotecas goesas», «Algumas líricas goesas» e «Goa e os autores brasileiros».

também Adolfo Sinval da Costa e o seu livro *Da Índia à Europa* (1947), e Ezilda Ribeiro Sousa e o seu livro *Através do mundo* (1938).²⁶⁷

6.9 A historiografia do século XX

O capítulo XV aborda a produção historiográfica publicada, *grosso modo*, na primeira metade do século XX.²⁶⁸ Vimala Devi e Manuel de Seabra já tinham informado o leitor sobre a historiografia no capítulo dedicado a Cunha Rivara – «Cunha Rivara e a historiografia» –; porém, naquela fase do livro, tinham-se deparado apenas com a produção coeva do momento em que Cunha Rivara estava a viver em Goa e com aquela publicada logo a seguir à sua partida, sendo que Devi e Seabra, igual a Filinto Cristo Dias, fazem questão de enfatizar a profunda influência que esta personagem exerceu sobre uma determinada geração de intelectuais goeses procedentes das elites católicas. Devi e Seabra abrem o capítulo, assinalando, desde o início, o evento que marcou a diferença entre a historiografia da época de Cunha Rivara e aquela do século XX: a participação ativa dos hindus no cenário político e cultural de Goa, a partir da proclamação da República portuguesa em 1910. Afirmam os autores: «Tal como os goeses cristãos tiveram que esperar pelo liberalismo para poderem formar um grupo de poder dentro das superestruturas goesas, do mesmo modo só após a proclamação da República a comunidade hindu se lançou esperançosamente à conquista de um lugar ao sol na burocracia e nas profissões intelectuais» (DEVI & SEABRA, 1971: 289).²⁶⁹ Conforme quanto estudado pelos dois autores, isto levou a uma mudança de rumo na historiografia goesa, a qual passou a se interessar pela história pré-colonial de Goa – no livro, «pré-portuguesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 289) – e pelo aporte dos hindus à formação da cultura goesa.

Panduronga Pissurlencar, director do Arquivo histórico de Goa e autor de numerosos trabalhos historiográficos,²⁷⁰ é considerado «o mais importante dos historiógrafos goeses do nosso

²⁶⁷ Desta autora é também referido que publicava frequentemente no *Heraldo* de Pangim e em diferentes jornais indianos de língua inglesa (Cfr. DEVI & SEABRA, 1971: 281).

²⁶⁸ No título do capítulo não é mencionado o dito século; porém, este aparece no título transcrito no índice da última página do livro. De toda forma, o trabalho historiográfico mais recente que Devi e Seabra referem é *Goa pré-portuguesa através dos escritores lusitanos dos séculos XVI e XVII* de Panduronga Pissurlencar, publicado em 1961.

²⁶⁹ Além da revista fundada por Ramachondra Panduranga Vaidya, *A luz do Oriente* (1907-1920), e do seu suplemento publicado a partir de 1909, *Prachi Praba* – destinado ao público feminino –, Devi e Seabra citam também *A voz do Oriente*, a *Revista da Índia*, a *Revista Moderna*, o jornal *Hindu-mat*, *O Oriente Portuguez* da «Comissão Archeologica da Índia Portuguesa» e *Pracasha*. Estas publicações, tratando de temas variados, não são exemplos da produção historiográfica em causa, contudo, servem de exemplos para os dois autores demonstrarem, de forma indicativa, a natureza do interesse que surgiu a partir da primeira década do século XX.

²⁷⁰ Os trabalhos de Panduronga Pissurlencar citados por Devi e Seabra são: *Portugueses e Maratas* (1926-1933), *A propósito dos primeiros livros maratas impressos em Goa* (1956), *O enigma da morte do vice-rei Conde de Alva esclarecido à luz de documentos maratas* (1957), *Notícias do Reino, situação, forças e costumes do Marata* (1959), *Agentes da diplomacia portuguesa na Índia (hindus, muçulmanos, judeus e parses)* (1952), *Colaboradores hindus de Afonso de Albuquerque* (1940), *Os portugueses nas literaturas indianas dos séculos XVI, XVII e XVIII* (1955), *Goa pré-portuguesa através dos escritores lusitanos dos séculos XVI e XVII* (1961), *As primitivas capitais de Goa* (1931), *Tentativas dos portugueses para a ocupação do Concão* (1955). Devi e Seabra não deixam de mencionar que

século» (DEVI & SEABRA, 1971: 290). Outros autores hindus que eles citam são Siurama Bolvonta Rau, que em 1916 foi diretor do jornal *Hindu-mat* e autor de *A República portuguesa no Estado da Índia* de 1912, e Sidbá Suria Rau, autor de *Noções sumárias da história da Índia Portuguesa* (1935).

Comparando o capítulo VIII «Cunha Rivara e a historiografia» com o capítulo aqui em análise, Devi e Seabra estabelecem, agora, uma diferença entre historiógrafos e historiadores:

Como já houve oportunidade de verificar, Goa nunca teve falta de historiógrafos, e poucos devem ser os aspectos do seu passado que os indo-portugueses não tenham já estudado em pormenor. Mas, por outro lado, Goa nunca teve grandes historiadores, criadores com capacidade de levar a cabo vastas exegeses históricas e culturais. A maior parte são historiógrafos sérios, grandes trabalhadores, que deixaram estudos valiosíssimos para uso de futuros historiadores, mas pouco mais. (DEVI & SEABRA, 1971: 292)

De facto, neste capítulo, eles referem-se à maioria dos autores com a designação de *historiógrafo*. Na secção em que comentamos o capítulo VIII, dissemos que a visão de Devi e Seabra se distanciava daquela de Vicente de Bragança Cunha e de Filinto Cristo Dias por não problematizar a carência de uma historiografia indo-portuguesa fiável e objetiva. Porém, a diferença estabelecida entre historiógrafos e historiadores parece ser o índice de algo incompleto. Talvez essa indicação de incompletude neste capítulo, essa necessidade de marcar uma distinção entre a figura do historiógrafo e do historiador, procede do facto de reconhecer uma distância qualitativa entre a historiografia renomada da época de Cunha Rivara com aquela que estava a surgir no século XX – mais *goesa*, mais independente do peso da metrópole. Daí que o material dos historiógrafos em causa seja apresentado como bibliografia de suporte para a compilação de eventuais trabalhos historiográficos mais consistentes e prestigiados.

Apesar disso, Devi e Seabra asseguram que os seis volumes da *História da colonização portuguesa na Índia* (1948-1958) do descendente Alberto Carlos Germano Silva Correia «trata-se da obra de carácter histórico de maior âmbito e alcance que se publicou em língua portuguesa depois dos historiadores do século passado, de Herculano, de Oliveira Martins» (DEVI & SEABRA, 1971: 299), merecendo, este, a designação de *historiador*, autor de *trabalhos históricos*. Outros historiógrafos que os autores citam, entre muitos outros,²⁷¹ são: Joaquim José António de Campos, autor do livro *History of the Portuguese in Bengal*, publicado em Calcutá em 1919; António

Panduronga Pissurlencar publicou também na revista *Bharat-Mitra*, oferecendo uma lista mais completa na nota 4 (DEVI & SEABRA, 1971: 300).

²⁷¹ Para a lista exaustiva de autores e obras, remete-se para o capítulo XV de *A literatura indo-portuguesa* (DEVI & SEABRA, 1971: 289-306).

Francisco Moniz Júnior, autor de *Resumo da História de Damão* (1923); Roberto Bruto da Costa, autor de *A hidra do nativismo* (1920);²⁷² Caetano de Figueiredo e o seu livro *As comunidades de Goa*; Constâncio Roque da Costa, autor de *Les communautés des villages à Goa* (1892); António Maria da Cunha, autor de *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa* (1923); José Benedito Gomes, fundador da revista *Portugal Colonial* e autor de um trabalho sobre a história do Instituto Vasco da Gama (1839);²⁷³ José Frederico Ferreira Martins – que já encontramos no capítulo sobre o romance –, autor de *Poetas e prosadores que escreveram sobre os feitos dos Lusitanos no Oriente*, que Devi e Seabra definem como «uma autêntica história literária de Goa» (DEVI & SEABRA, 1971: 296); A. B. De Bragança Pereira, autor de *O sistema das castas* (1920) e *Etnografia da Índia Portuguesa* (1940); João Baptista Amâncio Gracias, autor de *Subsídios para a história económico-financeira da Índia Portuguesa* (1909) e *História económica-financeira da Índia Portuguesa* (1950).

Em conclusão, constatamos, pela lista de autores e obras que Devi e Seabra compilam, que os temas maiormente explorados continuam a ser: Goa durante a dominação portuguesa; a história dos portugueses na Índia; outros assuntos que concernem a comunidade católica goesa.²⁷⁴ Dado que Devi e Seabra referenciam, no interior do capítulo, tanto autores hindus quanto autores católicos, esta observação sobre a passagem de interesse da história da Goa católica para a história da Goa hindu diria respeito à produção historiográfica de ambas comunidades. Nesse sentido, é preciso ter atenção ao facto de que para os intelectuais hindus não se trataria de uma passagem ou mudança de interesse, sendo que nessa fase republicana eles começam a conquistar mais espaço para criarem uma produção literária própria. Esta «nova tendência» (DEVI & SEABRA, 1971: 289) envolve mais os intelectuais católicos, apesar de Devi e Seabra não sofisticarem este aspecto. Aliás, o material bibliográfico que apresentam não parece ser uma prova dessa mudança de rumo.

6.10 A poesia do século XX

Como a historiografia no capítulo anterior, também a poesia do século XX é submetida ao mesmo processo de reflexão. No capítulo IX «Tomás Ribeiro ou a poesia prestigiada», Devi e Seabra debruçam-se sobre a produção lírica publicada no século XIX, enquanto deixam para o capítulo XVI – o último da história literária – a poesia do século XX. Eles escrevem que o século XX representou o atingimento da maturidade para a literatura de Goa, mas que, contudo, este começou mais tarde do

²⁷² No seu livro, Devi e Seabra reportam uma obra com o nome *Para a história política da Índia Portuguesa*, fazendo referência aos tópicos tratados por Roberto Bruto da Costa em *A hidra do nativismo*: «em que procura desfazer acusações de nacionalismo, considerando-o uma “hidra”, e rebatendo uma série de alegadas calúnias de “Independência de Goa”, “Domínio Inglês”, “Ódio aos brancos”, e “Aniquilamento da Colônia portuguesa”» (DEVI & SEABRA, 1971: 292).

²⁷³ *Índia Portuguesa – Resenha histórica sumária, cultural, política e social em volta do Instituto Vasco da Gama, depois da sua fundação em 1871* (1939).

²⁷⁴ Talvez como exceções possam ser consideradas os trabalhos de Pandurlonga Pissurlencar.

que noutros lugares: «Encontramos, assim, um numeroso grupo de poetas para quem o progresso literário não conta e que fazem «arte» como se o resto do mundo, literariamente, não existisse, embora, paradoxalmente, esse egotismo fosse acompanhado, quase um século depois, de insólitos resíduos do cosmopolitismo humanitarista que animava os homens de 1820» (DEVI & SEABRA, 1971: 307). Nesse grupo de poetas ainda influenciados pelo espírito romântico da literatura do século XIX, são incluídos Leopoldo Francesco da Costa, autor do livro de poesias *Sangue e Redenção* (1897), inspirado na revolta dos ranes de Satari, Roque Bernardo Barreto Miranda, Joaquim Vitorino Barreto Miranda, José Francisco Barreto Miranda – os três, filhos de Jacinto Caetano Barreto Miranda –, Pedro António de Sousa, Adolfo Costa, João Filipe da Piedade Soares e Sostenes Cotta, autor do seu único poema *Mártir do ideal* (1918). Para estes poetas, Devi e Seabra não despendem muitos elogios, minimizando os comentários a observações sobre a simplicidade do estilo e sobre o pensamento pequeno-burguês que a sua poesia representa.

Pelo contrário, é a poesia indianista a assinalar a maturidade literária de que se fala no início do capítulo. Com razão, na maioria dos textos que analisámos desde o princípio deste trabalho até agora, a poesia que abriu o século XX – a dos poetas ditos *indianistas*, que se deixaram influenciar pelo repertório literário hindu – é consensualmente indicada como a manifestação mais representativa da literatura goesa em português, sendo este discurso válido para Vicente de Bragança Cunha (1926), Joseph Furtado (1927), Ethel Pope (1937), até chegar ao texto mais recente de Orlando da Costa (1999). Para Vimala Devi e Manuel de Seabra, os indianistas são os escritores que melhor representam o dilema identitário do goês, imergidos num mundo literário que toma exemplo dos paradigmas poéticos europeus – lembramos a predileção dos indianistas pela forma do soneto²⁷⁵ – e que, ao mesmo tempo, se deixa inspirar pela tradição literária indiana.²⁷⁶ Eles definem Cristovão Aires, autor da coleção de versos *Indianas e Portuguesas* (1880), como o precursor desta poesia e recuperador de uma tradição indianista, começada já no século XVIII com o padre brâmane António João de Frias e o padre chardó Leonardo Pais, religiosos tidos como, citando o título de um dos primeiros capítulos do livro, os primeiros representantes «de uma verdadeira expressão literária indo-portuguesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 113).

²⁷⁵ A propósito do soneto e os poetas indianistas goeses, veja-se o ensaio de Joseph Furtado *Principais poetas goanos* (1927) e o texto da conferência de Orlando da Costa «Literatura indo-portuguesa contemporânea: antecedentes e percurso» (1999), ambos comentados no primeiro capítulo desta tese.

²⁷⁶ Aqui o adjetivo *indiana* é entendido como *hindu*. Em geral, remete-se para um repertório cultural e literário com referência a uma realidade local mais abrangente do que a mera realidade goesa; no específico, refere-se à tradição literária sânscrita. Contudo, estamos conscientes da diferença que há entre um termo e outro, sobretudo à luz dos conflitos religiosos e culturais que persistem, ainda hoje, no território indiano. Devi e Seabra, para expressar tal conceito, servem-se de uma citação de Jacinto Prado Coelho extraída do prefácio ao livro de poesias *Gesto suspenso* de Judit Beatriz de Sousa (1962): «uma confluência, mais ou menos harmónica, de padrões europeus, recebidos da metrópole, e de motivos de inspiração local» (*apud* DEVI & SEABRA, 1971: 310).

Ao falar do poeta Paulino Dias, considerado por eles como uma das personalidades «mais autenticamente luso-indianas», junto com o poeta Nascimento Mendonça (DEVI & SEABRA, 1971: 310), declaram que embora o seu poema *Nirvana* seja a composição em que melhor se realizou o seu estro poético, não é interessante do ponto de vista que querem apresentar, por não ser significativo do apelo indianista.²⁷⁷ Devi e Seabra preferem, assim, dedicar-se a outros aspectos, escrevendo que embora Paulino Dias pertencesse a uma das castas mais nobres de Goa, ele era «muito moreno, pelo que se considerava de origem drávida» (DEVI & SEABRA, 1971: 314), motivação pela qual eles justificam a sua inspiração no «folclore indiático» (DEVI & SEABRA, 1971: 319), melhor representando em poemas *A Deusa de bronze*, onde é cantado o amor de uma bailadeira por uma antropomorfa cobra, e a poesia *Vishnulal*, onde um védico *rishi* abusa de uma jovem perdida na floresta. À luz do tipo de imagens fixas que Devi e Seabra associam à poesia indianista, não só de Paulino Dias, mas também de Floriano Barreto, Nascimento Mendonça e Sanches Fernandes, refletimos sobre o papel desta poesia na legitimização da aplicação do método lusotropicalista. De um ponto de vista formal, para Devi e Seabra o cume da história literária indo-portuguesa é encarnado pelo género lírico, a expressão mais madura da literatura em português de Goa. De um ponto de vista ontológico, o indianismo está ligado a uma espécie de momento de superação da crise identitária goesa, que não se dá pela aceitação de um destino univocamente católico ou, vice-versa, hindu, mas pela aceitação de uma imutável condição ambivalente, concretizada no lirismo inquieto desses poetas. Portanto, a destreza absoluta desses poetas em dominar a língua portuguesa, junto com o fascínio pelas culturas indianas, faz com que a aplicação da abordagem lusotropicalista seja funcional para a escrita da sua história literária.

Por outro lado, as observações que os dois autores tecem são bastante superficiais. Por exemplo, de Mariano Gracias, autor do poema «Metempsicose», inserido no livro de poesias *Terra dos Rajás* (1925), admitem: «O seu indianismo é das atitudes menos autênticas de toda a escola indianista. Enquanto que em Manuel Salvador Sanches Fernandes, Paulino Dias e Nascimento Mendonça, o indianismo representava um sério problema de consciência, em Mariano Gracias não passa de folclore» (DEVI & SEABRA, 1971: 319). Deste grupo de poetas, Devi e Seabra não analisam o estilo e a forma, mas permanecem ligados à descrição das imagens que sobressaem da sua lírica. Quando presentes, as observações carecem de argumentação crítica. Além dos autores que acabaram de ser citados, Devi e Seabra incluem nesse grupo José Joaquim Fragoso, autor de *Nódoa de sangue* (1908), Eucaristino Mendonça, autor do livro *Hindus* (1924) e Adeodato Barreto. A parte

²⁷⁷ Para uma análise detalhada do poema *Nirvana* de Paulino Dias, remete-se para o artigo de Duarte Braga «Shiva, Marx e Vasco da Gama: uma aproximação ao *Nirvana* de Paulino Dias» (2014), o qual proporciona também uma crítica ao pensamento de Devi e Seabra em relação à obra desse poeta.

do capítulo reservada para este último poeta, constitui um dos momentos mais decepcionantes da história literária de Vimala Devi e Manuel de Seabra. De Adeodato Barreto escrevem que «foi uma das figuras mais interessantes da moderna literatura goesa» (DEVI & SEABRA, 1971: 319), atribuindo-lhe, junto com Telo de Mascarenhas,²⁷⁸ a paternidade do jornal *Índia Nova* e do Instituto Indiano de Coimbra, já citados na secção sobre o ensaio.²⁷⁹ Entretanto, reportando uma citação de Ruy Sant’Elmo – sem referência bibliográfica –, Devi e Seabra aderem a um discurso que reduz o valor estético, mas também político, da obra do poeta goês, limitando a sua apreciação à exaltação da nostalgia que ele tinha da sua terra natal,²⁸⁰ provada pelo facto de Goa ser o pano de fundo de muitas das suas poesias e agenciando o seu empenho para a divulgação da cultura indiana como «uma atitude mais intelectual do que prática» (DEVI & SEABRA, 1971: 319), sendo que nele começaria a se manifestar outro tipo de indianismo, que não constitui um «problema de consciência» (DEVI & SEABRA, 1971: 322). Com base nisto, a poesia que escolhem para ser transcrita enquanto exemplo da produção lírica de Adeodato Barreto é «Natal Cristão» que tinha já sido reproduzida por Manuel de Seabra na sua antologia *Goa, Damão e Dio*, de 1962, e que não é representativa da sua obra. Os autores escrevem: «De facto, o que mais choca na poesia de Adeodato Barreto é o descuido, o desequilíbrio, por vezes a maneira tosca como os poemas estão feitos e até às vezes concebidos – poesia em bruto, a que falta, na realidade, o trabalho paciente da razão artística. Não admira pois, que Adeodato Barreto seja melhor tradutor de poesia do que poeta original» (DEVI & SEABRA, 1971: 321). É verdade que a atividade de tradução dos textos clássicos da filosofia hindu para o português constitui uma parte extremamente importante do seu percurso intelectual; porém, a sua poesia não foi composta em detrimento do aspeto formal. Bem pelo contrário, como o próprio poeta afirma no prólogo de *O livro da vida* – citado também por Filinto no seu *Esboço* (DIAS, 1963: 61) –, conscientemente, ele procurou ir ao encontro do verso irregular, experimentado uma maneira de fazer poesia que, no contexto da literatura produzida por goeses, se configura como novidade.²⁸¹ Embora Devi e Seabra reconheçam que o indianismo de Adeodato Barreto não tenha assumido as

²⁷⁸ De Telo de Mascarenhas são citados os livros *Cantares de amor* (1935) e *Kailâsha* (1937), além dos dois autores reportarem que parte da sua produção poética se encontra no jornal *Índia Nova*. Contudo, a sua produção poética mais genial aparecerá em três coleções de poesias que não são citadas por Devi e Seabra, nomeadamente, *Goa-terra minha amada* (1959) e *Poemas de desejo e consolação* (1970), aos quais se adiciona *Ciclo Goês* (1973), posterior à data de publicação de *A literatura indo-portuguesa* (1971).

²⁷⁹ Devi e Seabra, além de Telo de Mascarenhas, referem o nome de José Paulo Diniz, figura sobre a qual não foi possível encontrar nenhuma informação. Dado que é sabido que tanto o jornal quanto o instituto em questão foram fundados por Barreto, Mascarenhas e José Paulo Teles – como justamente Devi e Seabra apontam na página 240 do livro –, suspeita-se que o nome de José Paulo Diniz tenha sido um erro de escrita.

²⁸⁰ Um autor que fez uma leitura da obra de Adeodato Barreto à luz da nostalgia é Georges V. Coelho, no seu ensaio, «Voices of nostalgia in seven Goan poets» (1994), sendo os outros seis poetas Joseph Furtado, Armando Menezes, Manuel C. Rodrigues, Paulino Dias, Floriano Barreto e Nascimento Mendonça.

²⁸¹ A propósito desse aspecto, veja-se o ensaio de Orlando da Costa «Literatura indo-portuguesa: antecedentes e percurso» (1999) analisado no primeiro capítulo desta tese, secção 2.8.

formas classicistas dos seus colegas goeses, eles não se esforçam para cumprir uma leitura crítica que traga o elemento inovador para a reflexão.

Com Mário da Silva Coelho – irmão do contista José da Silva Coelho –, que publicou poesias nos jornais *A Índia Portuguesa*, *A Vida* e no suplemento literário do jornal *A Batalha*,²⁸² fecha-se, para Vimala Devi e Manuel de Seabra, o ciclo da poesia indianista. A geração sucessiva teria estado mais interessada em explorar a própria dimensão interior. Para Devi e Seabra, a partir de Orlando da Costa, Judit Beatriz de Sousa e Vimala Devi, a poesia goesa muda de rumo. De Orlando da Costa são citados os livros de poesias *A estrada e a voz* (1951), *Os olhos sem fronteiras* (1953) e *Sete odes do canto comum* (1955), de Judit Beatriz de Sousa os livros *Destino* (1955) e *Gesto suspenso* (1962), e da própria Vimala, as coleções de poesias *Súria* (1962), *Hologramas* (1969) e *Telepoemas* (1970). Da mesma forma que aconteceu com o livro de contos *Monção*, no capítulo sobre o conto, também no capítulo sobre a poesia do século XX os dois autores preferem transcrever cinco páginas de resenhas, de diferente autoria, dos livros de poesias de Vimala – Walfrido Antão é o único crítico goês a aparecer –, para não correr o risco de reproduzir uma crítica não objetiva.²⁸³

A propósito de crítica literária, falar de poesia é mais uma ocasião, para Devi e Seabra, questionarem a ausência de uma crítica goesa: «Nunca houve em Goa um grande crítico literário como João Gaspar Simões, que definisse critérios e normas e obrigasse os poetas de Goa a trabalhar a sua poesia, que impusesse mesmo uma metodologia crítica» (DEVI & SEABRA, 1971: 327). Se por um lado, esta é uma constatação que possui alguma verdade, por outro lado, temos de pensar que não foi a ausência de crítica a não estimular e guiar os escritores no seu ofício artístico, bem pelo contrário, foi a irregularidade da produção literária goesa a não criar as condições para que se formasse um sistema literário, do qual a crítica é, sem dúvida, uma parte essencial. Lino Abreu, autor dos livros de poesias *Áurea Goa* (1958), *Sombras do amor* (1959) e *A infiel* (1962) é apresentado como um dos casos entre aqueles poetas que teria necessitado de uma orientação crítica, não lhe faltando criatividade e mestria no uso da língua portuguesa.

Para concluir o capítulo sobre poesia do século XX e, com ele, a história literária *A literatura indo-portuguesa*, Vimala Devi e Manuel de Seabra mencionam Hipólito de Meneses

²⁸² Devi e Seabra atestam também que Mário da Silva Coelho tinha muita poesia que ficou inédita. Lembramos que no capítulo sobre o conto, ao falar da obra de José da Silva Coelho, Devi e Seabra mencionam uma troca de informações com o irmão Mário (DEVI & SEABRA, 1971: 220). À luz disso, é provável que aquilo que eles escrevem sobre o poeta tenha sido informação proporcionada pelo direto interessado, sendo que eles não mencionam nem sequer um título das poesias escritas por Mário da Silva Coelho, nem discutem os conteúdos da sua produção lírica. É provável que Devi e Seabra incluam Mário no grupo dos indianistas por ter participado ativamente no jornal *Índia Nova*, não na qualidade de poeta, e por ter convivido, em Portugal, com Adeodato Barreto e Telo de Mascarenhas.

²⁸³ Para os conteúdos dessas resenhas, remete-se para o texto original (DEVI & SEABRA, 1971: 323-327). Aconselha-se, também, a leitura do artigo de Duarte Drumond Braga «The voice of two worlds: lusotropicalism in the context and reception of Vimala Devi's *Súria*» (2019).

Rodrigues, Alberto de Meneses Rodrigues, Carmo Vaz, Alfredo Bragança, Remígio Botelho, Cirano Valles, R.V. Pandit e Laxmanrao Sardessai.²⁸⁴ Destes últimos dois autores vale a pena referir que começaram a se interessar pela língua portuguesa apenas depois de 1961, Pandit auto-traduzindo para o português uma série de poemas originariamente compostos em concani,²⁸⁵ e Sardesai escrevendo poesias em português,²⁸⁶ depois de ter escrito muita prosa narrativa em língua marata, tendo os dois desenvolvido um tipo de poesia muito próxima ao estilo dos neorrealistas.

7. Uma história complexa para uma literatura complexa

Como foi afirmado em diferentes momentos desta tese, *A literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra representa o maior trabalho historiográfico sobre a literatura indo-portuguesa, tanto em termos de extensão, quanto em termos de completude. Depois de termos identificado as principais ideias e abordagens que edificaram a obra, procuraremos agora ver como tais ideias se refletem na sua estrutura, começando pelo seu fim.

Devi e Seabra concluem o seu livro com um género de epílogo intitulado «Perspectivas da língua portuguesa em Goa», em que confessam as suas perplexidades sobre o cultivo da língua portuguesa no futuro em Goa, ao mesmo tempo que falam da possibilidade de a literatura indo-portuguesa continuar a florescer no Concão através de inesperados atores e por meio de formas inusuais, como por exemplo a auto-tradução e o trabalho de autores que até então tinham descurado a possibilidade de escrever em português, como Laxmanrao Sardesai e R. V. Pandit. Além disso, eles partilham as preocupações sobre o meio cultural goês não estar preparado para receber e suportar um eventual novo boom editorial, sendo interessante o facto de eles referirem o Brasil como primeiro mercado editorial que podia estar interessado em apoiar estas novas iniciativas, sugerindo uma aliança que suplanta a antiga relação com a metrópole.

Em 1973, na renomada revista de estudos literários *Colóquios/Letras*, Jacinto do Prado Coelho publica uma resenha de *A literatura indo-portuguesa*, na qual, entre as muitas notas negativas do livro que o crítico realça, é desmontada a hipótese de haver um *revival* da literatura em língua portuguesa em Goa. Prado Coelho questiona, assim, a pergunta lançada por Devi e Seabra²⁸⁷:

²⁸⁴ Devi e Seabra, em jeito de lista, citam outros poetas goeses no parágrafo final do capítulo. Cfr. DEVI & SEABRA, 1971: 352.

²⁸⁵ Noutro contexto de publicação, a autora do presente trabalho interessou-se pelo curioso caso de R.V. Pandit. Veja-se o ensaio «O Oriente em auto-tradução: formas de resistência na poesia de R.V. Pandit» in *Oriente em tradução* (PINTO & ALMEIDA, 2017), em que pondero a possibilidade de ler o trabalho de auto-tradução deste poeta como um caso de auto-etnografia.

²⁸⁶ De Laxmanrao Sardesai foi recentemente publicado o livro de poesias *Avante, Goeses, avante!* (2017), traduzidas do português para o inglês por D. A. Smith.

²⁸⁷ «Quererá isto dizer que, precisamente agora, estamos no limiar de uma grande renascença da cultura de língua portuguesa no Concão?» (DEVI & SEABRA, 1971: 343).

«O que há de esporádico ou circunstancial nestes sintomas e os factores desfavoráveis que, no mesmo capítulo, os Autores não deixam de apontar levam a concluir pelo teor quimérico da esperança que anima a pergunta» (COELHO, 1973: 96). Lembrando o que foi citado do trabalho de Carlos Manuel Ferreira da Cunha (2002) no primeiro capítulo deste trabalho, o estudo de uma história literária deve saber conciliar o entendimento desta enquanto formação discursiva, pela reflexão sobre «os seus objectos, conceitos, modalidades enunciativas e opções estratégicas» (CUNHA, 2002: 28), articulada com as práticas discursivas de entidades exteriores e com a significação da literatura na qualidade de capital simbólico para as comunidades envolvidas. Pelos objetivos do presente trabalho, não nos interessa responder à pergunta de Devi e Seabra e ver se o prognóstico se tornou realidade ou não, mas sim entender o seu sentido na parte do livro onde é colocada, e atender à sua pertinência em relação ao momento em que a obra foi publicada, não ignorando o facto de o livro ter sido financiado pela Junta das Investigações, no início da década de 60.

No início desta tese, olhando para algumas questões teóricas concernentes a história literária entre os séculos XIX e XX, vimos como no modelo narrativo de história literária a parte conclusiva da história coincide, muitas vezes, com o momento auge da literatura, quando esta atinge o seu esplendor, decorrendo a mais completa realização do génio da comunidade – sobretudo no caso das literaturas nacionais. Contudo, de acordo com David Perkins in *Is literary history possible?* (1992), e com os críticos do *organicismo* da história literária de origem schlegeliana, que foi comentado no segundo capítulo (WELLEK, 1963; NEUBAUER, 2007), a literatura, no seu percurso, pode também chegar ao momento do declínio, da morte – para usar uma metáfora biológica, justamente, organológica –, sem algum *happy end* para a sua história.

No caso do livro de Vicente de Bragança Cunha, apesar de termos apontado para uma interpretação teleológica da identidade católica que a literatura indo-portuguesa representaria, não sendo reproduzida uma linha progressiva na narração, esta não leva a nenhum epílogo glorioso, nem a um triste fim. No que diz respeito ao *Esboço* de Filinto Cristo Dias, sendo um caso de história literária com uma periodização bem delineada, o ponto final é estabelecido desde o início do livro: o leitor fica a saber, logo nas primeiras páginas, onde o roteiro historiográfico do padre irá terminar. Talvez não tenha sido por acaso que este tenha escolhido a figura de Sebastião Rodolfo Dalgado para concluir o seu livro, tendo em conta o retrato enaltecido que Dias prepara para o orientalista goês. No caso da conclusão da história literária de Devi e Seabra, há um epílogo que tenta conciliar a triste realidade da gradual abolição do português do circuito das línguas do poder, com um exuberante otimismo para o futuro. Por outro lado, sendo que esse epílogo não é um capítulo numerado, e não faz propriamente parte da estrutura narrativa do livro, notamos que é a poesia lírica do século XX

que fecha o ciclo literário em apreço, no capítulo XVI. É nesta poesia que os escritores goeses foram capazes de expressar-se nos registos mais sofisticados da língua portuguesa e, sobretudo, como os dois autores afirmam no início do dito capítulo, é neste momento, no século XX, que a literatura goesa se torna adulta, conhecendo a glória e a ruína tudo ao mesmo tempo.

Apesar de *A literatura indo-portuguesa* não constar de uma periodização exata – como o *Esboço* de Filinto, por exemplo –, esta se apresenta como uma história literária narrativa, sendo possível discriminar duas linhas de narração ao longo do livro, uma inerente à história geral da literatura – datando as origens depois de um século da chegada dos portugueses – e outra à história de cada género literário. Na leitura da obra que esta tese propôs, os primeiros quatro capítulos foram contemplados enquanto introdução. Estes capítulos, não sendo alheios à estrutura narrativa geral, mas também, não sendo completamente parte da narração da história da literatura, funcionam como suporte ao leitor para este perceber como, aos olhos de Vimala Devi e Manuel de Seabra, o processo de formação da cultura goesa e da literatura indo-portuguesa assume conotações excepcionais. Uma explicação detalhada sobre como ocorreu o processo de enxertia da cultura católica e da língua portuguesa em Goa, com todas as implicações negativas do caso, é a maneira como os autores escolhem abrir o livro, sendo também um pressuposto ao qual fazem referência, no decurso do livro, para fundamentar os seus argumentos.

Como foi examinado, nestes quatro capítulos, são levantadas, ainda, questões identitárias, apresentadas como traços intrínsecos à psicologia dos goeses que, de alguma forma, habilitam Devi e Seabra a avocar o método sociologista para o seu próprio proveito. No *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* de Filinto Cristo Dias, a fundação das escolas paroquiais e dos colégios, e a produção, publicação e circulação dos primeiros textos religiosos em português em Goa, preenchem o primeiro período da história da literatura indo-portuguesa. Esta fase, na opinião do padre de Chinchinim, representava o início da história da literatura de Goa, enquanto no livro Devi e Seabra, é apenas o preâmbulo, a preparação das bases daquela que virá a ser, primeiro, cultura goesa e, posteriormente, indo-portuguesa.

O estabelecimento de um ponto de partida da literatura indo-portuguesa é uma preocupação bastante evidente no livro de Devi e Seabra, e os quatro capítulos introdutórios são importantes, justamente, para situar as circunstâncias históricas em que esta literatura surge. No entanto, a atenção que os autores prestam ao contexto histórico não lhes permite compilar uma história literária linear a partir das origens, mas, pelo contrário, Devi e Seabra encontram-se constrangidos a recuar em diferentes momentos do livro, admitindo os insucessos da literatura indo-portuguesa. Um exemplo disso, ao falar dos romances *Os Brahamanes* e *Jacob & Dulce*, eles assumem que Francisco Luís Gomes e Francisco João da Costa não tiveram continuadores; outro exemplo é quando falam da

ausência de crítica literária em Goa, lançando luz sobre um cenário cultural que não beneficiou dos devidos cuidados, e que se assentou, na sua opinião, na conveniência das relações familiares.

Relativamente às lacunas deixadas por Filinto Cristo Dias que Devi e Seabra, na nota prefacial, dizem que querem preencher, (DEVI & SEABRA, 1971: 5), a preocupação com o reenvio de um quadro histórico reconstruído de modo fidedigno é uma das grandes diferenças entre *A literatura indo-portuguesa* e o *Esboço*. No seu livro, Dias organiza a história literária em períodos bem delimitados. Estes períodos estão marcados por datas, mas não constam de nenhuma descrição. Umas exceções poderiam ser a secções «A fisionomia mental de Goa no século XIX», do capítulo II do segundo período, e «Conspecto geral da cultura na segunda metade do século XIX», do capítulo IV do terceiro período. Contudo, estas não contemplam mais do que algumas alusões ao panorama sócio-cultural goês da época, faltando-lhes uma problematização da relação entre os autores, as obras e o contexto de produção e receção – devendo ser citados, também, os casos em que a receção foi escassa ou nula.

Nesse sentido, a ocorrência de Devi e Seabra optarem por uma periodização *silenciosa* constitui uma vantagem na economia da obra, dado que a descontinuidade dos fenómenos literários não possibilita estabelecer uma nítida separação entre predecessores e sucessores. Além disso, como foi possível ler ao longo deste trabalho, se bem que se pôde contar com grupos de intelectuais que se juntaram à volta de revistas literárias e culturais – como o caso da *Ilustração Goana* – e também com a presença de algumas personalidades mais carismáticas que influenciaram a produção literária goesa em determinados momentos – como por exemplo, Bernardo Francisco da Costa, Júlio Gonçalves, Cunha Rivara ou Tomás Ribeiro –, não se registam na história literária de Goa de língua portuguesa verdadeiros movimentos ou escolas literárias. Talvez uma exceção pudesse ser representada pelo indianismo e pelos grupos de intelectuais goeses ligados à revista *Luz do Oriente*, em Goa, e ao jornal *Índia Nova*, em Portugal, tendo os dois grupos objetivos bastante claros pelo que concerne a divulgação da cultura hindu entre os goeses.²⁸⁸ Porém, apesar da partilha de preocupações e interesses, desde o ponto de vista da originalidade da criação literária não houve uma tendência estética coletiva tão forte para ser pensada como uma escola. Também não parece muito convincente o argumento de Devi e Seabra que considera os poetas que escreveram no início do século XX, como Cristovão Aires, enquanto recuperadores da tradição indianista inaugurada por Leonardo Pais e

²⁸⁸ Esta afirmação não quer igualar as experiências representadas pelas duas publicações periódicas, considerando a divergência dos dois contextos culturais em que surgiram – Portugal e Goa – e tendo em conta o facto de que a *Luz do Oriente* foi principalmente animada por intelectuais goeses hindu, graças ao maior acesso ao espaço público possibilitado pelas mudanças trazidas pela Primeira República. Contudo, como o trabalho de Sandra Lobo (2009; 2013; 2018) faz refletir, as duas são filhas de um momento histórico bem preciso em que o nacionalismo indiano começava a brotar não só na Índia, mas também na Europa graças aos intelectuais indianos expatriados.

António João de Frias, religiosos cujas intenções de escrita vinham sendo impulsionadas, no século XVIII, por outros tipos de necessidades.

Orlando da Costa, no ensaio que mencionamos no primeiro capítulo desta tese, «Literatura indo-portuguesa contemporânea: antecedentes e percurso» (1999), estabelece balizas temporais a partir da determinação de *um antes e um depois* de Adeodato Barreto, mas o lapso temporal que ele toma como objeto de análise é bastante restrito, abarcando apenas o período contemporâneo – nomeadamente, os primeiros setenta anos do século XX. No caso das obras de António João de Frias (1701) e Leonardo Pais (1713), duvida-se que estas tinham servido de inspiração para o grupo de poetas indianistas, à luz do facto de que, como os próprios Vimala Devi e Manuel de Seabra lamentam (DEVI & SEABRA, 1971: 131), essas obras foram publicadas em Lisboa e, por isso, circulando de forma limitada em Goa, não teriam tido a capacidade de influenciar o meio intelectual goês. Sem rebaixar o valor dessas obras, acredita-se que não seria possível considerar os dois autores como os precursores de uma tradição literária indianista, à luz do facto de, como escrevem Ângela Barreto Xavier e Ines G. Županov em *Catholic Orientalism* (2015), eles se terem apoiado, maioritariamente, em fontes bibliográficas portuguesas e não hindu.

Apesar de tudo, a periodização que se depreende da estrutura do livro, sendo bastante fluida e não rígida como aquela do *Esboço*, permite aos dois autores *ir e voltar* no tempo, nos diferentes capítulos dedicados aos vários géneros literários. Por outro lado, a compilação de metade do livro usando o critério dos géneros literários não resultou numa ideia feliz, sendo que, em muitos momentos do livro, a escolha de classificar determinados autores e obras sob um género literário ou outro não é explicada, provocando bastante transtorno ao leitor. Os próprios autores de *A literatura indo-portuguesa*, no início do capítulo sobre o ensaio, declaram que em Goa, nunca houve entre os escritores uma consciência de géneros literários, confessando assim os problemas que tiveram de enfrentar para arrumar os materiais encontrados. Isto passa-se sobretudo nos capítulos sobre crítica literária, ensaio, jornalismo e ciências auxiliares da história – como foi já mencionado –, onde a distinção entre géneros literários e textuais parece ser bastante confusa.

Devendo lidar com um *corpus* textual bastante amplo é plausível que os autores se tenham deparado com alguns impasses difíceis de ultrapassar. Contudo, uma organização diferente, não baseada em géneros literários talvez os tivesse auxiliado. De facto, como a própria Vimala Devi falava na entrevista ao jornal *A Vida* em 1967,²⁸⁹ a copiosidade dos materiais levantados, obrigou-os a escrever uma obra que se estava a tornar mais numa história da cultura do que da literatura indo-

²⁸⁹ Veja-se a secção 3 do presente capítulo.

portuguesa. Voltando a invocar a *abrangência* como elemento caracterizante das histórias literárias de Goa e da produção textual, que no primeiro capítulo desta tese foi definida como *à margem* da história literária, a natureza heterogênea dos textos que são enquadrados como componentes da literatura indo-portuguesa complexifica as hipóteses de pensar numa história literária organizada por gêneros literários. Por essa motivação, a estrutura privilegiada por Devi e Seabra, por vezes, compromete o funcionamento da obra.²⁹⁰

Em segundo lugar, vamos discutir a questão dos critérios de inclusão. No segundo capítulo desta tese, escrevemos que Joana Passos (2012) foi a primeira investigadora a se preocupar com a delimitação de um cânone goês de língua portuguesa, oferecendo uma explicação fundamentada na teoria elaborada pelos estudos pós-coloniais. Na realidade, também Devi e Seabra demonstram uma apreensão para a determinação de critérios que possam ajudar a compilar um cânone de escritores indo-portugueses. No capítulo «Os primeiros escritores goeses em língua portuguesa», na nota 5, eles colocam uma pergunta relativa à pertinência de classificar os escritores de acordo, e apenas, com o seu lugar de nascimento ou descendência familiar. Eles afirmam: «Não pretendemos solucionar o problema, que levanta também dúvidas quanto a Moniz Barreto, o qual, na sua obra, não tratou de problemas especificamente goeses, tendo apenas nascido na Índia e aí vivido os primeiros anos da sua vida. Mas cabe agora uma pergunta: será necessário classificar os homens desta maneira?» (DEVI & SEABRA, 1971: 110). Por outro lado, Devi e Seabra aparentam um rigoroso escrúpulo em partilhar com o leitor as incertezas respeitantes à naturalidade dos autores, como o paradigmático caso de Moniz Barreto. Talvez esta atenção seja manifestada porque, no fundo, há alguma importância, para eles, ilustrar claramente os critérios que cumpriram para a compilação do seu livro, estando conscientes de que a existência de um cânone, edificado conforme critérios de inclusão e exclusão, é a base para a elaboração de uma história literária convencional. O estabelecimento de critérios determina a legitimidade dos escritores a ser definidos enquanto representantes de uma literatura.

Relacionando tal pergunta com a leitura global do texto, pode-se afirmar que os autores não conseguiram facultar uma resposta a essa complexa conjectura. Porém, pode-se alegar que a sua

²⁹⁰ Filinto Cristo Dias tinha conjugado a periodização com o aparecimento dos gêneros literários, a partir do terceiro período. Lourdino A. Rodrigues in «Goan literature of Portuguese language» (1976) – veja-se o primeiro capítulo, secção 2.7 – tinha seguido o exemplo do seu mestre, porém, ele introduzia a categoria *ficção* onde juntava o romance ao conto. A escolha de Rodrigues é interessante por ser uma solução para o problema da exiguidade do romance na história literária indo-portuguesa, evitando, dessa forma, que as obras historiográficas contemplem um capítulo lacunar sobre esse género. Sobretudo, isso poderia evitar que os compiladores se sintam forçados a preencher a história de uma literatura que não teve muitos romances, seguindo os moldes da história de uma literatura na qual o romance foi um dos gêneros privilegiados.

história literária *A literatura indo-portuguesa* faz dessa ambiguidade o seu ponto forte. Ainda que Devi e Seabra não voltem a falar de cânone ao longo do livro, nem da legitimidade de um autor pertencer ou não à literatura indo-portuguesa, por meio da leitura dos nomes que incluem na obra, pode-se perceber que o cânone de Devi e Seabra não é formado apenas por autores católicos que escreveram em português – como em *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* (CUNHA, 1926) e *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* (DIAS, 1963) –, mas eles incluem, também, autores goeses hindus que escreveram em português e em marata, o que constitui uma novidade absoluta para a historiografia da literatura de Goa. De facto, no caso de Devi e Seabra, não se trata de uma história literária exaustiva apenas nos termos de serem considerados os mais diversificados géneros literários, textuais e campos de estudos, mas sobretudo pela *abrangência* representada pela própria aceção *literatura indo-portuguesa*. Nesse sentido, há uma questão que fica irresoluta, que interessa a razão que levou Devi e Seabra a incluírem os escritores hindus na sua história literária.

Esta razão pode estar relacionada com a necessidade de demonstrar o *milagre sociológico* goês, uma sociedade católica formada pela ação dos portugueses, a qual, a um certo ponto da sua história – designadamente, a partir da Primeira República –, se demonstra aberta à participação dos hindus para a sua condução. Em consequência, esta motivação pode estar relacionada com o uso do método sociologista e do lusotropicalismo de Gilberto Freyre. Com efeito, sendo a sociedade indo-portuguesa descrita, no livro, como o resultado de uma política de colonização assimilacionista, o aparecimento da comunidade hindu na sua história literária pode ser entendido como evento orgânico e natural. Nesse seguimento, a representação da literatura indo-portuguesa como expressão de uma sociedade híbrida poderia ser o *telos* dessa história literária; uma história em que atores com identidades culturais diferentes confluem naquilo que é o *milagre sociológico* goês. Como criticava Hans R. Jauss (1994) na historiografia literária nacional alemã, há uma ideia fundamental que atravessa todos os eventos que cadenciam a história de uma literatura, que se manifesta em todas as obras, ligando uma com outra num relacionamento perpétuo. O conflito identitário vivido pelo goês e a impossibilidade de solução é uma questão que surge ciclicamente no livro, acompanhando a apresentação de diferentes obras e autores e mostrando a literatura indo-portuguesa univocamente como expressão da sociedade que a produz, ideia que, na opinião de Cunha (2002), foi um dos principais conceitos que questionou a plausibilidade epistemológica da história literária.

Estabelecendo uma ligação entre o início e o fim, poderíamos refletir que se o *Ursprung* dessa história literária é marcado tragicamente pela conversão forçada dos hindus ao catolicismo, é aos escritores hindus que é delegado o seu futuro. Laxmanrao Sardessai, Ananta Rau Sardessai e R. V. Pandit, tanto na escrita original quer na tradução, são os escritores em quem Devi e Seabra confiam para que a literatura indo-portuguesa não se perca nos meandros de um arquivo empoeirado.

Tendo em conta o peso da agência de fomento e o delicado momento histórico em que esta história literária é publicada – durante a Guerra Colonial –, o desfecho não podia ter um final definitivo, uma morte irreversível. *A literatura indo-portuguesa* expressa, com efeito, as preocupações de um poder colonial em fase de decadência. Porém, apelar para a esperança de um ressurgimento das letras em português em Goa, pela mão de escritores hindus, bem como de outros atores que se demonstraram ativamente adversos à presença portuguesa na Índia, como Evágrio Jorge, é uma solução que, num plano hipotético, pode ter agradado à Junta das investigações do Ultramar e, simultaneamente, constitui um final semifeliz para a história literária em causa.²⁹¹

Tendo referido o nome de Evágrio Jorge, não podemos deixar de voltar à resenha do livro feita por Walfrido Antão, já citada. O contista goês ao mesmo tempo que lamentava a falta de textos jornalísticos na antologia em anexo à história literária de Devi e Seabra, lembramos que escrevia da coragem que os dois tinham tido para incluir nomes de *freedom fighters* na própria obra, motivação pela qual ele acreditava nas boas intenções que eles tinham de «conhecer o humus goês e sua expressão literária» («Vozes tímidas ou bilhete ao Amedeu», *O Herald*, 29 de outubro de 1972). Prestando atenção à observação de Walfrido Antão, poderíamos pensar que a inclusão de hindus e *freedom fighters* no livro *A literatura indo-portuguesa*, poderia ter ocorrido, simplesmente, pela genuína vontade de preencher um repositório historiográfico da literatura goesa que fosse o mais exaustivo possível, descurando o eventual perigo de serem censurados.

É oportuno, em jeito de conclusão, atender, também, à crítica que Jacinto do Prado Coelho movia à Vimala Devi e Manuel de Seabra: «Sobejou aos Autores em devoção o que lhes falta em preparo adequado; a construção historiográfica revela certo amadorismo, o exame dos textos é superficial, feito sem instrumentos críticos hoje ao nosso dispor, a linguagem utilizada apresenta sinais de imaturidade» (COELHO, 1973: 95). Além disso, Prado Coelho denuncia a pouca objetividade dos autores em relação a alguns juízos que eles emitem, que não estariam «tão isentos de ideologia polémica, como seria para desejar em obra que se pretende de História Literária» (COELHO, 1973: 95); e mais, ele reporta a falta de elegância que os dois demonstraram em dedicar à Vimala «seis páginas e meia, preenchidas com um estendal de elogios, como se faz nas badanas autopublicitárias dos livros, e a mesma Vimala Devi figura com dezassete trechos na Antologia» (COELHO, 1973: 95), em detrimento de outros autores dignos de louvor como Orlando da Costa e

²⁹¹ É interessante comparar o final preparado por Devi e Seabra para a literatura indo-portuguesa, com aquele de Lourdino A. Rodrigues, o qual escreve apenas seis anos depois deles. Contrariamente a Devi e Seabra, como vimos no primeiro capítulo desta tese, Rodrigues não acreditava num *revival* da literatura de língua portuguesa em Goa. Contudo ele insistia na recuperação desse arquivo literário por ser, de qualquer jeito, o testemunho da história dos goeses. Ao mesmo tempo, Rodrigues defendia a aprendizagem da língua portuguesa para que as gerações do futuro possuíssem as ferramentas para ler e interpretar tal arquivo.

Nascimento Mendonça. Jacinto do Prado Coelho conclui o assunto dizendo: «Factos destes desqualificam ingenuamente uma obra» (COELHO, 1973: 95), provavelmente aludindo à falta de objetividade dessa história literária.

Finalmente, acabamos o capítulo dedicado ao livro *A literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra dizendo que, apesar de todas as incongruências, as possíveis negligências cometidas pelos autores e as suas opiniões por vezes facciosas, é preciso reconhecer que as falhas não se deveram somente ao facto de esse ser o primeiro trabalho a ambicionar um nível de compreensão da literatura de Goa tão profundo – e o tempo que lhe foi exigido para a procura dos materiais, muitas vezes inacessíveis, prova a meticulosidade com que o trabalho foi levado para a frente. Acredito que as imperfeições dessa obra refletem a própria fragmentariedade e complexidade da literatura que Devi e Seabra quiseram resenhar e historiar. Talvez o *erro* – se de um *erro* se pode definir – foi o de ter pretendido de acompanhar uma ideia de história literária demasiado vinculada a um modelo pensado para um sistema literário unitário e coerente.

Conclusões

1. Comparando histórias

De acordo com aquilo que foi proposto na introdução do presente trabalho, o principal objetivo desta tese era o de analisar e comparar três obras que se enquadram no âmbito historiográfico da literatura goesa de língua portuguesa, e que se configuram enquanto obras pioneiras na sistematização historiográfica desta literatura, sendo que tal carácter pioneirista assume conotações diferentes em cada obra. No caso de *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* de Vicente de Bragança Cunha, a originalidade consiste no facto de ele ter unificado, sob o nome de literatura indo-portuguesa, uma produção textual dispersa, e ter relacionado as obras literárias com diferentes aspectos que concerniam a sociedade católica de Goa. O *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* do padre Filinto Cristo Dias é uma obra pioneira, neste contexto de estudo, por ter sido a primeira a operar a sistematização da literatura indo-portuguesa aplicando um conceito definido enquanto *história da literatura*. Finalmente, *A literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra aporta uma novidade bastante importante relativamente às obras anteriores, por adotar uma conceção ainda mais abrangente de literatura indo-portuguesa, não apenas no sentido de incluir todos os géneros literários e textuais que foram explorados em Goa, mas também na medida em que incluiu todos os autores goeses registáveis, prescindindo da cultura identitária destes e, com poucas exceções, contemplando algumas escritas de língua marata.

Ao longo deste trabalho, nos três capítulos dedicados respetivamente às três obras, nomeadamente, na secção final de cada um, procedi a um levantamento dos pontos considerados mais problemáticos de cada livro, e quando foi possível e apropriado, à comparação da obra com as obras predecessoras. Contudo, isto foi possível sobretudo na parte final do quinto capítulo dedicado ao livro de Devi e Seabra, quando o quadro de referências ao qual se poder apelar foi mais completo. Nesse sentido, privilegiou-se a comparação das preocupações partilhadas pelos autores, dos problemas identificados à luz da teoria da história literária e, no caso de Devi e Seabra, olhou-se para a maneira com que estes leram e interpretaram o trabalho dos seus predecessores e, a partir daí, observou-se a estratégia utilizada para ultrapassar as dificuldades encontradas, que os próprios historiadores literários foram explicitando ao seu leitor na sua obra.

No presente momento deste trabalho, em jeito de epílogo, a comparação interessará as três obras numa visão global, sendo *necessariamente* inevitável recorrer à repetição de algumas ideias já previamente expostas. Neste breve momento comparativo, irei retomar alguns pontos fixados no primeiro capítulo, como a importância de observar a voz do autor no texto, olhando como este se

coloca perante o próprio objeto de estudo; o registo da escrita; a referência a discursos políticos ou âmbitos epistemológicos específicos; a determinação da origem; a *narratividade* e a *abrangência*; o nível de espelhamento na literatura da sociedade representada.

Comparando as três obras, aquela de Vicente de Bragança Cunha é a voz mais explícita a aparecer no livro, sendo a sua presença rastreável em dois níveis de leitura do texto. Em primeiro lugar, na contínua auto-citação de escritas previamente publicadas, a qual acontece tanto no corpo do texto quanto nas notas de rodapé. Em segundo lugar, a posição do autor é manifestada no tom que este utiliza para expressar as próprias opiniões relativamente a *figuras e factos* comentados, introduzindo-nos, desde logo, para a questão do registo da escrita.

O registo adotado por Bragança Cunha alterna o carácter polémico, com o qual comenta os acontecimentos da política local e as mudanças sociais, as falhas da historiografia disponível sobre a Índia Portuguesa e, em geral, a tendenciosidade da literatura – no sentido lato –, com a atitude sentimentalista com que apresenta a poesia indianista e com que intenta motivar os indo-portugueses para escrever mais e contribuir, assim, para a literatura nacional. Os dois níveis em que a voz se torna mais clara, ou seja, os momentos da auto-citação e da expressão da opinião pessoal, são fundamentais para entender como Bragança Cunha encara a literatura indo-portuguesa. A literatura é considerada uma parte essencial da sociedade, sendo, também, uma prova da emancipação intelectual desta. Encontramos esta ideia – às vezes explícita, às vezes implícita – em vários momentos de *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos*. Por exemplo, essa ideia sobressai quando o autor fala da necessidade de haver publicações periódicas de elevada qualidade cultural para «enriquecer e aumentar o nucleo de ilustração do seu espírito» (CUNHA, 1926: 17) e abrir as mentes; no capítulo em que ele aprecia os poetas indianistas, inclinando-se para uma leitura etogénica dessa poesia (CUNHA, 1926: 4-8); quando toma os exemplos de Moniz Barreto (CUNHA, 1926: 1-3) e Gerson da Cunha (CUNHA, 1926: 29-30) enquanto modelos de indo-portugueses empenhados na celebração da pátria portuguesa, apesar das circunstâncias da sua expatriação; quando apela para a escrita de uma história indo-portuguesa, e de uma história da empresa portuguesa na Índia, a partir da iniciativa interna e local. À luz disso, produzir literatura – seja esta poesia lírica, crítica, historiografia ou jornalismo – é considerado, por Vicente de Bragança Cunha, um dever de cada indo-português, e a contínua auto-citação é sinal de que ele se coloca entre aqueles que já exercitaram tal dever. Em última instância, o próprio livro em si, constituído por artigos previamente publicados, assume um altíssimo valor autorreferencial.

Finalmente, podemos apontar para o facto de o autor não enquadrar o seu livro em nenhum âmbito epistemológico específico, sendo uma recopilação de artigos. Contudo, como ele próprio escreve no prólogo, Bragança Cunha lida com «factos literários» (CUNHA, 1926: III), demonstrando

que o seu entendimento de literatura indo-portuguesa supera os limites impostos pela literatura creativa e recreativa, com valência estética. O uso das obras literárias para comentar eventos históricos ou problemas intrínsecos à sociedade indo-portuguesa indica a profundidade do nível de representatividade que essa literatura encarna. A literatura indo-portuguesa é representativa da identidade cultural de quem a produz, tendo também um valor explicativo dos factos que conotam e conotaram a sua existência. Nesse sentido, apesar de não ser propriamente um livro de história da literatura, *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* cumpre as duas funções que David Perkins (1992: 13) acredita serem o essencial da história literária, ou seja, explicar e representar.

Em *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*, a voz do seu autor é mais discreta. Raramente Filinto Cristo Dias fala na primeira pessoa – primeira pessoa plural –, e a presença de outros textos seus no livro não é fácil de identificar, sendo que, contrariamente ao que acontece com Vicente de Bragança Cunha, nunca há auto-citação dos artigos oriundos da «Secção literária», sendo estes englobados naturalmente no corpo do texto. Esta afirmação refere-se tanto ao *Esboço* da edição unificada de 1963, quanto à versão fragmentada pelo *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa* (1957-1963).

Porém, entre as três obras que analisámos, talvez a de Filinto Cristo Dias é aquela que mais apresenta um comprometimento pessoal do seu autor. Pelos comentários que o padre agencia à obra dos vários escritores, é possível notar que a sua posição perante o seu objeto de estudo é caracterizada por uma tendência sentimentalista, a qual, até nos casos de reproche, sai à tona por meio de um género de paternalismo pedagógico. O tipo de posição que Filinto adquire é a de um educador. Com razão, consciente da importância da literatura na vida dos homens, esta também entendida com valor edificante e didático, ele presta atenção à questão da forma, evidenciando uma preocupação constante pelo uso correto da língua portuguesa, sem, contudo, negligenciar a parte relativa aos conteúdos, os quais deviam ser exemplos de justeza e moralidade.

Podemos também afirmar que apesar da *captatio benevolentiae* da advertência preambular, em que Filinto Cristo Dias diz que se trata apenas de um trabalho incipiente, ele está ciente de que está a escrever uma história literária. Daí o cuidado de organizar o livro em períodos e géneros literários. Poderíamos dizer que do mesmo tipo de pensamento procede a preocupação de determinar as origens da literatura indo-portuguesa, as quais são colocadas no início da formação de falantes de língua portuguesa, nomeadamente, com a fundação das escolas católicas. Nesse seguimento, podemos pensar que Filinto conhecia, muito provavelmente, os padrões convencionais da história literária, ao mesmo tempo que sabia a importância desse tipo de obra no processo de legitimação e afirmação tanto de uma literatura, quanto da comunidade que está por detrás. Por isso,

diferentemente do livro de Vicente de Bragança Cunha, o âmbito em que se enquadra o livro é o da história literária. Por outro lado, como notava Orlando da Costa (1999), o *Esboço* é uma obra em que a periodização e o andamento da narrativa são excessivamente pautados pela história da Igreja em Goa e, adiciona-se, da contribuição da comunidade católica, descurando outras entidades e identidades que desenvolveram um papel fundamental na formação de uma literatura goesa em língua portuguesa.

A *literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra bebe, de alguma forma, do trabalho dos seus predecessores. A *abrangência* de gêneros literários e textuais é, certamente, herdeira dos trabalhos de Jacinto Caetano Barreto Miranda e Vicente de Bragança Cunha, embora a *abrangência* de autores vá além da língua portuguesa e da identidade católica dos escritores goeses. Igualmente, Devi e Seabra foram leitores da obra de Filinto Cristo Dias, na medida em que esta é o estudo literário mais citado no livro – junto com o livro de Ethel Pope (1937) –, do qual tomam inspiração para a estruturação dos capítulos.

Ainda que um dos seus autores seja de procedência goesa, *A literatura indo-portuguesa*, entre as três obras do *corpus* ativo desta tese, é aquela em que o envolvimento emocional da voz autoral é menos sentido. Durante o livro todo, Devi e Seabra permanecem distantes do seu objeto de estudo, sendo que os únicos momentos em que a personalidade dos autores é exposta de maneira mais nítida é ao falar das dificuldades encontradas na investigação, bem como na arrumação dos materiais. Algumas posições dos autores relativamente às problemáticas peculiares da sociedade e da literatura indo-portuguesa são, na maioria dos casos, justificadas mediante a fundamentação em fontes autorizadas – como no caso da história da Inquisição em Goa, e a incidência negativa deste evento na formação cultural e literária dos goeses –, enquanto, quando isso não acontece, as opiniões dos autores são conclusões que eles retiram da leitura das obras que abordam utilizando as próprias ferramentas críticas.

Porém, não se encontram, contrariamente aos textos de Vicente e Filinto, manifestações de sentimentos e emoções, optando os dois autores por uma linguagem bastante técnica que favorece e fortalece o teor científico da sua história literária. O lugar e as circunstâncias de publicação da obra são *outras* relativamente aos contextos em que se inserem os livros predecessores. Se Jacinto Caetano Barreto Miranda, Vicente de Bragança Cunha e Filinto Cristo Dias escrevem, respetivamente, sobre progresso literário, literatura indo-portuguesa e história literária por comprovar a existência de uma produção literária em Goa, fruto da inteligência dos membros das elites católicas, demonstrando uma espécie de estado de maturidade em referência à relação com a metrópole, *A literatura indo-portuguesa* é filha de outras preocupações. Vimala Devi e Manuel de

Seabra estão interessados em compilar uma obra que tenha sobretudo valor de repositório e, ao mesmo tempo, de estudo crítico. No início da década de 60, quando os autores principiam as suas pesquisas e obtêm o financiamento pela Junta das investigações do Ultramar, a literatura indo-portuguesa não tinha sido ainda estudada na Europa, sendo o seu conhecimento no meio cultural e literário europeu bastante restrito e limitado a poucos nomes. Por isso, é provável que Devi e Seabra tenham tido a vontade de marcar uma espécie de posição monopolista em relação ao seu objeto de estudo. De facto, como se pode inferir da entrevista com Vimala Devi em anexo, a visão universalista que Manuel de Seabra tinha do mundo o levou a explorar o seu interesse pelo estudo de literaturas pouco conhecidas ou ainda não estudadas em Portugal, tendo sido o compilador de antologias de textos procedentes da poesia soviética, catalã e de poesia visual, entre outras literaturas. Simultaneamente, Vimala Devi vinha-se afirmando no meio intelectual português em qualidade de poeta moderna e, talvez, o desejo de compilar uma história da literatura indo-portuguesa naquela altura é decorrente da necessidade de apresentar o contexto formativo da autora e, em consequência, um género de literatura de afiliação ou – porque não? – de tradição literária de afiliação. À luz disso, poderíamos apontar, essencialmente, para um interesse intelectual e profissional dos dois autores.

Contudo, a presença do lusotropicalismo obriga-nos a tirar ulteriores conclusões. Depois de quase doze anos de investigações, o momento em que Devi e Seabra conseguem publicar o livro, em Portugal, coincide com um momento de crise da língua portuguesa em Goa e, também, com o apogeu da Guerra Colonial em África, um teste decisivo para o regime autoritário do Estado Novo e para o colonialismo português. No livro de Devi e Seabra, o lusotropicalismo de Gilberto Freyre, como temos apurado, desenvolve uma função epistemológica, sendo o método sociologista adotado por Devi e Seabra significativamente devedor do pensamento do sociólogo brasileiro. O lusotropicalismo ajuda a descrever o tipo de sociedade que produz a literatura em causa, o misterioso *milagre sociológico*, mas também ajuda ao estabelecimento e à compreensão do processo de formação da literatura indo-portuguesa. Nesse sentido, a demarcação das origens são importantes para operar, ao longo do livro, uma confirmação dos valores híbridos que estariam na base da sociedade indo-portuguesa. Finalmente, a literatura indo-portuguesa, nesta história literária, não é o espelho de uma comunidade coincidente com uma identidade forjada na base de uma cultura religiosa específica, mas sim é espelho de uma comunidade coincidente com uma identidade forjada no seguimento de uma exitosa empresa colonial. Não nos é dado a saber se Devi e Seabra usaram o lusotropicalismo como colante teórico para fortalecer a narração da história literária, ou se foi simplesmente uma referência a uma abordagem que podia agradar a agência de fomento do projeto. Embora a dúvida fique, e apesar da instabilidade da cultura de língua portuguesa em Goa e o possível

esgotamento da produção literária em português assumidos como problemas no capítulo-epílogo, a visão preponderante sobre a literatura indo-portuguesa que emerge pela leitura global da obra é a própria visão do lusotropicalismo.

2. Literatura indo-portuguesa: um nome, três ideias de literatura

No segundo capítulo desta tese, apreciamos o questionamento que Joana Passos (2012), em primeiro lugar, seguida por Helder Garmes e Paul Melo e Castro (2014), fizeram do nome *literatura indo-portuguesa*, por razões de natureza distinta.²⁹² Depois da análise das três obras de Vicente de Bragança Cunha, Filinto Cristo Dias, Vimala Devi e Manuel de Seabra, podemos afirmar que o uso do nome *literatura indo-portuguesa* difere em cada obra, ao ponto de podermos dizer que um só nome designa três ideias diversas de literatura. Se os quatro autores concordam com uma compreensão de literatura que vai além da narrativa ficcional e da poesia, eles apresentam visões discordantes no que concerne a identidade dos atores engajados na afirmação da literatura indo-portuguesa, bem como na significação desta.

Como temos já reparado, Vicente de Bragança Cunha talvez tenha sido o primeiro a utilizar o nome *literatura indo-portuguesa*. Em 1919, no primeiro número da rubrica «Literatura indo-portuguesa», publicada no jornal *A Índia Portuguesa*, ele escrevia que tal literatura era um género de prolongamento natural da literatura portuguesa; enquanto, na edição unificada e revista de 1926, Vicente não reitera essa ideia, mas insiste igualmente, em diferentes níveis do seu discurso, para que os indo-portugueses participem da construção de um espaço literário nacional de construção mútua entre metrópole e colónia. Nesse sentido, os atores envolvidos na produção textual em português que ele define como literatura indo-portuguesa são aqueles que integram a comunidade católica de Goa, sejam eles originais de Goa, luso-descendentes ou portugueses que aí residem. Daí que a literatura indo-portuguesa seja representativa apenas dessa comunidade em questão.

No seu livro, Filinto Cristo Dias faz questão de explicar ao leitor, desde logo, o «Conceito de história da literatura indo-portuguesa», o qual envolve a produção textual dos escritores goeses que escolheram a língua portuguesa como meio de expressão literária, sendo esse pensamento direcionado apenas para os membros da comunidade católica, como se depreende da leitura geral do livro. Como temos constatado, o padre rompe quase imediatamente com o critério exposto no «Conceito», incluindo, no *Esboço*, também autores portugueses que escreveram sobre Goa e a partir

²⁹² Vejam-se as secções 2 e 5 do segundo capítulo.

de Goa, como já tinha feito Vicente de Bragança Cunha. Relativamente a este último, a diferença substancial é que Filinto pretendia resenhar apenas a literatura local, e acaba por considerar a produção literária dos portugueses em questão como parte da literatura indo-portuguesa. Pelo contrário, no livro de Bragança Cunha o processo tinha sido o inverso, sendo os autores indo-portugueses os que integram a literatura portuguesa.

No caso de *A literatura indo-portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra, a questão do nome complexifica-se. Sob o nome *literatura indo-portuguesa* estão contempladas todas as obras literárias produzidas por goeses, tanto católicos quanto hindus, e por luso-descendentes e portugueses, introduzindo, com algumas exceções, textos de língua marata. À luz disso, poder-se-ia ponderar que Devi e Seabra tenham optado pela possibilidade generalizadora de incluir sob esse nome toda a literatura geral produzida durante a presença colonial portuguesa na Índia, prescindindo da identidade cultural dos seus autores. Nessa sequência, a literatura retratada está diretamente ligada à ação dos portugueses na Índia e, por esse motivo, justifica-se o uso do lusotropicalismo. Se o lusotropicalismo de Gilberto Freyre serviu ao regime salazarista, na década de 50, para explicar a tipologia de relações humanas que estavam na base das sociedades formadas a partir da colonização portuguesa, Devi e Seabra empregam as mesmas ideias para falar de um dos resultados mais emblemáticos do êxito desse modelo societário: a literatura indo-portuguesa.

Pela sua associação ao lusotropicalismo na história literária de Vimala Devi e Manuel de Seabra, o nome *literatura indo-portuguesa* sai prejudicado, e é possível que o questionamento a que foi submetido na última década proceda da desconfiança sentida na leitura desse nome ao lado de um pensamento que outrora foi o último recurso, *o barco salva-vidas*, do colonialismo português.

Depois da análise das três obras, julgo que o nome *literatura indo-portuguesa* não pode ser reenviado para uma única aceção, mas para muitas, bem como a sua história não pode estar vinculada a um único conceito. Cada aceção é para ser avaliada no seu contexto de uso, e no momento histórico em que a reflexão é produzida. O que é *literatura indo-portuguesa* para Vicente de Bragança Cunha não é aquilo que Filinto Cristo Dias entendia no seu «Conceito da história da literatura indo-portuguesa», o qual, por sua vez, discorda do conceito de história literária que Vimala Devi e Manuel de Seabra aplicam. Tomando em consideração as críticas de Joana Passos (2012), Helder Garmes e Paul Melo e Castro (2014), reparamos que entre as três abordagens das obras analisadas nesta tese, talvez a única que transmite a ideia de que a *literatura indo-portuguesa* descreve a literatura goesa em português enquanto mero anexo da literatura portuguesa seja a de Vicente de Bragança Cunha, pelas motivações que foram várias vezes ilustradas no presente

trabalho. Contudo, a importância que este autor dá à participação dos atores locais na movimentação da vida literária da sua comunidade, devolve ao nome *literatura indo-portuguesa* um valor de referência local, goês.

3. O que fazer com estas obras?

Os muitos aspectos problemáticos e contraditórios que as três obras apresentam, assim como algumas falhas de rigor crítico e de imparcialidade presente nalgumas abordagens dos seus autores, não invalidam a importância de estudá-las. Da mesma forma, preconiza-se que seria igualmente proveitoso reeditar alguns dos textos *à margem* da história literária que foram citados no primeiro capítulo, talvez em volumes antológicos dedicados exclusivamente à literatura crítica de Goa.

Na qualidade de objetos de estudo, ulteriores trabalhos de investigação poderiam ser conduzidos sobre os três livros, aprofundando o momento histórico em que estes foram concebidos e publicados, colocando em relação os instrumentos de leitura usados pelos seus autores com as obras literárias resenhadas. Uma possibilidade que me sinto confiante de sugerir é a possibilidade de trabalhar edições críticas das três obras, sendo que no caso dos livros de Vicente de Bragança Cunha e Filinto Cristo Dias, poder-se-ia até pensar em edições crítico-genéticas, atendendo às suas publicações espalhadas na imprensa periódica goesa, como já se fez, de maneira sumária e inacabada, no presente trabalho. A reedição dessas obras seria uma ponderação valiosa, podendo aceitar as ideias expostas nelas como pontos de partida para novos projetos de história literária. De maneira particular, sustento que algo que deveria ser preservado das obras pioneiras da história literária que analisamos nesta tese é, sem dúvida, a *abrangência* de géneros literários, tipologias textuais e campos do saber da mais variada natureza. À luz disso, a adoção do conceito de cultura literária – proposto por Sandra Lobo (2016) e já aplicado em muitos trabalhos produzidos no âmbito da história literária comparada – garante que a *abrangência* seja mantida, permitindo a inclusão de diversos tipos de textos, bem como a consideração de diferentes processos culturais.

O retorno a esses autores não deve ser encarado como operação de monumentalização do passado, mas como oportunidade para repartir de onde os outros deixaram, ou seja, a partir dos problemas irresolutos, da incompletude, tenha sido esta voluntária ou involuntária, não tentando preencher os hiatos e alcançar a completude, mas sim perguntando se é apropriado pensar numa história literária completa quando o objeto historicizado é incompleto. Nesse sentido, retomamos o que foi citado de Michel Foucault (1984) no segundo capítulo desta tese, o qual, ao substituir a *origem* pela *descendência* e a *emergência*, perspectiva privilegiada pela genealogia, apontava para a necessidade de uma história que valorizasse a descontinuidade e a interrupção. Daí que a operação essencial não será escrever uma história literária linear, não será ir à procura da pureza das origens e

de uma completude teleológica, mas sim compreender e achar um sentido nessas discontinuidades e interrupções ou, como diz o escritor angolano Luandino Vieira, historiar «a partir do que não se vê» (VIEIRA, 2008: 31).

4. Navegando no caos: as muitas maneiras de escrever a história literária de Goa

Acima escrevi que, no nosso caso, o objeto historicizado é incompleto. Com isso, não quis afirmar que a literatura de Goa em língua portuguesa seja insuficiente ou que não tenha um valor próprio, bem pelo contrário quero reforçar algo que saiu à tona, muitas vezes, ao longo do presente trabalho, ou seja, a oportunidade de transformar os defeitos da história da literatura goesa em características. A literatura goesa em língua portuguesa não chegou a ser um sistema literário, mas sim algo diferente e, à vista disso, não julgo adequado pensar em modelos de história literária que suplementem tal imperfeição, mas sim em paradigmas de história literária que saibam lidar com ela. No segundo capítulo, vimos como Linda Hutcheon (2002), contrariamente a David Perkins (1992), legitimava a adoção do modelo nacional, por ser o único modelo a garantir um entendimento linear da história literária, a partir da demarcação de origens até a afirmação dos valores fundamentais da comunidade que está por trás da literatura em causa. Hutcheon defendia, assim, o modelo de história literária nacional pela sua eficácia. Apesar de não serem histórias literárias nacionais, as três obras que estudamos apresentam alguns traços típicos desse modelo, como a univocidade da escrita de língua portuguesa, a exclusividade da representação identitária da comunidade católica, a periodização e a subdivisão em gêneros literários. Ao mesmo tempo, averiguamos como as fragilidades dessas obras se manifestam, justamente, e sobretudo, nesses pontos. Nesse sentido, uma nova proposta de rescrita da história da literatura de Goa, para ter realmente um valor de representação comunitária – o valor que defendia Hutcheon no modelo nacional –, deverá afastar-se das ideias que edificam o modelo nacional, não sendo compatíveis com o caso goês, necessitante de outras referências.

Duas das obras que analisamos abordavam exclusivamente a literatura goesa em língua portuguesa, enquanto que na obra de Devi e Seabra podemos ler referências também a textos em língua marata. Embora o foco deste trabalho tenha-se mantido na produção literária em português, parece-me fundamental pensar na possibilidade de reescrever não a história da literatura indo-portuguesa, mas sim de escrever uma história da literatura de Goa que atenda à produção literária goesa em todas as suas línguas. Outros investigadores, como Sandra Lobo (2016) e Paul Melo e Castro (2019), já chegaram a essa conclusão. De maneira particular, parece-me proveitoso considerar a perspectiva da história literária comparada apreciada no segundo capítulo desta tese (VALDÉS, 1999; POLLOCK, 2002; CHANDA, 2010; CUNHA, 2011), e a aplicação do conceito de cultura

literária, defendida, em âmbito goês, sobretudo por Sandra Lobo (2016). As vantagens são múltiplas. Em primeiro lugar, o multilinguismo e o *espaço* como referência contextual, em substituição das categorias fundacionais do modelo historiográfico de literatura nacional escrita numa só língua. Em segundo lugar, a interdisciplinariedade e a multi-autoria, as quais asseguram um enfoque mais amplo e mais objetivo. Finalmente, a importância dada aos processos de recepção, entendidos como dimensão ideal para avaliar a recepção dos textos entre os vários contextos multilinguísticos, e para problematizar as circunstâncias históricas em que determinados documentos literários foram acolhidos, associando êxitos e insucessos de obras e gêneros literários a condições específicas de cada cenário cultural. Da mesma forma que Foucault (1984) fala dos interstícios dos eventos como lugar privilegiado pelo genealogista para a identificação da emergência do sujeito histórico, a recepção literária deverá ser estudada nos interstícios das culturas literárias que coexistem num mesmo espaço, com vista a reconstruir uma história genuinamente complexa.

Uma história que seja representativa simultaneamente de muitas literaturas não pode ser uma história linear. Não pode ter *uma* origem, mas sim *muitos* inícios. Nesse sentido, a ideia de ler a história como hipertexto, avançada por Mario J. Valdés (1999), no âmbito do projeto de história comparada das culturas literárias da América Latina por ele organizado (KADIR & VALDÉS, 2004), é uma ideia sugestiva para pensar numa história única, mas não unívoca, para as literaturas de Goa. Na linguagem de programação informática, o hipertexto é justamente um texto que não é nem linear nem sequencial, porém é constituído por um conjunto de partes ligadas por relações conceituais, representados por palavras-chaves. Dessa maneira, ler a história literária como hipertexto significa que, havendo ausência de continuidade e consequencialidade, a escolha de *saltar* de um texto para o outro fica completamente ao arbítrio do leitor. Esta poderá aparecer uma solução caótica, mas talvez seja uma das poucas que consiga refletir, de maneira fiável, a história irregular das literaturas de Goa. Uma figura no centro do atual debate no campo humanístico que poderia transmitir a ideia de irregularidade é o *entanglement* – *entrelaçamento* em português –, conceito que Achille Mbembe, no seu livro *On the postcolony* (2001), toma emprestado à física quântica e que aplica para falar das diferentes temporalidades da história pós-colonial africana, contra o empobrecimento atuado pela visão de uma história unívoca e linear. Mbembe não rejeita o caos, mas o considera como única solução para devolver autenticidade a uma história que resgate a experiência partilhada do real. Voltando ao início desta tese, ao primeiro capítulo e à sistematização da literatura de Goa que já muitos intentaram, talvez pudessemos concluir dizendo que a sistematização a operar não deveria meter o caos na ordem, mas fornecer os instrumentos críticos para apreendermos a nos orientarmos nele.

Fica irresoluto o problema identificado por David Perkins (1992) na sua crítica à enciclopédia pós-moderna, ou seja, o facto de que uma história literária não linear não garante à compreensão do leitor inexperiente. Reconhecendo a Perkins a pertinência dessa preocupação, temos de admitir, contudo, que a escrita de uma obra com pretensão de exaustividade previne tal risco. Aliás, voltando ao hipertexto idealizado por Mario J. Valdés (1999), poderíamos pensar num livro de história literária comparada como uma série de ensaios críticos, em que cada texto cumpre a função de *nota de rodapé* do outro. Por essa motivação, parece-me que a imagem do hipertexto seja capaz de satisfazer a função explicativa que é exigida à história literária, e que o próprio Perkins reclamava (1992: 13). Além disso, o uso de uma linguagem académica que seja, ao mesmo tempo, acessível a um público geral é indispensável, sobretudo no caso da história de uma literatura tão pouco conhecida como a literatura goesa em português – pouco conhecida até entre os próprios goeses.

Dado que foi levantada a necessidade de repensar um modelo historiográfico que dê valor à descontinuidade e às lacunas, bem como à compreensão da irregularidade e da incompletude, sem atuar operações forçadas de organização, talvez pensarmos num paradigma misto de história literária poderia ser um bom ponto de partida, abandonando a sistematização em períodos e géneros literários. A partir daí, chegamos à conclusão que não existe uma maneira só de escrever a história da literatura de Goa, mas muitas. Sempre mantendo firme o olhar comparatista, poder-se-ia pensar numa história das culturas literárias de Goa que conjugue diferentes perspetivas historiográficas, como por exemplo, sem nos limitarmos a estas:

- a história da receção literária e cultural, entendida tanto como receção de obras, autores e géneros, quanto como receção de eventos e processos de transformação cultural;
- a história das instituições literárias, como a imprensa, o mercado editorial de cunho literário e periodístico, a escola e o sistema de ensino, bibliotecas e fundações;
- a história de órgãos culturais de natureza não institucional, de carácter espontâneo e popular, como associações, grémios, círculos e centros sociais;
- a história da educação e da educação literária, não limitada ao âmbito da iniciativa institucional, mas alargada às entidades indicadas no ponto anterior.

Simultaneamente, estas abordagens poderiam cruzar com outras, com os estudos de tradução por exemplo, uma peça fundamental para compreender vários processos culturais e fenómenos literários acontecidos em Goa. Aliás, na perspetiva comparatista que apontei anteriormente, os estudos de tradução serão importante justamente para ajudarem a compreender os interstícios onde acontecem os contactos entre as diferentes culturas literárias. Nesse sentido, como cita Roberto Vecchi num ensaio sobre a dificuldade de entender a lusofonia enquanto comunidade completa, a

tradução «não é só o meio com que o processo intercultural ocorre, mas é o lugar próprio onde se adensam as forças inesperadas que surgem a partir da incompletude e das debilidades (aparentes) do pseudomonolitismo das culturas» (VECCHI, 2014: 343).

Essa combinação de abordagens poderá talvez ser uma maneira de ponderar uma ideia de história da literatura que não pare na década de 70, mas que seja perpetuada até os tempos a nós contemporâneos. É conhecido que muitos investigadores, goeses ou não, muitos dos quais afiliados ao projeto *Pensando Goa* da Universidade de São Paulo, já abraçaram essa hipótese multifocal. Falta agora fazer um contraponto com as histórias literárias do passado.

O presente trabalho inscreve-se no pluralismo desta tendência que está a se configurar e se projeta para o próximo futuro. Ao olhar para o passado, na verdade, o seu intuito era lançar as bases para uma reflexão alargada sobre possíveis maneiras de repensar o assunto, sem restringir as múltiplas possibilidades a uma única resposta.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANTÃO, Walfrido (1972). «Vozes tímidas ou bilhete ao Amadeu». *O Heraldo*, 29 de outubro.
- AYALA, Frederico Diniz d' (1888). *Goa antiga e moderna*. Lisboa: Typographia do Jornal do commercio.
- BARRETO, Adeodato (1940). *O livro da vida*. Nova Goa: Edições Swatva.
- BARRETO, Adeodato (1935). *Civilização hindu*. Lisboa: Revista Seara Nova.
- BASTO, Maria Benedita (2006). *A guerra das escritas: literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval.
- BAUBETA, Patrícia Anne Odber de (2007). *The anthology in Portugal: a new approach to the history of Portuguese literature in the Twentieth Century*. Bern: Peter Lang.
- BAX, Belfort Ernesto (1911). «The Portuguese Republic». *The New Age*, 23 de fevereiro, pp. 318-319.
- BENJAMIN, Walter (1982). «História da literatura e ciência da literatura». Em BARRENTO, João (org.). *História literária: problemas e perspectivas*. Lisboa: Apaginastantas, pp. 135-144.
- BLACKBURN, Stuart. DALMIA, Vashuda (org.) (2004). «Introduction». Em *India's literary history: essays on the Nineteenth century*. Deli: Permanent Black, pp. 1-24.
- BLATTER, Ethelbert (1968). «Parecer de E. Blatter, S.J.». *O Globo*, s.p.
- BRAGA, Duarte Dumond (2019). «The voice of two worlds: lusotropicalism in the context and reception of Vimala Devi's *Súria*». Em CASTRO, Paul Melo e (org.). *Colonial and post-colonial Goan literature in Portuguese: woven palms*. Cardiff: University of Wales Press, pp. 124-136.
- BRAGA, Duarte Dumond. GARMES, Helder (2016). «Indianismos na poesia brasileira e goesa: os casos de Gonçalves Dias e Paulino Dias». *Gragoatá*, vol. 21, nº 41, pp. 744-761.
- BRAGA, Duarte Dumond (2014). «Shiva, Marx e Vasco da Gama: uma aproximação ao *Nirvana* de Paulino Dias». Em MACHADO, Everton Vasconcelos. BRAGA, Duarte Dumond (org.). Em *Goa portuguesa e pós-colonial: literatura, cultura e sociedade*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 199-218.
- BUESCU, Helena C. TAMEN, Miguel (org.) (1999). *A revisionary history of Portuguese literature*. Hispanic Issues v.18. Nova York e Londres: Routledge.
- BUESCU, Helena C. (1999). «Literary history: are we still talking about?». Em BUESCU, Helena C. TAMEN, Miguel (org.). *A revisionary history of Portuguese literature*. Hispanic Issues v.18. Nova York e Londres: Routledge, pp. 209-212.
- CABRAL, Ricardo (2009). *The development of teacher education in Portuguese Goa (1841-1961)*. Nova Deli: Concept Publishing Company.

- CANDIDO, Antonio (1981). *Formação da literatura brasileira : momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- CASTRO, Paul Melo e (org.) (2019). *Colonial and post-colonial Goan literature in Portuguese: woven palms*. Cardiff: University of Wales Press.
- CASTRO, Paul Melo e (org.) (2015). *Lengthening shadows: an anthology of Goan short stories translated from Portuguese*. Vol. 1 e 2. Saligão: Goa 1556.
- CASTRO, Paul Melo e (2012). «Small bursts of sharp laughter: the form and content of satire in *Jacob e Dulce*». *Portuguese Studies*, vol. 28, nº 1, pp. 32-49.
- CASTRO, Paul Melo e (2009). «Vimala Devi's *Monção*. The last snapshots of colonial Goa». *Portuguese Studies*, vol. 25, nº 1, pp. 46-64.
- (1934). «Centro regional de Chinchinim». *O Anglo-lusitano*, 18 de agosto.
- (1935). «Centro regional». *O Regional*, 17 de fevereiro.
- CHANDA, Ipsita (2010). «Beyond the nation: a comparatist's thoughts on some foundational categories in the literary historiography of "Post"- colonial South Asian literatures». Em HARDER, Hans (org.). *Literature and nationalist ideology: writing histories of modern Indian languages*. Nova Deli: Social Science Press, pp. 99-125.
- CHAUDHURI, Amit (2001). «The autonomy of Indian writing». Em *The Picador book of modern Indian literature*. Nova York e Londres: Picador, pp. 2-4.
- CHAVES, Rita (1999). *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- COELHO, George V. (1994). «Voices of nostalgia in seven Goan poets». *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, nº 171, p. 79-112.
- COELHO, Jacinto do Prado (1973). «A literatura indo-portuguesa». *Colóquio/Letras*, nº 12, pp. 94-96.
- Comissão de propaganda do Centro Regional de Chinchinim (1934). «Inquérito». *O Anglo-lusitano*, 20 de outubro.
- COSTA, Aleixo Manuel da (2013). *Dicionário de literatura goesa (A-Z)*. Pangim: Fundação Oriente, Broadway.
- COSTA, Aleixo Manuel da (1997). *Dicionário de literatura goesa*. 3 vol. Macau: Instituto Cultural, Fundação Oriente.
- COSTA, Aleixo Manuel da (1967). *Literatura goesa: apontamentos bio-bibliográficos para a sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- COSTA, Amadeu Prazeres da (1935). «A federação das associações». *O Regional*, 17 de fevereiro.

- COSTA, Francisco João da (2017). *Jacob e Dulce: scenas da vida indiana*. Margão: Under the peepal tree.
- COSTA, Orlando da (2019). *O signo da ira*. Lisboa: Editorial Caminho.
- COSTA, Orlando da (1999). «Literatura indo-portuguesa contemporânea: antecedentes e percursos». Em *Vasco da Gama e a Índia: conferência internacional*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 237-255.
- COSTA, Orlando da (s.d.). *O signo da ira*. Lisboa: Círculo de leitores.
- CUNHA, António Maria da (1923). *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (2011). *A(s) geografia(s) da literatura: do nacional ao global*. Guimarães: Opera Omnia.
- CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (2004). «A crise e o “retorno” da história literária». Em SOUSA, Carlos. PATRÍCIO, Rita (org.). *Largo mundo alumiado. Estudos em homenagem a Vítor Aguiar e Silva*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, pp. 159-75.
- CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (2002). *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*. Braga: Universidade do Minho.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1937). *Revolutionary Portugal (1910-1936)*. Londres: James Clarke & Co.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1932). «Appearances and realities in Portuguese India». *The Calcutta review*, pp. 153-163.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1929). «The new spirit in Portuguese India». *The Indo-Portuguese review*, pp. 30-38.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1927). «Is Portugal turning over a new leaf?». *The Indo-Portuguese review*, pp. 21-27.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1926). *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos*. Bombaim: edição do autor.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1919a). «Portuguese India: her political development». *The Indo-Portuguese review*, pp. 1-6.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1919b). «Literatura indo-portuguesa». *A India Portuguesa*, 19 de abril.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1919c). «Literatura indo-portuguesa». *A India Portuguesa*, 28 de abril.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1919d). «Literatura indo-portuguesa». *A India Portuguesa*, 10 de maio.

- CUNHA, Vicente de Bragança (1919e). «Literatura indo-portuguesa». *A India Portuguesa*, 19 de maio.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1919f). «Literatura indo-portuguesa». *A India Portuguesa*, 26 de maio.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1919g). «Literatura indo-portuguesa». *A India Portuguesa*, 3 de junho.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1919h). «Literatura indo-portuguesa». *A India Portuguesa*, 16 de junho.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1919i). «Literatura indo-portuguesa». *A India Portuguesa*, 24 de junho.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1919l). «Outros tempos». *A India Portuguesa*, 23 de agosto.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1914). «The Portuguese amnesty». *The New Age*, 12 de março, pp. 584-585.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1913). «Portugal and her fate». *The New Age*, 27 de novembro, pp. 104-105.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1912). «The Portuguese Republic and the working classes». *The New Age*, 15 de janeiro, pp. 367-368.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1911a) «Triumphant Republicanism». *The New Age*, 16 de novembro, pp. 56-57.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1911b). «Republicanism in Portugal». *The New Age*, 2 de fevereiro, pp. 318-319.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1911c). «Portugal». *The New Age*, 5 de janeiro, pp. 219-220.
- CUNHA, Vicente de Bragança (1911d). *Eight centuries of Portuguese monarchy: a political study*. Nova York: James Pott and company.
- (1913). «Curso de literatura portuguesa na Universidade de Londres». *Revista Lusitana* XVI, pp. 342-343.
- DEVI, Vimala (1963). *Monção*. Lisboa: Dédalo.
- DEVI, Vimala (1962). *Súria*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- DEVI, Vimala. SEABRA, Manuel de (1971). *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa: Junta das Investigações do Ultramar.
- DEVI, Vimala. SEABRA, Manuel de (1971). *A literatura indo-portuguesa. Antologia*. Lisboa: Junta das Investigações do Ultramar.
- DIAS, Filinto Cristo (1984). «A short history of Indo-Portuguese literature». *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, nº 143, pp. 13-22.

- DIAS, Filinto Cristo (1982). «Em prol da língua portuguesa». *Revista da Academia de Língua e cultura portuguesa*, nº 2, pp. 13-16.
- DIAS, Filinto Cristo (1981). «Peculiaridades dialectais do português de Goa». *Revista da Academia de língua e cultura portuguesa*, nº 1, pp. 33-39.
- DIAS, Filinto Cristo (1980). «A Índia cantada n'Os Lusíadas». *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, nº 125, pp. 15-38.
- DIAS, Filinto Cristo (1979). «Acerca da arte de ensinar». *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, nº 123, pp. 77-91.
- DIAS, Filinto Cristo (1977). «Menezes Bragança, jornalista de mão-cheia». *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, nº 116, pp. xciv-c.
- DIAS, Filinto Cristo (1976). *Vocábulos portugueses de origem concani*. Separata do *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, pp. 1-24.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1963). *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*. Bastorá: Tipografia Rangel.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1963). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 8, pp. 275-281.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1963). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 7, pp. 235-242.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1962). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 9, pp. 313-319.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1961). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 10, pp. 399-403.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1960). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 8, pp. 273-277.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1959). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 9, pp. 455-461.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1959). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 4, pp. 265-271.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1958). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 11, pp. 545-550.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1958). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 9, pp. 344-351.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1958). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 7, pp. 243-250.

- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1958). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 1, pp. 1-10.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1958). «Raridade do romance na literatura indo-portuguesa». «Secção literária», *Diário de Goa*, 9 de fevereiro.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1957). «Esboço da história da literatura indo-portuguesa». *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 6, pp. 233-238.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1956a). «Considerações em torno do conto». «Secção literária», *Diário de Goa*, 16 de dezembro.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1956b). «As letras superiores às ciências?». «Secção literária», *Diário de Goa*, 5 de agosto.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1956c). «Jacob e Dulce, novela regional». «Secção literária», *Diário de Goa*, 3 de junho.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1956d). «O padre nos romances dos nossos dias». «Secção literária», *Diário de Goa*, 3 de junho.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1956e). «O sacerdote, personagem em romances contemporâneos». Em *Boletim eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, nº 12, pp. 416-420.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1955a). «O primeiro crítico em português». «Secção literária», *Diário de Goa*, 1 de dezembro.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1955b). «Centenário do Monsenhor Dalgado». «Secção literária», *Diário de Goa*, 8 de maio.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1955c). «Crítica». «Secção literária», *Diário de Goa*, 12 de abril de 1955.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1954a). «Secção literária I». *Diário de Goa*, 11 de maio.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1954b) «As letras em Goa». «Secção literária», *Diário de Goa*, 30 de junho.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1954c). «A leitura dos clássicos». «Secção literária», *Diário de Goa*, 1 de agosto.
- DIAS, Manuel Filinto Cristo (1954d). «Letras & língua». *Diário de Goa*, 4 de setembro.
- DIAS, Mariano José (1968). «Em prol da língua portuguesa». *O Globo*, dezembro, s.p.
- FALCONI, Jessica (2013). «Ler o Sul. Os estudos de literaturas africanas em Portugal na década de 80». *Configurações* (Online), nº 12, 1-12. [Última consultação no dia 24 de fevereiro de 2020] URL : <http://configuracoes.revues.org/2088>
- FERREIRA, Manuel (1959) «A cultura em Goa e a literatura de expressão portuguesa». *Estudos Ultramarinos*, vol. 3, pp. 151-159.

- FERREIRA, Manuel (1980). «Dependência e individualidade nas literaturas africanas de língua portuguesa». *Cultura* n. 22, 117-123.
- FESTINO, Cielo G. CASTRO, Paul Melo e (2017). *A house of many mansions: Goan literature in Portuguese*. Margão: Under the peepal tree.
- FESTINO, Cielo G. (2016). «Monção de Vimala Devi: contos de Goa à moda europeia». *Remate de males*, vol. 36, n° 2, pp. 435-459.
- FOUCAULT, Michel (1984). «Nietzsche, genealogy, history». Em RABINOW, Paul. *The Foucault reader*. Traduzido por Donald F. Bouchard e Sherry Simon (1977). Nova York: Pantheon books, pp. 76-100.
- FRANCHETTI, Paulo (2002). «História literária: um gênero em crise». *Revista Semear* (Online), n° 7 [Última consultação no dia 21 de fevereiro de 2020]. URL: http://www.lettras-puc-rio.br/unidades%26nucleos/catedra/revista/7Sem_18.html
- FREYRE, Gilberto (1961). *O luso e o trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- FREYRE, Gilberto (1953). *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FRIAS, António João (1702). *Aureola dos Índios & Nobiliarchia Bracmana. Tratado historico, genealogico, panegyrico, politico, & moral. Offerecido ao excellentissimo Senhor Dom Pedro Luis de Menezes*. Lisboa: Na officina de Miguel Deslandes.
- FURTADO, Cristovam (1935). «Congresso regional». *O Regional*, 17 de fevereiro.
- FURTADO, Joseph (1927). *Principais poetas goanos (um estudo crítico)*. Bastorá: Tipografia Rangel.
- GANDHI, Leela (2007). «Indo-Anglian fiction: writing Indo-Anglian fiction: writing India, elite aesthetics, and the rise of the “Stephanian” novel». *Australian humanities review* (online), n° 8 [Última consultação no dia 25 de fevereiro de 2020] URL: <http://australianhumanitiesreview.org/1997/11/01/indo-anglian-fiction-writing-india-elite-aesthetics-and-the-rise-of-the-stephanian-novel/>
- GARMES, Helder (2019). «Contribuição para uma história do conto de língua portuguesa em Goa». *Acta Scientiarum: language and culture* (online), vol. 41, n° 2, e 47661 [Última consultação no dia 28 de fevereiro de 2020] <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/47661>
- GARMES, Helder. CASTRO, Paul Melo e (2019). «The story of Goan literature in Portuguese: a question of terminology». Em CASTRO, Paul Melo e (org.). *Colonial and post-colonial Goan literature in Portuguese: woven palms*. Cardiff: University of Wales Press, pp. 17-40.

- GARMES, Helder (2017). «De *Os Brâmanes* a *Bodki*: reflexões sobre o romance goês». *Floema: Caderno de teoria e história literária*, n. 9, s. p.
- GARMES, Helder (2016a). «A poesia goesa de língua portuguesa no contexto das literaturas em português». *Abril*, vol. 8, nº 17.
- GARMES, Helder (2016b). «A poesia nas histórias da literatura goesa de língua portuguesa». *Navegações*, vol. 9, nº 2, pp. 136-143.
- GARMES, Helder (2015). «A história da literatura goesa de língua portuguesa. Uma questão de designação». Em BESSE, Maria Graciete. CARREIRA, Ernestine (org.). *Goa, d'un genre à l'autre*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, pp. 131-142.
- GARMES, Helder. CASTRO, Paul Melo e (2014). «A história da literatura goesa de língua portuguesa. Uma questão de designação». Em JUNIOR, Benjamin Abdala (org.). *Estudos Comparados. Teoria, Crítica e Metodologia*. São Paulo: Ateliê Editorial, pp. 221-248.
- GARMES, Helder (2013). «Entre texto e contexto: a ambiguidade do romance *Os Brahmanes* (1866), de Francisco Luís Gomes». *Teresa*, nº 12, 13, pp. 345-361.
- GARMES, Helder (1999). *A convenção formadora - uma contribuição para a história do periodismo literário nas colônias portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo.
- GOMES, Francisco Luís (1866). *Os Brahmanes*. Lisboa: Typographia da Gazeta de Portugal.
- GRACIAS, José António Ismael (1880). *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII: apontamentos histórico-bibliográficos*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- (1921). «Gremio Literario Mormugão». *A Índia Portuguesa*, 4 de fevereiro.
- GUSMÃO, Manuel (2001). «Da literatura enquanto construção histórica». Em BUESCU, Helena. DUARTE, João Ferreira. GUSMÃO, Manuel (org.). *Floresta Encantada: novo caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 181-224.
- HARDER, Hans (2010). «Introduction». Em HARDER, Hans (org.). *Literature and nationalist ideology: writing histories of modern Indian languages*. Nova Deli: Social Science Press, pp. 1-18.
- HARDER, Hans (2010). «Indian literature in English and the problem of naturalisation». Em HARDER, Hans (org.). *Literature and nationalist ideology: writing histories of modern Indian languages*. Nova Deli: Social Science Press, pp. 324-352.
- (1968-1979). *Harpa goesa*. Publicação periódica.
- HUTCHEON, Linda (2002). «Rethinking the national model». Em HUTCHEON, Linda. VALDÉS, Mario J. (org.). *Rethinking literary history: a dialogue on theory*. New York: Oxford University Press, pp. 3-49.
- HUTCHEON, Linda. VALDÉS, Mario J. (org.) (2002). *Rethinking literary history: a dialogue on theory*. New York: Oxford University Press.

- (1919). «Introduction». *The Indo-Portuguese review*, p. iv.
- JAUSS, Hans Robert (1994). *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática.
- JUNIOR, Benjamin Abdala (2013). «Terra morta e outras terras: sistemas literários nacionais e o macrossistema literário da língua portuguesa». *Veredas*, nº 3, pp. 523-536.
- JUNIOR, Benjamin Abdala (1989). *Literatura, história e política*. São Paulo: Ática.
- KADIR, Djelal. VALDÉS, Mario J. (org.) (2004). *Latin American literary cultures: a comparative history*. Vol. 1, 2, 3. Nova York: Oxford University Press.
- KERBAUY, Ana Cristina (2008). *Ilustração Goana e Minerva Brasiliense: a sedimentação do romantismo em Goa e no Brasil*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.
- KOSELLEK, Reinhart (2006). «Crisis». Traduzido por Michaela W. Richter. *Journal of the History of ideas*, vol. 67, nº 2, pp. 357-400.
- LEITE, Ana Mafalda (2008). «Tópicos para uma história da literatura moçambicana». Em MENESES, Paula. RIBEIRO, Margarida Calafate (org.) *Moçambique das Palavras Escritas*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 47-76.
- (1927). «Literatura Indo-Portuguesa». *The Indo-Portuguese review*, pp. 95-96.
- (1934). «Literature in Goa». *O Anglo-lusitano*, 23 de junho.
- (1970) «Literatura goesa: apontamentos para a sua história». *Harpa goesa*, nº 3, p. 60.
- LOBO, Sandra Ataíde (2019). «The lives and times of GIP and Francisco João da Costa». Em *Colonial and post-colonial Goan literature in Portuguese: woven palms*. Cardiff: University of Wales Press, pp. 61-85.
- LOBO, Sandra Ataíde (2018). «Educating Opinion, Invigorating Intellectual Links, Promoting International Solidarity: T. B. Cunha's Anticolonial Nationalism». «Goans on the move», número especial de *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, vol. 7, pp. 137-167.
- LOBO, Sandra Ataíde (2016). «Línguas, culturas literárias e culturas políticas na modernidade goesa». *Via Atlântica* 30, dezembro: 45-63.
- LOBO, Sandra (2013). *O desassossego goês: cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto colonial*. Tese de doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.
- LOBO, Sandra (2012). «O reencontro da Indianidade: o nacionalismo goês nos anos 20». MATOS, Artur Teodor de. CUNHA, João Teles e (org.). *Goa: passado e presente*. Lisboa: Centro de estudos dos povos e culturas de expressão portuguesa, pp. 271-279.
- LOBO, Sandra (2014). «Portuguese language as a Goan language». SOUZA, Carmo d'(org.), *Portuguese language and literature in Goa: past, present and future: a compilation of articles*

presented at the National Level Seminar organized by V. M. Salgaocar College of Law in association with Ismilda Research Consultancy. Pangim: Cinnamon Teal Publishing.

LOBO, Sandra (2009). «*India Nova*. Nacionalismo e cosmopolitismo num jornal académico». *Cultura*, vol. 26, pp. 231-258.

LOURENÇO, Eduardo (2014). *Do colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva.

LOURENÇO, Eduardo (1999). «*Portugal como destino*» seguido de «*Mitologia da saudade*». Lisboa: Gradiva.

LOURIDO, Isaac (2014). *História literária e conflito cultural. Bases para uma história sistémica da literatura na Galiza*. Santiago de Compostela: Laiovento.

MACHADO, Everton Vasconcelos (2018). *O orientalismo português e as Jornadas de Tomás Ribeiro: caracterização de um problema*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

MACHADO, Everton Vasconcelos (2017). «Os paclé (portugueses) em narrativas goesas de língua portuguesa ou o “mimetismo regrado”». Em SIMAS (Mónica) (org.) *Estudos sobre Macau e outros Orientes*. São Paulo: Paulistana Editora, pp. 201-223.

MACHADO, Everton Vasconcelos (2016). «Romain Rolland et le Goa portugais: entre nationalisme et orientalisme». Em ROUDIL, Roland (org.). *Romain Rolland et l'Inde*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, pp. 101-112.

MACHADO, Everton Vasconcelos (2009). «A experiência indiana de Cunha Rivara». Em RAFAEL, Gina. FRANCO, Luís Farinha. *Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879)*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 25-38.

MACHADO, Everton Vasconcelos (2008). *Christianisme, castes et colonialisme dans le roman Les Brahmanes (1866) du Goannais Francisco Luis Gomes (1829-1869)*. Tese de doutoramento. Universidade de Paris-Sorbonne/Paris IV.

MANDAL, Somdatta (2014). «The evolution of Indian English language and literature». Em CHATTERJEE, Chanda (org.). *Literature as history: from early to contemporary times*. Deli: Primus Books, pp. 110-138.

MAGALHÃES, A. A. (1866). «Os dous partos em Margão». *A India Portuguesa*, 6 de junho.

MARGARIDO, Alfredo (1985). «Les difficultés des histoires des littératures des pays africains de langue portugaise». Em AA.VV. *Les Litteratures africaines de langue portugaise. A la recherche de l'identité individuelle et nationale*. Paris: Gulbenkian.

MARTINHO, Ana Maria Mão-de-ferro (2004). «História literária em Angola e Moçambique e fixação do cânone da crítica». «Reevaluating Mozambique», número especial de *Portuguese Literary & Cultural Studies*, nº 10, pp. 201-2013.

MATA, Inocência (2008). «Narrando a nação: da retórica anticolonial à escrita da história». Em PADILHA, Laura. RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamentos, pp. 75-86.

(1933). «Mass meeting of Goans. Protest against the Colonial Act». *O Anglo-lusitano*, 5 de agosto.

MEMBE, Achille (2011). *On the postcolony*. Berkeley e Los Angeles: California University Press.

MENDONÇA, Fátima (1989). *Literatura moçambicana: a história e as escritas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

MENEZES, Armando (1934). «Indo-Portuguese literature». *O Anglo-lusitano*, 7 de julho.

MESQUITA, Pedro Teixeira (s.d.). Ficha histórica de *Revista contemporanea de Portugal e Brazil*. Documento pdf disponível no URL: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> [Última consultação no dia 12 de março de 2020].

MIGNOLO, Walter (2002). «Rethinking the colonial model». Em HUTCHEON, Linda. VALDÉS, Mario J. (org.). *Rethinking literary history: a dialogue on theory*. New York: Oxford University Press, pp. 153-193.

MINAULT, Gail (1998). *Secluded scholars: women's education and Muslim social reform in colonial India*. Deli: Oxford University Press.

MIRANDA, Jacinto Caetano Barreto (1864). «Duas palavras sobre o progresso literário em Goa». *Revista contemporanea de Portugal e Brasil*, vol. 4, nº 11, pp. 583-593.

MIRANDA, Jacinto Caetano Barreto (1863-1865). *Quadros historicos de Goa: tentativa historica*. Margão: Na typographia do Ultramar.

MIRANDA, Jacinto Caetano Barreto (1866). *O que fomos e o que somos: narrativa historica e politica. Carta ao seu amigo o Senhor Joaquim dos Remedios Monteiro*. Margão: Na typographia do Ultramar.

MIRANDA, Eufemiano Jesús de (2012). *Oriente e Ocidente na literatura goesa: realidade, ficção, história e imaginação*. Saligão: Goa 1556.

MIRANDA, Eufemiano Jesús de. CASTRO, Paul Melo e (2019). «Science over superstition? The representation of the social world of the Novas Conquistas in *Bodki* (1962) by Agostinho Fernandes». Em CASTRO, Paul Melo e. *Colonial and post-colonial Goan literature in Portuguese: woven palms*. Cardiff: University of Wales Press, pp. 179-196.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. (2010). «Notas sobre o conceito de “sistema literário” de Antonio Candido nos estudos de literaturas africanas de língua portuguesa». *Itinerários*, nº 30, pp. 65-84.

(1943). «Mr. Vicente de Bragança Cunha». *O Anglo-Lusitano*, 6 de novembro.

- NEUBAUER, John (2007). «Historiography of literary history». *Primerjalna književnost*, nº 30, pp. 127-134.
- (1933). «O Comício de protesto e a necessidade de continuar a luta». *O Anglo-lusitano*, 5 de agosto.
- (1968-1971). *O Globo*. Publicação periódica.
- PAIS, Leonardo (1713). *Promptuario das definicoes indicas deduzidas de varios chronistas da India, graves authores, & das historias gentílicas*. Lisboa: Na Oficina de Antonio Pedrozo Galram.
- PASSOS, Joana (2018). «Os estudos sobre Goa no âmbito do Oceano Índico». *Remate de males*, vol. 38, nº1, pp. 54-62.
- PASSOS, Joana (2012). *Literatura goesa em português nos séculos XIX e XX: perspectivas pós-coloniais e revisão crítica*. V. N. Famalicão: Editora Húmus.
- PEREZ, Rosa Maria (2012). *O tulusi e a cruz. Antropologia e colonialismo em Goa*. Lisboa: Temas e debates.
- PERKINS, David (1992). *Is literary history possible?* Baltimore: The John Hopkins University Press.
- PINTO, Rochelle (2016). «In keeping with character – early encounters with ethnography with *Os Brahamanes*». *Via Atlântica*, nº 30, pp. 65-84.
- PINTO, Rochelle (2007). *Between empires: prints and politics in Goa*. Nova Deli: Oxford University Press.
- POLLOCK, Sheldon (2003). «Introduction». Em POLLOCK, Sheldon (org.). *Literary cultures in history: reconstructions from South Asia*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, pp. 1-38.
- POLLOCK, Sheldon (org.) (2003). *Literary cultures in history: reconstructions from South Asia*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- POLLOCK, Sheldon (1998). «India in the vernacular millenium: literary culture and polity, 1000-1500». *Daedalus*, vol. 127, nº 3, pp. 41-74.
- POPE, Ethel (1937). *India in Portuguese literature*. Bastorá: Tipografia Rangel.
- Prémios da Academia das Ciências de Lisboa. Regulamento especial do prémio «Abílio Lopes do Rego», artigo nº 2.
- (1866). *Refutação do folheto «O que fomos e o que somos» ou antes Desagravo a honra do Paiz*. Orlim: Na typographia da India Portugueza.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2008). «Um desafio a partir do Sul – reescrever as histórias da literatura?». *Veredas*, nº 10, pp. 117-133.
- RIBEIRO, Orlando (1998). *Goa em 1956: Relatório ao Governo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- ROCHA, João César Castro da (org.) (2001). *Brazil 2001: a revisionary history of Brazilian literature and culture*. Dartmouth: University of Massachusetts.
- ROCHA, João César Castro da (org.) (2014). «Literary histories in Portuguese», número especial de *Portuguese literary and cultural studies*, vol. 26.
- RODRIGUES, Lourdino A. (1982). «Glimpses of the Konkani language at the turn of the 16th C.». *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, nº 131, pp. 19-39.
- RODRIGUES, Lourdino A. (1976). *Goan literature in Portuguese language*. Separata do *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, nº 112.
- RODRIGUES, Maria de Lourdes Bravo da Costa (2019). «O arroz como metáfora em *O signo da ira* (1961), de Orlando da Costa». *Via Atlântica*, nº 36, pp. 81-100.
- RODRIGUES, Maria de Lourdes Bravo da Costa (2000). «The status of Portuguese language and some other cultural aspects in Goa». *Lusotopie*, vol. 7, pp. 597-609.
- RODRIGUES, Maria Filomena de Brito Gomes (2009). *A literatura de Orlando da Costa – reflexões sobre uma trilogia em tempo de colonialismo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta.
- RUSHDIE, Salman (1997). «Introduction». RUSHDIE, Salman. WEST, Elizabeth (org.). *The Vintage book of Indian writing 1947-1997*. London: Vintage.
- SAID, Edward (2004). *Orientalismo*. Traduzido por Pedro Serra. Lisboa: Cotovia.
- SARDESAI, Manohar Rai (2000). *A history of Konkani literature: from 1500 to 1992*. Nova Deli: Sahitya Akademi.
- SEABRA, Manuel de (1963). *Moniz Barreto*. Lisboa: Panorama.
- SEABRA, Manuel de (1962). *Antologia da terra portuguesa: Goa Damão e Dio*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- SHINGAVI, Snehal (2010). «The Mahatma as proof: the nationalist origins of the historiography of Indian writing in English». Em HARDER, Hans (org.). *Literature and nationalist ideology: writing histories of modern Indian languages*. Nova Deli: Social Science Press, pp. 353-375.
- SPINA, Daniela (2019). «Indianidade e indianização da criação literária num texto crítico de Orlando da Costa». *Vértice*, nº 192, pp. 25-35.
- SPINA, Daniela (2019). «Orientalismo (indo-)português: uma maneira de escrever a história da literatura de Goa em língua portuguesa». Em ALONSO, Cláudia Pazo. RUSSO, Vincenzo. VECCHI, Roberto. ANDRÉ, Carlos Ascenso (org.). *De Oriente a Ocidente: estudos da Associação internacional de lusitanistas. Vol. 1 Sobre Orientalismos*. Coimbra: Angelus Novus, pp. 91-114.
- SPINA, Daniela (2019). «Os goeses e a cultura de língua portuguesa depois de 1961: implicações literárias e identitárias». Em BORGES, Vera. ESPADINHA, Maria Antónia (org.). *Mapas e*

esquivos. Goa e Macau: a inscrição da identidade (nas línguas, literaturas e culturas). Macau: Universidade de São José, pp. 45-58.

SPINA, Daniela (2019). «Uma vida de um certo lirismo: entrevista com Vimala Devi». *Via Atlântica*, nº 36, pp. 335-346,

SPINA, Daniela (2018). «Interpretar o abandono: a viagem de Moniz Barreto em duas histórias literárias de Goa». «Goans on the move», número especial de *Interdisciplinary journal of Portuguese Diaspora Studies*, vol. 7, pp. 261-280.

TAMEN, Miguel (1999). «Ghost revised: an essay on literary history». Em BUESCU, Helena C. TAMEN, Miguel (org.). *A revisionary history of Portuguese literature*. Hispanic Issues v.18. Nova York e Londres: Routledge, pp. xi-xxi.

TRIGUEIROS, Luís Forjaz (1957). *Antologia das terras portuguesas: o Minho*. Lisboa: Livraria Bertrand.

TYNJANOV, Juri (1971). «On literary evolution». Em MATEJKA, Ladislav. POMORSKA, Krystyna (org.). *Reading in Russian poetics: formalist and structuralist views*. Cambridge MA: The MIT Press, p. 66-78.

VALDÉS, Mario J. (1999). «Postmodern literary history or reading the history as a hypertext». *Neohelicon*, vol. 26, nº 2, pp. 11-17.

VASCONCELOS, José Leite de (1915). *De Campolide a Melrose*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VECCHI, Roberto (2014). «Imperfeições, vácuos e potências do ser-em-comum: as incompletudes da comunidade e a força literária». Em PENNA, João Camillo. DIAS, Ângela Maria Dias (org.). *Comunidades sem fim*. Rio de Janeiro: Circuito.

VECCHI, Roberto (2010). *Excepção atlântica. Pensar a literatura da Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento.

VECCHI, Roberto (2008). «Corpos grafemáticos: o silêncio do subalterno e a história literária». *Niterói*, n. 24, pp. 119-130.

VICENTE, Filipa Lowndes (2010). «Orientalismos periféricos? O historiador goês José Gerson da Cunha (Bombaim, 1878)». *Ler história*, n.º 58, pp. 27-46.

VIEIRA, José Luandino (2008). «Literatura angolana: historiando a partir daquilo que não se vê». Em PADILHA, Laura. RIBEIRO, Margarida Calafate. (org.) *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamentos, pp. 31-37.

«Vimala Devi – Uma história de literatura goesa». *Archive of Goan writing in Portuguese* [Última consultação no dia 03 de março de 2020] URL: <http://archiveofgoanwritinginportuguese.blogspot.com/2012/01/vimala-devi-uma-historia-de-literatura.html>

WELLEK, René (1963). *Conceitos de crítica*. São Paulo: Cultrix.

X. (1939). «Impressões sobre Goa, Portugal, Índia e Europa». *O Anglo-lusitano*, 15 de julho.

XAVIER, Ângela Barreto. ŽUPANOV, Ines G. (2015). *Catholic Orientalism*. Oxford: Oxford University Press.

PÁGINAS WEB, BASE DE DADOS ONLINE E BIBLIOTECAS DIGITAIS CONSULTADAS

Archive of Goan writing in Portuguese. URL: <http://archiveofgoanwritingportuguese.blogspot.com/>

Biblioteca Nacional Digital. URL: <http://bndigital.bnportugal.gov.pt/>

Hemeroteca Digital de Lisboa. URL: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

Internet Archive. URL: <https://archive.org/>

India@Portugal: bibliografia de língua portuguesa sobre a Índia (1825-1961). URL: <http://indiaatportugal.lettras.ulisboa.pt/>

Memórias de África e do Oriente. URL: <http://memoria-africa.ua.pt/>

Modernist Journals Project. URL: <https://modjourn.org/>

National Digital Library of India. URL: <https://ndl.iitkgp.ac.in/>

Pensando Goa: uma peculiar biblioteca em língua portuguesa. URL: <http://goa.ffiich.usp.br/>

ANEXO

«Uma vida de um certo lirismo»: entrevista com Vimala Devi²⁹³

DANIELA SPINA: Muito obrigada por me receber. A Vimala nasceu em Goa e mudou-se para Lisboa na década de 50. Queria perguntar, quais recordações a Vimala tem da sua vida em Goa?

VIMALA DEVI: O que me lembro de Goa? Goa ainda não era independente quando eu saí em 1958. Eu vim para Portugal porque a minha família, os meus irmãos, já estavam em Lisboa. Estavam a estudar nas universidades de Lisboa. A minha mãe também já tinha saído, tinha ido junto com minha irmã casada. Eu estava lá só, de maneira que os meus irmãos disseram: por que tu estás lá só e não vens a Portugal? Eu vim em 1958 e, em 1959, eu consegui um emprego como tradutora nas empresas tradutoras de francês, inglês etc. Conheci o Manuel, foi logo passados uns meses, através de uma amiga minha, que era também amiga de Manuel. Ela era também de Goa, estava em Portugal, apresentou-me ao Manuel e, então, simpatizamos e em 1959 casamos, eu e o Manuel. Foi praticamente muito rápido, porque nos conhecemos numa festa, dêmo-nos muito bem, e tudo isso, e passado esse tempo começamos a nos encontrar e tal, e em 1959 decidimos casar e casamos. E as recordações de Goa ficaram por lá. Quando começamos a escrever a obra *A literatura indo-portuguesa*, o Manuel teve boa ideia de pôr um anúncio a ver se de Goa nos enviavam material. E muita gente mandou colaboração e nós tivemos a sorte, o Manuel teve a sorte, de ir trabalhar para a BBC de Londres. Então nos foi concedida a bolsa pela Junta das Investigações do Ultramar e lá em Londres íamos fazendo [o livro]. Eu vinha de vez em quando a Lisboa fazer algumas pesquisas na Sociedade de Geografia, mas lá no Museu Britânico encontramos também muito material e o material que veio também muito de Goa, que nos mandaram, e conseguiu-se fazer essa obra *A literatura indo-portuguesa*. Depois nos foi renovada a bolsa para mais uns anos e fizemos o trabalho. E depois foi importante no sentido de que não havia nada dos quatro séculos e meio da colonização de Portugal da colónia de Goa, da cultura e da fusão cultural, uma nova cultura que surgiu em Goa, não é? Como nós já dizemos lá na obra, foi uma fusão de todos os argumentos, porque os

²⁹³ A presente entrevista com a contista, poeta e tradutora goesa Vimala Devi, autora da história literária *A literatura indo-portuguesa*, foi realizada no dia 29 de agosto de 2018, na casa da própria entrevistada, no coração de Barcelona. Apesar do intuito científico subjacente ao escopo da entrevista, esse depoimento não deixa de ser um repositório de memórias da escritora e de reflexões sobre a sua vida particular, sobretudo no que concerne a relação profissional e humana com o seu marido, o escritor português Manuel de Seabra, coautor de *A literatura indo-portuguesa*, falecido em 2017. Trata-se de uma transcrição parcial da entrevista, sendo que foram retiradas todas as partes em que a entrevistada dialogou comigo sobre a sua vida privada. A mesma entrevista foi previamente publicada no dossier «Conflitos e convergências: vida literária e intelectual em Goa» da revista *Via Atlântica* (nº 36, 2019). Agradeço aos editores a possibilidade de publicar a entrevista e pelas sugestões de apresentação do texto, o qual foi alterado apenas com o intuito de aperfeiçoar a forma, sem, de nenhuma maneira, distorcer os conteúdos.

portugueses tiveram uma boa aproximação com o povo de Goa e [com] os povos da Índia, especialmente Goa. Eles queriam Goa como um grande apoio nessa parte de Oriente que eles necessitavam, então fizeram todos os esforços para transmitir os valores da cultura portuguesa aos goeses e muitos foram cristianizados, as populações hindus foram cristianizadas, e tiveram privilégios por isso, e passaram a ter nomes portugueses, porque Vimala Devi não é o meu nome. É Teresa. Teresa! Isso foi ideia do Manuel, posteriormente, porque quando publiquei o meu primeiro livro de poesias, *Súria*, e o Manuel disse: «Nós aqui temos muitas Teresas, mas tu tens de ter um nome que possa identificar mais o teu primeiro livro», que era muito com ambiente de Goa, sobre temas de Goa. Então escolhemos este «Vimala Devi» e que resultou, porque, com esse pseudónimo, o grande crítico português Gaspar Simões dedicou toda uma página de crítica ao meu livro. Foi o que lhe chamou a atenção, através daquele pseudónimo, e isso foi o meu lançamento no meio literário português. E o Manuel disse-me: «Vês como funcionou isso? Que agora tu já entraste no meio literário português!». E a partir daqui, depois continuamos, o Manuel teve a sorte de ir trabalhar para a BBC. Estivemos praticamente quase oito anos em Londres, durante os quais foi possível fazer esta obra publicada pela Junta das Investigações do Ultramar. Depois tivemos um prémio da Academia das Ciências à obra. Essa obra serve de base, até hoje, nas universidades de Goa, onde se referem muito a essa obra e dizem que é como uma base para futuros estudos. É uma obra de referência que os goeses têm muito a mente. Agora, recentemente, há uns anos, foi encenado um conto meu, «O genro comensal», pelo leitor português Delfim Correia. Ele fez a encenação com os alunos de ali e diz que teve muito êxito. Mandaram-me aqui as fotos do teatro com os alunos que tomaram parte. E há um contacto. Creio que a língua portuguesa em Goa está muito valorizada agora, embora não oficialmente, evidentemente. Mas, nas universidades, como há um leitor que ensina português, há muita gente que não sabe português, e quem quer aprender português frequenta as universidades para aprender português. E é muito bom, porque quer dizer que a influência da cultura portuguesa ficou viva, além da arquitetura, dos monumentos, de Velha Goa – Velha Goa é muito visitada por turistas, muito antiga; onde está o corpo do S. Francisco Xavier é muito visitado. E outras coisas da arquitetura: há os seminários, há vários centros de estudo, muita coisa em Goa que serve de investigação para as pessoas que queiram estudar, saber ou conhecer a influência de Portugal em Goa. E tem sido muito ativo. Tenho tido a informação de que tem sido muito ativo este contacto com a nova imagem de Goa, que não deixou a influência de Portugal. Também lá existem, até mesmo, restaurantes onde há comida portuguesa e há quem cante o fado nesses restaurantes. Quer dizer que há essa continuidade do que havia já no meu tempo, sim.

DS: Há quanto tempo a Vimala não volta para Goa?

VD: Eu, depois, nunca mais voltei. Eu saí de Goa com 24 anos, mas depois nunca tive a oportunidade de lá regressar. Vim a Portugal, depois fomos a Londres. Estivemos seis meses no Brasil, mais ou menos depois de estarmos recém-casados, a ver se lá se podia fazer algum tipo de vida, mas como o Manuel era muito europeu, não se adaptou, porque naquele tempo era muito caótico. Os autocarros faziam uma competição de velocidade na rua. Havia muito perigo. No hotel onde estávamos, diziam: «Olhem, venham mais cedo porque pode haver algum perigo por aqui!». Estivemos no Rio e depois estivemos também em São Paulo. Mas o Manuel não se adaptou muito. Ele disse: «Isto é muito caótico!» e regressamos a Portugal. E, depois, tivemos felizmente essa oportunidade de ir a Londres. Foi para nós muito bom, um passo a mais, porque em Portugal ainda havia esta influência do salazarismo e depois parece que foi o Marcelo Caetano. Mas quando nós regressámos de Londres, eu recordo, ainda havia influência desse meio, apesar de que já não havia salazarismo. Mas é muito difícil de um momento para outro as coisas mudarem. Então o Manuel teve uma ideia, ele conseguiu lá felizmente uma editoria que lhe ofereceu para traduzir os clássicos da literatura russa. E depois também organizou várias antologias, para a Editorial Futura, antologia cubana, africana, norte-americana, soviética, poetas ingleses – britânicos –, muitas antologias, provençal, catalã... Foi muito trabalho. Então ele disse: «Bem! Eu conheço muito bem Barcelona!». Conhecia bem Barcelona, porque quando era jovem tinha estado cá e tinha cá amigos. Ele disse: «Vamos!», porque nós ainda estranhávamos o meio português, vindos de Londres, e ainda não havia ainda grande abertura, ainda estava sob o domínio da influência anterior, não é? Manuel disse: «Nós vamos a Barcelona, é possível que lá se consiga qualquer coisa». E viemos a Barcelona um pouco antes da Revolução dos Cravos e quando viemos ele teve a sorte aqui da Enciclopédia Catalã e teve um contrato para fazer os dicionários de português-catalão /catalão-português, nos quais eu colaborei com o Manuel e, por causa disso, consegui também aprender catalão, porque não sabia nada do catalão que ele sabia. O Manuel dava-me folhas inteiras para eu ir organizando, então tinha que investigar tudo com os dicionários para estudar o catalão e, assim, fui entrando também no catalão. Então ali foi a Revolução. Já não se podia voltar. A Editorial Futura tinha acabado porque tudo começou a ser renovado, tudo de novo. Então pegaram tudo o que era antigo, tinha-se acabado com a Revolução, novo sistema, novos cargos que às pessoas ofereciam, saía um e entrava outro, tudo foi renovado. E nós ficámos cá. Fizemos os dicionários, depois fizemos trabalhos de traduções para várias editoras. E o Manuel conseguiu também escrever a sua obra. Quando estivemos em Londres, ele teve uma oferta lá na BBC, se ele se naturalizasse inglês, ele podia ter um bom cargo ali na BBC e podia ficar, então ele se virou para mim e disse: «Mas eu não sou funcionário, eu sou escritor! Mas se tu quiseres, podemos ficar cá!». E nós estávamos muito bem instalados. Tínhamos uma casa que tinha sido do ator Peter Sellers, uma casa muito boa. Eu absorvia e vivia toda aquela cultura moderna

de Londres. O teatro moderno. Fazia críticas de arte na BBC. Também estudei pintura e fiz uma exposição. Tinha todo um mundo cultural de que eu gostava imenso. Mas eu compreendi que o Manuel não podia ficar lá, porque ele dizia: «eu não escrevi nem o livro desde que vim cá para a BBC». Pois quando regressámos, o Manuel, além das traduções, teve a oportunidade de começar a escrever a sua obra e assim ficou muito mais satisfeito, e continuou cá a escrever a sua obra de que muita foi traduzida também para o catalão. E também alguns livros meus foram traduzidos para o catalão, aqui. Depois íamos a Portugal cada ano de férias. Tínhamos lá um apartamento na Parede. Íamos lá muito e faz-me muito falta porque fazia muito bem à saúde, aqueles ares da Parede do mar são muito bons... Infelizmente aquilo acabou. Calcule que todas as semanas eu sonho com o Manuel, todas as semanas, pelo menos quatro ou cinco vezes falo [com ele], mas quando ele estava bom, com saúde. Então comentamos várias coisas, falamos de tudo: de literatura, da pintura, dos restaurantes, da Parede, de tudo. Comentamos de tudo, nada de coisas da doença. Falo com ele quatro, cinco vezes por semana nos sonhos, e as pessoas, os meus amigos, dizem: «Tu tens convertido a tua vida numa vida de um certo lirismo, porque tens esses sonhos bonitos com o Manuel». Até sonhei que tinha ido com o Manuel a Goa, e ele nunca esteve em Goa! E que havia lá umas árvores, ao pé da casa de um amigo, cheias de uvas, caixas de uvas e tal. Coisas muito bonitas que eu sonho, mas claro, quando acordo, depois é a realidade. De manhã é a realidade. A minha vida está desta maneira: vivo a noite a vida que eu gostaria de viver de manhã.

DS: Quando escreveu *Monção*, já vivia em Portugal, certo? Que relação tem com esse livro? Se a escrita era uma maneira de manter contacto com a sua terra etc.

VD: Tinha recordações muito vivas dos problemas que tinha vivido em Goa. Sobretudo como era formada a sociedade goesa e de tantas contradições que havia, porque recordo que a minha família materna eram proprietários da terra e tinham gente a trabalhar, como digo no *Monção*. Havia os *batcares*, que eram os proprietários, e os *manducares*, aqueles que trabalhavam as terras. Muita gente de Goa vivia assim. Os trabalhadores viviam nas terras, numas casas modestas, mas não eram pagos pelo seu trabalho. Era como se fossem uns servos. Tinham de fazer todo o trabalho que os proprietários quisessem. Eram pobres pessoas que não tinham um salário, não tinham nada. Tudo isso eu ponho no *Monção*, nos contos, tudo isso! Porque eu achei que era uma injustiça total. Eu cresci vendo aquela gente à volta, porque aquela casa foi dada em dote à minha mãe quando se casou e eu tinha a oportunidade de observar toda a vida dessa pobre gente e vi que era muito injusto o sistema que havia em Goa, um sistema semifeudal: uma desigualdade tremenda entre uns e os outros... Outras capas sociais... E isso foi refletido já em Lisboa. Eu, em Goa, não poderia escrever

esse livro, não me deixariam, seria muito atacada pelas pessoas de lá, mas já em Portugal tive a liberdade de poder desvendar e fazer essa denúncia da sociedade goesa.

DS: E mais ou menos no mesmo período sai também *O signo da ira* de Orlando da Costa, que trata das mesmas questões, não é? E ele também escreveu em Portugal e não em Goa.

VD: Mas eu tenho a impressão que Orlando da Costa ia visitar Goa. Coisa que eu nunca fiz. Eu estava fora completamente e talvez não tivesse coragem de lá ir depois de ter escrito *Monção*. Acho que houve alguém que até foi dizer à minha mãe: «Ah! A sua filha escreveu sobre Goa, mas deixou ficar mal muitas pessoas», porque, claro, julgavam-se ser de uma classe superior e não gostavam que fossem criticados. Ninguém gosta, mas a obrigação do escritor é esta: um escritor escreve para fazer denúncia e trazer à luz o que está mal.

DS: E outro assunto de que a Vimala fala no livro é o dos casamentos arranjados, não é?

VD: Ui! Era tudo assim.. Por exemplo, o *mandó* não tem nem uma letra que seja feliz, porque são cantadas no dia do casamento. Todas as letras do *mandó* são letras de drama de amores infelizes. A própria noiva às vezes canta esses *mandós* quando ela se lembra daquele amor que ela teve. Eram casamentos arranjados. Pois havia o dote. Os pais da noiva davam-lhe um dote, coisa que aqui na Europa desapareceu. Goa ainda vivia nesse sistema muito antiquado. Muitas pessoas que eu conheci lá que tiveram seus amores e simpatias não conseguiram casar com aquelas pessoas. A minha própria mãe não conseguiu casar com a pessoa que ela amava. Ela sofreu muito com a separação do seu velho amor. Em Goa já hoje há muita liberdade. Por exemplo, era impossível que na minha família houvesse hindus e hoje tenho o filho de uma minha prima-irmã que casou com uma hindu e as duas famílias dão-se perfeitamente. Isso não era possível. Quando eu lá estava a vida era separada: ninguém casava com hindus. E depois havia as castas. Ui! As castas! Diziam que nós éramos brâmanes. Eu sempre conheci-me em Goa como uma brâmane. Isso impossibilitava muito a comunicação. Na Europa não há nada disso... É tudo uniforme: há ricos e há pobres, mas não há castas. Mas agora creio que em Goa vai somatizando entre católicos e hindus, mas das castas não sei... Mas sei que católicos e hindus já se casam.

DS: Quando a Vimala conheceu o Manuel, ele já estava interessado na literatura de Goa ou se interessou por sua causa?

VD: A literatura de Goa o Manuel conheceu através da obra que fizemos. Ele teve que investigar e informou-se de todos os escritores, desde os séculos passados até o século XX. Ele teve que ler

alguma obra que ele tinha na mão daqueles escritores, de maneira que se familiarizou com a literatura de Goa. De outro modo, se não fosse a obra, ele não se familiarizava com a literatura goesa.

DS: A Vimala disse que ganharam uma bolsa da Junta das Investigações do Ultramar para a escrita do livro. Quantos anos durou a pesquisa?

VD: Durou muito. O Manuel estava na BBC, mas eu vinha de vez em quando a Lisboa, para levar [levantar] o material que podia desde a Sociedade de Geografia, mas também lá no Museu Britânico. Também conseguimos pesquisar em Londres. E, ao mesmo tempo, o anúncio que foi posto, as pessoas de Goa foram mandando muito material para nós. Cada um mandava as suas obras, todo aquele material que depois se publicou. O teatro também. O Ananta Sardesai também mandou alguma obra.

DS: E sobre a estrutura do livro, queria perguntar quem que teve, dos dois, a ideia de escrever o livro daquela forma. Se inspiraram nalguma história literária?

VD: Não, eu acho que o Manuel já tinha uma formação desde muito novo, ele já se sentia escritor. Ele dedicou-se a todo tipo de literatura, ele tinha muita curiosidade já desde muito jovem, de maneira que não necessitava de nenhuma inspiração. Ele já tinha aquele dentro dele. Para ele era uma coisa natural.

DS: Portanto, o formato do livro foi tudo pensado por ele?

VD: Sim, sim, sim. Para mim é que foi uma coisa nova. Tudo, tudo! Eu penso que o Manuel foi na minha vida um homem totalmente importante. Ou seja, eu penso que, se não fosse o Manuel, eu seria outra pessoa possivelmente, não seria a pessoa que sou hoje. Logo que vim de Goa, pouco depois que eu o conheci, ele puxou-me logo, estimulou-me logo para escrever o meu primeiro livro de poesias. Hás de fazer, há de escrever! E tomou um grande interesse para que eu pudesse desenvolver as minhas faculdades. Sempre estava muito empenhado nisso. Foi muito importante na minha vida o Manuel. Não posso esquecê-lo. Por isso é que hoje, como disse, já não tenho estímulos para escrever, se não está o Manuel. Era tudo. Era tudo para mim. O Manuel, na minha vida, era tudo. E agora vivo de ler e de coisas, mas a falta está terrível, não é? Quando se perde uma pessoa, quando não esperas... Pensava que o Manuel iria viver muitos anos. Nunca esperei que eu ficasse só sem ele. Nunca esperei. E experimentar agora essa vida que estou a experimentar agora é duro e triste. Nunca esperei. Não se pode fazer nada. É assim. É a vida.

DS: Se lembra a Vimala qual é que foi a vossa reação quando ganharam o Prémio Abílio Lopes do Rego? Estavam à espera de ganhar aquele prémio da Academia das Ciências?

VD: Se estávamos à espera? Bem, foi-me dito enquanto mandávamos o trabalho à Junta da Investigação do Ultramar. Eu conversava com algumas pessoas do ministério, quando vinha a Portugal, e foi-me dito: «Olha que a vossa obra está a ser muito apreciada, porque é uma obra muito importante, que não havia nada disto e muito possivelmente vocês terão um prémio». Tinham-me dito já, porque estavam a ver que era uma obra que ia ter muita importância.

DS: E assim foi, não é?

VD: Bom, sempre é bom um reconhecimento. Sempre foi bom ter-se feito a obra e ter havido também um reconhecimento através do prémio.

DS: E a Vimala e o Manuel, no livro, quando escrevem se apoiam muito no Gilberto Freyre, certo?

VD: Sim, muito. A maneira como o Gilberto Freyre interpretava a colonização portuguesa, Portugal no Oriente, Portugal em Goa, ou Portugal noutros pontos que não tinha sido da mesma maneira, dizia o Gilberto Freyre, como foi em Goa, porque em Goa tinham conseguido, de facto, chamar aos seus valores cristãos e europeus aos goeses. E também foi o dar e receber, porque tiveram muitos valores de Goa que também eles levaram para Portugal. Incluse, em Portugal, dizia-se que D. Manuel usava vestes indianas que também, não sei se era D. Manuel ou outro rei, que recebia visitas à maneira indiana, sentado no tapete de pernas cruzadas, que comiam as coisas que vinham dos pratos de Goa, as especiarias na comida, no fado, na canção de Goa. No *mandó*, eles viram na maneira de dançar algo do tempo quando os portugueses dançavam alguma dança europeia, o minuete ou danças palacianas que foram introduzidas na maneira de dançar o *mandó*. Muitas influências. E também nas joias, na arquitetura, nos móveis, houve também muita assimilação das duas partes, lá em Goa e em Portugal. Foi o dar e o receber entre duas culturas. Muitas coisas. Muitas coisas que se fizeram nessa altura e que o Gilberto Freyre precisamente diz que em Goa os portugueses conseguiram uma colonização que não era propriamente de domínio, mas era de trazer assim uma conquista lenta, a pouco a pouco, mas não através de domínio do superior como aconteceu noutras colónias, é o que diz o Gilberto Freyre. E é possível, porque em Goa, de facto, houve uma boa transmissão dos valores portugueses. Houve uma boa transmissão. Eu penso que até hoje eles têm muito apreço pela cultura portuguesa. Simplesmente ali foi um erro do Salazar. O Salazar é que errou na política em não entrar no acordo com os povos do Ultramar. Ele queria uma situação de domínio das colónias. O tempo das colónias já tinha acabado, em toda a Europa, em todo o lado. E só Portugal tinha colónias, de maneira que não podia ser. E Salazar recusou-se. Ele dizia que aquilo era Portugal, e não era. Porque

se tivesse havido um acordo, uma compreensão mútua, se teria ganhado muito mais. Muito maior teria sido a aceitação de Portugal. Por exemplo, nas línguas oficiais o português deixou de existir e entrou, ao invés disso, o inglês, quando deveria ter sido o português. Mas isso foi erro do Salazar por não ter querido entrar numa nova dinâmica com as ex-colónias. Tudo foi com força. Felizmente não houve a guerra. Em Angola e Moçambique houve guerra. Foi terrível ali. Muito sofrimento, muita morte, muita coisa... Salazar era um ditador. Era o fascismo, a ditadura... era terrível!

DS: Eu lembro-me de ter lido que o Manuel foi preso pela PIDE em 1957, não é?

VD: Sim, quando era jovem. Era estudante e parece que tinha uma propaganda, levava uma propaganda, e a PIDE prendeu-o e esteve na prisão. Mas, felizmente, o Manuel tinha um primo que era conselheiro, um primo com muita influência e conseguiu tirá-lo da prisão, e conseguiu sair. Esteve lá uns meses, parece-me, na prisão. Mas o Manuel foi sempre um homem de esquerda, nunca entrou dentro da dinâmica de direita.

DS: Foi também por isso que foram embora de Portugal e mudaram para a Inglaterra, porque não se sentiam à vontade com o regime?

VD: O abandono de Portugal foi... bem, mesmo depois da Revolução era difícil. Era ainda mais difícil fazer a nossa vida, porque já não havia a [Editora] Futura e o Manuel vivia à base de traduções. E eu também. E lá não tínhamos maneira de sobreviver. Em Portugal tínhamos de ter uma maneira de sobreviver. Foi triste porque, do meu ponto de vista, eu teria gostado de um regresso. Eu teria gostado. Depois já não era possível. Como é que íamos recuperar a nossa vida lá? Ganhar dinheiro... Aqui quando começaram a falhar as traduções literárias, porque todos queriam viver da tradução, de maneira que eram dadas a eles, aos catalães, as traduções, então, o Manuel teve a ideia de fazer traduções técnicas. Não gostava, comprou vários dicionários, mas eram muito bem pagas, melhor do que as literárias. Então ele fazia isso, transformou a sua vida. Aqui podia-se fazer isso, em Portugal, não.

DS: O Manuel falava muitas línguas, não é?

VD: Sim, muitas. Bem, nós dois falávamos inglês, português, espanhol, catalão, esperanto. Ele escreveu em esperanto muitas obras.

DS: Como nasceu essa paixão pelo esperanto?

VD: O Manuel já tinha essa coisa do esperanto quando era jovem em Portugal. Entre outras coisas, das suas várias, sempre teve muita curiosidade pelas línguas. E o esperanto, por uma coincidência

qualquer, ele teve um livro de esperanto em Portugal na mão, ele teve muita curiosidade pelo esperanto. E quando veio para aqui, para Barcelona, começou a ter acesso a uma pessoa que ele conhecia e que era esperantista. Mas, posteriormente, ele entrou nesta, começou a interessar-se muito, porque ele achava que o mundo do esperanto tinha um grande fundo humanista. Era uma língua que pretendia ser universal.

DS: Então tinha um fundo ideológico essa paixão pelo esperanto?

VD: Exato. E ele, num dos congressos a que nós assistimos, encontrou-se com o Herbert Mayer da Biblioteca Nacional da Áustria, onde o Manuel tem toda a sua obra. Ou seja, hoje, para se estudar a obra do Manuel pode-se ir a Viena, tem toda a obra dele, porque depois do falecimento dele foi-me escrita uma carta e o Herbert Mayer, que ainda estava lá, também me telefonou para lhe enviar tudo aquilo que fosse possível do Manuel para Viena, porque eles iam ter um apartamento dedicado só ao estudo da obra de Manuel de Seabra. Ele próprio, o Herbert Mayer, tinha editado ao Manuel vários livros do português e do catalão em esperanto. Umás cinco obras editou em esperanto. De maneira que eu mandei tudo aquilo que havia e mandei também a Cruz de S. Jordi, aquela que foi dada pela Generalitat ao Manuel, porque ele fez uma ponte entre a cultura catalã e a cultura portuguesa. Então deram-lhe a Cruz de S. Jordi. Era muito bonita. Num estojo, eu mandei essa cruz, eu mandei tudo para a Áustria. Hoje está tudo catalogado aí e até, por via de internet, se pode consultar o catálogo com todo os livros do Manuel, toda a obra, os escritos dele, toda a correspondência, tudo está lá. Eu inclusive mandei algumas fotos do Manuel para terem lá. Está tudo lá. De outra maneira se perderia, a obra de Manuel ficaria dispersa e se perderia no seu conjunto. O Manuel merecia, porque de facto era um grande homem. Para mim, era genial. O Manuel nunca repetiu as obras, todos os temas são diferentes. Eu considero que o Manuel era genial. Ele gostava de ajudar as pessoas. Estimulava as pessoas a escrever, [a] ir para frente. Era um homem com uma grande nobreza de carácter. Era um homem extraordinário. Eu disse numa homenagem que fizeram aqui, no Ateneu de Barcelona, que a maior sorte que eu tive na minha vida foi a de conhecer o Manuel de Seabra, que Manuel de Seabra era o homem do nosso tempo.